

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Mestrado em Comunicação

**A COBERTURA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2010 PELA REVISTA VEJA**

WAGNER BARGE BELMONTE

São Paulo, 2011

WAGNER BARGE BELMONTE

**A COBERTURA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2010 PELA REVISTA VEJA**

Dissertação apresentada à Faculdade Cásper
Líbbero como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Comunicação.

Orientador Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto
Coelho

São Paulo, 2011

Belmonte, Wagner Barge

A cobertura da eleição presidencial de 2010 pela revista Veja/ Wagner Barge Belmonte. – São Paulo, 2011.

Número de folhas. 470 ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Dissertação (mestrado) - Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

1. Eleição presidencial de 2010 2. Cobertura política. 3. Revista Veja. 4 Reportagem 5. Gêneros jornalísticos. | Coelho, Cláudio Novaes Pinto. || Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. ||| Título.

WAGNER BARGE BELMONTE

**A COBERTURA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2010 PELA REVISTA VEJA**

Dissertação apresentada à Faculdade Cásper
Líbbero como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Comunicação.

Orientador Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto
Coelho

Data de Aprovação

Prof. Dr. Dimas Antônio Künsch
Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr. Laurindo Lalo Leal Filho
Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho

São Paulo, 2011

*À minha filha, Luíza. À minha mãe, Cida. À minha esposa, Carol.
A todos que escolheram e acreditam no jornalismo.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Cláudio Novaes, pela atenção e direcionamento em todo o processo que levou à edição final deste trabalho.

Ao professor Dimas Künsch, coordenador do programa de mestrado da Faculdade Cásper Líbero, por quem também nutro diferenciada admiração, em nome do qual estendo o agradecimento aos demais professores, em especial a Luís Mauro Sá Martino.

A alguns bons amigos que fiz aqui, entre os quais a representante discente Ana Paula Kwitko, Carol Goos, Fabíola Tarapanoff, Mara Rovida, Helena Charro, Eliane Deak, José Augusto Heeren, Tatiana Pacheco Benites, Patrícia Teixeira, Sérgio Pinheiro e, claro, Osório, folclórico companheiro de conversas multitemáticas sem um objetivo definido.

Ao pessoal da secretaria, Nalva, Gislene, Daniel e Jairo.

À minha amiga Dayana Bonetto.

Aos amigos Alberto Luchetti Neto, Allan Roger, Ana Cláudia Castanho, Ana Cláudia Machado, Carlos Oliveira, Eduardo “*Branchello*” Marcondes, Érica Reis, Humberto Candil, Jeniffer Villapando, João Luiz Guimarães, Marcelo Gripa, Neide Martingo, Pedro Veloso e Urânio Paes Júnior.

“Se os órgãos [de imprensa] não são partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, sui generis. Comportam-se e agem como partidos políticos. Deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política. Procuram representar – mesmo sem mandato real ou delegação explícita e consciente – valores e interesses de segmentos da sociedade”

Perseu Abramo

RESUMO

A cobertura da eleição presidencial de 2010 pela revista Veja. O papel de um grande grupo editorial brasileiro, a Editora Abril, no processo, sob o prisma do principal título informativo de sua estrutura. A análise textual da cobertura da eleição pelo recorte das matérias publicadas na Editoria Brasil, responsável pela cobertura de temas políticos nacionais. A reportagem como uma das vertentes do gênero informativo. A subjetividade na leitura de um processo político. O híbrido “informação + opinião” nas reportagens direciona o leitor a perceber determinado fato de acordo com os valores opinativos implícitos. A hipótese adveio do papel que Veja exerceu na cobertura de campanhas eleitorais recentes. A revista apresenta-se como uma publicação alinhada a valores que identificam, em candidaturas de esquerda ou de centro-esquerda, riscos institucionais ao País. E promove, inclusive na prática da reportagem, a campanha eleitoral com mais chance de derrotá-la. São utilizados como procedimentos metodológicos a análise de discurso, com foco na interpretação textual e no rastreamento de reportagens publicadas na “Editoria Brasil” da primeira edição de 2010 à primeira edição após a definição do pleito. Na fundamentação teórica recorre-se a autores que abordam questões relacionadas a gêneros jornalísticos, mídia, política, ética jornalística e a intersubjetividade como Manuel Carlos Chaparro, Néelson Traquina, Cremilda Medina, José Marques de Melo, Caio Túlio Costa e Eugênio Bucci. Eles se constituem na base para a rediscussão de gêneros com foco no conteúdo selecionado nas reportagens de Veja, nos critérios de noticiabilidade adotados e nas fontes às quais os editores recorrem. Constata-se uma fusão de opinião e informação que torna obscura a compreensão do conceito e da prática de reportagem nos sentidos propostos pelo estudo de gêneros. A pesquisa também confirma que Veja abriga em suas reportagens sistemáticos juízos de valores.

Palavras-chave: Comunicação. Eleição presidencial de 2010. Cobertura política. Revista Veja. Reportagem. Gêneros jornalísticos.

ABSTRACT

The coverage of 2011 presidential election by Veja Magazine. The role of a Brazilian large editorial group, Editora Abril, in this process, under the prism of its main informative periodical. The textual analysis of the election coverage by clipping of materials published on the section "Brasil", responsible for covering national political issues. The reportage/story as one of the threads of informative genre. Subjectivity in the reading of a political process. The hybrid "information + view" in its reportages directs the reader to understand certain fact according to an implicit opinion. The idea sprang the role of Veja exerted in recent coverage of election campaign. The Veja Magazine presents itself as a publication that is aligned to values that identify in nominations from left or center-left, institutional risk to the country. And promotes, including in the practice of news coverage, the election campaign with more chance to defeat. Discourse analysis with focus on textual interpretation, and tracking news published in "Brasil" section, from its first edition of 2010 to the first edition after the definition of election, are used as methodological procedures. The theoretical foundation refers to authors who address issues related to journalistic genres, media, politics, journalistic ethics and intersubjectivity as Manuel Carlos Chaparro, Nélon Traquina, Cremilda Medina, José Marques de Melo, Caio Túlio Costa and Eugênio Bucci. They are the basis for the re-discussion of genres with a focus on selected content in Veja reportages, in the newsmaking criteria adopted and sources to which publishers use. There is a merger of opinion and information that makes unclear the understanding of the concept and practice of reportage through the directions proposed by the study of genres. This survey also confirms that Veja brings in its news coverage systematic value judgements.

Key-words: Communication. Presidential Election. Political Coverage. Veja Magazine. Reportage. Journalistic Genres.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - INSPIRAÇÕES EQUINAS - A METÁFORA COM A CAMPANHA DE RONALD REAGAN

| | |
|---|----|
| 1.1. Cavalo manco no páreo das Diretas Já..... | 20 |
| 1.2. A jornada do herói: Fernando Collor de Mello está no meio de nós!..... | 28 |
| 1.3. Anos Dourados: A Era FHC..... | 34 |

CAPÍTULO II- UM BREVE ENSAIO SOBRE GÊNEROS

| | |
|--|----|
| 2.1. Reportagem e persuasão..... | 53 |
| 2.2. Articulações textuais..... | 59 |
| 2.3. A convergência entre jornalismo e literatura..... | 61 |

CAPÍTULO III- VEJA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010

| | |
|---|----|
| 3.1. PNDH no cenário pré-eleitoral..... | 64 |
| 3.2. Lanche para a “militância”..... | 67 |
| 3.3. A pressão sobe..... | 71 |
| 3.4. À margem da lei..... | 73 |
| 3.5. Uma voz para motivar..... | 76 |
| 3.6. O abre-alas da campanha..... | 78 |
| 3.7. A estratégia que exaspera..... | 84 |
| 3.8. A primeira denúncia de corrupção com viés eleitoral..... | 86 |
| 3.9. Mensalão e Bancoop conectados..... | 92 |
| 3.10. Candidatura de luxo..... | 94 |
| 3.11. Análise da cobertura no 1º trimestre..... | 96 |

CAPÍTULO IV- NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS?

| | |
|--|-----|
| 4.1. E agora, José?..... | 98 |
| 4.2. Trocadilho e folclore..... | 101 |
| 4.3. Serra: uma vida toda por este momento..... | 105 |
| 4.4. Teoremas eleitorais..... | 110 |
| 4.5. Para os inimigos, o rigor da lei..... | 114 |
| 4.6. Olhos e corações na África do Sul..... | 116 |
| 4.6.1. Dedo em riste, outra virtude..... | 119 |
| 4.7. No clima da Copa e do jogo das urnas..... | 123 |
| 4.7.1. Os alquimistas estão chegando. Estão chegando os aloprados..... | 126 |
| 4.7.2. Outra denúncia..... | 128 |
| 4.8. Um empate como nunca se viu..... | 128 |
| 4.9. Arapongas, aloprados e radicais..... | 132 |
| 4.10. Um vice para inglês ver..... | 133 |
| 4.11. Análise da cobertura do 2º trimestre..... | 134 |

CAPÍTULO V- JULHO: CAMPANHA NAS RUAS E NAS PÁGINAS

| | |
|--|-----|
| 5.1. Depois do expediente..... | 139 |
| 5.1.2. Um índio para o tucano..... | 141 |
| 5.2. As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá..... | 143 |
| 5.2.1. Negócios e princípios: dualidade na política externa brasileira | 149 |
| 5.2.2. O Código Florestal vira (um breve) tema da campanha | 152 |
| 5.2.3. Em nome do compromisso com a democracia..... | 154 |
| 5.3. A ética da contravenção..... | 158 |
| 5.3.1. A chantagem do pseudo-homem-bomba..... | 160 |
| 5.4. “Todo dia era dia de Índio”..... | 163 |
| 5.4.1. Um Índio de perfil..... | 168 |
| 5.4.2. A volta do pseudo-homem-bomba..... | 170 |
| 5.5. Análise da cobertura em julho..... | 171 |

CAPÍTULO VI – DA AGENDA SOB MEDIDA À “PESCA”

| | |
|--|-----|
| 6.1. Sobrenatural de Almeida: roubaram o pensamento de Levy Fidélis !..... | 176 |
| 6.2. O vazamento de dados a partir de um bunker de fabricação de dossiês, a Previ..... | 179 |
| 6.3. A infraestrutura na agenda eleitoral..... | 183 |
| 6.4. Time to fish in trouble water | 187 |
| 6.4.1. Holofote sobre o responsável pela imagem de Lula..... | 194 |
| 6.4.2. O know-how de vitórias do “homem positivo”, o marqueteiro de Serra..... | 196 |
| 6.5. Ente o sonho e a realidade..... | 197 |
| 6.5.1. O STF e a queda de braço entre criador e criatura..... | 201 |
| 6.6. Análise de cobertura no mês de agosto..... | 203 |

CAPÍTULO VII - CAPÍTULO VII - TUDO OU NADA, O BAILE DE EXTREMOS NA CAMPANHA ELEITORAL

| | |
|--|-----|
| 7.1. Uma nova agonia do Leviatã..... | 211 |
| 7.1.1. O Partido do Leviatã..... | 216 |
| 7.2. Uma nova denúncia..... | 220 |
| 7.2.1. Polvo no Planalto; Ratos na Receita..... | 225 |
| 7.3. O polvo “carpe diem”..... | 227 |
| 7.4. A força apócrifa do patrulhamento ideológico..... | 234 |
| 7.5. Relações Públicas à PT..... | 236 |
| 7.6. “A imprensa fala de seus direitos para não ter de falar de seus deveres”..... | 239 |
| 7.6.1. Novas acusações contra a Casa Civil..... | 247 |
| 7.7. Análise da cobertura no mês de setembro..... | 251 |

CAPÍTULO VIII – OUTUBRO: SOB O INEBRIANTE EFEITO DO “INDISFARÇÁVEL DÉFICIT DE IDÉIAS”

| | |
|--|-----|
| 8.1. A travessia entre o primeiro e o segundo turno..... | 256 |
| 8.2. O favoritismo da “apadrinhada” | 262 |
| 8.3. As propostas de Dilma Rousseff sobre 10 grandes temas | 266 |
| 8.3.1. As propostas de José Serra sobre 10 grandes temas..... | 269 |
| 8.3.2. As propostas de Marina Silva sobre 10 grandes temas..... | 275 |
| 8.4. Uma breve leitura das urnas | 282 |

| | |
|---|-----|
| 8.5. A inspiração que vem do Extra..... | 286 |
| 8.6. Nihilismo à brasileira..... | 296 |
| 8.7. Como nos versos de Dorival Caymmi..... | 300 |
| 8.8. Uma boa história também pode começar atrás das grades..... | 304 |
| 8.9. Um herói e algumas mentiras: ficção à mineira..... | 307 |
| 8.10. Extorsão na Casa Civil..... | 314 |
| 8.11. Qual o cardápio no apagar das luzes da cobertura eleitoral? Denúncias, claro..... | 318 |
| 8.12. A fúria dos “ensandecidos sem limites”..... | 326 |
| 8.13. Um dos homens da candidata a presidente..... | 330 |
| 8.14. O estelionatário do cotidiano..... | 333 |
| 8.15. Ministro da Supressão da Verdade ou Capitão do Mato?..... | 335 |
| 8.16. Análise da cobertura no mês de outubro..... | 338 |
| 8.16.1. O aborto, os pesquisadores..... | 341 |
| 8.16.2. Heroísmo de mentira..... | 343 |
| 8.16.3. Vícios de uma cobertura..... | 350 |
| 8.16.4. Ameaças no ninho – O que Veja não viu..... | 351 |
| 8.16.5. Um breve apêndice da história recente..... | 357 |

CAPÍTULO IX – DESPEDIDA DE LULA; VITÓRIA DE DILMA

| | |
|---|-----|
| 9.1 A edição 2 em 1..... | 358 |
| 9.2 Um erro técnico na edição de Veja..... | 365 |
| 9.2.1 O insuspeito Mario Sabino está de volta. Com ele, FHC..... | 365 |
| 9.2.2 Alter ego?..... | 368 |
| 9.3 Dilma e Serra em cinco debates | 373 |
| 9.4 Decisões político-partidárias na mais alta corte do País..... | 376 |
| 9.5 Ghostbusters | 379 |
| 9.6 Dilma é eleita; a edição extra, “comemorativa”..... | 383 |
| 9.6.1. O que a vitória de Dilma representa..... | 386 |
| 9.6.2. Biográficas..... | 389 |
| 9.6.3. Começou em tom de brincadeira..... | 392 |
| 9.6.4. A classe operária vai ao paraíso?..... | 399 |
| 9.6.5. O time de Dilma..... | 404 |
| 9.6.6. Canção da América..... | 405 |
| 9.6.7. A fatia do PMDB..... | 408 |
| 9.6.8. Guerra dos Sexos..... | 412 |
| 9.6.9 Um novo papel para o Brasil..... | 415 |
| 9.6.10. O cenário geopolítico internacional..... | 419 |
| 9.6.11. Análise da cobertura em novembro..... | 422 |

CAPÍTULO X – PELO RESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO – A RELAÇÃO MÍDIA E POLÍTICA: UM UNIVERSO DE DÚVIDAS

| | |
|--|-----|
| 10.1. É possível entender a postura refratária ao debate sobre ética na imprensa?..... | 440 |
| 10.2. O foco na ética como harmonia..... | 442 |
| 10.3 Breve conexão entre mídia e intersubjetividade..... | 445 |
| 10.4. Uma breve conexão entre a cobertura política e o espetáculo | 448 |

| | |
|---------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 451 |
| REFERÊNCIAS..... | 455 |

INTRODUÇÃO

É da cultura popular a exaltação da versatilidade, na famosa expressão “jeitinho brasileiro”. Há quem diga que ela nos absolve e explica este glamour que se enxerga num povo leve, capaz de, aparentemente, tirar de letra suas dores. Há quem a identifique, no entanto, como fator de grande limitação. O hábito de empurrar a sujeira para baixo do tapete permeia boa parte das instituições – e das vidas – dos brasileiros.

Somos 190 milhões de técnicos de futebol e de especialistas em assuntos religiosos. Cobra-se do treinador da Seleção de Futebol muito mais do que se exige do secretário de Saúde do município em que se vive. Cobra-se do atacante da “pátria de chuteiras” bem mais do que se observa, quase sempre a uma distância estratégica, no comportamento e nas políticas públicas desenvolvidas pelo ministro da Educação ou pelo presidente do Banco Central. O mocinho da novela, em horário nobre, tem de superar os desafios que aquela jornada impôs a ele. O vilão, claro, ser punido com o rigor da lei.

Na política, também há paixões. Se falta maturidade a uma democracia recente, a resposta é incerta, mas heróis, mocinhos, vilões e párias ocupam espaço nas emissoras de rádio e televisão, em jornais, revistas e portais de informação. As interpretações dos 190 milhões de auto-evocados especialistas no assunto são subjetivas. A leitura política de um tempo parece ser um processo que escancara a nossa subjetividade e a torna pública.

Já tivemos o “pai dos pobres”, o presidente que fez “50 anos em 5”, um outro que prometia varrer a corrupção da vida pública com uma vassoura para lá de poderosa. Vieram os “anos de chumbo”, do Cálice que na verdade era Cale-se, do “Apesar de Você”..., da discussão sobre fazer o bolo para só então reparti-lo e tivemos, já no fim do século passado, um presidente que se vangloriava de ter “aquilo roxo” e que prometia “caçar os marajás”. Dali em diante, o presidente que amava um Fusca, o “pai” do Plano Real, que, reza a lenda (ou a história?) levou iogurte e frango à mesa dos brasileiros, e um pernambucano, muito associado ao populismo, a ter se corrompido ideologicamente em nome de um pragmatismo suspeito, mas que adotou programas sociais que também mudaram muitas vidas.

As eleições presidenciais representam um momento importante para qualquer País democrático. Neste período, é visível o poder de alguns veículos de comunicação. Em determinados momentos, o poder vira abuso de poder, que vira interferência no curso de um processo histórico. Segundo Bucci (2000), em época de eleições, as opiniões partidárias que

prevalecem na imprensa são as da empresa ou dos donos que elas representam. Opiniões que aparecem em manchetes de jornais, de revistas; reportagens veiculadas pela TV, pelo rádio e notícias em tempo real pela internet contribuem para a repercussão e ampliação do debate público, que é uma das premissas do jornalismo. Quão fiel é o relato da cobertura política na reportagem da principal revista semanal de informação? Quão objetiva é a reportagem de uma publicação que interferiu no processo histórico em eleições recentes?

Em *Debate Aberto* (2009), o sociólogo e jornalista Laurindo Leal Filho relembra o papel controverso da mídia. Ele lembra que a Rede Globo de Televisão, por exemplo, já tentou até fraudar uma eleição no Rio de Janeiro.

Desde a última ditadura, para não termos que voltar muito na história, ela sempre esteve do mesmo lado: elitista, entreguista, conservador. Apoio aos golpistas e ao regime militar, tentativa de fraudar a vitória de Leonel Brizola ao governo do Rio em 1982, boicote às Diretas-já, criação da candidatura Collor, edição fraudulenta do debate entre ele e Lula em 1989, destituição de Collor e apoio a Fernando Henrique, Serra e Alckmin nas eleições seguintes (CARTA MAIOR, 2009).

No meio impresso, segundo o sociólogo e jornalista Venício Artur de Lima (2008), nas eleições de 2006, apenas uma entre as grandes revistas não fez questão de “omitir” sua posição.

Em 2006, apenas a *Carta Capital* tomou posição editorial a favor de um dos candidatos. Todas as outras principais revistas e jornais deixaram de manifestar publicamente sua posição. De qualquer maneira, a grande mídia sempre insistiu que sua cobertura é realizada dentro das normas da imparcialidade e da objetividade jornalística, isto é, sem a intenção de favorecer a este ou aquele candidato. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2008)

Num artigo publicado pelo Observatório da Imprensa em 14 de setembro de 2010, Venício retoma a questão.

Tão logo as pesquisas revelaram que uma das candidatas à presidência da República havia atingido índices de intenção de voto difíceis de serem revertidos, e que os resultados indicavam a possibilidade de decisão ainda no primeiro turno, a grande mídia e seus “formadores de opinião” reagiram prontamente. Insistiram eles que fatos novos poderiam ocorrer e que ainda era muito cedo para cantar vitória (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010).

O jornalista propõe-se a discutir o papel de Veja, mas não apenas o dela, no processo eleitoral:

Simultaneamente, a poucas semanas do primeiro turno das eleições, os jornalões, a principal revista semanal e a principal rede de televisão abriram fartos espaços para a divulgação de “escândalos” com a óbvia intenção de atingir a reputação pública da candidata favorita. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010)

Na cobertura de eleições ou do período pré-eleitoral, a revista *Veja* apresentou-se, quase sempre, depois do processo de reabertura política, como uma publicação fortemente alinhada a valores que identificam, em candidaturas de esquerda ou de centro-esquerda, riscos institucionais graves ao País. A crítica sistemática, mesmo nas reportagens - que constituem o objeto deste trabalho - ridicularizam a esquerda, tachando-a de sectária e obsoleta num passado próximo.

O sociólogo Dominique Wolton, em “*Pensar a Comunicação*” (2004), explica que a “liberdade” política de informação nunca a tornará isenta porque sempre subsistirá uma relação de força entre os atores políticos e a imprensa. *Veja* pertence a um dos principais conglomerados de mídia do País. A Editora Abril tem um histórico de coberturas políticas polêmicas, inclusive recentemente. Ela, por exemplo, promoveu deliberadamente Fernando Collor de Mello e ajudou a elegê-lo presidente.

Com popularidade de caçador de marajás e prestígio de inimigo do presidente Sarney, Fernando Collor dispara na pesquisa da opinião. O candidato Fernando Collor de Mello tornou-se uma estrela de primeira grandeza na sucessão do presidente José Sarney. (VEJA, nº 19, 1989:34)

O objetivo é analisar a cobertura textual da eleição presidencial de 2010 pela maior revista semanal de informação do País. Foca-se na análise de discurso exclusivamente voltado para reportagens da Editoria Brasil e, conseqüentemente, na interface com a questão de gêneros jornalísticos para se compreender como foi conduzida essa cobertura, os valores que a nortearam, as fontes consultadas, os juízos de valores imputados/atribuídos, a promoção de determinada candidatura em detrimento de outras. A dissertação propõe-se ainda a discutir a linha que separa informação de opinião, no estudo de gêneros jornalísticos. Trabalha-se com a hipótese de que as reportagens da Editoria Brasil estejam alinhadas (e desfrutem de autonomia opinativa quase similar) à de articulistas e colunistas. O trabalho mostra que *Veja* é bastante parcial no sentido de apresentar à opinião pública José Serra como candidato que “alinha” o País ao futuro.

Os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados: resgatou-se, apenas para ilustrar, o polêmico papel que ela desempenhou já na primeira eleição democrática desde o golpe de 64, a de 1989, em reportagens. Depois, fez-se um recorte das edições de *Veja* que

trouxeram como tema “eleições” no espaço reservado à cobertura política nacional. Foi utilizado o método da análise de discurso, com foco na interpretação textual e no rastreamento de todas as reportagens publicadas nesta editoria, da primeira edição de janeiro de 2010 à primeira edição após a definição do pleito. Não foram analisados, na estrutura central do trabalho, artigos, ensaios, colunas, editoriais e quaisquer textos que não pertençam ao gênero informativo e não estejam na Editoria Brasil.

Na fundamentação teórica foram utilizados autores que abordam questões relacionadas a gêneros jornalísticos, mídia, política, ética e intersubjetividade como Manuel Carlos Chaparro, Néelson Traquina, Cremilda Medina e José Marques de Melo. Eles se constituem no suporte teórico para a rediscussão de gêneros com base no conteúdo selecionado nas reportagens de Veja.

Esta reflexão está dividida em onze capítulos. O primeiro resgata um pouco do que fez a grande imprensa brasileira no período que vai da campanha das Diretas Já à eleição de Fernando Collor de Mello. Conglomerados importantes de mídia, como as Organizações Globo e a Editora Abril.

No segundo capítulo, com base nos exemplos reunidos no trecho inicial, retoma-se a discussão de gêneros jornalísticos. Qual a “linguagem” da reportagem? O que prevêm suas idiossincrasias? O jornalismo também empurra a poeira que produz para baixo de tapetes? Quem paga essa conta?

No trecho seguinte, mostra-se como foi a cobertura eleitoral de Veja no primeiro trimestre de 2010, bastante incipiente àquela altura. O período foi marcado por duas grandes tragédias: uma em Angra dos Reis com um deslizamento de terra na noite do réveillon e um terremoto que arruinou a mais pobre nação das Américas.

O capítulo IV apresenta a cobertura política de Veja no segundo trimestre, quando as atenções estavam centradas nas peripécias burocráticas da Pátria de Chuteiras, à Dunga, na Copa da África do Sul.

Do capítulo V em diante, há uma mudança provocada pelo volume de reportagens e pela temática eleitoral ganhar maior dimensão. Assim, o capítulo V reporta julho; o VI, agosto; o VII, setembro; o VIII, outubro; e o IX, novembro.

O décimo capítulo foi desenvolvido com a finalidade de discutir alguns dos pontos mais marcantes da cobertura de Veja em quatro eixos: mídia e política, a dimensão ética no jornalismo, a discussão pelo prisma da intersubjetividade e o universo que aproxima a mídia (na cobertura política também) do espetáculo como um *souvenir* midiático de nossos tempos.

O capítulo final expõe novas dúvidas e discute quais os atalhos que poderiam ser percorridos em busca de mais diálogo e menos doutrina na cobertura política de Veja. Conclui-se, principalmente, que há um gigantesco descompasso entre a reportagem política de Veja e o conceito de reportagem de acordo com o que sugere o estudo de gêneros. Amanhã vai ser outro dia?

CAPÍTULO I - INSPIRAÇÕES EQUINAS - A METÁFORA COM A CAMPANHA DE RONALD REAGAN

A campanha pelas Diretas Já¹ foi um movimento popular que renovou o sonho democrático e fez soprar mais fortes os ventos da abertura política. Ela surge pouco depois de o governo militar restabelecer o pluripartidarismo com a aprovação da Nova Lei Orgânica dos partidos, em dezembro de 1979.

A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra “partido”. A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram a habilidade de acrescentar apenas a palavra “partido” à sua sigla, assim o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas os tempos de uma oposição unida tinham passado. As suas diferentes tendências ficaram juntas enquanto existia um inimigo comum todo-poderoso. À medida que o regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir (FAUSTO, 2006:506).

No período que vai da rejeição da emenda² Dante de Oliveira³ no Congresso à eleição de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto popular desde Jânio Quadros, a mídia ocupa um papel bastante polêmico. Todo aquele vigor demonstrado por uma pequena parte dos órgãos de imprensa na “simpatia” à causa das Diretas Já se perde, fica pelo caminho. Grandes grupos de mídia identificaram na candidatura do PT um risco institucional ao País e, sem hesitar, entraram no jogo.

O papel da imprensa das Diretas Já à eleição de Fernando Collor foi bastante estudado pelos professores Venício Artur de Lima e Eugênio Bucci. As conclusões a que ambos chegam

¹.Entre os últimos meses de 1983 e abril de 1984, o Brasil foi agitado por um dos maiores movimentos cívicos de sua história: a campanha das "Diretas Já". Grandes manifestações populares aconteceram em todo o país, reivindicando o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, que haviam sido substituídas por um pleito indireto no Congresso nacional durante o regime militar (UOL EDUCAÇÃO, 2009).

². Para ser aprovada, a Emenda Dante de Oliveira precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas na Câmara dos Deputados. Faltaram 22 votos (FAUSTO, 2006: 510).

³.Dante Martins de Oliveira cursou engenharia civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos anos 1970 e fez parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1976 retornou à cidade natal, Cuiabá, onde se candidatou a vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas não conseguiu se eleger. Dois anos, entretanto, depois foi eleito deputado estadual, assumindo o mandato em fevereiro de 1979. Com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Assumiu o mandato de deputado federal em 1983. Em fevereiro de 1983, Dante apresentou projeto de emenda constitucional, que se tornaria conhecida com seu nome, propondo o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente da República. A campanha pelas "Diretas Já" ganhou o apoio popular. A manifestação que começou em São Paulo foi seguida por comícios em quase todas as capitais brasileiras (UOL EDUCAÇÃO, 2009).

são análogas a algo que se viu também numa eleição nos Estados Unidos.

Em 1980, o colunista conservador George Will, um vigoroso defensor da candidatura presidencial de Ronald Reagan, chegou ao ponto de assessorar secretamente Reagan na preparação de seu debate com o então presidente Jimmy Carter. Depois dos debates, Will ainda fez comentários na rádio da cadeia ABC, elogiando a atuação de Reagan, dizendo que ele se comportou como um “puro-sangue” na hora da pressão (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003:154).

Essa metáfora a que o colunista conservador recorreu aproxima-se da realidade brasileira quando se toma como parâmetro a reação dele. Acuado, Will desdenha das críticas e ancora a sua argumentação numa suposta subjetividade, aparentemente para se esquivar de um debate aprofundado a respeito da ética que envolveu sua atuação.

A assessoria secreta não era nenhuma novidade. Walter Lippmann escreveu discursos para vários presidentes, entre eles Lyndon Johnson. Mas a descoberta dessa atividade secreta manchou sua reputação. A novidade no caso de Will era ele dizer que não estava nem aí para as críticas. Quando explodiu a notícia da tal assessoria, Will qualificou as observações negativas como “coisas insignificantes”. “O jornalismo (como o serviço público, com sua fonética de ‘conflito de interesses’) anda infestado de pessoas que usam ‘pequenos termômetros morais’ correndo para medir a temperatura de outras pessoas, espalhando, como moralistas confusos fazem, uma escrupulosidade boba e outras besteiras”. Will não utilizava naquele momento um argumento ideológico. Ao contrário, ele implicava algo mais, algo que os outros, ideologias à parte, fariam eco: que a moralidade ou ética do jornalismo era uma coisa subjetiva, sem valor. Só havia um problema com o argumento de Will, o mesmo que revela por que o conceito de independência se baseia, no fim das contas, mais em questões práticas do que em teoria. Will mantivera segredo da assessoria dada a Reagan. Ele não quis contar aos seus leitores que havia ajudado a produzir a performance de Reagan que tanto elogiou (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003:154-155).

Ao apontar que o jornalismo está infestado, sinônimo de assolado, de pessoas que usam “termômetros morais” para “medir a temperatura” alheia em nome de escrúpulos “bobos”, George Will torna-se ainda mais próximo da realidade midiática brasileira, em especial no período que vai do fim da primeira metade da década de 80 à eleição de Fernando Collor. Curiosamente, há linearidade também cronológica entre o colunista americano e o jornalismo e momento político brasileiros.

1.1- Cavalo manco no páreo das Diretas Já

O trabalho do professor Eugênio Bucci na fundamentação e análise do comportamento do maior grupo de mídia deste País, as Organizações Globo, é fundamental neste debate. Um dos títulos que seriam analisados na etapa inicial deste projeto, a Revista Época, segunda maior revista semanal de informação, pertence ao grupo empresarial da família Marinho. Bucci, em Sobre Ética e Imprensa, discorre sobre uma “transgressão” tripla da maior rede de televisão em fatos recentes da história política brasileira: nas Diretas Já, na eleição de Fernando Collor e no impeachment do próprio Collor. Há relação estreita entre a postura da Globo nas Diretas Já e a conduta de George Will no apoio velado, depois desmascarado, ao “puro-sangue” dele.

No dia 25 de janeiro de 1984, o Jornal Nacional tapeou o telespectador. Mostrou cenas de uma manifestação pública na Praça da Sé, em São Paulo, e disse que aquilo acontecia em virtude da comemoração do aniversário da cidade. A manifestação era real: lá estavam dezenas de milhares de cidadãos em frente a um palanque onde lideranças políticas discursavam. Mas o motivo que o Jornal Nacional atribuiu a ela não passava de invenção. Aquele comício nada tinha a ver com fundação de cidade alguma. A multidão estava lá para exigir eleições diretas para a Presidência da República. O Jornal Nacional enganou o cidadão naquela noite – e prosseguiu enganando durante semanas a fio, ao omitir informações sobre a campanha por eleições diretas. Para quem só se inteirasse dos acontecimentos nacionais pelos noticiários da Globo, a campanha das Diretas Já não existia (BUCCI, 2000:29).

A Globo, no livro Jornal Nacional – a notícia faz história, tenta se explicar. O título, publicado em 2004 pela Jorge Zahar Editor Ltda., não tem um autor, sob a justificativa de que o livro é parte de um projeto intitulado “Memória Globo”. A “redação final”, como aparece na quarta página, esteve a cargo de Ana Paula Goulart Ribeiro. Entre os “revisores de texto”, curiosamente, figuram Renato Machado e William Bonner, editores-chefes e apresentadores de dois dos quatro telejornais nacionais da emissora. A parte III do livro começa na página 147, com o título “JN: o Brasil e o Mundo no Caminho da Democracia”. O título contextualiza.

Os quatro meses que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira foram dedicados à organização de comícios, que se realizaram por todo o país. O primeiro – que marcou o lançamento nacional da campanha pelas diretas – ocorreu em Curitiba, no Paraná, em 12 de janeiro de 1984, e reuniu cerca de 50 mil pessoas. Nos dias seguintes, novas manifestações aconteceram em Salvador, com 15 mil pessoas, Vitória, com 10 mil, e Campinas, São Paulo, com 12 mil (GLOBO, 2004:156).

A maior emissora do País tropeça na fragilidade dos próprios argumentos, que parecem bem mais de marketing institucional do que de critérios jornalísticos sólidos.

A Globo acompanhou os comícios apenas nos telejornais locais. Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários de rede. Roberto Marinho, em matéria publicada na revista *Veja* de 5 de setembro de 1984, explicou: “Achamos que os comícios pró-diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional e, por isso, realizamos num primeiro momento apenas reportagens regionais. Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional (GLOBO, 2004:156).

O trecho acima, extraído do anônimo livro sobre o *Jornal Nacional*, também traz o jeito de ser de George Will, para quem os termômetros morais são “baboseiras”. A inquietação nacional, por si só, não é um fato que deveria ser sublimado pela imprensa? Por que a opção por escondê-la? A conexão à paixão popular transformou um assunto de interesse público, de interesse político e institucional para o País, em estratégia mercadológica da maior emissora do País, que parecia agir como se dissesse que já não era mais possível dar as costas ao movimento?

O objetivo deste trabalho não é analisar o comportamento da Rede Globo neste episódio, embora ele seja um marco até histórico da falta de maturidade da imprensa brasileira, parcial diante da possibilidade de uma ameaça aos seus interesses.

Veja, como um título que tem expressiva importância na história das revistas semanais de informação brasileira, “aprimorou” esse “ataque preventivo” e respaldou-se numa parcialidade que mistura reportagem e opinião, violando o conceito de relato para a reportagem (a ser analisado no segundo capítulo) e tornando-a parte de um todo dissertativo, editorializado.

O principal título da Editora Abril é a maior revista brasileira semanal de informação. Em 2009, a circulação média deste título foi de 1.097.486 exemplares, o que representa um pequeno crescimento sobre o número de 2008, de 1.089.902 exemplares (ANER, 2010).

Convém lembrar que o ano de 2009 foi marcado por uma crise financeira internacional considerada a mais violenta desde o crash da Bolsa de Nova York⁴ em 1929. A economia brasileira foi uma das que sofreram menos o efeito dessa instabilidade global: o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 0,2% em 2009, quando atingiu R\$ 3,143 trilhões. Esse recuo significou que o valor nominal movimentado pela economia nacional registrou uma queda de US\$ 1,6 trilhão para US\$ 1,5 trilhão em 2009, ou seja: o recuo foi de US\$ 100 milhões (UOL ECONOMIA, 2010). Ainda assim, a circulação da *Veja* cresceu.

⁴. Em 1929, problemas do mercado financeiro norte-americano levaram à queda da bolsa de valores nos Estados Unidos, que assustou todo o planeta e derrubou os principais mercados de ações do mundo. Pior momento já vivido pela economia global: o “crash” da bolsa de Nova York em 1929 (G1 MUNDO, 2008).

Este preâmbulo tem finalidade ilustrativa sobre o jornalismo e sobre aquilo que será discutido. Kovach e Rosenstiel ressaltam um dos predicados dos meios de comunicação, quase como missão precípua dos órgãos de informação. “A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões” (KOVACH;ROSENSTIEL, 2003:31).

Em outro trecho, estes mesmos autores, que pertencem a uma organização chamada *Comitê dos Jornalistas Preocupados* cuja prerrogativa é estudar o que levou a opinião pública a se distanciar e desconfiar da imprensa, prescrevem:

Aqueles fora da área jornalística também entendem existir na profissão uma obrigação moral e social mais ampla. É só ler o que disse o Papa João Paulo II em junho de 2000 a um grupo de donos de meios de comunicação de todo o mundo: ‘Com sua influência vasta e direta sobre a opinião pública, o jornalismo não pode só ser guiado por forças econômicas, lucros e interesses especiais. Deve, ao contrário, ser encarado como uma missão, até certo ponto sagrada, realizada com o entendimento de que poderosos meios de comunicação foram confiados aos senhores para o bem geral (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003:35).

Pouco bíblica, a oligarquia midiática brasileira diz, sem constrangimentos ou pudores, que cedeu à paixão popular e que só ela, a paixão, justifica a mudança de rumos, já que é sempre importante romper com a razão, valorizar as coisas do coração ainda que o comportamento preponderante seja bucólico. Algumas das “justificativas” da Globo, voltando a ela pelo poderio expressivo que essa organização detém, parecem fictícias porque contradizem o que se espera dos meios de comunicação e porque, principalmente, chegam a ser cínicas. Convém reparar que, ao contrário do que se vê nos livros de história, o título anônimo da Globo, talvez propositalmente, refere-se ao movimento das diretas com o uso de letra minúscula, o que pode até denotar a baixa relevância que o assunto teve e tem internamente.

E, realmente, com o crescimento da adesão popular ao movimento pelas diretas, o Jornal Nacional passou a noticiar todas as manifestações de rua. O primeiro comício a ir ao ar em rede foi o que hoje é considerado o primeiro grande comício das diretas, realizado na praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro. Naquele dia, o telejornal exibiu reportagem de dois minutos e 17 segundos sobre o tema. Mas a matéria provocou polêmicas. Com o passar dos anos, fatos misturaram-se a mitos até que uma versão falsa ganhou as páginas de muitos livros sobre o assunto: a Globo teria omitido que o comício era uma manifestação pelas diretas; em vez disso, teria dito que se tratava apenas de uma festa em comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo (GLOBO, 2004:156 -157).

O recorte que se dá no livro da Globo é surreal. Num primeiro momento, a emissora

admitiu que não cobria os comícios pelo risco de “inquietação nacional”. É papel da imprensa calar-se diante de causas populares? É papel da imprensa fechar os olhos para reivindicações públicas? Pouco depois, na mesma página e num piscar de olhos, a Globo diz que o primeiro comício a ir ao ar em rede foi o que é hoje considerado o primeiro grande comício das Diretas. À base de muitos eufemismos, as Organizações Globo prosseguem na vã tentativa de transformar, com o pedido de perdão pelo uso do clichê, em limonada um reles limão.

A origem da confusão foi a escalada do Jornal Nacional. Nela, não há referência ao comício, mas apenas ao aniversário da cidade. ‘A cidade de São Paulo festeja os 430 anos de fundação’. A chamada da matéria, lida pelo apresentador Marcos Hummel, referia-se ao comício como um dos eventos comemorativos do aniversário da capital paulista. De fato, havia relação entre a manifestação e o aniversário da cidade. O comício tinha sido marcado para o dia 25 de janeiro justamente porque, sendo aniversário da cidade, a participação popular seria facilitada. O locutor leu a chamada: ‘Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na praça da Sé.’. E, em seguida, a reportagem de Ernesto Paglia relatou com todas as letras o objetivo político do evento: pedir eleições diretas para presidente da República (GLOBO, 2004:157).

A escalada é aquele jogral inicial de manchetes por meio das quais os apresentadores pontuam rapidamente os fatos mais importantes do dia, que serão apresentados no curso, na estrutura e distribuição dos blocos de um telejornal. Tirar da escalada o comício das Diretas Já, apresentando-o naquele momento como aniversário da cidade, é, se mantida a presunção de inocência do argumento global, mau jornalismo. A chamada - cabeça de matéria ou cabeça de VT - também remete a um mau jornalismo porque transforma o fato principal, o comício na Praça da Sé, em algo subjacente, em parte de um “todo festivo”. Deduz-se que entre as 500 solenidades a mais importante, até pela discussão que se estabeleceu, era justamente aquela que fora transformada pela TV Globo num “mero aniversário”, pelo menos na escalada e na chamada do VT. Mas a Globo tenta avançar na explicação dela e reproduz, à página 157, a íntegra do texto da matéria de Ernesto Paglia.

São Paulo, 430 anos, nove milhões de brasileiros vindos de todo o país. A cidade de trabalho. São Paulo fez feriado hoje para comemorar o aniversário. Foi também o aniversário do seu templo mais importante, a catedral da Sé. De manhã, na missa, o cardeal arcebispo dom Paulo Evaristo Arns lembrou o importante papel da catedral da Sé nesses 30 anos em que ela vive no coração da cidade. ‘Nessa igreja se promoveu praticamente a libertação de um povo que quer manifestar-se como povo. Eu acho que isso é fundamental para uma Igreja mãe que é tratada com tanto carinho’. E junto com a cidade aniversariou também hoje a Universidade de São Paulo. A USP completou 50 anos de existência. A ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, foi à USP hoje. Ela falou da importância da Universidade com suas 33 faculdades e 45 mil alunos e assistiu a uma inesperada manifestação de estudantes e funcionários. Eles

tomaram o anfiteatro com faixas e cartazes e pediram verbas para a educação, eleições diretas para Reitor e para presidente da República. Mais à tarde, milhões de pessoas vieram ao Centro de São Paulo para, na praça da Sé, se reunir num comício em que pediam eleições diretas para presidente. Não foi apenas uma manifestação política. Na abertura, música, um frevo do cantor Moraes Moreira. A praça da Sé e todas as ruas vizinhas estão lotadas. [*Panorâmica da multidão e das ruas tomadas.*] No palanque, mais de 400 pessoas, deputados, prefeitos [*imagens do palanque, com destaque para os políticos*] e muitos artistas, Cristiane Torloni, Regina Duarte, Irene Ravache, Chico Buarque, Milton Gonçalves, Estér Góes, Bruna Lombardi, Alceu Valença, Fernanda Montenegro, Gilberto Gil. A chuva não afasta o povo. Os oradores se sucedem no palanque e ninguém arreda pé. O radialista Osmar Santos apresenta os oradores. O governador de São Paulo, Franco Montoro, fez o discurso de encerramento: ‘Um dos passos na luta da democracia. Houve a anistia, houve a censura, o fim da tortura; mas é preciso conquistar o fundo do poder que é a Presidência da República’ (GLOBO, 2004:157).

Convém ressaltar que com o intervalo de uma página a versão global se contradiz. A falta de coerência se estabelece entre aquilo que está escrito na página 156, quando, como já se viu neste trabalho, é citado que nos dias seguintes à manifestação de 12 de janeiro de 1984, na capital paranaense, outras acontecem. Foram, de acordo com a obra, 15 mil pessoas na capital baiana, 10 mil na capixaba e 12 mil pessoas na cidade de Campinas, no interior de São Paulo. Segundo a Globo, o que eram manifestações minúsculas, extremamente tímidas, e que, com o público somado, não seriam suficientes para encher sequer o estádio do Morumbi, de repente, num intervalo de módicos 13 dias, de acordo com o texto de Paglia na reportagem levada ao ar no Jornal Nacional, vira um comício de “milhões” na Praça da Sé, justamente no dia do aniversário de 430 anos da cidade de São Paulo. O que, exceção feita a Curitiba, não chegava a duas dezenas de milhares, subitamente, “vira” a causa de milhões de brasileiros, contrastando com a inquietude nacional que “obrigou” a maior emissora do País a cobrir o movimento das Diretas Já. De acordo com o professor Venício A. de Lima, em *Mídia Teoria e Política* (2001), o número de Paglia, que fala em milhões, está equivocado.

Essa omissão chegou ao ponto de a Rede Globo ignorar completamente o comício de Curitiba em seu *Jornal Nacional*, um evento político sem precedentes naquela capital, que levou às ruas um total aproximado de 50 mil pessoas. Em seguida a Curitiba, o outro grande evento da campanha das Diretas Já aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro. Naquele dia, data do aniversário da cidade e feriado municipal, entre 250 mil e 300 mil pessoas acorreram à Praça da Sé para participar do comício da campanha. Impossibilitada de ignorar inteiramente o fato, pois a campanha àquela altura já estava sendo coberta por emissoras concorrentes, a Rede Globo registrou o comício no *Jornal Nacional*, mas de maneira *distorcida*, apresentando-o como se fosse apenas mais um evento em comemoração ao aniversário da cidade, minimizando o ato político e maximizando a presença de consagrados artistas populares (LIMA, 2001: 152).

Em reportagem especial, publicada no mês de setembro de 1992, a revista *Imprensa*

exibia, na capa, uma foto de Roberto Marinho com a “faixa presidencial”. E a manchete metaforicamente estampava: “Presidente sem mandato”. A reportagem de seis páginas traz o mandatário da Rede Globo em fotos com o General Castelo Branco, primeiro presidente militar após o golpe ocorrido em 1964. Também na página 11, Marinho aparece, já em 1971, ao lado do presidente linha-dura Emílio Garrastazu Médici. Em seguida, figuram encontros de Marinho com Ernesto Geisel, João Figueiredo, José Sarney, Tancredo Neves e Fernando Collor. Logo na abertura do texto, que não é assinado, a revista *Imprensa* explica:

Malgrado todas as diferenças de estilo e personalidade, de ideologia e de prática política, há um marcante traço comum entre os ocupantes do cargo de presidente da República do Brasil de 1930 para cá. Todos eles, de Getúlio Vargas a Fernando Collor, foram interlocutores contumazes do jornalismo Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo – certamente o profissional de imprensa mais influente que o País já conheceu (*IMPRENSA*, 1992:10).

Na mesma edição da revista *Imprensa*, à página 23, o apresentador do *Jornal Nacional* à época, Cid Moreira, declara que “se o Dr. Roberto (Marinho) quisesse botar fogo no País, botaria”. A citação de Moreira foi usada também na própria reportagem sobre o “poder de Roberto Marinho”, à página 10, ou seja, aparece duas vezes na mesma edição. A reportagem, que percorre o estremecer das relações entre Marinho e o presidente à época Fernando Collor – convém ressaltar que essa edição da revista foi publicada exatamente no mês em que o Congresso definiu o impeachment dele -, resgata o episódio das Diretas Já. E traz:

Collor também acha que a Rede Globo, ao contrário do que ocorreu em 1984, na campanha pelas eleições diretas para a presidência da República, não pode mais manobrar o noticiário sob o risco de arruinar sua credibilidade. De todo modo, o fato é que o presidente gostaria de ter Marinho ao seu lado, apoiando o governo (*IMPRENSA*, 1992:11).

O grau de influência ou “manobra” de Roberto Marinho foi tão elevado que a reportagem ainda conta os bastidores da substituição de Bresser Pereira por Maílson da Nóbrega.

No governo Sarney, entretanto, Maílson da Nóbrega só foi confirmado como substituto do ex-ministro Bresser Pereira depois de ter sido sabatinado por Marinho nos escritórios da Rede Globo, em Brasília, a pedido de José Sarney. Depois da conversa, o jornalista ligou para o então presidente dizendo que Maílson podia ser nomeado para o Ministério da Fazenda (*IMPRENSA*, 1992:11).

Como se percebe, o poder da Globo foi, naquele momento, capaz de interferir diretamente e de forma contumaz nos rumos políticos do País. Ao transformar uma

manifestação pelas Diretas em aniversário da cidade, a maior emissora do País incorreu no que o professor Perseu Abramo chama de “inversão da relevância dos aspectos”. Segundo ele, “o secundário é apresentado como principal e vice-versa; o acessório e supérfluo, no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo” (ABRAMO, 2003: 29).

Esta breve análise, com o resgate da contida – ou míope? - participação da Globo nas Diretas Já, vai ao encontro dos argumentos de Bucci.

(...) a principal rede de televisão do País falsifica, distorce e omite informações essenciais. Deliberadamente. E passa ilesa por tudo isso. A Globo foi a única? Não. Mas a sua liderança impõe a ela o ônus de ser caso exemplar, sobretudo nos erros (BUCCI, 2000:31).

A ausência de um debate mais aprofundado sobre o assunto, em que a própria Globo expusesse seus métodos, valores e, principalmente, os critérios de noticiabilidade, também se explica:

(...) a recusa em discutir ética em público se manifesta como se fosse afirmação de independência. Os jornalistas se recusam a prestar contas a quem quer que seja. O paradoxo, contudo, é apenas aparente: o não-falar de ética parece querer exprimir uma atitude de autonomia perante esferas externas, como a do poder e a dos negócios, mas no fundo essa pretensa autonomia é apenas arrogância. Pode-se dizer que a arrogância jornalística não é outra coisa senão a afirmação de uma auto-suficiência ética. É como se a imprensa proclamasse: minha função é informar o público, mas os meus valores não estão em discussão, os meus métodos não são de mais ninguém – eles são bons, corretos e justos por definição (BUCCI, 2000:39).

A forma como a Globo conduziu a cobertura da campanha das Diretas Já, além de violar a ética da natureza jornalística, expõe um exercício de poder midiático que transforma o próprio veículo não num porta-voz do relato histórico, mas num partido que age soberanamente, sem prestar contas ao público e à sociedade, com compromissos apenas consigo mesmo.

A pretensão da auto-suficiência ética é a negação do jornalismo. E é também a negação da ética, pois esta, afinal, funda-se no reconhecimento do outro como parte solidária e não como estranho a ser calado ou eliminado – a ética é a busca e o cultivo de valores capazes de orientar a conduta de cada um para tornar melhor e mais profícua a convivência entre todos. A ética não tem um dono, nem pode ter. Quem se julga dono da auto-suficiência ética julga-se dono da ética e age como se prescindisse da convivência. É um louco, um paria ou um tirano (BUCCI, 2000: 55).

Ou um cavalo manco. A Globo optou por não ver o que tão evidentemente estava diante de seus olhos. A primeira página, histórica, do Jornal da Tarde de 17 de abril de 1984, traduz o que foi a reta final da campanha pelas Diretas Já, campanha que a Globo relutou em

reconhecer sob o risco de “inquietação popular”.

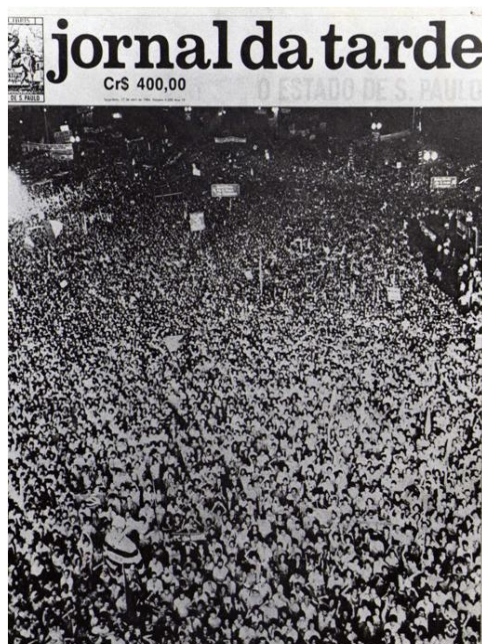


Figura 1 – JT de 17/04/1984 - Reta final da campanha pelas Diretas Já

A primeira página, também histórica do mesmo Jornal da Tarde, no dia seguinte à rejeição da Emenda Dante de Oliveira – 26 de abril de 1984 - traduz um luto coletivo. Luto de uma dor pública que a Globo não sentiu. Aliás, talvez ela a tenha patrocinado.

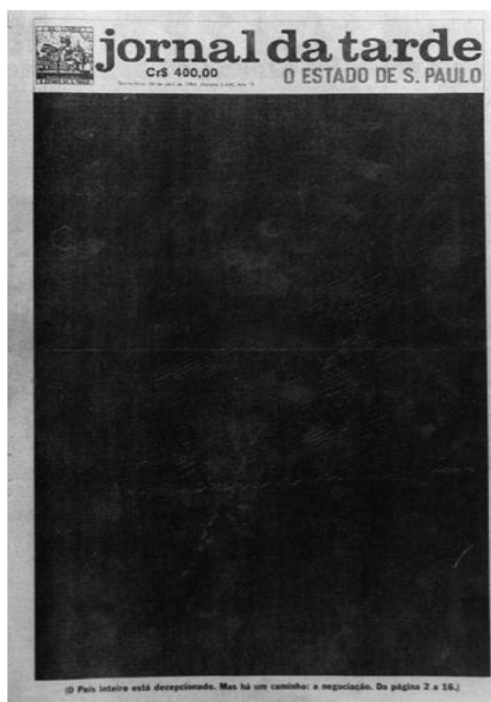


Figura 2 – JT de 26/04/1984 - Dia seguinte à rejeição da Emenda Dante de Oliveira

1.2- A jornada do herói: Fernando Collor de Mello está no meio de nós!

Vinte e três de março de 1988 é a data em que começa mais uma aventura oligárquica da mídia brasileira. O escolhido é um par, ou seja, um representante dessa estrutura de poder. E ele passa a ser apresentado à nação de uma forma heróica, realmente única, profética. A aparição pública de Fernando Collor de Mello, como solução imediata para todos os males - inclusive os histórico-institucionais -, chega a lembrar o cachorrinho atrapalhado, o Vira-Lata, criado nos anos 50 por dois publicitários, Buck Biggers e Chet Stover, para uma campanha de cereais. A popularidade garantiu a produção da série que teve um total de 116 episódios (RETROTV, 2008). Há uma irônica coincidência nisso: Collor também foi fabricado num laboratório e com a proposta de ser um produto que, como o cãozinho, reprimisse o mal. No desenho animado, outro alento: como Collor, o Vira-Lata escondia “a sua identidade secreta”. O Vira-Lata (Underdog) tomava uma pílula secreta, virava super-herói e então bradava: “O seu problema acabou! O Vira-Lata chegou!” Ironicamente, foi assim com Collor, cujo passado pouco foi apresentado, discutido, exposto, debatido. Grandes grupos de mídia deram denso suporte para que ele fosse visto desse modo. A metáfora sucumbe diante da inofensividade do desenho animado.

A edição da Revista Veja publicada naquela data, ano 20, número 12, ao preço de Cz\$ 170,00, tinha na capa: Collor de Mello – O Caçador de Marajás. No dia 6 de janeiro daquele ano, Maílson da Nóbrega sucedia Bresser Pereira no comando da economia nacional. Nove dias depois, o Plano Verão foi anunciado. A inflação acumulada chegou a 1037,50% no ano de 1988, cenário ideal para que um político preocupado com a austeridade dos gastos públicos emergisse como antídoto para aquele estado de coisas (FOLHA ONLINE, 2009).

Curiosamente, ao contrário do que acontece com as grandes reportagens de Veja, esta, apesar de merecer a capa, ou seja, o espaço mais disputado e nobre da publicação, não estava assinada. Na Carta ao Leitor, publicada à página 29, não havia nenhuma menção ao autor da “reportagem” sobre Collor. À página 38, tem início a “matéria”, com 7 páginas dedicadas a Collor. A reportagem de miolo recebe o título de “A Guerra ao turbante”. E a linha fina dela, ostensivamente, “informa” que Collor de Mello se tornara um dos governadores mais populares do País “no seu papel de caçador de marajás”.

Chamado de “o gerente de Alagoas” já no fim do primeiro parágrafo do texto, a revista é categórica sobre Collor. “Ocorre que foi ele quem descobriu primeiro e usou melhor a mina de impacto político que pode ser aberta com uma boa caçada aos marajás do serviço público. Essa foi a sua maior obra e esse é o seu segredo” (VEJA, nº12,1988:38).

Na mesma página, outro trecho de exaltação, também com um tom de desvendar segredos raros, atípicos, incomuns no mundano mundo político:

Collor de Mello assumiu o comando com a promessa de devastar os holerites acintosos de 300 funcionários estaduais que recebiam fortunas através de expedientes legais marotos. Cumpriu o compromisso e descobriu que tinha uma fascinante briga nas mãos (VEJA, nº12,1988:38).

Três expressões no trecho acima chamam a atenção. A primeira é o desafio que se imputa ao herói: “devastar os holerites acintosos”. Não são meros holerites. São vencimentos que representam uma provocação, um acinte. A segunda, complemento dessa jornada, sugere que era preciso dar um basta - aquilo que Leonel Brizola, talvez, chamasse de forma caricatural de “não rotundo” - ao recebimento de “fortunas através de expedientes legais marotos”. A aproximação das palavras legais e marotos, que se constitui num paradoxo, só colabora para confirmar a dimensão do desafio, inclusive cívico, que recaía sobre “o gerente de Alagoas”. A terceira, de pura exaltação, explica que Collor já cumprira tal compromisso, que se tornara “briga fascinante”. Ou seja: o texto é uma afronta ao gênero informativo contemplado pela reportagem.

Veja de 23 de março de 1989 ainda cita que Collor, “como caçador, conquistou reputação de político preocupado com a moralidade” (VEJA, nº12, 1988:39). Uma explicação breve que remete à questão das “fortunas através de expedientes legais marotos” aparece num trecho da página 40. Convém ressaltar que o presidente à época era José Sarney e que Collor estava no PMDB. Essa edição foi publicada um ano e meio antes da eleição que levaria Collor à presidência, num momento de turbulências econômicas acentuadas.

Será sempre obrigatório concluir que o povo aplaude Collor de Mello porque ele fala contra privilégios de funcionários aproveitadores e combate abusos que, no fim da linha, são pagos pelo bolso do contribuinte. E os contribuintes, no Brasil, estão cansados de ser explorados (VEJA, nº12, 1988:40).

O trecho acima, altamente “editorializado” – a opinião da revista sobre Collor vira trecho de reportagem – não é único. Na linha do “ele poderia levar a vida que pediu a Deus, mas preferiu, para o bem de todos, em nome da jornada do herói, abraçar causas públicas”, o título da Editora Abril vai além e praticamente parte para a linguagem publicitária. Outro detalhe chama a atenção: o volume de apostos para qualificá-lo. Na capa, “O Caçador de Marajás”. Na abertura da “matéria”, o “gerente de Alagoas”. Mas há mais.

Esse senhor, herdeiro de boa fortuna e mimado pelo ambiente aconchegante de uma família endinheirada, tinha tudo para avançar pela vida como um desses eternos garotões de praia e de vida noturna. Em vez disso, acabou combatendo marajás, desafiando a aristocracia dos usineiros alagoanos e prometendo passar a limpo a tradição de violência em seu Estado (VEJA, nº12, 1988:41).

A reportagem tem um único trecho no qual se ouve uma fonte contrária a Collor. O “escolhido” foi o ex-governador alagoano Divaldo Suruagy, justamente antecessor do próprio Collor e ex-aliado dele. Segundo a edição, as críticas de Suruagy a Collor têm “o peso de um soco no fígado”, o que também denota parcialidade já na apresentação da fonte, buscando sumariamente descredenciá-la.

No livro *Entrevista – o diálogo possível* (2008), a professora Cremilda Medina explica que a escolha de uma fonte é “um processo autoritário”, em especial quando se busca por meio dela contemplar interesses “da casa” ou, pior ainda, validar um cenário preexistente.

Ponto de partida da entrevista, a escolha da fonte de informação está associada à própria pauta. Dentro de um processo autoritário (a ditadura da oferta), esta seleção preexiste a uma pesquisa de campo. A predeterminação de quem se deve ouvir na reportagem é inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder (econômico ou político ou cultural). Torna-se sumária a seleção de fontes de informação: já estão à disposição do editor, chefe de reportagem, repórter ou pauteiro aqueles nomes, endereços e telefones dos entrevistados habitues. Outras possíveis fontes são descartadas ou porque não servem (não se explica o motivo), ou porque ‘a casa’ (entidade mítica que significa a empresa) não aceita esses nomes (malditos), ou porque, por desconhecimento total, uma sugestão inovadora por parte do repórter pega de surpresa o produtor cultural que está à frente do processo de decisão. O autoritarismo institucional acentuou a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva (MEDINA, 2008:35)

Ao colocar uma fonte contrária à exaltação pública que se empreendia com este formato de um jornalismo panfletário, a revista credita ao duelo político que fez Suruagy perder espaço a oposição àquele que é capaz de enfrentar o “marajanato”. “Collor é a maior farsa montada no Brasil, não passa de um fruto da mídia eletrônica”, diz Suruagy, um político que quase perdeu todo o seu espaço em Alagoas com o aparecimento da estrela rival” (VEJA, nº12, 1988:41).

Em outro trecho, na mesma obra, a professora Cremilda atribui à pauta um papel de funcionar como um jogo de cartas marcadas que contemplem interesses.

A gênese de uma pauta, portanto, é mais enredada do que se imagina à primeira vista. Até se precisar o tema da entrevista, por mais rápida que seja esta decisão – e sempre é veloz na comunicação coletiva –, os parâmetros que a contornam provêm de vários pontos de partida dinamicamente articulados. E haverá tantos outros quantos a

especulação teórica sondar. Vale lembrar Nietzsche: sob a superfície de qualquer fenômeno há uma rede de forças atuantes (MEDINA, 2008:35).

Ao generalizar na forma de mencionar os marajás, Veja tropeça em preconceitos e acaba por rotulá-los, sempre pejorativamente. No entanto, ela argumenta que a multiplicação de abusos não pode justificar uma “caça às bruxas” em que se cometam “equivocos danosos”. “Ocorre que, pela multiplicação dos abusos, tende-se a buscar servidores de turbante e colar de safiras por trás de cada funcionário de salário alto – e, muitas vezes, cometem-se equivocos danosos nessa busca” (VEJA, nº12, 1988:43).

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra marajá deriva do sânscrito (maha raja, que significa grande rei). De forma figurada, ele é sinônimo de homem muito rico ou de pessoa que exerce ou exerceu cargo público com salário vultoso.

Roberto Civita, presidente da Editora Abril, está num vídeo publicado no site YouTube. Ele explica o apoio ostensivo dado a Collor, o suporte midiático da principal revista semanal de informação ao “gerente de Alagoas”. O vídeo tem três minutos e 48 segundos. Para discorrer sobre o papel da imprensa e a percepção arrogante dos proprietários dos meios de comunicação sobre as suas capacidades de interferência direta na formação da opinião pública, convém transcrevê-lo.

Nós conhecemos o Collor. Um dia ele veio ainda, ainda governador de Alagoas, veio nos visitar em São Paulo. A gente nunca tinha visto o Collor. Eu juntei o diretor da revista, dois editores da política; éramos meia dúzia para receber o Collor, para falar e ouvi-lo. E ele foi brilhante. Foi genial. Foi maravilhoso. A gente ficou absolutamente, como se fôssemos meninas de 18 anos, embaçados com esse *cara*. E resolvemos dar uma capa com ele, com o título O Caçador de Marajás porque ele nos contou que *tava* acabando com os marajás da política em Alagoas, acabando com os salários altos, acabando com o... E a gente foi verificar rapidamente e era verdade. Era verdade. A gente não foi verificar o resto – minha culpa, nossa culpa – mas, mas ele *tava* fazendo o que disse. Então a gente publicou aquilo. Collor foi embora a partir daquele momento, ou seja, Veja deu, sem querer, sem pensar, sem refletir bem, mas parecia a coisa certa naquele momento alguém que *tava* combatendo a inflação e o inchaço governamental, e os cargos desnecessários, os salários ridículos... A gente publicou. Aí, ele foi embora. Foi embora... Demos uma capa um ano depois chamada ‘quem é esse senhor’, depois toda a campanha dele para a presidência, depois ele tomando a posse, depois o pacote antiinflacionário dele e o dinheiro sumiu (porque) que ele confiscou todas as economias, de todos os brasileiros e, depois, começamos a perceber que tinha muita corrupção naquele governo Não era a primeira vez que tínhamos descoberto corrupção, mas era a primeira vez que a gente podia falar da corrupção, abertamente. Publicamos uma capa famosa que se chamou ‘A República de Alagoas’ e, depois, em maio de 92 – é importante lembrar que era maio – publicamos uma denúncia contra o Collor do próprio irmão: Pedro Collor conta tudo. A partir daí, olha, era maio, era 27 de maio, em quatro meses - quatro meses -, só pra você sentir o cheiro do enxofre lá, quatro meses, ele foi (sofre o) impeachment, renunciou e foi embora. E a nossa capa de quando foi, de 30 de setembro foi: ‘Chegou a hora’. Ele

indo embora... E depois fizemos uma edição especial, na semana seguinte, com uma palavra única na capa: ‘Caiu!’. Em quatro meses. E Veja deu, durante aqueles quatro meses, praticamente toda semana, uma capa com mais descobertas sobre o esquema PC Farias e Collor e a roubalheira grassando no governo federal. Então, esta foi uma capa da qual eu me orgulho, uma capa não, uma série de capas da qual eu me orgulho muito, porque eu acho que Veja prestou um grande serviço ao País (YOUTUBE, 2007).

O vídeo, como se lê, é mesmo inusitado. O depoimento contradiz algumas prerrogativas clássicas do papel da imprensa.

O empresário praticamente confessa que outorgou a si mesmo um aval para mudar o curso histórico do país. Civita deixa claro o abuso do poder político da mídia, o partidarismo da imprensa a serviço da defesa dos próprios interesses e principalmente uma chancela sob medida capaz de surgir numa redação quando há uma suposta ameaça no ar.

O mais curioso é que ele foi postado no youtube por um usuário cadastrado como vejapontocom. Pelo volume de vídeos que há no youtube lançados por este usuário, deduz-se que essa é uma forma de marketing, uma ferramenta corporativa da Editora Abril, para dialogar com os internautas. Isso, claro, torna a explanação ainda mais esquisita, esdrúxula mesmo. As declarações contumazes de Roberto Civita, novamente, remetem a Perseu Abramo:

Se os órgãos não são partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, *sui generis*. Comportam-se e agem como partidos políticos. Deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política. Procuram *representar* – mesmo sem mandato real ou delegação explícita e consciente – valores e interesses de segmentos da sociedade. E tentam fazer a intermediação entre a sociedade civil e o Estado, o poder (ABRAMO, 2003:46).

Esse partidarismo da imprensa brasileira pode ser explicado pelo sociólogo francês Dominique Wolton, em “Pensar a Comunicação”. Segundo ele, “a liberdade política de informação nunca será ‘natural’, pois sempre subsistirá uma relação de força entre os atores políticos e a imprensa” (WOLTON, 263:2004).

A campanha praticamente publicitária para Collor, feita através do jornalismo da maior revista semanal de informação, e com declarações que endossam que “ele decolou, que ele foi embora”, surge como um fenômeno histórico que atinge o próprio jornalismo na visão de Wolton.

Em várias ocasiões, a imprensa conseguiu até fazer pressão sobre o poder político, mediante a opinião pública para obter o que queria. O combate, portanto, está ganho e as contradições a serem resolvidas decorrem diretamente de uma *tripla vitória*. Vitória política: os jornalistas e a informação estão no cerne de toda democracia, a realidade

das relações de força não ameaçando essa conquista. Vitória técnica: ontem, produzir informação era tido como uma proeza. Hoje, tudo é tecnicamente possível. Os sistemas de produção e transmissão permitem cobrir qualquer evento a partir de e para qualquer parte do mundo e informar instantaneamente o resto do planeta. O sonho de saber tudo sobre tudo, o mais rapidamente possível, para o maior número, virou realidade. Enfim, vitória econômica: a informação e a comunicação tornaram-se um dos setores mais lucrativos de nossas economias. Mesmo que os jornais tenham dificuldades financeiras, os semanários, a imprensa especializada, as rádios e a televisão, pública ou privada, e os grupos de comunicação são setores em expansão, e a aliança próxima da informática com a televisão e as telecomunicações apresenta-se até como ‘a chave do século XXI (WOLTON, 263:2004).

Estar no cerne da luta democrática, e transformá-la em questão também de imprensa, não deveria outorgar ou assegurar aos meios de comunicação a prerrogativa de interferência direta em processos eleitorais ou de fabricantes de um discurso que induza o público a interpretar determinado movimento histórico da forma que convém à “indústria da informação” e aos valores que as empresas representam e incorporam às suas atuações. Neste sentido, essa reportagem da Veja, mesmo escrita em 1988, torna-se sagazmente conectada às críticas tecidas por Dominique Wolton em *Pensar a Comunicação* (2004). Um texto como este de Veja tinha, além daquilo que já fora citado aqui, um trecho que remete, também publicitariamente, a uma notável missão cívica, funcionando quase como um receituário de atalho para que Collor entrasse para a história.

Não deixa de ser intrigante, no entanto, a combinação de vaidade, ambição e autoconfiança demonstrada pelo governador alagoano ao ser confrontado com uma perspectiva de ampliação de sua biografia política. Filho do senador alagoano Arnon de Mello, falecido em 1983, descendente de um cruzamento de oligarquias, uma nordestina, do lado de pai, outra gaúcha, por parte de mãe, filha do jornalista e político Lindolfo Collor, o governador de Alagoas poderia mirar-se no exemplo dos familiares, mas prefere um modelo mais forte. Na última quarta-feira, diante de um quadro do Marechal Deodoro da Fonseca pendurado numa sala do palácio do governo, Collor de Mello saboreava uma comparação entre o militar do retrato e ele próprio. ‘Deodoro foi o primeiro presidente da República e era Alagoano. Eu também serei presidente, como ele, afirmou o governador. Esqueceu-se de que, para fazer trajetória igual, entrando para a galeria dos presidentes brasileiros como Deodoro, teria de passar pela academia, vestir farda e dar um golpe (VEJA, nº12, 1988:40).

A capa da revista, enfim, está explicada, assim como a imagem que inspiraria o candidato a herói que fez com que o presidente da Editora Abril, parafraseando-o, ficasse “embasbacado”. Convém lembrar que Fernando Collor de Mello, embora chame para si uma identidade com o alagoano Marechal Deodoro da Fonseca, é carioca.



Figura 3 – Capa Veja de 23/03/1988 - O caçador de marajás

1.3- Anos Dourados: A Era FHC

Imagine a primeira página de uma das principais publicações italianas com uma manchete assim: “Exclusivo: Mussolini explica Mussolini e a Itália”. O leitor, estivesse ele nas décadas de 20 ou 30, estranharia. E que tal uma manchete como “Exclusivo: Hitler explica Hitler e a Alemanha”? Contemporaneamente, que tal “Berlusconi explica Berlusconi e a Itália”? E “Angela Merkel explica Ângela Merkel e a Alemanha”?

Manchetes como as criadas acima são, evidentemente, peças publicitárias, não jornalísticas. À primeira vista, claro, elas parecem impossíveis. A conexão delas com a realidade é muito tênue, melíflua. Chega a se ter uma idéia de matéria paga, de espaço comprado mesmo. Ou de ficção.

No período em que o fascismo foi uma corrente ideológica influente e muito popular no Velho Continente, mais precisamente em 1928, surgia, no Brasil, a revista O Cruzeiro. Não há, nos arquivos dela, uma reportagem cujo título seja “Exclusivo: Artur Bernardes explica Artur Bernardes e o Brasil”. Também não há, nos arquivos da revista Manchete, que surge apenas em 1952, uma primeira página que estampasse: “Exclusivo: Vargas explica Vargas e o Brasil” ou “JK explica JK e o Brasil”, já que a década de 50 ficaria conhecida como década do populismo. A revista O Cruzeiro teve, por pertencer a quem pertencia, uma relação ora de lua-de-mel, ora de litígio, de nitroglicerina pura, com o poder.

Criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, a publicação estabelece uma nova linguagem na imprensa nacional, através da publicação de grandes reportagens e dando uma atenção especial ao fotojornalismo. Na década de 1950, chega a vender cerca de 700 mil exemplares por semana. Colada nesse sucesso e aproveitando a euforia do pós-Guerra, em 1952 surge Manchete, da Editora Bloch – uma revista ilustrada que valoriza, ainda mais que o Cruzeiro, os aspectos gráfico e fotográfico. Otimista, a publicação coloca sua técnica ‘a serviço da beleza do Brasil’, além de lançar e manter colunas de cronistas como Rubem Braga, Paulo Mendes Campos etc (SCALZO, 2003: 30).

Em 22 de março de 2006, ano em que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva derrotou o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, no segundo turno e alçou direito a um segundo mandato, a maior revista semanal de informação trazia em manchete de capa: “Exclusivo: FHC explica FHC e o Brasil”. Logo na Carta ao Leitor dessa excêntrica edição, publicada à página 9, começa a pregação ideológica.

Os dois candidatos com chance de vencer neste ano, Lula e Alckmin, diferenciam-se apenas ligeiramente no compromisso com os padrões civilizados da prática política e na adesão à linguagem universal da democracia sustentada pela economia de mercado. Idealmente, o que o eleitor julgará neles durante a campanha não é a coragem de usar o vale-tudo para afundar o oponente em denúncias, mas as demonstrações claras de eficiência como gestor da máquina pública. Os brasileiros, em outubro, não serão tentados a sucumbir a promessas salvacionistas ou às ideologias lisérgicas do passado. Sob esse ponto de vista, não seria exagero dizer que a eleição presidencial deste ano está ganha (VEJA, nº11, 2006: 9).



Figura 4 – Capa Veja de 22/03/2006 – FHC explica FHC

Aquilo que não é valor editorial da revista é “ideologia lisérgica (alucinógena) do passado”. A proposta da pauta que rendeu a panfletária manchete era apresentar “trechos inéditos” do livro em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso revela os bastidores dos oito anos em que esteve à frente da nação. Não há, no trecho acima, um tom anti-Lula, mas uma busca por um equilíbrio que esteja distante o suficiente do que a publicação chama de salvacionismo ou de ideologia lisérgica do passado. Nas faculdades de jornalismo, um título como este para uma reportagem renderia a um estudante uma nota bastante baixa, em especial pelo tom ufanista e muito parcial que se dá à manchete, que contradiz praticamente tudo o que se deve buscar numa reportagem.

O nome do livro que o ex-presidente estava lançando era “A Arte da Política – A História que Vivi”. Curiosamente (ou previsivelmente?), há um acentuado alinhamento ideológico entre o nome da obra e o título da reportagem, no miolo da publicação (à página 88): “A Arte de ser FHC”. A linha fina, que tem a função de complementar o título acrescentando a ele mais informação – e deve ser realmente muito difícil complementar um título tão promocional – dizia, entre outras afirmações, que aquele era “o livro mais esperado do ano” e que nele o ex-presidente “explica o Brasil e o seu próprio (sim, com este pleonasma) papel no último quarto de século”.



Figura 5 –Veja – A arte de ser FHC

O amor é mesmo um sentimento nobre, sentimento que não deve, jamais, ser reprimido. E não há meio para deixá-lo à margem quando amor e paixão se fundem, ainda que respaldados ideologicamente, como um jogo de sedução. Veja ama FHC, é apaixonada pelo ex-presidente e, como donzela encantada que é, “embasbacada” - parafraseando o presidente da Editora Abril -, ela não tem outra escolha a não ser se render.

O ex-presidente é, sobretudo, um sedutor – o que A Arte da Política mostra é exatamente isto: como seu autor fez uso dessa capacidade inata e lapidada na vida acadêmica e pública, para atrair eleitores, correligionários e adversários (nem todos, é verdade) para o caminho da razão (VEJA, nº11, 2006: 91).

A narrativa de Mário Sabino avança. E vai da Grécia Antiga à Itália de Maquiavel, no relato que Veja dá à vida e à obra de FHC. Neste momento, retoricamente, Veja parece se lembrar que outra prerrogativa do jornalismo é a neutralidade.

Pode-se apontar muitos defeitos e malfeitos em seus oito anos de governo, como esta revista (e este repórter) fez. Pode-se afirmar, com dados e estatísticas, que ele não realizou tudo a que se propôs. Pode-se jurar nunca mais dar um voto ao ex-presidente, seja por decepção, seja simplesmente por aquele mesmo cansaço que levou os atenienses a afastar Péricles do governo da cidade. Pouco importa. Resta o fato de que, nos anos FHC, o Brasil deixou para trás a improvisação da economia, começou a desvincular o conceito de Estado daquele de nação, integrou-se ao mercado mundial e traçou ao menos um esboço promissor de futuro (cabe à sociedade e ao governo completar o desenho). Para não falar do privilégio de ter um presidente com o savoir-faire de contar uma mentirinha simpática à rainha-mãe inglesa. É a primeira vez que um ex-presidente brasileiro escreve um livro sobre o seu período de governo. Como o ex-presidente em questão é o sociólogo Fernando Henrique, o leitor ganha de brinde reflexões que se alternam com os fatos relatados. De certa maneira, é possível estabelecer um paralelo estrutural com *O Príncipe*, realização máxima do pensador italiano Nicolau Maquiavel de quem Fernando Henrique é grande conhecedor. O autor de *O Príncipe* ilustra a teoria com exemplos históricos; o de A Arte da Política ilustra a história com a teoria. Ilustração, aqui, não tem o sentido prosaico de apêndice, e sim de elucidação – não apenas as dos motivos que o levaram a tomar certas decisões, entre as quais a de tecer alianças com setores associados ao fisiologismo (a edição da revista Veja traz uma entrevista com o ex-presidente FHC à página 98), como a de um sistema desordenado e confuso, o qual o autor define como uma ‘contrafação do presidencialismo de coalizão’. Para explicar o seu governo e ele próprio como político, Fernando Henrique recorre a pensadores como Platão, Giambattista Vico, Max Weber, Norberto Bobbio e, claro, Maquiavel. Por esse motivo, o de desejar ir além do factual, ele resistiu a chamar o livro de ‘Memórias’, apesar de também sê-lo (VEJA, nº11, 2006: 91).

Uma reportagem com tais peculiaridades e nove extensas páginas, claro, termina de forma triunfal, com a reedição de preconceitos e de um elitismo doutrinário.

Ao final do livro, conclui-se que Fernando Henrique soube combinar a arte da política com outra arte difícil e até certo ponto inata – a de viver. Joie-de-vivre, como diria ele,

que gosta de brincar que ‘tem o pé na cozinha, sim...mas francesa’. Seus aliados certamente incluirão isso no rol de virtudes do melhor presidente que o Brasil já teve. Quanto a seus adversários, não há como deixar de reconhecer: essa é uma qualidade do melhor ex-presidente que o país já produziu (VEJA, nº11, 2006: 96).

A “sobremesa” dessa “reportagem” é uma entrevista pingue-pongue. Adivinhe com quem? Claro: Fernando Henrique Cardoso. São mais sete páginas de texto – o que significa dar, nesta edição de número 1948, 16 páginas do espaço editorial ao ex-presidente e a seu livro. Este complemento começa com a manchete “Me considero de esquerda”, à página 98. E a linha fina, logo de cara, ridiculariza a esquerda ou explica a esquerda a que FHC pertence. “Mas ser de esquerda, reitera FHC, não significa ser tolo, fiel a anacronismos” (VEJA, nº11, 2006: 98). Ainda na linha fina, outro trecho é categórico: o ex-presidente fala “do atual estágio da sociedade brasileira e diz que é extraordinário ouvir Lula. ‘Chego até a pensar: mas esse é o Lula ou sou eu?’” (VEJA, nº11, 2006: 98).



Figura 6 –Veja –“Me considero de esquerda”

Mais alguns detalhes: no índice da mesma edição há uma chamada da Editoria Brasil com a retranca Sucessão. Título dado à chamada, no índice: Com Alckmin, São Paulo teve crescimento chinês (VEJA, nº11, 2006: 98). A “matéria”, intitulada “A Aposta Tucana”, tem mais oito páginas. Ou seja: na edição de número 1948, Veja deu 24 páginas ao PSDB, seja com Alckmin, seja com FHC, seja com o livro do ex-presidente.

O tal crescimento chinês é uma forma de estampar ao leitor que esse “homem público”

permite ao Estado com peso econômico mais importante para a Federação obter um desempenho invejável, como se esse modelo de gestão fosse algo a ser seguido “em nome de um bem” idealizado pela publicação.

O posfácio do livro *Padrões de Manipulação da Grande Imprensa* (2003) traz um artigo escrito pelo jornalista Aloysio Biondi. O texto, intitulado “Mentira e caradurismo (ou a imprensa no reinado FHC)”, foi publicado originalmente no Anuário de Jornalismo⁵ da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero.

Contumaz, Biondi faz uma análise do comportamento da imprensa na metade do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar de não estarem associadas à edição 1948 da revista *Veja* – isso não seria possível também por uma questão cronológica, já que a data de capa da revista em questão em 22 de março de 2006 –, as críticas de Biondi tornam-se ironicamente visionárias.

Sem medo de exagerar, pode-se comprovar que as técnicas jornalísticas e a experiência de profissionais regamente pagos foram utilizadas permanentemente para encobrir a realidade. Valeu lançar mão de tudo: de manchetes falsas, inclusive ‘invertendo a informação’, a colocar o lide no final das matérias, isto é, esconder a informação realmente importante nas últimas quatro linhas (ABRAMO; BIONDI, 2003:54).

Biondi argumenta que o “adesismo” criou um padrão praticamente homogêneo na cobertura dos meios de comunicação do governo FHC.

É absolutamente injusta, e até politicamente equivocada, a mania de criticar o adesismo desta ou daquela rede de tv, deste ou daquele jornal e, principalmente, deste ou aquele colunista/comentarista de economia e política. Esse é um grave erro político, porque transmite à opinião pública a falsa impressão de que a manipulação permanente tem sido feita por este ou aquele veículo, ou por este e aquele profissional. Com isso, acaba-se levando a sociedade a acreditar que se trata de exceções, quando a verdade é que a manipulação é generalizada e constante, contando-se nos dedos os profissionais e veículos que têm procurado manter a equidistância em relação ao governo FHC e interesses a ele ligados (ABRAMO; BIONDI, 2003:55).

No fim do século XX e no início do século XXI, a imprensa brasileira demonstrava, como prova Biondi ao elencar o que ele chamou de “nove truques”, carregar um vício herdado da mídia norte-americana na cobertura da Revolução Russa. A forma e o tratamento dados por *Veja* ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso remetem a uma velha discussão da precisão jornalística no olhar dos veículos norte-americanos.

⁵.Aloysio Biondi, “Mentira e caradurismo (ou a imprensa no reinado FHC)”. In: Anuário de Jornalismo Cásper Líbero, nº1:19-27, 1999.

Em 1919, Walter Lippmann e Charles Merz, um editor associado do jornal New York World, escreveram um relato importante e contundente de como certos antolhos culturais distorceram a cobertura do New York Times da Revolução Russa. ‘No geral, as notícias sobre a Rússia se converteram num caso de ver as coisas não como eram, mas como os homens queriam ver’, eles escreveram (KOVACH;ROSENSTIEL, 2003:115)

CAPÍTULO II - UM BREVE ENSAIO SOBRE GÊNEROS

To Report, em inglês, significa informar, noticiar. A reportagem, que deriva da palavra francesa *reportage*, é (ou deve ser) predominantemente informativa. No Dicionário Michaelis, aberto a qualquer usuário que navegue pelo portal UOL, as definições remetem a “adquirir informações para os periódicos: fazer uma reportagem. Noticiário desenvolvido sobre algum assunto. O serviço prestado pelos repórteres nos periódicos em que colaboram. As notícias que eles preparam para os periódicos” (UOL DICIONÁRIO MICHAELIS, 2010).

O *Dicionário de Comunicação* (1987) traz uma definição que, de certa forma, contribui para que se estabeleça essa confusão de gêneros. De acordo com este dicionário, reportagem é:

Conjunto das providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção dos dados, interpretação e tratamento, dentro de determinadas técnicas e requisitos de articulação do texto jornalístico informativo (RABAÇA; BARBOSA; SODRÉ: 509).

A interpretação e a redação final do texto, como partes do rito da reportagem, são subjetivas. Quais reportagens podem ser consideradas exemplos de isenção, em especial nos grandes veículos de comunicação? Quão possível é esse ideal, talvez pouco palpável, do jornalismo factual? Sugere-se, por exemplo, que o futuro da mídia impressa tradicional esteja numa abordagem mais analítica. A fragilidade na compreensão da amplitude dessa “análise” desperta, renova e realimenta dúvidas.

Além do jornal, que, apesar de ter um espaço reservado aos editoriais, também deixa um rastro de opinião embutido nas reportagens, as revistas assumem este papel, às vezes com maior frequência. Uma das possíveis explicações, principalmente nas revistas, está numa certa “subordinação” aos meios eletrônicos. A TV e a internet se tornam, cada vez mais, modelos de pauta para a mídia impressa, que, por sua vez, precisa reorganizar os elementos de determinado fato e produzir um texto com uma nova abordagem. A partir disso, erros editoriais podem se tornar mais constantes, à medida que a ambigüidade entre a interpretação e a realidade emerge.

Quando a revista *Veja* transforma o relato jornalístico em opinião, ela viola o principal objetivo do gênero informativo, pois mostra um fato a partir dos interesses da própria linha editorial. O híbrido “informação e opinião” num texto publicado - em tese com prerrogativa

estritamente informativa - pode levar o leitor a perceber determinado fato de acordo com os valores opinativos implícitos, acoplados nessa fusão. “O que se observa no jornalismo atual é uma simbiose, não uma separação. A notícia nunca esteve tão carregada de opiniões” (PENA, 2006: 51).

A quem interessa o que Felipe Pena, autor de *Teoria do Jornalismo* (2005), chama de simbiose? Por que, ao ultrapassar a fronteira imaginária, o jornalismo de afirmação, dizem Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004), prevalece em relação à verificação? Até que ponto mesclar opinião e informação num mesmo texto e publicá-lo como “reportagem” distorce a realidade? Quão possível é interpretar a realidade se as pessoas são subjetivas?

De acordo com Pena, a Teoria do Espelho, reconhecidamente obsoleta, busca compreender a imprensa como um “espelho” do real e, por isso, se tornou base sólida para muitos jornalistas discutirem o papel da imprensa na sociedade. Pena afirma que o modelo também provoca um debate sobre objetividade.

Até hoje, a comunidade jornalística defende a Teoria do Espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (PENA, 2005: 126).

O conceito de *Newsmaking* redimensiona a Teoria do Espelho, que tem como principal pressuposto a defesa de que o jornalismo deve refletir exatamente a realidade. A indústria da informação interpreta um fato, um relato de algo que já aconteceu. Portanto, critérios de valores-notícia interferem na produção jornalística.

Ao explicar o modelo do *Newsmaking*, Pena reafirma que o jornalismo “constrói uma realidade” em função de uma “lógica interna” que influencia todo o processo editorial.

O jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade. Dessa forma, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia (PENA, 2005: 128).

Ao apoiar-se neste conceito, o autor explica que uma das práticas de que se ocupa a Teoria do *Newsmaking* é a noticiabilidade, cuja própria concepção já embute certa subjetividade.

Ela é um conjunto de critérios, operações e instrumentos para escolher entre inúmeros fatos uma quantidade limitada de notícia. A noticiabilidade é negociada por repórteres, editores, diretores e outros atores do processo produtivo na redação. Sua aplicação

baseia-se nos valores-notícia, que são os tais critérios e operações usados para definir quais acontecimentos são significativos e interessantes para serem transformados em notícia. (PENA, 2005:130).

Não há fórmula que assegure ao repórter absoluta isenção. Temos valores e estamos suscetíveis a eles – e principalmente ao que representam– em nossos relatos.

Chaparro, em *Sotaques d'aquém e d'além mar - Travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos*, (2008:19) e Felipe Pena, em *Jornalismo Literário*, (2006:18) citam que o primeiro jornal diário de natureza política foi também pioneiro ao se preocupar com a objetividade jornalística. Criado em 1702, na Inglaterra, o *Daily Courant* desempenhou papel importante. Dirigido por Samuel Buckley, tinha na linguagem uma das principais inovações. Ele se preocupava com o relato “preciso” dos fatos e decidiu criar um estilo que influenciaria toda a produção. A estratégia parecia simples: separar notícias de artigos. Talvez sem perceber, Buckley colocaria em evidência algo que se discute por pesquisadores interessados em jornalismo há mais de três séculos: é realmente possível separar informação de opinião? Chaparro (2008) argumenta que o rompimento dessa “fronteira”, que Felipe Pena chamou de simbiose, é um processo em curso:

O paradigma Opinião x Informação tem condicionado e balizado, há décadas, a discussão sobre gêneros jornalísticos, impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a maioria dos autores que tratam do assunto. A conservação dessa matriz reguladora esparrama efeitos que superficializam o ensino e a discussão do jornalismo, e tornam cínica sua prática profissional (CHAPARRO, 2008: 146).

Ancoram-se nos efeitos desse cinismo apontado pelo professor Chaparro as empresas que “se escondem” atrás da teoria segundo a qual no espaço reservado às reportagens estejam apenas informações precisas, “comprovadas”, de fato imparciais. Para garantir a credibilidade, maior patrimônio jornalístico de qualquer veículo, criou-se a idéia de que há locais apenas para os textos noticiosos e outros para os comentários e congêneres.

Informação e Opinião estão inevitavelmente associadas em qualquer texto jornalístico, até porque não existe texto dissociado da ação de pensar. E assim como, nas artes do narrar, são os critérios subjetivos (ou seja, as idéias) que determinam escolhas e hierarquias dos fatos, nos textos da argumentação o que dá clareza às idéias é a contundência dos fatos (CHAPARRO, 2008: 162).

Há pelo menos duas correntes sobre o tema. No século XVIII, Buckley acreditava no ideal de separação, afirmando que era possível identificar textos com caráter apenas informativo, ou seja, sem qualquer característica opinativa, portanto, isento de parcialidade.

Com o passar dos anos e as transformações dos meios de comunicação, a “ilusão da objetividade” ganha forma e se torna parte de um debate mais acirrado. Será um diálogo “desapaixonado” capaz de garantir, num processo sistêmico, a reprodução da realidade?

Por trás da noção de que é possível uma reportagem objetiva está a idéia de que a informação pode ser apresentada de tal maneira que seus receptores sejam capazes de formar suas próprias opiniões. A reportagem objetiva é entendida como desapaixonada, sem preconceitos, imparcial, isenta de sentimentalismo e conforme a realidade (KUNCZIK, 2001: 227).

Surgiu, então, segunda vertente que partia do pressuposto de “não haver verdade absoluta”. Por si só, essa tendência implodia a possibilidade da alardeada objetividade jornalística, um mantra editorial que resiste ao tempo. Alguns pesquisadores concluíram que não é possível este hiato, visto que o jornalista é suficientemente subjetivo para interferir, mesmo que minimamente, na elaboração da matéria. Construir uma argumentação que transforme em relato o processo de apurar e interpretar dinamita a fronteira. “Pode-se supor que quanto maior for a distância entre uma pessoa e seu trabalho jornalístico diário, maior será a sua tendência a se iludir quanto à possibilidade de uma reportagem objetiva” (KUNCZIK, 2001: 228).

Estudos recentes também insistem na rediscussão do binômio objetividade/subjetividade. Felipe Pena (2006) sugere que se reconheça o que ele chama de “inevitabilidade” da objetividade.

A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade. Seu verdadeiro significado está ligado à idéia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não se pode cultuá-los como a expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico ao reportá-los (PENA, 2006: 50).

O professor Manuel Carlos Chaparro (2008) explica a rejeição a um modelo que seja capaz de classificar ou simplesmente padronizar os gêneros.

Não há como ajustar as formas discursivas do jornalismo ao critério que divide os textos em informativos e opinativos – até por serem coisas de esferas diferentes: na teoria dos gêneros, a divisão dos textos em classes e tipos (Artigo, Notícia, Reportagem, Entrevista, Crônica...) resulta da diversidade nas estruturas externas. As denominações identificam formas. Já as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como substâncias na natureza do jornalismo, na medida em que se constituem suportes que permanecem na totalidade da ação jornalística, quer se relate ou se comente a atualidade (CHAPARRO, 2008: 147;148).

A tentativa de delimitar a fronteira entre os textos também resiste ao tempo. A interferência da fonte no processo, aliada à forma como a visão de mundo dela respalda o relato, é um problema conjuntural que colabora para praticamente minar a possibilidade de isenção.

Já não é possível explicar e entender a ação discursiva do jornalismo pela dicotomia Opinião X Informação. Qualquer leitura de jornal ou revista de grande circulação deixa evidente que as fronteiras entre Opinião e Informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística, por sua vez influenciada pela interferência interessada e legítima dos vários sujeitos do processo – tanto no Relato quanto no Comentário da atualidade (CHAPARRO, 2008: 160).

O conflito recai sobre a linha tênue, talvez simbiótica mesmo, que separa informação e opinião. Por mais objetivo que um jornalista pretenda ser, ele precisa escolher sobre o que escrever – de acordo com o que é considerado “notícia” – e, para o autor, isso já é claramente subjetivo. “A cultura jornalística produziu, pois, um equívoco. Até a notícia dita objetiva, construída com informação pura, resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela competência opinativa do jornalista” (CHAPARRO, 2008: 162).

A Teoria do *Gatekeeper* é outro clássico exemplo que privilegia essa ação pessoal. De acordo com ela, o jornalista se torna um selecionador e carrega a responsabilidade de decidir o que deve ou não ser publicado.

A metáfora é clara e direta. O conceito refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Ou seja, diante de um grande número de acontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (*gate* em inglês). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou portão (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista. Ele é responsável pela progressão da notícia ou por sua “morte” (PENA, 2005: 133).

Os jornalistas escolhem, em especial na etapa de pauta, as pessoas a quem dão voz. E selecionam os temas levados à discussão pública. A tríade pauta-reportagem-edição dá início ao processo editorial com a pauta, normalmente, contendo um objetivo claro, uma proposta: na maioria das vezes, escolhem-se fontes que vão apenas validar a argumentação que se deseja construir. A reportagem é a etapa da validação em si, ou seja, o momento em que se recorre a essas fontes para legitimar um relato previamente existente a partir da própria concepção de pauta. E a edição dá formato, adapta a linguagem da reportagem e os objetivos da pauta às diretrizes editoriais. Os “filtros”, no entanto, começam na própria seleção.

Em *Jornalismo Internacional* (2004), João Batista Natali traça uma analogia em relação ao que ele chama de “mortos de primeira classe”. Ele compara o número de palavras dadas

pelos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S.Paulo* por morto em acidentes aéreos na Europa e na África, no ano 2000.

O acidente mais “fraco” para os três jornais brasileiros aconteceu em Luanda, capital de Angola. O avião, coitado, era um velho Antonov de fabricação russa. Morreram 39 pessoas. Eram todas angolanas exceto os quatro tripulantes, de nacionalidade ucraniana. Era um voo doméstico. A *Folha* noticiou o episódio com 225 palavras – ou 5,7 palavras por morto. *O Globo* o fez com 228 palavras- ou 7,4 palavras por morto. Quanto a *O Estado de S. Paulo*, foram 444 palavras – ou 11,4 palavras, também para cada passageiro ou tripulante que morreu (NATALI, 2004:13).

Natali estabelece um paralelo contundente, mostrando a subjetividade deste critério de seleção: os mesmos jornais abriram um espaço muito maior para o relato das mortes dos passageiros do avião que caiu na França, o que explica e define aquilo o autor chamou de “mortos de primeira classe”.

No extremo oposto de nosso exercício comparativo, eis que nos deparamos com a notícia da primeira e única queda de um Concorde na longa história comercial, já encerrada, do supersônico de fabricação franco-britânica. O avião, da Air France, caiu em Gonesse, nas imediações de Paris, e transportava turistas alemães. Morreram 113 passageiros e tripulantes. O acidente foi noticiado durante oito edições consecutivas pelos grandes jornais do mundo inteiro. Com relação aos três jornais brasileiros, a *Folha*, para cada morto, publicou 39 palavras. No *O Globo*, foram 27 palavras, e no *Estadão*, 25. Trocando em miúdos, se fosse para levar em conta apenas a proporção de espaço de noticiário para cada passageiro ou tripulante que morreu nesses dois acidentes, a *Folha* deu para cada morto do Concorde quase sete vezes mais espaço do que para cada morto do Antonov. *O Globo* deu 3,6 vezes mais e o *Estadão*, 2,2 vezes (NATALI, 2004:13;14).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) chamam este critério de “demografia dirigida”. Em *Os Elementos do Jornalismo*, eles explicam que a grande imprensa, entre outras razões por necessidade econômica, tende a concentrar a cobertura em áreas consideradas “mais prósperas”, outro indicativo por si só subjetivo.

Se pensarmos no jornalismo como cartografia social, o mapa deve incluir notícias de todas as comunidades – não só daquelas que apresentam uma demografia atraente ou um apelo forte para os anunciantes. Sair dessa linha de ação equivale a criar mapas com áreas inteiras omitidas. Infelizmente, esse tem sido um princípio difícil de aplicar. Os jornais, ao longo dos anos 80, começaram a se concentrar nos leitores mais prósperos. Esse aspecto exige um pouco mais de discussão. Depois de 25 anos perdendo leitores e anunciantes para a televisão e outros meios de comunicação, os jornais decidiram que havia limites estruturais quanto à circulação que poderiam ter na era do vídeo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004:250).

Os jornalistas, que também possuem idiossincrasias, seguem parâmetros editoriais fixados pelas empresas nas quais trabalham. Isso limita ainda mais a possibilidade de um texto explicitamente objetivo. Há fronteiras políticas, econômicas, culturais, mas também geográficas. Determinadas áreas são privilegiadas; outras, sumariamente excluídas. “Toda organização dispõe de meios específicos para realizar seu trabalho e eles influenciam diretamente o resultado desse trabalho, ou seja, o produto final” (PENA, 2005: 135).

Há, portanto, um jogo de interesses. A atuação do profissional fica confinada às diretrizes da linha editorial do veículo que o emprega. Muitas vezes, o repórter é obrigado a se submeter aos preceitos da empresa para manter o trabalho, tornando-se, de certa forma, um aliado da “linha editorial”. No Brasil, um agravante.

Talvez a maior diferença entre a imprensa portuguesa e a brasileira esteja no perfil e no porte empresarial das organizações das editoras. No Brasil, ao contrário do que ocorre em Portugal, os grandes jornais pertencem a conglomerados familiares: os Frias (*Folha*), os Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), os Marinho (*O Globo*), os Sirotsky (*Zero Hora*), os Simões (*A Tarde*, de Salvador), os Civita (Editora Abril, da *Veja* e dezenas de outras revistas). Essas famílias comandam empresas poderosas, pólos econômicos com força própria, estruturas complexas, cada uma delas com milhares de empregados e segmentações de multimídia (CHAPARRO, 2008: 105).

Ainda segundo o professor Chaparro, as empresas jornalísticas recorrem a certos artifícios para iludir e “ludibriar” o público. A questão não está restrita apenas a coberturas de assuntos de *hardnews*. Ela tem efeitos econômicos e aproxima a discussão de gêneros, proposta por Chaparro, daquilo que Dominique Wolton (1999) define como um “frágil triunfo da informação”. A “vitória econômica do jornalismo”, argumenta Wolton em *Pensar a Comunicação* (1999), viabilizou que a informação, com menos fronteiras políticas e tecnológicas e mais força econômica, tenha se tornado mais homogênea.

No Brasil não existem Conselhos de Redação, nem Estatutos Editoriais, nem negociações sobre quem vai ser o próximo diretor. A lógica e as razões do mercado impõem-se ao jornalismo diário brasileiro, para lhe garantir sucesso. Isso produz bons projetos jornalísticos, mas também cria logros, até na informação do dia-a-dia (CHAPARRO, 2008: 105).

É preciso ressaltar que muito do que se vê hoje na imprensa brasileira vem do próprio desenvolvimento que ela adquiriu nos últimos 40 anos. Foi nos chamados “anos de chumbo” que algumas das grandes empresas brasileiras de comunicação - verdadeiros conglomerados midiáticos atualmente - ergueram os pilares de suas estruturas. A propaganda do regime

militar encarregou-se de, pelo menos, neutralizar alguns dos efeitos sociais da repressão, em especial no governo Médici.

O governo contou com o grande avanço das telecomunicações no país, após 1964. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, de quem se transformou em porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país (FAUSTO, 2006:484).

Muitas empresas de comunicação, a Rede Globo por exemplo, apoiaram, direta ou indiretamente, o governo militar. O historiador Boris Fausto (2006) a chamou, como se viu, de “porta-voz do regime militar”. As remanescentes estão consolidadas. O poder político alimenta o econômico, que se transforma em audiência, prestígio e, talvez, credibilidade. Essa subjetiva credibilidade acaba por realimentar o poder econômico e se reverte em maior expressividade política. Naquele período, o “apoio”, direto ou indireto, não significou que essas companhias também não sofressem com a censura. Para os militares, mesmo aqueles que os “apoiavam” deviam ser vigiados, pois alguma “estratégia subversiva” poderia estar oculta.

A negação das liberdades era profundamente sentida pelos chamados formadores de opinião, e a miragem do milagre econômico começava a se dissipar. No curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. As últimas eram destinadas a acalmar o “público interno”, ou seja, integrantes da corporação militar. No mês de janeiro, tivemos exemplos dessa tática: em surdina, o governo suspendeu a censura ao jornal O Estado de S. Paulo; a isto se seguiu uma ousadia maior dos outros jornais, com destaque para a Folha de S. Paulo. Por outro lado, o ministro da Justiça, Armando Falcão, desfechou uma violenta repressão contra o PCB, acusando-o de estar por trás da vitória eleitoral do MDB. Um confronto importante entre o governo e a linha-dura ocorreu afinal às claras em São Paulo. Embora a guerrilha tivesse sido eliminada, os militares linha-dura continuavam a enxergar subversivos por toda parte (FAUSTO, 2006: 491).

O fim das barreiras impostas pela censura durante a ditadura levou as empresas jornalísticas a adotarem certo “autoritarismo”. E elas fazem uso dele de forma indiscriminada, naquilo que Wolton (1999) aponta como viés político do já citado “frágil triunfo da informação” e Cremilda Medina chama de “autoritarismo institucional”.

O autoritarismo institucional acentuou a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva. Como não podia deixar de ser, a pluralidade de pontos de vista foi negada à sociedade brasileira através do grande sistema da indústria cultural, ou

pela censura explícita ou pela autocensura implícita nos meios de comunicação dependentes do beneplácito econômico (publicidade das estatais) ou político (no caso das concessões dos meios eletrônicos). O autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional (MEDINA, 2008: 36).

Um exemplo da relevância da reflexão proposta pela professora Cremilda Medina é o vídeo institucional do Grupo Abril, postado no Youtube em 2009. O Grupo é citado como parte da “história” dos brasileiros. Há, nele, uma exaltação acertadamente auto-referente.

Você já parou para pensar em como, quando e onde consome informação? Nem todo mundo se dá conta, mas hoje, basta abriremos os olhos para termos acesso a uma quantidade infinita de conteúdo, disponível nas mais diversas mídias em tempo integral. O problema já não é ter acesso, mas é saber que informação vale a pena. O Grupo Abril, um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina está atento a essa questão. Desde 1950, quando Victor Civita lançou a versão brasileira da revista *O Pato Donald*, a integridade, a excelência no tratamento da informação, a valorização das pessoas e o pioneirismo são as bases que orientam o trabalho das diversas empresas que formam o Grupo Abril. De lá para cá, o grupo se empenha em contribuir para a difusão da informação de qualidade, da cultura, da educação e do entretenimento. É por isso que a história do Grupo Abril se confunde com a nossa história. E hoje, na era da comunicação, ele se faz ainda mais presente (YOUTUBE, 2009).

No mesmo vídeo, percebe-se que *Veja* é parte central de uma estrutura de grande poder político e econômico, o que novamente remete à crítica apresentada por Cremilda Medina.

Se a procura é por notícias e entendimentos dos fatos cotidianos, suas revistas apresentam opiniões bem fundamentadas, obtidas por meio das mais confiáveis fontes. Entre essas publicações está *Veja*. A maior e mais influente revista do Brasil. E a quarta maior revista semanal de informação do mundo (2009). Com sua competência jornalística e credibilidade, *Veja* vem exercendo um papel importante na história do país desde que foi lançada em 1968. *Veja* existe para ajudar os leitores a entender melhor o mundo em que vivemos (YOUTUBE, 2009).

Para Wolton (1999), a “vitória política” do jornalismo – são cada vez mais escassos os exemplos de regimes que insistem em cercear a liberdade de imprensa – reitera o compromisso da comunicação com a democracia.

A comunicação não é a perversão da democracia, é, antes, sua condição de funcionamento. Não há democracia de massa sem comunicação, e por comunicação deve-se entender as mídias e sondagens, mas também o modelo cultural favorável à troca entre elites, dirigentes e cidadãos. Nessa perspectiva, as mídias e sondagens são o meio dado aos cidadãos para compreenderem o mundo e, ao mesmo tempo, a concretização dos valores da comunicação, indissociáveis da democracia de massa

(WOLTON, 1999:197).

A democracia brasileira, ainda recente, pode caminhar para construir uma relação com a imprensa pela qual ambas se fortaleçam. Uma democracia mais forte pressupõe pluralismo maior de idéias, de debate público. Uma imprensa que colabore com este processo tende a ser vista como instrumento fundamental para a reflexão do cidadão.

Cremilda Medina aponta a existência de outra barreira que dificulta o trabalho: a matéria-prima do jornalista é o “presente”, algo mutável.

O repórter se lança a uma pesquisa ou ato de decifração possível perante a complexa rede de forças que atua sobre o fato jornalístico (a pauta). Surge então a consciência de que entramos numa especulação ilimitada, um mergulho na Verdade de muitas faces, contradições, em que a atuação do jornalismo é sempre relativa, nunca totalmente objetiva, cientificista, como pretendem os clássicos do mito da objetividade. Diante de uma Realidade cifrada (como Freud diante do Sonho), inicia-se um processo de decifração. Trata-se da arte de tecer o presente, e não a garantia científica de atingir a Verdade Absoluta (MEDINA, 2008: 32).

Os relatos reproduzidos na grande imprensa não são meros relatos. O que é publicado é uma versão do fato, e não o fato em si. Não há a “fórmula da verdade”. “A sociedade confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo. E também confunde texto com discurso” (PENA, 2006: 51).

O “mito” da objetividade, como remédio para o maior dos males no jornalismo, cnicamente realimenta um modelo em que a dualidade de informar e opinar está tão presente. Chama a atenção essa oscilação entre extremos: se a objetividade está numa ponta, a subjetividade, antagônica a ela, está em outra, como mostra Felipe Pena. Quando a imprensa resolve, sob o pretexto de informar, opinar, ela pode, muitas vezes, direcionar a opinião pública para algumas de suas causas. É rigorosamente o que se vê nas declarações de Civita em um vídeo postado no Youtube em 2007, em especial quando ele declara que deu voz e projeção a Collor por ter ficado “embasbacado” (YOUTUBE, 2007), naquele aval dado por ele a ele próprio para interferir no curso da história política do País.

Edvaldo Pereira Lima (2009) prega que não há nada “absolutamente neutro”. “Neutralidade, já é ponto pacífico, não existe nem mesmo na ciência, porque a própria visão de mundo do experimentador, por si só, condiciona a experiência. E a objetividade jornalística, questão polêmica, parece nos dias de hoje ganhar a condição de mito ou utopia” (LIMA, 2009: 81).

Cético em relação à neutralidade, Lima não deixa de reconhecer que a discussão a

respeito do tema contribui positivamente com a prática jornalística. “Historicamente, o desenvolvimento das técnicas amarradas por esse conceito de objetividade trouxe à prática algo de benéfico, possibilitando critérios mais precisos na seleção e ordenamento dos elementos que compõem uma leitura do real” (LIMA, 2009: 101).

A aposta no desenvolvimento de um método que aproxime o jornalista de seu público pode ser um caminho. Os textos devem seguir, no atalho para este fim, preceitos das técnicas narrativas. Assim, o jornalista terá a possibilidade de descrever melhor os fatos, seus personagens e trazer mais “verdade” ao texto. Lima propõe a substituição da objetividade por algo mais amplo:

A objetividade, marcada pelo seu ranço reducionista, deve ser substituída pela idéia de amplitude ordenada em que operam novos níveis de compreensão, balanceados pelo ajuste sistêmico entre o racional evoluído para um patamar superior e o emocional acionado para a identificação e a projeção elucidadoras (LIMA, 2009: 102).

A reportagem, texto enquadrado como informativo, deve ser conduzida como relato, algo que alicerce o começo, o meio e o fim da estrutura. Narrar acontecimentos implica descrevê-los e contextualizá-los mais e julgá-los menos. Na essência, a reportagem, especialmente a de revista, tem como objetivo aprofundar um assunto (muitas vezes já discutido pelos veículos de periodicidade diária), trazendo ao leitor desdobramentos desse fato, seus efeitos.

Entretanto, é possível observar que *Veja* se aproveita dessa prerrogativa, ancorada talvez pela necessidade de uma nova abordagem para assuntos que muitas vezes já foram levados à opinião pública e discutidos pela mídia, e, em vez de se aprofundar em determinados assuntos, ela assume uma postura que pretende indicar aos leitores vícios e virtudes, certo e errado. Um exemplo envolve o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, citado como alguém “maior” na disputa eleitoral que, em fevereiro de 2010, mal havia começado. “FHC deveria se confrontar apenas com Lula, que ocupa o cargo que já foi dele um dia – e não com Dilma, figura comparativamente menor, que jamais recebeu um voto na vida” (VEJA, nº7, 2010: 47).

Neste momento, ao tachar a então pré-candidata do PT, Dilma Rousseff, de “figura comparativamente menor”, *Veja* impõe claro e sentenciador juízo de valor à construção textual, algo que pode ser compreendido até como defesa do legado do antecessor de Lula. “Mais importante do que falar sobre o passado, é discutir o futuro. O Brasil precisa debater o que o próximo presidente da República vai fazer – e não comparar o trabalho dos que já

passaram” (VEJA, nº7, 2010: 47).

Por trás da crítica sistemática à esquerda, quase sempre com o objetivo editorial de ridicularizá-la, está a defesa do modelo econômico vigente. Da mesma forma, em nome dessa defesa, é preciso dar voz e espaço a quem fale por ela. Outro exemplo: nas quatro edições de Veja em janeiro de 2010, o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, é fonte.

Considerando que o título é semanal, isso equivale a tentar estabelecer um diálogo entre o presidente do principal partido de oposição e o público da revista. Não se trata de ouvir o outro lado: ele cumpre aquilo que Cremilda Medina aponta como processo autoritário, ou seja, ele dá “as aspas” de que a revista precisa. Contudo, Marília Scalzo ressalta que isso faz parte de uma relação de confiança entre a revista e o seu público-alvo:

É claro que, se o leitor já estabeleceu uma relação de confiança com a publicação, vai acreditar no que ela diz e na qualidade de suas fontes. Mas é também dever do jornalista indicar na forma mais clara possível a origem das informações, para que cada leitor avalie sua importância e credibilidade. Várias revistas por não trabalhar com notícias, no sentido clássico da palavra, acabam abandonando os procedimentos básicos do jornalismo (SCALZO, 2003: 82).

Cabe ao leitor desenvolver um senso crítico de reflexão para que a influência dos meios de comunicação não seja decisiva na tomada de decisões, para que a informação acompanhada de opinião não o induza a ver o mundo por um prisma previamente sugerido, arquitetado para este fim. Confiar em determinada publicação não significa aceitar tudo o que ela é capaz de divulgar. Questionar, duvidar e cobrar um trabalho jornalístico bem feito também contribui na qualidade daquilo que é produzido. Da mesma forma, o jornalista precisa estar atento e perceber que o resultado de seu trabalho deve ser, antes de mais nada, de interesse público. É para e pelo público que os jornalistas devem trabalhar.

O público que consome revista acompanha, até em função do próprio processo industrial e editorial que envolve a periodicidade, os desdobramentos das notícias. Assim, o presente interessa menos; trabalha-se muitas vezes com a perspectiva de traçar cenários a partir de um determinado fato. Alguns títulos enxergam nessa demanda jornalística um pretexto para adicionar opinião ao que produzem. Marília Scalzo aponta uma incongruência.

O que não dá para confundir é texto de revista com texto opinativo. É verdade que muitas revistas carregam opinião, mas o bom texto de revista tem que estar calçado prioritariamente em informações. Recheiar um texto apenas com juízos de valor (próprios ou tomados emprestados de alguém) é fácil – as opiniões são livres e baratas-, mas são sempre informações que garantem a qualidade e consistência do texto jornalístico (SCALZO, 2003: 58).

A autora de *Jornalismo de Revista* (2003) não avança na forma como Veja fere este princípio. Na essência, a reportagem, especialmente a de revista, tem como objetivo aprofundar um assunto.

De acordo com o vídeo da própria Abril, é para que nós possamos entender melhor o mundo em que vivemos.

2.1 Reportagem e persuasão

Em *Linguagem e Persuasão* (1989), Adilson Citelli afirma que a persuasão não ocorre apenas quando os meios de comunicação cometem equívocos no sentido de enganar, mas também através da estrutura do discurso que é utilizado. “Persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o receptor” (CITELLI, 1989: 14).

Para Citelli (1987), este processo de “organização” do discurso pode passar praticamente despercebido pelos leitores. Não basta apenas incorporar o que é dito pelos meios de comunicação, mas questionar o que foi proposto por eles. “É necessário, então, indagarmos um pouco mais sobre a natureza do discurso persuasivo enquanto ponte para as falas institucionais” (CITELLI, 1989: 33). Veja empenha-se em legitimar informações num enredo com suporte de adjetivos, por exemplo na “reportagem” sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos.

O decreto produzido pelo ex-terrorista de esquerda Vannuchi - com a colaboração dos ministros Tarso Genro, da Justiça, e Franklin Martins, da Comunicação Social, sempre eles - não se limita, porém, a lançar idéias sobre como censurar a imprensa, extinguir o direito à propriedade e emular o sistema chavista de "consultas populares" como forma de neutralizar os poderes da República. Numa espécie de samba do petista doido, ele dispõe ainda sobre assuntos que vão do apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis à mudança de nomes de ruas e prédios públicos - aqueles que não estiverem de acordo com o gosto dos bolcheviques que ora habitam o Planalto, claro. Na juventude, o secretário Vannuchi tentou transformar o Brasil em uma ditadura comunista por meio da guerrilha - ele foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização terrorista esquerdista. Agora, no crepúsculo da vida, tenta fazê-lo à base de canetadas. De uma forma e de outra, o ex-terrorista de esquerda Vannuchi entrou para a história pela porta dos fundos. Seu decreto é como achar que se pode matar inocentes em nome de uma causa política: coisa de maluco (VEJA, nº2, 2010:64).

No parágrafo acima há três vezes a menção terrorista ou ex-terrorista. A analogia com o “samba do crioulo doido” chega a ser engraçada. Na reprodução, não há relato: há um

conjunto de afirmações que alijam a um confinamento um “inimigo da liberdade”, não à toa, um ex-terrorista. A expressão “samba do crioulo doido” remete à música de Sérgio Porto, que utilizava também o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, gravada pelo Quarteto em Cy em 1968 (DICIONÁRIO MPB, 2010).

Assim, Veja cria ambiente para descrever o fato pelo prisma de sua interpretação subjetiva de um processo.

Os recursos retóricos se encarregam de dotar os discursos de mecanismos persuasivos: o eufemismo, a hipérbole, os raciocínios tautológicos, a metáfora cativante, permitem que projetos de dominação de que muitas vezes não suspeitamos, possam esconder-se por detrás dos inocentes signos verbais (CITELLI, 1989: 36).

Aos amigos, eufemismos. Aos inimigos, hipérboles capazes de fazer emergir suas feridas. Uma das explicações para essa recorrente solução de mesclar opinião e informação pode ser encontrada no fato que, com o surgimento da TV, a mídia impressa precisou se adaptar e descobriu que era admissível manter certa concorrência com esse novo meio de comunicação e, para isso, foi necessária a mudança de postura em relação ao noticiário televisivo. É possível discutir também se o jornalismo impresso passou a integrar um campo mais opinativo do que informativo.

Em *Jornalismo Político* (2005), Franklin Martins – o mesmo que foi citado pejorativamente no “sempre eles” da página anterior (mais à frente, neste mesmo trabalho, ele será chamado por Veja de ex-sequestrador, ex-jornalista e de Ministro da Supressão da Verdade) mostra que os jornais, em especial nos anos 50, eram assumidamente partidários, peças de campanhas eleitorais.

Observa-se que as revistas e os jornais partiram para uma nova experiência, já utilizada, mas pouco explorada. Os textos passaram a buscar uma interpretação “inédita” dos acontecimentos, algo que a TV, por lidar com o tempo escasso e a linguagem factual, não podia oferecer de forma tão expressiva.

A concorrência com a televisão exigiu que o jornalismo impresso se especializasse nas formas opinativas e interpretativas, deixando a abordagem puramente informativa a cargo do jornalismo de televisão. Por um certo tempo, isso garantiu a sobrevivência dos impressos e sua autonomia em relação à TV, que, se outrora dependente dos jornais impressos, hoje dita as pautas que estes irão trabalhar no dia seguinte (MARCONDES FILHO, 2002:35;36).

A TV também não é imparcial nas coberturas que realiza. Na própria edição dos vídeos, estão implícitos recortes editoriais das emissoras. A escolha de determinado ângulo para uma

abordagem já é um direcionamento editorial. Até mesmo o famoso “ao vivo” traz seu grau de parcialidade, visto que, muitas vezes, há uma “espetacularização” do tratamento da informação diante do desafio que o presente impõe à prática jornalística. Essa espetacularização é mais comum na TV aberta e tem como objetivo principal a audiência.

Para alguns jornalistas, contudo, no “ao vivo” embute-se a ilusão de “pureza plena de uma transmissão”. Eles acreditam que o “ao vivo” não apenas substitui a reportagem, em que há sempre um comentário, uma angulação particular da cena, uma opinião clara ou embutida, como apresenta o reino das “coisas em si”, em que os fatos falam por si mesmos. Não deixa de ser uma postura ingênua em relação à realidade, pois toda transmissão – mesmo direta, ao vivo, instantânea – ficcionalizando o real, tornando a vida cotidiana um filme de aventuras, institui uma outra narrativa, mais emocional, mais vivencial, mais “espontânea”. Mas isso nada tem a ver com o conceito de puro (MARCONDES FILHO, 2002: 83).

O real aproxima-se da ficção e a tela da TV vira palco para um espetáculo, ainda mais num país que, como já se viu, tem uma população propensa a informar-se majoritariamente pela própria televisão.

A televisão, como sempre dizemos, é o “espelho” da sociedade. Se ela é seu espelho, isso significa que a sociedade se vê- no sentindo mais forte do pronome reflexivo- através da televisão, que lhe oferece uma representação de si mesma. E ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas oferece um laço a todos aqueles que assistem simultaneamente (WOLTON, 1997:124).

O repórter tem, portanto, uma tarefa árdua: narrar a realidade. E no presente. Ele precisa se distanciar de preconceitos e traduzir suas observações em textos narrativos. Ou seja, seguir uma lógica estrutural de reportagem em que a realidade seja observada também pelo leitor e ofereça a ele algo além desta narrativa. Para isso, é preciso ter “instinto”, faro de repórter.

Faro, traduzido em linguagem técnica do jornalismo moderno, é a capacidade de antecipar informações pelo convívio com os fatos em movimento no presente histórico; e a fidelidade do repórter pode ser traduzida como observação da realidade e captação de dados objetivos, exteriores ao observador (MEDINA, 1988: 59).

Cabe ao jornalista perseguir e primar pela responsabilidade ao noticiar os acontecimentos do cotidiano. É dele a tarefa de saber utilizar as ferramentas disponíveis para um bom desenvolvimento de texto e um melhor aproveitamento de idéias.

O narrador, personagem ou não, pode se situar à margem do fato, mantendo um nível de *isenção* que, isto sim, marca o texto objetivo. Inversamente, a narração pode se referir a um fato externo, mas revelar uma avaliação muito forte do narrador: será,

portanto, subjetiva (SODRÉ e FERRARI, 1982: 81).

Entre as características da reportagem, uma delas é justamente o aprofundamento de determinado fato, mostrando ao leitor suas implicações. Este é, segundo Sant'Anna (2008), o futuro que o presente reserva à mídia impressa, que busca mais profundidade e capacidade analítica.

Edvaldo Pereira Lima enaltece que reportagem pressupõe contextualizar.

Visando atender a necessidade de ampliar os fatos, de colocar para o receptor a compreensão de maior alcance, é que o jornalismo acabou por desenvolver a modalidade de mensagem jornalística batizada de reportagem. É a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande-reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto (LIMA, 2009: 18).

Lima (2009) enaltece ainda que esse tipo de narrativa ganhou mais espaço em mídias “não-diárias”, e faz um resgate histórico.

A reportagem começa a se esboçar definitivamente no jornalismo, atrelada a um novo veículo de comunicação periódica criado nos anos 1920, e a uma nova categoria de prática da informação jornalística, que tem seus primeiros passos definidos também nessa época: a revista semanal de informação geral e o jornalismo interpretativo (LIMA, 2009: 18)

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) convergem com Lima e ratificam que o principal objetivo da reportagem é contextualizar acontecimentos.

Embora a reportagem não prescindia de atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que o seu teor seja predominantemente informativo (SODRÉ e FERRARI, 1986: 18).

Lima (2009) também se volta à discussão de gêneros. E crê que a grande reportagem é um “subsistema” a serviço de um “entendimento mais amplo”.

(...) a reportagem, como gênero, pressupõe o exame do estilo com que o jornalista articula sua mensagem. Significa também um certo grau de extensão e/ou aprofundamento do relato, quando comparado à notícia, e ganha a classificação de grande reportagem quando o aprofundamento é extensivo e intensivo, na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame (LIMA, 2009: 24).

O meio de comunicação que mais utiliza essa variação jornalística é a revista. Como o

próprio nome sugere, o objetivo é “rever” determinado acontecimento. Para se tornar atraente, a revista precisa encontrar o caminho para superar o que já foi publicado. Gera-se aí uma oportunidade para oferecer algo novo, talvez mais interpretativo, conseqüentemente opinativo.

Na revista semanal, o atual é a ocorrência social que resiste um pouco mais ao tempo, por causar maior impacto público e perdurar reverberando na sociedade, à medida que suas causas e origens vão sendo descobertas, identificadas no transcorrer dos dias, à medida que também sua rede de implicações e conseqüências se torna visível. Nesse caso, o núcleo central do tempo presente deixa de ser o fato desencadeador central da ocorrência em si, para ser muito mais o seu contexto, obrigando a prática jornalística dos veículos impressos não-diários a entrar cada vez mais no terreno da opinião, da interpretação, do aprofundamento dos fatos, em suma (LIMA, 2009: 30-31).

As revistas possuem um grande aliado, o tempo. Elas estão naturalmente distantes do presente, por mais que tenham de cobri-lo com uma perspectiva diferente. Ao contrário dos jornais diários, podem se preocupar “menos” com o tempo e “mais” com o rigor da apuração. A busca pelo novo, por algo inusitado e redirecionado é sinônima de oportunidades, com desdobramento.

Em termos espaciais, no centro encontra-se o fato nuclear, a ocorrência social central que desperta o interesse da cobertura jornalística. Em torno, naquele mesmo círculo, está o espaço geográfico imediato dessa ocorrência. Externamente ao primeiro círculo circundante está centrado um outro fato secundário e se encontra localizado mais um espaço geográfico. Num terceiro círculo circundante, mais afastado do primeiro, poderão estar os efeitos, as repercussões mais importantes, os espaços geográficos adicionais relacionados com o fato nuclear. Num quarto círculo poderá estar o espaço psicológico extra, mais sutil, onde o acontecimento do primeiro círculo também provoca ressonância; um acidente nuclear na Europa pode provocar comoção social numa ilha polinésia qualquer, digamos (LIMA, 2009: 42).

Lima aponta uma questão peculiar da cultura das redações: os jornalistas se tornaram obsessivos pela atualidade. As novas tecnologias, que poderiam funcionar como uma ferramenta a mais no propósito de apurar os fatos, trouxeram também a velocidade e a efemeridade.

A obsessão pela atualidade, pelo tempo presente de duração curta, transforma-se na câmara de um labirinto que dificulta ao jornalista a ascensão a um patamar superior, de onde possa descortinar a realidade que se desdobra, em movimento, pelos diferentes círculos concêntricos temporais. O corte forçado no tempo imediato, que tem a finalidade de esclarecer o real, acaba impedindo justamente o alcance da compreensão. Não se trata, aqui, de negar a validade desse procedimento jornalístico em todas as instâncias (LIMA, 2009: 64).

Um outro problema, identificado por Lima (2009), é a “banalização da notícia”. As

revistas são produtos de grandes conglomerados, como é o caso da própria Veja.

O excesso de sensacionalismo, desvirtuando um fato por chamar a atenção para um elemento folclórico apenas, pitoresco, de um tema importante, é um desses efeitos da tentativa de conquista, a qualquer preço, do leitor. A embalagem acaba viciando o conteúdo. Com isso, perde o receptor a chance de captar o sentido mais profundo da contemporaneidade. Muito mais ainda quando entra em campo um certo emocionalismo, típico do latino, distorcendo a leitura do real (LIMA, 2009: 66).

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1982) reforçam a argumentação sobre compreensão, proposta por Lima. A tentativa de formá-lo (e não de informá-lo) talvez explique a forma como Veja tratou o Plano Nacional de Direitos Humanos, chamando Vannuchi recorrentemente de terrorista na edição textual.

A concisão da linguagem tem a ver com a objetividade, o despojamento e o aspecto conceitual que distingue toda proposta pedagógica. O processo aqui se situa, logicamente, ao nível muito mais da comunicação que da informação – é preciso *formar* o leitor, e não apenas informá-lo. Existe quase sempre um sentido crítico e uma visão moralizante que são percebidos no texto através de pequenos índices, atuando significativamente em relação às informações veiculadas (SODRÉ e FERRARI, 1982: 22).

Uma das alternativas pode ser valorizar o modelo narrativo como base para a produção das reportagens. O critério fundamental desse tipo de jornalismo, que se volta à descrição dos fatos, é aproximar o máximo possível o leitor do fato em si, mostrando-lhe detalhes para que, assim, ele tire suas conclusões.

Quanto aos ângulos de abordagem, eles resultam da inspiração e da criatividade de quem escreve, do aproveitamento literário de detalhes, para seduzir leitores ou acentuar a atribuição de significados aos fatos. Em relação à evolução temporal dos acontecimentos, o que muda é a estratégia narrativa, não o ângulo. (CHAPARRO, 2008: 159).

Chaparro (2008) é incisivo quando diz que o que deve mudar é a maneira de narrar, e não a angulação. Sodré e Ferrari (1982) enfatizam que os textos apresentem um efeito comunicativo indesejável.

A narração centrada na intensidade costuma ter um sentido que vai além do simples noticiar. Geralmente as notas (nas colunas de informes) e as reportagens (de revistas, principalmente) adotam esse tipo de enfoque, explorando um lado humano do fato. Conforme a orientação estilística, o texto pode resultar em matérias muito boas, mas, em contrapartida, correrá o risco de cair num tratamento piegas, indesejável como

efeito comunicativo (SODRÉ e FERRARI, 1982: 78).

2.2 Articulações textuais

Em *O jornalismo como gênero literário* (1980), o autor Alceu Amoroso Lima faz uma distinção entre jornalismo informativo, interpretativo e de opinião. A possibilidade de definir cada um amplia a discussão sobre narrar um mesmo acontecimento.

O jornalismo informativo é aquele que tem predominantemente por objeto a informação da atualidade; seu fim principal é dar conta do que acontece (...). O jornalismo interpretativo é um modo de aprofundar a informação; seu fim principal é o de relacionar-se a informação da atualidade com seu contexto temporal e espacial; tem, pois, um sentido conjuntural e não se limita a dar conta do que acontece (...). No jornalismo de opinião, a recopilação de dados informativos é subsidiária, o principal é que o jornalista toma posição a partir desses dados e trata de convencer o leitor de que esta tomada de partido é a mais adequada ou correta (LIMA, 1980: 8).

De acordo com José Marques de Melo (1985), o gênero informativo depende do desenrolar dos fatos e da relação que os profissionais da imprensa constituem com as pessoas envolvidas em determinado acontecimento. Já o gênero opinativo é predominantemente controlado pela instituição jornalística. Assim como Lima, o autor também distingue o gênero opinativo. Entretanto, ele acrescenta que além do jornalista emitir a opinião (sempre baseada nos interesses da instituição jornalística) é necessário que ele crie uma ambientação que justifique e dê sentido à opinião omitida. Isso significa que a notícia recebe a angulação que atende os interesses da empresa.

Os gêneros que correspondem ao universo da informação estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: a sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos protagonistas (personalidades e organizadores). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: a autoria (quem emite opinião) e a angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião (MARQUES DE MELO, 1985:48).

Cremilda Medina e Roberto Paulo Leandro (1973) destacam que o gênero opinativo reconstitui o fato num sentido mais amplo e atemporal do que os demais estilos jornalísticos.

Na passagem de um jornalismo puramente informativo para jornalismo interpretativo, as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia registra o aqui, o já, o

acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é interpretação do fato jornalístico (MEDINA ; LEANDRO, 1973: 23).

Um exemplo ocorre na reportagem de Otávio Cabral que começa à página 56 de *Veja* (edição nº 2148 - ano 43 - nº 3- 2010), com o título *Eles têm outros planos*. O texto remete a Lula, a Dilma e aos “radicais” do governo. No corpo da matéria é colocada em questão a falta de “autoridade” da ministra em relação ao seu partido:

Dilma não tem a mesma liderança nem a autoridade de Lula dentro do partido. (...) É dona de uma biografia mais ideológica do que a do presidente. Ela, inclusive, integrou um grupo que participou da luta armada contra o regime militar, da qual Lula manteve distância estratégica. Os radicais acreditam que, caso Dilma seja eleita, encontrarão no seu governo um porto mais seguro – e um caminho mais livre para agir (*VEJA*, nº3, 2010:60).

Segundo Nelson Traquina (2004), as informações transmitidas podem ser interpretadas por grupos de pessoas de diferentes maneiras. Para o autor, o que varia é o tema que está sendo discutido.

O jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensar mas também como pensar. Estudos realizados nas últimas três décadas do século XX apontam que a influência varia sobre os assuntos. A influência é maior sobre as pessoas que estão mais expostas ao jornalismo e procuram informação; a influência é maior sobre os assuntos sobre os quais as pessoas não têm experiência direta (TRAQUINA, 2004: 203; 204).

Nesse contexto, Melo (1994) reforça a idéia de que a imprensa é articulada em função de dois núcleos.

Daí o relato jornalístico haver assumido modalidades: a descrição dos fatos e a versão dos fatos. Esse relato só adquire sentido no confronto com o destinatário: e é aí que reside a autonomia do processo jornalístico- que na liberdade que tem um receptor de escolher o que quer saber e através de que meios vai concretizá-lo. Completa-se então o fluxo da determinação ideológica: o leitor/receptor também dispõe de mecanismos para captar o sentido que orienta a ordenação das mensagens jornalísticas (MARQUES DE MELO 1994; 62;63).

Assim como Marques, Carlos Alberto Di Franco acredita que a imprensa deve mostrar a realidade e o leitor deve formar o seu conceito a partir desta exposição dos fatos. “O esforço

de isenção não se confunde com a omissão. O leitor espera uma imprensa combativa, disposta a exercer o seu intransferível dever de denúncia” (MASTER EM JORNALISMO, 2010).

Para Marques (1985), cada processo jornalístico possui sua linha ideológica, independentemente do artifício narrativo utilizado:

(...) admitir a convivência de categorias que correspondam a modalidade de relato dos fatos e das idéias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante (MARQUES DE MELO, 1985:24).

Observa-se então que, de uma forma ou de outra, a opinião do veículo aparece nas publicações. “Evidentemente o jornalismo opinativo não desaparece. Na prática, ele tem seu espaço reduzido. Sua presença na superfície impressa (fíca) circunscrita às páginas chamadas 'editoriais” (MARQUES DE MELO, 1994:97).

2.3 A convergência entre jornalismo e literatura

A junção desses dois gêneros – Jornalismo e Literatura – forma um novo gênero que, por consequência, também sofre transformações. Para Felipe Pena (2006), essa mistura proporciona o dinamismo que é característico tanto da Literatura, como do Jornalismo. “Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata de oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados” (PENA, 2006: 21).

Marcelo Bulhões (2007) admite que a “experiência literária parece preferir conhecer o mundo por meio da prática imaginativa e alegórica”. Mas, de acordo com ele, há uma confluência.

Um ponto essencial da confluência de gêneros do jornalismo e da literatura, sem dúvida, atende pelo nome de narrativa. Produzir textos narrativos, ou seja, que contam uma sequência de eventos que se sucedem no tempo, é algo que inclui tanto a vivência literária quanto a jornalística (BULHÕES, 2007: 40).

É possível identificar reportagens que, naturalmente, apresentam como característica o aprofundamento de determinado fato. Elas assumem com mais frequência a convergência com a literatura.

A notícia estrita, ou seja, o mero anunciar do acontecimento, é a forma da máxima condensação jornalística, marcada por uma rigorosa seleção de unidades verbais com vistas à maior potência informativa. Mas isso parece dizer pouco. É na reportagem que os frutos do cruzamento com o conto podem render mais. É claro que a reportagem é sempre uma modalidade de notícia (BULHÕES, 2007: 42).

Felipe Pena (2006) avalia o híbrido entre Jornalismo e Literatura.

O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2006: 13).

O autor destaca ainda que “qualquer abordagem, de qualquer assunto, nunca passará de um recorte, uma interpretação, por mais completa que seja” (PENA, 2006: 14).

Em *A Narração do fato* (2009), Muniz Sodré explica que o estilo narrativo pode trazer outra noção de “realidade”: “O acontecimento literariamente narrado não tem valor de realidade, equivalente ao valor de realidade da notícia, por exemplo”. (SODRÉ, 2009:143).

É possível identificar esse estilo mencionado por Sodré no Especial publicado pela Veja (1994), ao narrar que na infância o ex- presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a morar perto da embaixada da Checoslováquia.

Em 1939, estourou a guerra em Copacabana. Ou melhor, a guerra estourou na Europa, mas era como se fosse ali mesmo, ao lado do prédio dos Cardoso. Ficava ali a Embaixada da Checoslováquia, um dos países invadidos e humilhados por Hitler. O menino Fernando sentia como se morasse vizinho ao teatro das operações. A guerra gerou uma mania de mapas, e uma espera angustiada de notícias. No rádio elas vinham pelo Repórter Esso, o primeiro a dar as últimas notícias. O menino acompanhava as operações bélicas deslocando botões sobre os mapas (VEJA, nº33, 1994:70).

Nesse sentido, Marques de Melo (1985) enaltece que o jornalista não distorce a realidade, mas utiliza elementos que enriquecem a produção textual.

Trabalhando com a atualidade como seu marco definidor, o jornalismo circunscreve-se ao âmbito do real, ainda que, em alguns momentos, possa dar tratamento ficcional (ao nível do discurso) a fatos concretos do cotidiano. Isso, todavia, não pode conduzir à inclusão de mensagens de ficção publicadas em jornais como se fossem jornalísticas (MARQUES DE MELO, 1985: 35).

A discussão sobre os diversos gêneros não é recente. Na verdade, o que é proposto através

de alguma definição atravessou séculos e ainda suscita novas dúvidas

Felipe Pena, por exemplo, destaca que o debate sobre a distinção entre jornalismo e literatura começou há quase três mil anos.

A definição de gêneros vem desde a Grécia Antiga, há quase três mil anos, com a classificação proposta por Platão, baseada nas relações entre literatura e realidade, dividindo o discurso em mimético, expositivo ou misto. E foi nessa área que a teoria dos gêneros adquiriu coerência, seja como agrupamento de obras por convenções estéticas ou como normatizadora das relações entre autor, obra e leitor (PENA, 2008: 66).

Aqui, torna-se necessário delimitar jornalismo e literatura. Há uma convergência entre ambos, mas é importante deixar claro que a literatura não deve se sobrepor ao jornalismo. O contrário, na produção jornalística, também não deve acontecer.

Um aspecto se tornou claro: não se trata de discutir as manifestações da mensagem jornalística conforme uma classificação literária de gêneros. Nem cabe a velha questão: jornalismo, um gênero literário? O fato da palavra, o signo verbal, ser um elemento comum e o fato de, numa fase histórica, o escritor se confundir com jornalista, não sustenta o enquadramento do Jornalismo na Literatura, nem em sua divisão de gêneros (MEDINA, 1988: 66).

Assim, de acordo com Cremilda Medina, por mais que haja certa convergência entre os dois gêneros, não se pode admitir que o jornalismo seja apenas mais um elemento dentro da literatura ou vice-versa. O fato de um poder utilizar o outro como técnica ou estilo não deve servir como “desculpa” para confundir o leitor. Há, portanto, a necessidade de impor limites para que um gênero não se sobreponha a outro.

Em depoimento a Bill Kovach e Tom Rosenstiel, o editor do *The Manchester Guardian*, da Grã-Bretanha, disse uma frase que pode contribuir no sentido de delimitar a fronteira entre informação e opinião. C.P. Scott declarou que “o comentário é livre, mas os fatos são sagrados” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003:150). Os autores de *Os Elementos do Jornalismo* (2003) argumentam que o significado da “livre expressão e da liberdade de imprensa é que elas pertencem a todos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003:150).

CAPÍTULO III- VEJA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010

3.1 PNDH no cenário pré-eleitoral

O ano de 2010 começa com duas grandes tragédias que ganham espaço no noticiário televisivo, radiofônico, impresso e online: um deslizamento de terra na noite da virada do ano em Angra dos Reis (RJ), que matou 53 pessoas, e um terremoto de 7,3 graus de magnitude na escala Richter no Haiti, fato que provocou 200 mil mortes. Tudo isso acontece na primeira quinzena de janeiro.

Além dos dramas a que foram submetidos familiares, que perderam parentes e amigos em Angra e no Haiti, 2010 foi também ano de Copa do Mundo. Assim, o tema eleitoral ganha, de forma bastante lenta, importância no noticiário, ofuscado no primeiro trimestre por estes fatos e, nos três meses seguintes, pela Copa do Mundo e pela atenção que ela desperta num país que tem o hábito de cobrar muito mais do atacante da Seleção Brasileira do que do ministro da Fazenda, do secretário de Saúde de qualquer município ou até mesmo do presidente da República.

Os eleitores viram-se diante de nove postulantes à sucessão do presidente Lula. Apenas três, porém, foram apontados como “principais candidatos à Presidência da República”: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV) (JORNAL DA GLOBO, 2010). Este, aliás, não foi um comportamento de um ou outro veículo de comunicação, mas da imprensa como um todo. Aos candidatos com chances reais de ganhar a eleição e protagonizar a cena política, tratamento de “time grande”. Aos chamados nanicos, um tratamento ora jocoso, ora com menor espaço para o debate, como uma equipe que participa de um campeonato importante como coadjuvante, sem chance de brigar “pelo título”.

As maiores redes de televisão abririam espaço para entrevistas nas bancadas de seus principais telejornais. Dilma, Serra e Marina tiveram um tempo bem maior do que os demais. No Jornal da Globo, apresentado por William Waack e Cristiane Pelajo, Plínio de Arruda Sampaio, que seria lançado candidato pelo PSOL, sequer teve o direito de se sentar à bancada. Foram dados a ele 3 minutos, numa entrevista com o repórter José Roberto Burnier. Dilma, Serra e Marina, na bancada, tiveram direito a 20 minutos divididos em dois blocos.

O Partido Verde (PV) foi o primeiro a oficializar a candidatura da senadora Marina Silva (PV-AC), na convenção nacional realizada em Brasília, em 10 de junho de 2010. Dois dias depois, num sábado, o PSDB confirma, em Salvador, o nome do ex-governador de São Paulo,

José Serra. No domingo, 13 de junho, 24 horas após o anúncio oficial da candidatura Serra, o PT ratifica, em Brasília, que a ex-ministra Dilma Rousseff seria mesmo candidata à sucessão de Lula.

A primeira edição de Veja (em 2010) que traz o assunto “eleições” foi publicada em 20 de janeiro (nº 2148 – ano 43 – nº 3-). A revista destaca em manchete de reportagem da editoria Brasil: “Eles têm outros planos”, com foto de Lula e Dilma Rousseff estampada nas duas páginas reservadas ao assunto.



Figura 7 – Veja – Eles têm outros planos

Essa reportagem discute o decreto do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado pelo presidente Lula em 2009. O documento é definido pela revista como “um calhamaço de propostas com o nobre objetivo de pautar ações oficiais para proteger minorias e grupos em risco, como índios e quilombolas”. (VEJA, nº3, 2010:57).

Segundo Veja, o PNDH é uma ameaça à liberdade de expressão. A revista aponta que ele foi pensado por um “ex-terrorista”, Paulo Vannuchi.

Elaborado sob os auspícios do secretário Especial dos Direitos Humanos do governo, Paulo Vannuchi, ex-militante de um grupo terrorista dos anos 70, o plano continua ameaçando a liberdade de imprensa e protegendo invasores de terras, além de proibir a exibição de símbolos religiosos em lugares públicos e legalizar o aborto (VEJA, nº3, 2010:58).

O aborto é um tema que ganharia muito espaço na campanha eleitoral, sobretudo na reta final do primeiro turno e em boa parte das discussões do segundo turno, como se verá mais adiante. A interface do PNDH com temas melífluos como a questão agrária, a liberdade de imprensa, religião e a própria questão do aborto permitiria à revista mencionar o nome da então pré-candidata petista. O texto assinado por Otávio Cabral indica que, como ministra, Dilma Rousseff “esquivou-se de responsabilidade” e “não leu com atenção” aquilo que colocara sobre a mesa do presidente em função da preocupação com a campanha eleitoral. “Dilma, muito envolvida com a campanha presidencial, pode ter deixado escapar os absurdos” (VEJA, nº3, 2010:59).

Em seguida, para validar uma opinião sobre o governo Lula, Veja seleciona o cientista político Rubens Figueiredo como fonte. Neste trecho da reportagem, a revista argumenta que o presidente distribuiu cargos periféricos para distanciar segmentos mais radicais. Apesar de usar um adjetivo que remete a uma suposta fúria de grupos partidários sectários, a revista fala em “sucesso do governo”. Mas o cientista político, no recorte editorial dado ao relato, rotula a esquerda e insinua fisiologismo ideológico.

Desde o início do governo, o presidente Lula atua como um dique de contenção do PT e de seus esquerdistas mais furibundos. Entregou a eles núcleos periféricos de poder e, assim, os manteve distantes das decisões sobre temas vitais, como a política econômica e os programas sociais, segredos do sucesso de seu governo. "Com milhares de cargos à disposição na administração pública, em fundos de pensão e em estatais, até o mais empedernido partido socialista, se precisar, vira neoliberal", explica o cientista político Rubens Figueiredo (VEJA, nº3, 2010:59).

A ex-ministra é mencionada novamente como alguém que não pretendia se envolver em temas “polêmicos”. Num ano eleitoral, pesa a estratégia.

(...) durante a primeira reunião do comando de sua campanha, Dilma reclamou muito da polêmica criada por Paulo Vannuchi e pediu ao futuro presidente do PT, José Eduardo Dutra, que controle os radicais do partido para evitar qualquer tipo de problema. Em público, porém, ela silenciou sobre o Programa de Direitos Humanos. Assim como Lula, a ministra tem procurado se mover de olho na bússola eleitoral (VEJA, nº3, 2010:60;61).

Na conclusão da reportagem, Veja questiona a “omissão” de Dilma em relação ao Programa Nacional de Direitos Humanos, um tema de grande importância pública, e conclui que seria essencial ouvi-la. “Independentemente das conveniências eleitorais, seria muito bom para o país saber o que Dilma pensa” (VEJA, nº3, 2010:61).

3.2 Lanche para a “militância”

Na última edição de janeiro (2149 – ano 43 – nº 4), a editoria Brasil volta a pautar, agora de forma mais clara, como tema central de uma reportagem as eleições. A matéria, assinada a quatro mãos pelos repórteres Otávio Cabral e Gustavo Ribeiro, tem o título “Isso é apenas o começo” e a seguinte linha fina: “A campanha presidencial- ou pré-campanha como prefere o governo- tem início em alta temperatura com Lula chamando de 'babaca' o presidente do PSDB, que, por sua vez, disse que Dilma Rousseff é 'mentirosa’” (VEJA, nº4, 2010:56).



Figura 8 – Veja – Isso é Apenas o Começo

Veja relata a ida da ministra e do presidente a Jenipapo de Minas, onde foi inaugurada uma barragem de irrigação. Na reportagem, Lula reafirma o desejo de seqüência dos programas do seu governo com Dilma. “Que me desculpem os adversários, mas nós vamos ganhar para ter continuidade” (VEJA, nº4, 2010:56).

A revista expõe a sua opinião e a conecta à legislação, insinuando ilegalidade por prática de campanha antes do período permitido. “É perda de tempo ficar discutindo se o périplo que Lula e Dilma fazem pelo Brasil, inaugurando até placas de obras que ficarão prontas daqui a anos, é ou não uma artimanha para ocultar uma campanha antecipada, o que seria ilegal” (VEJA, nº4, 2010:56).

O substantivo masculino périplo, com conotação pejorativa, está associado à inauguração de placas de obras (e não às obras). Veja reforça a inexperiência da pré-candidata da situação, segundo a reportagem, uma criação do presidente. “Inexperiente na disputa

eleitoral e sem traquejo político, a ministra-candidata, ou melhor, pré-candidata, foi uma invenção do presidente” (VEJA, nº4, 2010:57).

A matéria também afirma que, durante a visita a Jenipapo, a ministra Dilma teria dito que a oposição pretendia acabar com o PAC. A revista compreendeu essa declaração como um deslize da pré-candidata e insinuou um descompasso entre o que Dilma Rousseff diz e a verdade. Para validar o argumento, a reportagem recorre a especialistas que, se de fato ouvidos, foram mantidos no anonimato.

A imagem pública da candidata, porém, ainda está em fase de construção, e deslizes como esse podem marcá-la negativamente em setores expressivos do eleitorado, segundo especialistas ouvidos por VEJA. A polêmica, por fim, reacendeu um fantasma que ronda e preocupa muito os mentores da campanha da ministra: o receio da pecha de ter sempre suas versões confrontadas com a verdade (VEJA, nº4, 2010:57).

Na página seguinte, Veja questiona o temperamento da candidata, enquanto traça o cenário do confronto eleitoral que vai colocar situação e oposição diante da escolha da opinião pública.

O embate direto com a oposição, porém, teve um lado positivo para Dilma Rousseff, que é o de reforçar a eleição em um plebiscito segundo o qual os leitores escolheriam entre continuidade de seu mandato e a volta da gestão dos tucanos. Dilma, assim, caminha para se consolidar de vez como a candidata da continuidade, sua principal e talvez única bandeira (...) Sem experiência política e com temperamento forte e explosivo, ainda é uma incógnita a maneira como a ministra vai reagir ao ser confrontada publicamente pelos adversários (VEJA, nº4, 2010:58).

Essa reportagem é complementada por um box que tem como título “A Política do Requeijão” (VEJA, nº4, 2010:58). A candidata, diz Veja, não conseguiu atrair seguidores no evento em que esteve com o presidente.

Brasil

FILA DA COXINHA
“Milhares” que ganharam transporte e lanche aguardam para entrar em evento com Dilma

acusada de ter ordenado a montagem de um dossiê contra a ex-primeira-dama Ruth Cardoso, embora tenha negado evidências claras de que o documento foi produzido em sua repartição. No ano passado, Dilma foi acusada pela ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira de tentar obstruir uma investigação sobre a família do senador José Sarney, seu aliado na pré-campanha, em outro episódio em que teve a veracidade de suas afirmações questionada.

O embate direto com a oposição, porém, teve um lado positivo para Dilma Rousseff, que é o de reforçar a estratégia



A política do requeijão

A campanha da ministra Dilma Rousseff ainda não empolgou a militância petista – ou o que ainda no lançamento da pedra fundamental da Refinaria Premium I da Petrosbras, em Bacabeira, perto de São

Figura 9 – Veja –A política do requeijão

A publicação denuncia que as pessoas que compareceram foram atraídas pela promessa de lanche. Neste trecho, para enfatizar, usa-se por duas vezes a idéia de promessa.

Em Jenipapo, não se viam camisas vermelhas nem bandeiras com a estrela do PT. Os espectadores eram lavradores, empregadas domésticas, pedreiros, gente muito humilde, meio calada, atraída pela promessa de lanche no evento, como o lavrador Antônio Cesário, morador de Granjas, a cerca de duas horas do local da barragem, que decidiu comparecer à inauguração de olho na promessa que lhe fizeram os funcionários da prefeitura. "Pão e requeijão", conta (VEJA, nº4, 2010:58).

A argumentação da reportagem leva a uma segunda denúncia: sem a máquina pública, não se atrai militantes. Eles também não prestigiam um evento qualquer, até mesmo a inauguração de uma escola técnica, se não lhes for oferecido “um lanche”.

A maior evidência de que o quórum nas aparições da pré-campanha petista é artificial pode estar no fracasso da inauguração da escola técnica em Araçuaí, cidade vizinha a Jenipapo de Minas. A estrutura foi montada para comportar 7000 pessoas, mas apenas 500 testemunharam Lula elogiar sua candidata. Lá, a máquina pública não participou da engrenagem para atrair "militantes". Não houve o aluguel de ônibus, nem lanchinho, nem requeijão, nem refrigerante (VEJA, nº4, 2010:58).

A mesma editoria Brasil inicia outra discussão com a matéria “Bolsa- Cabresto”. A reportagem de Laura Diniz relaciona o Bolsa Família a uma espécie de voto de cabresto.



Figura 10 - Veja – Bolsa -Cabresto

Em 24 de setembro de 2008, o repórter Eduardo Escolese, da Folha de S.Paulo, denunciou que o programa Bolsa Família estava sendo usado como um instrumento de uma cultura política brasileira bastante antiga: o voto de cabresto. A repórter de Veja, nesta edição de 27 de janeiro, cita que o governo, dez meses antes das eleições presidenciais, resolveu mudar as regras do Bolsa Família até o segundo turno para evitar a exclusão de 5,8 milhões de pessoas regulamentadas do programa. Segundo a reportagem, algumas famílias poderiam perder o benefício. É difícil distinguir o tom de nova denúncia do enredo de uma jogada eleitoral do governo.

Pelas normas até então em vigor, perdiam o direito ao recebimento do benefício famílias cujo cadastro estivesse desatualizado havia mais de dois anos e aquelas cuja renda per capita tivesse ultrapassado o limite de 140 reais. São critérios justos: o primeiro se destina a coibir fraudes e o segundo visa a evitar que o cidadão fique para sempre sob a tutela do Estado – o que é, ou deveria ser, uma das preocupações do programa (VEJA, nº4, 2010:63).

A reportagem avança, e uma fonte valida um cenário de forma a apresentar ao leitor uma possível agressão dos cofres públicos.

Assim, quase 1 milhão de famílias que não atualizaram seu cadastro em 2009, e tiveram o pagamento bloqueado em novembro, voltarão a ganhar o benefício. Da mesma forma, continuarão a receber dinheiro público as famílias cuja renda per capita ultrapassou 140 reais – em torno de 440.000. Trata-se de uma versão atualizada do voto de cabresto. Mas com uma diferença, segundo o cientista político Bolívar Lamounier: "Os antigos coronéis do interior do Brasil pelo menos aliciavam votos com o próprio dinheiro. O governo atual faz isso com dinheiro público" (VEJA, nº4, 2010:63).

Veja também afirma que, com a expansão do programa em 2007, um em cada quatro brasileiros passou a ser sustentado pelo governo. E faz a comparação entre a base de beneficiários de 2009 em relação à base de 2003 (primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula). O número quadruplicou em seis anos. "12,4 milhões de famílias usufruíram um orçamento total de 12,4 bilhões de reais" (VEJA, nº4, 2010:63).

A repórter também diz que, apesar do programa ter contribuído para a diminuição da desigualdade de renda do país, essa expansão e sua duração representam uma falha no sistema.

(...) expansão ilimitada do número de cadastrados e o fato de o benefício não ter prazo para terminar sempre foram pontos fracos do programa e contribuíram para pespegar-lhe a pecha de assistencialista e eleitoreiro. As últimas mudanças – nada sutis, como prova a data de 31 de outubro – mostram que seus críticos têm razão (VEJA, nº4, 2010:63).

3.3 A pressão sobre

A primeira edição de Veja em fevereiro (2150 – ano 43 – nº 5) destacou a crise de hipertensão do presidente. A revista, como a manchete de capa “Sob pressão” (VEJA, nº 5, 2010: 1), reservou 10 páginas à reportagem principal, “Suor, sufoco e susto” (VEJA, nº 5, 2010: 52;53).



Figura 11- Veja – Suor, Sufoco e Susto-

A matéria projeta a dimensão do problema de saúde de Lula na vida e no dia-a-dia do brasileiro, sobretudo aquele que vive a correria cotidiana típica dos grandes centros urbanos. O texto menciona de cara que o problema de saúde do presidente está relacionado à preocupação com a agenda eleitoral. “Ao tentar conciliar a agenda presidencial com a pré-campanha de Dilma Rousseff, Lula sucumbe ao stress e é internado às pressas com crise de hipertensão - mal que acomete 30 milhões de brasileiros” (VEJA, nº 5, 2010: 53).

Veja identifica um desafio a que Lula está submetido. O presidente quer sua imagem vinculada à de Dilma e precisa correr contra o tempo. Segundo Veja, é este um dos motivos do estresse que resultou num risco à saúde do chefe de Estado.

Em detrimento de sua saúde, o presidente tem se empenhado ao extremo em transformar Dilma Rousseff em seu clone político. Para isso, montou uma agenda intensiva de viagens pelo país, a fim de colar a imagem da candidata à sua e, assim,

tentar fazer com que ela herde a sua popularidade recorde e vença as eleições de outubro. O governo acredita que, para a estratégia funcionar, o ponto de fusão da imagem do presidente com a da ministra Dilma Rousseff precisa atingir níveis razoáveis já em abril. É um desafio que, oficialmente, nem sequer começou – e estressante, como demonstra o pico de pressão arterial de Lula (VEJA, nº 5, 2010: 61).

Colada ao fim dessa reportagem, há uma segunda matéria que começa na mesma página em que termina o texto sobre a saúde do presidente. O lide “Às favas o Tribunal de Contas” (VEJA, nº 5, 2010: 61) é assinado pelo jornalista Gustavo Ribeiro. O repórter mostra repasses de verbas para obras paralisadas, assinados pelo presidente Lula. E também insiste no tempo que Lula se dispôs a dedicar à campanha da ministra, novamente em tom de “dupla jornada”.

A dupla jornada de trabalho como chefe do Executivo e cabo eleitoral da ministra Dilma Rousseff levou o presidente Lula a se envolver em conflito delicado e preocupante. Na semana passada, o presidente atropelou o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Congresso Nacional ao autorizar repasses de 13 bilhões de reais a quatro obras da Petrobras paralisadas por irregularidades graves, como superfaturamento. Lula simplesmente decidiu ignorar o trabalho dos fiscais, alegando que a paralisação causaria a demissão de 25.000 trabalhadores e um prejuízo de 268 milhões de reais mensais, atrasando ainda mais o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (VEJA, nº 5, 2010: 61).

Logo em seguida, a revista conecta o repasse sob suspeição a Estados alinhados politicamente com o governo. E qualifica a argumentação oficial como “tosca”.

É um argumento tosco até em sua aparência. A canetada do presidente autoriza repasses às obras das refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, além de um complexo petroquímico no Rio de Janeiro e um porto no Espírito Santo – todas em estados alinhados politicamente com o governo e, portanto, potenciais celeiros eleitorais da ministra Dilma (VEJA, nº 5, 2010: 61).

Veja ainda afirma que não é a primeira vez que Lula toma decisões sem consultar o Tribunal de Contas da União (TCU), um desrespeito por parte do presidente com as prerrogativas institucionais do trabalho que o órgão deve fazer. “Não é de agora que o presidente tenta desmerecer o trabalho dos fiscais e responsabilizar o tribunal pelo atraso das obras do PAC. Ele chegou a cogitar a possibilidade de criação de um órgão, subordinado ao governo” (VEJA, nº 5, 2010: 61).

3.4 À margem da lei

A eleição presidencial merece novo espaço na edição de 10 de fevereiro (2151 - ano 43 - nº 7). A reportagem “Omelete sem quebrar ovos” (VEJA, nº6, 2010: 48) apresenta a pré-candidata Dilma já em campanha sem que a legislação e o calendário eleitoral permitissem.



Figura 12- Veja – Omelete sem quebrar ovos

A reportagem brinca com a participação da pré-candidata no programa SuperPop, da Rede TV!, conduzido por Luciana Gimenez. Numa cozinha improvisada nos bastidores, a ministra tentou, sem sucesso, fazer uma omelete.

O exemplo serviu para que Veja mostrasse que era a legislação eleitoral que estava sendo cozida em fogo brando. “É o equivalente culinário de fazer campanha eleitoral sem parecer que está pedindo votos. Orientada pelo chef Lula, Dilma vai cozinhando o TSE e subindo nas pesquisas”. (VEJA, nº6, 2010: 49). Segundo o repórter Gustavo Ribeiro, a pré-candidata não conseguiu fazer uma omelete, limitando-se a “um prato de ovos mexidos”. Pouco à frente, ele diz que esta foi ação de “culinária política” com a participação (no programa SuperPop) de jornalistas amestrados.

Dilma fez omeletes sem quebrar ovos, prato típico de político com cargo no Executivo e que não pode perder uma chance daquelas de fazer campanha fingindo não estar

pedindo votos. Foi um show de culinária política. Jornalistas amestrados eram chamados no monitor com o objetivo de levantar a bola para a ministra cortar. Ela aproveitou todas as deixas. Saiu aplaudida e feliz de ter tido a oportunidade de se mostrar "gente como a gente", nas próprias palavras dela (VEJA, nº6, 2010: 49).

A reportagem de Veja insiste na idéia de campanha eleitoral antecipada, à margem da lei. E o mesmo texto aponta que a candidata faz de conta que não é o que todos sabem que ela é.

Nos últimos meses, fazendo de conta que não é o que todo mundo sabe que ela é, Dilma trocou definitivamente os terninhos de ministra pelo figurino de candidata. Fora da cozinha, em eventos em que aparece sempre ao lado do presidente Lula, a ministra tem conseguido tocar sua campanha à Presidência da República sem o menor constrangimento legal e sem chamar a atenção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os partidos de oposição vêm tentando, sem sucesso, configurar as aparições da candidata à sucessão de Lula como sendo campanha eleitoral antecipada (VEJA, nº6, 2010: 49).

O repórter Gustavo Ribeiro recorre a outra analogia para indicar que a ministra mudou de hábitos desde o segundo semestre de 2009. Uma nova rotina, muito mais condizente com a de uma candidata, é praticada.

Entre 2007 e 2008, quando ainda não era cozinheira-candidata, Dilma saiu do Palácio do Planalto apenas 32 vezes. Mas desde agosto passado ela já participou de 47 eventos externos. É uma média seis vezes maior do que quando era somente ministra-chefe da Casa Civil (VEJA, nº6, 2010: 49).

Ribeiro aponta que uma campanha que viole a legislação eleitoral só acontece por fragilidade institucional, que ele chama de “debilidade das regras”.

A cozinha da sucessão tem funcionado a pleno vapor fora de época graças a um caldeirão de ingredientes bem brasileiros. O principal deles é a debilidade das regras eleitorais. Em seu artigo 36, o Código Eleitoral diz que "a campanha eleitoral só é permitida depois de 5 de julho" (VEJA, nº6, 2010: 50).

A lei, explica o repórter, “transfere ao juiz a tarefa de diferenciar campanha de ato de governo” (VEJA, nº6, 2010: 50). Os próprios candidatos, movidos talvez pela necessidade de estabelecer o quanto antes um diálogo com os eleitores, encontram uma estratégia para levar a campanha às ruas. O repórter de Veja afirma que este é um expediente recorrentemente usado pelos pré-candidatos, inclusive pelo principal opositor da ministra. “Para evitar a fiscalização da Justiça e minimizar o escrutínio público, a maior parte dos candidatos posterga ao máximo o anúncio de seus planos eleitorais, como vêm fazendo a ministra e seu principal adversário, o tucano José Serra” (VEJA, nº6, 2010: 50).

A revista pontua que Serra também já estava em campanha, atrás de eleitores. À página 50, na continuação da reportagem publicada na Editoria Brasil, uma legenda de uma foto de Serra indicava: “De olho no interior. O governador de São Paulo, José Serra: viagens ao Nordeste e propaganda do governo em todo o país” (VEJA, nº6, 2010: 50).

Brasil

DE OLHO NO INTERIOR

O governador de São Paulo, José Serra: viagens ao Nordeste e propaganda do governo em todo o país

aparições. Solenidades sem pitadas eleitoreiras, implícitas ou explícitas, são cada vez mais raras. Ao lado de Lula, em inaugurações de obras ou eventos públicos, Dilma já ouviu o povo gritar seu nome em coro. Foi durante a entrega de apartamentos populares no Rio de Janeiro, há pouco mais de um mês. A aclamação ocorreu depois de Lula.



Figura 13- Veja - Legenda - De olho no interior

Veja volta então a usar uma fonte anônima que, aparentemente, advertiria apenas o presidente Lula e a candidata oficial.

Em outras palavras, é preciso pegar muito pesado para ser punido. É o que parece estar ocorrendo agora com Lula e Dilma. "Está claro o clima de campanha. Se eu ainda estivesse no tribunal, recomendaria uma postura à altura do cargo que eles ocupam", disse a VEJA um ex-ministro do TSE (VEJA, nº6, 2010: 51).

O repórter ainda relata que o governo federal enviou ofício a prefeitos de todo o país. E interpreta a iniciativa como terrorismo eleitoral.

A pretexto de instruir sobre o cadastramento do Bolsa Família, o programa que beneficia quase 50 milhões de brasileiros, o Ministério do Desenvolvimento Social adverte que em 2011, quando Lula não for mais presidente, o programa poderá ser alterado. Puro terrorismo eleitoral (VEJA, nº6, 2010: 51).

O texto de Gustavo Ribeiro procura, no entanto, mostrar que este não é um hábito que faz parte da cultura política do país a partir da chegada do PT à presidência e amplifica o debate público.

É evidente que a antecipação do debate eleitoral é uma prática que não começou no governo Lula nem está restrita às hostes petistas. O tucano José Serra, provável adversário da candidata de Lula, também vem cumprindo uma agenda que transcende sua função de governador de São Paulo. Embora não tenha chegado ao ponto de falar em eleições em inaugurações públicas, Serra foi a Petrolina, no interior de Pernambuco, em outubro passado. Queria avaliar as condições de dois projetos concebidos durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso e hoje abandonados pelo PT. O tucano também colocou no ar, em rede nacional, um comercial da Sabesp, estatal paulista de saneamento e água. A peça foi retirada de circulação depois de uma recomendação do Ministério Público de São Paulo (VEJA, nº6, 2010: 51).

Aqui, vê-se um discreto equilíbrio editorial ao apontar que a prática não está restrita às hostes petistas.

3.5 Uma voz para motivar

A edição de 17 de fevereiro (2152 – ano 43 – nº 7) volta ao tema eleições. Uma reportagem de Fábio Portela recebe o título “A tempestade FHC” (VEJA, nº7, 2010: 46). Na linha fina, a revista anuncia com uma linguagem até certo ponto chula que FHC está disposto a brigar por seu legado. “O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso inaugura o estilo “nem paz, nem amor”: diz que topa “ir para o pau” com o PT, chama Dilma Rousseff de “autoritária” e impõe ao PSDB a defesa de seu legado na disputa presidencial deste ano” (VEJA, nº7, 2010: 46)



Figura 14- Veja – Tempestade FHC

Em seguida, no primeiro parágrafo, Portela exalta a imagem do ex-presidente. “Há quem ame e quem odeie. Mas uma coisa é indiscutível: no mundo da política, ninguém fica indiferente a ele. Quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) fala, os outros escutam” (VEJA, nº7, 2010: 46).

A reportagem relata que FHC “teve coragem” de enfrentar Lula num artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no início de fevereiro. Segundo Veja, com o texto, Fernando Henrique Cardoso “entrou de vez na campanha eleitoral” (VEJA, nº7, 2010: 46).

A matéria também afirma que o ex-presidente defende as conquistas econômicas que seu governo trouxe para o país. Fábio Portela traz um discurso de FHC que, segundo ele, é bélico, mas serviu para aumentar a moral, motivar a militância.

O discurso belicoso do ex-presidente elevou o moral da tropa. Tucanos que andavam ressabiados diante do crescimento nas pesquisas da candidata do PT, Dilma Rousseff, voltaram a bater as asas, e FHC passou a semana recebendo telefonemas de congratulações. "O presidente Fernando Henrique colocou em brios pessoas que ajudaram a transformar o país durante seu mandato. Parecia que a gente estava com vergonha de afirmar o legado do PSDB só porque o Lula está bem nas pesquisas. Isso não tem sentido", diz Arthur Virgílio, líder tucano no Senado. Até o governador de São Paulo, José Serra, candidato do partido à Presidência, enviou a FHC um e-mail dizendo que ele havia sido "muito feliz" nas suas considerações. Fernando Henrique se animou. Afinal de contas, nas duas últimas campanhas presidenciais, o PSDB parecia tentar esconder o governo dele – que, se cometeu alguns erros, colecionou acertos em número muito superior (VEJA, nº7, 2010: 46).

O que são alguns erros para quem colecionou acertos? Unilateralmente, FHC afirmou que Dilma não tem autoridade para governar e ainda classificou a ministra como “autoritária” e “dogmática”. Ela ou alguma liderança da situação não foi ouvida neste embate direcionado de idéias.

FHC, então, decidiu aumentar o bombardeio ao inimigo. Em São Paulo, disse que a ministra Dilma não é boa candidata por não ser, sequer, uma líder. Ao jornal americano *Miami Herald*, classificou-a de "autoritária" e "dogmática" e acrescentou que ela poderá se aproximar do venezuelano Hugo Chávez caso vença a eleição. Os petistas estrilaram com a saraivada, mas sua candidata, desacostumada de sofrer tamanho bombardeio, limitou-se a dizer que se orgulha do governo ao qual pertence e que seu líder é o presidente Lula (VEJA, nº7, 2010: 46).

A revista pontua que Fernando Henrique Cardoso está numa nova fase, classificada como “nem paz, nem amor”. O repórter explica que a estratégia impõe riscos. Portela destaca que as críticas feitas por FHC em artigo podem ter efeito contrário, ou seja, servir de estímulo para a campanha de Dilma. Outro risco, segundo a matéria, seria uma campanha do PSDB

focada apenas em comparações de governos. Seguindo essa linha, Veja expõe novamente a sua opinião e, para isso, compara o legado de FHC ao de Lula. E dá a entender, de forma clara, que Dilma não é uma candidata com know-how mínimo para concorrer à presidência. “Por esse raciocínio, FHC deveria se confrontar apenas com Lula, que ocupa o cargo que já foi dele um dia – e não com Dilma, figura comparativamente menor, que jamais recebeu um voto na vida” (VEJA, nº7, 2010: 47).

Depois de comparar os dois governos, a argumentação se contradiz. O texto enfatiza que o passado não tem mais importância e que agora é preciso pensar nos próximos anos, ou seja, no futuro. “Mais importante do que falar sobre o passado, é discutir o futuro. O Brasil precisa debater o que o próximo presidente da República vai fazer – e não comparar o trabalho dos que já passaram” (VEJA, nº7, 2010: 47).

3.6 O abre-alas da campanha

A edição de 24 de fevereiro (2153 – ano 43 – nº 8) reserva a capa a Dilma Rousseff com a chamada “A realidade mudou, e nós com ela”.



Figura 15- Capa Veja de 24/02/2010 - Dilma

A ministra é tema de duas reportagens da Editoria Brasil. Um terceiro texto, um artigo de três páginas assinado por José Serra sobre os 25 anos da Nova República, é publicado na seqüência.

A primeira matéria, intitulada “A candidata conquista o ninho” (VEJA, nº8, 2010: 50;51), destaca logo na linha fina que o Partido dos Trabalhadores oficializou a candidatura de Dilma.



Figura 16- Veja – A candidata conquista o ninho

Segundo Veja, após assistir ao desfile da escola carioca campeã do Carnaval Carioca, a Unidos da Tijuca, que apresentou como enredo “O Segredo”, Dilma Rousseff teria dito: “Quando a gente pensa que já viu tudo, vê que não viu nada” (VEJA, nº8, 2010: 52). O comentário abriu margem para opinião, desta vez com uma certa dose de ironia.

A frase merece o comentário que Dilma mais aprecia: “A senhora tem razão”. Quem nunca pensou em vê-la sambar com um gari na avenida viu. Quem achava impensável ver a ministra dar colo a Mercy Jones, filha de 4 anos de Madonna, rainha do pop, viu. E quem pensava que o mais conhecido segredo da República, a candidatura presidencial de Dilma, fosse um enredo com desfecho incerto, viu sua apoteose no congresso do PT na semana passada (VEJA, nº8, 2010: 52).

Os repórteres que assinam a matéria classificam a candidatura da ministra como uma “ousadia ímpar” e renovam as dúvidas sobre ela tendo como base a experiência política e sua postura “emocional”. O texto, aqui, está carregado de adjetivos, algo incomum em reportagem. Em apenas um parágrafo, há mais de uma dúzia deles. Alguns, bastante categóricos.

Sem nunca ter enfrentado nem eleição de condomínio, ela vai buscar os votos dos eleitores para tentar suceder ao mais popular presidente da República da história brasileira recente. Organizada e centralizadora, ela vai se deixar levar caoticamente

por uma caravana eleitoral que exige fôlego de atleta, concentração de enxadrista e prontidão circense. Com um humor superficial facilmente azedável e dona de opiniões inconstrutíveis, quase hieráticas, sobre os temas técnicos mais arcanos, ela vai ter de retribuir com sorrisos artificiais nos palanques os comentários mais estúpidos. E tome buchada de bode, maionese, feijão-de-corda e copos de Cravo Escarlata, a infusão energizante feita com dezesseis ervas consumida pelos ritmistas da Imperatriz Leopoldinense durante o desfile de Carnaval. Dilma provou, quase se engasgou, mas recuperou o fôlego e secou o copo (VEJA, nº8, 2010: 52).

Veja trouxe ainda um *box* com 10 perguntas para Dilma Rousseff. De acordo com a revista, a candidata concedeu a entrevista por e-mail, mas não aceitou réplicas. São perguntas sobre sua trajetória, questões políticas, perspectivas econômicas e o presidente Lula.

Nas páginas seguintes, a editoria Brasil estampava outra reportagem, com o título “Os dois figurinos de Dilma” (VEJA, nº8, 2010: 54). A proposta era destacar a autonomia que Lula tem dentro do PT, seu relacionamento com os radicais do partido e os desafios que Dilma terá no trato com eles.



Figura 17- Veja – Os dois figurinos de Dilma

No texto, os repórteres Vinícius Segalla e Benedito Sverberi classificam a ministra como “radical no discurso” e “pragmática na ação”. Declara-se que a candidata “joga para a plateia petista” e cita-se como fonte “especialistas”.

Desde que entrou para o governo, Dilma Rousseff desenvolveu um código de conduta

particular. Nele, um discurso ideológico é quase sempre seguido por uma decisão pragmática que, não raro, acaba contrariando sua fala. Especialistas enxergam na prática uma tentativa da ministra, que pertenceu ao PDT por 21 anos, de reafirmar publicamente sua "identidade petista". Em outras palavras, o figurino radical de Dilma é para petista ver. O outro, norteado pela consciência de que o capitalismo produz riqueza, é o que ela usa na hora de pôr a mão na massa (VEJA, nº8, 2010: 54).

Veja analisa que a indicação de Dilma como candidata do PT demonstra o quanto o presidente é influente no partido. Lula tem ainda o desafio de manter a harmonia no PT.

A escolha de Dilma revela o poder absoluto de Lula sobre o partido que ele fundou há trinta anos, fez crescer e levou ao topo do poder em Brasília. Revela também que continua sendo um desafio manter estável a volátil química petista, em que o anacronismo marxista radical minoritário convive com uma maioria convertida à democracia social (VEJA, nº8, 2010: 55).

A revista garante que Lula é quem dá a última palavra no PT, mas “em benefício próprio”. Afirma ainda que Dilma Rousseff terá de aprender a ter a mesma postura para lidar com os radicais.

Lula sempre conseguiu manter sob controle essa reação em cadeia, afunilando todas as suas energias em benefício de sua própria carreira política. Dilma terá de aprender a fazer essa mágica. Por enquanto, ela conta com Lula para diminuir a concentração de idéias tóxicas explosivas no caldeirão ideológico do petismo. Na campanha e, eventualmente, no poder em Brasília, ela vai ter de domar os radicais com suas próprias forças (VEJA, nº8, 2010: 55).

A matéria cita trechos de uma entrevista que Lula deu ao jornal *O Estado de S. Paulo* em fevereiro. Segundo Veja, o presidente diz que o tipo de programa que um partido possui pode não ser o mesmo do governo em si. “O partido, muitas vezes, defende princípios e coisas que o governo não pode defender” (VEJA, nº8, 2010: 55).

Em seguida, os repórteres se valem do argumento do presidente para reafirmar o controle sobre os radicais.

É um pouco mais complexo que isso. Uma vez no governo, o PT tentou implementar teses ruinosas de ruptura revolucionária com avanços duramente conquistados pelos brasileiros. Dinheiro de impostos, transferido a entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), financiou invasões de propriedades, saques e depredações de prédios públicos. Apesar disso, em seus sete anos de governo, Lula conseguiu evitar que os radicais do partido materializassem seus instintos mais nocivos (VEJA, nº8, 2010: 56).

Veja então prevê que Dilma, se eleita, poderá fazer o mesmo jogo a que Lula recorreu: a

portas fechadas a conversa com os radicais é bem diferente da que se leva a público, sugestionária.

Em sua primeira aparição no evento do PT, a ministra discursou para comunistas e socialistas de países como China, Coreia do Norte, Cuba e Venezuela. Sua fala ocorreu a portas fechadas e não pôde ser acompanhada pela imprensa. Sabe-se que a ministra foi muito aplaudida e que recebeu o apoio do tiranete Hugo Chávez, transmitido por uma representante da Venezuela. Longe dos holofotes vermelhos, porém, Dilma e Lula tentam se desvencilhar dos pendores revolucionários do petismo (VEJA, nº8, 2010: 56).

Veja traça um possível cenário para a campanha de Dilma Rousseff. Aponta que os radicais podem prejudicá-la no período eleitoral, mas a ministra tem sido preparada por Lula para conter eventuais excessos.

O risco de o radicalismo petista contaminar a campanha de Dilma é tão grande que já existe até uma estratégia para detê-lo. Além de exigir mudanças nas sugestões para a candidata, o presidente já deixou claro, em conversas com os estrategistas da campanha, que as propostas do PT não se confundirão com o programa de governo de Dilma. Embora o radical Garcia seja oficialmente o coordenador do programa de governo, fórmula para tentar animar a combatida militância petista, Lula decidiu afastá-lo das articulações da campanha (VEJA, nº8, 2010: 57).

Na edição anterior, a revista afirmou que FHC deu uma injeção de ânimo nos tucanos que voltaram a bater asas. Agora, a militância petista está em estado combatido. Veja então chega a uma conclusão sobre o ambiente político que viabilizou a candidatura da ministra. “Dilma virou candidata graças a uma rara conjunção de fatores. O principal deles talvez seja o processo de deterioração experimentado pelo PT nos últimos cinco anos” (VEJA, nº8, 2010: 58).

Vinícius Segalla e Benedito Sverberli relatam que diante das acusações de corrupção, Dilma Rousseff acompanhou a queda de várias pessoas que haviam sido cogitadas pelo presidente para sucedê-lo. Os repórteres citam que foram necessários dois anos até que Lula mencionasse o nome da ministra. “Há dois anos, isolado em um deserto de homens e idéias, o presidente cogitou a candidatura presidencial de Dilma pela primeira vez” (VEJA, nº8, 2010: 58).

Quase por falta de opção, o partido foi obrigado a aceitar a candidatura de Dilma. A ministra começou a se destacar nas pesquisas e a conquistar espaço dentro do PT.

Sem nenhuma outra alternativa viável e debilitado por sucessivas crises, só restou ao partido se curvar diante da vontade de Lula - um sinal inequívoco de que, quando precisa, o PT sabe ser pragmático e mandar às favas suas convicções mais íntimas. (...) Embora ainda não seja unanimidade no partido, Dilma começa a animar as claudes petistas à medida que sobe nas pesquisas (VEJA, nº8, 2010: 58;59).

A matéria atribui o avanço de Dilma a Lula. Porém, coloca novamente em questão, em xeque a capacidade da candidata de comandar um país. Aqui, Veja reconhece a popularidade de Lula e a aprovação ao governo federal.

Lula é o presidente mais popular da história e seu governo é aprovado por oito em cada dez brasileiros. Um padrinho com essa força pode fazer de Dilma presidente. Uma vez no governo, porém, pode ser um risco deixá-la à própria sorte. Uma candidata sem o domínio do próprio partido e com o sempre chantagista PMDB na vaga de vice pode viver em constante crise política (VEJA, nº8, 2010: 59).

Na página seguinte, ainda na editoria Brasil, Fábio Portela escreve sobre o candidato do PSDB. Uma página. Com o título “De bico fechado” (VEJA, nº8, 2010: 60), Portela, desta vez, trata da candidatura de Serra. A linha fina aponta que enquanto o PT anuncia com festa a indicação de Dilma para presidir o país, o PSDB adia a revelação de seu candidato. “O partido segue o voto de silêncio imposto pelo governador de São Paulo, José Serra, que resiste admitir publicamente o que todos já sabem: será o candidato da oposição à Presidência da República” (VEJA, nº8, 2010: 60).



Figura 18- Veja – De bico fechado

Segundo Veja, Serra acredita que “antecipação só interessa a quem está atrás da corrida” e a revista interpreta essa frase logo em seguida: “no caso, o PT” (VEJA, nº8, 2010: 60).

De acordo com o repórter, a postura do partido é classificada pelo governador como “estratégia nervos de aço”, ou seja, age sem chamar a atenção dos adversários. O repórter

aponta com isso que essa atitude de Serra gera certa preocupação em seus aliados. “A frieza do governador, no entanto, deixa à beira do infarto a maior parte de seus aliados” (VEJA, nº8, 2010: 60).

O texto segue nessa linha de deixar claro que José Serra não irá oficializar sua candidatura antes do final de março. Afirma que o governador está dedicado no momento a palanques estaduais e que pretende ficar fora de “fanfarras” políticas.

Sem formalizar a candidatura, Serra aproveita todo o tempo livre para articular os palanques estaduais que darão sustentação às suas pretensões eleitorais. (...). Para Serra, amarrar palanques como esse é bem mais essencial agora do que bater bumbo em torno de sua candidatura (VEJA, nº8, 2010: 60).

3.7 A estratégia que exaspera

Em 10 de março (2155 – ano 43 – nº 10) mais uma reportagem sobre eleições é publicada, “À espera do voo Tucano” (VEJA, nº10, 2010: 80), assinada por Otávio Cabral em continuidade ao que foi discutido na edição de 24 de fevereiro por Fábio Portela, duas semanas antes. Com José Serra e Aécio Neves numa foto em destaque, a matéria reafirma a decisão de Serra de não promover sua candidatura antes do cronograma desenhado por ele.



Figura 19- Veja – À espera do voo tucano

Serra considera a decisão como vantajosa. A exposição antecipada pode causar desgaste na imagem. A revista questiona a estratégia do PSDB e diz que a decisão irritou os aliados.

Adiar o máximo possível a decisão exasperou seus aliados. Aos olhos de Serra, porém,

a estratégia se justificou. Ela o poupou por mais tempo de ser alvo preferencial de ataques, com o consequente desgaste natural que isso acarreta a quem, como ele, lidera as pesquisas de intenção de votos (VEJA, nº10, 2010: 80)

Veja relata também que o governador de São Paulo tentou convencer o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, a aceitar o cargo de vice-presidente.

Alistar Aécio como segundo nome na chapa tucana é, como dizem os mineiros, fácil ou impossível. Governador em segundo mandato, com aprovação expressiva em Minas, Aécio tinha legítima intenção de ser o candidato do PSDB à Presidência. Desistiu oficialmente em dezembro passado (VEJA, nº10, 2010: 81)

O PSDB enfrentava um desafio na composição da chapa para disputar a eleição com Dilma. O número de partidos abrigados pela coligação da candidatura de Dilma Rousseff é superior ao do PSDB. “A campanha presidencial de José Serra enfrenta desafios dentro e fora do ninho tucano. Enquanto o palanque de Dilma Rousseff já abriga mais de uma dezena de partidos, Serra até agora, conta apenas com o nanico PPS e o enrolado DEM.” (VEJA, nº10, 2010: 81).

Serra, segundo o repórter, não demonstrara “esmorecimento”, mas refletia sobre os efeitos da estratégia.

A um tucano influente, o governador reclamou que estava se sentindo abandonado por uma parte do PSDB. Nas duas últimas eleições presidenciais, de fato, o partido pouco se empenhou para derrotar Lula. A maior parte dos dirigentes tucanos acabou priorizando seus próprios interesses regionais em detrimento da campanha presidencial da sigla (VEJA, nº10, 2010: 82).

Obstáculos assim, de acordo com a revista, quase fizeram Serra desistir da candidatura. Mas ele mudou de idéia ao ser aconselhado.

As dificuldades levaram o governador paulista a cogitar em desistir da campanha presidencial para concorrer à reeleição em São Paulo. Mudou de idéia ao ser convencido de que a desistência poderia se transformar em “suicídio político”. (...) Convicto de que não há mais espaço para recuo, Serra decidiu se dedicar ao cronograma planejado anteriormente (VEJA, nº10, 2010: 82).

Enquanto isso, Dilma continuava a crescer nas pesquisas eleitorais, resultado já esperado pelo PSDB. O Palácio do Planalto definiu um cronograma para ela. E Veja assegura que a estratégia da ex-ministra estava definida a ponto de ela não participar de debates com adversários.

No Palácio do Planalto já se fala em vitória no primeiro turno. Tanto que está definido

que a ministra não participará de debates com adversários e que priorizará entrevistas com temas predeterminados, que deixem a polêmica do lado de fora. Pode ser uma simples estratégia para mostrar otimismo ao grande público, mas não é o que parece. Nos bastidores, a candidata já está fazendo sondagens entre os aliados do partido para compor o futuro ministério, o que costuma despertar outros instintos capitais no mundo político (VEJA, nº10, 2010: 82).

3.8 A primeira grande denúncia de corrupção com viés eleitoral

A edição de 17 de março (nº 2156- ano 43 - nº 11) tem a capa predominantemente vermelha com a estrela do PT ao centro. Ao fundo do número 13 está sobreposto 12% (VEJA, nº11, 2010: 1). Há também uma pequena foto de João Vaccari Neto e a manchete da primeira denúncia de corrupção com viés efetivamente eleitoral: “A CONEXÃO BANCOOP/MENSALÃO – ‘Ele cobra 12% de comissão para o partido’” (VEJA, nº11, 2010: 1). Na linha fina, Veja afirma que “uma testemunha-chave da Justiça revela como o tesoureiro Vaccari desviava dinheiro grosso para o mensalão” (VEJA, nº11, 2010: 1).



Figura 20- Capa Veja de 17/03/2010 – 12%

No miolo, a matéria recebe o título “O pedágio do PT” (VEJA, nº11, 2010:59) e está assinada a quatro mãos por Alexandre Oltramari e Diego Escosteguy. A pauta: o envolvimento de Vaccari Neto no desvio de recursos da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo. Segundo a linha fina, “além de desviar dinheiro da Bancoop, o tesoureiro do partido arrecadava dinheiro para o caixa do mensalão cobrando propina” (VEJA, nº11, 2010:59).



Figura 21- Veja – O Pedágio do PT

De acordo com os repórteres, o novo tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, é a “peça mais fundamental do que parece” (VEJA, nº11, 2010:59) no esquema de arrecadação financeira do partido. O texto indica que Vaccari, além de ser suspeito de desvio de recursos no caso Bancoop, é também acusado de envolvimento no escândalo do mensalão, em 2005. De cara, conecta-se a denúncia à idéia de “abastecimento” do caixa de campanhas eleitorais do PT.

Investigado pelo promotor José Carlos Blat por suspeita de estelionato, apropriação indébita, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha no caso dos desvios da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), Vaccari é também personagem, ainda oculto, do maior e mais escandaloso caso de corrupção da história recente do Brasil: o mensalão - o milionário esquema de desvio de dinheiro público usado para abastecer campanhas eleitorais do PT e corromper parlamentares no Congresso (VEJA, nº11, 2010:59).

Segundo a reportagem, Vaccari Neto poderá ser o 41º réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento no mensalão. Em seguida, Veja reitera que a participação do tesoureiro em escândalos é maior do que se pensou. Para isso, a revista recorre a uma metáfora com conotação bastante pejorativa. “Ele parecia bagrinho no esquema. Pelo que se descobriu agora, é um peixeão” (VEJA, nº11, 2010:59).

Em 2003, relatam os repórteres, enquanto cuidava das finanças da Bancoop, João Vaccari Neto acumulava a função de administrador informal da relação entre o PT e os fundos de pensão das empresas estatais, bancos e corretoras. Veja diz que o tesoureiro “tocava o

negócio de uma maneira bem peculiar: cobrando propina. Propina que podia ser de 6%, de 10% ou até de 15%, dependendo do cliente e do tamanho do negócio” (VEJA, nº11, 2010:59). De acordo com a matéria, uma investigação revelou que a porcentagem estabelecida por Vaccari era de 12%, um número que a revista chama de mágico, com a idéia de um pedágio cabalístico.

Uma investigação sigilosa da Procuradoria-Geral da República revela, porém, que 12% era o número mágico para o tesoureiro - o percentual do pedágio que ele fixava como comissão para quem estivesse interessado em se associar ao partido para saquear os cofres públicos. (VEJA, nº11, 2010:59)

O texto informa que o envolvimento de João Vaccari Neto no escândalo vem dos depoimentos prestados pelo corretor Lúcio Bolonha Funaro, apresentado pelos repórteres como “um dos maiores especialistas em cometer fraudes financeiras” (VEJA, nº11, 2010:59). Alexandre Oltramari e Diego Escosteguy contam que o corretor, diante da denúncia, se propôs a revelar dados sobre o caso como parte de um acordo para obter perdão judicial.

Em 2005, na iminência de ser denunciado como um dos réus do processo do mensalão, Funaro fez um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República. Em troca de perdão judicial para seus crimes, o corretor entregou aos investigadores nomes, valores, datas e documentos bancários que incriminam, em especial, o deputado paulista Valdemar Costa Neto, do PR, réu no STF por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. (VEJA, nº11, 2010:59;60)

Os repórteres afirmam que Veja teve acesso a um dos depoimentos, no qual Funaro forneceu detalhes de como pessoas do PT canalizavam dinheiro para o caixa “clandestino do partido” (VEJA, nº11, 2010:60). Foi neste contexto que o nome de Vaccari foi citado e a comissão estabelecida por ele, conhecida.

Funaro apresentou, inclusive, o nome do que pode vir a ser o 41º réu do processo que apura o mensalão - o tesoureiro João Vaccari Neto. “Ele (*Vaccari*) cobra 12% de comissão para o partido”, disse o corretor em um relato gravado pelos procuradores (VEJA, nº11, 2010:60).

Oltramari e Escosteguy trazem à denúncia trechos de cinco depoimentos que Lúcio Bolonha prestou ao Ministério Público Federal. De acordo com Veja, Funaro forneceu informações comprometedoras sobre o trabalho do tesoureiro encarregado de cuidar das finanças do PT. Os repórteres ajustam estes cinco pontos em forma de tópicos.

- Entre 2003 e 2004, no auge do mensalão, João Vaccari Neto era o responsável pelo

recolhimento de propina entre interessados em fazer negócios com os fundos de pensão de empresas estatais no mercado financeiro.

- O tesoureiro concentrava suas ações e direcionava os investimentos de cinco fundos - Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica), Nucleos (Nuclebrás), Petros (Petrobras) e Eletros (Eletrobrás) -, cujos patrimônios, somados, chegam a 190 bilhões de reais.
- A propina que ele cobrava variava entre 6% e 15%, dependendo do tipo de investimento, do valor do negócio e do prazo.
- O dinheiro da propina era carreado para o caixa clandestino do PT, usado para financiar as campanhas do partido e subornar parlamentares.
- João Vaccari agia em parceria com o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares e sob o comando do ex-ministro José Dirceu, réu no STF sob a acusação de chefiar o bando dos quarenta (VEJA, nº11, 2010:60).

Veja afirma que “os destinos de ambos, Funaro e Vaccari, se cruzaram nas trilhas subterrâneas do mensalão” (VEJA, nº11, 2010:60). A matéria conta que, no final de 2004, as agências de publicidade de Marcos Valério, “o outro ponta de lança do esquema” (VEJA, nº11, 2010:60), recebiam milhões de estatais e ministérios. O texto destaca que os bancos que financiavam a compra do Congresso, o BMG e o Rural, também faturavam fortunas com “os fundos de pensão controlados por tarefeiros do PT” (VEJA, nº11, 2010:61).

Segundo a reportagem, naquele momento, Funaro mantinha uma “relação lucrativa” (VEJA, nº11, 2010:61) com Valdemar Costa Neto. Na campanha de 2002, o corretor emprestou ao deputado 3 milhões de reais. Veja ironiza: “pela lógica que preside o sistema político brasileiro, Valdemar passou a dever-lhe 3 milhões de favores” (VEJA, nº11, 2010:61). A matéria descreve que, segundo o relato do corretor, o deputado foi cobrar esses favores do PT. Foi assim que começa a funcionar “a engrenagem clandestina de fabricação de dinheiro” (VEJA, nº11, 2010:61). Os repórteres relatam que ambos detinham funções dentro do esquema. Vaccari surge como intermediário.

O deputado detinha os contatos políticos; o corretor, a tecnologia financeira para viabilizar grandes negociatas. Combinação perfeita, mas que, para funcionar, carecia de um sinal verde de quem tinha o comando da máquina. Valdemar procurou, então, Delúbio Soares, lembrou-lhe a ajuda que ele dera à campanha de Lula e pediu, digamos, oportunidades. De acordo com o relato do corretor, Delúbio indicou João Vaccari para abrir-lhe algumas portas (VEJA, nº11, 2010:61).

O primeiro encontro entre Funaro e Vaccari ocorreu na sede da Bancoop em São Paulo, com a presença do deputado Costa Neto. Foi neste momento que João Vaccari Neto deixou clara qual seria a sua participação e como o PT tinha dividido as operações.

Na conversa, Vaccari contou que cabia a ele intermediar operações junto aos maiores

fundos de pensão - desde que o interessado pagasse um “porcentual para o partido (PT)”, taxa que variava entre 6% e 15%, dependendo do tipo de negócio, dos valores envolvidos e do prazo. E foi didático: Funaro e Valdemar deveriam conseguir um parceiro e uma proposta de investimento. Em seguida, ele se encarregaria de determinar qual fundo de pensão se encaixaria na operação desejada. O tesoureiro adiantou que seria mais fácil obter negociatas na Petros ou na Funcef . Vaccari explicou que o PT havia dividido o comando das operações dos fundos de pensão (VEJA, nº11, 2010:61).

A revista insiste que o porcentual cobrado variava entre 6% e 15%, como se lê em repetidos trechos da reportagem. Mas faz uma ressalva: “Para investimentos em títulos de bancos, os chamados CDBs, nicho em que o corretor estava interessado, a ‘comissão’ seria de 12%” (VEJA, nº11, 2010:61). A publicação esclarece que essas operações são desejadas por políticos porque, depois de realizadas, podem aparentar falso prejuízo para investidores do mercado financeiro.

Donos de uma fortuna equivalente à dos Emirados Árabes, os fundos de pensão de estatais são alvo da cobiça dos políticos desonestos graças à facilidade com que operadores astutos, como Funaro, conseguem desviar grandes somas dando às operações uma falsa aparência de prejuízos naturais impostos por quem se arrisca no mercado financeiro (VEJA, nº11, 2010:62).

Segundo Veja, a CPI dos Correios, que investigou o mensalão em 2006, deixou isso claro. Com a ajuda de técnicos, a comissão constatou que os fundos foram saqueados em “operações fraudulentas que beneficiavam as mesmas pessoas que abasteciam o mensalão” (VEJA, nº11, 2010:62). A matéria descreve que Funaro chegou a insinuar a participação de João Vaccari no esquema em depoimento à CPI naquele mesmo ano. Veja afirma novamente que, em troca do perdão judicial, Funaro disse a um grupo de procuradores da República do Paraná que contaria tudo sobre as operações que estavam sendo investigadas.

Em agosto de 2005, emparedado pelo Ministério Público Federal por causa de remessas ilegais de 2 milhões de dólares ao exterior, Funaro propôs delatar o esquema petista em troca de perdão judicial. “Vou dar a vocês o cara do Zé Dirceu. O Marcelo Sereno faz operação conta-gotas que enche a caixa-d'água todo dia para financiar operações diárias. Mas esse outro aqui, ó, o nome dele nunca saiu em lugar nenhum. Ele faz as coisas mais volumosas”, disse Funaro, enquanto escrevia o nome “Vaccari”, em uma folha branca, no alto de um organograma. (VEJA, nº11, 2010:62).

Diante da gravidade das acusações de Funaro, os repórteres descrevem que os procuradores queriam saber como o PT desviava o dinheiro dos fundos. O texto indica que o partido teve a ajuda dos bancos.

“Tiram dinheiro muito fácil. Rural, BMG, Santos... Tirando os bancos grandes, quase todos têm negócio com ele”, disse. O corretor explicou aos investigadores que se cobrava propina sobre todo e qualquer investimento. “Sempre que um fundo compra CDBs de um banco, tem de pagar comissão a eles (PT)”, explicou. “Vou dar provas documentais. Ligo para ele (Vaccari) e vocês gravam. Depois, é só ver se o fundo de pensão comprou ou não os CDBs do banco (VEJA, nº11, 2010:63).

A matéria aponta que os bancos BMG, Rural e Santos receberam 600 milhões de reais dos fundos de pensão controlados pelo PT em 2003 e 2004. A revista descreve ainda que “apenas os cinco fundos sob a influência do tesoureiro aplicaram 182 milhões de reais em títulos do Rural e do BMG, os principais financiadores do mensalão, em 2004” (VEJA, nº11, 2010:63). Veja indica que se trata de “um volume 600% maior que o do ano anterior e 1650% maior que o de 2002, antes de o PT chegar ao governo” (VEJA, nº11, 2010:63). As investigações da polícia revelaram também que os dois bancos “emprestaram 55 milhões de reais ao PT” (VEJA, nº11, 2010:63). Segundo a revista, este volume equivale a 14,1% do montante que receberam em investimentos. Veja conclui: “portanto, dentro da margem de propina que Funaro acusa o partido de cobrar (entre 6% e 15%). Mas, para os petistas, isso deve ser somente uma coincidência...” (VEJA, nº11, 2010:63).

Ainda de acordo com a denúncia de Veja, Funaro, aos 35 anos, formado em economia, é considerado um “gênio do mundo financeiro” (VEJA, nº11, 2010:63). Para a revista, ele “sabe, talvez como ninguém no Brasil, tirar proveito das brechas na bolsa de valores para ganhar dinheiro em operações tão incompreensíveis quanto lucrativas” (VEJA, nº11, 2010:64).

Oltramari e Escosteguy contam que checaram os extratos telefônicos de Delúbio Soares entregues à CPI dos Correios e identificaram catorze ligações feitas por ele a Vaccari no mesmo período em que ocorriam as negociações entre Funaro e o “guardião dos fundos de pensão” (VEJA, nº11, 2010:64). Veja pergunta: “o que o então tesoureiro do PT tinha tanto a conversar com o dirigente da cooperativa?” (VEJA, nº11, 2010:64). Com algum ceticismo (ou ironia), a revista insinua: “É possível que Funaro tenha mentido sobre os encontros com Vaccari? Em tese, sim. Pode haver motivos desconhecidos para isso. Trata-se, contudo, de uma hipótese remotíssima” (VEJA, nº11, 2010:64).

Segundo a matéria, o curso das investigações demonstrou que Funaro disse a verdade e que seus depoimentos ganharam credibilidade. O texto afirma que as declarações foram aceitas pela Procuradoria-Geral da República como provas para incriminar a “quadrilha do mensalão” (VEJA, nº11, 2010:64). Veja destaca que foram muitos os que tentaram, inclusive

Marcos Valério, mas apenas Funaro virou “réu-colaborador” (VEJA, nº11, 2010:64) nesse caso. Lúcio Funaro receberá, por sua colaboração, uma “pena mais branda no fim do processo” (VEJA, nº11, 2010:64).

Vaccari empenhou-se em declarar que no caso Bancoop ele e outros dirigentes da cooperativa são inocentes e que os culpados são seus “acusadores e suas vítimas” (VEJA, nº11, 2010:64). A revista menciona que numa entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o tesoureiro do PT disse que “o MP agiu ‘para sacanear’ e que os 31 milhões de reais sacados na boca do caixa pela Bancoop teriam sido ‘movimentações interbancárias’” (VEJA, nº11, 2010:64;66). A matéria rebate e diz que os documentos resultantes da investigação da quebra do sigilo bancário mostraram o contrário. “Entre os cheques emitidos pela Bancoop para ela mesma ou para seu banco, o Bradesco, ‘a imensa maioria’, segundo o MP, continha o código ‘SQ21’ - que quer dizer saque” (VEJA, nº11, 2010: 66). De acordo com os repórteres, não se sabe se, a partir daí, o dinheiro sacado foi colocado em uma mala, usado para fazer pagamentos, ou depositado em outras contas.

Nas linhas finais, Oltramari e Escosteguy contam que o tesoureiro do PT, na tentativa de se inocentar, distribuiu culpas. Os repórteres afirmam que, segundo Vaccari, os problemas de caixa da cooperativa estão associados ao comportamento de cooperados que sabiam que os preços iniciais dos imóveis eram “‘estimados’ e ‘não quiseram pagar’ a diferença depois que foram constatados ‘erros de cálculo’ nas estimativas” (VEJA, nº11, 2010: 66). Veja argumenta que “ele só omitiu que, em muitos casos, os ‘erros de cálculo’ chegaram a valores correspondentes a 50% do preço inicial do apartamento” (VEJA, nº11, 2010: 66). Para a revista, “negar evidências e omitir fraudes é a lei da selva na política. Até quando?” (VEJA, nº11, 2010: 66).

3.9 Mensalão e Bancoop conectados

A penúltima edição de março (2157– ano 43 - nº 12) traz nova denúncia contra José Dirceu e o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, vinculando-os à candidatura Dilma. O texto “O PT continua dando de ombros...” (VEJA, nº12, 2010: 82), assinado por Diego Escosteguy, é um desdobramento da matéria que havia rendido capa na edição anterior e conta que o deputado José Dirceu comemorou seu aniversário com uma festa em Brasília. Durante a comemoração, Dirceu brindou com Vaccari Neto.

"organização criminosa" do mensalão, réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção ativa e formação de quadrilha, celebrou seus 64 anos numa alegre festa em Brasília. Dirceu, o perseguido, aproveitou a tertúlia para anunciar sua enigmática convicção de que será absolvido no STF – e propôs um brinde especial ao novo tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, apontado como um dos operadores do mensalão petista e, também, como responsável por desfalques milionários na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo, a Bancoop (VEJA, nº12, 2010: 83).

O PT mantém o apoio a ambos até que tudo - em referência à denúncia de desvio de dinheiro da Bancoop - seja esclarecido. Segundo o texto, o chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, confirmou que, enquanto nada for provado, tudo continuará como está. A revista argumenta que a tática do PT é atacar as denúncias. A festa de aniversário de José Dirceu é tachada de piquenique.

As declarações no convescote de Dirceu demonstram que o PT resolveu aplicar no caso de Vaccari a mesma tática belicosa que adota desde o começo do governo Lula sempre que surgem evidências de malfeitorias cometidas pelos companheiros. É uma estratégia rudimentar, na qual o partido se defende tão somente atacando os autores das denúncias – ou, ainda, o mensageiro delas: "a mídia golpista". Essa atitude prepotente, de desprezo aos demais protagonistas do jogo democrático, serve ao propósito político de interditar o debate e a validade de quaisquer investigações, ignorando, assim, a substância objetiva das provas apresentadas ao público (VEJA, nº12, 2010: 83).

A candidatura Dilma aparece. A matéria afirma que a postura do partido em relação aos “escândalos” vai até um ponto, tem um limite.

Ao desprezo pelos fatos seguiu-se a terceira linha de defesa do PT, na qual o partido procurou distanciar Vaccari do comitê da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Ele é tesoureiro do PT, mas não cuidará das finanças da campanha, asseguram os articuladores do partido. Bobagem. Nem distância física existe. O provável comitê de campanha de Dilma funcionará no mesmo prédio da sede do PT, em Brasília. A partir de abril, quando deixará a Casa Civil para dedicar-se exclusivamente à campanha, Dilma será funcionária do PT. Seu salário sairá dos cofres administrados por Vaccari. Ao menos cinco assessores dela deixarão a Casa Civil e passarão a receber pelo partido. A sigla também bancará, naturalmente, toda a estrutura da caminhada eleitoral de Dilma até julho, quando a campanha começará oficialmente e o comitê poderá arrecadar doações (VEJA, nº12, 2010: 83).

Na mesma edição, em “Candidato Confesso” (VEJA, nº12, 2010: 86), Felipe Patury e Fábio Portela relatam a participação de Serra em um programa de TV.

Na última sexta-feira, o governador de São Paulo, José Serra, admitiu em público pela primeira vez que será candidato à Presidência da República pelo PSDB. O anúncio não ocorreu com a pompa e a solenidade que seus aliados e adversários esperavam,

mas em uma simples entrevista concedida ao apresentador José Luiz Datena, da Band (VEJA, nº12, 2010: 86).



tos e Convenções, em Brasília) em que ela ocorrerá. Também incumbiu o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, e seu secretário executivo, Sérgio Silva, de contratar as empresas que

PRESENTE DE ANIVERSÁRIO

Em entrevista, José Luiz Datena parabeniza Serra e o tucano fala sobre sua candidatura ao Planalto

Figura 22- Veja – Datena e José Serra

A declaração do governador foi uma “surpresa” até para pessoas próximas. “A candidatura de Serra era um segredo de polichinelo. Ainda assim, a revelação surpreendeu até seus colaboradores mais próximos. Eles esperavam que Serra emitisse declarações cada vez mais claras sobre sua intenção de concorrer ao Palácio do Planalto” (VEJA, nº12, 2010: 86).

No decorrer da matéria, retoma-se a discussão sobre a composição da chapa do PSDB. Patury e Portela revelam que Serra ainda está atrás de “aliados”. “O governador paulista quer chegar ao dia do lançamento oficial de sua candidatura com o maior número de apoios possível” (VEJA, nº12, 2010: 87).

Veja traz o último levantamento do Ibope e recorre mais uma vez a fontes não identificadas para opinar. Apesar de anônima, as fontes são mencionadas como “analistas tucanos”.

No levantamento do Ibope divulgado na semana passada, Serra aparece com 35 pontos percentuais, enquanto Dilma fica em 30 pontos. Para os analistas tucanos, um lançamento eficiente da campanha, com bom aproveitamento dos veículos de comunicação, poderia elevar essa diferença de 5 para 8 pontos percentuais (VEJA, nº12, 2010: 87).

3.10 Candidatura de luxo

A última edição do primeiro trimestre de 2010, 31 de março (2158– ano 43 - nº 13), fala de Dilma Rousseff. Assinada por Diego Escosteguy, a matéria “O kit da candidata é um luxo”

(VEJA, nº13, 2010: 62) trata das mudanças que ocorrerão quando a candidatura da ministra se tornar oficial. Isso ocorre (aparece) logo na linha fina. “Jatinho, mansões, assessores e salário, tudo pago pelo PT, esperam Dilma Rousseff quando a campanha decolar. Partido rico é outra coisa...” (VEJA, nº13, 2010: 62).



Figura 23- Veja – o kit da candidata é um luxo

O repórter explica que a legenda providenciou uma estrutura de “primeira linha” para atender Dilma. “Ela receberá salário, contará com cinco assessores, voará de jatinho e vai se hospedar em uma confortável casa em Brasília” (VEJA, nº13, 2010: 62).

Em seguida, questiona-se quem vai pagar essas despesas. E o tesoureiro do PT, o mesmo que brindou com Zé Dirceu, reaparece.

Quem fechará esses contratos e pagará todas as despesas? Ele, o novo e já notório tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. (...) À frente dos gastos com a pré-campanha petista, Vaccari por enquanto é o Delúbio Soares de Dilma. Pelo menos na prática (VEJA, nº13, 2010: 62).

Suspeitas sobre Vaccari são novamente lançadas, conectando-o à campanha de Dilma e sempre que possível associando-o ao mensalão.

Se Vaccari não tinha nada a ver com o caixa clandestino do PT, o que ele teria a tratar com um deputado poderoso como Valdemar e um corretor especializado em operações heterodoxas, ambos envolvidos com o mensalão? Funaro confessou aos procuradores sua participação no esquema entre 2005 e 2006 e incluiu Vaccari na lista de operadores do PT quando nem sequer havia motivos eleitorais para atingi-lo (VEJA, nº13, 2010: 62).

3.11 Análise da cobertura no 1º trimestre

Cinco aspectos se destacam na cobertura eleitoral feita por Veja no primeiro trimestre de 2010.

O primeiro deles diz respeito ao próprio calendário. É quase um valor, uma máxima do brasileiro, levada - às vezes - a conseqüências extremas, o dito popular que sugere que o ano, no Brasil, termina com o réveillon, mas só começa logo depois do Carnaval. O que mais repercutiu neste início de 2010 foi a atenção da mídia (e a influência dela sobre a opinião pública) para duas tragédias: em Angra, pela proximidade e por ser um “paraíso” freqüentado pela classe média alta, a quem Veja fala diretamente; e no Haiti, pelo drama humanitário daquele que foi recorrentemente citado – não só por Veja, mas por toda a grande imprensa - como o “país mais pobre das Américas”, palco da morte de Zilda Arns, cujo legado foi enaltecido.

Este aposto que se usou na cobertura do terremoto no Haiti permite suscitar, agora na própria cobertura política, algo que também se constata como segundo aspecto: Veja carrega nos adjetivos e recorre ao uso de apostos para “legitimar” o ponto de vista da argumentação que se pretende construir. É o que se viu, por exemplo, na matéria que cita o aniversário de José Dirceu. Às vezes, usa-se este expediente com elevadas doses de ironia: “Dirceu, o perseguido, aproveitou a tertúlia para...”.

Uma semana antes, na primeira reportagem que teve o impacto de uma denúncia com ligação eleitoral – o desvio de dinheiro da Bancoop e a taxa de 6% a 15% cobrada pelo tesoureiro do PT para “abastecer” o caixa das campanhas eleitorais do partido -, viu-se algo curioso, e logo nas primeiras linhas do texto: Vaccari deixava a condição de “bagrinho” para ser apontado como “peixão”. Essa reportagem, que é o alicerce do terceiro ponto a se destacar na cobertura do primeiro trimestre, tem como fonte principal um réu que fez um acordo para redução de pena em troca do fornecimento de informações à Justiça, a chamada “delação premiada”. A base para a reportagem que se constitui na primeira grande denúncia com conexão no processo eleitoral é a acusação de um réu contra aquele a quem ele atribui culpa pela suposta prática de crimes a que responde.

O quarto ponto que merece destaque (e poderia levar a um debate bem mais amplo) é o uso, com alguma freqüência, da “fonte anônima. Este capítulo traz alguns exemplos de “especialistas” que são citados sem que os nomes deles tenham vindo a público. Curiosamente, eles traçam cenários e dão um tom mais argumentativo às reportagens. São citados em matérias com críticas a Dilma e também em textos que discutiam a “estratégia” de

Serra e dos tucanos, que tinham resgatado o prazer de voar.

O quinto aspecto é o uso de metáforas (às vezes, antíteses) com conotação de qualificar, portanto adjetivar, o relato. Ele aparece quando Veja fala nas “idéias tóxicas explosivas”, na “volátil química petista” e no “anacronismo marxista radical minoritário”. Pode-se citar novamente a idéia de apresentar, numa reportagem, uma das partes com “bagre”.

Veja permitiu-se no primeiro trimestre discutir e apontar erros na estratégia de Serra, às vezes em tom sugestionador. Em relação aos primeiros passos da campanha de Dilma, sempre que possível a revista a conectou como candidata ao PT, o partido do “mensalão”, dos “mensaleiros”, dos “aloprados” e, claro, dos “radicais”. Veja também insistiu em qualificar negativamente alguém que não tinha sequer experiência como síndica e disputaria a presidência, “criada” ou “inventada” por Lula.

CAPÍTULO IV- NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS?

4.1 E agora, José?

A primeira edição de Veja no segundo trimestre de 2010 (nº 2159 - ano 43 - nº 14) traz reportagens sobre os dois principais candidatos à presidência. Uma matéria da editoria Brasil na publicação de 7 de abril tem como manchete “O tucano alça voo” (VEJA, nº14, 2010:56;57). Assinado por Fábio Portela, o texto trata da candidatura Serra e indica, já na linha fina, que o ex-governador de São Paulo aparece com vantagem nas pesquisas. O tom é este: “A seis meses da eleição que definirá o próximo presidente da República, José Serra, líder nas pesquisas, deixa o governo de São Paulo para se dedicar à campanha em tempo integral” (VEJA, nº14, 2010:57).

A revista volta a mencionar nas primeiras linhas algo que já tinha sido tema de abordagem jornalística no primeiro trimestre: a decisão do candidato do PSDB de evitar declarações públicas sobre a campanha antes do prazo legal ou enquanto ocupasse o cargo de governador.

Para ele, governo é uma coisa, campanha é outra. Ele decidiu que só inauguraria o discurso de candidato quando deixasse o Palácio dos Bandeirantes. E foi o que fez. Na quarta-feira passada, despediu-se do governo paulista. Era o fim do prazo legal para que os políticos se desvinculassem de seus cargos executivos para disputar as eleições em outubro (VEJA, nº14, 2010:57).

Segundo a reportagem, o discurso de despedida de Serra teve enredo de campanha. O texto conta que o candidato resgatou um assunto que provoca “arrepios” em lideranças do Partido dos Trabalhadores: a ética na política. “Aqui não se cultivam escândalos, malfeitos, roubalheira. Também nunca incentivamos o silêncio da cumplicidade e da conivência com o malfeito” (VEJA, nº14, 2010:57). Em seguida, Portela interpreta a frase de Serra. E ironiza: “Qualquer semelhança entre 'silêncio da cumplicidade' e a reação do presidente Lula ao caso do mensalão petista está muito além da coincidência, é claro” (VEJA, nº14, 2010:57).

A reportagem segue com o último dia de Serra como governador. Fábio Portela destaca então que o candidato do PSDB falou, na despedida, sobre a eficiência na gestão da máquina pública e enalteceu realizações de sua administração. De acordo com a publicação, estes serão alguns dos temas da campanha no rádio e na televisão. O repórter sugere, com didatismo, que o debate econômico na campanha tucana contemple dois pontos de vista.

1) Se o Brasil está hoje em uma situação confortável é porque atravessa um período virtuoso que já dura quase dezesseis anos, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação do plano Real e da estabilização da inflação. 2) Ele, Serra, é o nome mais qualificado para dar continuidade a esse ciclo de progresso (VEJA, nº14, 2010:57).

A matéria ainda cita um suposto plano de sindicalistas para “manchar o último dia de Serra” no governo do Estado de São Paulo. E não hesita em conectá-lo a movimentos sociais “controlados pelo PT”. O texto apresenta uma expressiva aprovação popular ao governo Serra, pouco relatada pela grande imprensa. Estratosféricamente, Veja indica um coeficiente de 87% de aprovação à gestão Serra, número que, se real, o coloca como o gestor público em cargo do Executivo mais bem avaliado, à frente, inclusive, dos números atribuídos a Lula.

Serra já pode se preparar para enfrentar a perseguição agressiva - e muitas vezes violenta - dos movimentos sociais controlados pelo PT. Enquanto ele fazia seu discurso de despedida, um grupo de 4000 sindicalistas tentava fechar a Avenida Paulista e se esforçava para entrar em confronto com a Polícia Militar, bradando slogans antitucanos. Queriam armar uma cena de sangue para manchar o último dia de Serra no governo. A maior evidência de que a gritaria sindical é puramente política é a altíssima aprovação do governo Serra em São Paulo. Somando ótimo, bom e regular, 87% dos paulistas aprovam seu governo, segundo o Datafolha (VEJA, nº14, 2010:57).

A reportagem de Fábio Portela vem acompanhada por uma foto que tem a seguinte legenda: “De São Paulo para o Brasil: Em sua despedida do Palácio dos Bandeirantes, Serra falou em ‘honra’ e ‘caráter’ para se contrapor ao estilo petista de fazer política” (VEJA, nº14, 2010:57).

Na página seguinte, também na editoria Brasil, a revista traz uma outra reportagem cujo título é “Prateleira Eleitoral” (VEJA, nº14, 2010:58). O texto percorre a despedida de Dilma Rousseff do ministério e, na linha fina, garante que ela poderá se afastar de alguns integrantes do partido. “Dilma Rousseff deixa o governo para ser a candidata petista à Presidência e passa, a partir de agora, a enfrentar os problemas reais de uma campanha- inclusive afastando-se de companheiros indesejáveis” (VEJA, nº14, 2010:58).

A matéria descreve uma espécie de “roteiro” que Dilma teria de seguir desde que o seu nome passou a figurar entre aqueles que poderiam suceder Lula. O texto volta-se, como fora feito em algumas das edições do primeiro trimestre, a questionar a experiência da ex-ministra. E a tacha de “burocrata” submetida a um processo de “metamorfose”. Aqui, a popularidade de Lula é reconhecida e apontada como fator favorável à campanha dela.

A última etapa do processo de metamorfose da ministra Dilma Rousseff foi planejada para terminar de forma apoteótica. Depois de dois anos em campanha, a burocrata, que nunca disputou uma eleição, deixaria o governo como franca favorita à Presidência da República, catapultada pelo compromisso de continuidade da gestão petista e impulsionada pela ampla popularidade de seu mentor – o presidente Lula (VEJA, nº14, 2010:58).

O repórter, no espaço dedicado à cobertura dos primeiros passos da campanha de Dilma Rousseff, enfatiza a liderança de José Serra numa pesquisa eleitoral, 9 pontos à frente dela. O resultado, segundo o relato dele, alterou a expectativa daqueles que previam uma vitória no primeiro turno. Os índices impuseram ações mais contundentes.

Os números resfriaram o entusiasmo de alguns, que já previam uma vitória inexorável em primeiro turno, mas também serviram de motivação para ações eleitoralmente mais agressivas. A mais visível foi o lançamento da nova edição do Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC 2, como definiu o presidente da República, não passa de uma "prateleira de projetos" de realização incerta (VEJA, nº14, 2010:59).

A matéria ainda afirma que o PAC tem importante ligação com a campanha de Dilma Rousseff. O texto conecta a possibilidade de continuidade das obras públicas do governo federal à expectativa dos empreiteiros, chamados de generosos financiadores das campanhas. Enquanto isso, Lula estaria diante de uma segunda missão: dirimir turbulências.

Além de reforçar a imagem da agora ex-ministra como tocadora de obras, boa administradora e encarregada de dar seqüência ao governo Lula, o PAC garante o entusiasmo dos empresários, principalmente os empreiteiros, sempre generosos financiadores das campanhas. Cumprida essa missão, o presidente Lula partiu para uma segunda etapa para manter empinada a candidatura petista – esta já bem menos visível: contornar os problemas políticos com potencial de criar turbulências à sua candidatura. (VEJA, nº14, 2010:59)

O texto ainda discute uma disputa interna no PMDB para indicar o vice na chapa de Dilma.

O posto foi prometido ao PMDB como forma de viabilizar a aliança entre os dois partidos, mas era cobiçado por duas figuras exponenciais: o deputado Michel Temer, presidente da Câmara, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (VEJA, nº14, 2010:59).

Nas linhas seguintes, Veja insiste na questão da escolha do vice de Dilma e dá a entender que o presidente teve participação numa sondagem (ou pressão?) a alguns nomes. O texto, novamente, vem acompanhado por um aposto. E em tom de análise, sugere que Dilma

perdeu voz sobre a escolha do vice à medida que o desempenho dela nas pesquisas eleitorais frustrava expectativas.

Lula, o senhor de todas as decisões, incentivou Meirelles a se filiar ao PMDB e a pleitear o cargo. Achava que um crescimento meteórico de Dilma empurraria para suas mãos também a escolha do vice que melhor lhe conviesse – e que nunca foi Michel Temer. As pesquisas, porém, não deram sustentação ao plano (VEJA, nº14, 2010:59).

Ao finalizar a reportagem, Daniel Pereira volta a um tema já abordado em edições anteriores. O repórter reafirma, com certo ceticismo, que Dilma Rousseff foi aconselhada a se manter afastada de alguns nomes envolvidos em escândalos.

A candidata petista vai precisar de muita habilidade para convencer que é real uma decisão que já teria sido tomada por seus assessores – tirar da linha de frente da campanha dois pesos-pesados do petismo: o conselheiro político e ministro de Comunicação Social, Franklin Martins, e o deputado cassado e lobista José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil. A idéia partiu dos ex-ministros Antonio Palocci e Márcio Thomaz Bastos e conta com a simpatia do ex-prefeito Fernando Pimentel, coordenador da campanha de Dilma. Para eles, Franklin é um foco permanente de tensão e Dirceu uma fonte inesgotável de problemas (VEJA, nº14, 2010:59).

Dilma não compareceu ao jantar de aniversário do ex-ministro José Dirceu. Segundo Pereira, a ministra estava em suposta reunião com a bancada do PTB. Veja conclui que será essa a postura da candidata durante toda a campanha e que alguns nomes, pelo menos para “o grande público”, ficarão mesmo na “prateleira”.

Para mostrar que o afastamento é real, no início de março, todos os principais dirigentes petistas foram convidados para o jantar de aniversário do ex-ministro José Dirceu, em Brasília. Dilma não apareceu. Estava ocupada, participando de uma importante reunião com a bancada do PTB do ex-presidente Fernando Collor e do ex-deputado Roberto Jefferson – ao menos foi essa a versão oficial. Escapou assim das fotos, das entrevistas e do constrangimento de aparecer ao lado do companheiro apontado como o chefe da quadrilha do mensalão. É mais ou menos um retrato do que será durante a campanha. Dirceu e Franklin continuarão na trincheira, articulando e cumprindo variadas tarefas. Para o grande público, ficarão na prateleira (VEJA, nº14, 2010:59).

4.2 Trocadilho e folclore

Assinada a quatro mãos pelos repórteres Octávio Cabral e Daniel Pereira (o autor de “Prateleira Eleitoral” na semana anterior), a principal reportagem da Editoria Brasil faz um trocadilho em forma de manchete - “A candidata petista falou Dilmais” (VEJA, nº15,



Figura 24- Veja – A candidata petista falou “Dilmais”

A ex-ministra cometeu uma “gafe” na primeira “incursão-solo” em Minas Gerais. A matéria retoma um assunto abordado na edição de 31 de março, há exatas duas semanas (2158– ano 43 - nº 13): a estrutura montada pelo partido para dar “suporte” para Dilma durante a campanha. Definido como “kit de luxo” na edição que fechou o primeiro trimestre, o texto, desta vez, fala em “pacote”. A idéia é a dar um ar de novidade para aquilo que fora chamado de processo de metamorfose da burocrata na edição anterior. Desta vez, num enredo de luxo para operário nenhum botar defeito, em tom parecido com aquele que inspirou o filme italiano “A Classe Operária Vai ao Paraíso”.

O pacote da pré-campanha da ex-ministra Dilma Rousseff é de impressionar. O PT alugou casas, um comitê, reservou carros, jatinhos, contratou especialistas americanos em internet, jornalistas, institutos de pesquisa, consultores de imagem, fonoaudiólogos e marqueteiros - um aparato de estrela que já está trabalhando, mas que ainda convive com um grande enigma: o desempenho da ex-ministra sem a presença do presidente a seu lado (VEJA, nº15, 2010:86).

Dilma esteve em Minas Gerais, local escolhido pela candidata para o início da sua primeira incursão sem o presidente Lula por perto. “A petista colocou crianças no colo, fez promessas a empresários, tomou cafezinho com cidadãos comuns e distribuiu beijos e afagos” (VEJA, nº15, 2010:86). Segundo os repórteres, no palanque e nas entrevistas, momentos nos quais possivelmente o eleitor tem a chance de conhecer melhor um candidato, a ex-ministra

teria causado algum “espanto”. Dilma referiu-se aos opositores como "lobos em pele de cordeiro". A matéria acenou com a possibilidade de uma parceria entre ela e o candidato ao governo de Minas Gerais, Antonio Anastasia, do PSDB. E reproduziu uma declaração confusa de Dilma, no palanque.

Como houve o Lulécio (comitês de apoio a Lula e Aécio Neves em 2006), é possível que haja a Dilmasia. Eu acho até melhor a inversão. Dilmasia é esquisito. Anastadilma, qualquer coisa assim’, disse a petista, ao ser questionada sobre o fato de alguns aliados já estarem formando fileiras com o PSDB de Minas (VEJA, nº15, 2010:86).

A revista explora a gafe de Dilma. O ex-ministro das Comunicações de Lula, Hélio Costa (PMDB), era o pré-candidato do PMDB em Minas e tinha o apoio do governo federal na disputa ao Palácio da Liberdade com Antonio Anastasia, que tinha sido vice-governador de Aécio Neves. “Longe de ser apenas uma contradição, a declaração da ex-ministra foi uma gafe”. (VEJA, nº15, 2010:86) Veja também interpreta a idéia de "lobo em pele de cordeiro" mencionada pela candidata. E explica melhor a contradição política embutida.

O problema da declaração da ex-ministra é que ela veio no momento em que seu partido é instado a apoiar o ex-ministro Hélio Costa, pré-candidato do PMDB ao governo mineiro e aliado de Dilma. Costa, é claro, irritou-se e levantou até a hipótese de passar a apoiar José Serra, o presidenciável tucano, criando uma chapa apelidada por ele de "Serrélio". Os petistas de Minas, que não querem Hélio Costa nem Anastasia, também se constrangeram com a sugestão da ex-ministra. Dilma foi reprovada no teste de habilidade (VEJA, nº15, 2010:87).

A matéria aponta que essa fase da campanha teria sido planejada para servir como “laboratório” e dá a entender que eventos assim servem para ilustrar o que pode acontecer quando se improvisa. “A história do ‘Anastadilma’ ou ‘Dilmasia’ é um exemplo do que pode acontecer quando o roteiro é improvisado” (VEJA, nº15, 2010:87).

A revista cita que algumas providências foram tomadas para evitar “armadilhas” como estas. O texto discorre sobre ações que evitem constrangimentos públicos e contradições políticas embaraçosas.

É para evitar armadilhas assim que, antes de a ministra sair às ruas, são testadas situações e pinçados temas que devem estar presentes em seus discursos e declarações. A linha mestra da campanha, por exemplo, já começou a ganhar contornos definitivos. Na semana passada, Dilma se reuniu com um cientista político contratado pelo comitê para dar assessoria especial à campanha (VEJA, nº15, 2010:87).

Segundo os jornalistas, durante o encontro com este cientista político cujo nome não é citado, foram analisados resultados de pesquisas qualitativas e quantitativas encomendadas pelo PT. O diagnóstico, de acordo com a reportagem: Dilma estaria próxima de conquistar o terço de eleitores que historicamente votam no PT. Em contrapartida, Octávio Cabral e Daniel Pereira apontam que Serra já teria conquistado o terço que “jamais” votou em Lula e não votaria em candidatos do PT.

A disputa propriamente dita, portanto, será travada num universo de aproximadamente 45 milhões de eleitores, que hoje se alinham a outras candidaturas ou, em sua maioria, estão indecisos. O perfil básico desses brasileiros, segundo a pesquisa, é de gente com pouco acesso à informação, alheia e desinteressada do que se passa no mundo político e que definirá candidato somente após a Copa do Mundo. Tal contingente de eleitores aprova Lula e o governo. Teoricamente, seriam eleitores também de Dilma. As mesmas pesquisas, porém, confirmam que a transferência de voto não é automática. O desafio é transformar Dilma em uma candidata simpática capaz de atrair esse eleitorado (VEJA, nº15, 2010:87;88).

Em discurso oficial, Serra, diz a reportagem de Veja, teria elogiado Lula, a política econômica, os avanços na área social. O ex-governador de São Paulo prometeu dar continuidade às conquistas dos últimos anos. Veja chama isso de ajuste de discurso.

O ex-governador José Serra, que anunciou oficialmente sua candidatura à Presidência neste sábado (10), já ajustou o discurso eleitoral. Ao deixar o governo de São Paulo, até fez menção aos escândalos registrados na seara ética do governo. Prenúncio de confronto com Lula, como pretendia fazer crer o PT? Não. Em público, o tucano elogiou o presidente, a política econômica e os avanços na área social (VEJA, nº15, 2010:87;88).

Estas declarações teriam gerado comentários entre os petistas que consideraram o candidato “habilidoso”. “O Serra querer ser mais lulista que o Lula é impossível. Essa tentativa dele de se apresentar como pós-Lula é de uma fragilidade imensa”, esbraveja o secretário-geral do PT, o deputado federal José Eduardo Cardozo. (VEJA, nº15, 2010: 88). Cabral e Pereira afirmam ainda que o presidente não gostou do discurso de Serra e teria determinado a assessores que reforçassem as diferenças entre os governos do PT e do PSDB.

No fechamento da matéria, os repórteres relatam com entusiasmo – em dois parágrafos – a estratégia reclusa de Serra, em nome de um “tom de campanha bem colocado”. Dilma passeia em Minas, cometendo gafes. Serra, pensador que é, estuda o País. E a companheirada que se cuide...

Enquanto Dilma fazia seu passeio mineiro, Serra preferiu passar a semana recolhido em sua casa, em São Paulo. Ele gastou a maior parte desse tempo preparando o

lançamento público de sua candidatura. Serra acredita que, desde seu discurso inaugural, o tom da campanha precisa estar bem colocado. Por isso, revisou os pontos de sua fala diversas vezes. Na área econômica, Serra vai defender a necessidade de o país passar por um ajuste fiscal vigoroso, que enxugue os gastos da máquina pública (inclusive desalojando a companheirada petista que foi contratada pelo setor público por indicação meramente política) e possibilite ao governo destinar uma parcela maior do seu orçamento para investimentos diretos em infraestrutura. No capítulo social, o tucano pretende afirmar que a saúde e a educação estão semiestagnadas, e apresentar propostas pontuais para tirá-las da letargia (VEJA, nº15, 2010:87;88).

4.3 Serra: uma vida toda por este momento

A penúltima edição de abril (nº 2161- ano 43 - nº 16) dá capa para José Serra, em close. Estampada com a manchete “Serra e o Brasil pós-Lula”, ela tem a seguinte linha fina: “Eu me preparei a vida inteira para ser presidente” (VEJA, nº16, 2010: 01).

A capa é bastante parecida com a da revista Time de 19 de maio de 2008, menos de seis meses antes da data em que Barack Obama foi eleito (5 de novembro do mesmo ano). Barack Obama não havia vencido a corrida eleitoral nos Estados Unidos, como poderia ficar subentendido pela manchete.

A Time mostrava que o Partido Democrata estava na iminência de confirmar a indicação de Obama como candidato da sigla à sucessão de George W. Bush, o presidente da “guerra preventiva” em nome do combate ao terror, em especial depois do impacto global avassalador, sobretudo nos índices de popularidade e na avaliação de sua gestão, que o 11 de setembro de 2001 trouxe.

Menos de 20 dias depois da publicação dessa capa, num sábado à tarde, em 7 de junho, a senadora Hillary Clinton, principal adversária do então pré-candidato Barack Obama, desiste da corrida eleitoral à Casa Branca e passa apoiá-lo. A eleição nos Estados Unidos estava polarizada: de um lado, Barack Obama, candidato da oposição. Do outro, John McCain, republicano.

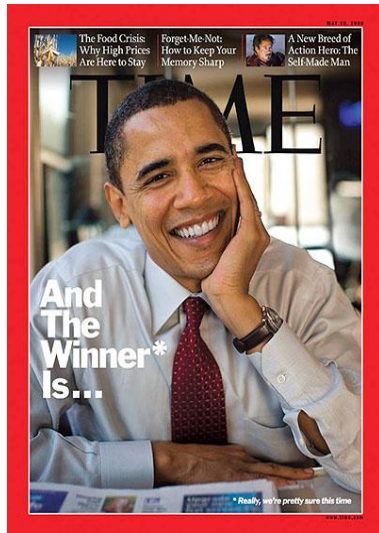


Figura 25- Veja – Capa Time de 19/53/2008 - Obama



Figura 26- Veja – Capa Veja de 14/04/2010 Serra e o Brasil pós- Lula

Nesta semana, a editoria Brasil, traz novamente o “broche” com as cores da bandeira brasileira sobre o qual está escrito “eleições 2010”, o mesmo que já havia sido usado quando foi dada capa ao anúncio da candidatura de Dilma Rousseff.



Foi, até aquele momento na cobertura das eleições presidenciais de 2010, a segunda edição que trouxe esse “broche”, um símbolo gráfico que se associa ao mais importante evento do calendário político nacional.



Figura 27- Veja – Com a casa em ordem, Serra vai á luta

A matéria principal tem suas idiossincrasias. São três textos: “Como recuperar a capacidade de investir”, “O decálogo do bom governante” e “Menos abstração, mais emoção”.

O primeiro desdobramento se propõe a percorrer os desafios que o próximo presidente deverá enfrentar para colocar em ordem as contas do governo. O segundo elenca dez mandamentos que devem nortear a atuação de um bom presidente. Estes “mandamentos” são construídos tendo como suporte a entrevista que Veja faz com o próprio José Serra, a quem se delega a responsabilidade de elencá-los. O último texto traça diferenças entre o discurso que Serra apresentou em 2002, quando perdeu a eleição à presidência para Lula, e o de 2010.

A reportagem de capa começa com o título “Com a casa em ordem, Serra vai à luta” (VEJA, nº16, 2010: 62). A linha fina garante que a candidatura dele reunificou o partido. E que os tucanos, os mesmos que alçaram vôo em edições anteriores da Veja, agora estão também com a autoestima perdida já no devido lugar. A reportagem começa assim:

Ungido há menos de dez dias candidato oficial do PSDB à Presidência da República, José Serra não poderia encontrar ambiente mais propício para iniciar sua campanha. Duas novidades contribuem para isso. A primeira é que os tucanos estão animadíssimos – o que havia muito tempo não ocorria. Desde 2003, quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso colocou a faixa presidencial no pescoço do petista Luiz Inácio Lula da Silva, os militantes do PSDB passaram a amargar uma espécie de fossa de fundo existencial. A saída do poder jogou o partido numa crise de identidade em que ninguém sabia ao certo que bandeiras defender ou que líderes seguir. Na semana passada, o PSDB parecia ter reencontrado o seu eixo. Ao barulhento lançamento da candidatura de Serra, acorreram mais de 6 000 militantes do partido. Vindos de todos os estados, carregavam bandeiras, espremiavam-se uns contra os outros e cantavam sem parar no amplo auditório alugado pela sigla. A maioria usava camisetas nas cores azul e amarelo, algumas com inscrições como “temos orgulho do que criamos”. Era um clima diametralmente oposto ao registrado nos últimos encontros do partido. O motivo da animação é que o PSDB, finalmente, tem um projeto definido, aprovado e defendido por todos na sigla: eleger José Serra presidente da República. E eis aí o segundo elemento a pavimentar o caminho de Serra nessa campanha. Seu partido vai unido para a briga. E isso, tratando-se de PSDB, é outra grande novidade. O próprio Serra é o maior responsável pela unificação do partido (VEJA, nº16, 2010: 62).

Além de “fossa de fundo existencial”, há um outro eufemismo logo nas primeiras linhas do texto. Veja conta que nas eleições presidenciais anteriores, o PSDB marchou dividido. Portela relata que em 2002, a primeira vez que José Serra disputou a presidência, sua candidatura se consolidou “ao custo de engalfinhamentos” de lideranças como o ex-ministro Paulo Renato e o senador Tasso Jereissati. A matéria resgata o pleito de 2006, quando Lula foi reeleito. E retoma a disputa entre Serra e Geraldo Alckmin naquela ocasião. “Em 2006,

Geraldo Alckmin foi o escolhido – mas também só depois de emparedar Serra e toda a cúpula de seu partido” (VEJA, nº16, 2010: 64). O repórter reafirma, agora com uma metáfora, que em função dessas questões internas, “cada um remava para um lado e o barco tucano não saía do lugar” (VEJA, nº16, 2010: 64). Para a revista, a situação, agora, é completamente diferente.

Serra impôs sua ascendência de forma natural. Depois de passar pelo governo Fernando Henrique, pela prefeitura e pelo governo de São Paulo, ele é hoje reconhecido por seus pares como o mais preparado entre os tucanos para enfrentar o desafio de presidir o país (VEJA, nº16, 2010: 64).

A reportagem também conclui que o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, protagonizou o discurso “mais inflamado” na festa de lançamento da candidatura Serra. De acordo com o relato de Portela, os tucanos almejam ver o mineiro como vice na chapa do partido.

No curso do texto, Veja retoma um assunto discutido na edição anterior, de 14 de abril (nº 2160- ano 43 - nº 15). A revista volta a citar que Serra elogiara em discurso o presidente Lula e os avanços sociais. Desta vez, a matéria traz um relato mais detalhado, surge um José Serra opositor que até então pouco havia aparecido nos primeiros passos da campanha. O preconceito contra a esquerda também ressurgiu.

No discurso com o qual se lançou, Serra refutou a narrativa petista de que o Brasil só começou a ser construído em 2003, com a chegada de Lula ao poder. Disse que o momento positivo que o Brasil vive hoje se deve às conquistas obtidas por toda a sociedade desde o fim do regime militar, sobretudo à Constituição de 1988. Criticou a política externa brasileira e a sua inclinação para sustentar regimes autoritários, como os de Cuba e do Irã, e reservou boa parte da fala para condenar a estratégia petista de estimular uma disputa entre pobres e ricos na sociedade (VEJA, nº16, 2010: 64).

Fábio Portela afirmou que o candidato do PSDB também levantou outras críticas em relação ao governo PT e deu a entender que o País é governado à base de “maracutaias”. Neste trecho, a idéia de reportagem sucumbe a um tom nitidamente de editorial: "O Brasil pertence aos brasileiros que não dispõem de uma ‘boquinha’, que exigem ética na vida pública porque são decentes, que não contam com um partido ou com alguma maracutaia para subir na vida" (VEJA, nº16, 2010: 64;66).

Na comparação do discurso atual com o de 2002, o repórter identifica sensíveis diferenças e corrobora a idéia de que Serra falou com emoção. As aspas que Veja reproduz mais parecem um trecho da propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na televisão que, nessa

época, sequer havia começado. "Venho hoje, aqui, falar do meu amor pelo Brasil; falar da minha vida; falar da minha experiência; falar da minha fé; falar das minhas esperanças no Brasil" (VEJA, nº16, 2010: 66). Há oito anos, segundo Portela, o candidato Serra, ainda ministro da Saúde, apresentava-se de forma técnica. Agora, ele se preocupa, sobretudo, em elencar seus feitos como homem público.

Para explicar a mudança no discurso de Serra, Veja volta, na reportagem, a consultar fontes "anônimas". E elas confirmam que Serra está no caminho certo. "Segundo três linguistas consultados por VEJA, ao entrelaçar sua história pessoal à do país, ele se aproxima de seus ouvintes. O uso mais frequente de metáforas e imagens, afirmam os especialistas, ajuda a produzir o mesmo efeito" (VEJA, nº16, 2010: 66). A revista apresenta análises de discurso e, para isso, se vale da explicação de uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de um estudo americano. Veja conclui: o candidato do PSDB aprendeu a "lição".

"A personificação é eficaz porque as pessoas compreendem o mundo em grande parte através de referências físicas", explica Lilian Ferrari, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um estudo americano, publicado em 2001 na *Administrative Science Quarterly*, analisou discursos de presidentes americanos, de George Washington a Ronald Reagan, e descobriu que o carisma atribuído a um político está diretamente relacionado ao número de palavras de um determinado gênero que ele usa em seus discursos. Aquelas que evocam imagens, sons, gostos e outras sensações, diz o estudo, atingem mais fácil e imediatamente os ouvintes do que as que exprimem conceitos. Assim, "suor" é mais eficaz do que "esforço" e "mão" é mais forte do que "ajuda". Serra parece ter aprendido a lição (VEJA, nº16, 2010: 66).

Nas linhas finais, um "mapa" das regiões nas quais, segundo Portela, o candidato teria um resultado mais "satisfatório". De acordo com Veja, Serra tem noção de que o quadro eleitoral brasileiro o favorece mais nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do que no Norte e no Nordeste. O repórter antevê que estas duas últimas serão as regiões nas quais a sua principal adversária, Dilma Rousseff, deve ter um bom resultado. O ex-governador de São Paulo escolheu a Bahia – coincidentemente o maior colégio eleitoral do Nordeste - como primeiro estado a ser visitado após o lançamento da candidatura.

No Mercado Modelo de Salvador, ele cantou versos de Ataulfo Alves numa roda de samba ("Atire a primeira pedra, ai, ai, ai, aquele que não sofreu por amor"), amarrou uma fitinha de Nosso Senhor do Bonfim no pulso e abraçou quem passou pela sua frente. Um candidato em estado puro (VEJA, nº16, 2010: 66).

Em seguida, Portela traça um cenário para o Brasil nas eleições de 2010. Na primavera do desenvolvimento, a importância da seiva da democracia respalda a idéia de vôo tucano,

mais uma vez citada.

Serra tem dito que se preparou a vida inteira para este momento. Como ele, o Brasil de 2011 não poderia estar mais maduro para iniciar uma nova fase da sua história. A era pós-Lula, que virá com Serra ou com Dilma, celebrará e colherá os frutos de 25 anos de redemocratização e dezesseis anos de estabilidade monetária. Tem, portanto, todos os elementos para ser uma primavera do desenvolvimento. Com Serra, ela poderá vir com a vantagem adicional da alternância de poder, seiva da democracia, sem a qual se corre o risco de ver vicejar o voluntarismo dos governantes, a corrupção da máquina do estado e o fenecimento das novas idéias. É em busca dessa oxigenação no poder que os tucanos, com Serra à frente, alçaram voo na semana passada. E agora estão voando juntos (VEJA, nº16, 2010: 68).

A reportagem ainda se presta a trazer um quadro com um perfil astrológico do candidato do PSDB. Nas páginas seguintes, Veja faz o pingue-pongue com Serra. Foram dedicadas ao ex-governador três páginas. O título: “Eu me preparei a vida inteira para ser presidente” (VEJA, nº16, 2010: 70). Ou seja, mais do mesmo futebol clube.

4.4 Teoremas eleitorais

A edição de 28 de abril (nº 2162- ano 43 - nº 17) traz com sub-destaque de capa “A gangorra dos números”. Uma arte ilustra o texto com Serra e Dilma numa gangorra. Uma barra azul na gangorra remete a uma imaginária linha do horizonte. Serra oscila dessa linha para cima. E Dilma dela para baixo.



Figura 28 – Capa Veja de 28/04/2010 – Ajuda para morrer



Figura 29 – Sub- destaque Capa Veja de 28/04/2010

A proposta: mostrar que cada instituto de pesquisa “enxerga” ou lê o processo eleitoral de uma determinada maneira. Foram mencionados os levantamentos dos quatro maiores institutos brasileiros: Datafolha, Ibope, Vox Populi e Sensus. Na linha fina, a revista indica que a Copa do Mundo, em ano eleitoral, pode interferir nos resultados e considera que os dados divulgados nesse período têm valor ínfimo. “A seis meses das eleições, o que valem as pesquisa de intenção de voto? Pouco. Coloque uma Copa do Mundo no meio e elas talvez valham ainda menos” (VEJA, nº17, 2010: 76).

Assinado pelos repórteres Octávio Cabral e Alexandre Oltramari, o texto conta que as pesquisas eleitorais são aplicadas no país há mais de meio século. Explica ainda que os institutos ganham notoriedade em ano eleitoral, com espaço em emissoras de rádio e televisão. São levantamentos que captam tendências e têm o objetivo de reproduzir cenários, com base em entrevistas, projeções matemáticas e estatísticas.

Veja questiona alguns dos dados divulgados sobre os candidatos à presidência e avalia que os resultados foram “discrepantes” na primeira grande rodada de pesquisas. Os números sugerem realidades distintas e permitem interpretações contraditórias. Mas uma coisa não se discute: Serra lidera.

Os números indicam que o ex-governador José Serra está liderando a disputa. Dependendo da pesquisa e de como ela é analisada, a ex-ministra Dilma Rousseff também pode surgir na dianteira. Contemplando ainda um terceiro cenário, nem um empate é descartado. Como as três hipóteses não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, a única certeza é que alguém errou – e errou feio. O Datafolha coloca o candidato José Serra 10 pontos à frente de Dilma Rousseff. A Sensus, a novata dos grandes, informa que essa diferença é de irrisório 0,3 ponto porcentual. O Ibope, dono do levantamento mais recente, crava o tucano a 7 pontos da petista. No Vox Populi, a diferença entre os dois encolhe para apenas 3 pontos. Em comum, todos apontam a liderança do candidato do PSDB (VEJA, nº17, 2010: 78).

A reportagem afirma que os números são menos definidores do quadro político porque o que está sendo dito pode não valer em outubro. “A maioria dos 133 milhões de eleitores brasileiros simplesmente não está pensando em eleições e candidatos agora e só vai fazer isso depois da Copa do Mundo, quando a campanha na televisão tiver começado” (VEJA, nº17, 2010: 78;79).

A revista lança dúvidas sobre a veracidade dos levantamentos. “Do ponto de vista metodológico, a verdadeira barriga de crocodilo das pesquisas de intenção de votos é a margem de erro. Ela é um desvio estatístico inerente à pesquisa – que não existe no voto, que é contado um a um” (VEJA, nº17, 2010: 79). A reportagem informa que os institutos de pesquisa assumem que seus resultados são corretos apenas quando considerados dentro de uma faixa que varia 2 pontos para cima ou para baixo.

Octávio Cabral e Alexandre Oltramari relatam que o PSDB e o PT reclamaram dos resultados. “O PSDB interpelou o Sensus e reclamou do Vox. O PT fez acusações contra o Datafolha e o Ibope” (VEJA, nº17, 2010: 79). Os repórteres apontam que essas são reações naturais porque este será o primeiro pleito sem Lula em mais de duas décadas (Lula perde para Collor em 1989 e para Fernando Henrique em 1994 e 1998).

Veja relata que os institutos passaram a trocar insinuações sobre métodos, procedimentos e idoneidade. De acordo com a revista, os representantes de cada um dos quatro institutos de pesquisa marcaram uma reunião para contornar a situação. Porém, a matéria mostra que o efeito foi bem contrário àquele que se imaginara.

A reunião se transformou em uma troca de acusações pesadas. Mauro Paulino, diretor do Datafolha, e Márcia Cavallari, representante do Ibope, propuseram uma padronização dos questionários das pesquisas sobre eleição presidencial. A proposta continha uma crítica às técnicas do Vox Populi e da Sensus, que, antes de perguntar sobre intenção de voto, questionam a situação da economia, no caso do Vox, e a popularidade do governo Lula, no caso do Sensus. Segundo Datafolha e Ibope, esse modelo induz o entrevistado a apontar Dilma Rousseff, a candidata do governo. Coube ao representante do Vox Populi, João Francisco Meira, o ataque mais pesado contra os concorrentes. Em tom de voz alterado, ele acusou o representante do Datafolha de usar o jornal *Folha de S.Paulo*, controlador do instituto, para "desqualificar" seus rivais e "roubar" seus clientes. A prova, segundo ele, eram notícias publicadas no jornal com críticas aos métodos utilizados pelo Vox (VEJA, nº17, 2010: 79;80).

Segundo a matéria, a *Folha* teria publicado que o Vox Populi utilizava números anteriores em seus dados e alterou os nomes dos candidatos com a intenção de dificultar a leitura e a compreensão dos eleitores, o que favoreceu a candidata do PT.

Segundo a *Folha*, na última pesquisa o Vox Populi teria repetido o roteiro de endereços de entrevistas usado em levantamentos anteriores, além de ter exibido um questionário em que o nome dos candidatos aparecia sempre acompanhado do cargo que já haviam exercido, à exceção de José Serra. Dilma era "ministra Dilma". Serra era apenas José Serra, ou melhor, "arreS ésoJ" (o nome dele aparecia invertido). Tudo isso teria favorecido a candidata do PT (VEJA, nº17, 2010: 80).

Os repórteres salientam que, apesar da discussão entre os institutos, as suspeitas de manipulação de números nunca foram comprovadas. A revista mostra que o índice de acerto das pesquisas é de 98%, conforme estudo do cientista político Marcus Figueiredo, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Para Figueiredo, este é um coeficiente só é comparável ao das democracias mais maduras. Veja ainda explica que, embora utilizem o mesmo método para “tomar o pulso” dos eleitores, os quatro maiores institutos de pesquisa possuem técnicas distintas. A principal diferença recai sobre o local onde os dados são coletados.

Enquanto o Datafolha colhe as opiniões em pontos de fluxo, como rodoviárias e shoppings, os demais institutos fazem pesquisas domiciliares. "As duas técnicas têm justificativas científicas. Mas os resultados, em geral, não podem ser tão divergentes", diz o cientista político Alberto Carlos Almeida (VEJA, nº17, 2010:81).

A reportagem discute um outro fator que pode distorcer o resultado e colocar em xeque a confiabilidade metodológica do levantamento: a maneira como os entrevistados são abordados.

As estimativas mais polarizadas sobre a sucessão presidencial, dos institutos Datafolha e Sensus, estão separadas por 10 pontos percentuais de diferença e por abordagens totalmente distintas. No instituto Datafolha, os pesquisadores são orientados a não fazer perguntas antes de questionar em quem o entrevistado votará na próxima eleição. A Sensus, por sua vez, não vê problema algum em utilizar uma técnica que vai na contramão da do Datafolha. Em todas as suas pesquisas, o instituto questiona a avaliação do entrevistado sobre o governo Lula, o mais popular presidente do país, antes de perguntar em quem ele vai votar nas próximas eleições (VEJA, nº17, 2010: 81).

Cabral e Oltramari argumentam que, ao contrário do que ocorreu em pleitos anteriores, desta vez, o que tem contribuído para a confusão sobre a disputa presidencial é a falta de interesse pelas eleições. “Em 2006, seis meses antes da eleição, metade do eleitorado já sabia apontar seu candidato de maneira espontânea. O mesmo índice era verificado em 2002” (VEJA, nº17, 2010: 80;81).

Nas linhas finais, o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, é chamado para falar sobre os resultados das pesquisas e afirma que José Serra se manteve numa posição durante dois anos e

que isso não pode ser ignorado. “Como poderíamos ignorar o fato de que o Serra há mais de dois anos aparece nas pesquisas com quase 40% das intenções de voto?”, questiona o presidente do PSDB, Sérgio Guerra” (VEJA, nº17, 2010: 82)

Veja relata que numa etapa posterior, pesquisas eleitorais que buscavam sondar os anseios do eleitorado foram decisivas para “moldar” o comportamento e o perfil dos candidatos e cita casos.

O caso mais conhecido envolve o presidente do Vox Populi, Marcos Coimbra, e o ex-presidente Fernando Collor. Primo de Collor, Coimbra detectou que o candidato ideal deveria ter uma imagem de esportista. Collor passou a se exibir ao volante de carros esportivos e fazia corridas diárias em Brasília. Após seis meses de suor, foi eleito com 53% dos votos. Desconhecido, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta também foi um caso de sucesso de candidatura construída em laboratórios de pesquisa. Ciro Gomes, que até a semana passada era candidato à Presidência pelo PSB, foi ejetado da posição diante do pífio desempenho captado pelas pesquisas (VEJA, nº17, 2010: 82).

A revista prevê que essas divergências entre institutos não devem, em princípio, causar grandes preocupações. De acordo com os repórteres, o percentual do eleitorado que acaba por utilizar as pesquisas para orientar seu voto é inferior a 10%.

4.5 Para os inimigos, o rigor da lei.

A edição de 19 de maio (nº 2165- ano 43 - nº 20) retoma uma importante questão: a campanha eleitoral feita antes do prazo legal. Com a manchete “Nas Barbas da Justiça” (VEJA, nº20, 2010: 72), o repórter Otávio Cabral resgata o programa televisivo do PT, que foi ao ar na segunda semana de maio.



Figura 30 – Veja – Nas barbas da justiça

Veja acusa o presidente Lula de ter aproveitado a oportunidade para promover a candidatura de Dilma ao dizer que a ex-ministra, com ele, foi responsável pelo sucesso do governo federal.

Lula sugeriu no programa, de acordo com a publicação, que ela seria a única capaz de continuar as obras em andamento.

Milhões de brasileiros assistiram na semana passada ao programa do PT. Durante dez minutos, foram apresentados detalhes da biografia da ex-ministra Dilma Rousseff, algumas de suas idéias e opiniões. Entremado com números sobre as realizações do governo Lula, o programa mostrou também o presidente narrando a emoção que sentiu no dia em que conheceu a ministra. "E um belo dia, em 2002, entra na minha sala uma mulher com um laptop na mão (...). Quando terminou a reunião, me veio na cabeça a certeza de que eu tinha encontrado a pessoa certa pro lugar certo" (VEJA, nº20, 2010: 72).

Cabral argumenta que minutos antes de o programa ir ao ar, numa "inacreditável coincidência", expressão *ipsis litteris* usada pelo repórter, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) colocou em julgamento uma reclamação contra outro programa do PT, exibido em dezembro, no qual o espaço também foi usado para fazer campanha da ex-ministra.

Resultado do julgamento: o PT perdeu o direito de veicular o próximo programa nacional, terá de arcar com uma despesa de 20 mil reais para pagar uma multa, e Dilma, também multada, pagará outros 5 mil reais. A revista analisa o resultado do julgamento. O tom é de editorial e, desta vez, com certa lamentação em relação à punição que só surtiria efeito se aplicada naquele momento, no curso do processo eleitoral em vigor.

A sentença, no papel, foi dura. Mas seu efeito prático é um deboche. O anúncio da condenação, na noite de quinta-feira, ocorreu uma hora e meia depois de o partido exibir um novo programa que, não fosse a demora da decisão judicial, nem poderia ter ido ao ar. A Justiça tarda mas não falha, certo? Errado. A decisão só vai ter impacto no ano que vem, quando a eleição presidencial estará decidida. A Justiça Eleitoral tardou e falhou (VEJA, nº20, 2010: 72).

A demora do tribunal para avaliar o caso adiou a punição ao PT para 2011. Segundo a revista, isso permitiu que o partido exibisse cenas eleitorais "ainda mais explícitas" que as condenadas pelo TSE. De acordo com Cabral, pela legislação em vigor, as campanhas só podem começar a ser veiculadas em julho, depois que as convenções partidárias oficializarem os candidatos. Nas linhas seguintes, o repórter questiona novamente a eficácia da Justiça Eleitoral. "Como não há candidato, também não há punição para quem infringir a lei, como Lula e a campanha de Dilma vêm fazendo. Ou seja, além de lenta, a Justiça é frouxa na hora de punir" (VEJA, nº20, 2010: 73).

Em seguida, Veja explica que “crime eleitoral compensa” para alguns políticos, o que se comprova pelo comportamento do presidente da República nos últimos dois anos, período em que tirou Dilma do anonimato para viabilizá-la como força à sucessão.

A prova de que crime eleitoral compensa pode ser vista no comportamento do presidente da República. Nos últimos dois anos, Lula participou de mais de 400 eventos públicos. Dez resultaram em investigação do TSE. Cinco já foram arquivados, três ainda não foram analisados e dois levaram o tribunal a multar o presidente. Nesse período, porém, Dilma deixou de ser uma desconhecida do eleitorado para se tornar uma candidata viável, com quase 30% das intenções de voto. Ou seja, a antecipação da campanha, apesar de criminosa, foi vital para a candidata de Lula. Na semana passada, um dia antes de o TSE condenar o PT a uma pena sem efeito, o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos e o advogado-geral da União Luís Adams se reuniram para avaliar os riscos da associação entre o presidente e a campanha do PT. Concluíram que, por enquanto, não há problema incontornável (VEJA, nº20, 2010: 73).

A reportagem não cita o PSDB ou a campanha de José Serra. Duas são as fontes principais, que ancoram a construção narrativa desenvolvida pelo repórter. O advogado Alberto Rollo, que declarou que o custo-benefício pela infração à lei foi “totalmente favorável” ao PT, e o ministro do TSE, Marco Aurélio Mello, a quem Veja atribui, principalmente no texto (mas também na legenda da foto), a seguinte declaração: "Confesso que, tendo pisado neste tribunal em 1991 e tendo assumido a presidência em duas eleições, jamais me defrontei com algo tão escancarado". (VEJA, nº20, 2010: 73) Talvez por isso, a publicação tenha usado logo na linha fina desta reportagem o binômio que a norteou: “O PT descobriu que o crime eleitoral compensa e que pode continuar usando impunemente a máquina e Lula na propaganda da candidatura oficial” (VEJA, nº20, 2010: 73).

4.6 Olhos e corações na África do Sul

A primeira edição de junho (nº 2167 - ano 43 - nº 22) tem como principal tema uma das maiores paixões do brasileiro: futebol. Esta edição é, como diz a própria chamada de capa, interativa. Veja faz um intenso *cross media* de conteúdo entre o que está impresso e aquilo que é oferecido extra no site. Já dizia Néelson Rodrigues que a seleção brasileira é “a pátria de chuteiras”. Hoje, as chuteiras têm marca e estão vinculadas a contratos milionários de fornecimento de material às equipes.

Pouco importa que parem suspeitas até de trabalho infantil em algumas das unidades fabris dessas empresas: o futebol é um espetáculo mundial que movimenta bilhões de dólares,

traz audiência e cotas milionárias às emissoras que o transmitem. A pouco mais de uma semana do início da primeira Copa que seria disputada na África, o importante era falar para este público: o aficionado brasileiro, ainda que a seleção de Dunga não arrancasse suspiros daqueles que preconizam que o futebol-arte, fator de identidade genuinamente tupiniquim, seja um remédio histórico, uma receita nacional para todos os males.



Figura 31 – Capa Veja de 02/06/2010 – Uma Copa para você jogar

Se o time de Dunga não enchia de orgulho a torcida brasileira, em especial na dimensão de povo como parte de um todo ao qual pertencemos, Dilma Rousseff e José Serra também não empolgavam nos primeiros passos da campanha eleitoral. O futebol quadrado e previsível dentro de campo, desprovido da ousadia e irreverência que traduzem a versatilidade brasileira, equivalia à tática pragmática das campanhas naquele momento, limitadas também pelo calendário eleitoral e, principalmente, pelas atenções voltadas a um “Estado” – a Seleção - em que o brasileiro simplesmente não tolera erro.

A editoria Brasil traz “Ordem na casa do Lago Sul”, matéria assinada por Policarpo Junior e Daniel Pereira. A reportagem trata de um suposto esquema de espionagem que “radicais do PT” teriam tentado montar numa casa em Brasília. De acordo com a revista, o imóvel alugado por 18 mil reais servia como local de trabalho para dezenas de pessoas que estavam envolvidas num esquema de coleta de informações. Só uma rajada de bom senso do andar de cima os salvou.

Os companheiros mais afoitos foram ao mercado em busca das competências necessárias à execução das missões planejadas. Profissionais para esse tipo de trabalho abundam em Brasília, e eles foram contatados. São policiais, ex-agentes dos serviços de espionagem do governo e detetives particulares especializados em obter provas de adultério ou fazer varreduras ambientais e telefônicas para afastar a possibilidade de grampos. A turma começava a exercitar os músculos e testar suas rotinas subterrâneas quando o pessoal do andar de cima soube do que se passava naquela casa do Lago Sul protegida por muros altos e vigiada por seguranças. Desceu sobre eles então uma rajada de bom senso vinda do comando da campanha mandando parar com toda atividade de inteligência que se valesse de métodos ilegais. Houve gritos de "é para parar com isso já" e ameaças de demissão dos envolvidos nos planos (VEJA, nº22, 2010: 77).

A revista cita uma fonte anônima para afirmar que, quando soube, Dilma mandou parar todas as atividades que se valessem de métodos ilegais.

“Já tivemos problemas demais com esse tipo de coisa no passado, deixando que fosse muito longe. A ordem agora foi cortar tudo pela raiz de uma vez por todas”, diz um dos mais próximos colaboradores de Dilma Rousseff, candidata do PT, de quem partiu a ordem irada para alagar os porões que, de outra forma, iniciariam suas operações. Dilma deixou claro a outro colaborador próximo sua posição sobre a questão: "Não é para fazer nada disso. Se fizer, demito. Mesmo assim, se aparecer sobre minha mesa, joga no lixo sem ler" (VEJA, nº22, 2010:77).

Segundo o texto, as operações na casa em Brasília já davam sinais de que não iriam muito longe. “Antes que viesse a ordem de cima para interromper as ações bem e mal-intencionadas, porém, foi uma festa de trapalhadas. Os espões foram a campo bisbilhotar a vida de adversários políticos e até de petistas” (VEJA, nº22, 2010: 78).

O texto informa que os repórteres de Veja procuraram saber quem seria o responsável pela casa do Lago Sul. Segundo Policarpo Junior e Daniel Pereira, Luiz Lanzetta, dono da Lanza Comunicação, uma das empresas contratadas pelo PT para coordenar a área de produção dos programas de Dilma Rousseff, era quem arcava com essa responsabilidade. De acordo com a reportagem, Lanzetta negou a intenção, mas não negou que recrutou gente “com experiência pesada em espionagem” (VEJA, nº22, 2010: 78).

O coordenador da campanha de Dilma, o ex-prefeito Fernando Pimentel, teria afirmado que houve um atrito entre quem já estava na campanha e quem estava chegando. Os repórteres especulam a intensidade do atrito, novamente com o apoio de fontes anônimas.

Qual a intensidade do atrito? Não se sabe, mas as fontes de VEJA que presenciaram os eventos mais de perto contam que, a certa altura, Luiz Lanzetta deu a dimensão da encrenca ao se referir ao ex-secretário de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, Valdemir Garreta, como "gordinho sinistro" e "ladrão dos Bandeirantes". Garreta seria a opção paulista para dirigir a campanha caso o grupo de Lanzetta fosse defenestrado.

Depois da intervenção de cima, essas disputas terão de ser resolvidas sem arapongagem (VEJA, nº22, 2010: 79;80).

Nas linhas finais, a matéria discute o papel de “um dos frequentadores” da casa do Lago Sul, o empresário Benedito de Oliveira Neto.

Ele não tem vínculos formais com o PT e oficialmente não faz parte da campanha do partido. Segundo informa o próprio comitê de campanha, Benedito custeou a vinda ao Brasil dos especialistas em internet que trabalharam na campanha vitoriosa do presidente americano Barack Obama (VEJA, nº22, 2010: 80).

Em seguida, a revista afirma que Benedito foi escolhido, na casa do Lago Sul, para a criação de um esquema de espionagem. Veja informa também que as investigações continuavam em curso.

4.6.1 Dedo em riste, outra virtude

Se a reportagem da editoria Brasil manteve o tom de denúncia sem grande impacto ou novidade, a chamada de capa para o principal assunto da Editoria Internacional já dava uma idéia do que iria se encontrar. “Cocaína – Serra aponta o dedo para Evo Morales (VEJA, nº22, 2010:1).



Figura 32 – Sub-destaque de capa de Veja de 02/06/2010

A reportagem “José Serra vai direto ao ponto” (VEJA, nº22, 2010:164) é assinada por Duda Teixeira e Fernando Mello, que, a quatro mãos, focam a política externa do governo

brasileiro e a relação diplomática do partido de Dilma com países que, de acordo com a revista, “violam os direitos humanos”. No enredo, velhos preconceitos são revistos, com conexão com a campanha eleitoral que o País estava na iminência de viver. A linha fina, por exemplo, em tom agressivo, diz que Serra imputou a Evo Morales a condição de cúmplice com o narcotráfico. Serra, conclui Veja logo na abertura do texto, está certo, uma verdade dura para a diplomacia do governo federal. “O candidato do PSDB acusa o governo boliviano de ser cúmplice do narcotráfico. Ele está certo: Evo Morales incentiva a produção de cocaína. A verdade doeu na diplomacia lulista” (VEJA, nº22, 2010:165).

Veja também afirma que, nos últimos sete anos, o presidente teria pautado a política externa brasileira pela cartilha do PT. Para os repórteres, houve envolvimento com nações que “cultivam a retórica antiamericana”. O texto indica que Lula teria optado por um governo mais “ideológico”. Com claro elo eleitoral, a matéria deixa subentendida a idéia de que o governo Lula quebrou a tradição do Itamaraty.

Nossos diplomatas e o presidente Lula percorreram o mundo abraçando regimes que violam os direitos humanos, como o de Cuba, ou que desenvolvem às escondidas a bomba atômica, como o do Irã. Em comum, os governos desses países cultivam a retórica antiamericana. A substituição de uma política externa de estado, como era a tradição do Itamaraty, por uma política externa de partido, como é a do governo Lula, coloca a ideologia acima dos interesses brasileiros (VEJA, nº22, 2010:165).

Teixeira e Mello relatam que, em entrevista a uma emissora de rádio, José Serra comentou as relações do presidente boliviano Evo Morales com o tráfico. De acordo com a matéria, o candidato do PSDB deu a entender que Morales estaria “fechando os olhos” para operações ilegais em seu país. “Você acha que a Bolívia ia exportar 90% da cocaína consumida no Brasil sem que o governo de lá fosse cúmplice? Impossível” (VEJA, nº22, 2010:165).

O texto traz outra declaração de Serra sobre a remessa de cocaína, que a revista reproduz com a expressão “exportação ilegal”, para o Brasil. Segundo Veja, o ex-governador de São Paulo teria enviado um recado a Lula. “O Brasil deveria falar com o governo boliviano, fazer gestões, pressionar para que se controle a exportação ilegal de cocaína para nossa juventude” (VEJA, nº22, 2010:165).

A publicação analisa a resposta do PT às acusações do candidato do PSDB. Os comentários de Serra foram classificados por Dilma Rousseff como “demonização do país vizinho”. A revista declara que a candidata do PT renovou a defesa da linha vigente no Itamaraty ao dizer que o Brasil provou que, para ser protagonista, não precisa adotar atitudes

imperialistas. E que o país não pode esquecer que na América Latina há “parceiros”. Mas Veja reafirma que Serra está certo nas acusações e completa que Lula faz de conta que não vê as irregularidades, tanto na Bolívia quanto no Brasil. Dá-se, aqui, uma conexão ainda mais eleitoral ao tema.

Mais do que cúmplice, como disse o candidato tucano, Evo Morales, empossado em 2006, é patrocinador de narcotraficantes. Pior: o governo Lula não só fecha os olhos para o que acontece na Bolívia, como se prepara para financiar a construção de uma estrada que facilitará o escoamento da cocaína para o Brasil. Ou seja, a droga que destrói os sonhos de famílias de todas as classes sociais chegará mais rapidamente às nossas cidades - e com a ajuda do contribuinte brasileiro (VEJA, nº22, 2010:165).

A resposta não veio apenas do partido de Lula, mas de um ministro boliviano. De acordo com os repórteres, Oscar Coca, cujo sobrenome permite que Veja faça um pejorativo trocadilho, pediu provas ao candidato tucano. Veja, então, quase se oferece para fornecer, por Serra, as provas.

Irritado com as declarações de Serra, um ministro boliviano com nome sugestivo, Oscar Coca, exigiu provas. Ei-las: Morales entrou na política defendendo os plantadores de folha de coca da região de Chapare, no departamento de Cochabamba. Na nova Constituição boliviana, ditada pelo presidente e aprovada em referendo no início do ano passado, a coca é considerada “recurso natural renovável da biodiversidade da Bolívia e fator de coesão social” (VEJA, nº22, 2010:165).

Duda Teixeira e Fernando Mello dizem que essa foi a fórmula encontrada para “vender ao mundo” a idéia de que a defesa da produção de coca propõe-se a preservar os usos culturais da planta, como em chás, tanto que o presidente Evo Morales teria anunciado a intenção de ampliar o cultivo de coca em 21 000 hectares. Veja garante que a maior parte da produção boliviana tem fins ilícitos. “71% da coca do país é transformada em droga. Em Chapare, reduto eleitoral de Morales, esse índice sobe para espantosos 95%. As ações de combate ao narcotráfico foram desmanteladas uma a uma no governo Morales” (VEJA, nº22, 2010:165). O incentivo de Morales, segundo a reportagem, fez a produção de cocaína e pasta de coca crescer 41%. Nas linhas seguintes, a revista cita um especialista boliviano em narcotráfico para falar das consequências dessas medidas. “Os traficantes estão fazendo a festa, porque o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do continente, atrás apenas dos Estados Unidos, e chegar a esse mercado nunca foi tão fácil”, diz o boliviano Humberto Vacafior, especialista em narcotráfico (VEJA, nº22, 2010:166)

Segundo a reportagem, de 80% a 90% da droga consumida no Brasil é boliviana. O

comércio de drogas, diz a publicação, aumenta os lucros da “bandagem organizada”. O texto afirma que, para tentar resolver essa questão, o governo brasileiro lançou um Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, que tem “mais casca do que conteúdo”.

Entre outras coisas, anuncia que será aumentada a vigilância na fronteira com Bolívia, Colômbia e Paraguai e propõe dobrar o número de leitos em hospitais públicos para dependentes químicos, de 2500 para 5000. A segunda medida é questionável. “Os hospitais não possuem estrutura para atender usuários de crack, porque esses pacientes têm comportamento violento e precisam ficar isolados”, diz o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), um dos maiores especialistas no tratamento de dependentes químicos do Brasil (VEJA, nº22, 2010:168).

Os repórteres religam o tema à candidatura Dilma Rousseff. Segundo o texto, no programa partidário na TV, Dilma teria defendido apoio e carinho para enfrentar a ameaça do crack. “Nós, mães, vamos estar na linha de frente”, disse a pré-candidata, apelando para a empatia de gênero (VEJA, nº22, 2010:168).

Nas linhas finais, a matéria insiste que, com o auxílio do dinheiro dos contribuintes brasileiros, ficará mais fácil para os traficantes colocar cocaína e crack nas ruas do país. Em especial, no Rio de Janeiro. O texto relata a passagem de Lula no país de Morales em 2009. De acordo com a reportagem, o presidente teria usado um colar com folhas de coca e teria prometido empréstimos do BNDES para a rodovia do principal centro de Chapare. O texto diz que o presidente foi escoltado por “cocaleiros armados”.

Em agosto do ano passado, na Bolívia, o presidente Lula, enfeitado com um colar de folhas de coca, prometeu um empréstimo de 332 milhões de dólares do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Moxos. Na ocasião, a segurança de Lula não foi feita por policiais, mas por centenas de cocaleiros armados com bastões envoltos em esparadrapo (VEJA, nº22, 2010:168).

A cidade de Villa Tunari possui 60.000 habitantes. A rodovia que será viabilizada por um empréstimo é conhecida pelos bolivianos como “estrada da coca” e cruzará as áreas de cultivo de coca. Para os repórteres, deveria fazer parte de “um corredor bioceânico” que ligaria o porto chileno de Iquique, no Pacífico, ao Atlântico. Porém, a revista aponta que, como o financiamento foi garantido apenas para o trecho cocaleiro, a estrada poderá favorecer mesmo o transporte de cocaína para o Brasil.

Segundo os repórteres, os bolivianos ainda teriam suspeitado das intenções do BNDES. Eles sugerem claramente que construtoras brasileiras poderiam ser beneficiadas numa eventual superfaturamento da obra. E que não são só as mães brasileiras que sofrem com a amizade do

governo federal com o presidente boliviano.

Na Bolívia, suspeita-se que o financiamento do BNDES seja uma maneira de conferir contratos vantajosos a construtoras brasileiras sem fiscalização rigorosa. Os promotores bolivianos investigam um superfaturamento de 215 milhões de dólares na transcocaleira. "Essa rodovia custou o dobro do que seria razoável e não tem licenças ambientais. Seu objetivo é expandir a fronteira agrícola dos plantadores de coca", diz José María Bakovic, ex-presidente do extinto Serviço Nacional de Caminhos, órgão que administrava as rodovias bolivianas. Desde que Morales foi eleito, Bakovic já foi preso duas vezes por denunciar irregularidades em obras públicas. As mães brasileiras não são as únicas que sofrem com a amizade do governo brasileiro com Morales (VEJA, nº22, 2010:168).

4.7 No clima da Copa e do jogo das urnas

A edição de Veja com data de 9 de junho (nº 2168 - ano 43 - nº 23) tem, pela segunda semana consecutiva, outra capa dedicada ao futebol. Era a semana da abertura da Copa da África, que ocorreu no dia 11, com a partida entre a anfitriã África do Sul e o México. A matéria principal foca no DNA e percorre os "caminhos genéticos de Luís Fabiano e do filho do escocês Charles Miller, que trouxe o futebol para o Brasil" (VEJA, nº23, 2010:1).

São três as reportagens com conexão com as eleições de 2010. A editoria Brasil traz outra arte com dois políticos numa gangorra. Desta vez, o presidente Lula e Dilma Rousseff. Com a manchete "O craque de 2010..." e com a linha fina "...pode não estar na Copa. Lula alavancou a candidatura de Dilma Rousseff à liderança. Se ele continuar jogando assim, elegerá sua sucessora – isso se não aparecer uma zebra até lá" (VEJA, nº23, 2010: 70), a proposta apresentada por Diego Escosteguy trata do "impulso" que Lula deu à campanha de Dilma.

O CRAQUE DE 2010...

...pode não estar na Copa. Lula atavancou a candidatura de Dilma Rousseff à liderança. Se ele continuar jogando assim, elegerá sua sucessora — isso se não aparecer uma zebra até lá

entrou em campo com rudo, dando diretamente chapéus na Justiça Eleitoral, carinhos aos adversários e preciosos passes para a sua camisa 9.

Até o momento, o presidente, vá lá que sem muito *fair play*, está levando o time nas costas. Desde o fim do ano passado, quando Lula passou a jogar com atícos, Dilma vem crescendo lentamente nas pesquisas. A tal ponto que, nas últimas semanas, as sondagens mais confiáveis, como o do Instituto Datafolha, indicaram um empate entre ela e o

candidato tucano, José Serra. Ambos aparecem com 37% das intenções de voto — em dezembro, a petista aparecia com 26%, e o peessedelista, flunaca com 40%. Não há dúvida de que o crescimento da candidata petista se deve ao presidente, nem dúvida há de que ele será o dinamo político da campanha. A população gosta do presidente e está satisfeita com suas próprias condições de vida. Até março do ano passado, Dilma, apesar de ocupar o poderoso cargo de chefe da Casa Civil, era conhecida su-

perficialmente por somente 53% dos brasileiros. A medida que foi sendo apresentada por Lula ao eleitorado, seja em discursos televisivos, seja em desovergonhados eventos eleitorais país afora, Dilma cresceu e apareceu, conquistando votos na mesma proporção em que se tornou conhecida. No jargão dos marqueteiros, isso se chama transferência de votos. Na linguagem do futebol, resume-se ao talento de Dilma para se posicionar na bandeira

e receber os passes de Lula. Semente ao decorrer da campanha, contudo, será possível descobrir se a camisa 9 do PT sabe fazer gols, transformando intenções em votos.

É do resultado dessa incógnita que sairá o próximo presidente. As pesquisas e a sabedoria política seguem o seguinte: se Dilma conseguir convencer os eleitores de que merece ser a sucessora de Lula (isto tem conseguido até agora), ganhará a eleição; se falhar, a vitória provavelmente caberá a Serra. Aqui, porém, como bem sabe o presidente, vale o mais infame dos clichês futebolísticos: toda eleição é uma caixa de surpresas. Para evitar um malogro petista, Dilma segue com disciplina as orientações do professor — quer dizer, do presidente Lula e dos marqueteiros de sua campanha (veja o quadro ao lado). A estratégia petista depende do sucesso de três táticas: Lula convencer o eleitorado de que a vitória de Serra significaria um retrocesso para o país, Lula fazer muita campanha para Dilma e, finalmente, Dilma mostrar-se autêntica e confiável para os simpatizantes do lulismo. O último parágrafo se aplica

Subordinar-se aos múltiplos aspectos da personalidade da petista, ao modo como a índole dela se comunica com o eleitorado. Da busca dessa furtiva e intangível qualidade decorre, em larga medida, o trabalho dos marqueteiros.

“Não basta o Lula dizer que a Dilma é candidata dele. O eleitor tem de ouvir isso da Dilma, e sentir que confia nela”, afirma o cientista político David Fischer, da Universidade de Brasília. Ou seja: o eleitor não eleje postes. Na Colômbia, o presidente Álvaro Uribe deve fazer seu sucessor, o ex-ministro da De-

DEIGO ESCOSTEGUY

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende se consagrar como o maior craque da história do Brasil. A promessa de Garanhuns estremeu bem nos rachões do sindicalismo, brilhou no primeiro time do Partido dos Trabalhadores e foi vice três vezes — até que, em 2002, jogando no melhor estilo paz e amor, conseguiu mostrar a qualidade do seu futebol e se tornar presidente da República. De lá para cá, sua carreira vem subindo velozmente ao Olimpo onde pairam os mitos brasileiros. Apesar de ter sofrido uma breve má fase há cinco anos, quando flagraram metade do seu time no antidoping do mensalão, ele encontrou perseverança para ser bicampeão em 2006. Nos últimos tempos, embalsado pelo relativo sucesso de programas sociais do governo e pelo bom momento da economia, Lula atingiu seu ápice: 80% dos brasileiros aprovam seu futebol. É no auge da era Lula, portanto, que se aproxima a copa da política brasileira: a eleição presidencial. Nela, como não pode ocorrer, o presidente deveria atuar apenas como técnico da novata Dilma. Lula, porém, não tem nada de Dunga — e

O TRANSFERÔMETRO DE LULA

A campanha presidencial será definida, sobretudo, pela capacidade da petista, Dilma Rousseff, em absorver a popularidade do presidente Lula. Até agora, ela tem conseguido fazer isso. A consolidação do processo, no entanto, dependem essencialmente de quatro elementos

1 CONTINUIDADE

Em seus discursos, Lula deve reforçar que somente Dilma pode dar prosseguimento às políticas do seu mandato, neutralizando as chances de que Serra ou Marina roubem votos governistas

2 LULA, LULA, LULA

Lula tem de continuar onde está: fazendo campanha em toda parte. Para votar em Dilma, o eleitor deve emergir na unsa o nome de Lula



3 LEGÍTIMA HERDEIRA

O maior desafio de Dilma será ela mesma. A petista precisa suavizar seus defeitos e reforçar suas virtudes, de modo que o eleitor confie a ela o voto que confia a Lula

4 FATOR LANBANÇA

Nada é tão previsível quanto as imprevisíveis lambanças das eleições brasileiras. Numa campanha disputadíssima como esta, Dilma não pode errar



Figura 33 – Veja – O craque de 2010

No lide, o repórter recorre a uma analogia, compara Lula a um jogador de futebol, afirma que o presidente pretende se consagrar como “o maior craque da história do Brasil” (VEJA, nº23, 2010: 70), mas vincula seu time “ao antidoping do mensalão”.

Num misto de eufemismo e metáfora, o repórter afirma que Lula teve perseverança para chegar ao bicampeonato, no caso à reeleição.

A promessa de Garanhuns estreou bem nos rachões do sindicalismo, brilhou no primeiro time do Partido dos Trabalhadores e foi vice três vezes – até que, em 2002, jogando no melhor estilo paz e amor, conseguiu mostrar a qualidade do seu futebol e se tornar presidente da República. De lá para cá, sua carreira vem subindo velozmente ao Olimpo onde pairam os mitos brasileiros. Apesar de ter sofrido uma breve má fase há cinco anos, quando flagraram metade do seu time no antidoping do mensalão, ele encontrou perseverança para ser bicampeão em 2006 (VEJA, nº23, 2010: 70).

Segundo Escosteguy, nos últimos anos, em função do sucesso de programas sociais do governo e do bom momento da economia, Lula atingiu 80% de aprovação de seu “futebol”. Em seguida, Veja fixa, com o apoio de metáforas que vão do céu ao inferno, opinião sobre a posição de Lula na campanha de Dilma.

É no auge da era Lula, portanto, que se aproxima a copa da política brasileira: a eleição presidencial. Nela, como não pode ocorrer, o presidente deveria atuar apenas como técnico da novata Dilma. Lula, porém, não tem nada de Dunga – e entrou em

campo com tudo, dando diariamente chapéus na Justiça Eleitoral, carrinhos nos adversários e preciosos passes para a sua camisa 9. Até o momento, o presidente, vá lá que sem muito *fair play*, está levando o time nas costas (VEJA, nº23, 2010: 70).

Segundo a matéria, a candidata obteve expressivo crescimento nas pesquisas eleitorais. De acordo com o repórter, até março do ano passado, Dilma, apesar de ocupar o cargo de chefe da Casa Civil, era conhecida superficialmente por 53% dos brasileiros. A reportagem ainda afirma que, nas últimas semanas, o instituto Datafolha já havia indicado um empate entre ela e José Serra.

Desde o fim do ano passado, quando Lula passou a jogar com afinco, Dilma vem crescendo lentamente nas pesquisas. A tal ponto que, nas últimas semanas, as sondagens mais confiáveis, como a do instituto Datafolha, indicaram um empate entre ela e o candidato tucano, José Serra. Ambos aparecem com 37% das intenções de voto – em dezembro, a petista aparecia com 26%, e o peessedebista flanava com 40%. Não há dúvida de que o crescimento da candidata petista se deve ao presidente, nem dúvida há de que ele será o dínamo político da campanha. A população gosta do presidente e está satisfeita com suas próprias condições de vida (VEJA, nº23, 2010: 70).

Veja associa estes resultados à transferência de votos e completa com outro termo do linguajar do esporte bretão, dizendo que, para Dilma, basta “se posicionar na banheira e receber os passes de Lula” (VEJA, nº23, 2010: 71).

Em seguida, Escosteguy constrói um cenário para as eleições e afirma que o resultado das urnas é mesmo uma incógnita, ou, na máxima das quatro linhas, uma caixinha de surpresas. Lula, neste caso, volta a ser lembrado como técnico, “professor” no clichê do futebol.

As pesquisas e a sabedoria política sugerem o seguinte: se Dilma conseguir convencer os eleitores de que merece ser a sucessora de Lula (como tem conseguido até agora), ganhará a eleição; se falhar, a vitória provavelmente caberá a Serra. Aqui, porém, como bem sabe o presidente, vale o mais infame dos clichês futebolísticos: toda eleição é uma caixinha de surpresas. Para evitar um *maracanazzo* petista, Dilma segue com disciplina as orientações do professor – quer dizer, do presidente Lula e dos marqueteiros de sua campanha. A estratégia petista depende do sucesso de três táticas: Lula convencer o eleitorado de que a vitória de Serra significaria um retrocesso para o país, Lula fazer muita campanha para Dilma e, finalmente, Dilma mostrar-se autêntica e confiável para os simpatizantes do lulismo. O último item é puramente subjetivo. Subordina-se aos múltiplos aspectos da personalidade da petista, ao modo como a índole dela se comunica com o eleitorado (VEJA, nº23, 2010: 71).

Escosteguy entrevistou um cientista político sobre este quadro. Segundo Veja, para David Fleischer, o presidente terá que promover com mais afinco a campanha de Dilma e a ministra terá que se demonstrar mais autêntica para os eleitores do partido. “Não basta o

Lula dizer que a Dilma é candidata dele. O eleitor tem de ouvir isso da Dilma, e sentir que confia nela’, afirma o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília” (VEJA, nº23, 2010: 71).

Segundo o texto, uma das preocupações do partido passou a ser a possibilidade de ataques pessoais à candidata. Integrantes do PT temem que insinuações sobre a militância de Dilma durante a ditadura militar se tornem mais frequentes. A revista ainda alerta que é importante ter cuidado com esse tipo de problema e eventuais deslizamentos nas eleições. Veja recorda que em pleitos passados o Brasil teve exemplos de políticos destruídos por um deslizamento verbal ou um erro pregresso.

Em 2002, dois candidatos ficaram pelo caminho. Roseana Sarney era favorita até a Polícia Federal descobrir um inexplicável montinho de dinheiro vivo nos escritórios da família. No auge da campanha, quando estava próximo de Lula nas pesquisas, Ciro Gomes chamou um eleitor de burro. Até mesmo a reeleição de Lula em 2006, que se mostrava tranquila, entrou em risco quando alopados petistas em busca de dossiês foram presos com um inexplicável montão de dinheiro (VEJA, nº23, 2010: 72).

Para o repórter, a “saga de trapalhadas e baixarias” que costuma acometer as campanhas no Brasil deve servir como cautela. Mas Lula, mais elogiado do que criticado neste relato quase pitoresco, é chamado de Pelé.

O bom momento de Dilma se deve também à dificuldade de Serra e de Marina Silva, a candidata do Partido Verde, em encontrar um discurso que concilie a continuidade desejada pelo eleitorado com propostas que o seduzam. Ainda faltam quatro meses para as eleições. Lula, o Pelé da política, sabe que o jogo só acaba quando termina (VEJA, nº23, 2010: 72).

Será Dilma capaz de se tornar Mané, aquele das pernas tortas que fazia a alegria do povo?

4.7.1 Os alquimistas estão chegando. Estão chegando os alopados

Ainda na editoria Brasil, Veja reforça a denúncia da semana anterior sobre um suposto plano de espionagem contra adversários por parte de grupos petistas, em “Era para levantar tudo, inclusive coisas pessoais” (VEJA, nº23, 2010: 74). Policarpo Junior e Daniel Pereira tratam do “esquema dos alopados” numa casa de Brasília. O texto traz uma entrevista com o delegado aposentado da Polícia Federal Onézimo Sousa, apontado como chefe desse grupo.

Brasil

“ERA PARA LEVANTAR TUDO, INCLUSIVE COISAS PESSOAIS”

Delegado conta que aloprados planejavam mesmo espionar aliados e o ex-governador José Serra

POLÍCARPO JUNIOR e DANIEL FERREIRA

N a semana passada, VEJA revelou a existência de um grupo que se reuniu dentro do comitê eleitoral do PT, em Brasília, com a missão de espionar adversários e integrantes do próprio partido. A notícia estremeceu as relações até então amigáveis entre os principais atores ligados à campanha presidencial. O PSDB anunciou que pretende convocar para depor no Congresso personagens que tentaram montar uma rede de espionagem onde funciona o comitê de comunicação da pré-campanha da ex-ministra Dilma Rousseff. “Haverá um acirramento”, avisou Eduardo Jorge, vice-presidente executivo dos tucanos. Já os petistas correm em sentido oposto, tentando pôr um ponto final à discussão. “Não fomos nós que colocamos esse assunto aborrendo em pauta. Esse tipo de debate não interessa ao país”, afirma o presidente do PT, José Eduardo Dutra. Na sexta-feira passada, em entrevista à VEJA, o delegado aposentado da Polícia Federal Onézimo Sousa revelou detalhes que ajudam a dimensionar em maior escala o que se misturou nas subterrâneas do comitê

quanto à metodologia e ao direcionamento dos trabalhos a ser ali executados”. O comitê pensou quem identificar em suposto membro da cúpula da campanha que estaria vazando informações estratégicas. Para isso, era necessário reunir os estratos telefônicos e rastrear com quem cada um deles conversava. Aceitava-se que por meio do cruzamento de números o tráfego seria facilmente identificado. A outra missão era ainda mais explosiva: monitorar o ex-governador José Serra, candidato à Presidência pelo PSDB, e o deputado tucano Marcelo Itagiba, seus familiares e amigos. Os aloprados do comitê queriam saber tudo o que os dois faziam e falavam.

O material era para ser usado na campanha. Na hora, adverti que aquilo ia acabar virando um novo escândalo dos aloprados

O senhor foi apontado como chefe de um grupo contratado para espionar adversários e petistas insatisfeitos? Foi convidado numa reunião da qual participaram o Lanzeretta, o Amaury Ribeiro, o Benedito de Oliveira Neto, responsável pela parte financeira, e outro colega meu, mas o negócio não se concretizou. Havia problemas de metodologia e direcionamento do trabalho que eles queriam.

Luiz Lanzeretta. Responsável pela parte de comunicação da campanha, Lanzeretta explicou ao delegado que o objetivo dele era montar um grupo de espionagem. Não haveria contrato, e o pagamento — 1,6 milhão de reais, o equivalente a 160.000 por mês — seria feito pelo empresário Benedito de Oliveira Neto, um prestador de serviços que atuou no governo Lula e estava presente a reunião, da qual participou também o insatisfeito e vertical ex-jornalista e agora escritor Amaury Ribeiro.



Figura 34 – Veja – Era para levantar tudo, inclusive coisas pessoais

A matéria informa que a denúncia publicada na edição de 2 de junho estremeceu relações entre os principais atores ligados à campanha presidencial. De acordo com os repórteres, o PSDB pretende convocar para depor no Congresso as pessoas envolvidas numa eventual ação de espionagem. “Haverá um acirramento”, avisou Eduardo Jorge, vice-presidente executivo dos tucanos” (VEJA, nº23, 2010: 74).

O texto afirma que o PT demonstrou interesse em colocar um ponto final na discussão. “Não fomos nós que colocamos esse assunto absurdo em pauta. Esse tipo de debate não interessa ao país”, afirma o presidente do PT, José Eduardo Dutra” (VEJA, nº23, 2010: 74).

Em entrevista, o delegado Onézimo Sousa revelou o que a equipe contratada havia planejado. “Apontado como o chefe do grupo de espionagem, o policial garante que sua atuação se restringiu a uma reunião de planejamento. O que foi proposto, segundo ele, era inaceitável” (VEJA, nº23, 2010: 74). A intenção do grupo, informam os repórteres, era identificar um suposto membro da cúpula da campanha que estaria envolvido no vazamento de informações estratégicas.

A outra missão era ainda mais explosiva: monitorar o ex-governador José Serra, candidato à Presidência pelo PSDB, e o deputado tucano Marcelo Itagiba, seus familiares e amigos. Os aloprados do comitê queriam saber tudo o que os dois faziam e falavam (VEJA, nº23, 2010: 74).

No final da reportagem, a revista reitera a denúncia ao dizer que o delegado aposentado foi chamado no início de abril para uma conversa com Fernando Pimentel, mas, na realidade, foi atendido por um jornalista. O objetivo: criar uma equipe de espionagem.

Onézimo Sousa conta que foi convidado para uma conversa com Pimentel, na área reservada de um restaurante tradicional de Brasília. No local marcado, não encontrou o coordenador da campanha, mas um representante do comitê, o jornalista Luiz Lanzetta. Responsável pela parte de comunicação da campanha, Lanzetta explicou ao delegado que o objetivo deles era montar um grupo de espionagem (VEJA, nº23, 2010:74).

4.7.2 Outra denúncia

Ainda na Editoria Brasil, o repórter Kalleo Coura assina uma pequena reportagem, intitulada “Ao contribuinte, a conta” (VEJA, nº23, 2010: 78). O texto mostra que sindicalistas teriam gasto dinheiro público num evento para apoiar a candidata do PT, Dilma Rousseff. A linha fina vem com o velho tom: “Sindicalistas torram 800 000 reais para demonstrar apoio à candidata do PT. Nada de mais – se o dinheiro não viesse do bolso de quem paga imposto sindical” (VEJA, nº23, 2010: 78). O lide cria um ambiente para uma ironia, até engraçada, que será feita poucas linhas depois em forma de aposto.

Era para ser um “encontro de sindicalistas”. Mas o que se viu na última terça-feira no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, foi um gigantesco comício político ilegal financiado com dinheiro público. A pretexto de reunirem filiados para aprovar propostas a ser enviadas aos candidatos à Presidência da República, cinco centrais sindicais lotaram um estádio de futebol com o objetivo de propagandear a candidatura da petista Dilma Rousseff. Para alugarem o estádio, pagarem taxas à prefeitura e cuidarem do transporte e alimentação dos militantes, as entidades gastaram 800 000 reais, segundo revelou o presidente da Força Sindical e gigante moral, Paulo Pereira da Silva (VEJA, nº23, 2010: 78).

Veja denuncia que 80% do dinheiro que abastece as centrais vêm do imposto sindical. Ou seja: do salário do trabalhador brasileiro, sindicalizado ou não, que é obrigado a tirar do bolso para sustentar entidades de classe diversas e seus dirigentes. A matéria ainda confirma que o PSDB e o DEM vão entrar com representações no Tribunal Superior Eleitoral para denunciar o ocorrido. De acordo com o repórter, os sindicalistas não se demonstraram preocupados com possíveis sanções da Justiça Eleitoral.

4.8 Um empate como nunca se viu...

A seleção de Dunga continuava a luta pelo inédito hexa sem empolgar. A imprensa discutia que o Brasil não tinha sido Brasil até então na Copa da África do Sul. E a edição de 16 de junho (nº 2169 - ano 43 - nº 24) trouxe José Serra e Dilma Rousseff empatados, num

“mês de junho que nunca se viu”. A revista afirma que é a primeira vez que se vê no Brasil uma disputa “tão renhida” (VEJA, nº24, 2010: 69).



Figura 35 – Veja – Capa Veja de 16/06/2010- Para sair do empate



Figura 36 – Veja – Empatados – um junho como nunca se viu

Os institutos de pesquisa Ibope e Datafolha mostravam Serra e Dilma com 37% da preferência das intenções de voto do eleitorado brasileiro. Para o repórter Fábio Portela, uma disputa tão acirrada a 100 dias do pleito é algo realmente inédito. Ele argumenta com propriedade, respaldado por levantamentos de anos anteriores. Mas não se contém ao mencionar o Plano Real.

Em quatro das últimas cinco disputas presidenciais, o nome que saiu vitorioso ao final do pleito foi o que liderava as pesquisas neste período do ano. A única exceção se deu em 1994. Naquela eleição, Fernando Henrique Cardoso estava atrás de Lula em junho, mas chegou à frente em outubro. A disputa, no entanto, teve um fato atípico, além de histórico: o Plano Real, um tiro fatal contra a hiperinflação que atraiu milhões de votos para o tucano. Mesmo assim, FHC já apresentava uma curva ascendente em junho, indicador de que sua candidatura logo chegaria à liderança (VEJA, nº24, 2010: 69).

Para mostrar como os candidatos à presidência apareciam nas pesquisas entre junho e julho em pleitos anteriores, Veja editou um gráfico com os dados da época e mostrou a influência que candidatos “com capital eleitoral menor” do que os chamados pela revista de “protagonistas” possuem nas decisões. Para ilustrar a menção “candidatos com capital menor”, é utilizada uma foto de Marina Silva (PV).

Período decisivo

Nas últimas cinco eleições para presidente da República, venceu aquele que conseguiu assumir a dianteira entre os meses de junho e julho. A partir de agosto, as curvas de intenção de voto se movem apenas discretamente. Esta é a primeira campanha em que os candidatos chegam a esse período do ano igualmente empatados – e sem nenhuma indicação sobre qual deles pode chegar à liderança

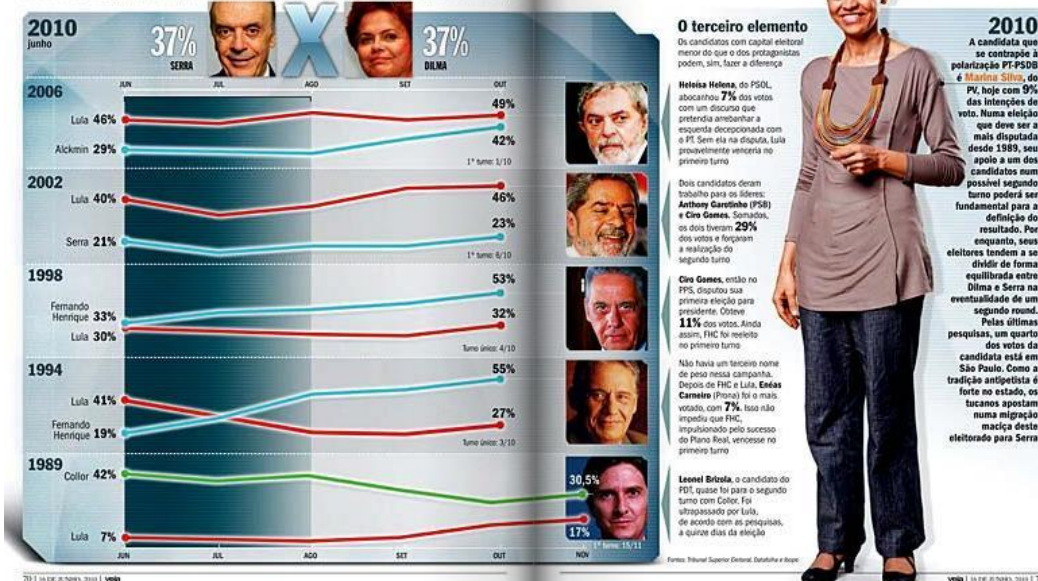


Figura 37 – Veja – Período decisivo

Em seguida, Fábio Portela coleta a análise de quatro especialistas em pesquisas eleitorais: Mauro Paulino, do Datafolha; Márcia Cavallari, do Ibope; Antonio Prado Junior, da APPM; e Gaudêncio Torquato, da GT Marketing. Segundo o texto, os especialistas analisaram dados e resultados das cinco últimas disputas eleitorais para presidente. O resultado da análise aparece dividido em tópicos: “cinco verdades e seis mitos sobre as campanhas” (VEJA, nº24, 2010: 72).

Com base nas interpretações histórico-eleitorais, é possível que a dinâmica apurada nas disputas anteriores se repita. Os próximos dois meses, garante a publicação, serão decisivos. A revista traça um cenário e afirma que, se um dos favoritos tomar a dianteira até julho e conseguir mantê-la em agosto, suas chances de vitória serão altíssimas. A matéria ainda retoma um assunto já discutido: a preocupação de Serra em definir o seu vice. “O assunto mais incômodo para o tucano é a (in) definição do nome de seu companheiro de chapa. Depois que Aécio Neves desistiu de vez de ocupar o posto, o PSDB deparou com a falta de um nome consensual – e chegou à sua convenção com a chapa incompleta” (VEJA, nº24, 2010: 72).

A reportagem indica que a ministra obteve crescimento inesperado para o partido de José Serra. “O crescimento de Dilma nas pesquisas também ocorreu num ritmo mais rápido do que esperavam os tucanos. Nas previsões do PSDB, o empate entre os candidatos se daria

apenas no início de agosto” (VEJA, nº24, 2010: 72). Mas Portela destaca, em tom de injeção de ânimo, dados positivos sobre o ex-governador paulista.

O primeiro é que, desde dezembro, ele se mantém na faixa de 40 pontos percentuais, com pouquíssima oscilação. Isso significa que não perdeu eleitores para Dilma: a petista cresceu sobre outras faixas do eleitorado. Outro dado animador para o PSDB é que a maioria dos eleitores que pretendem votar no tucano diz que o conhece bem. Isso reduz o risco de que eles troquem de candidato até a eleição (VEJA, nº24, 2010: 72).

Veja conclui que o empate divulgado pelas pesquisas trouxe mais confiança para a candidata do PT. A revista, porém, indica que Dilma esteve atenta a outras questões. Segundo o repórter, a ex-ministra passou as últimas semanas empenhada em contornar as “lambanças” de sua equipe. O texto relata que parte de um grupo do PT foi abatido em “pleno voo de araponga” enquanto preparava mais um “dossiê” contra integrantes do PSDB.

Logo depois, a matéria afirma que, apesar dos problemas com membros do partido, os números sobre a candidata são animadores. Portela traça outro cenário eleitoral e, para isso, cita a declaração do presidente do PT.

A animar a tropa petista, porém, estão números que, na interpretação do partido, mostram que há um quinhão do eleitorado pronto para ser abocanhado por Dilma. Segundo o Datafolha, 11% dos eleitores brasileiros estão dispostos a votar no candidato do presidente Lula, mas ainda não sabem que esse candidato é Dilma. Se conquistar esse grupo nas próximas semanas, ela poderá alcançar a liderança isolada. “As pesquisas são favoráveis, e o crescimento do PIB a 9% reforça a tendência do voto pela continuidade”, diz o presidente do PT, José Eduardo Dutra (VEJA, nº24, 2010:74).

Nas linhas finais da reportagem, Marina Silva, do Partido Verde, é citada. E é citada como coadjuvante a ser cortejada. Segundo Veja, apesar de Marina obter de 9% a 12% das intenções de voto, o PV acredita que seja difícil a candidata alcançar os esperados 15 pontos até o mês de agosto. A revista relata que, para se destacar nas pesquisas, Marina Silva tentará desprezar seu nome do “rótulo verde”. Em seguida, a matéria declara que, mesmo com a mudança de rótulo, os meios do PV diante da polarização entre PT e PSDB são “parcos”. O repórter afirma que num cenário em que Serra e Dilma passam para o segundo turno, assessores próximos de Marina consideram improvável que ela se posicione ao lado de Dilma. Os motivos seriam as desavenças do período em que ambas eram ministras. E indica o caminho para a união com o PSDB.

O PSDB pretende, é claro, cortejar Marina, mas tem a esperança de independê-la sua

adesão explícita. Como um quarto dos 13 milhões de votos que Marina teria hoje provém de São Paulo, estado com forte tradição antipetista, os tucanos acreditam que, num segundo turno, poderá haver uma migração expressiva desse total para Serra. Se assim for, em meio a dois pesos-pesadíssimos, a pequena senadora do PV deve se converter na pluma que faltava para pender a balança para um dos lados (VEJA, nº24, 2010:74).

4.9 Arapongas, aloprados e radicais

A penúltima edição do segundo trimestre é a de 23 de junho (nº 2170 - ano 43 - nº 25). Com a manchete “Ordem para espionar”, a matéria da Editoria Brasil persiste no tema discutido na primeira quinzena: o esquema de espionagem montado pelo PT numa casa alugada em Brasília. Sofia Krause e Gustavo Ribeiro reafirmam que o delegado aposentado Onézimo Sousa teria dito, em depoimento no Congresso, que foi convidado por pessoas contratadas pelo Partido dos Trabalhadores para montar um grupo de espionagem ilegal contra adversários e inimigos internos. “Ele contou aos parlamentares detalhes da reunião com integrantes da pré-campanha presidencial da ex-ministra Dilma Rousseff na qual ele foi convidado a participar de um grupo que tinha o objetivo de espionar o candidato tucano José Serra” (VEJA, nº24, 2010:74).

Segundo os repórteres, o jornalista Luiz Lanzetta, apontado como responsável de articular o grupo naquela casa em Brasília, foi afastado das funções. A matéria afirma que o PT teria considerado o caso encerrado, mas uma reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* reacendeu as chamas. De acordo com a revista, o jornal informou que a campanha do PT teria reunido dados protegidos por sigilo fiscal e bancário do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Veja afirma que a suspeita é de que os documentos teriam sido obtidos dentro da própria Receita Federal e sugere que há papéis que ainda devem ser investigados como arquivos do Banestado, um esquema de lavagem de dinheiro investigado por uma CPI no Congresso em 2003.

Segundo a matéria, integrantes do PT queriam “ressuscitar” o caso Banestado com a intenção de gerar desconfiança em relação ao principal adversário de Dilma Rousseff. A revista dá a sua opinião, bem na linha de à mulher de César⁶... “Na crença de que não basta a

⁶. À mulher de César não basta ser honesta, tem que parecer honesta”. A frase original surgiu após um escândalo em Roma, por volta de 60 a.C. Pompéia vivia muito sozinha, enquanto o marido Júlio César passava meses com seus exércitos. É nesse cenário que surge Clódio, um nobre admirador da moça. Numa noite, para conseguir se aproximar de Pompéia, ele entrou no palácio, mas acabou sendo descoberto e preso. O jovem foi levado ao tribunal e o próprio César convocado para prestar esclarecimentos. Ele declarou ignorar o que se dizia sobre sua mulher e a julgou inocente. O penetra foi absolvido. Para quem o acusava de estar sendo contraditório, ao defender a mulher no tribunal e condená-la em casa, ele teria afirmado: “Não basta que a mulher de César seja

um político ser honesto, ele também tem de parecer honesto” (VEJA, nº24, 2010:75).

Para Veja, o que dá credibilidade ao conjunto de informações são os antecedentes do PT. A revista sugere que este partido já tem know-how em bisbilhotar adversários.

A formação de equipes encarregadas de bisbilhotar a vida de adversários foi testada com sucesso pelo partido em 2002 e reeditada em 2006, quando o grupo foi preso em flagrante tentando comprar um dossiê fajuto contra Serra, candidato ao governo de São Paulo. A turma que se reuniu agora no comitê de Dilma também teve uma passagem nebulosa na última campanha municipal. Em 2008, na disputa pela prefeitura de Belo Horizonte, o jornalista Luiz Lanzetta assessorava o candidato Marcio Lacerda, que concorria à sucessão com o apoio do então prefeito, Fernando Pimentel. O ex-jornalista Amaury Ribeiro, apontado como parceiro de Lanzetta no caso da espionagem contra Serra, trabalhava como repórter do jornal *Estado de Minas*. Dois dias antes do segundo turno das eleições, quando Marcio Lacerda e o peemedebista Leonardo Quintão se enfrentariam nas urnas, Amaury Ribeiro publicou uma notícia destruidora sobre o adversário do cliente de Lanzetta. A revelação acabou com as pretensões eleitorais do candidato (VEJA, nº24, 2010:76).

4.10 Um vice para inglês ver...

Com a manchete “Uma escolha pragmática” (VEJA, nº26, 2010:73), Fábio Portela assina a última reportagem de junho da editoria Brasil. A matéria, curta, trata da escolha do senador Álvaro Dias como vice do candidato do PSDB.



Figura 38 – Veja – Uma escolha pragmática

honrada, é preciso que sequer seja suspeita”. (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2010)

Apesar do senador do Paraná ter sido escolhido como companheiro de chapa de José Serra, a preferência do PSDB era outra, segundo a revista Veja. “Não é segredo que a opção preferida do PSDB para o posto era Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais. Se juntassem Serra e Aécio, os tucanos achavam que teriam uma votação maciça em São Paulo e Minas, os dois maiores colégios eleitores do país” (VEJA, nº26, 2010:73).

Veja relata que desde que o ex-governador de São Paulo foi escolhido candidato do PSDB à Presidência, diversos nomes foram cotados para compor a chapa. Segundo o repórter, integrantes do PSDB defendiam a escolha de um vice nordestino, mas Serra não teria se convencido de que dividir sua chapa com alguém do Nordeste aumentaria a sua visibilidade por lá. “Achava, por exemplo, que a escolha de um vice Pernambucano poderia espantar eleitores do Ceará (e vice-versa, já que os dois estados têm uma rivalidade histórica” (VEJA, nº26, 2010:73).

Portela afirma que o candidato do PSDB passou a avaliar qual seria o nome que lhe traria mais benefício eleitoral. De acordo com a reportagem, “foi aí que Álvaro Dias ganhou a parada”. O repórter avisa: os petistas ficarão a ver navios.

Sua escolha envolve um intrincado xadrez político. A saber: ele é irmão de outro nome de peso-pesado da política paranaense, o também senador Osmar Dias, do PDT. Osmar havia acertado tudo para ser candidato ao governo do Paraná com o apoio do PT. Com isso, daria um forte palanque no estado a Dilma Rousseff. Pelo acordo costurado, Osmar deixará os petistas a ver navios (VEJA, nº26, 2010:73).

A revista destaca que a coordenação de campanha do PSDB pretende, com Álvaro Dias na chapa, obter entre 1 e 2 milhões de votos no Paraná. “Pelas pesquisas, ele já conta com 40% dos votos no estado” (VEJA, nº26, 2010:73). Para Veja, em uma eleição apertada como a que se anuncia, é um capital que pode fazer a diferença.

4.11 Análise da cobertura do 2º trimestre

A imprensa, de modo geral, organizou uma espécie de contagem regressiva no 2º trimestre. A Copa do Mundo, com o perdão do clichê, era a “bola da vez”. Veja se permite analisar, é bem verdade que em poucos parágrafos e espaço exíguo, o impacto que o desempenho da seleção poderia ter no cenário político e, conseqüentemente, no processo eleitoral no “país do futebol”. O clima, em especial quando o time vai bem em campo, é outro. Aquele enredo de ufanismo quase ressuscita ares nada saudosos do Ninguém Segura Este País, com contexto (e maturidade política) bem diferente, sem a metáfora de Cao

Hamburger em “O ano em que meus pais saíram de férias”.

A primeira de oito observações na cobertura do 2º trimestre diz respeito a algo que não se contempla no objeto em si deste trabalho, cujo foco é a análise da cobertura textual da eleição presidencial de 2010. Se não há uma ligação direta com o objeto, ela existe em relação aos objetivos desta pesquisa. As fotos de capa e miolo da penúltima edição de abril trazem ao público um José Serra, senão pouco conhecido, muito raramente visto da forma como foi apresentado aos leitores. O rosto sorridente apoiado sobre a mão direita, acompanhado da chamada “Serra e o Brasil pós-Lula”, da linha-fina “Eu me preparei a vida inteira para ser presidente”, e da reportagem de miolo “Com a casa em ordem, Serra vai à luta”, são alicerces de uma cobertura promocional em boa parte das reportagens publicadas em todo este trimestre. A foto da reportagem de miolo desta edição constrói alguém que “pensa o Brasil”. Numa poltrona, com óculos, à meia-luz, Serra, concentrado, lê um livro, tornando-se o protagonista, o primeiro plano, num espaço repleto deles.



Figura 5 –Veja – A arte de ser FHC

A revista *Veja*, no mês de abril, enfatiza que Serra liderava as pesquisas. Numa das edições, ao conectar a liderança de Serra à idéia de alçar vôo, a revista argumenta, em

reportagens, que ética na política é um assunto que provoca “arrepios” nos petistas. Algumas das aspas creditadas a Serra valorizam muito o tom da campanha dele, a possibilidade de progresso apenas com a sua eleição.

O segundo ponto que chama a atenção é que justamente neste período em que as candidaturas de Dilma Rousseff e José Serra se tornaram oficiais, confirmadas nas convenções do PT e do PSDB, respectivamente, Veja publicou algumas matérias sobre o assunto. Dilma falava “Dilmais”, um dos muitos trocadilhos a que a revista recorre, enquanto Serra, “de bico calado”, planejava a sua campanha para vãos mais altos que foram, segundo Veja, capazes de resgatar a autoestima tucana, algo que não se vira em 2002 e 2006, quando o partido perdeu a eleição. O tratamento é nada isonômico, parcial mesmo, e promocional.

A terceira característica é que a cobertura de Veja alimenta um dos grandes problemas da campanha do candidato tucano: a escolha do vice. No fim de junho, chega-se a fazer uma análise do número de votos no Paraná que viriam para Serra com a indicação do senador Álvaro Dias para vice, já que Aécio Neves declinou da proposta de compor uma chapa “puro-sangue”.

O quarto fator diz respeito à aprovação do governo Serra. Segundo a edição de 7 de abril, que faz menção em manchete ao tucano que “alça vôo”, a gestão dele é considerada regular, boa ou ótima por 87% dos paulistas, quase 9 em cada 10 pessoas. Em nenhum momento, a pesquisa Datafolha com este altíssimo coeficiente de aprovação foi localizada, seja em janeiro, fevereiro, março ou início de abril de 2010. O que se vê, aqui, é uma interpretação “sob medida”, para não dizer casuísta, dos dados. De acordo com pesquisa Datafolha, divulgada pela *Folha de S. Paulo* em 29 de março de 2010, Serra estava deixando o cargo de governador com 55% somados ótimo e bom.

Após três anos e três meses de governo e às vésperas de deixar o cargo para concorrer à Presidência da República, o governador de São Paulo, José Serra, é aprovado por 55% dos eleitores do Estado. A taxa dos entrevistados que consideram sua gestão como ótima ou boa se manteve inalterada desde a última avaliação, realizada em dezembro do ano passado - de lá para cá, o Estado, e especialmente a capital, passaram por dias consecutivos de temporais e enchentes, mas que não alteraram a percepção do paulistano sobre o desempenho do governador (FOLHA DE S.PAULO, 2010:A4).

O jornal informa que, em 2007, Serra obteve menos de 50% de aprovação popular à gestão dele, mas que, nos últimos dois anos, conseguiu avançar. O jornal destaca ainda que o volume de pessoas que consideram o governo Serra “regular” atingiu 32%.

No início de seu governo, Serra era avaliado positivamente por 39% da população, em março de 2007. Ele alcançou a sua melhor marca em agosto de 2009, com 57% de índice de ótimo ou bom. Em relação à pesquisa feita em dezembro, o percentual dos que avaliam o desempenho de Serra como regular se manteve em 32%, e dos que acham seu governo ruim ou péssimo, em 11%. Em uma escala de zero a dez, Serra alcança a nota média de 6,6 (FOLHA DE S.PAULO, 2010:A4).

Aí é que está a interpretação “sob medida” que Veja fez para promover ostensivamente Serra. A Folha, como se lê, adota como parâmetro que o ótimo e o bom, somados, dimensionam a avaliação positiva de um governo. Mas numa das reportagens do segundo trimestre, Veja inclui, para "ajudar" Serra, o regular e crava ao governo dele uma aprovação de 87%, número que inclui no mesmo balaio ótimo, bom e regular. Se o levantamento fosse sobre o governo Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, será que a revista também somaria os que avaliam a gestão do peemedebista como regular àqueles que a consideram boa ou ótima? Qual seria o método com Aécio Neves, em Minas Gerais, cuja aprovação popular era bem conhecida? E como seria a divulgação de uma eventual pesquisa sobre o governo da também tucana Yeda Crusius, no Rio Grande do Sul, cuja reprovação popular era sabida e sólida? Se este dado que Veja trouxe no meio de uma reportagem, de forma a fraudar a interpretação de um processo político, maquiando-o, fosse real, Serra seria, sem dúvida, o governador com a maior aprovação popular do País no momento em que se desligava do Estado para disputar a presidência.

O quinto ponto é igualmente intrigante: Serra é, de acordo com os relatos de Veja, sinônimo de virtude, de honra e caráter, “para se contrapor ao jeito petista de fazer política”. Esta é uma idéia recorrentemente construída, cíclica. Talvez seja por isso que o lado dele na gangorra das pesquisas só oscila da linha do horizonte para cima, enquanto o da adversária... A gangorra é a metáfora de uma grande antítese textual semanal. O PT é associado, sempre que possível, a mensalão, à corrupção, ao radicalismo, aos aloprados, à espionagem e às alianças com regimes autoritários. Os repórteres de Veja ligam apenas o candidato do PSDB à possibilidade de progresso. Nos momentos em que o excesso prepondera, Veja diz que o crime eleitoral compensa e que o PT o pratica à solta, impunemente.

Outra constatação, a sexta: em determinado momento, o assunto eleição ganha espaço até na Editoria Internacional. Evo Morales, defendido pelo petismo segundo Veja, “patrocina narcotraficantes”. A denúncia é gravíssima. Atinge o chefe de estado de um país vizinho. Críticas duras ao PT, acompanhadas de elogios ao dedo em riste de Serra (expressão genuinamente autoritária) a Morales são vistas. Veja não prova o patrocínio de Morales aos traficantes e desdobra o fato com a idéia de negligência e ineficácia do governo federal à

entrada de drogas no País. E a um suposto apoio do BNDES à estrada que vai facilitar a entrada de cocaína no Brasil.

A sétima e penúltima marca da cobertura do segundo trimestre: o espaço dos nanicos, em Veja, é nenhum. Zero. Marina, que estava com pico de 15% nas pesquisas de intenções de voto, é pouco citada e, quando aparece, dá-se a ela o status de coadjuvante ou de potencial aliada de Serra no segundo turno por desavenças com Dilma que fizeram com que a candidata do PV deixasse o Ministério do Meio Ambiente. Veja polariza a cobertura em Serra, a virtude, e Dilma, a chaga do petismo, por vezes refém do radicalismo.

Num único momento, que compõe a oitava observação e encerra esta análise de abril, maio e junho, o presidente Lula, que vinha conseguindo alavancar a popularidade da ex-ministra é chamado de craque, de “Pelé da política” e por aí vai... Explica-se: era um tempo de Copa do Mundo e Dilma tinha alcançado Serra nas pesquisas, algo que as fontes ouvidas por Veja disseram que só poderia ocorrer mais à frente no processo.

CAPÍTULO V- JULHO: CAMPANHA NAS RUAS E NAS PÁGINAS

5.1 Depois do expediente

A primeira edição de Veja no terceiro trimestre de 2010 tem data de 7 de julho. Cinco dias antes, o Brasil havia se despedido, com certa melancolia e muita apatia, da Copa da África do Sul, com a derrota para a Holanda, de virada, por 2 a 1. O sonho do hexacampeonato acabou nas quartas-de-final, em Port Elizabeth.

Há quatro anos, quando o presidente Lula seria reeleito, a Seleção Brasileira também tinha sido eliminada nas quartas-de-final, mas o algoz na Alemanha foi Zinedine Zidane, o maior nome da história do futebol francês, em que pese a marca de Just Fontaine. Na Copa de 58, quando o Brasil bordou a sua primeira estrela na camisa e o País vivia a euforia de um governo que – reza a lenda – fazia 50 anos em 5, Fontaine marcou 13 gols pela mesma França.

Assinada pelo repórter Otávio Cabral, a principal reportagem da Editoria Brasil nesta primeira edição de julho (nº 2172 - ano 43 - nº 27) retoma a dedicação do presidente à campanha da ex-ministra. Segundo o texto, Lula teria decidido cuidar do rumo eleitoral da candidata do PT após “o expediente”. “Presidente apenas em horário comercial” é o título da matéria (VEJA, nº27, 2010:64). A linha fina explica que a atitude de Lula pretendia coibir riscos judiciais. “Para tentar evitar problemas com a Justiça Eleitoral, Lula define que fará campanha para Dilma Rousseff depois das 18 horas e nos fins de semana” (VEJA, nº27, 2010:64).



Figura 39 – Veja – Presidente apenas em horário comercial

Veja começa com uma pergunta: “É possível separar Luiz Inácio Lula da Silva do presidente da República?” (VEJA, nº27, 2010:65). De acordo com a revista, para Lula, sim. O lide fala que o presidente pretende adotar uma “bipartição” a partir da segunda semana do mês de julho, ou seja, ser presidente durante a semana até 18 horas e, depois deste período e nos fins de semana, tornar-se cabo eleitoral de Dilma.

O texto também retoma um assunto discutido em edições anteriores: o uso da imagem de Lula para alavancar a candidatura Dilma. Segundo o repórter, militantes do PT acreditam que o sucesso de Dilma nas eleições está condicionado à capacidade do presidente de transferir sua popularidade a ela em votos.

A matéria destaca que nos últimos dois anos, graças ao apoio de Lula, a ex-ministra virou um rosto conhecido nacionalmente. Mas Veja afirma que este empenho do presidente teria resultado em seis punições da Justiça Eleitoral por campanha ilegal. O texto sugere que, para evitar problemas, a assessoria jurídica do PT teria decidido “separar” Lula do presidente e coordenadores da campanha de Dilma teriam até preparado uma estratégia.

Lula, o cabo eleitoral, vai atuar em duas frentes. Será a estrela dos programas de rádio e televisão do PT e percorrerá o país em comícios ao lado de Dilma Rousseff. "Há uma parcela significativa do eleitorado que quer votar na candidata do presidente, mas ainda não identificou Dilma com Lula. Por isso, vamos entrar com o Lula forte na TV desde o começo para conquistar esse eleitorado. É o nosso principal trunfo", diz Fernando Pimentel, um dos coordenadores da campanha e candidato ao Senado pelo PT-MG (VEJA, nº27, 2010:65).

Para reduzir mais o risco jurídico, a equipe de campanha do PT e a Advocacia-Geral da União teriam prescrito ao presidente uma série de cuidados.

Gravações de programas e reuniões políticas não podem ocorrer em locais de trabalho, como o Palácio do Planalto, mas estão liberadas nos palácios residenciais, como o da Alvorada, e em comitês políticos, desde que depois do horário de expediente. Nos deslocamentos de Lula para comícios, o avião presidencial pode ser utilizado, mas toda a despesa deve ser reembolsada ao Tesouro pelo PT (VEJA, nº27, 2010:65).

O repórter analisa e aponta que, para a Justiça Eleitoral, o maior desafio está nas conseqüências do uso da máquina governamental na campanha, e diz que se o presidente ou a pessoa Lula pode utilizá-la como bem entender, qualquer funcionário também pode. A revista busca dimensionar o ato e, para isso, ouve o cientista político Rubens Figueiredo. Segundo o texto, Figueiredo avalia que, deste modo, a administração pública pode se transformar em administração partidária e eleitoral (VEJA, nº27, 2010:65), o que, para o cientista, seria algo

nocivo à sociedade.

De acordo com o repórter, casos como estes já teriam sido registrados na esfera ministerial. Alguns políticos teriam aproveitado horário e local de trabalho para atividades mais afeitas a um universo de campanha.

Na semana passada, o ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, usou o horário de expediente e seu gabinete oficial para reuniões eleitorais. Na terça, esteve com o vice-presidente do PSC, Everaldo Pereira, que saiu de lá convencido a apoiar Dilma. Padilha também se reuniu com a cúpula do PT do Tocantins, que desistiu de uma candidatura própria ao governo para apoiar o PMDB. Participou ainda das negociações que levaram o senador Osmar Dias, do PDT, a se lançar ao governo do Paraná. Sem nenhum constrangimento, Padilha relatou os encontros e até postou fotos deles em seu perfil no Twitter (VEJA, nº27, 2010:66).

Veja diz que Lula teria cogitado a possibilidade de tirar licença para se dedicar integralmente à campanha. A idéia, segundo o texto, foi descartada porque, na avaliação do partido, o presidente, no cargo, poderia contribuir mais. Em seguida, para responder à pergunta do início da matéria - “É possível separar Luiz Inácio Lula da Silva do presidente da República?”-, o texto recorre ao cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília. E ele recomenda, em tom tachativo: "É impossível separar o Lula presidente do Lula militante político. O melhor que o Lula presidente poderia fazer seria impedir que o Lula militante interferisse no dia-a-dia do governo". (VEJA, nº27, 2010:66)

5.1.2 Um índio para o tucano

Nas páginas seguintes da mesma edição, a revista precisa explicar que Álvaro Dias não é mais o vice na chapa de José Serra. Convém ressaltar que Veja falou bastante em resgate da autoestima tucana, da união partidária em torno do nome de Serra, etc. No fim do trimestre anterior, a revista chegou a projetar o número de votos que Álvaro Dias poderia trazer a Serra no Estado do Paraná e o peso que este contingente poderia ter no processo eleitoral.

Fábio Portela escreve sobre Serra e o seu “novo” vice, em reportagem intitulada “A chapa do índio e do tucano” (VEJA, nº27, 2010:70). O texto volta a se valer de um eufemismo e mostra que, para evitar a “implosão” de sua aliança eleitoral, o candidato do PSDB precisou escolher o candidato Índio da Costa (DEM) como novo companheiro de chapa. Atribui-se a Serra, já na linha fina, a idéia de “voltar atrás”. Mas há também o argumento de uma suposta traição ao candidato do PSDB.



Figura 40 – Veja – A chapa do índio e do tucano

Segundo *Veja*, no final do mês de junho, Serra teria passado por momentos complicados. O candidato, de acordo com a revista, foi “vítima de uma traição” no Paraná e, por isso, teve de trocar o vice. Portela afirma que a trama começou no momento em que Serra decidiu ter como vice o senador Álvaro Dias, do PSDB daquele Estado. Por trás dessa escolha, de acordo com a reportagem, havia um acordo: o de que com Álvaro Dias na chapa presidencial, o irmão dele, o senador Osmar Dias, do PDT, desistiria da candidatura ao governo do Paraná e do apoio a Dilma Rousseff.

O repórter pondera que essa manobra deixaria a candidata Dilma “sem palanque” no Paraná. Segundo o repórter, já em tom analítico, parecia ser um “bom negócio”, pois o acordo poderia render a Serra pelo menos 1 milhão de votos a mais.

A reportagem também destaca que o DEM, o antigo PFL (grupo político formado por forças dissidentes da Arena e do PDS), teria se sentido preterido por ter ficado fora da chapa e exigido publicamente a troca de Dias por um vice ligado ao partido. A legenda teria ameaçado romper com Serra se ele não se curvasse a essa exigência.

Portela diz que o candidato do PSDB não queria voltar atrás na escolha e teria tentado convencer os aliados a manter Álvaro Dias como vice, mas eles não cederam.

O texto aponta que foi neste momento que Osmar Dias teria traído Serra e deixado o ex-

governador de São Paulo sem argumentos com o DEM.

De nariz torcido, os democratas começaram a preparar a bandeira branca, mas na noite de terça-feira tudo mudou. Osmar Dias, o irmão de Álvaro, traiu Serra. Depois de garantir ao tucano que não daria palanque ao PT, fechou um acordo com o "outro lado" e oficializou sua candidatura a governador, fazendo dobradinha com Dilma. Diante disso, Serra perdeu o argumento para manter Álvaro Dias na chapa. Analisou os nomes disponíveis do DEM, e trocou o vice (VEJA, nº27, 2010:70).

Veja finaliza a matéria, que não se aprofunda na dimensão dessa ameaça de debandada dos democratas caso o vice não fosse do partido, com um breve perfil do novo vice de José Serra, o deputado Antônio Pedro de Siqueira Índio da Costa, do Rio de Janeiro. As últimas linhas contradizem de forma contumaz tudo aquilo que a própria Veja vinha dizendo até então, em especial sobre a unidade no PSDB. O texto embute certa decepção em relação à coordenação política da campanha tucana.

Com 39 anos, Índio da Costa foi três vezes vereador e cumpre seu primeiro mandato na Câmara Federal. É pouco conhecido e tem um currículo modesto, no qual o maior brilho é o fato de, recentemente, ter sido relator da Lei Ficha Limpa, que proíbe políticos condenados por um colegiado de se candidatar. Índio da Costa não agrega votos, mas dá um tom de juventude à campanha. No fim, entre mortos e feridos, salvaram-se todos, mas ficou no ar a sensação de que a coordenação política da campanha do PSDB é bem mais frágil do que quer fazer crer a direção do partido. Se eles querem vencer a eleição, precisam parar com as trapalhadas já (VEJA, nº27, 2010:70).

5.2 As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá...

Com a manchete “A criatura contra-ataca” (VEJA, nº28, 2010: 65), Otávio Cabral assina a principal reportagem da Editoria Brasil na edição de 14 de julho (2173 – ano 43 – nº 28). A imagem de um “monstro” de cinco cabeças, explorada como destaque principal da capa, reúne cinco grandes temas selecionados pela publicação com conexão eleitoral, que vão do controle da imprensa à legalização do aborto, passando, por exemplo, pela revisão da Lei da Anistia. A revista afirma que Lula “domou” o monstro do radicalismo, fenômeno que desafia a candidata Dilma (VEJA, nº28, 2010: 1).



Figura 41 – Capa Veja de 14/07/2010 – O monstro do radicalismo

Na linha fina da matéria de miolo, o repórter acusa o programa do PT e lança uma pergunta. “O programa de governo do PT traz de volta a ameaça de censura à imprensa e reacende um debate: Dilma Rousseff conseguirá controlar os radicais de seu partido e domar o monstro do autoritarismo?” (VEJA, nº28, 2010: 65).



Figura 42 – Veja – A criatura contra-ataca

A conexão com o tema eleitoral é ostensiva. Desta vez, a revista traz um despertador, ao lado da linha fina já citada, que indica: “Eleições 2010 - Faltam 81 dias” (VEJA, nº28, 2010: 65).



Figura 43 – Veja – Relógio eleições 2010

O lide menciona que, no período de 81 dias, milhões de pessoas terão de decidir nas urnas o comando não só do país, mas os representantes de seus estados. Segundo o repórter, com a oficialização das candidaturas, a corrida eleitoral começou. O texto sugere que os eleitores avaliem cada programa.

Dentro de 81 dias, a contar da data de capa da presente edição de VEJA, 134 milhões de eleitores brasileiros vão às urnas escolher um novo presidente da República - e 27 governadores, 54 senadores, 513 deputados federais e 1059 deputados estaduais. A corrida aos cargos começou oficialmente na terça-feira passada com a aceitação dos registros provisórios dos candidatos pelos tribunais eleitorais do país. São apenas 81 dias - ou onze semanas - para cada um fazer a avaliação dos candidatos e entregar a alguns deles o comando da imensa, cara, poderosa e frequentemente insatisfatória máquina política brasileira (VEJA, nº28, 2010: 65).

Em seguida, Veja se apresenta como representante da sociedade e anuncia que vai contribuir com os eleitores. A matéria informa que, a partir desta data, reportagens com o propósito de “esclarecer tudo” sobre os candidatos serão publicadas. O tom remete muito mais a um editorial sobre o papel da imprensa (ou a uma Carta do Editor) como fórum público do que a uma reportagem.

VEJA fará sua parte nesse processo decisório, oferecendo amiúde até lá a seus leitores reportagens de capa, especiais, entrevistas e até edições extras, se necessárias, com o objetivo de escancarar o que os candidatos - principalmente à Presidência - pretendem esconder, iluminar o que querem manter sob sombras e contextualizar o que eles

esperariam ver esquecido por julgarem tratar-se de fatos isolados e sem significado (VEJA, nº28, 2010: 65).

A revista conduz a discussão sobre o programa de governo do PT e explica que o leitor vai encontrar quatro grandes reportagens sobre o tema nas páginas seguintes. A intenção: mostrar a atuação do partido até aquele momento e traçar um cenário caso ele seja mantido no comando com a eventual vitória de Dilma Rousseff. Cabral questiona a posição de Dilma em relação aos radicais. Segundo o texto, a candidata é desafiada pelo “monstro do atraso” que descreve com o suporte de uma série de adjetivos.

Afinal, Dilma Rousseff, se eleita, conseguirá repetir o feito de Lula e impedir que os radicais do PT transformem o Brasil em uma república socialista, de economia planejada e centralizada e sem garantias à liberdade de expressão? Lula teve de cortar a cabeça dessa hidra em diversas oportunidades. Em outras, ele alimentava o monstro no porão enquanto ameaçava deixá-lo à solta caso seus adversários não se comportassem. O episódio da semana passada mostra que Dilma está sendo desafiada pelo monstro do atraso com suas múltiplas cabeças ágrafas, ignorantes, passadistas e liberticidas (VEJA, nº28, 2010: 65).

No parágrafo seguinte, Veja garante que a segunda reportagem dessa série, publicada na mesma edição, é um convite à reflexão diante de “lacunas assustadoras”. Otávio Cabral opina sobre a política externa do governo federal em forma de pergunta.

A segunda reportagem é um convite à reflexão que também remete a lacunas assustadoras no programa de governo de Dilma, seja qual for a versão com que ela se apresentará ao distinto público: se eleita, ela dará continuidade à imoral política externa brasileira, baseada na subserviência às piores espécies de ditadores e assassinos em nome de "fazer negócios" com eles? (VEJA, nº28, 2010: 65;67).

O penúltimo texto menciona o relator do novo Código Florestal, o deputado Aldo Rebelo. A revista novamente expõe sua opinião em forma de pergunta.

A terceira reportagem mostra como se deveu à clarividência de um político, o comunista Aldo Rebelo, o bom resultado da nova lei ambiental brasileira, que - contrariamente ao desejo da liderança petista - em troca da moratória do desmatamento por cinco anos, tirou da ilegalidade centenas de milhares de famílias de agricultores que produzem a comida que alimenta o Brasil. Que garantias nos dá o programa - ou os programas da candidata petista - de que não se fará a lei retroagir para punir os agricultores brasileiros? (VEJA, nº28, 2010: 67).

O repórter destaca que a série eleitoral é encerrada com uma matéria sobre o tempo dos candidatos na televisão. Para a revista, a candidata Dilma Rousseff terá a chance de “aclarar

os pontos obscuros de seus programas e sua estratégia para conter a influência nefasta dos radicais do seu partido” (VEJA, nº28, 2010: 67). Segundo o texto, o PT teria surpreendido os brasileiros ao informar em um documento que pretendia insistir na implementação de teses radicais e autoritárias. De acordo com Cabral, houve uma repercussão negativa que levou o partido de Dilma a substituí-lo por um “mais ameno”, porém “não menos assustador”.

O texto, batizado como A Grande Transformação, trouxe de volta um conjunto de idéias conhecidas e já rechaçadas pela sociedade, como a tentativa de cercear a liberdade de imprensa, a descriminalização do aborto e o incentivo à invasão de propriedades rurais pelos sem-terra. Diante da repercussão negativa, o PT substituiu o documento por uma versão um pouco mais amena, mas nem por isso menos assustadora, o que suscitou uma série de dúvidas (VEJA, nº28, 2010: 67).

Em seguida, a matéria volta a questionar se o autoritarismo não estaria “rondando” a campanha da ex-ministra depois de não ter obtido espaço no governo Lula. Cabral afirma que, segundo os petistas, tudo não passou de um “erro grotesco, uma trapalhada” (VEJA, nº28, 2010: 67). Com este contexto, o jornalismo de Veja argumenta que, apesar da campanha de Dilma estar mais “estruturada”, com uma equipe reforçada por advogados, assessores, jornalistas, marqueteiros e políticos, teria ocorrido uma negligência do partido no momento de apresentar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o programa de governo. O grau de desorganização e improvisado, sugere o texto, foi tanto que...

Parece inacreditável, mas ninguém sabia onde estava o programa de governo da candidata. O advogado Sidney Neves, responsável pelo registro e preocupado com o prazo, disse que procurou pelo telefone uma funcionária administrativa do comitê, de quem nem sequer recorda o nome, e comunicou a ausência do documento. Minutos depois, a tal funcionária encaminhou um arquivo de computador pelo correio eletrônico, que foi impresso, assinado por Dilma Rousseff e apresentado ao TSE - mas não era o programa de governo. Também parece inverossímil que ninguém se tenha dado ao trabalho de ler o que estava escrito. "Juridicamente, o documento preenchia os requisitos do tribunal. Não sou político. Não tinha de analisar a essência do plano de governo", explica Neves (VEJA, nº28, 2010: 67).

Segundo a matéria, a candidata percebeu a falta do documento durante um evento. O arquivo entregue, na realidade, não era o original, e uma nova versão teria sido protocolada.

Oficialmente, Dilma Rousseff só tomou conhecimento do suposto erro depois das repercussões negativas, quando participava de um evento de campanha em São Paulo. De início, teria ficado furiosa, exigido punições e até levantando a hipótese de sabotagem interna de alas radicais do PT. Depois, descobriu-se que a culpa fora da tal funcionária que teria se confundido ao escolher o arquivo de computador a ser enviado. Em vez de encaminhar o programa de governo, mandou o programa do PT,

que, apesar de similar em muitos pontos, teoricamente nada tem a ver com a campanha. A nova versão foi protocolada no TSE com 21 modificações em relação à anterior. Foram suprimidas a polêmica sobre o aborto, a convivência com as invasões de terra e incluídos tópicos em defesa do agronegócio (VEJA, nº28, 2010: 67).

O texto ainda acusa militantes do PT, apesar dos protestos, de investir contra a liberdade de expressão. De acordo com Cabral, o programa definitivo, que servirá como um “guia programático” de um eventual governo Dilma, seguirá “flertando” com o autoritarismo. O repórter retoma etapas da vida da candidata do PT para validar sua opinião. Segundo Veja, há razões para crer que Dilma Rousseff, “apesar do passado de ex-guerrilheira comunista”, não irá concordar com as propostas radicais defendidas por segmentos do PT. O texto, no entanto, aponta que há motivos para desconfiança.

O documento enviado inicialmente ao TSE é o mesmo aprovado no Congresso Nacional do PT em fevereiro, que aclamou Dilma como candidata. A ex-ministra avalizou o programa naquilo que havia de mais retrógrado e radical. As propostas tiveram como fonte de inspiração o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado no fim do ano passado pelo governo Lula, também com a assinatura de Dilma, que na época era ministra da Casa Civil. Em todos esses documentos há uma forte defesa do controle da imprensa - uma obsessão de alguns petistas que não gostam de ser fiscalizados nem suportam ler (VEJA, nº28, 2010: 68).

Alguns setores estariam preocupados. A revista dá voz ao presidente da Abert que ratifica os riscos de consequências do controle da imprensa. “O controle social da mídia é um manto para que se intervenha e censure um veículo de comunicação”, diz Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão” (VEJA, nº28, 2010: 68).

O texto ainda afirma que a visão distorcida da sociedade, não apenas em relação à mídia, está presente em 79 itens do programa de governo de Dilma, que, segundo Otávio Cabral, teria tido como redator o assessor da Presidência, Marco Aurélio Garcia. Durante o governo Lula, diz Cabral, radicais foram “agraciados” com pequenos lotes de poder, mas estiveram longe do centro das decisões políticas e econômicas, tocadas com pragmatismo.

Veja então volta a questionar a inexperiência política de Dilma. Para a revista, a dúvida recai sobre a possibilidade de a ex-ministra manter longe os radicais. Para responder a essa questão, o repórter recorre a um outro cientista político que fala do noviciado dela.

A interrogação que aparece é se Dilma Rousseff, estreante em disputas eleitorais e neófita nos labirintos da política, conseguirá isolar os radicais de seu partido ou se tornará refém caso vença a eleição. "Lula dispõe de uma ascendência sobre todas as facções do PT que nenhum outro petista jamais será capaz de alcançar. Dilma nem

sequer sonha com isso. Se seu governo tiver a capacidade de apresentar resultados econômicos muito positivos, como o de Lula, é possível que ela consiga esticar a lua de mel com os diversos grupos. Se não conseguir, uma briga fratricida de consequências imprevisíveis poderá se instalar, adverte o cientista político Carlos Pio, da Universidade de Brasília (VEJA, nº28, 2010: 68).

Nas linhas finais, a reportagem informa que a coordenação da campanha estaria cercada de “moderados”, como Antonio Palocci, que, de acordo com o texto, teria sido o fiador da estabilidade econômica; Luiz Dulci, responsável pela relação amistosa com movimentos sociais, e o ex-prefeito Fernando Pimentel. Mas figuras “antagônicas” ainda estariam “circulando”, como o ministro Franklin Martins, apontado pela revista como defensor do controle da imprensa, o ministro Paulo Vannuchi, o mentor do Programa Nacional de Direitos Humanos, e Marco Aurélio Garcia. O texto resgata as desconfianças da sociedade e do sistema financeiro internacional no momento em que Lula despontou como favorito em 2002.

O chamado “risco Lula” provocou a desvalorização do real, a fuga de capitais, a instabilidade da economia, e só foi amenizado quando ele divulgou a Carta ao Povo Brasileiro, um compromisso formal de que, se eleito, cumpriria os contratos e manteria a estabilidade econômica. Para afastar definitivamente as desconfianças que ainda rondam sua candidatura, Dilma talvez tenha de seguir o exemplo de seu padrinho político, principalmente no que se refere aos princípios mais elementares de uma democracia (VEJA, nº28, 2010: 69).

5.2.1 Negócios e princípios: dualidade na política externa brasileira

Na reportagem “A força moral derrota a bajulação” (VEJA, nº28, 2010: 71), a Editoria Brasil conecta-se novamente a questões de política externa. A repórter Ana Cláudia Fonseca abre a notícia com a informação que a “diplomacia lulista justifica o apoio a ditadores com o lema 'negócios são negócios'. O cubano Fariñas prova que princípios são princípios” (VEJA, nº28, 2010: 71).



Figura 44 – Veja – A força moral derrota a bajulação

A matéria conta que o cubano Guillermo Fariñas teria encerrado uma greve de fome de 135 dias feita em protesto contra a repressão política em seu país. Segundo *Veja*, para o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim, “liberdade é um conceito relativo, cujo significado varia conforme a conveniência ideológica ou pessoal” (*VEJA*, nº28, 2010: 71).

Para a repórter, isso ficou claro na décima primeira viagem do presidente à África. Entre os países incluídos no roteiro de Lula estava a Guiné Equatorial, governada por Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, o “Canibal”, apresentado no texto como um dos mais “violentos” e “corruptos ditadores” do mundo.

Veja afirma que Lula e Obiang teriam posado para fotografias, participado de um banquete e feito discursos. A matéria destaca que no fim da visita os dois governantes teriam se comprometido a dar continuidade à “adesão aos princípios da democracia, ao respeito dos direitos humanos e ao estado de direito” (*VEJA*, nº28, 2010: 71).

Em seguida, a revista analisa o cenário e questiona quais os benefícios que relações como estas poderiam trazer ao Brasil. *Veja* cita o ministro Celso Amorim numa dualidade que envolve vício e virtude.

Os arquitetos da política externa petista são especialistas em atribuir expressões positivas a atitudes negativas. “Democracia”, por exemplo, significa uma coisa no Brasil e outra na Guiné Equatorial ou em Cuba. O que o Brasil ganha emprestando respeitabilidade a uma ditadura? O chanceler Celso Amorim ofereceu a seguinte justificativa para as mesuras: “Negócios são negócios”. Em seguida, chamou as críticas à diplomacia do governo Lula de “pregação moralista” - como se a defesa da coerência moral fosse um defeito, não uma virtude (*VEJA*, nº28, 2010: 71).

Para a repórter Ana Cláudia, Amorim teria sintetizado com “perfeição” a política externa do governo Lula. Ela apresenta novos argumentos e ofende Amorim com um aposto, nestes termos, raro em reportagens.

As declarações de Amorim, o imoral, resumem com perfeição a política externa lulista, em que os fins justificam os meios. Os fins serão analisados mais à frente. Quanto à validade dos meios, a melhor resposta foi dada pela diplomacia espanhola, na semana passada. Enquanto Lula e Amorim afaçavam tiranos na África, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, negociava com o ditador cubano Raúl Castro a libertação de 52 presos políticos. O cardeal Jaime Ortega, a maior autoridade da Igreja Católica em Cuba, também participou das conversas (VEJA, nº28, 2010: 71).

Os dissidentes cubanos estavam prestes a ser libertados e levados para o exílio. De acordo com o texto, todos faziam parte de um grupo de pessoas presas em 2003 pelo simples fato de discordarem do regime. A repórter confirma que a Espanha e Cuba possuem vínculos comerciais e, em seguida, argumenta.

A Espanha é o terceiro maior parceiro comercial de Cuba mas não precisa passar por cima de seus princípios morais para incrementar os negócios. Isso ficou evidente quando Orlando Zapata, um preso político cubano, morreu, em 23 de fevereiro passado, após uma greve de fome de 85 dias em protesto às condições desumanas na cadeia. No dia seguinte, o psicólogo Guillermo Fariñas parou de comer e disse que só voltaria a se alimentar quando o regime cubano libertasse pelo menos 26 prisioneiros de consciência (VEJA, nº28, 2010: 73).

Segundo o texto, que parece recomendar – às vezes em tom de sermão - quão coerente é a política externa espanhola em detrimento da incoerência da brasileira, o primeiro-ministro daquele país, José Luis Rodríguez Zapatero, teria criticado Castro ao declarar que todos deveriam exigir do regime cubano a liberdade dos presos e o respeito aos direitos humanos. A reportagem destaca ainda que o presidente Lula, que na ocasião fazia uma visita a Fidel Castro, em Cuba, teria apoiado a repressão ao reforçar o respeito a uma determinação da justiça e do governo cubanos. Em seguida, o texto afirma que o presidente comparou Fariñas e Zapata a criminosos brasileiros. Veja conclui então que a atitude do psicólogo cubano é uma “vitória”.

No fim, a força moral de Fariñas derrotou a bajulação de ditadores de Lula. Com seu protesto pacífico e heróico, o cubano conseguiu manter a atenção da comunidade internacional voltada para a violação de direitos humanos na ilha dos Castro. Ele quase morreu de inanição, mas venceu (VEJA, nº28, 2010: 73).

De acordo com a revista, o Itamaraty teria dito que a “adulação” a ditadores tinha como

objetivo aumentar as relações comerciais bilaterais. A repórter avalia que este é um benefício pequeno para tanto desgaste político. Em seguida, ela traça um perfil das negociações que o Brasil fez nos últimos anos com outros países e recorre a um cientista político de Brasília.

O aumento do comércio brasileiro com as ditaduras africanas visitadas por Lula desde 2005 fez a nossa participação nas exportações mundiais crescer 0,13% (incluindo na conta quanto se espera que os negócios com a Guiné Equatorial avancem). Em contrapartida, o governo Lula subtraiu 99,87% da riqueza moral do Brasil. Se o ganho comercial é tão irrisório, qual seria a verdadeira finalidade de se aproximar de ditadores? "Em sua meta de ocupar o palco global, o governo brasileiro busca o voto da África em fóruns mundiais", diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília (VEJA, nº28, 2010: 73).

Nas linhas finais, Veja ressalta que a estratégia não teria dado certo porque, embora o Brasil tenha conseguido votos africanos na briga para sediar a Olimpíada de 2016, não obteve apoio para eleger candidatos à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC) e à presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Veja especula até que Lula estaria de olho num emprego em alguma organização internacional assim que deixar o governo. A revista cita como fonte "círculos diplomáticos de Brasília".

Na última rodada de sanções ao Irã, no mês passado, Gabão, Nigéria e Uganda votaram contra a posição brasileira (favorável aos aiatolás) no Conselho de Segurança da ONU. Nos círculos diplomáticos de Brasília, há quem aposte que Lula esteja agora interessado em amealhar apoio de países pobres para conseguir um emprego em alguma organização internacional depois de deixar o governo, em janeiro de 2011. No lugar da improvável escolha para secretário-geral da ONU, Lula pode estar de olho em algo menos ambicioso, como a direção da Unesco ou o cargo de enviado especial das Nações Unidas à África. Seja qual for o objetivo, faria melhor à imagem de Lula e do Brasil buscá-lo sem parparicar ditadores (VEJA, nº28, 2010: 73).

5.2.2 O Código Florestal vira (um breve) tema da campanha

Na penúltima reportagem desta série, a revista apresenta aquele a quem chama, já em manchete, de "Um comunista de bom-senso" (VEJA, nº28, 2010: 74). O deputado Aldo Rebelo, relator do novo Código Florestal, é o protagonista do texto. A linha fina destaca que, enquanto o programa de governo de Dilma anunciava apoio ao MST, Rebelo mostrava "racionalidade" na questão da ocupação do solo.



Figura 45 – Veja – Um comunista de bom-senso

Segundo a matéria de Gabriela Carelli, o programa da candidata do PT teria deixado claro que dará proteção às invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Veja analisa o programa de governo de Dilma sob este prisma.

Em lugar de permitir que a Justiça decida sobre a reintegração de posse da terra invadida, ela propunha estabelecer uma etapa anterior, de audiência pública, igual à que foi retirada às pressas do Plano Nacional de Direitos Humanos. A expressão Sem Terra e a proposta de audiência pública para as invasões, presente no primeiro programa divulgado pelo PT, sumiram da segunda versão, mas não se deve duvidar de que a intenção permaneça a mesma (VEJA, nº28, 2010: 74).

Enquanto Dilma tentava contornar a situação, Aldo Rebelo, do PC do B, diz Veja, teria dado uma lição de racionalidade ao tratar das questões de ocupação da terra. De acordo com a repórter, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o nome do parlamentar para a relatoria do novo Código Florestal. A matéria indica que a aprovação do texto, ainda que em fase inicial e depois de um ano de discussão, teria mostrado que o bom senso pode vencer a “estreiteza ideológica” (VEJA, nº28, 2010: 74), na primeira tentativa “séria” de aprimorar a legislação ambiental brasileira.

Criado há quatro décadas e meia com o intuito de proteger a vegetação nativa, o Código Florestal, segundo a reportagem, teria passado por dezenas de modificações ao longo deste período. A repórter assegura que nenhuma delas soube conciliar o desenvolvimento econômico à preservação da natureza.

Em seguida, Gabriela Carelli destaca que o agronegócio é responsável por um terço do PIB e que aloca 38% da mão-de-obra do País. A repórter aponta cálculos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que mostram que, se o atual código fosse seguido à risca, haveria redução de 71 bilhões no faturamento do setor e até 5,7 milhões de empregos seriam extintos (VEJA, nº28, 2010: 75). A matéria descreve que os agricultores ainda teriam de abrir mão de 26% das áreas utilizadas para cultivo e criação de gado, hoje estimadas em 44% do território nacional.

Veja informa que um dos pontos mais críticos da legislação diz respeito à reserva legal porque o dono do imóvel rural é obrigado por lei a preservar percentuais de mata nativa. O texto indica que em 1998 uma medida provisória teria elevado esses percentuais, fixando-os em 80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% no restante do País.

Como a maioria das propriedades rurais do país já estava estabelecida na ocasião, a mudança jogou 90% dos agricultores e pecuaristas brasileiros na ilegalidade. A multa para quem está irregular é de 500 reais por dia, por hectare. Pelo novo código, o proprietário tem de preservar o percentual de reserva legal previsto em lei na época em que adquiriu a terra. Em contrapartida, tem anistia das multas, caso se comprometa a reflorestar a área desmatada (VEJA, nº28, 2010: 74).

Nas linhas finais, a reportagem defende que a reforma do Código Florestal tenta consertar outras incoerências da legislação vigente, como as regras para as áreas de preservação permanente, as chamadas APPs, que incluem várzeas, encostas e topos de morros.

5.2.3 Em nome do compromisso com a democracia

Com a manchete “Bem mais do que marketing” (VEJA, nº28, 2010: 76), a editoria Brasil fecha o seu espaço nesta edição com uma matéria sobre a propaganda eleitoral, mas com destaque para os candidatos a presidente. Fábio Portela afirma que o foco dos candidatos deve ser a democracia. “É o que se espera da propaganda eleitoral dos candidatos em geral, mas principalmente daqueles à Presidência da República. Em seus planos de governo, o compromisso com a democracia deve pairar acima de tudo” (VEJA, nº28, 2010: 76).

BEM MAIS DO QUE MARKETING

É o que se espera da propaganda eleitoral dos candidatos em geral, mas principalmente daqueles à Presidência da República. Em seus planos de governo, o compromisso com a democracia deve pairar acima de tudo

FABIO PORTELA

O Brasil tem 134 milhões de eleitores, espalhados por uma área superior a 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Para um político conseguir falar de forma rápida e direta com esse mandarêu de gente, só há uma ferramenta realmente eficaz: a televisão. É para esse veículo de comunicação que estão voltadas neste momento todas as atenções dos candidatos à Presidência da República. Quem é percebido na TV de maneira positiva tende a ver subir seus índices de votação — é quase uma relação mecânica de causa e efeito. Na semana passada, com o registro oficial das candidaturas na Justiça Eleitoral, determinou-se, enfim, o tempo que cada candidato terá no horário eleitoral gratuito. Todo partido tem

direito a uma parcela de tempo, calculada de acordo com sua bancada na Câmara. Quanto maior a bancada, maior o tempo. O candidato que consegue atrair partidos grandes para sua coligação aumenta sua fatia no bolo. A situação ficou desenhada da seguinte maneira: Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, vão ocupar juntos mais de 70% do horário político deste ano, pois suas coligações partidárias são mais amplas. Marina terá praticamente o mesmo tempo de rádio e TV que os candidatos nanicos. Será uma boa oportunidade para os candidatos irem além do marketing puro e simples e exporem seus planos de governo. No caso de Dilma, espe-

ra-se que ela esclareça se quem mandará em seu governo serão os radicais do PT, como faz supor o programa político criado de terno ideológicos liberticidas entregue à Justiça Eleitoral (veja a reportagem que começa na pág. 65). Com base em pesquisas realizadas nas últimas eleições, é possível afirmar que, por terem muito mais tempo que os outros, Dilma e Serra serão imediatamente identificados pelos eleitores mais simples, que vivem em locais afastados, como os mais fortes e preparados para governar o país. Marina e os nanicos deverão ficar escansea-

O PALANQUE NA TV...

Dilma Rousseff e José Serra vão dominar amplamente o horário político deste ano, pois suas coligações partidárias são mais amplas. Marina terá praticamente o mesmo tempo de rádio e TV que os candidatos nanicos

...E OS PALANQUES NOS ESTADOS

Já estão definidas também as disputas estaduais. Ter bons candidatos a governador pode ajudar Serra e Dilma a aumentar sua exposição em comícios e telejornais e, assim, elevar suas votações

O TEMPO NO HORÁRIO POLÍTICO PRESIDENCIAL

(em cada bloco de 25 minutos, que irá ao ar duas vezes por dia, três dias por semana)



NÚMERO DE INSERÇÕES BUENAS, NO RÁDIO E NA TV*

As inserções são veiculadas como anúncios, nos intervalos comerciais das emissoras. Os marqueteiros as consideram cruciais, porque atingem todos os eleitores, mesmo os que evitam assistir ao horário político

| | |
|---------------|----|
| Dilma | 10 |
| Serra | 7 |
| Marina | 1 |
| Plínio | 1 |
| Rui Pimenta | 1 |
| Zé Maria | 1 |
| Ivan Pinheiro | 1 |
| Eymael | 1 |
| Levy Fidelix | 1 |

*Calculado com base em inserções de 15 segundos

Figura 46 – Veja – Bem mais do que marketing

O lide traz a informação de que a TV será o veículo que mais ajudará os candidatos na divulgação de seus programas eleitorais. Para a revista, este meio será uma boa oportunidade para que os candidatos avancem além do marketing.

O Brasil tem 134 milhões de eleitores, espalhados por uma área superior a 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Para um político conseguir falar de forma rápida e direta com esse mandarêu de gente, só há uma ferramenta realmente eficaz: a televisão. É para esse veículo de comunicação que estão voltadas neste momento todas as atenções dos candidatos à Presidência da República. Quem é percebido na TV de maneira positiva tende a ver subir seus índices de votação - é quase uma relação mecânica de causa e efeito (VEJA, nº28, 2010: 76).

A matéria mostra que após o registro oficial das candidaturas, o próximo passo foi determinar o tempo que cada candidato terá no horário eleitoral gratuito. Portela informa que todos os partidos terão direito a uma parcela de tempo, calculada de acordo com sua bancada na Câmara, ou seja, quanto maior a bancada, maior o tempo.

Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, vão ocupar juntos mais de 70% do horário político. Concentrarão, também, as inserções comerciais, que entram no ar nos intervalos da programação das TVs, como se fossem anúncios. Atrás dos dois - e bem atrás - aparece a senadora Marina Silva, do PV, seguida de perto por uma lista de nanicos (VEJA, nº28, 2010: 76).

Veja não hesita em expor a sua opinião em relação ao programa de governo que a candidata do PT vai apresentar na TV. “No caso de Dilma, espera-se que ela esclareça se

quem mandará em seu governo serão os radicais do PT, como faz supor o programa político eivado de itens ideológicos liberticidas entregue à Justiça Eleitoral”.(VEJA, nº28, 2010: 76) Portela cita uma pesquisa (sem mencionar qual o instituto que a fez) para validar o argumento de que candidatos com mais tempo de programa na televisão conseguem ser reconhecidos por pessoas que não estão nos centros urbanos.

Com base em pesquisas realizadas nas últimas eleições, é possível afirmar que, por terem muito mais tempo que os outros, Dilma e Serra serão imediatamente identificados pelos eleitores mais simples, que vivem em locais afastados, como os mais fortes e preparados para governar o país (VEJA, nº28, 2010: 76).

A reportagem afirma que a candidata do PV, a senadora Marina Silva, e os “nanicos” deverão ficar “escanteados”, ou seja, sem tempo suficiente para expor idéias. Para Veja, o início do horário eleitoral vai “polarizar” ainda mais a disputa entre o PT e o PSDB. O repórter afirma que Dilma terá cerca de três minutos a mais do que Serra. Em seguida, argumenta que este tempo a mais pode ser uma vantagem para a ex-ministra, mas não o suficiente para garantir que ela conseguirá tirar melhor proveito que o candidato do PSDB.

A revista relembra que o presidente Lula não teve o maior tempo no horário eleitoral em pleitos anteriores e, ainda assim, venceu duas delas. Portela diz que tão essencial quanto ter um tempo razoável para expor as propostas é saber como transmiti-las aos eleitores.

Em relação ao tom (dos programas de TV), o texto destaca que as estratégias de Serra e de Dilma devem ser bem definidas e “opostas”. Neste sentido, Veja resgata um tema já discutido em edições anteriores: a inexperiência da candidata do PT. Isso permite à revista concluir que Serra tem “mais currículo”.

O comando da campanha petista usará seu horário na TV para associar ainda mais a imagem de Dilma à de Lula e, desse modo, extrair o máximo da popularidade do atual presidente. Já os responsáveis pela campanha de Serra têm a missão de tirar Lula da ribalta e fazer a campanha girar em torno da comparação de Serra com Dilma - que, afinal de contas, é a candidata real. Acreditam que aí levarão vantagem, pois o currículo do tucano é muito mais completo que o da petista (VEJA, nº28, 2010: 78).

O repórter considera que a TV será um “palanque” essencial, mas que, além disso, o que vai “alavancar” determinada candidatura serão os “aliados”.

Ter aliados fortes nas diversas unidades da federação vitamina os comícios, porque atrai mais eleitores. Aparecer ao lado de um líder político prestigiado nos telejornais locais ajuda, ainda, a cativar simpatias. Assim como nas últimas pesquisas, Dilma e Serra também estão praticamente empatados nesse aspecto (VEJA, nº28, 2010: 76).

A matéria pontua que, além da definição do tempo dos candidatos no horário eleitoral, há uma outra questão legal: a declaração de bens de todos os políticos que vão concorrer nas eleições. Muitos candidatos afirmaram guardar somas grandes em dinheiro.

Dilma, por exemplo, diz ter 113 000 reais "em espécie". Descobriu-se também quem são os candidatos mais ricos do país. Como já era esperado, a lista é encabeçada pelo empresário Guilherme Leal, dono da Natura, candidato a vice presidente da República na chapa de Marina Silva, com um patrimônio declarado de 1,2 bilhão de reais (VEJA, nº28, 2010: 76).

Na última página, Veja complementa a cobertura sobre este tema com um desdobramento intitulado “Ataque ao vice verde” (VEJA, nº28, 2010: 76). O texto sugere que “a campanha de tintas ecológicas de Marina Silva sofreu um ataque na semana passada” (VEJA, nº28, 2010: 76).



Figura 47 – Veja – Ataque ao vice verde

De acordo com informações publicadas nesta edição, o candidato a vice de Marina, o empresário Guilherme Leal, teria sido acusado de devastar árvores da Mata Atlântica em sua propriedade de veraneio no sul da Bahia. Veja diz que militantes do PV teriam ficado “arrepiaados”. Segundo o repórter, Leal, ao se defender, disse ser vítima de uma acusação infundada. De qualquer forma, na foto em que o vice aparece ao lado da senadora, a legenda é: “Um bilionário em campanha: Leal, o vice de Marina, é o mais rico da eleição” (VEJA, nº28, 2010: 76).

Um detalhe. Este complemento termina com outra acusação e com uma ilação ao usar “\$” com conotação pouco subliminar: “pessoas próximas ao empresário afirmam que foram petistas interessado\$ na construção do Porto Sul que tentaram devastar a credibilidade do vice

de Marina” (VEJA, nº28, 2010: 76).

5.3 A ética da contravenção

O repórter Otávio Cabral, na edição de 21 de julho (nº 2174 - ano 43 - nº 29), retoma a questão do uso da máquina pública na campanha. Veja traz uma foto de Lula com uma coroa e a manchete: “Meu reino (e as leis) por minha sucessora”. (VEJA, nº29, 2010: 66) O tom é bem diferente da cobertura que envolvia a idéia de presidente em horário comercial e cabo eleitoral à noite e nos fins de semana. A revista parte para uma abordagem mais agressiva nesta reportagem.

Cabral destaca que o presidente ignorou as seis multas aplicadas pela Justiça Eleitoral e insiste no uso da máquina do governo para tentar eleger sua candidata. A revista aponta que Lula “lega ao país uma ética da contravenção e que não faltam subordinados nem políticos a mimetizá-lo” (VEJA, nº29, 2010: 67).



Figura 48 – Veja – Meu Reino (e as leis) por minha sucessora

No lide, Veja declara que os princípios de Lula parecem inspirados numa interpretação completamente distorcida da obra de um filósofo alemão e que seus nomes, em tese, jamais poderiam ser citados num mesmo período.

Emmanuel Kant e Luiz Inácio Lula da Silva não deveriam ser citados numa mesma frase. Mas o princípio universal básico do filósofo alemão morto em 1804 é de tal

forma adequado aos tempos em que vivemos no Brasil que isso se torna justificável. Escreveu Kant em *Metafísicas da Ética*: "Aja sempre de acordo com regras que você gostaria de ver todas as pessoas racionais seguindo como se fossem leis universais" (VEJA, nº29, 2010: 67).

Veja argumenta que Lula incorre exatamente nisso, mas de maneira “radicalmente” oposta ao que preconiza a moral de Kant. É o atalho para que os velhos preconceitos, alguns bastante ofensivos, sejam sumariamente reeditados.

A cinco meses de deixar o cargo, Lula pode ser considerado o presidente brasileiro que mais desafiou leis impunemente no exercício do mandato e quem mais bravateou contra o Judiciário e fez proselitismo contra a legislação do país. A sua regra foi seguida por muitos abaixo dele na hierarquia. A desobediência lulista inclui as leis gramaticais e as naturais, com a subversão da geografia (o Mar Morto fica na Europa) e da física (a poluição dos países ricos chega até nós porque a Terra é redonda) (VEJA, nº29, 2010: 67).

Segundo a matéria, o presidente atropelou o princípio da “não intervenção” externa da Constituição (artigo 4º) ao se aliar ao venezuelano Hugo Chávez para tentar desestabilizar o governo de Honduras, ato que, segundo a interpretação de Veja, teria ferido também a Convenção de Viena, cujo texto veta ao corpo diplomático de um país “imiscuir-se em assuntos internos” de outro.

Ao agir por bandeiras, e não por princípios, Lula foi proativo adversário dos direitos humanos. Ele concedeu status de refugiado ao terrorista comunista italiano Cesare Battisti, mas mandou prender e devolver à ditadura castrista os boxeadores cubanos que tentaram se refugiar do comunismo no Brasil. Ainda em relação à ilha do Caribe, tachou de "criminosos comuns" os presos políticos em greve de fome cuja luta heróica e libertária seria reconhecida internacionalmente mais tarde por ação da Espanha e do Vaticano, graças a quem 52 deles foram libertados. Se dependesse de Lula, eles estariam ainda mofando nas prisões castristas e muitos teriam tido o mesmo destino do operário Orlando Zapata, morto depois de 85 dias de greve de fome (VEJA, nº29, 2010: 67).

Nas linhas finais, o repórter afirma que, com “o exemplo vindo de cima”, os auxiliares de Lula estariam “nadando de braçadas no mar das ilegalidades ao quebrar o sigilo de adversários políticos” (VEJA, nº29, 2010: 67). Segundo a revista, o sigilo fiscal teria sido devassado com ajuda de funcionários da Receita Federal. O texto ratifica que as informações foram repassadas à campanha de Dilma Rousseff. Em seguida, Veja opina e conecta a prática do mensalão a um “relativismo ético”.

É desrespeito à legislação, que prevê a inviolabilidade de dados e estabelece a liturgia com que eles devem ser tratados por funcionários públicos. A marcha da insensatez

vem desde o episódio do mensalão, no começo de seu governo, quando Lula se refugiou no relativismo ético para escapar das consequências do escândalo de uso de dinheiro sujo na sua campanha. Nos últimos meses, Lula tem se concentrado em zombar da Lei Eleitoral brasileira. O presidente já recebeu seis multas da Justiça Eleitoral por fazer campanha antecipada para Dilma Rousseff (VEJA, nº29, 2010: 67).

5.3.1 A chantagem do pseudo-homem-bomba

Daniel Pereira assina a segunda reportagem da Editoria Brasil, “O homem que se diz uma bomba” (VEJA, nº29, 2010: 68;69). De acordo com o repórter, Demetrius Felinto, um ex-funcionário do Palácio do Planalto, afirmou que o governo teria escondido imagens das câmeras de segurança que poderiam comprometer a candidata do PT.



Figura 49 – Veja – O homem que se diz uma bomba

Veja argumenta que, há meses, Felinto, que é técnico de informática, mantinha contato com autoridades do governo e com o comitê de Dilma. Segundo o repórter, o técnico tinha o intuito de oferecer os serviços de revelar (ou não) “histórias explosivas”.

A revista descreve que Demetrius disse que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República escondeu imagens que poderiam comprovar controvérsias na reunião entre a ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira, e a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Na ocasião, Dilma pressionou a secretária a encerrar uma investigação do Fisco sobre a família do presidente do Congresso, o senador José Sarney. Para o repórter Daniel Pereira, se confirmado, este seria um crime grave praticado pela candidata do PT.

Segundo o texto, a ex-ministra negou a existência do encontro, enquanto Lina o confirmou. Como não houve testemunhas, a única maneira de esclarecer o fato seria recorrer às imagens do circuito interno de TV do Palácio do Planalto, mas Pereira diz que o serviço de segurança da Presidência informou que as fitas haviam sido apagadas. O repórter explica que o caso teria sido encerrado diante da impossibilidade de provar quem realmente falava a verdade.

De acordo com o texto, responsável pelo sistema de câmeras do Palácio do Planalto até meados do ano anterior (2009), Demetrius Felinto teria garantido a existência das imagens.

Ele mesmo teria feito uma cópia de segurança dos arquivos e guardado o material em um computador instalado no Palácio do Planalto. O vídeo mostraria, com data, hora e local, o que há quase dois anos Dilma Rousseff estava tentando esconder: o momento exato em que Lina Vieira chega ao Palácio, dirige-se ao 4º andar, entra no gabinete da ministra, onde permanece por algum tempo, e, depois, faz o caminho de volta (VEJA, nº29, 2010: 69).

Segundo o repórter, o Gabinete de Segurança Institucional assegurou que o sistema mantém as imagens gravadas por apenas 30 dias e que, por isso, seria impossível resgatar gravações do dia da suposta reunião. A revista afirma que o técnico de informática desmente essa versão. "‘Isso não é verdade’, garantiu Demetrius Felinto em entrevista a VEJA. ‘O vídeo gravado está no Palácio do Planalto. Ele mostra que a ex-secretária esteve lá na Casa Civil’" (VEJA, nº29, 2010: 69).

Veja considera que este homem, uma “bomba prestes a explodir” (VEJA, nº29, 2010: 69), teria exigido compensações tanto para contar ou omitir o que sabe.

VEJA manteve quatro contatos com o técnico de informática. No primeiro, em 12 de maio passado, ele pediu a uma amiga, a psicóloga Marizia Bonifácio, que ligasse para a redação da revista, em São Paulo. Forneceu sua identidade, detalhes do trabalho que exercia no Palácio do Planalto e disse que tinha o vídeo mostrando o exato momento em que Lina Vieira entrava e saía do gabinete da ministra Dilma Rousseff. Demetrius também contou que, por saber demais, estava sendo perseguido e "tinha medo de ser morto pelo PT". Por fim, queria saber quanto a revista pagaria pela história. (VEJA, nº29, 2010: 69).

Daniel Pereira afirma que, ao ser informado que Veja “não compra informação”, o técnico teria pedido um tempo para pensar sobre a possibilidade de conceder uma entrevista. O repórter conta que, dias depois, Felinto havia mudado a proposta e tentava um emprego no comitê de Dilma.

Comprometendo-se a manter silêncio sobre o que diz saber, Demetrius pediu um emprego. Uma funcionária do comitê solicitou a ele que enviasse seus dados pelo correio eletrônico. Demetrius, que estava desempregado havia oito meses, foi

contatado cinco dias depois por uma empresa prestadora de serviços ao Senado. A partir daí, o técnico de informática desapareceu. (VEJA, nº29, 2010: 69).

O texto descreve que Veja conseguiu contato telefônico com ele em 23 de junho. Segundo a matéria, Demetrius concordou em falar tudo o que sabia, mas o ex-funcionário do Palácio do Planalto, durante a conversa pelo telefone, mostrou-se inseguro.

“Queria contar tudo, mas tenho muito medo. Medo de não conseguir mais emprego. Medo de acontecer alguma coisa mais grave comigo”. Dez minutos depois, Demetrius ligou de outro aparelho, explicando que aquele número era mais seguro. A conversa, dessa vez, durou dezesseis minutos e 54 segundos (VEJA, nº29, 2010: 69).

Felinto confirmou na entrevista que mantinha uma cópia do vídeo para se resguardar. “Está num computador dentro do próprio Planalto. Tenho acesso a ele na hora que quiser” (VEJA, nº29, 2010: 69). Pereira conta também que Demetrius teria deixado o Palácio do Planalto depois do suposto encontro entre Lina Vieira e Dilma Rousseff. O técnico foi “contratado por uma empresa terceirizada, a Telemática”. (VEJA, nº29, 2010: 70) A reportagem diz que Demetrius, após o escândalo, foi orientado a “se esconder no Rio de Janeiro. Oficialmente, estava fazendo um curso” (VEJA, nº29, 2010: 70).

Ex-funcionário da extinta Siderbrás, Demetrius conta que, para manter o silêncio sobre as fitas, recebeu a garantia de que quando retornasse do "curso" seria contratado pelo governo. “Ele ficou trancado em um hotel durante um mês, sendo pressionado para ficar calado e esperando que resolvessem sua questão funcional. Mas nada disso aconteceu”, confirma a psicóloga Marízia Bonifácio (VEJA, nº29, 2010: 70).

Segundo Marízia, que é amiga do técnico, Demetrius recorreu a vários senadores na tentativa de falar o que sabia, mas em troca de “compensações”. O repórter relata que Felinto teria enviado, no final de 2009, uma mensagem pela internet a vários parlamentares. Segundo Veja, um “circo” foi montado.

Em 23 de dezembro do ano passado, o técnico encaminhou um e-mail a vários parlamentares no qual diz que a Telemática “armou um circo” com a Casa Civil para convencer a opinião pública de que as imagens haviam sido de fato apagadas. “Sob a promessa de fazer a minha reintegração no governo federal, tentaram me calar. Hoje, estou disposto a contar tudo o que sei, inclusive com provas, para que não seja mais um escândalo que possa ficar impune”, escreveu no texto. (VEJA, nº29, 2010: 71).

A mensagem teria sido divulgada pelo senador Álvaro Dias – curiosamente o mesmo parlamentar que estava no centro do tabuleiro por ter sido, por alguns poucos dias, o vice na chapa de José Serra. Demetrius ficou assustado e, por isso, teria negado à Polícia Legislativa

do Senado a autoria do e-mail. Nas linhas finais, Pereira recorre a uma consultora jurídica que afirma que o técnico foi desligado por ter concluído o serviço para o qual fora contratado e que essa não era a primeira vez que Felinto tentava “chantagear” a empresa.

Consultora jurídica da Telemática, a advogada Norma Novaes disse que Demetrius deixou a empresa porque os trabalhos no Planalto haviam sido concluídos e confirmou que os contratos exigem sigilo das partes envolvidas, o que a impediria de comentar a polêmica sobre o destino das imagens captadas. "Já houve no passado uma tentativa dele (Demetrius) de chantagear a empresa", disse a representante da Telemática. (VEJA, nº29, 2010: 71).

5.4 “Todo dia era dia de Índio”

Assinada por Duda Teixeira, a última reportagem da Editoria Brasil no mês de julho (nº 2175 - ano 43 - nº 30) traz a manchete “Índio acertou o alvo” (VEJA, nº30, 2010:74;75). A idéia de um vice “bom de briga” mereceu até sub-destaque de capa. E, mais uma vez, a cobertura em tom de denúncia.



Figura 50 –Capa de Veja de 28/07/2010- Perdão



Figura 51 – Sub-destaque de Capa de Veja de 28/07/010

A revista publica uma foto praticamente de página inteira do vice de Serra e trata da suposta ligação de militantes petistas com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc. Apesar de mencionar “afobação de iniciante”, a linha fina dá razão ao companheiro

de chapa do candidato do PSDB. “O episódio foi uma afobação de iniciante, mas o vice de José Serra está correto em se espantar com a ligação de membros do PT com as Farc e seus narcoterroristas” (VEJA, nº30, 2010:75).



Figura 52 – Veja – Indio acertou o alvo

Segundo Veja, em depoimento gravado em vídeo e divulgado no site do PSDB, Indio da Costa teria dito que todos já sabiam da ligação do PT com as Farc e com o narcotráfico. Teixeira esclarece que a declaração do vice de Serra foi considerada um insulto ao partido e a seus eleitores.

Já no lide o repórter conta que o presidente do Partido dos Trabalhadores, José Eduardo Dutra, teria chamado Indio da Costa de “desqualificado e medíocre” (VEJA, nº30, 2010: 75). O PT entrou com uma ação por crime contra a honra, danos morais e ganhou direito de resposta na Justiça Eleitoral.

O texto reforça a acusação do vice de José Serra. O próprio candidato tucano teria questionado a posição do partido de Lula diante da contundência das afirmações de seu vice. ““Algum petista, inclusive a Dilma, explicou por que o PT é ligado às Farc, ou negou isso?”, perguntou o candidato tucano José Serra, dando contornos mais reais à acusação de seu vice” (VEJA, nº30, 2010: 75). Veja acusa o PT de ter “vínculos históricos e inegáveis” com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, grupo no qual as pretensões políticas sucumbiram ao “banditismo puro”.

Há duas décadas, o PT mantém vínculos ora escancarados, ora dissimulados com as Farc. Quando foram fundadas em 1964, as Farc eram um grupo guerrilheiro de inspiração guevarista cujo objetivo era derrubar o governo colombiano e instalar uma

ditadura comunista. Desde os anos 80, as pretensões políticas deram lugar ao banditismo puro e simples. Os membros das Farc entraram no negócio da cocaína, da extorsão mediante seqüestro e da venda de armas a criminosos brasileiros. Muitos petistas condenam o que chamam de “opção arma das Farc”, mas, quando se veem diante de um guerrilheiro fardado sentem um chamado vindo do fundo do coração (VEJA, nº30, 2010: 75;76).

De acordo com a publicação da Editora Abril, o senador Eduardo Suplicy teria dito que as Farc, em síntese, propõem uma sociedade mais “igualitária”. Para o repórter, essa idéia, sem vínculo com a realidade, levou militantes petistas a organizar palestras de “terroristas” no Brasil. A iniciativa teria beneficiado membros das Farc com extradições e até empregos. A matéria aponta que o vínculo entre o PT e as Farc teria surgido na mesma época que o Foro de São Paulo foi criado pelo atual presidente.

A afinidade entre PT e Farc foi oficializada em 1990, quando Lula fundou o Foro de São Paulo e convidou diversos movimentos de esquerda da América Latina, incluindo as Farc, para debater o futuro do socialismo, que naquele momento sucumbia na Europa. Os encontros do Foro de São Paulo ocorrem a cada um ou dois anos. (VEJA, nº30, 2010:76).

Duda Teixeira afirma que em 2002, ano em que Lula venceu a disputa presidencial, as alas do PT passaram a evitar publicamente as Farc. O repórter relembra que documentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), revelados por uma reportagem de Veja de 2005 (nº 1896 - ano 38 - nº 11), teriam mostrado que, em 2002, o ex-padre colombiano Olivério Medina teria participado de um churrasco em Brasília e prometido 5 milhões de dólares para ajudar na campanha.



Figura 53 – Veja – Capa de Veja de 2005 Tentáculos das Farc

Figura 54 – Veja – Laços explosivos



Figura 55 – Veja – Arquivos vivos

Segundo a revista, com o PT no poder, o episódio foi esquecido e a investigação suspensa. A matéria informa que Medina teria sido reconhecido pelo PT como o “embaixador das Farc no Brasil”, mesmo tendo sido acusado de comandar quatro ações do grupo na Colômbia nas quais 95 militares morreram e mais de 100 pessoas foram sequestradas.



Figura 56 – Veja – Medina - embaixador das Farc no Brasil

LIVRE PARA AGIR *Acima, Medina em Foz do Iguaçu, ao ser preso pela primeira vez, a pedido da Colômbia, em 2000. Abaixo, sua turminha das Farc*



Figura 57 – Veja – Livre para agir

Nas linhas finais da reportagem de quatro páginas, Veja descreve que Medina foi preso pela Polícia Federal em 2005 e conseguiu status de refugiado no Brasil. A revista afirma que,

para isso, ele teria contado com a ajuda de membros do PT. Duda Teixeira aponta que arquivos descobertos no computador do comandante das Farc Raúl Reyes, morto pelo Exército colombiano no Equador em 2008, expuseram várias mensagens trocadas por Medina e outros “narcoterroristas”, nos quais estão inclusos “petistas e ex-petistas” (VEJA, nº30, 2010:77).

5.4.1 Um Índio de perfil

A segunda reportagem da Editoria Brasil na edição de 28 de julho é assinada por Fábio Portela e intitulada “Um vice do barulho” (VEJA, nº30, 2010:78). O repórter dedica o espaço para falar de Índio da Costa, o vice de Serra que nas páginas anteriores fez graves acusações vinculando o PT às Farc. Segundo a linha fina, o candidato do DEM foi DJ quando jovem e colecionador de discos. “Na juventude, Índio da Costa, dono de uma coleção de 10 000 discos, foi DJ. Hoje, na chapa do tucano José Serra, ele toca a buzina nos ouvidos do PT” (VEJA, nº30, 2010:78).



Figura 58 – Veja – Um vice do barulho

A revista, logo no lide, diz que o vice de Serra já pode ser apontado como “campeão” e isso independe do resultado das urnas. Para o repórter, o ex-DJ, antes conhecido apenas em um estado brasileiro, hoje conquistou destaque em debates no país.

Ainda faltam mais de dois meses para a eleição, mas Antonio Pedro Índio da Costa já pode se considerar o primeiro vitorioso da disputa. Qualquer que seja o resultado das

urnas, esse carioca de 39 anos sairá da campanha maior do que quando entrou. Até o mês passado, sua notoriedade se restringia ao Rio de Janeiro. Hoje, candidato a vice na chapa do tucano José Serra, tornou-se um dos protagonistas do debate político no país - arena na qual estreou ao apontar as conexões entre o PT e os narcoguerrilheiros das Farc (VEJA, nº30, 2010:78).

Veja relata que a vida de Índio mudou durante um almoço com correligionários de seu partido. De acordo com Portela, neste dia, o vice de Serra teria recebido uma ligação do presidente do DEM.

Enquanto se preparava para o almoço, Índio recebeu um telefonema. “Vi no identificador de chamadas o nome do Rodrigo Maia, presidente do meu partido. Atendi, e ele foi direto: Índio, o Serra quer você como vice. Você aceitaria?. Disse na hora que sim, mas fiquei tão surpreso que nem consegui almoçar” (VEJA, nº30, 2010:78).

A reportagem explica que o candidato a vice é um “legítimo representante” da Zona Sul carioca. "Sempre morei entre Ipanema, Copacabana e Gávea", conta Índio (VEJA, nº30, 2010:78). Nas próximas linhas, a revista faz um breve resumo da família de Índio da Costa e de sua trajetória como DJ, enaltecendo-o.

O pai, Luiz Eduardo, é um dos mais renomados arquitetos do país. O tio, Luiz Felipe, é dono do Banco Cruzeiro do Sul, um gigante de 7 bilhões de reais em ativos. Na juventude, não pensava em ser político. Entre os 13 e os 22 anos, sua grande paixão era trabalhar como DJ. Tocava em festas na casa de amigos – “Sucessos da disco music dos anos 70”. Quando começou, cobrava 10 dólares. Em pouco tempo, seu cachê chegou a 1000 dólares por apresentação. “Eu tinha um toca-discos MK2, da Technics, e usava dez caixas de som feitas sob encomenda. O som era perfeito.” Além das baladas no Rio, fez festas em São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Miami. "Um dos amigos de meu pai tinha uma compulsão para comprar discos. Formou uma coleção imensa, com 10.000 LPs. Um dia, mudou-se para os Estados Unidos e me deu todos os discos de presente. Era um verdadeiro tesouro (VEJA, nº30, 2010:78)

A matéria ainda conta que a vontade do candidato do DEM de entrar para a política só surgiu nos anos 90, período em que cursava Direito na Universidade Candido Mendes. Segundo o texto, em 1992, Índio teria assistido na faculdade a uma palestra de Cesar Maia, que se preparava para disputar a prefeitura do Rio.

O Cesar deu um show. Falou sobre seu projeto de construir a Linha Amarela e melhorar o trânsito na cidade. Fiquei encantado’. Ao final da apresentação, um colega disse a Índio que Maia estava recrutando ‘jovens inteligentes para participar da campanha (VEJA, nº30, 2010:78).

Após este evento, o vice de Serra passou a frequentar reuniões políticas organizadas por simpatizantes do candidato Cesar Maia. O texto indica que Índio teria se destacado na

campanha por seu trabalho, mas também pelo envolvimento com a filha de Maia.

Indio se destacou na campanha por sua capacidade de trabalho - e também por ter passado a namorar a filha de Cesar Maia, Daniela. No fim da eleição, as urnas deram a vitória ao grupo, e Indio ganhou o cargo de "prefeitinho" do Aterro do Flamengo. A relação com Daniela, no entanto, esfriou. Eles chegaram a marcar casamento, mas voltaram atrás. Em 2003, casou-se com Olivia, uma espanhola que conheceu em Paris. Tiveram uma filha, Sofia, mas o casamento acabou em 2005. Foi eleito três vezes vereador, trabalhou como secretário de Administração da prefeitura do Rio e, em 2006, chegou a deputado federal (VEJA, nº30, 2010:79).

Veja afirma que a indicação de Indio para vice já teria rendido frutos ao PSDB. O presságio de uma crise que impõe a troca de um vice, cenário que demonstra por si só algum descompasso nos acordos costurados para compor a chapa, ganha conotação de “injeção de ânimo”, de apelo jovem de alguém que é bom de briga. “Em pouco tempo sob os holofotes, ele conseguiu o que seus colegas de oposição vinham tentando havia meses: forçar Dilma Rousseff a deixar de se escorar nos feitos do governo Lula e discutir assuntos mais espinhosos, como as Farc e o narcotráfico” (VEJA, nº30, 2010:79).

5.4.2 A volta do pseudo-homem-bomba

Em “A reposta está com o Planalto” (VEJA, nº30, 2010:80), Daniel Pereira ressurgiu com Demetrius Felinto, o “homem-bomba” da edição anterior. Segundo a reportagem, o PSDB teria requerido ao Ministério Público que investigasse se o governo federal escondeu imagens das câmeras de segurança do Palácio que pudessem prejudicar a candidata Dilma Rousseff.

Veja volta a discutir no início do texto se a reunião entre Lina Vieira e Dilma teria mesmo ocorrido. A revista insiste em afirmar que, por falta de testemunhas, a única saída para acabar com as dúvidas seria examinar as imagens do circuito de TV do Planalto. E reafirma algo que já tinha sido dito.

A Presidência diz que foram todas apagadas. Na semana passada, VEJA revelou um personagem importante: o técnico de informática Demetrius Sampaio Felinto, responsável pelo sistema de câmeras do Planalto na época. Ele afirma ter como provar que as imagens foram preservadas (VEJA, nº30, 2010:80).

A matéria relata que, para por fim à “polêmica”, o PSDB solicitou que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, assumisse as investigações. Segundo o repórter, o partido

de Serra teria pedido que fossem apreendidos os computadores do Planalto, todos os documentos (sobre este caso) em posse da Polícia Federal e fossem abertas ações de improbidade administrativa para apurar a possível responsabilidade de Dilma e do presidente Lula. Em seguida, o texto fala do contrato entre Demetrius e a Telemática e traz um advogado para explicar.

O contrato firmado entre a Presidência e a Telemática - a empresa responsável pelas filmagens e à qual ele era vinculado - não só proibia que as imagens fossem apagadas como exigia a produção de cópias de segurança. De acordo com o GSI, as imagens eram apagadas a cada trinta dias. Portanto, já não existiriam mais quando o Congresso tentou requisitá-las para apurar o caso, no fim de 2009. Alegando questões de segurança e de sigilo comercial, o Gabinete de Segurança Institucional e a Telemática não revelam os detalhes do contrato. O advogado Ricardo Penteado, autor da representação, não se convence com as respostas: "Não estamos discutindo apenas o caso Lina Vieira, mas indícios de sumiço intencional de provas por parte do governo". A transparência é a melhor arma para descobrir quem está com a verdade (VEJA, nº30, 2010:80).

5.5 Análise da cobertura em julho

O terceiro trimestre começa com o lançamento de recorrentes suspeitas, na grande maioria das vezes em tom acusatório, de uso sistemático e promocional da máquina pública, inclusive pelo presidente Lula e por ministros do governo federal para a campanha de Dilma. Volta-se a discutir a questão, principalmente pelo prisma jurídico, com o apoio de uma fonte que sugere que o melhor que Lula poderia fazer seria se manter distante do "Lula militante". Algumas matérias sobre o tema são "ciclicamente reeditadas" e, numa delas, num exercício de criatividade a serviço do preconceito, aquilo que a cobertura chama de transgressão ética do presidente Lula em promover Dilma "à margem das instituições" está associada à "ética kantiana" e a uma interpretação visceral dela. Veja sobre o tom ao citar e distorcer o sentido de "regras que você gostaria de ver todas as pessoas racionais seguindo como se fossem leis universais". Associa-se o uso da máquina a uma contínua infração praticada pelo PT.

No mesmo período e à base de uma boa sorte de eufemismos, a revista "explica" a troca do vice na chapa de José Serra. Veja chega à conclusão que entre "mortos e feridos salvaram-se todos", diz que o comando de campanha do PSDB é mais frágil do que se imagina - naquela que foi a única crítica à candidatura Serra em todo o mês - e aponta Osmar Dias (PDT-PR) como alguém que traiu Serra e, com isso, fez com que o PT não ficasse sem palanque no Estado.

Essa questão é bastante curiosa por perpassar, de certa forma, o limite da estratégia

eleitoral. O tom que se dá a um trecho de uma das matérias é justamente o de discutir “o benefício de deixar Dilma sem palanque no Estado”, como parte de um movimento que mina o adversário e corrói o pluralismo político. Veja acena com isso como algo positivo.

Índio da Costa, o novo vice de Serra, é inicialmente apresentado como pouco conhecido e dono de um currículo modesto (sobre Dilma, fala-se sempre de inexperiência e muito de como ela poderá lidar com o radicalismo petista, outro tema abordado com a mesma chancela do que se viu em todo o primeiro semestre). Valoriza-se o fato de Índio da Costa ter sido relator da Lei da Ficha Limpa, mas a própria Veja explica que ele não agrega votos, embora dê um tom de juventude à campanha de Serra. O candidato do PSDB, convém destacar, só trocou o vice por ter sido traído por um aliado de Dilma, de acordo com a cobertura da revista.

O título de uma das reportagens sobre o vice de Serra, “A chapa do índio e do tucano”, está no limiar entre a metáfora e a promoção deliberada. Poucas edições depois, subitamente, Índio é apresentado como “o grande vencedor” da eleição independentemente do resultado das urnas.

À medida que Índio da Costa lança suspeita sobre uma eventual ligação do PT com as Farc, a cobertura de Veja sobre ele também muda. Essa inferência do vice de Serra é interpretada como correta e dá-se mais espaço à cobertura promocional. Fiquemos nos dois últimos títulos de reportagens que ele protagonizou: “Índio acertou o alvo” e “O vice do barulho”. Numa chamada de capa, por exemplo, ainda em relação às Farc, ele é valorizado com “bom de briga”.

A política externa brasileira e Celso Amorim são chamados de imorais. Intensifica-se também neste período a conexão de questões externas do governo federal com a campanha eleitoral. E deduz-se que ela é, pelo menos em boa parte de sua estrutura, fruto de segmentos de um partido que reúne “o monstro do atraso com suas múltiplas cabeças ágrafas, ignorantes, passadistas e liberticidas”. A sugestão de Veja: mirar-se no exemplo dos homens de Madri.

O período ainda é marcado por uma cobertura especulativa sobre o radicalismo petista, em especial com riscos mensurados – e nunca confirmados – de ameaça real à liberdade de imprensa. Dilma aparece neste momento como a candidata que ostenta a condição de ex-guerrilheira comunista. E o sectarismo do PT é um tema quase semanal na cobertura eleitoral.

Os eufemismos para abrandar cenários em relação aos passos da campanha de José Serra também aparecem, embora moderadamente. Na cobertura da campanha de Dilma Rousseff, eles quase sempre têm outra conotação. Eles são usados para dizer, por exemplo,

que o ex-ministro Antônio Palocci foi “fiador da estabilidade econômica” no primeiro mandato de Lula. Por isso, o título da seção 5.2 está inspirado num trecho bastante conhecido da Canção do Exílio, de Gonçalves Dias: As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá... São, nitidamente, dois pesos e duas medidas. Na mesma Canção do Exílio, há um outro trecho mais coeso à forma como Veja cobre o processo eleitoral. “Minha terra tem primores, Que tais não encontro eu cá”. O PSDB, os primores, é a virtude; o PT, o vício, o risco contínuo de autoritarismo, “o que não se encontra cá”. É esta antítese que pauta e inspira a Editoria Brasil.

A revista se perde na argumentação de um personagem a quem ela dá, no início do texto, em manchete, o status de “o homem que se diz uma bomba” e, no fim da mesma reportagem, a insinuação de chantagista. Na edição seguinte, um novo espaço a ele é conferido, sem que se consiga validar a denúncia apresentada. O caso envolve um funcionário terceirizado do Palácio do Planalto que chegou a pedir dinheiro a Veja para entregar uma cópia do vídeo em que confirmava a chegada da ex-secretaria da Receita Federal, Lina Vieira, para uma reunião com Dilma Rousseff. Lina confirmou a reunião. Dilma a negou. Amplificase o cenário e dá-se a este técnico de informática (de uma empresa prestadora de serviços) o *status* de fonte que teria acesso a provas privilegiadas, o que em nenhum momento (nem mesmo contratualmente pelo que se leu) se valida. O objetivo era esclarecer se houve a suposta reunião para provar que Dilma Rousseff mentira. Para justificar sua hesitação sobre contar ou não o que sabia, Demetrius Felinto disse que temia “ser morto pelo PT”. Veja reproduziu suas declarações, em alguns trechos em tom de denúncia. Curiosamente, o e-mail supostamente escrito por este técnico de informática chega à Polícia Legislativa do Senado pelo gabinete do senador Álvaro Dias, parlamentar que esteve sob os holofotes do noticiário em especial depois de ter sido, por alguns parcos instantes, vice de José Serra.

Mas nem tudo estava perdido: se Dilma foi chamada de ex-comunista guerrilheira, Veja encontrou (e deu um bom espaço a pelo menos) **UM** “comunista de bom-senso”, o relator do Código Florestal. É mais um exemplo de título que estampa a dimensão do preconceito.

Marina Silva, no mês de julho, volta a ser citada como a terceira força, em meio a uma cobertura praticamente inexistente dos candidatos considerados nanicos. A suspeita de que o vice na chapa de Marina, o empresário Guilherme Leal, tenha devastado árvores da Mata Atlântica em sua propriedade de veraneio no sul do Estado da Bahia é imputada a “petistas interessados\$ (com este cifrão na edição) na construção do Porto Sul”.

A revista também pede que o horário eleitoral no rádio e na televisão seja usado para discutir planos de governo, algo que a cobertura dela em nenhum momento faz. Veja destaca a

importância da televisão na vida do brasileiro, compromete-se com os leitores – em “reportagens” – a trazer à luz propostas sobre o País, esclarecendo os eleitores. As propostas deveriam, segundo ela, nortear a programação no horário eleitoral. No entanto, a publicação perde-se na enxurrada de denúncias, algumas – como a do “homem-bomba” - sem o menor impacto na campanha. Deixa-se no ar o compromisso outrora assumido. Já era possível supor o que viria pela frente.

CAPÍTULO VI - DA AGENDA SOB MEDIDA À “PESCA”

A edição de 4 agosto (2156– ano 43 - nº 31) praticamente refaz a pauta da dupla jornada do presidente Lula. O texto “Agendas montadas sob medida” (VEJA, nº31, 2010: 63), assinado por Otávio Cabral, destaca que Lula, mesmo não sendo candidato, cumpria a agenda parecida com a de um.



Figura 59 – Veja – Agendas montadas sob medida

Na última semana de julho, Lula foi a Porto Alegre, para o lançamento do edital de duplicação de uma rodovia. Ele assinou a ordem de serviço para o início de outras obras e anunciou a liberação de verbas para a construção de casas. Segundo o repórter, depois de encerrado o "expediente", já à noite, o presidente aproveitou a passagem pelo extremo sul do país para prestigiar um comício da candidata Dilma Rousseff. A própria linha fina da reportagem mostra que “Lula comparece a compromissos de governo nos mesmos lugares onde Dilma Rousseff marca seus compromissos eleitorais” (VEJA, nº31, 2010: 63). Segundo a revista, essa coincidência geográfica da agenda de serviço de Lula com a agenda eleitoral de sua candidata não é fruto do acaso. Veja identifica um “subterfúgio pela assessoria jurídica”.

As agendas de Lula e Dilma passaram a ser produzidas em conjunto para que o presidente possa fazer campanha "depois do expediente", um subterfúgio inventado pela assessoria jurídica do Palácio do Planalto para evitar novos problemas com a Justiça Eleitoral, que já lhe aplicou seis multas por uso da máquina e campanha antecipada. A coordenação da campanha petista elegeu os lugares para a realização de comícios estratégicos nos quais a presença de Lula é considerada essencial. Com a

agenda eleitoral nas mãos, o gabinete do presidente selecionou os eventos que exigiam a presença de Lula na mesma data e local da caravana petista (VEJA, nº31, 2010: 63).

A matéria ainda explica que a agenda de Lula é feita pelo seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, e pelo chefe de gabinete adjunto, Cezar Alvarez. De acordo com Cabral, desde o início da campanha, os dois estariam em contato diário com Giles Azevedo, que coordena a agenda da candidata do PT.

Os dois lados definem as prioridades da campanha com duas semanas de antecedência e combinam os eventos em que Lula deve tomar parte. A sintonia fina entre governo e campanha é feita pelo ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, e por Antonio Palocci, o mandachuva do comitê de Dilma. Normalmente, as viagens presidenciais são preparadas com antecedência de sete a dez dias. A segurança e o cerimonial da Presidência enviam equipes precursoras, que organizam os roteiros e preparam a programação, tudo com o conhecimento e o apoio dos governantes locais (VEJA, nº31, 2010: 63).

Para o repórter, a mobilização para contemplar interesses eleitorais “disfarçados” de compromissos de governo estaria tão evidente que Padilha organizou reuniões para discutir uma "Agenda para um Novo Desenvolvimento Regional" (VEJA, nº31, 2010: 63). Segundo a revista, os encontros serviam na verdade para justificar o deslocamento de funcionários do governo para atos da candidata do PT.

6.1 Sobrenatural de Almeida⁷: roubaram o pensamento de Levy Fidélis !

Nesta mesma edição de 4 de agosto, pela primeira vez no ano e a exatos 60 dias da eleição, a Editoria Brasil dá espaço a um candidato considerado nanico. Levy Fidélis, do modesto ou quase inexistente Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), é parte de um contexto inusitado na cobertura do processo eleitoral pela maior revista semanal brasileira de informação. Com a manchete “O pai do ‘trem da Dilma’” (VEJA, nº31, 2010: 68), Fábio Portela e Laura Diniz dizem que a proposta de trem-bala foi reformulada pelo PT. A linha fina indica que esta será uma obra cara e sem utilidade. “Como um projeto folclórico foi

⁷. Sobrenatural de Almeida é uma criação de Nelson Rodrigues. Se ele fosse visível, o figurino provável seria o de um hominho magro, faces macilentas, boca chupada, arcado, terno preto sobrando-lhe nas escassas carnes, camisa preta, sapato preto, guarda-chuva preto pendurado no braço. Mas ele é invisível. Costumava, segundo Nelson Rodrigues, pousar no travessão defendido pelo Fluminense, o time do coração do grande cronista e teatrólogo, e aprontar-lhe as mais inverossímeis surpresas. O Sobrenatural de Almeida tinha a camisa do Brasil por baixo do terno preto na decisão da Copa América. No último minuto, aliás último segundo, o Brasil conseguiu o empate que possibilitou a disputa de pênaltis e a conseqüente vitória contra a Argentina. Nelson Rodrigues dizia que quando um gol acontecia de forma totalmente não convencional, estranha, que entrara em campo o Sobrenatural de Almeida, criando o gol mágico, também chamado de "gol espírita" (TOLEDO, 2004)

encampado pelo PT e pode se tornar a segunda obra mais cara da história do Brasil - e uma das mais inúteis” (VEJA, nº31, 2010: 68).



Figura 60 – Veja – O pai do “trem da Dilma”

No lide, os repórteres recomendam que se desconfie da necessidade de um projeto, “quando um político promete realizar uma obra monumental em plena campanha eleitoral” (VEJA, nº31, 2010: 68). Portela e Laura referem-se ao trem de alta velocidade que, em funcionamento, poderá fazer com que a viagem entre as duas maiores cidades do País – São Paulo e Rio de Janeiro - seja bastante rápida. Os repórteres apóiam-se num contexto de fascínio, usando a expressão “mesmerizantes”, para relacionar alguns dos números do projeto.

Há quinze dias, o presidente Lula deu a largada naquele que pretende ser o maior e mais caro empreendimento brasileiro desde a Usina de Itaipu: um trem de alta velocidade que interligaria três das maiores regiões metropolitanas do país. Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Os números são mesmerizantes: 511 quilômetros de trilhos, boa parte deles assentada sobre pontes ou dentro de túneis por onde trens moderníssimos deslizariam a 300 quilômetros por hora. Seria possível ir do Rio a São Paulo em uma hora e 33 minutos sem os inconvenientes da ponte aérea - aeroportos fechados, check-in etc (VEJA, nº31, 2010: 68).

Segundo o texto, o projeto foi atribuído por Lula a Dilma Rousseff. A revista afirma que “o portento ferroviário petista é muito mais eleitoreiro do que sério. Além de pouco original” (VEJA, nº31, 2010: 69) . Em seguida, Portela e Diniz dão voz e espaço à declaração do candidato a presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Levy Fidélis, que afirma ser o ‘dono’ da idéia e, portanto, sente-se lesado ao ver a paternidade de sua

concepção atribuída a outrem. “O trem-bala da Dilma nada mais é do que o meu projeto do Aerotrem, com uma ou outra modificação”, afirma Levy Fidélis, candidato a presidente da República pelo partido PRTB” (VEJA, nº31, 2010: 69).

O texto também indica que Fidélis é um “velho personagem da periferia política paulista”. Veja afirma que ele pertence à categoria de “eternos” candidatos que nunca conseguiram um mandato, mas que, a cada eleição, reaparecem com menos tempo na TV e propostas “antigas”. Os repórteres relatam que, há dez anos, Fidélis propõe a criação do Aerotrem. Segundo a matéria, o candidato do PRTB disse que não é coincidência o fato de o projeto do trem-bala estar assentado sobre o “mesmíssimo” Aerotrem. O candidato do PRTB reivindica a paternidade e alfineta a candidata do PT.

Nosso projeto é antigo. Em 2003 procurei o presidente Lula e sugeri que ele encampasse a idéia. Expliquei que poderia se tomar uma grande marca do seu governo. Ele me mandou falar com o Anderson Adauto que era ministro dos Transportes. Criamos um grupo de trabalho com gente do ministério, da Agência Nacional de Transportes Terrestres e da Valec (empresa do governo responsável por obras ferroviárias). Com o Paulo Passos, atual ministro, eu me reuni umas vinte vezes. Esse grupo definiu e aprovou o trajeto. Lula jamais me desmentiria. Em 2006, a Dilma avocou o projeto para a Casa Civil e organizou o modelo da licitação. Ela pode ser a mãe do PAC, mas o pai do trem-bala sou eu (VEJA, nº31, 2010: 69).

Veja afirma que a proposta de trem-bala ganhou chancela oficial e se transformou em um projeto orçado em 33 bilhões de reais. Para a revista, este é um investimento excessivamente alto para uma obra.

É muito dinheiro para ser gasto em uma só obra - o valor é maior que o PIB de estados como Mato Grosso do Sul, Maranhão ou Paraíba. Com esse dinheiro seria possível construir os 11 000 quilômetros de ferrovias convencionais previstos no PAC 2 e ainda sobriaria troco (VEJA, nº31, 2010: 69).

O candidato do PSDB, José Serra, é chamado. Ele afirma, em tom prescritivo, que, em lugar de gastar os tubos no trem-bala, seria mais “lógico” investir o dinheiro público na construção de metrô nas cidades que vão sediar a Copa de 2014. De acordo com a matéria, o governo alega que o valor que se pretende gastar com o trem-bala não é público, já que haverá uma licitação para escolher um consórcio de empresas que tocará as obras e gerenciará a linha. Segundo a revista, trata-se de uma “meia verdade – ou melhor, uma verdade de um terço” (VEJA, nº31, 2010: 69). Portela e Diniz reafirmam que uma obra deste porte depende em parte do Estado.

Nenhum investidor tem condição de assumir tamanha empreitada sem ajuda oficial. O

governo sabe disso. Tanto que já obteve uma autorização do Tribunal de Contas da União para que ao menos 20 bilhões de reais da obra sejam financiados pelo BNDES - banco que, hoje, é abastecido com recursos do Tesouro Nacional, por meio de um truque escandaloso chamado conta movimento (VEJA, nº31, 2010: 69).

Além do custo, Veja pondera que pesam contra o trem-bala a estimativa do governo em relação à demanda futura de passageiros, a viabilidade econômica da linha e o próprio orçamento. Para a revista, se a idéia for concretizada, ela só servirá para tornar verdadeira a frase do ex-ministro Roberto Campos: “No Brasil, a burrice tem um passado glorioso e um futuro promissor” (VEJA, nº31, 2010: 69). Néelson Rodrigues, sempre ácido, também poderia ter contribuído com a premissa editorial de tachar o projeto burro. “Invejo a burrice, porque é eterna” (CASTRO apud RODRIGUES, 1989:18)

6.2 O vazamento de dados a partir de um bunker de fabricação de dossiês, a Previ

Otávio Cabral assina a principal reportagem da Editoria Brasil na edição da semana seguinte, 11 de agosto (2177– ano 43 - nº 32). Sob a manchete “Uma confissão desconcertante” (VEJA, nº32, 2010: 68; 69), ele retoma e amplifica a discussão sobre quebra de sigilo e vazamento de dados na Receita Federal. Cabral traz Gerardo Santiago, responsável por dossiês produzidos contra adversários do PT. De acordo com a linha fina, sempre com o tom de denúncia que se encontra em reportagens assim, Santiago revelou ter produzido documentos contra “oposicionistas” a pedido do partido de Lula. “Ex-diretor da Previ conta que produziu dossiês contra oposicionistas a mando do presidente do fundo de pensão controlado pelo PT” (VEJA, nº32, 2010: 68).



Figura 61 – Veja – Uma confissão desconcertante

Segundo Veja, quando estavam na oposição, militantes e membros do PT mantinham uma “rede entranhada” em diversos setores da sociedade e não mediam esforços para produzir informações que pudessem contribuir para barrar a ação de políticos e funcionários públicos classificados por Otávio Cabral como “corruptos”. O repórter pontua que ações como essas já eram frequentes na época em que o presidente ainda era candidato e explica que a atuação atabalhoada rendeu-lhes o rótulo de alopRADOS.

Foi assim em 2002, quando pessoas próximas ao então candidato Lula produziram dossiês contra todos os seus oponentes. Foi assim em 2006, quando membros do partido foram presos tentando comprar um dossiê fajuto contra os tucanos. Foi assim em 2008, quando servidores do Palácio do Planalto produziram um dossiê contra a ex-primeira-dama Ruth Cardoso. Foi assim há dois meses, quando um grupo do partido ligado à campanha de Dilma Rousseff foi surpreendido produzindo dossiês contra os adversários. E foi assim na semana passada, quando foi revelada a existência do mais recente dossiê petista a circular na praça, acusando a modelo Marina Mantega, filha do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de fazer lobby em favor de empresas. Pilhados, tanto o PT como o governo sempre tentam justificar os crimes como uma ação isolada de militantes descontrolados, os tais "alopRADOS", como definiu o presidente Lula (VEJA, nº32, 2010: 68).

A principal foto desta reportagem tem o desenho de um alvo sob a mira do qual... “Alvos - Os petistas bisbilhotaram a vida dos opositoristas Jorge Bornhausen, ACM Neto e José Serra e até de Marina Mantega, filha do ministro da Fazenda” (VEJA, nº32, 2010: 68). Em seguida, Cabral opina sobre os dossiês montados pelo Partido dos Trabalhadores. E acusa:

A máquina petista de produzir dossiês, porém, é ampla, bem organizada e atua como

um apêndice oficial para satisfazer interesses do próprio governo. E, o mais surpreendente, ela não é abstrata e tem até endereço comercial: a sede da Previ, o poderoso fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro (VEJA, nº32, 2010: 69).

O texto descreve que, em entrevista a Veja, o advogado Gerardo Santiago revelou que o gabinete da presidência da Previ foi mesmo usado como centro de montagem de dossiês para intimidar e desmoralizar adversários. A fonte alicerça a denúncia ao chamar a Previ de braço partidário. E de bunker.

Gerardo conta que, cumprindo ordens superiores, elaborou dossiês contra deputados e senadores da oposição. Entre os alvos dos petistas já esteve até o atual candidato à Presidência da República José Serra. "A Previ é um braço partidário, é um bunker de um grupo do PT, uma fábrica de dossiês", acusa o advogado, que garante ter cumprido missões determinadas diretamente por Sérgio Rosa, que presidiu o fundo até maio passado (VEJA, nº32, 2010: 69;70).

O ex-diretor, prossegue Veja, declarou ainda que, em 2002, a prática de elaborar dossiês se resumia a denunciar gestores do próprio fundo que não saciavam interesses corporativos. Santiago revelou que, quatro anos depois, já sob o comando de Sérgio Rosa, a Previ passou a atuar como um "braço armado" do partido e do governo.

Na CPI dos Correios, que fez tremer o governo Lula, Gerardo Santiago conta que Sérgio Rosa mandou ele "reunir informações sobre políticos não amigáveis, adversários da Previ e do PT". O advogado passou duas semanas vasculhando documentos sigilosos, consultando planilhas, cruzando dados de investimentos em negócios oficiais que tiveram a participação da Previ e que envolviam supostos interesses de opositoristas, como o deputado ACM Neto, Jorge Bornhausen e José Serra. "Com os dados sigilosos nas mãos, fiz um texto de apresentação, juntei os documentos, encadernei e entreguei o dossiê pessoalmente ao Sérgio, no gabinete da presidência da Previ", relata (VEJA, nº32, 2010:70).

Dias depois, informa Otávio Cabral, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse numa reunião que precisava de algum material para constranger a oposição. De acordo com a revista, Sérgio Rosa enviou-lhe o dossiê, que teria servido de base para uma reportagem de capa de uma revista "simpática" ao partido de Lula. A publicação da Editora Abril não cita o nome da revista. O texto indica que as investigações não se limitaram à averiguação de interesses em negócios que envolviam a Previ. Veja garante que Sérgio Rosa também queria provar que havia ligações íntimas de políticos da oposição com o ex-banqueiro Daniel Dantas. A matéria descreve que o presidente da Previ entregou a Gerardo uma planilha de voos do

jatinho do ex-banqueiro e mandou que ele cruzasse os dados com as viagens do senador Heráclito Fortes (DEM-PI). De acordo com a revista, a intenção era provar que Heráclito, um dos adversários do governo no Senado, recebia favores de Dantas. Porém, não havia evidências de que Fortes esteve a bordo.

Otávio Cabral reafirma que o bancário Sérgio Rosa esteve no comando da Previ nos últimos sete anos e ressalta que o fundo, apontado na reportagem como o maior do Brasil, administra um capital de mais de 140 bilhões de reais, participa do controle de noventa das maiores empresas brasileiras e tem um volume de ações em seu poder que representa mais de 5% de tudo o que é negociado na Bolsa de Valores de São Paulo. Cabral conta que Rosa deixou o cargo com a expectativa de ser ministro do governo Lula, presidente de uma grande estatal ou tesoureiro da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Mas Sérgio acabou “vítima do próprio veneno” (VEJA, nº32, 2010:71). Para esclarecer a analogia, a revista recorre a uma reportagem da Folha de S.Paulo e insinua que o grupo possui vínculos em outras áreas do governo.

Segundo o jornal Folha de S.Paulo, o dossiê contra a filha do ministro da Fazenda foi produzido pelos petistas ligados ao ex-presidente da Previ, numa disputa interna pelo controle do fundo. O grupo tem ramificações em outras esferas do governo. No Banco do Brasil, por exemplo, três vice-presidentes foram indicados depois de receber a bênção de Rosa. No início do governo Lula, um deles era José Luiz de Cerqueira César, conhecido por Mexerica, exonerado em abril de 2006 por motivos até hoje oficialmente desconhecidos. Parceiro de Sérgio Rosa no mundo sindical, Cerqueira César, sabe-se agora, foi afastado por se envolver em violação de sigilo bancário de políticos adversários do governo (VEJA, nº32, 2010:71).

Classificado por Veja como “bancário araponga”, Cerqueira César foi “descoberto”, segundo a revista, por “arapongas profissionais” da Abin, acionada pelo Congresso para apurar a denúncia de que funcionários do Banco do Brasil estariam invadindo contas bancárias de políticos de oposição. De acordo com o texto, um dos “alvos” teria sido justamente o senador Heráclito Fortes.

Segundo a investigação da Abin, Cerqueira César determinou a invasão de contas para tentar identificar eventuais transferências de dinheiro de políticos da oposição para a conta do caseiro Francenildo Costa - aquele rapaz humilde que denunciou que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci frequentava uma casa de festas mantida por lobistas e empresários com interesses em negócios do governo. Logo após a denúncia, petistas violaram a conta de Francenildo e identificaram um depósito de 25000 reais oriundo do Piauí. Para verificar se o depósito havia partido do piauiense Heráclito ou de alguém ligado a ele, Cerqueira César vasculhou a conta bancária do senador. O dinheiro fora depositado pelo pai do caseiro (VEJA, nº32, 2010:72).

A matéria também afirma que a direção do Banco do Brasil, após ser avisada pela Abin, decidiu exonerar o vice-presidente de Tecnologia. O cargo, no entanto, continuou sob o comando de Sérgio Rosa. Em seguida, Veja dá a sua opinião sobre a produção de dossiês. A revista diz que as autoridades não punem com rigor os culpados pelos serviços “clandestinos” e cita outros casos de quebra de sigilo fiscal, aproximando ainda mais o tema da campanha eleitoral.

Apesar das fartas evidências de uso institucional da máquina clandestina de produção de dossiês, as autoridades nunca foram capazes de identificar e punir com rigor os responsáveis. Na semana passada, o vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, prestou depoimento à Polícia Federal. Ele teve seu sigilo fiscal quebrado dentro da Receita Federal, mas até hoje não se sabe quem são os autores do crime (VEJA, nº32, 2010:72).

Nas linhas finais, o repórter informa que Gerardo Santiago deixou a Previ e se aposentou em fevereiro de 2010, depois de um desentendimento com Sérgio Rosa. Segundo Otávio Cabral, Santiago declarou estar arrependido e decepcionado com o PT, partido ao qual foi filiado até 2006. "Hoje me arrependo de ter cumprido missões que nada tinham a ver com meu trabalho", diz ele (VEJA, nº32, 2010:72).

Cabral traz, no rodapé das cinco páginas de reportagem, um complemento intitulado “Para desmoralizar os adversários” (VEJA, nº32, 2010:68-72). Trata-se de uma pequena entrevista pingue-pongue com Gerardo Xavier Santiago, chamado de arquivo vivo da atuação de um grupo de sindicalistas do PT no comando da Previ (VEJA, nº32, 2010:68-72). Veja pontua que em várias horas de conversa, Santiago revelou detalhes do método que membros do PT utilizavam para minar os opositores.

“PARA DESMORALIZAR OS ADVERSÁRIOS”

Gerardo Xavier Santiago é um arquivo vivo da atuação de um grupo de sindicalistas do PT no comando da Previ, o maior fundo de pensão do país. Por sete anos, Gerardo foi assessor direto de Sérgio Rosa, o petista que presidiu a Previ até maio deste ano. No cargo, Rosa transformou o órgão em um bunker

de espionagem e fabricação de dossiês contra adversários de seu grupo político e do governo Lula. Gerardo era encarregado direto da produção dos dossiês, principalmente na época da CPI dos Correios, que desvendou o mensalão e quase levou o governo a nocaute. Em várias horas de conversa com VEJA nos últimos meses, ele revelou os detalhes do método petista de enfrentar opositores — que continua funcionando a pleno vapor e produzindo sucessivos escândalos.

O senhor já recebeu ordens para fazer dossiê contra alguém? A primeira foi no governo FHC. Em de 2002, o governo federal fez uma intervenção para desmontar todos os diretores da Previ. Como essa intervenção não prejudicaria, foi formado um grupo de petistas para levantar informações que comprometessem a gestão de Tucano e provassem a ingerência do governo na Previ.

Figura 62 – Veja – Para desmoralizar os adversários

6.3 A infraestrutura na agenda eleitoral

Assinada a seis mãos pelos repórteres Carolina Romanini, Filipe Vilicic e Carolina Melo, a segunda matéria da editoria nesta edição traz a manchete “Dá para fazer rápido, sim”

(VEJA, nº32, 2010:84) e trata de projetos de infraestrutura. O tema, muito importante, está conectado ao debate eleitoral e a motivação de pauta é contradizer a candidata do PT. “Dilma Rousseff diz que oito anos é pouco para tocar projetos de infraestrutura fundamentais para o país, como a construção e a reforma de aeroportos. Os exemplos que vêm de fora provam o contrário” (VEJA, nº32, 2010:84).



Figura 63 – Veja –Dá para fazer rápido, sim

Veja descreve que, na primeira semana de agosto, aqueles que precisaram ou pretendiam viajar de avião enfrentaram situações complicadas por causa de uma companhia aérea, a Gol.

No início da semana passada, voltaram a ocorrer as cenas que já povoam os pesadelos dos brasileiros que viajam de avião - aeroportos apinhados de gente, voos atrasados ou cancelados e passageiros impotentes diante da situação. Desta vez, a culpada pela confusão foi a companhia aérea Gol. Entre a segunda e a terça-feira, 700 voos da empresa atrasaram e outros 155 foram cancelados. A justificativa da Gol foi que um erro no software que planeja a escala de trabalho de seus funcionários fez com que diversas tripulações atingissem o limite de 85 horas de voo por mês. Faltaram pilotos e comissários

Os repórteres reafirmam que os transtornos serviram para lembrar o que eles definem como “o inferno que é viajar de avião no Brasil”. Apesar do volume de passageiros ter dobrado entre 2004 e 2010, quase nada foi feito para ampliar a capacidade dos aeroportos. Veja traça um cenário para a Copa de 2014 e a Olimpíada que será realizada dois anos depois.

A seguir nesse ritmo, é imprevisível o tamanho do caos que se instalará nos aeroportos

do país com o fluxo de passageiros que ocorrerão ao Rio de Janeiro para a Olimpíada de 2016 e, antes disso, em 2014, às doze cidades-sede da Copa do Mundo. Em 2009, 128 milhões de passageiros passaram pelos aeroportos brasileiros. Em 2016, segundo as projeções, serão 202 milhões fora os que virão do exterior e de outros estados para assistir à Olimpíada (VEJA, nº32, 2010:85).



Figura 64 – Veja – Aeroporto de Nova Délhi, na Índia

Segundo a matéria, a argumentação de Dilma se constitui numa justificativa para o descaso do governo federal com o setor aéreo. O texto afirma que a candidata do PT disse que vários aeroportos teriam sido recuperados, mas que em 8 anos não era possível realizar “tudo”. Em seguida, a revista a questiona. Veja cita o exemplo que vem da Índia, onde um aeroporto foi construído em três anos.

Caso Dilma observasse as obras públicas que vem sendo feitas em outros membros do Bric, o grupo de países em desenvolvimento do qual o Brasil faz parte, veria que oito anos é tempo de sobra para resolver muitos nós da infraestrutura. Há um mês, foi inaugurado o terceiro terminal do aeroporto internacional de Nova Délhi, a capital da Índia. Tem 511000 metros quadrados (quase o triplo dos dois terminais do aeroporto de Cumbica, em São Paulo, juntos) e capacidade para 34 milhões de passageiros por ano (contra 20 milhões de Cumbica). Tempo de construção: três anos (VEJA, nº32, 2010:85).

Os repórteres lembram que, mesmo quando há verba e determinação para construir ou ampliar aeroportos, é comum que as obras no Brasil sejam embargadas por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU). A matéria segue com novos exemplos de países que realizaram obras cruciais em menos de oito anos.

Os chineses também erguem depressa as obras de infraestrutura essenciais ao desenvolvimento do país. Em apenas três anos, entre 2002 e 2005, completou-se a construção da ponte Donghai, com 31 quilômetros de extensão e doze pistas de rolamento sobre o mar. (...) Na China, as rodovias respondem por apenas 8% do transporte de carga. No Brasil, essa cifra é de 70% (VEJA, nº32, 2010:85).



Figura 65 – Veja- Ponte de Donghai China

Para Veja, as estradas brasileiras “se eternizam como empecilhos ao desenvolvimento do País. Insignificantes, 12% delas são asfaltadas” (VEJA, nº32, 2010:86). Entre as administradas pela União ou pelos governos estaduais, 69% estão com a pavimentação em mau ou péssimo estado. Segundo a reportagem, se não fossem essas deficiências, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro poderia movimentar mais 250 bilhões de reais. Em seguida, a matéria indica que o Ipea teria até calculado o valor necessário para as obras brasileiras.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calcula que o investimento mínimo necessário para a reconstrução, restauração e manutenção das estradas brasileiras seria de 144,18 bilhões de reais. Já para a construção e pavimentação de novas rodovias seriam necessários 38,5 bilhões de reais (VEJA, nº32, 2010:87).

O governo investe hoje, aponta Veja, sob o “rótulo propagandístico” de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 12% destes valores. Os repórteres afirmam que um exemplo do descompasso entre o caminho que o Brasil almeja e sua infraestrutura é a Ferrovia Norte-Sul. O texto mostra que se trata de um problema antigo.

A construção se arrasta desde 1987, nos tempos da gestão Sarney, e se tornou uma das promessas do PAC. Até hoje, apenas 587 quilômetros dos 2960 prometidos no projeto

estão prontos. O governo já gastou mais de 3 bilhões de reais para tocar a obra e diz que investirá outros 3,8 bilhões nos próximos anos. Em 2009, o TCU recomendou a paralisação de partes do trecho entre Guaraí, em Tocantins, e Anápolis, em Goiás, por suspeita de superfaturamento. Segundo a Valec, empresa ligada ao Ministério dos Transportes responsável pela obra, a questão foi solucionada (VEJA, nº32, 2010:87)

Nas linhas finais, a matéria diz a que veio. “O que é preciso é competência e, convenhamos, vergonha na cara”. (VEJA, nº32, 2010:87)

6.4 Time to fish in trouble water

A edição de 18 de agosto (nº 2178- ano 43 - nº 33) traz a eleição como destaque principal. Na pauta, equilibrando-se sobre anzóis já na capa, estão Dilma, Serra e Marina. “A pesca dos indecisos no horário político na TV” (VEJA, nº33, 2010:1). Uma arte ilustra essa chamada. A proposta da matéria: “As estratégias dos marqueteiros para fisgar os eleitores que ainda podem mudar o voto” (VEJA, nº33, 2010:1). O desenho tem lá suas mensagens subliminares. Serra é o que aparece com a linha de pesca mais esticada, ou seja, com o anzol, em tese, mais próximo dos eleitores. E Serra fisga o “C” que compõe a palavra indecisos, termo principal da manchete. Marina também se dá bem: o anzol dela laça o “O” do mesmo verbete. Dilma, acima de ambos e de pernas cruzadas, não fisga nada.



Figura 66 – Capa de Veja de 18/08/2010
A pesca dos indecisos

A reportagem enfatiza: “Hora de físgar os indecisos” (VEJA, nº33, 2010:62;63). Assinada pelos repórteres Fábio Portela, Daniel Pereira e Sandra Brasil, a matéria retoma o uso da televisão como meio de conquistar aqueles que ainda não sabem em quem pretendem votar.

Para indicar o perfil dos indecisos, Veja traz como personagem, logo na abertura desta reportagem de sete páginas, uma senhora negra, de 52 anos, que mora em Cachoeira, município do interior da Bahia. Raimunda de Andrade Nascimento recebe 500 reais de pensão do INSS. Na foto, ela está com uma faixa amarela na cabeça, brincos e corrente prateados e um vestido colorido, também simples. A mulher aparece sentada sobre um banquinho estofado vermelho, numa rua/ladeira, e está com as unhas das mãos sem esmaltes, curtas. Calça uma sandália de salto baixo e tem as unhas dos pés pintadas. O texto explica por que esta senhora mereceu uma foto de página inteira na principal revista semanal de informação do País. Os indecisos são mulheres, com mais de 50 anos e escolaridade até a 4ª série, e vivem no Nordeste. Ela é chamada de “indeciso-padrão”.



Figura 67 – Veja – A hora de físgar os indecisos

Segundo o Datafolha, cita Veja, 12 milhões de eleitores não têm ideia em quem vão votar. A matéria destaca o panorama eleitoral daquele momento, retrato que deixou membros do PT bastante satisfeitos. “Uma pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira mostrou Dilma Rousseff com 41 % das intenções de voto, contra 33% de José Serra. A diferença de 8 pontos entre a candidata do governo e o tucano deixou os petistas eufóricos” (VEJA, nº33, 2010:62;63). Mas Veja diz que o resultado do levantamento não é razão para comemoração e

pontua dois motivos.

O primeiro é que, a menos de dois meses das eleições, há ainda uma considerável parcela de brasileiros que não sabem em quem votar. Além daqueles que se declaram indecisos - 9% do eleitorado -, há os chamados "volúveis": pessoas que, apesar de declarar voto em determinado candidato, admitem a possibilidade de mudar de opinião. Na pesquisa Datafolha anterior divulgada na sexta, eles representavam 24% dos eleitores. É atrás da soma desses dois grupos - o dos indecisos e o dos volúveis - que os candidatos vão correr a partir de terça-feira, quando começa o horário eleitoral gratuito. E reside aí a segunda razão pela qual os petistas deveriam segurar os rojões. Os programas políticos na TV, como sabem PT e PSDB, influenciam, sim, o voto dos eleitores (VEJA, nº33, 2010: 62;63).

Os repórteres reafirmam que a audiência neste meio, a televisão, é maior do que muitos supõem. O texto destaca que na estréia do horário eleitoral em 2006, o Ibope registrou uma audiência de 42 pontos em São Paulo - o que significa que 2,2 milhões de domicílios assistiam aos programas. A matéria relembra ainda que nas seis principais regiões metropolitanas do País, a audiência média ao longo do primeiro turno teria sido de 48 pontos, ou 6 milhões de residências com as TVs ligadas diariamente. O texto indica que a arma do candidato do PSDB já está definida. Segundo Veja, o partido de José Serra fez um teste do filme que irá apresentar na TV. Os coordenadores da campanha tucana realizaram pesquisas sobre o conteúdo e decidiram não fazer críticas a Lula. Veja, aqui, quase tira de Serra o status de candidato da oposição.

A estratégia escolhida pelo PSDB para nortear os seus programas poderá surpreender os petistas. Nos filmes que o partido levará ao ar, o presidente Lula, além de continuar poupado de ataques, será citado - até - na qualidade de personagem do jingle de Serra. Coordenadores da campanha tucana chegaram a testar se a aprovação popular ao governo do PT seria mesmo incontestável. Para isso, fizeram pesquisas em que grupos de eleitores que assistiam a peças publicitárias com críticas ao governo. Todas as que traziam ataques a Lula foram rejeitadas. Ficou claro, portanto, que o desafio seria mostrar Serra em contraposição a Dilma - sem, no entanto, falar mal do padrinho político da petista (VEJA, nº33, 2010:64).

O "eleitor-padrão" de Serra está no Sul. Veja traz a foto de uma jovem magra, maquiada, com brincos grandes e uma corrente. Vanessa tem apenas 20 anos, aparece bem vestida, mora em Blumenau (SC) com os pais, é assistente administrativa e tem um salário de 900 reais mensais. A moça, que vai votar pela primeira vez em um candidato à presidência, tem as unhas das mãos curtas, usa esmalte avermelhado, um anel na mão direita e segura a bandeirinha do candidato José Serra. Diz aos repórteres de Veja que vai votar em Serra porque ele é o mais preparado. Está numa sala, sentada num sofá aparentemente de couro sintético

(ou tecido) laranja, com tapete também na cor laranja, sobre um piso de porcelanato. No canto esquerdo, um computador simples, com monitor em tubo. Nas prateleiras do móvel, fotos de família. A revista informa que votam em Serra jovens do sexo feminino entre 16 e 24 anos com ensino médio completo.



Figura 68 – Veja – O leitor de Serra

O texto aponta que pesquisas qualitativas em alguns estados indicaram que o PSDB é visto como uma sigla elitista, "que governa para os ricos". Os repórteres analisam o que eles consideram um risco para Serra, mas dizem que sua equipe de marketing já teria montado uma estratégia.

Sua equipe de marketing, liderada pelo jornalista Luiz González (veja perfil na pág. 74), vai frisar a origem humilde do candidato - o ex-governador é filho de um imigrante italiano que vendia frutas no Mercado Municipal de São Paulo. González também pretende destacar as ações de Serra, como governante, que tiveram como principais beneficiários cidadãos de baixa renda. Entrarão nesse pacote, por exemplo, os mutirões organizados no Ministério da Saúde, a criação dos medicamentos genéricos e o investimento para ampliar o ensino técnico gratuito no estado de São Paulo (VEJA, nº33, 2010:66).

À luz da cobertura de Veja na editoria responsável por relatos de temas políticos nacionais, Serra tem os seguintes pontos fortes: sua biografia política é a mais densa, tem vasta experiência administrativa e imagem ligada a melhorias na área da saúde. Os pontos fracos do candidato tucano: fazer oposição a um governo muito bem avaliado, a associação

com FHC – segundo pesquisas – não o favorece, e o PSDB é visto como “partido dos ricos” (VEJA, nº33, 2010:64).

Em relação à candidata do PT, a reportagem cita que o comando de campanha de Dilma está nas mãos do marqueteiro João Santana. Segundo Veja, o partido vai apostar na associação entre Lula e a ex-ministra e na questão de o País ter, pela primeira vez em sua história, a possibilidade de eleger uma mulher presidente. O tom vai ser de diálogo entre Lula e Dilma.

O PT já testou a força dessa estratégia em maio, na propaganda partidária. Na ocasião, o presidente apresentou a sua ex-chefe da Casa Civil ao eleitor, enumerando aquelas que seriam suas principais qualidades. Diante das câmeras, os dois conversaram entre si e se dirigiram ao espectador. O “jogral” deu certo (VEJA, nº33, 2010:66).

Os repórteres explicam que uma outra pesquisa Datafolha, divulgada uma semana depois de o programa ter ido ao ar, apurou um avanço de 7 pontos percentuais na candidatura Dilma. Um dos coordenadores da campanha da ex-ministra acredita que muitos eleitores deverão transferir os votos que dariam a Lula para ela.

"Ainda há uma elevada porcentagem do eleitorado que declara voto no presidente Lula. É importante que as pessoas saibam que a Dilma é a candidata dele. Apostamos que ainda haverá transferência de votos de um para o outro", diz o deputado federal José Eduardo Cardozo, secretário-geral do PT e um dos coordenadores da campanha presidencial (VEJA, nº33, 2010:66).

Em seguida, Veja traz desdobramentos dos dados levantados pelo instituto na pesquisa de intenção de votos. De acordo com a matéria, o Datafolha aferiu que, no fim de julho, 4% dos eleitores afirmaram que votariam em Lula, 3% disseram que escolheriam o candidato apoiado pelo presidente e 1% teria declarado que votaria no candidato do PT. Os repórteres entendem que “será possível que esses eleitores” votem em Dilma.

A revista elenca os pontos fortes da candidata do PT: ter o presidente Lula como “cabo eleitoral”, ter o maior tempo no horário político e a aprovação recorde ao governo do PT. Os pontos fracos da candidata são, de acordo com Veja: depender de Lula para obter votos, ser inexperiente, e “ter discurso desconexo de difícil entendimento” (VEJA, nº33, 2010:67).

Para indicar quais são os eleitores de Dilma Rousseff, Veja também vale-se de um personagem. Ele é Josiel Dias, de 34 anos, um “ex-eleitor de Fernando Henrique”, que mora no município pernambucano de Tracunhaém. Até 2007, Josiel sobrevivia “fazendo bicos” como pedreiro. Há dois anos e meio, ele e a mulher conseguiram emprego fixo com carteira assinada.

“A renda familiar triplicou e chegou a 1500 reais mensais” (VEJA, nº33, 2010:67). Dias

é um homem de origem humilde, cujo padrão de vida melhorou. “Em 2009, Josiel comprou um carro usado em 48 prestações de 300 reais, além de um terreno, onde planeja construir sua casa. Ele atribuiu a Lula essas conquistas. ‘Acho que, se Dilma ganhar, minha vida vai continuar melhorando’”(VEJA, nº33, 2010:67).

Josiel aparece segurando, com as duas mãos, um folheto que indica “13 razões para votar em Dilma”. Com uma camisa pólo vermelha que tem finas listras, um relógio no pulso direito e usando calça jeans, ele também está sentado, como Raimunda e Vanessa. Ao fundo, paredes esverdeadas, ligeiramente manchadas, um vitrô simples, aparentemente antigo. Sobre o sofá vermelho, três almofadas claras. A revista explica por que ele é o típico eleitor da candidata: sexo masculino, de 30 a 39 anos, ensino médio, alguém cuja vida melhorou.



Figura 69 – Veja – O leitor de Dilma

A publicação dedica à candidata do Partido Verde, Marina Silva, as linhas finais da reportagem sobre indecisos que traz também um perfil dos eleitores dos principais candidatos. Os de Marina estão nas capitais da região Sudeste e têm padrão social mais alto, com escolaridade e renda maiores. Ana Letícia de Oliveira, 21 anos, estagiária numa agência de publicidade, é um exemplo deste contingente. Ela pertence, segundo a revista, a um grupo que possui ensino superior e conta com renda mensal familiar acima de cinco salários mínimos

(VEJA, nº33, 2010:68). Não é possível afirmar se ela está num apartamento ou na agência de publicidade em que faz estágio. Com vista para o Pão de Açúcar, tradicional cartão-postal do Rio de Janeiro e fonte de inspiração, Ana Letícia aparece em pé, sorridente. Ela veste uma roupa escura, camiseta azul marinho e calça preta. Em uma das mãos, segura o que parece ser um broche – talvez um adesivo - de Marina Silva, mas não se define como militante da causa ambiental, embora diga que procura fazer a sua parte, por exemplo, não usando sacolas plásticas de supermercados. A matéria relembra que o perfil do eleitorado do PV sempre foi o do brasileiro com maior renda e mais estudo. Ana Letícia enfatiza a coerência, motivo pelo qual, segundo ela, escolheu a candidata do PV. “Acho-a, sobretudo, coerente. Sua saída do PT foi uma demonstração disso. Afinal, o governo Lula não punha em prática as idéias dela’, afirma” (VEJA, nº33, 2010: 68).



Figura 70 – Veja – O leitor de Marina

Veja identifica os pontos fortes e fracos de Marina Silva, como havia feito com Dilma e Serra. Marina, informa a reportagem, tem “uma história de vida com forte apelo emocional, apresenta-se como candidata ética e tem boa aprovação entre os jovens (VEJA, nº33, 2010: 68). Em contrapartida, ela terá menos tempo no horário eleitoral no rádio e na televisão, são poucas as suas propostas além da área ambiental, e seu partido, o PV, tem pouca expressão nacional.

Segundo a revista, Marina busca crescer em outras regiões. Seu “pacote”, termo usado na reportagem, para o horário eleitoral combinará “linguagem didática, elementos publicitários e animação para facilitar a tradução das propostas do PV”. O texto destaca que a equipe de campanha de Marina deverá aproveitar todo o espaço que a TV irá oferecer e outros meios de comunicação, como a internet.

“Teremos pouco tempo, mas vamos usar a televisão para aproximar a Marina do eleitor das classes C, D e E”, diz João Paulo Capobianco, coordenador da campanha verde. O fato de Marina ter sido alfabetizada pelo Mobral quando tinha 16 anos será explorado para tentar aproximá-la dos 14 milhões de analfabetos existentes no Brasil. Marina também vai explorar na internet o apoio de artistas. Os cantores Maria Bethânia, Adriana Calcanhoto e Lenine já gravaram depoimentos de apoio a ela. Gilberto Gil, Caetano Veloso e Fagner prometem fazer o mesmo (VEJA, nº33, 2010: 67;68).

6.4.1 Holofote sobre o responsável pela imagem de Lula

A penúltima matéria da Editoria Brasil traz João Santana, um dos responsáveis pela campanha de Dilma. Com a manchete “O ministro da imagem de Lula” (VEJA, nº33, 2010:72), Daniel Pereira trata da missão que Santana terá nestas eleições. João se tornou nos últimos anos, assegura o repórter, uma das pessoas mais ouvidas por Lula. “Em cinco anos, João Santana passou de marqueteiro a conselheiro do presidente - prestígio que está à prova diante da missão de eleger Dilma” (VEJA, nº33, 2010:72).



Figura 71 – Veja – O ministro da de Lula

O primeiro parágrafo destaca o papel de João Cerqueira de Santana Filho na

organização da campanha da ex-ministra “É ele quem cuida da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, analisa as pesquisas qualitativas, define a forma e o conteúdo dos discursos e decide até os trajes e trejeitos da candidata.” (VEJA, nº33, 2010:72).

Para a revista, o status de simples marqueteiro não dimensiona a importância de quem conquistou a confiança de Lula num dos momentos mais críticos do PT. Ao percorrer a trajetória de Santana, o repórter relembra o mensalão, mas, antes, desliza na superfície arenosa do partidarismo entre parênteses.

Já o conceito de simples marqueteiro não veste a perfeição de João Santana. É menor do que esse baiano de 57 anos, nascido no município de Tucano (pois é, berço não é destino), e desde 2005 uma espécie de “ministro da imagem” do governo Lula. Um “ministro” que conversa com o presidente sem intermediários e goza de poderes e privilégios que despertam inveja na Esplanada. Um “ministro” que conquistou a confiança de Lula no momento político mais delicado dos dois mandatos do presidente: o escândalo do mensalão. Em 2005, Santana foi convidado para substituir seu ex-sócio e mentor, o publicitário Duda Mendonça, depois que este confessou ter recebido seus honorários em contas secretas no exterior. Duda perdeu o emprego e, com o chefe, foi alçado à condição de um dos protagonistas do escândalo (VEJA, nº33, 2010:72).

Pereira relata que, diante da ameaça de impeachment de Lula, Santana recebeu a missão de pensar a estratégia de reação. Segundo a reportagem, com base em pesquisas, ele teria orientado o governo a apostar no apoio dos movimentos sociais e, “subliminarmente”, na ameaça velada de colocar as massas nas ruas para evitar que a oposição levasse adiante a possibilidade de apelar Lula da Presidência. O repórter afirma que a estratégia foi bem-sucedida e, com isso, João Santana credenciou-se a marqueteiro da campanha presidencial de 2006.

Com a vitória, tornou-se também conselheiro permanente do chefe. Veja diz que Santana é um dos poucos assessores a ter “passe livre” no Palácio do Planalto, privilégio que seria concedido a menos de cinco ministros em toda a Esplanada.

O texto pontua que, além de escrever os discursos do presidente, ele também participa das definições estratégicas empregadas em embates políticos. Foi a partir destes acontecimentos e da intimidade com o presidente que Santana chegou à campanha de Dilma Rousseff, mesmo diante do que o repórter cita como resistência do PT.

Havia um forte lobby no partido pelo retorno de Duda Mendonça, liderado por ninguém menos que Fernando Pimentel, coordenador da campanha da ex-ministra, que chegou a discutir planos de ação com Duda. O lobby só não deu certo porque houve a intervenção direta do presidente. Desde então, Santana se recusa a pronunciar

o nome do antigo mestre. “Ele é um cara muito frio, muito cerebral”, explica o senador Delcídio Amaral, seu antigo cliente (VEJA, nº33, 2010:73).

Desde a escolha de Dilma como candidata, Santana mantém-se empenhado a apresentá-la como sucessora de Lula. O texto afirma que a condução da campanha da ex-ministra será a quarta experiência de João Santana em eleições presidenciais. Nas linhas finais, Daniel Pereira relata que, antes de atuar como marqueteiro, Santana era jornalista e também se apresentava como músico sob o pseudônimo de "Patinhas".

6.4.2 O know-how de vitórias do “homem positivo”, o marqueteiro de Serra

Com a manchete “O homem positivo” (VEJA, nº33, 2010:74), Sandra Brasil assina a última matéria sobre política na edição de 18 de agosto. Veja traz o marqueteiro do PSDB, Luiz González. Sandra enaltece, já na linha fina, que González esteve à frente de todas as vitórias do partido de José Serra em São Paulo. A repórter informa que ele só perdeu quando saiu do próprio estilo. De acordo com o lide, Luiz González, de 57 anos, acredita que os brasileiros só pensam em eleições quando o horário de programação da TV sofre alterações. Segundo a revista, será exatamente neste meio que o PSDB vai investir. “E é nisso que o marqueteiro do tucano José Serra vai apostar todas as fichas” (VEJA, nº33, 2010:74).

Em 21 anos de campanhas eleitorais, González desenvolveu um estilo baseado, principalmente, na sua experiência como jornalista. Veja encontra e descreve um passo a passo bem jornalístico na forma como o responsável pela campanha de Serra trabalha.

Trabalhou em VEJA e na Rede Globo: ele monta o programa eleitoral de seu candidato como se estivesse produzindo um telejornal. Primeiro, manda um repórter apurar dados sobre um tema que pretende abordar, elabora uma pauta e envia a campo uma equipe para fazer entrevistas e coletar imagens. Só depois de assistir às gravações é que escreve o roteiro do programa. A maioria dos marqueteiros, em especial os publicitários, usa o sistema inverso: primeiro define o roteiro, para depois ir atrás das imagens (VEJA, nº33, 2010:74).

A reportagem explica que González iniciou sua carreira nesta área em 1989, com Ulysses Guimarães. No entanto, segundo Veja, foi no PSDB que ele se tornou “referência”. O texto afirma que, durante sua trajetória, o marqueteiro trocou de “lado”, mas, hoje, as “feridas estão curadas”.

Seu primeiro grande feito foi a eleição de Mario Covas para o governo paulista, em 1994. A partir daí, tornou-se peça fundamental em todas as eleições do PSDB de São Paulo, estado onde o partido colecionou suas maiores vitórias nos últimos anos.

Tornou-se um consultor informal dos tucanos mesmo fora do período eleitoral. Em 2008, mudou de lado temporariamente e trabalhou contra o PSDB, na campanha de Gilberto Kassab do DEM, que se elegeu prefeito de São Paulo. O fato só não foi visto como uma traição porque diversos tucanos também abandonaram Alckmin para se aliar a Kassab. Hoje, as feridas foram curadas: além da campanha de Serra, a empresa de Gonzalez cuida da candidatura de Alckmin ao governo paulista (VEJA, nº33, 2010:74).

Sandra enfatiza que Luiz possui um temperamento forte e não costuma dar atenção a opiniões de políticos ao definir estratégias de campanha. De acordo com a revista, González faz questão de manter controle absoluto sobre a área de comunicação. “Neste ano, está à frente de uma equipe de 400 pessoas, entre profissionais de TV, rádio, internet, pesquisa e assessoria de imprensa, e administra um orçamento de 50 milhões de reais” (VEJA, nº33, 2010:74).

A repórter, no fim do texto, conta que a maior derrota de Luiz González ocorreu na única vez em que admitiu ter deixado de lado sua crença para suprir desejos partidários.

Em 2006, Alckmin disputava a Presidência contra Lula. González não queria que o tucano partisse para o ataque, mas, no primeiro debate do segundo turno, todo o PSDB pedia um Alckmin mais agressivo. Isolado, González capitulou. O resultado foi desastroso. A versão "pitboy" de Alckmin causou estranhamento entre os eleitores e o candidato despencou nas pesquisas (VEJA, nº33, 2010:74).

Uma informação que a repórter Sandra Brasil não traz no seu relato: isso que ela chama de “versão pitboy” de Alckmin custou ao candidato do PSDB a perda de 2,4 milhões de votos no segundo turno sobre o volume que ele havia conseguido na disputa no primeiro turno. A mudança de estratégia de Alckmin⁸, cuja campanha foi desenvolvida por Luiz González, provocou uma espécie de arrependimento coletivo (ou reflexão?) em 2,4 milhões de brasileiros.

6.5 Entre o sonho e a realidade

Com a manchete “Da TV para a realidade” (VEJA, nº34, 2010:72;73), a edição de 25 de agosto (nº 2179 ano 43 - nº 34) aborda as propostas que os candidatos anunciaram no programa eleitoral e a viabilidade de cumprir essas promessas.

⁸. O candidato derrotado do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, terminou o segundo turno com menos votos do que obteve no primeiro. Alckmin terminou o primeiro turno com 39,9 milhões de votos. Fechou a campanha do segundo turno com 37,5 milhões, o que significa uma perda de 2,4 milhões de votos (G1, 2006).



Figura 72 – Veja – Da TV para a realidade

Laura Diniz e Gabriele Jimenez indicam que trazer a realidade mostrada na TV para o “mundo real” será o grande desafio dos candidatos. Elas optam por polarizar a disputa entre Dilma e Serra, mesmo num momento em que começava a se registrar um crescimento mais acentuado da candidata Marina Silva. “Este é o difícil percurso que as promessas apresentadas no horário eleitoral terão de seguir a partir de 2011, com Serra ou Dilma na Presidência” (VEJA, nº34, 2010:72).

Segundo a revista, a campanha presidencial de 2010 chegou com novidades à TV. Laura e Gabriele destacam que, pela primeira vez nos últimos dezesseis anos, a economia não foi o tema dominante na agenda dos candidatos. A matéria recorre a um filósofo que confirma que este tema já não faz mais parte, como antes, do cotidiano das pessoas. ““Há alguns anos, a inflação era o grande assunto político do país. Hoje em dia, ninguém mais discute isso no botequim”, diz o filósofo Roberto Romano. Com a economia estabilizada, as atenções da população voltaram para outros temas. Na véspera do horário eleitoral gratuito na semana passada, os principais candidatos apresentaram propostas específicas para áreas como saúde, educação e segurança. Tanto Dilma Rousseff, do PT, quanto José Serra, do PSDB, apresentaram promessas com a marca da continuidade. Em linhas gerais, a petista promete dar seguimento a programas que foram criados ou apoiados pelo governo federal. Já o tucano quer expandir para o Brasil ações que fizeram sucesso no governo de São Paulo” (VEJA, nº34, 2010:72).

Na estréia no horário eleitoral, os principais candidatos trouxeram propostas para áreas como saúde, educação e segurança. Segundo Veja, Dilma Rousseff e José Serra apresentaram promessas com marcas de continuidade. “Em linhas gerais, a petista promete dar seguimento a programas que foram criados ou apoiados pelo governo federal. Já o tucano quer expandir para o Brasil ações que fizeram sucesso no governo de São Paulo” (VEJA, nº34, 2010:73).

A reportagem indica outra estratégia dos candidatos no vídeo. Veja afirma que a candidata do PT é apresentada como “Lula de saias”.

O tom emocional predominou na maioria das gravações. O tucano surgiu ao lado de pessoas que lhe falavam de sua gratidão por terem sido beneficiadas por programas que ele criou ou gerenciou durante sua gestão à frente do Ministério da Saúde. Dilma lembrou dos tempos da ditadura militar, quando passou três anos presa por causa de

sua participação em um grupo clandestino de esquerda. E, como o esperado, foi vendida por seu marqueteiro como uma espécie de Lula de saias (VEJA, nº34, 2010:72).

Nas duas páginas finais da matéria, as repórteres apresentam um quadro que, segundo Veja, traz as principais promessas feitas pelos candidatos nos dois primeiros dias do horário eleitoral gratuito e nos dois debates realizados até aquele momento.

| BRASIL | | | SERRA | | | DILMA | | |
|------------------|---|---|-------|---|--|-------|----------|-----------|
| | PROMESSA | REALIDADE | | PROMESSA | REALIDADE | | PROMESSA | REALIDADE |
| EDUCAÇÃO | <p>Criar 1 milhão de vagas para alunos do ensino técnico</p> <p>Colocar dois professores em cada sala de aula no 1º ano do ensino fundamental</p> | <p>Se o modelo for o das escolas feitas atualmente pelo governo federal, seriam necessárias outras 428 novas para atender 1 milhão de alunos. Isso demandaria investimento de 2,2 bilhões de reais, o equivalente a 4% do orçamento do Ministério da Educação em 2009</p> <p>Do ponto de vista econômico, a medida é viável. Mas seria preciso criar um mecanismo para repassar fundos do governo federal aos estados e municípios, já que esse assunto é de competência deles, e não do União</p> | | <p>Construir 6.000 creches no país</p> <p>Acabar com a progressão continuada</p> | <p>A cidade de São Paulo tem 1.400 creches, públicas e contratadas. Só com merenda, elas consomem 27 milhões de reais por ano. Apesar com a correção para as crianças, portanto, a promessa de Dilma custaria 117 milhões de reais anuais. Não é muita. Equivale ao que o governo gasta por exemplo, para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)</p> <p>Não se trata de uma decisão do presidente da República. Para acabar com o sistema de ciclos, ou "ingresso continuado", seria preciso convocar o Congresso Nacional e alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação</p> | | | |
| SAÚDE | <p>Criar o programa Mãe Brasileira, de apoio à gestante</p> <p>Construir 154 Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES)</p> | <p>É uma ideia de baixo custo. Baseia-se na ampliação do programa Mãe Paulista, da prefeitura de São Paulo, que pretende estimular as gestantes a se submeter a pelo menos seis exames pré-natais no SUS. Como incentivo, seus bebês ganham um especial e recebem acompanhamento médico até completar 1 ano</p> <p>São clínicas para atender rapidamente quem precisa de consultas e exames especializados. Em São Paulo, Serra fez 22 AMEs. Para cumprir a promessa nacional, gastaria 430 milhões de reais, valor que especialistas consideram facilmente suportável pelo orçamento federal</p> | | <p>Construir 500 Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs 24h</p> <p>Distribuir gratuitamente remédios para diabetes e hipertensão</p> | <p>As UPAs se destinam a atender casos de urgência simples, como forma de desafogar os pronto-socorros. Seu alto custo faz com que, em oito anos, o governo Lula construa apenas 77. Fazer as 500 UPAs prometidas por Dilma custaria até 3,2 bilhões de reais</p> <p>Já há uma lei que determina que o governo distribua medicamentos para diabéticos. Ela beneficia 2,2 milhões de pessoas. Multiplicar o investimento para atender os 14 milhões de diabéticos do Brasil é possível. A hipertensão atinge 30 milhões de pessoas, mas distribuir remédio a todas elas é igualmente factível</p> | | | |
| SEGURANÇA | <p>Criar o Ministério de Segurança para coordenar o combate ao crime organizado</p> | <p>Não implicaria novos gastos. Bastaria pôr sob a nova pasta departamentos já existentes, como a Polícia Federal e a Rodoviária. Ela também seria financiada pelos fundos federais ligados à segurança. Assim, haveria condições de dar direção única ao investimento do governo na área</p> | | <p>Ampliar para todo o país as UPAs, Unidades de Polícia Pacificadora, do Rio de Janeiro</p> | <p>As UPAs são bases da Polícia Militar instaladas em favelas. O último dia 15M, hoje pago pelos estados, é o seu principal gasto. Se o governo quiser levar as UPAs a todas as favelas brasileiras (cerca de 16.000), terá de investir 27 bilhões de reais por ano – mais de seis vezes o orçamento da Polícia Federal</p> | | | |
| IMPOSTOS | <p>Criar a Nota Fiscal Brasileira, à exemplo da Nota Paulista</p> | <p>A Nota Paulista devolve ao cidadão até 30% do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas compras no varejo. Isso estimula as pessoas a pedir, o que inclui a informalidade. De mesmo mecanismo e recursos poderiam ser aplicados a tributos federais como o PIS e o Collin</p> | | <p>Fazer uma reforma tributária que desonere investimentos</p> | <p>Ninguém duvida de que ela é necessária, mas seu custo fiscal é gigantesco. Em 2009, o governo reduziu a cobrança do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para automóveis, eletrodomésticos e bens de construção civil. A indústria vendeu mais, mas a arrecadação caiu 23 bilhões de reais. Se o governo cortar a gesteira, tudo bem</p> | | | |
| MORADIA | <p>Urbanizar favelas, como se fez em São Paulo</p> | <p>Na favela paulistana de Heliópolis, para construir 1.900 moradias e urbanizar o entorno, com projeto do arquiteto Ray Ottonari, foram gastos 120 milhões de reais. Para suprir o déficit habitacional brasileiro seguindo esse modelo, seria preciso gastar 500 bilhões de reais, ou dez vezes o orçamento do Ministério da Educação</p> | | <p>Construir 2 milhões de casas no programa Minha Casa, Minha Vida 2</p> | <p>O governo não cumpriu sequer o programa Minha Casa, Minha Vida 1, que foi lançado em março de 2009 com a previsão de entregar 1 milhão de casas. Até hoje, foram entregues apenas 148.000. A seguir esse ritmo, Dilma precisaria de quase vinte anos para cumprir sua promessa</p> | | | |

Figura 73 – Veja – Quadro de avaliação

A revista elencou cinco áreas que foram alvo das principais promessas dos dois candidatos: educação, saúde, segurança, impostos e moradia. As propostas de Marina Silva não aparecem numa arte e sequer são relacionadas.

O candidato José Serra propôs, como política pública de educação, a criação de 1 milhão de vagas para alunos do ensino técnico e prometeu também colocar dois professores em sala de aula no 1º ano do ensino fundamental. Os repórteres entendem que a proposta mais viável é a de ter outro professor em sala. Para Veja, para abrir 1 milhão de vagas a alunos do ensino técnico, seria preciso “criar 428 escolas, o que demandaria um investimento de 2,2 bilhões de reais, montante equivalente a 4% do orçamento do Ministério da Educação em 2009” (VEJA, nº34, 2010:74).

Na saúde, o candidato do PSDB prometia criar o programa Mãe Brasileira, de apoio a gestantes, e construir 154 Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES). As repórteres consideram o programa “Mãe Brasileira” uma ideia de baixo custo por ser uma ampliação do

“Mãe Paulistana”. Em relação à segunda proposta, será preciso um investimento de 430 milhões de reais, valor que “especialistas” – novamente sem citar quem são eles - avaliam como “suportável” no orçamento.

Na segurança, Serra prometeu criar o Ministério de Segurança para coordenar o combate ao crime organizado. Veja considera viável a iniciativa por não implicar novos gastos. Segundo os repórteres, bastaria colocar hierarquicamente sob a responsabilidade da nova pasta departamentos já existentes.

No item impostos, o ex-governador de São Paulo planeja criar a Nota Fiscal Brasileira, a exemplo da Nota Fiscal Paulista. A revista avalia que a iniciativa poderá trazer, nacionalmente, os mesmos benefícios que a Nota Paulista trouxe ao contribuinte de São Paulo. Segundo o texto, o projeto, implementado no Estado de São Paulo em outubro de 2007, devolve ao cidadão até 30% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas compras no varejo. Os mesmos mecanismos poderiam ser aplicados a tributos federais como PIS e Cofins.

Sobre a promessa que envolve política habitacional, José Serra falou na urbanização das favelas. Veja a considera pouco viável por demandar um investimento maior que o orçamento do Ministério da Educação. De acordo com as repórteres, na favela paulistana de Heliópolis, para construir 1.900 moradias e urbanizá-la foram gastos 120 milhões de reais. Para suprir o déficit habitacional brasileiro, segundo esse modelo, seriam precisos 500 bilhões de reais.

Em relação às promessas de Dilma, Veja destaca que a candidata assumiu, na área de educação, o compromisso de construir 6.000 creches no país e acabar com a progressão continuada. A revista avalia que o custo de 117 milhões de reais em investimentos não é muito. Segundo os repórteres, o valor equivale ao que o governo gasta para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Sobre a segunda proposta, a revista dá entender que não será algo simples. De acordo com o texto, Dilma terá de convencer o Congresso Nacional a alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

No setor de saúde, a ex-ministra prometeu construir 500 Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, e distribuir gratuitamente remédios para diabetes e hipertensão. Para Veja, o custo alto pode ser um entrave. O valor elevado fez com que, em oito anos, o governo Lula construísse 77, informa a reportagem. A revista aponta que, para fazer 500 UPAs, a candidata do PT teria de assumir um gasto de 1,3 bilhão de reais. Com relação à segunda promessa, Veja a considera factível. Os repórteres indicam que já há uma lei que determina que o governo distribua medicamentos para diabéticos. Segundo o texto, “multiplicar é

possível” (VEJA, nº34, 2010:75).

A penúltima promessa recai sobre a questão de impostos. Dilma pretende fazer uma reforma tributária que desonere os investimentos. A revista considera a ação necessária, mas dá a entender que a proposta da petista neste sentido é apenas regular.

Sobre moradia, a ex-ministra pretende construir 2 milhões de casas no programa Minha Casa, Minha Vida 2. Veja deixa claro que não seria uma proposta viável, já que, segundo o texto, o governo não cumpriu sequer o que estava previsto no programa Minha Casa, Minha Vida 1.

6.5.1 O STF e a queda de braço entre criador e criatura

A próxima reportagem da Editoria Brasil, “A primeira queda de braço entre Lula e Dilma” (VEJA, nº34, 2010: 86), aborda a escolha de um ministro para a mais alta Corte do País. Rodrigo Rangel e Otávio Cabral falam que o presidente e a ministra teriam candidatos distintos. “Criador e criatura têm candidatos diferentes para ocupar uma vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal. Para apimentar o quadro, os preferidos de ambos sofrem grandes resistências” (VEJA, nº34, 2010: 86).



Figura 74 – Veja – A primeira queda de braço entre Lula e Dilma

Segundo Veja, está em curso uma queda de braço entre Lula e Dilma nos “bastidores” do Planalto.

Longe dos olhos do grande público, nas correntes de poder da República, está em curso uma queda de braço entre o presidente Lula e sua candidata, Dilma Rousseff. Cada um mexe os músculos políticos para indicar o seu candidato ao Supremo

Tribunal Federal (STF) na vaga deixada pelo ministro Eros Grau, que se aposentou há pouco menos de um mês (VEJA, nº34, 2010: 86)

De acordo com os repórteres, para complicar a disputa, os atuais ministros do STF deram mostras inequívocas de rejeição tanto do indicado de Dilma, o deputado e dirigente do PT José Eduardo Cardozo, quanto do de Lula, o jurista Cesar Asfor Rocha, que presidia à época o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os motivos da resistência variam.

O nome do deputado José Eduardo Cardozo, professor de direito administrativo na PUC de São Paulo, não é considerado adequado pelos atuais ministros por suas ligações umbilicais com o Partido dos Trabalhadores (PT), cuja secretaria-geral ele ocupa. Os ministros acreditam que seria uma transição muito brusca entre a militância partidária e a toga. Isso poderia levantar dúvidas sobre a imparcialidade dos julgamentos da mais alta corte da nação. Cesar Astor tem reconhecida liderança no mundo jurídico brasileiro e já ocupa a presidência da segunda corte do país, o STJ. Teoricamente, seria um candidato viável (VEJA, nº34, 2010: 86; 87).

A revista declara que este não é o perfil que os ministros do STF imaginaram no pretendente “*in pectore*”⁹ (no peito, íntimo, em latim) do presidente Lula. Para os repórteres, aos olhos de muitos dos atuais ministros, a presença de Asfor no STF é inadequada em razão de um estilo de vida.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça não esconde que no passado aceitou carona em jatos de empresários que considera seus amigos - mesmo tramitando na sua corte ou dependendo de sua sentença a sorte de processos de interesse desses próprios amigos e suas empresas. O empresário Alexandre Grendene, um dos maiores do setor de calçados, já disponibilizou seu jato particular a Asfor Rocha para ele fazer suas apostas em um cassino em Punta del Leste, no Uruguai (VEJA, nº34, 2010:87).

Para Veja, antes de tomar a decisão, o presidente Lula terá a chance de examinar o perfil do seu candidato à toga. A matéria relata que o Palácio do Planalto encomendou à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) um levantamento sobre Asfor Rocha. De acordo com o texto, o magistrado nunca foi “unanimidade”. A revista ratifica que, desde que seu nome surgiu como candidato, ele teria enfrentado restrições dentro do próprio governo. No entanto, surge um viés ainda mais político à questão: a indicação de Asfor seria parte do acordo com o PMDB.

No mês passado, a oposição a Asfor ganhou a adesão de Dilma Rousseff. A candidata sabe que a nomeação do ministro faz parte das tratativas que resultaram na aliança política com o PMDB, mas estaria disposta a rever o acordo. Ela defende a idéia de que o PMDB receba outras compensações, como ministérios e cargos de segundo

⁹. “*in pectore*” **lat.** No peito. Intimamente, secretamente. (DICIONÁRIO MICHAELIS UOL, 2010)

escalão. Chegou a propor que Lula deixasse a escolha para o próximo governo, caso ela vença as eleições (VEJA, nº34, 2010:88).

Segundo a matéria, Lula não vai abrir mão da prerrogativa de indicar o ministro ainda em seu mandato. De acordo com a reportagem, o máximo que ele aceitou foi deixar a escolha para depois da eleição para evitar desgastar a campanha de Dilma. Os repórteres indicam que, em meio a isso, um problema surgiu. A ex-ministra Dilma começou a defender nos bastidores do governo e do Judiciário seu próprio candidato ao cargo, justamente o deputado federal José Eduardo Cardozo, do PT de São Paulo, um dos coordenadores de sua campanha. Para a revista, a maior dificuldade da candidata será fazer Lula aceitar o nome de Cardozo já que, segundo Veja, os dois mal se falam.



Figura 75 – Veja – Dilma Rousseff José Eduardo Cardozo

6.6 Análise de cobertura no mês de agosto

A cobertura de agosto também traz “mais do mesmo”, em especial na pauta sobre a dupla jornada de Lula, que já se tinha lido com o mesmo ângulo em julho. A coincidência nas agendas de Lula e Dilma está respaldada por um “subterfúgio jurídico”, acusa a revista, em tom de invencionice ou pirotecnia à margem da lei. É praticamente a mesma matéria que já havia sido feita, refeita, lida, discutida e analisada. Dá-se voz ao uso da máquina, à condição de Lula como cabo eleitoral... Associa-se o PT continuamente à transgressão jurídica, ao desrespeito ao Estado e às regras eleitorais. Desta vez, pelo menos, preservou-se a “ética

kantiana” não evocada de maneira profana. Este, no entanto, não é o ponto que mais chama a atenção da cobertura do processo eleitoral pela principal revista semanal de informação do País.

Marina Silva, do PV, aproxima-se ou atinge, e isso depende do instituto a ser tomado como base, o coeficiente de 10% das intenções de voto segundo algumas pesquisas eleitorais. “Em 21 de agosto, de acordo com o Datafolha, ela tinha 9%” (TERRA, 2010). Sete dias antes, o mesmo instituto indicava que ela havia chegado à “casa dos 10% na preferência do eleitorado” (FOLHA.COM, 2010). Esta análise recai sobre pesquisas eleitorais apresentadas à época. Tomados estes números como base, as pesquisas indicavam que Marina chegava ao fim do mês de agosto com uma projeção de votos que iria de um mínimo de pouco mais 11 milhões a 13,5 milhões, se levado em conta o universo de 135 milhões de eleitores e desconsiderada a fatia que se absteria do pleito, presumivelmente incerta.

Enquanto Marina subia nas pesquisas, e os meses seguintes trarão a discussão de “terceira via” e “onda verde”, por exemplo, Veja praticamente confiscou-lhe o direito de apresentar propostas na edição que, até então, mais detalhou os programas dos candidatos à presidência da República e, talvez, mais contemple o “abstrato” interesse público, álibi permanente das decisões editoriais tomadas nas redações.

A cobertura, aqui, passa a ser norteadada por um eixo de antíteses: Serra é a experiência. Dilma faz parte de um partido que abriga radicais, aloprados, mensaleiros. É recorrente a forma como Veja cita a “inexperiência” de Dilma, algo que também já se viu neste trabalho e que se acentua bastante com o aproximar do pleito.

Marina, apesar do crescimento nas pesquisas e de começar a trazer uma contribuição efetiva ao debate político (a própria Veja atribui a ética como um dos pontos fortes da candidata do PV), é colocada como a primeira entre os candidatos de segunda linha. Em nenhum momento a revista faz esta afirmação, mas isso está nas entrelinhas, na forma como a cobertura se estrutura. Não há, por exemplo, como entender (e aceitar) que no quadro publicado às páginas 74 e 75 da edição de 25 de agosto as propostas da candidata do PV não sejam sequer mencionadas. Fica a impressão que dar voz e espaço a Marina e às propostas dela poderia significar ajudá-la a tirar votos de Serra ou, pior ainda, a eleger Dilma já no primeiro turno. O fato é que o leitor de Veja foi privado de saber o que Marina pensava sobre temas que vão da educação à política habitacional, passando por saúde e carga tributária, no momento em que ela cresce. Este critério editorial deixou uma incógnita sobre o acesso ao que pensa e defende a candidata verde.

Os telejornais, em especial na véspera do primeiro turno (um pouco mais à frente, portanto), definiram que os principais candidatos teriam o mesmo tempo nas entrevistas feitas nas bancadas, ao vivo com os apresentadores ou âncoras. Foi este o padrão que se seguiu nas principais redes abertas de televisão. Não se trata de fazer, aqui, um elogio à isonomia de tempo dos telejornais, porque pesquisadores como Flora Neves ou o professor Venício A. de Lima, entre outros, já provaram que isonomia de tempo não implica isonomia de conteúdo, de tratamento, de pauta...

No jornalismo de revista é muito difícil buscar e prescrever essa igualdade quando dois candidatos, a 60 dias da eleição, têm, somados, mais de 70% das intenções de voto. A questão passa a ser a contribuição (ou o ônus) para essa polarização do pleito e verificar também se há interesses que estão sendo contemplados com isso. Neste sentido, a revista contribuiu bastante, e aparentemente de forma ostensiva, para a polarização da disputa entre Dilma Rousseff e José Serra.

Observemos: a edição de 18 de agosto dá capa aos indecisos. Veja faz um levantamento minucioso do perfil do eleitor de Dilma, um pernambucano; de Serra, uma catarinense; e de Marina, uma carioca. Todos estes dados estão respaldados por pesquisas. É assim que Veja também localiza e traz à superfície os dilemas de Raimunda, uma nordestina que permanece em dúvida, enquanto um despertador - usado como símbolo gráfico edição após edição - fazia uma contagem regressiva. Este é o ponto que mais chamou a atenção: excluiu-se Marina Silva da proposta de discutir e pensar o País, da idéia de pluralismo na cobertura política. Veja desperta o País para Serra, preferencialmente, e Dilma. E tem até um bom álibi para isso, se levarmos em conta que a matéria analisa as propostas apresentadas **no horário eleitoral na televisão**. Este recorte do que se fala na televisão justifica “a pauta”. A revista indicou apenas que o tempo de Marina (na TV) era exíguo, como foi o espaço que se optou a dar às propostas dela.

Outro ponto curioso: Veja fala da lentidão no andamento dos projetos de infraestrutura de que o País tanto precisa. Argumenta que dá para fazer mais rápido, com eficiência, etc. Cita exemplos na Índia e na China, em fotos reproduzidas neste trabalho com o simples objetivo de mostrar o que, para eles, é progresso... A pauta da Editoria Brasil tem a singela vocação de desmentir o que diz a candidata do PT, a começar pelo título.

Inusitadamente, a reportagem sequer menciona por que alguns projetos de infraestrutura no Estado de São Paulo demoraram a virar realidade, como propõe o título de uma outra reportagem neste período. Um exemplo é o Rodoanel.

Será que este expediente deve-se ao fato de o Estado de São Paulo viver uma espécie de dinastia tucana? De 1994 em diante, apenas políticos do PSDB foram eleitos para governar o Estado. Se considerarmos que o PSDB é uma dissidência do PMDB, este período recuará 12 anos, quando, em 1982, Franco Montoro assumia o Palácio dos Bandeirantes. São Paulo está há 28 anos sob a égide de políticos do PMDB (12 anos com Franco Montoro, Orestes Quécia e Luiz Antônio Fleury Filho) e 16 nas mãos do PSDB (Mário Covas, Geraldo Alckmin, José Serra e Geraldo Alckmin). Neste caso, a revista, tomada por um súbito esquecimento, não fala em alternância de poder como algo que dimensione a força de uma democracia. Se os amigos – “aqueles que se prepararam a vida toda para ser presidente” - estiverem no poder, não há motivo para defender a alternância. Assim, Veja enaltece que São Paulo é o “estado onde o partido colecionou suas maiores vitórias nos últimos anos”.

Em julho, Veja trouxe a denúncia do homem que se dizia uma bomba. Em agosto, a denúncia da vez envolve uma “confissão desconcertante” de um gestor da Previ, chamada de braço partidário. E até de **bunker**. A matéria prima pela acusação, mas não dá direito de defesa a quem é acusado. Veja vai do inquérito à sentença. Mas não passa pela defesa.

Mais um ponto: o marqueteiro de Lula é o que ajudou o presidente a se livrar do risco de impeachment. O de Serra, González, alguém que pensa um programa eleitoral na televisão como se fosse um telejornal. Por isso, já em manchete, “o homem positivo”. É este homem positivo que valorizará - palavras extraídas do texto publicado como reportagem na revista - a biografia **densa**, a **vasta** experiência e a **melhoria** da saúde, além da **origem humilde** do candidato tucano. O marqueteiro de Dilma também terá desafios pela frente: cuidar de uma **candidata inexperiente** e que tem um **“discurso desconexo, de difícil entendimento”**.

A revista dá voz ao filósofo Roberto Romano que, segundo o que se leu, despreza a importância daquele que é (ou foi?) considerado o principal imposto social: a inflação. Segundo ele, inflação não é tema mais nem em botequim. Será que Veja realmente acredita nisso? A revista também demonstra certa desconfiança em relação ao que Dilma e Serra propõem quando o assunto é política habitacional. Urbanização de favelas, para quê?

Levy Fidélis mereceu duas páginas inteiras numa reportagem de Veja. É rara a oferta de espaço para um candidato que não tem chance nenhuma no processo eleitoral. Quando Veja abre essa possibilidade, ela se vale do próprio espaço cedido para reforçar as críticas, o tom de denúncia, ou, fica claro, alguns dos preconceitos que se encontram na cobertura política que empreende. Foi a primeira vez no ano que um candidato nanico, sem chances, obteve este espaço e certa projeção na cobertura. O espaço, no entanto, só veio em tom de folclore. O

candidato do PRTB, que pensa o mundo pelo vagão de seu “Aerotrem”, proposta apresentada e reapresentada ao longo de uma década, foi, pasmem, roubado. Tomaram-lhe seu precioso pensamento, apropriando-se de uma idéia, talvez a única que tenha vindo dele no processo eleitoral. Alguém arrisca um palpite sobre quem fez isso?

CAPÍTULO VII - TUDO OU NADA, O BAILE DE EXTREMOS NA CAMPANHA ELEITORAL

Um fato no Chile teve repercussão global. A situação de 33 mineiros, presos na mina de ouro e cobre San José, no Deserto do Atacama, a cerca de 800 quilômetros de Santiago, desde o dia 5 de agosto, despertou a imprensa local e internacional para a cobertura do drama a que estes trabalhadores eram submetidos. O resgate deles só começaria à zero hora de uma quarta-feira, 13 de outubro, e levaria quase 3 dias ininterruptos. O grupo ficou quase 70 dias preso na mina, a 612 metros de profundidade. Todos os mineiros, e também os socorristas que participaram da operação, foram salvos. O presidente do Chile, Sebastián Piñera, lacrou definitivamente a mina San José após o êxito na empreitada. Foi este o assunto que mereceu a primeira capa de Veja no mês que antecedia a realização das eleições presidenciais, lembrando que a história chilena com final global feliz (à qual a rede de televisão norte-americana CNN dedicou um programa com o insuspeito nome Heroes) só terminaria depois do segundo turno das eleições por aqui.

Se os chilenos eram o foco da imprensa internacional e mereciam a capa de Veja, por aqui, havia outro alvo. Na Editoria Brasil em 1º de setembro (nº 2180 - ano 43 - nº 35), os repórteres Fernando Mello e Rodrigo Rangel relatam que José Serra era este alvo. Veja traz a imagem do candidato do PSDB sob uma mira (VEJA, nº35, 2010: 60).



Figura 76 – Veja – Ele era o alvo

Na linha fina, a revista afirmou que a quebra ilegal do sigilo fiscal de cinco tucanos reforçou “a suspeita de que os dados obtidos foram usados para produzir um dossiê contra a campanha de Serra” (VEJA, nº35, 2010: 61).

A reportagem descreve que um relatório da Corregedoria da Secretaria da Receita Federal apontou que cinco contribuintes pertencentes aos quadros do PSDB tiveram seus sigilos quebrados ilegalmente. E os enumera. “Luiz Carlos Mendonça de Barros, Gregório Marin Preciado, Ricardo Sérgio de Oliveira, Ronaldo de Souza e Eduardo Jorge” (VEJA, nº35, 2010: 61).

Segundo os repórteres, o que seria uma suspeita grave assumiu “contornos enormes”. A quebra de sigilo fiscal dessas pessoas serviria para alimentar um dossiê do PT contra o candidato do PSDB à Presidência.

De acordo com a matéria, Serra já teria sido alvo de um dossiê “fajuto” em 2006, produzido também por petistas quando ele era candidato ao governo de São Paulo (VEJA, nº35, 2010: 61). Para a revista, o caso registrado há quatro anos permaneceu congelado e teria servido de estímulo para que agora, às vésperas das eleições de outubro, a turma “barra-pesada do petismo” voltasse a agir (VEJA, nº35, 2010: 61). Veja diz que foi ela mesma a responsável pela denúncia.

A armação começou a ser desvendada em maio, por VEJA. A revista descobriu que um jornalista de Brasília, Luiz Lanzetta, havia montado um grupo para servir à campanha da candidata do PT, Dilma Rousseff. Quatro dos tucanos que tiveram o sigilo quebrado ilegalmente, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Gregório Marin Preciado, Ricardo Sérgio de Oliveira e Eduardo Jorge, aparecem citados nominalmente num texto de quarenta páginas intitulado "Operação Caribe" e que consta das primeiras páginas do tal dossiê (VEJA, nº35, 2010: 61;62).

Para a revista, uma rápida leitura do material, em confronto com o relatório da Corregedoria da Receita, seria suficiente para concluir que o autor teve acesso às informações fiscais dos quatro personagens que tiveram suas declarações violadas. Segundo a matéria, depois da publicação de Veja sobre as atividades do grupo, as ações teriam sido abonadas pela cúpula da campanha de Dilma.

A reportagem enfatiza que o sigilo fiscal é garantido pela Constituição e sua quebra ilegal é considerada crime. Não só políticos correriam riscos, mas o cidadão comum também, de acordo com o que relatam os repórteres de Veja. Eles entendem que a lei, a moral e os bons costumes têm sido categoricamente afrontados.

A revelação de que, além dos tucanos, dezenas de pessoas tiveram sua declaração acessada sem ordem judicial indica que o delito pode estar sendo praticado com maior frequência do que se supunha - não apenas para montar dossiês contra políticos, mas também para achacar cidadãos comuns. Trata-se de algo que deveria ser condenado com veemência pelas autoridades máximas da República. Mas que vem sendo considerado mera futrica por elas - em mais uma demonstração de que o respeito às leis, à moral e aos bons costumes nunca esteve num nível tão baixo neste país (VEJA, nº35, 2010: 62).

A matéria relata que as informações fiscais obtidas ilegalmente teriam saído do computador da servidora Adeildda Ferreira com o uso da senha de outra funcionária, Antônia Aparecida Rodrigues. Ambas teriam negado a prática do crime.

Segundo Adeildda e Antônia Aparecida, que já foi dirigente sindical, assim como colegas com quem divide sala, as senhas eram compartilhadas e ficavam expostas em blocos de anotações e agendas. Apesar das negativas, a Receita informou que vai encaminhar representações contra as duas servidoras ao Ministério Público Federal (VEJA, nº35, 2010: 62).

Veja afirma que elas são suspeitas de receber propina para quebrar o sigilo de tucanos. Os repórteres ironizam. “Para ficar no terreno animal, espera-se que a pesca dos peixes pequenos não elimine a caça aos tubarões que estão por trás deles” (VEJA, nº35, 2010: 62).

Ao lembrar que muitas das informações do relatório da Corregedoria da Receita constavam no texto da "Operação Caribe", produzido por uma equipe que, segundo a revista, seria ligada à campanha de Dilma, Serra cobrou esclarecimentos da adversária. “Se tudo isso foi feito para ajudar a candidatura de Dilma, ela tem de dar explicações ao Brasil”, afirmou” (VEJA, nº35, 2010: 62). Ainda de acordo com o texto, a ex-ministra disse que a cobrança do candidato do PSDB embutia uma calúnia e era fruto de desespero. Veja cita que o PT entrou com uma ação na Justiça contra Serra. O Judiciário, por sua vez, também teria se pronunciado sobre o caso da quebra de sigilo e no mesmo tom de indignação da cobertura da revista.

Ao conceder liminar a Eduardo Jorge para que ele tivesse acesso à investigação da Receita, o juiz federal Antonio Carlos Macedo da Silva mostrou espanto com o fato de a sociedade "parecer conviver com tranquilidade" com um crime das proporções da quebra de sigilo fiscal. Ao fim de seu despacho, o magistrado se pergunta também: “Que estado é este?” (VEJA, nº35, 2010: 62).

Mello e Rangel sugerem ao leitor que outra armação com pessoas do governo foi descoberta. Desta vez, o alvo também era mais um político do PSDB, o senador Marconi Perillo.

A armação começou a ser preparada no ano passado, quando o líder do PR na Câmara, deputado Sandro Mabel (GO), aliado do governo, se encontrou no Planalto com Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, para conversar sobre "uma bomba". O deputado tinha um conjunto de papéis que, entre outras coisas, mostravam a existência de uma conta secreta no exterior em nome do tucano. A papelada continha extratos bancários de um certo Aztec Group, offshore sediada no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. Perillo seria o administrador da empresa. Adversário de Perillo na política goiana, Mabel saiu do Palácio com a promessa de que o caso seria investigado a fundo (VEJA, nº35, 2010: 62).

Segundo a revista, o documento revelou aquele que nos últimos anos seria convertido no principal método do PT para atacar seus oponentes: “investigações clandestinas, baseadas em fatos quase nunca verdadeiros, com o objetivo de intimidar, constranger e manchar biografias de adversários” (VEJA, nº35, 2010: 62). Veja afirma ainda que os arquivos revelaram que a máquina (o Estado) foi usada para dar “ares de legalidade a papéis fajutos”. O texto informa nas linhas finais que o senador também prometeu processar os responsáveis pela trama.

7.1 Uma nova agonia do Leviatã

A edição de 8 de setembro (nº 2181- ano 43 - nº 36) destaca “O Partido do Polvo” (VEJA, nº36, 2010:1). Uma arte ilustra a chamada de capa com o brasão da República envolvido por um polvo. A linha fina indica: “a quebra do sigilo fiscal da filha de José Serra é sintoma do avanço tentacular de interesses partidários e ideológicos sobre o estado brasileiro” (VEJA, nº36, 2010: 1).



Figura 77 – Capa Veja de 08/09/2010 – Partido do Polvo

A Editoria Brasil reserva duas grandes reportagens a temas diretamente ligados às eleições. Na primeira, Serra é o foco, sob o prisma do fraquejar das instituições na era Lula. Na segunda, o partido cujos tentáculos avançam perigosamente sobre o Estado, o PT.

Com a manchete “O Estado a serviço do partido” (VEJA, nº36, 2010: 72), Daniel Pereira e Otávio Cabral desdobram o tema de capa, ou seja, a quebra do sigilo da filha do candidato do PSDB.



Figura 78 – Veja – O Estado a serviço do partido

Segundo eles, Verônica Serra sempre foi uma pessoa discreta. De acordo com o texto, ao contrário do pai, ela teria aversão a palanques. Porém, nas últimas semanas, a filha do candidato do PSDB teve sua vida exposta. Veja explica que, em 2009, uma equipe acessou de forma ilegal dados da filha dele. E crava: trata-se de um caso de banditagem político-institucional cometida por bandoleiros.

A empresária Verônica Serra, filha do candidato à Presidência da República José Serra, é conhecida pela discrição. Casada, mãe de três filhos, ela nunca se envolveu em política, tem aversão a palanques, mas, na semana passada, foi alçada à condição de personagem principal de uma escabrosa história de banditagem político-institucional. Soube-se que, em setembro do ano passado, à sombra da lei e cumprindo uma missão bem definida, um grupo de bandoleiros acessou ilegalmente suas últimas declarações de imposto de renda na Delegacia da Receita Federal em Santo André, no ABC paulista, e saiu de lá com cópias dos documentos (VEJA, nº36, 2010: 72).

A revista informa que, como qualquer contribuinte, Verônica Serra colocou à disposição

do estado brasileiro informações sobre seus bens, despesas, anuidades das escolas dos filhos e até o saldo bancário. Estes dados, reitera o texto, são absolutamente sigilosos e, pela Constituição, só deveriam ser compartilhados entre ela e o Fisco. A reportagem afirma que, depois de violados, os documentos obtidos em Santo André foram parar numa mansão em Brasília, onde, segundo Veja, funcionava um dos comitês de campanha de Dilma.

Os repórteres anunciam que, para entender as implicações da violação do sigilo da filha do candidato do PSDB, o texto vai apresentar fatos que ocorreram em 2009 e envolvem o Partido dos Trabalhadores. Em setembro daquele ano, enquanto o PT se preparava para lançar a então ministra como candidata à Presidência, a própria Dilma esteve sob suspeita. Ela foi acusada de ter interferido numa investigação da Receita Federal, em benefício da família Sarney.

VIOLAÇÕES EM SEQUÊNCIA

| 29 de setembro de 2009 Com uma procuração falsa, um despachante teve acesso, na delegacia da Receita Federal em Santo André (SP), às declarações de | 1 de outubro de 2009 Em Manaus, em uma unidade subordinada à delegacia da Receita em Santo André, outras cinco pessoas ligadas a | 26 de maio de 2010 VEJA revelou que a pré-campanha de Dilma Rousseff tentava contratar um grupo de arapongas cujos dados sigilosos delevariam políticos e aliados inócuos. | 12 de junho de 2010 Veio à luz a notícia de que um dos integrantes do grupo obtivera dados fiscais sigilosos do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge. A Receita Federal | 75 de agosto de 2010 Votou a informação de que a investigação interna da Receita Federal descobriu que outros tucanos foram | 27 de agosto de 2010 O corregedor-geral da Receita Federal, Antonio Carlos Costa d'Ávila, tentou explicar o problema de | 30 de agosto de 2010 A Receita Federal acrescentou mais um nome à lista de pessoas que têm em sigilo fiscal questionado: Verônica Alencar | 31 de agosto de 2010 Ao perceber o potencial de risco para a campanha de Dilma Rousseff, o governo encetou uma operação oficial de "abafa", atribuindo a culpa a responsabilidade e oferecendo como prova | 1º de setembro de 2010 Ficou provado que a assinatura de Verônica fora grossosamente falsificada e o reconhecimento em cartório nunca existiu. A Receita revelou que não tem como avaliar em um documento à falta de que entrem informações sigilosas a quem |
|--|---|---|--|--|--|--|--|---|
|--|---|---|--|--|--|--|--|---|

Figura 79– Veja – Dilma Rousseff e Lula

Neste período, destaca Veja, o principal adversário de Dilma, José Serra, aparecia como favorito em todas as pesquisas de intenção de voto. Segundo o texto, no fim de setembro (de 2009), um contador de São Paulo violou o sigilo fiscal de Verônica Serra com uma procuração falsa. De acordo com a revista, a violação partiu do contador Antônio Carlos Atella, “a pedido de Ademir Estevam Cabral, um contador filiado ao PV” (VEJA, nº36, 2010: 74). A reportagem indica que Atella é um “petista de carteirinha” há mais de 5 anos. Porém, os dados de filiação dele teriam sumido do sistema.

Em 20 de Outubro de 2003, no primeiro ano do governo Lula, a seção paulista do PT encaminhou à Justiça Eleitoral uma comunicação de filiação com o nome dele. Sempre que uma pessoa ingressa em um partido, a agremiação é obrigada a informar esse vínculo à Justiça. Quando Atella se tornou um militante petista, ele vivia em Mauá, no ABC paulista. Era lá que estava registrado seu título de eleitor. Depois, ele alterou seu domicílio eleitoral para a vizinha Ribeirão Pires. Em 21 de Novembro do ano passado, o nome de Atella foi retirado da base de dados da Justiça Eleitoral. Ainda não está claro por que ele sumiu do sistema (VEJA, nº36, 2010: 76).

Segundo a matéria, dez dias depois da quebra de sigilo de Verônica Serra, outras pessoas ligadas ao PSDB e a José Serra tiveram suas informações fiscais acessadas, de forma clandestina, numa unidade da Receita Federal de Mauá, com uso de senhas e computadores dos próprios funcionários do Fisco. Os repórteres contam que nesta mesma época um outro caso ocorreu e sugerem que não foi coincidência. Veja desdobra o tema com o esquema de espionagem na casa do Lago, em Brasília.

Em maio passado, VEJA revelou que o pré-comitê de campanha da candidata havia tentado montar um grupo para investigar a vida dos adversários, principalmente José Serra, e seus familiares e amigos. O “aparelho” foi estourado pela reportagem e veio ordem de cima para debandar. O que se sabe é que circulou entre eles uma papelada de aproximadamente quarenta páginas intitulada “Operação Caribe”. Ela continha informações fiscais de Verônica Serra, Eduardo Jorge, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ricardo Sérgio e Gregório Preciado - os mesmos personagens que tiveram seu sigilo invadido em Mauá (VEJA, nº36, 2010: 76).

Pereira e Cabral reiteram que Veja teve acesso ao conteúdo do documento. O texto afirma que se alinhavam informações facilmente obtidas por mecanismos de busca na internet. O responsável pelo trabalho foi, segundo a reportagem, o jornalista Amaury Ribeiro Junior, um dos primeiros integrantes do “frustrado grupo de espionagem” (VEJA, nº36, 2010: 76). De acordo com a matéria, Amaury teria dito que membros do PT roubaram informações de seu computador. Veja ironiza: “Extraordinário!” (VEJA, nº36, 2010: 76).

Segundo a revista, o jornalista afirmou que, há anos, investiga empresários e políticos. José Serra, a filha dele, Verônica, o ex-ministro Mendonça de Barros e Gregório Preciado estariam entre os alvos. Os repórteres contam que, numa entrevista a Veja, Amaury admitiu ter realizado uma investigação envolvendo a filha do candidato do PSDB e que o arquivo, redigido por ele, recebeu o nome de “Operação Caribe”. O texto também aponta que o jornalista teria “confessado” que foi convidado a integrar o grupo de inteligência da campanha.

Em seguida, Veja retoma sua opinião sobre a quebra de sigilo da filha e de membros do PSDB. E acusa, ao identificar evidências de uma aliança entre o estado brasileiro e os

criminosos.

Apesar da história fantástica, não há dúvida alguma de que o resultado da violação dos sigilos fiscais nas delegacias da Receita em Santo André e Mauá teve como destino o pré-comitê de campanha de Dilma Rousseff, que foi desbaratado depois das revelações de VEJA. Isso já seria grave demais, por si só, mas ganha dimensões imensuráveis quando surgem evidências de que o estado brasileiro pode estar associado aos criminosos (VEJA, nº36, 2010: 76).

De acordo com a reportagem, desde que a quebra do sigilo fiscal de Eduardo Jorge veio à tona, em junho, o governo se empenhou mais em proteger a candidatura de Dilma Rousseff do que em esclarecer o ocorrido. A revista afirma que houve falhas na investigação, no modo que a Receita conduziu o caso e fala de uma conspiração patrocinada pela campanha de Dilma.

Primeiro, a corregedoria do órgão descobriu que foram seus próprios servidores que acessaram as declarações de imposto de renda de Eduardo Jorge sem nenhuma autorização para isso. Manteve, porém, segredo absoluto de que outras pessoas ligadas ao candidato José Serra também haviam sido vítimas de espionagem. Por quê? Porque isso reforçaria a suspeita da existência de uma conspiração patrocinada pela campanha de Dilma Rousseff. Os esforços da Receita para manter trancadas as portas da apuração chegaram ao limite do escândalo quando Eduardo Jorge foi à Justiça e conseguiu autorização para ter acesso ao processo de investigação interna do órgão. No documento entregue ao tucano foram suprimidas as páginas que provavam que a corregedoria do Fisco já sabia da quebra do sigilo de Verônica Serra. Revelada a violação, assessores do Ministério da Fazenda, ao qual está subordinado o Fisco, ainda espalharam que o imposto de renda da filha de Serra havia sido acessado com a autorização da própria, concedida por meio de uma procuração (VEJA, nº36, 2010: 78).

Veja também argumenta que, quando essa versão se tornou pública, a Receita Federal já sabia que os documentos eram falsos. Os repórteres questionam, dizem que o governo Lula despreza as instituições e deixará a marca de ter colocado o estado a serviço do próprio governo e do partido.

Por que a Receita tentou esconder isso? Só existe uma explicação: o órgão deixou de lado sua função institucional para agir orientado pelos interesses do governo, do partido, da candidatura de Dilma Rousseff - prática, aliás, recorrente nos principais escândalos do governo Lula. O desprezo pelas instituições é uma marca que será deixada pelo governo Lula (VEJA, nº36, 2010: 78).

O texto ainda menciona que, apesar de alguns amigos de Lula estarem “às portas da cadeia”, o presidente negou a existência do mensalão. Veja diz que Lula tem o hábito de “diminuir a culpa dos amigos infratores” (VEJA, nº36, 2010: 79). A matéria recorre novamente a um cientista político - já citado em edições anteriores - para avaliar a conduta do

presidente. “Lula não tem nenhuma preocupação com o estado e acha que a popularidade o autoriza a fazer o que quiser”, avalia o cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília” (VEJA, nº36, 2010: 79). Em seguida, Veja faz sua própria análise e reafirma que Lula mantém o prestígio com políticos envolvidos em escândalos.

A elasticidade dos limites éticos do presidente, que a tudo perdoa e com tudo transige, permite aos protagonistas dos maiores escândalos de seu governo seguirem prestigiados e influentes. José Dirceu, chefe da quadrilha que comandou o mensalão, é militante influente do PT e conselheiro da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Antônio Palocci, responsável pela quebra do sigilo bancário de um caseiro que denunciara irregularidades suas, é o coordenador da mesma campanha. A própria Dilma, envolvida na elaboração de um dossiê contra FHC e na tentativa de controlar uma investigação da Receita contra a família Sarney, lembre-se, foi uma escolha pessoal do presidente (VEJA, nº36, 2010: 79;80)

Para a revista, a violação do sigilo fiscal da filha de José Serra e de seus aliados pode, sim, ser atribuída à atitude de desprezo com as instituições do estado. Os repórteres consideram a banalização desse comportamento uma afronta e um risco para a democracia.

O texto cita uma declaração do ministro do STF que parece concordar com Veja.

Para o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, o Brasil vive um "período singular", considerando os desrespeitos sucessivos patrocinados pelo próprio governo - que reproduziria, assim, práticas típicas de regimes totalitários. "É um fenômeno extremamente grave e recorrente. Mostra que há um DNA embutido nele". Mendes compartilha da tese de que há o risco de o país trilhar o caminho do totalitarismo. No curto prazo, mostra-se preocupado com a possibilidade de perda de credibilidade das instituições. (VEJA, nº36, 2010: 79;80)

Mas a avaliação do presidente, segundo a reportagem, é a de que, mesmo com a confusão criada pela quebra dos sigilos, a candidata Dilma Rousseff ainda teria chances para vencer a eleição no primeiro turno. De acordo com a matéria, o otimismo de Lula se deve principalmente às “classes mais pobres e menos escolarizadas, que formam o grosso do eleitorado, não declaram imposto de renda nem compreendem um caso tão complexo” (VEJA, nº36, 2010:80).

7.1.1 O Partido do Leviatã

A segunda matéria, “O Partido do Polvo” (VEJA, nº36, 2010:82), abre espaço para discutir o aparelhamento do estado que, de acordo com Veja, ganhou impulso com Lula. Na

linha fina, o texto acusa o presidente de contribuir para a ocupação da máquina pública. “Todo governo tende a favorecer partidários em nomeações, mas, sob o comando de Lula, o PT e os sindicalistas promoveram a ocupação implacável da máquina pública” (VEJA, nº36, 2010:82).



Figura 80 – Veja – O partido do polvo

Para a revista, quando a máquina pública passa a ser controlada por pessoas ligadas “umbilicalmente” a um partido político, e este, a sindicatos, um poder independente é criado no País. Segundo o repórter, neste novo comando, os “ditames do corporativismo, das inclinações políticas e dos interesses comuns da burocracia oficial valem mais do que as leis” (VEJA, nº36, 2010:82). A matéria ainda afirma que seus integrantes “obedecem cegamente a um líder carismático” (VEJA, nº36, 2010:82).

Veja conclui, logo nas primeiras linhas do texto, que este é o cenário de um quadro “ruinoso” que teria atingido outros países, mas que, hoje, o Brasil, com o governo Lula, estaria “vulnerável a um descaminho semelhante” (VEJA, nº36, 2010:82). O texto explica que o processo de colocação de “gente nossa em postos-chave” (VEJA, nº36, 2010:83), ao qual já se chega sabendo a quem se deve fidelidade é chamado de “aparelhamento do estado”. Veja afirma que foi este o processo que teve impulso nos últimos anos, num legado do presidente. A reportagem também traz um trecho da Carta ao Leitor da própria revista (na mesma edição) para reforçar, na Editoria Brasil, a idéia que já se defendera num espaço voltado à opinião.

Como disse a Carta ao Leitor de VEJA desta edição, esse processo teve enorme impulso nos últimos anos e é “desde já o mais ruinoso legado da era Lula”. Essa triste

realidade veio à tona com violência na semana passada, com a revelação da criminoso quebra do sigilo fiscal de Verônica Serra, filha de José Serra, candidato da oposição ao cargo de presidente da República nas próximas eleições. Para tentar abafar o crime, cujos autores e circunstâncias ainda estão longe de ser totalmente esclarecidos, falou-se por feromônio na máquina estatal. A Receita Federal, o Ministério da Fazenda, a Polícia Federal e até o gabinete da Presidência da República atuaram de forma coordenada no episódio (VEJA, nº36, 2010:82).

O repórter Fernando Mello descreve que desde 2003, quando Lula chegou ao poder, seguidores teriam acelerado uma operação de conquista de postos-chave e reafirma que dos 40 cargos mais cobiçados do governo, os partidários de Lula e filiados ao PT ocuparam 22.

OS 40 CARGOS MAIS COBIÇADOS DO GOVERNO
Entre os cargos de confiança — aqueles ocupados por indicação —, o levantamento político se tornou uma praxe. VEJA levantou a situação atual dos postos que controlam os maiores orçamentos da República. O PT tem conta de mais da metade deles.

| INSTITUIÇÃO | NOME | CARGO | ESFÉRESA DA INDICAÇÃO | RECURSOS QUE CONTROLA (em reais) |
|-------------------------------|----------------------------------|--|-----------------------|----------------------------------|
| BNDES | Luciano Coutinho | Presidente | 135 bilhões | ★ |
| | David José de Matos | Presidente | 500 milhões | ★ |
| | Renato Takahashi de Araújo | Diretor de tecnologia e infraestrutura | — | ★ |
| | José Osvaldo Furtado de Carvalho | Diretor de tecnologia e infraestrutura | — | ★ |
| CORREIOS | Marlio Marques Barbosa | Presidente | 2,2 bilhões | ★ |
| | Daniel Silva Balaban | Presidente | 11,8 bilhões | ★ |
| | Aldemir Bendine | Presidente | 300 milhões | ★ |
| | Ricardo Antonio de Oliveira | Vice-presidente de governo | — | ★ |
| CAIXA | Roberto Moreira | Presidente | 38 bilhões | ★ |
| | Abelardo Braga | Presidente | 1,8 bilhão | ★ |
| | Ricardo José da Costa Flores | Presidente | 101 bilhões | ★ |
| | Renê Sampaio | Diretor de investimentos | — | ★ |
| CAIXA (cont.) | Maria Fernanda Ramos Coelho | Presidente | 109 bilhões | ★ |
| | Sergio Pinheiro Rodrigues | Vice-presidente de logística | — | ★ |
| | Francisco Egídio Martins | Vice-presidente de crédito | — | ★ |
| | Jorge Fontes Heredia | Vice-presidente governamental | — | ★ |
| RECEITA FEDERAL | Oswaldo Cartão | Secretário da Receita Federal | 7,3 bilhões | ★ |
| | Guilherme Nardes de Lacerda | Presidente | 59 bilhões | ★ |
| | Benedictinos Marques | Diretor de investimentos | — | ★ |
| | José Antonio Muniz Lopes | Presidente | 8,1 bilhões | ★ |
| ELETROBRAS | Dilton da Costa Oliveira | Presidente da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (Chesf) | 1 bilhão | ★ |
| | Miguel Cotroneo | Presidente da Eletronorte | — | ★ |
| | Josias Matos de Araújo | Presidente da Eletrosul | 519 milhões | ★ |
| | Carlos Nadafutti Filho | Presidente de Furnas | 1,1 bilhão | ★ |
| PETROBRAS | Abelardo Braga | Presidente | 1 bilhão | ★ |
| | Alexandra Reschke | Secretária | — | ★ |
| | José Sérgio Gabriel | Presidente | 81 bilhões | ★ |
| | Guilherme de Oliveira Estrela | Diretor de exploração e produção | — | ★ |
| PETROBRAS (cont.) | Renato de Souza Duque | Diretor de serviços | — | ★ |
| | Paulo Roberto Costa | Diretor de abastecimento | — | ★ |
| | José Sérgio de Oliveira Machado | Presidente da BR Distribuidora | — | ★ |
| | José Lima de Andrade Neto | Presidente da BR Distribuidora | — | ★ |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | Luiz Antonio Pagot | Diretor-geral | 11,5 bilhões | ★ |
| | Marlio Francisco Barreto | Presidente da CaixaPrevid | — | ★ |
| | Valde Mayses Simão | Presidente do INSS | 11 bilhões | ★ |
| | Wagner Pinheiro de Oliveira | Diretor de investimentos | — | ★ |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL (cont.) | Luís Carlos Fernandes Afonso | Diretor de investimentos | — | ★ |
| | Leandro de Oliveira | Presidente | 51 bilhões | ★ |
| | Luiz Antonio Pagot | Diretor-geral | 11,5 bilhões | ★ |
| | Marlio Francisco Barreto | Presidente da CaixaPrevid | — | ★ |
| COMUNIDADE ELETRÔNICA | Leandro de Oliveira | Presidente | 10,4 bilhões | ★ |
| | André Patúla | Presidente | — | ★ |
| | Luiz Antonio Pagot | Diretor-geral | 11,5 bilhões | ★ |
| | Marlio Francisco Barreto | Presidente da CaixaPrevid | — | ★ |
| COMUNIDADE ELETRÔNICA (cont.) | Wagner Pinheiro de Oliveira | Diretor de investimentos | — | ★ |
| | Luís Carlos Fernandes Afonso | Diretor de investimentos | — | ★ |
| | Leandro de Oliveira | Presidente | 51 bilhões | ★ |
| | Luiz Antonio Pagot | Diretor-geral | 11,5 bilhões | ★ |
| COMUNIDADE ELETRÔNICA (cont.) | Marlio Francisco Barreto | Presidente da CaixaPrevid | — | ★ |
| | Luiz Antonio Pagot | Diretor-geral | 11,5 bilhões | ★ |
| | Marlio Francisco Barreto | Presidente da CaixaPrevid | — | ★ |
| | Luiz Antonio Pagot | Diretor-geral | 11,5 bilhões | ★ |

Contas anuais, para as empresas estatais e autarquias, há muito em conta o valor dos orçamentos de investimento, para o BNDES, a receita anual, para o BNDES, os ativos, para a Caixa, a execução orçamentária, para a Petrobras e o São Francisco de Assis, o orçamento do BNDES.

Figura 81 – Veja – Os 40 cargos mais cobiçados do Governo

A arte ilustra a argumentação com o símbolo do partido, a estrela, estampada no BNDES, nos Correios, na Caixa Econômica Federal, na Petrobras... Segundo o repórter, essas pessoas controlam orçamentos gigantescos.

Nesses postos eles controlam orçamentos anuais que, somados, chegam a 870 bilhões de reais. Isso representa um quarto do produto interno bruto brasileiro. Ou seja, que 25% da riqueza nacional está sob administração direta de quadros partidários e ligados a sindicatos e centrais sindicais, todos comprometidos com um programa duradouro de poder (VEJA, nº36, 2010:83;84).

A matéria recorre ao livro da cientista política Maria Celina D’Araujo, *A Elite Dirigente do Governo Lula* (2010). A obra, de acordo com o texto, traça um quadro acadêmico da situação. Segundo Maria Celina, com a eleição de Lula, era de se esperar que os sindicatos ficassem mais perto do governo e do estado. Ela opina: “Num país conservador como o

Brasil, a presença tão significativa de profissionais sindicalizados nas altas esferas do governo parece destoante” (VEJA, nº36, 2010:84).

O texto indica que com o preenchimento dos 1.219 cargos especiais de direção e assessoramento superior, o governo formou o chamado núcleo duro da administração. A reportagem afirma que antes de Lula e do PT esses cargos foram ocupados por indicação política. No atual governo, 45% dessas áreas foram entregues a sindicalistas, sendo que, entre eles, 82% filiados ao PT. Veja afirma que, para garantir o controle sobre a distribuição de cargos de confiança, o Palácio do Planalto concentrou na Casa Civil o poder de aprovar todas as nomeações do Executivo e deu a membros do PT a absoluta maioria dos ministérios. A revista argumenta que a noção de serviço público foi substituída “nos escalões superiores da burocracia federal” (VEJA, nº36, 2010:84) pela fidelidade ao projeto de poder do presidente e de seu partido. Segundo Veja, essa lógica atingiu também escalões intermediários de poder.

Os servidores passaram a agir como funcionários camuflados: apesar de oficialmente desempenharem tarefas públicas e terem remuneração paga pelo estado (ou seja, por todos os contribuintes), dedicam-se a cumprir objetivos táticos e estratégicos definidos pelos líderes de sua sigla. Essa lógica foi aos poucos escorregando pelas engrenagens da máquina pública até atingir os escalões intermediários (VEJA, nº36, 2010:84).

De acordo com o texto, um cruzamento de dados (realizado por repórteres de Veja) mostrou que 6.045 servidores federais de alto nível teriam se filiado ao PT desde o início do governo Lula. Sete em cada dez deles teriam tido suas carreiras “turbinadas” (VEJA, nº36, 2010:84) e, em pouco tempo, acabaram promovidos a postos de chefia. Em tom de pergunta, o repórter argumenta...

A filiação ao partido, e não a qualificação técnica, foi o dado essencial para a promoção desses funcionários? Sempre se poderá dizer que não é bem assim, pois se tratava de gente da melhor qualidade. Mas a realidade mostra que em nenhum outro grupo o acesso a postos de chefia foi tão célere (VEJA, nº36, 2010:84).

A matéria busca outro cientista político, Pedro José Floriano Ribeiro, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que pesquisou por oito anos as mudanças na base social do PT e em seus programas.

Ele diz que a sigla pode hoje se encaixar na definição de partido cartel: retira cada vez mais do estado recursos vitais à sua sobrevivência. Segundo ele, a forma de convencimento de entrada no partido é hierárquica, vindo dos altos dirigentes, deputados, ministros e prefeitos, até chegar às lideranças locais, especialmente diretórios municipais e vereadores (VEJA, nº36, 2010:84;85).

Segundo o relato deste cientista político, o PT utilizou como “sistema de recrutamento o apadrinhamento ou compadrio” (VEJA, nº36, 2010: 85), ou seja, lideranças teriam indicado parentes ou amigos para os cargos. O texto aponta ainda que, para Ribeiro, um forte elo entre partido e burocracia estatal se intensificou.

Um filósofo também opina na reportagem. ““O mundo passa a ser visto a partir dos valores do partido e dessa burocracia. E a máquina pública passa a se mover segundo essa visão partidarizada”, explica o filósofo José Arhur Giannotti” (VEJA, nº36, 2010:86). De acordo com a revista, a “voracidade” por cargos não é um caso único protagonizado pelo PT.

Um exemplo considerado paradigmático pela ciência política é a experiência do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) entre os anos 80 e 90. O partido chegou a ter 25.000 pessoas em cargos de confiança no governo do primeiro-ministro Felipe González. A ineficiência da máquina pública espanhola chegou ao paroxismo, as contas públicas degingolaram e os casos de corrupção estatal se multiplicaram. Na Rússia comandada por Vladimir Putin e na Venezuela do coronel Hugo Chávez, os governos também são dominados por funcionários umbilicalmente ligados ao regime (VEJA, nº36, 2010:86).

Veja afirma que nenhum país do mundo avançou sem uma burocracia de qualidade. No Brasil, a revista antevê uma dicotomia.

Existem carreiras fortes e eficientes, especialmente na área econômica (como as ligadas ao Banco Central ou ao Tesouro Nacional), e áreas bastante rudimentares (como a Receita Federal, onde, segundo o próprio corregedor-geral do órgão, se instalou um “balcão de negócio” para compra e venda de dados sigilosos dos contribuintes) (VEJA, nº36, 2010:86).

7.2 Uma nova denúncia

Em 15 de setembro (2182 – ano 43 – nº 37), a chamada principal remete novamente ao assunto que havia sido apresentado na edição do dia 8. As extremidades do polvo, na capa, têm cinco pontas em forma de uma estrela e o tom é de uma nova – e grave - denúncia. “Exclusivo- O Polvo no Poder” (VEJA, nº37, 2010:1). O molusco está envolvido por maços de notas de 100 reais dobradas, com elásticos. A linha fina: “Empresário conta como obteve contratos de 84 milhões de reais no governo graças à intermediação do filho de Erenice Guerra, ministra-chefe da Casa Civil, que foi o braço direito de Dilma Rousseff” (VEJA, nº37, 2010:1).



Figura 82 – Capa Veja de 15/09/2010 – O Polvo no Poder

Assinada por Diego Escosteguy, a primeira reportagem da Editoria Brasil tem rigorosamente o mesmo título da capa: “O Polvo no poder” (VEJA, nº37, 2010:76). O texto também retoma a discussão sobre o aparelhamento do estado. O repórter destaca, na linha fina, que o filho de Erenice estaria por trás de contratos milionários. “Bem próximo do gabinete presidencial, o filho da ministra Erenice Guerra, chefe da Casa Civil, comanda um esquema de lobby que conta com a ajuda da mãe para atrair empresários interessados em contratos com o governo” (VEJA, nº37, 2010:76).



Figura 83 – Veja – O Polvo no Poder

]Nas primeiras linhas, a reportagem afirma que a candidata à presidência pelo PT foi inventada por Lula. E completa que a ex-ministra, por sua vez, criou Erenice Guerra. “Lula inventou Dilma, que inventou Erenice, que é mãe de Israel, personagem que nos leva ao segundo capítulo da narrativa” (VEJA, nº37, 2010:77). À frente da Casa Civil desde abril, Erenice é a responsável pela coordenação do trabalho de todos os ministérios da Esplanada. Escosteguy explica as funções contempladas pelo poder que ela tem. “Esse extraordinário poder político compreende as bilionárias obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e a atuação de gigantes como o BNDES, a Petrobras e os Correios” (VEJA, nº37, 2010:77). A revista afirma que qualquer grande ação do governo precisa do aval de Erenice.

De acordo com a denúncia, a história sobre contratos milionários envolvendo o filho da secretária executiva de Dilma começou no segundo trimestre de 2009, quando um empresário foi a Brasília para vender ao governo um serviço de transporte aéreo de correspondências. Segundo a reportagem, o vendedor já tinha a noção que, mesmo com uma boa proposta, seu trabalho dependeria de uma “forcinha”.

O vendedor então procura um nome forte o bastante para fazer sua proposta tramitar na máquina governamental. Surgem sugestões de nomes de consultores, como são chamados os lobistas em Brasília. O nome de Israel Guerra se impõe. Ele é filho de Erenice, então secretária executiva de Dilma na Casa Civil. Monta-se um contrato com uma cláusula que prevê “taxa de sucesso” de 6% para Israel caso a licitação pouse suavemente na pista correta (VEJA, nº37, 2010:78).

O repórter descreve que o esquema teria dado certo, mas que esta foi apenas a primeira parte da negociação, que a revista chama de aventura. Dar certo, neste contexto, implica garantir ao filho de Erenice 5 milhões de reais.

A empresa prestadora de serviços para os Correios embolsa 84 milhões de reais e entrega pouco mais de 5 milhões para o consultor, lobista, filho da futura ministra chefe da pasta mais poderosa do governo e que despacha no andar de cima do presidente da República. As partes despendem-se e já esquentam os motores para a próxima aventura de ganhar um contrato milionário no governo com ajuda de figura da alta hierarquia (VEJA, nº37, 2010:78).

Em seguida, Veja garante que membros do PT estão envolvidos em ações de lobby. Estes militantes desviam dinheiro público por meio de fraude em licitação. Escosteguy explica que se trata de um dízimo ideológico que não envergonha cristão nenhum.

Para os petistas envolvidos na transação, um claro ato de corrupção capitulado na Constituição, em leis ordinárias e no Estatuto do Servidor Público era uma ação cívica, um dízimo ideológico destinado a plantar fundações ainda mais sólidas do projeto de poder do grupo. Nada a esconder. Nada que possa envergonhar cristão. Para eles, desviar dinheiro do bolso dos pagadores de impostos – brasileiros que trabalham cinco meses do ano para o estado -- por meio do direcionamento da licitação fraudulenta, a “taxa de sucesso”, se confunde com as ações rotineiras que cumprem como servidores públicos. Governo e partido, na visão deles, são a mesma coisa (VEJA, nº37, 2010:78).

Escosteguy explica que, nas últimas semanas, Veja entrevistou clientes do esquema e lobistas que participaram dos negócios. Com base nessa investigação, a matéria aponta evidências de que o filho de Erenice e seus sócios teriam usado a influência dela para fechar negócios com o governo. A revista apurou que uma das sócias (no contrato social) é uma vendedora de queijo que vive no interior de Minas Gerais, alguém que é “laranja” no esquema.

A empresa do filho da ministra chama-se Capital Assessoria e Consultoria e foi aberta oficialmente em julho do ano passado. No papel, constam como sócios Saulo Guerra, outro filho da ministra, e Sônia Castro, mãe de Vinícius Castro, assessor jurídico da Casa Civil. São dois laranjas. Sônia Castro é uma senhora de 59 anos que reside no interior de Minas Gerais e vende queijo (VEJA, nº37, 2010:78).

Além de clientes, a revista informa que conversou com fontes do alto escalão para “tentar entender” (VEJA, nº37, 2010:78) a história de sucesso da Capital. Segundo o repórter, na Junta Comercial, as atividades teriam sido encerradas recentemente e no endereço onde deveria funcionar a empresa há um sobrado residencial. Veja afirma que numa primeira visita ouviu de um morador que aquela era uma casa de família, mas o texto indica que, “numa verificação mais minuciosa” (VEJA, nº37, 2010:80) descobriu que no endereço registrado oficialmente como sede da Capital mora Israel Guerra. A matéria conta que localizou Israel na sede da empresa, ou seja, na sua casa, mas que ele teria negado a existência da Capital e também não se lembrava de alguns nomes.

Segundo ele, não havia empresa alguma funcionando ali. Capital? Nunca ouviu falar. Vinícius? Não se lembrava ao certo do nome. Stevan? Este, salvo engano, era amigo de um amigo. O Vinícius, de quem ele não se recordava, era Vinícius Castro, funcionário da Casa Civil, parceiro dele no escritório de lobby. O advogado Stevan Knezevic, o amigo do amigo, o terceiro parceiro, é servidor da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC, cedido à Presidência da República desde setembro de 2009. Os três se conheceram quando trabalharam na burocracia de Brasília e se tornaram amigos inseparáveis – amizade que voou a jato para o mundo dos negócios (VEJA, nº37, 2010:80).

Como a sede da empresa funciona em uma residência, diz o texto, quando precisam despachar com clientes, a alternativa é o escritório da Trajano & Silva Advogados, que fica num shopping de Brasília. Segundo a matéria, um dos sócios do escritório é o advogado Márcio Silva, coordenador, em Brasília, “da banca” (VEJA, nº37, 2010:80) que cuida dos assuntos jurídicos da campanha presidencial de Dilma. O repórter descreve que Veja também localizou o empresário e diz que ele chegou a participar de reuniões com o filho, os funcionários da Casa Civil e a própria Erenice Guerra.

Em abril do ano passado, o paulistano Fábio Baracat, dono da ViaNet Express, empresa de transporte de carga aérea e então sócio da MTA Linhas Aéreas, queria ampliar a participação de suas empresas nos Correios. A idéia era mudar as regras da estatal, de modo que os aviões contratados por ela para transportar material também pudessem levar cargas de outros clientes. Isso elevaria o lucro dos empresários. Baracat também desejava obter mais contratos com os Correios (VEJA, nº37, 2010:80).

O próprio Fábio Baracat admite à revista ter chegado ao nome do filho de Erenice por indicação de um diretor dos Correios. “Fui informado de que para conseguir os negócios que eu queria era preciso conversar com Israel Guerra e seus sócios” (VEJA, nº37, 2010:80). A edição relata que, nos encontros que se seguiram, Israel teria dito que poderia interceder por meio do poder da Casa Civil. “Minha mãe resolve” (VEJA, nº37, 2010:80).

De acordo com o repórter, um tempo depois de Baracat ter sido apresentado a Erenice e a Israel um pagamento mensal começou a ser feito. “Pagava os 25 mil reais em dinheiro vivo, sempre para Vinícius Castro. Os acertos davam-se em quartos de hotel, restaurantes e dentro do carro. Ele nunca contava o dinheiro” (VEJA, nº37, 2010:82). Escosteguy aponta que o filho da ministra também se encarregou de “operar as mudanças” (VEJA, nº37, 2010:82) que beneficiariam a empresa nas licitações da estatal e que Erenice sabia de todas as negociações. “Ela sabia de tudo que se passava. Dava respaldo aos meninos” (VEJA, nº37, 2010:82).

O repórter denuncia que o primeiro bônus foi pago pelo empresário “à turma de Israel Guerra” (VEJA, nº37, 2010:82) no final de 2009 quando Dilma ainda era ministra.

A licença de voo da MTA havia expirado, e a empresa chegou a ficar 4 dias sem operar por ter dificuldades na renovação desse documento junto à ANAC. Aos diretores da MTA e a Baracat, Israel Guerra informou que as dificuldades se traduziam em cobrança de propina. Diante do impasse, no dia 17 de dezembro, Baracat fez uma transferência eletrônica bancária (TED) de 120 mil reais, de sua conta pessoal, para a conta da Capital Consultoria no Banco do Brasil. Além da “taxa de sucesso” do filho de Erenice, o pagamento também contemplou, segundo os sócios da Capital, distribuição de propina na ANAC (VEJA, nº37, 2010:82).

De acordo com a revista, com o apoio da empresa do filho da ministra, a MTA, que até então ganhava cerca de 40 milhões de reais por ano em contratos emergenciais com os Correios, passou a faturar “num arco de dois meses” (VEJA, nº37, 2010:82) 84 milhões de reais em novas licitações. Em seguida, Veja finaliza o texto com uma opinião sobre a mudança que estes relacionamentos trouxeram à vida de Israel.

O fato é que a vida do filho da ministra mudou significativamente desde que a mãe ascendeu na hierarquia federal. Depois de vagar por vários empregos públicos, sempre por indicação de alguém, ele parece ter se estabilizado financeiramente. Na garagem de sua casa, podem-se ver sinais de que a vida como lobista está lhe fazendo bem: ele tem dois carrões, um Golf preto e uma caminhonete Mitsubishi L-2000 – somente a caminhonete está avaliada em 100 mil reais. Os carros estão em nome da ministra Erenice (VEJA, nº37, 2010:84).

7.2.1 Polvo no Planalto; Ratos na Receita...

Com a manchete “Os Ratos da Receita”, Fernando Mello e Laura Diniz avançam o serviço começado por Diego Escosteguy em O Polvo no Poder. Trata-se de mais uma denúncia grave. Os dois repórteres retomam, na segunda matéria da Editoria Brasil em 15 de setembro, a quebra de sigilo de pessoas ligadas a José Serra e ao PSDB. Para eles, a Corregedoria da Receita Federal, em vez de investigar as violações de sigilo cometidas por funcionários do órgão, trabalhou para ocultar as “provas dos crimes” (VEJA, nº37, 2010:86).

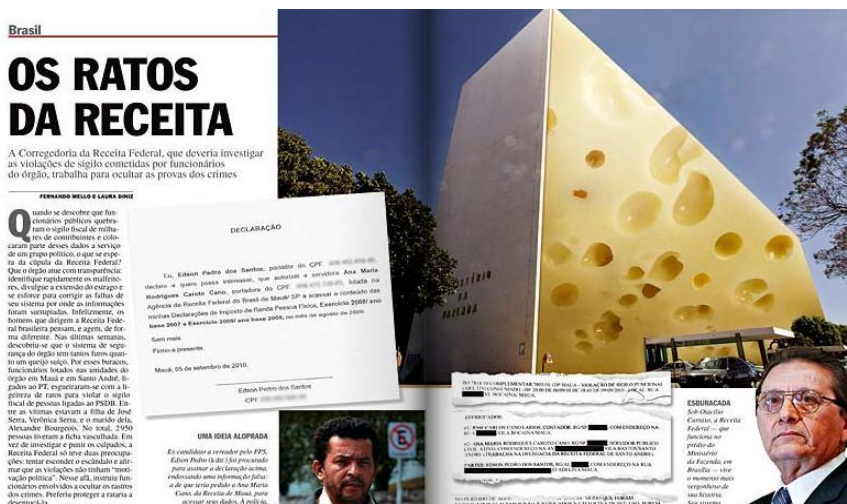


Figura 84 – Veja – Os Ratos da Receita

Segundo o relato de ambos, quando se descobriu que funcionários públicos quebraram o sigilo fiscal de milhares de contribuintes e colocaram parte desses dados a serviço de um

grupo político, esperava-se que a Receita Federal atuasse com transparência, ou seja, que identificasse com rapidez as falhas.

Nas últimas semanas, descobriu-se que o sistema de segurança do órgão tem tantos furos quanto um queijo suíço. Por esses buracos, funcionários lotados nas unidades do órgão em Mauá e em Santo André, ligados ao PT, esgueiraram-se com a ligeireza de ratos para violar o sigilo fiscal de pessoas ligadas ao PSDB. Entre as vítimas estavam a filha de José Serra, Verônica Serra, e o marido dela, Alexandre Bourgeois (VEJA, nº37, 2010:86).

A matéria insiste: em vez de investigar e punir culpados, a Receita Federal preocupou-se em esconder o escândalo e afirmar que as violações não tinham motivação política.

Na segunda semana de setembro, um contador chamado José Carlos Cano Larios procurou pessoas que tiveram os dados acessados de forma irregular na cidade de Mauá. De acordo com o texto, Larios implorou a elas que assinassem uma declaração retroativa, supostamente autorizando a quebra de sigilo. Larios é marido de Ana Maria Caroto Cano, uma das funcionárias da Receita Federal em Mauá suspeita de fazer parte do “bando de violadores” (VEJA, nº37, 2010:88) de sigilos. A matéria afirma que o “golpe” não deu certo porque uma das pessoas procuradas, Édson Pedro dos Santos, avisou a polícia. Com isso, Veja cita que foi organizada uma operação de busca e apreensão no escritório de contabilidade do marido de Ana Maria. Sem saída, ela declarou ter sido orientada pela própria Corregedoria a identificar as pessoas que tiveram dados violados.

Lá, na noite de quinta-feira, a polícia encontrou 23 declarações retroativas autorizando a quebra de sigilo – quatro delas estavam assinadas, duas com firma reconhecida em cartório. Pega no contrapé, Ana Maria fez uma revelação surpreendente: disse aos policiais que havia sido orientada pela própria Corregedoria da Receita a “identificar os contribuintes que tiveram os dados acessados ou devassados através de sua máquina e obter declarações assinadas obviamente por tais contribuintes no sentido de anuir a tais acessos” (VEJA, nº37, 2010:88).

Os repórteres concluem que a iniciativa da Corregedoria da Receita Federal de se justificar por meio de documentos falsos seria mais um capítulo da “infame estratégia” (VEJA, nº37, 2010:89) que o órgão adotou desde que o escândalo das quebras de sigilo veio à tona. O próprio secretário da Receita, Otacílio Cartaxo, tentou convencer a opinião pública de que as violações eram “um mal menor” (VEJA, nº37, 2010:89). Veja sugere que o órgão agiu a favor da candidatura Dilma e, por isso, tentou esconder o que realmente aconteceu.

O motivo pelo qual a Receita empreendeu tantos esforços para esconder a violação dos sigilos de Verônica e Bourgeois é um segredo de Polichinelo: não prejudicar a

candidatura de Dilma Rousseff. Os dados fiscais surrupitados foram entregues a um petista – Antonio Carlos Atella. Trata-se de um contador que sobrevive realizando pequenos serviços em repartições públicas de São Paulo. Quando o nome dele apareceu na falsa procuração de Verônica, as evidências de motivação política ficaram mais claras (VEJA, nº37, 2010:89).

Nas linhas finais, o texto reforça a opinião sobre a forma como a Receita Federal conduziu o caso e descreve outro escândalo parecido que também envolveu a filha de Serra. Ao defender punição, os repórteres garantem que os aloprados de 2006, que simbolizam o que eles chamam de “degeneração ética” do PT, continuam “livres, leves e soltos”.

É preciso que essa gente – e seus chefes – seja punida. Um escândalo como esse só se repetiu porque os “aloprados” de 2006, que tentaram atingir a candidatura de José Serra ao governo de São Paulo, por meio de um dossiê fajuto comprado a peso de ouro, continuam livres, leves e soltos. Muitos até melhoraram de vida. Os primeiros “aloprados” expuseram a degeneração ética do PT. Os “aloprados de 2010” revelam a decomposição da Receita Federal. Ela se tornou um queijo suíço, cheio de ratos (VEJA, nº37, 2010:89).

7.3 O polvo “carpe diem”

A penúltima edição de Veja em setembro (nº 2183 - ano 43 - nº 38) tem, pela terceira semana consecutiva, mais uma capa com um polvo. E mais um desdobramento das denúncias feitas nas duas edições anteriores que tiveram o mesmo apelo. A revista traz o molusco com três de seus braços fixados em colunas do Palácio do Planalto e a manchete “A alegria do Polvo – ‘Caraca! Que dinheiro é esse?’” (VEJA, nº23, 2010:1).

A linha fina conta que o ex- funcionário da Casa Civil Vinícius Castro, ao abrir uma gaveta dentro do prédio, teria encontrado pacotes de dinheiro.



Figura 85 – Capa Veja de 22/09/2010- A alegria do Polvo

Assinada a quatro mãos por Diego Escosteguy e Otávio Cabral, a primeira matéria da Editoria Brasil, “Caraca! Que dinheiro é esse?” (VEJA, nº38, 2010:70), traz desdobramentos do escândalo que atingiu Erenice Guerra. Segundo os repórteres, um advogado do Planalto teria recebido propina dentro da Casa Civil.

Numa manhã de julho do ano passado, o jovem advogado Vinicius de Oliveira Castro chegou à Presidência da República para mais um dia de trabalho. Entrou em sua sala, onde despachava a poucos metros do gabinete da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e de sua principal assessora, Erenice Guerra. Vinicius se sentou, acomodou sua pasta preta em cima da mesa e abriu a gaveta. O advogado tomou um susto: havia ali um envelope pardo. Dentro, 200.000 reais em dinheiro vivo (VEJA, nº38, 2010:71).



Figura 86 – Veja – Caraca! Que dinheiro é esse?

Ao encontrar o dinheiro na gaveta, Vinicius teria ficado eufórico. “Excitado com o pacote de propina, o neófito reagiu em voz alta: ‘Caraca! Que dinheiro é esse? Isso aqui é meu mesmo?’. Um colega tratou de tranquilizá-lo: ‘É a “PP” do Tamiflu, é a sua cota. Chegou para todo mundo’” (VEJA, nº38, 2010:71).

Escosteguy e Cabral explicam o que é PP. “Trata-se da sigla para os pagamentos oficiais do governo. Consta de qualquer despacho público que envolva contratos ou ordens bancárias” (VEJA, nº38, 2010:71). Com relação ao Tamiflu, a matéria indica que este é o nome do remédio usado para tratar pacientes com o vírus H1N1, o causador da doença popularmente conhecida como gripe suína.

Semanas antes do pacote ter sido encontrado, Vinicius trabalhava como assessor da Casa Civil e era sócio de Israel Guerra, filho de Erenice na empresa Capital Assessoria e Consultoria, citada em denúncia publicada na edição de 15 de setembro (2182 – ano 43 – nº 37).

De acordo com a matéria, depois que Veja revelou a existência do esquema, Vinicius e outro funcionário do Planalto, Stevan Knezevic, teriam pedido demissão. Vinicius foi então apadrinhado por Erenice e Israel para trabalhar na Casa Civil. Segundo o relato dos repórteres, antes de o caso vir a público, o advogado confessou o esquema a parentes. Um deles, o tio Marco Antônio Oliveira, era até então diretor de Operações dos Correios.

Antes de cair em desgraça, o assessor palaciano procurou o tio e admitiu estar intrigado com a incrível despreocupação demonstrada pela família Guerra no trato do

balcão de negócios instalado na Casa Civil. Disse o assessor: “Foi um dinheiro para o Palácio. Lá tem muito negócio, é uma coisa. Ofereceram-me 200.000 por causa do Tamiflu”. Vinícius explicou ao tio que não precisou fazer nada para receber a PP. “Era o ‘cala-boca’”. O assessor disse ainda ao tio que outros três funcionários da Casa Civil receberam os tais pacotes com 200.000 reais, porém não declinou os nomes nem a identidade de quem distribuiu a propina (VEJA, nº38, 2010:72).

A revista persiste: desde que o presidente Lula teria relativizado os crimes cometidos durante o mensalão, sempre que se apresenta um caso de corrupção à opinião pública surgem “três certezas no imaginário popular” (VEJA, nº38, 2010:72). Veja as relata em forma de tópicos: “Primeiro, nunca se viu um escândalo tão escabroso; ninguém será punido; o escândalo que vier a sucedê-lo reforçará as duas certezas anteriores” (VEJA, nº38, 2010:72). Os brasileiros, afirmam os repórteres, já estariam acostumados com escândalos do PT, mas, desta vez, tudo ocorreu de forma mais organizada. A reportagem adquire forma, conteúdo e linguagem de editorial.

A anestesiada sociedade brasileira já soube de dinheiro na cueca, dinheiro na meia, dinheiro na bolsa, dinheiro em caixa de uísque, dinheiro prometido por padre ligado a guerrilheiros colombianos. Mas nada se compara em ousadia ao que se passava na Casa Civil. Ficará consolidado no inverno moral da era Lula se, mais uma vez, esses eventos forem varridos para debaixo do tapete. Já se soube de malfeitorias produzidas em palácio, mas talvez nunca de um modo tão organizado e sistemático como agora (VEJA, nº38, 2010:72;73).

Os repórteres, logo em seguida, cravam uma conclusão. E conectam a candidata do PT à presidência à denúncia.

O que pode ser mais escabroso do que um grupo de funcionários públicos, ao que tudo indica com a participação de um ministro da Casa Civil, cobrar pedágio em negócios do governo? O mais assustador, convenha-se, é repartir o butim ali mesmo, nas nobres dependências da cúpula do Poder Executivo, perto do presidente da República e ao lado da então ministra e hoje candidata petista Dilma Rousseff (VEJA, nº38, 2010:73).

Na semana em que o caso veio a público, segundo o texto, a candidata do PT tentou se afastar do escândalo. Questionada, Dilma argumentou que não poderia ser responsabilizada por “algo que o filho de uma ex-assessora fez” (VEJA, nº38, 2010:73).

A matéria diz ainda que, obedecendo à “consagrada estratégia política estabelecida pelo PT” (VEJA, nº38, 2010:73), Dilma não só teria tentado se distanciar do caso como teria desqualificado os fatos apresentados pela própria revista. “É um factóide” (VEJA, nº38, 2010:73). Para a revista, a “Dilma candidata” (VEJA, nº38, 2010:73) não tinha outra alternativa a não ser negar algo que seria “por demais explosivo para sua campanha” (VEJA,

nº38, 2010:73). O texto pontua que Erenice Guerra ganhou vida em razão do oxigênio que a ex-ministra lhe forneceu durante sete anos de governo. Um tom acima, Veja diz que Dilma pode ser uma péssima leitora de caráter.

Erenice trabalhou com a candidata quando esta comandava a pasta de Minas e Energia, e na Casa Civil transformou-se na assessora-mor da petista, assumindo o cargo de secretária executiva. É possível que em todos esses anos de intenso trabalho conjunto Dilma não tenha percebido o que se passava ao seu redor. É possível que Dilma seja uma péssima leitora de caráter. Mas, em algum momento, ela vai ter de enfrentar publicamente esse enorme contencioso passado (VEJA, nº38, 2010:73).

Além das negociações de Erenice e Israel, apontadas também na edição de 15 de setembro (2182 – ano 43 – nº 37), a revista informa ter descoberto outros negócios com a participação de mãe e filho.

Também se descobriram contratos feitos sem licitação favorecendo parentes da ministra. Em um dos episódios, o filho de Erenice cobrou propina de um corredor de motocross, que descolara um patrocínio de 200.000 reais com a Eletrobras, estatal sob a influência de Erenice. Taxa de sucesso paga: 40.000 reais. “Israel chamava a Dilma de tia”, contou Luís Corsini, o desportista que pagou a taxa de sucesso (VEJA, nº38, 2010:73;74).

De acordo com os repórteres, o governo fez de tudo para desqualificar o empresário Fábio Baracat, uma das fontes na revelação do esquema de arrecadação de propina na Casa Civil.

A reportagem traz também uma arte intitulada “Oligarquia Estatal” (VEJA, nº38, 2010:74;75). Ela sobrepõe uma foto e o nome de Erenice Guerra à imagem do polvo com o objetivo de apresentar cargos importantes que parentes e amigos dela teriam ocupado e ainda ocupam. O marido, dois filhos, dois irmãos e uma irmã aparecem como beneficiários diretos da influência dela.



Figura 87 – Veja – Oligarquia Estatal

O rateio de propina do Tamiflu deve merecer atenção especial das investigações iniciadas pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República, diz a revista. “O Ministério da Saúde, que já gastou 400 milhões de reais com a aquisição do remédio desde o ano passado, afirma que não houve nenhuma ingerência da Casa Civil - e que a quantidade de Tamiflu comprada foi definida por critérios técnicos” (VEJA, nº38, 2010:75).

A mesma reportagem tem um subtítulo: “A seguir, mais uma história edificante” (VEJA, nº38, 2010:75). O texto traz outros casos de negociações dentro da Casa Civil. Segundo as informações, o “lobista central da traficância” (VEJA, nº38, 2010:75) é o atual marido de Erenice Guerra, o engenheiro elétrico José Roberto Camargo Campos. Com a ministra Dilma Rousseff na Casa Civil e a esposa como braço direito dela, Camargo teria convencido dois amigos donos de uma pequena empresa de comunicações a disputar o milionário mercado da telefonia móvel. Para os repórteres, esta seria uma operação “arriscada”. Não para o marido de Erenice.

Negócio arriscado, que exige muito capital e experiência num ramo cobiçado e disputado por multinacionais. Isso não era problema para Camargo e seus sócios. Eles não tinham dinheiro nem experiência, mas sim o que efetivamente importa em negócios com o governo: os contratos certos e poderosos (VEJA, nº38, 2010:75;76).

Segundo a matéria, a Unicel - empresa na qual Camargo atuava como diretor comercial - obteve uma concessão da Anatel para operar a telefonia celular em São Paulo, em 2005. Por uma decisão pessoal do então presidente da agência, Elifas Gurgel, a empresa do marido de Erenice ganhou o direito de entrar no mercado. A revista destaca que o aval não teria agradado técnicos no assunto.

De tão exótica, a decisão foi contestada pelos setores técnicos da Anatel, que alegaram que a Unicel nem sequer havia apresentado garantias sobre sua capacidade técnica e financeira para tocar o negócio. O recurso levou dois anos para ser julgado pela Anatel (VEJA, nº38, 2010:76).

Neste período, prosseguem os repórteres, Erenice e seu marido conversaram com o presidente da agência na tentativa de defender a legalidade da operação. “A Erenice fazia pressão para que os técnicos revissem seus pareceres e os conselheiros mudassem seu voto’, conta um dos membros do conselho, também alvo da pressão da ex-ministra” (VEJA, nº38, 2010:76). A pressão deu certo. O técnico que questionou a legalidade da concessão, Jarbas Valente, voltou atrás e mudou seu parecer. Os repórteres indicam que, logo depois, Valente foi promovido conselheiro da Anatel e um segundo conselheiro, Pedro do Jaime Ziller, também teria referendado a concessão à Unicel.

Veja afirma que em pouco tempo os dois assessores trocaram a Anatel por cargos remunerados na Unicel. “Talvez tenham sido seduzidos pelos altos salários pagos pela empresa, algo em torno de 30.000 reais muito, mas muito mais do que se paga no serviço público” (VEJA, nº38, 2010:76).

De acordo com a matéria, outras pessoas também sofreram pressão. Entre elas, o próprio presidente da agência, Elifas. Desta vez, a pressão teria partido do ministro das Comunicações. Para os repórteres, algo desnecessário: “nem precisava: ele foi colega de Exército de um dos sócios da Unicel” (VEJA, nº38, 2010:76).

Essa antiga amizade não foi suficiente porque havia um problema a ser sanado. “A legislação obriga as concessionárias a pagar 10% do valor do contrato como entrada para sacramentar o negócio. A concessão foi fixada em 93 milhões de reais. A empresa, portanto, deveria pagar 9,3 milhões de reais. A Unicel não tinha dinheiro” (VEJA, nº38, 2010:76). A reportagem cita que Erenice entrou novamente em cena. Desta vez, para agilizar as negociações. Destaca-se então que, mesmo considerada uma operação ilegal pela justiça, a empresa chegou a anunciar sua inauguração com o nome AEIOU, em 2008.

Novamente com Erenice à frente, a Unicel conseguiu uma façanha. O conselho da Anatel acatou o pedido para que o sinal fosse reduzido para 1% do valor do negócio, ou seja, pouco mais de 900.000 reais. A insólita decisão foi contestada pelo Ministério Público e, há duas semanas, considerada ilegal pela Justiça. Com a ajuda estatal, a empresa anunciou o início da operação em setembro de 2008, com o nome fantasia de AEIOU, prometendo tarifas mais baixas para atrair o público jovem (VEJA, nº38, 2010:76).

Segundo Veja, a empresa tem cerca de 20.000 assinantes. A única loja foi fechada por falta de pagamento de aluguel e a companhia responde a mais de 30 processos por dívidas. A revista acredita que a grande tacada da Unicel ainda está por vir. O novo alvo do marido de Erenice, garante Veja, é o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), um programa que, segundo a matéria, vai consumir 14 bilhões de reais para universalizar o acesso à internet no Brasil. O texto informa que um grupo trabalha para convencer o governo a considerar que a concessão da Unicel é de utilidade pública para o projeto. Com isso, espera receber uma indenização calculada em 100 milhões de reais, dinheiro dos “brasileiros honestos que trabalham e pagam impostos” (VEJA, nº38, 2010:77).

A participação da Casa Civil em negociações como estas, reitera a publicação da Editora Abril, ultrapassa a fronteira das facilidades ou das pressões políticas. “Aqui, aparecem diretamente as promíscuas relações entre os negócios da família Guerra e os funcionários que, dentro da Presidência da República, que deveriam zelar pelo bem público” (VEJA, nº38, 2010:77).

7.4 A força apócrifa do patrulhamento ideológico

A segunda matéria da Editoria Brasil traz como manchete “Idéias são mais letais que armas” (VEJA, nº38, 2010:78). Curiosamente, o texto – que parece muito mais um artigo do que uma reportagem – não está assinado. A linha fina já diz a que vem e se permite até esclarecer a manchete: “A obsessão dos radicais petistas por calar a imprensa tem raízes na falida União Soviética. A frase de Lenin acima explica (VEJA, nº38, 2010:78).

Brasil

“IDEIAS SÃO MAIS LETAIS QUE ARMAS”

A obsessão dos radicais petistas por calar a imprensa tem raízes na falida União Soviética. A frase de Lenin acima explica

O ex-ministro José Dirceu se orgulhava de ter emaculado as correntes minoritárias ultraradicais do PT, arrancando das mãos delas as bandeiras revolucionárias marxista-leninistas. Tais ações deram uma cara inofensiva ao Partido dos Trabalhadores, que se tornou então palatável para a classe média. Esse processo culminou com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, de junho de 2002, documento em grande parte saído da pena do também ex-ministro Antonio Palocci, em que o PT se comprometeu a manter a política econômica responsável do governo anterior. O resultado desse processo foi a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, depois de três tentativas fracassadas. Os céticos diziam que eram apenas vãs promessas de campanha e que, uma vez no poder, os petistas mostrariam sua verdadeira face.

Passaram-se quase oito anos de governo Lula, as bases da economia estão preservadas conforme o prometido. Mas são cada vez mais frequentes e fortes os sinais de ressurgimento da agenda revolucionária. Os radicais não escondem mais essa comichão, tão mais escancarada quanto mais provável se torna o triunfo de Dilma Rousseff. À primeira vista, parece paradoxal que o mais inflamado arauto da reabilitação marxista-leninista seja o mesmo per-

sonagem que, tempo atrás, enquadrou os radicais do partido — José Dirceu. “A eleição da Dilma é mais importante do que a eleição do Lula, porque é a eleição do projeto político, porque a Dilma nos representa”, disse Dirceu na semana passada.

Em uma longa exposição dos planos do PT para um governo Dilma, Dirceu atacou os radicais com velhas palavras de ordem ao prometer “apoiar mudanças”, proclamando a audiência a se esmerar na “organização popular” e aumentar a “consciência e a educação política”. Se a mímia de Lenin, ainda bem conservada e muito visitada em seu mausoléu moscovita, pudesse falar, usaria as mesmíssimas expressões de Dirceu. A mímia fala pela boca de Dirceu e dos radicais. Petista adora um “comichão”. Em russo, conselho é “soviet”, daí o nome da falida União Soviética. Dirceu percebe a uma facção petista que se imita o Campo Majoritário, bolchevique em russo. Lenin era bolchevique. Seus tí-

migos formavam o grupo menchevique, o Campo Minoritário.

Depois de homenagear Lenin, José Dirceu chegou ao ponto fulcral do processo de dominação dos mencheviques — nós, os demais brasileiros, os sem-partido, a minoria que estuda, trabalha e paga impostos —, que consiste em calar a imprensa livre. Dirceu disse que “a mídia é monopolista”, “representa o poder econômico” e “abusa do direito de informar”. São acusações emanadas da mímia moscovita, que tinha total clareza sobre essa questão. Disse Lenin: “Por que deveríamos aceitar a liberdade de expressão e de imprensa? Por que deveria um governo, que está fazendo o que acredita estar certo, permitir que o critiquem? Ele não aceitará a oposição de armas letais. Mas ideias são muito mais letais que armas”. Intrigado com a obsessão do PT por calar a imprensa? Lenin explica.



SE A MÍMIA de Lenin falasse, ela o faria pela boca de José Dirceu: bochevique em russo, Lenin era bolchevique.

Figura 88 – Veja – Ideias são mais letais que armas

O lide indica que ter feito as correntes ultraradicais do PT perder força sempre foi motivo de orgulho para José Dirceu. O texto diz que isso tornou o partido aparentemente inofensivo, e “palatável” para a classe média.

O ex-ministro José Dirceu se orgulhava de ter emaculado as correntes minoritárias ultraradicais do PT, arrancando das mãos delas as bandeiras revolucionárias marxista-leninistas. Tais ações deram uma cara inofensiva ao Partido dos Trabalhadores, que se tornou então palatável para a classe média (VEJA, nº38, 2010:78).

De acordo com a revista, esse processo culminou na divulgação da chamada Carta ao Povo Brasileiro, de junho de 2002, documento pelo qual o PT teria se comprometido a manter a política econômica “responsável” do governo anterior. Para Veja, o resultado desse processo foi a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. A reportagem relata que, após quase oito anos de governo, as bases da economia foram mesmo preservadas conforme o prometido. Mas que estaria cada vez mais iminente um sinal de “ressurgimento da agenda revolucionária” (VEJA, nº38, 2010:78). O próprio crescimento da candidatura Dilma, na leitura da “reportagem apócrifa”, escancara essa possibilidade.

Os radicais não escondem mais essa comichão, tão mais escancarada quanto mais provável se torna o triunfo de Dilma Rousseff. À primeira vista, parece paradoxal que

o mais inflamado arauto da reabilitação marxista-leninista seja o mesmo personagem que, tempo atrás, enquadrou os radicais do partido - José Dirceu. “A eleição da Dilma é mais importante do que a eleição do Lula, porque é a eleição do projeto político, porque a Dilma nos representa”, disse Dirceu (VEJA, nº38, 2010:78).

Durante a apresentação de um plano para um eventual governo Dilma, Dirceu falou para os radicais. Em seguida, pode-se supor o motivo pelo qual o texto não está assinado. “Dirceu atçou os radicais com velhas palavras de ordem ao prometer “aprofundar as mudanças”, conclamando a audiência a se esmerar na “organização popular” e aumentar a “consciência e a educação política” (VEJA, nº38, 2010:78).

A revista sobe o tom nessa aula de história de gosto mais do que duvidoso, cercada de apelos que traduzem falta de leniência e pluralismo ideológicos e uma acintosa violação daquilo que se imagina numa reportagem.

Petista adora um conselho. Em russo, conselho é soviet, daí o nome da falida União Soviética. Dirceu pertence a uma facção petista que se intitula Campo Majoritário, bolchevique em russo. Lenin era bolchevique. Seus inimigos formavam o grupo menchevique, o Campo Minoritário. Se a múmia de Lenin, ainda bem conservada e muito visitada em seu mausoléu moscovita pudesse falar, usaria as mesmíssimas expressões de Dirceu. A múmia fala pela boca de Dirceu e dos radicais (VEJA, nº38, 2010:78).

A matéria ainda pontua que, depois de “homenagear Lenin, Dirceu chegou ao ponto fulcral do processo de dominação dos menchevique” (VEJA, nº38, 2010:78). Dirceu afirmou: “a mídia é monopolista, representa o poder econômico e abusa do direito de informar” (VEJA, nº38, 2010:78). Segundo Veja, as acusações foram “emanadas de múmia moscovita, que tinha total clareza sobre essa questão” (VEJA, nº38, 2010:78). Nas linhas finais, Lenin é novamente citado, sobre o cerceamento à liberdade e o texto termina com mais uma ironia.

Disse Lenin: “Por que deveríamos aceitar a liberdade de expressão e de imprensa? Por que deveria um governo, que está fazendo o que acredita estar certo, permitir que o critiquem? Ele não aceitaria a oposição de armas letais. Mas idéias são muito mais letais que armas”. Intrigado com a obsessão do PT por calar a imprensa? Lenin explica (VEJA, nº38, 2010:78).

7.5 Relações Públicas à PT

Assinada a quatro mãos por Fernando Mello e Laura Diniz, a última reportagem desta edição “Como varrer escândalos para debaixo do tapete” (VEJA, nº38, 2010:84) aborda, pela terceira vez no mês, a quebra de sigilo de pessoas ligadas ao PSDB e a tentativa do governo de “minimizar o crime”. De acordo com a linha fina, “para tentar conter a repercussão da

violação de sigilo dos tucanos, o governo repete o método que vem aprimorando desde o mensalão: minimizar o crime e usar as instituições para abafá-lo (VEJA, nº38, 2010:84).



Figura 89 – Veja – Como varrer escândalos ara debaixo do tapete

Segundo a revista, fora do poder, membros do PT se notabilizaram pela “eficiência” em divulgar escândalos envolvendo adversários.

Já no governo, desenvolveram um método destinado a fazer o oposto: abafar malféitorias - aquelas produzidas em sua própria seara, claro. Oportunidades para aperfeiçoar a técnica não faltaram. Hoje, o modos operandi petista de varrer escândalos para debaixo do tapete pode ser observado em todo seu vigor no caso das violações em série do sigilo fiscal de Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB, e da filha e do genro do candidato tucano José Serra (VEJA, nº38, 2010:84).

No episódio do mensalão, em 2005, segundo o texto, desvios de dinheiro público teriam se transformado “magicamente” (VEJA, nº38, 2010:84) em recursos de caixa dois, o que teria levado o presidente a declarar que “o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente” (VEJA, nº38, 2010:84).

Sobre a “papelada preparada na Casa Civil” (VEJA, nº38, 2010:84), em 2008, Veja aponta que, para tentar “enrolar” o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a ex-primeira-dama Ruth Cardoso no escândalo do abuso de cartões corporativos da Presidência, Dilma teria usado um eufemismo: “Nós afirmamos que é um banco de dados” (VEJA, nº38, 2010:84). Segundo a matéria, Mantega tentou transformar o ocorrido em procedimentos que pudessem ser considerados normais. “Vazamentos sempre ocorreram. Se você olhar para o

passado, eles sempre ocorreram’, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega” (VEJA, nº38, 2010:84).

Para a revista, quando a tentativa de “desidratar” (VEJA, nº38, 2010:84) um episódio fracassa em função da veemência dos fatos, parte-se para a abertura de investigações destinadas a “não investigar”, para que as vítimas sejam transformadas em réus e a repercussão política seja contida. Com isso, a reportagem afirma que um escândalo passa a ser visto como um crime comum.

Mello e Diniz descrevem que Veja teve acesso ao inquérito aberto na Polícia Federal. Os repórteres dão um parecer sobre os documentos que leram. Críticas à PF e ironias em relação à tomada de depoimentos chegam ao texto.

A leitura das páginas causa espanto sobretudo pelo que revela de inapetência da parte da PF por investigar de verdade. Os depoimentos dos petistas Fernando Pimentel e Rui Falcão, por exemplo, são um primor de superficialidade. Ambos eram comandantes da equipe da pré-campanha de Dilma, para a qual se destinava a papelada montada com base nos dados ilegalmente acessados na Receita. Era de supor, portanto, que a PF tivesse grande interesse em ouvi-los. Pois a transcrição das declarações de Pimentel ocupa exíguas 23 linhas, das quais catorze são formalidades destinadas a confirmar dados como o nome e o endereço do depoente. As nove linhas restantes foram ocupadas com uma sucinta negação de envolvimento de Pimentel com o crime. A fala de Rui Falcão é um pouco maior: ocupa 25 linhas, quinze de formalidades (VEJA, nº38, 2010:84;86).

Veja diz que a “gentileza da PF” (VEJA, nº38, 2010:64) em aceitar as explicações dos membros do PT investigados no caso dos sigilos deixava claro como as vítimas eram tratadas.

Verônica e o marido tiveram suas declarações de imposto de renda acessadas ilegalmente pelo contador petista Antônio Carlos Atella. A Receita Federal chegou a veicular a versão de que a culpa pela violação do sigilo de Verônica era dela própria, uma vez que a filha do presidente Tucano teria fornecido uma procuração a Atella para vasculhar seus dados - procuração que, mais tarde, se revelou falsa (VEJA, nº38, 2010:86).

De acordo com a revista, mesmo depois de o caso ter sido descoberto, as vítimas continuaram a ser tratadas como bandidas. Ao voltar de uma viagem aos Estados Unidos, Verônica Serra foi parada por dois agentes da Polícia Federal que a esperavam no desembarque do Aeroporto de Guarulhos. Ela teria recebido, na frente de outros passageiros, uma notificação para comparecer à sede da instituição em São Paulo. Segundo o texto, a alegação foi a de que ela tinha de passar por um exame grafotécnico. “O delegado Uruguai queria ver a assinatura da filha de Serra para ter certeza de que ela não estava mentindo ao

dizer que era falsa a procuração encontrada nas mãos de Atella” (VEJA, nº38, 2010:86).

A matéria reafirma que Atella, até aquele momento, não tinha sido sequer indiciado. A funcionária Adeildda dos Santos, do posto da Receita em Mauá, teria admitido que “vendia” sigilos fiscais por 100 reais, às vezes, 200. Em seguida, Veja sugere que a prática do PT de esconder alguns casos tem sido “aperfeiçoada”. Cita-se outro caso em que a Receita Federal não agiu.

A técnica petista de varrer escândalos não cessa de ser aperfeiçoada. O seu mais novo elemento veio na forma de um anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Para dar uma satisfação ao país sobre o motivo pelo qual a Receita não foi capaz de assegurar um direito constitucional, o do sigilo fiscal do contribuinte, o ministro veio a público comunicar que o governo havia preparado um conjunto de medidas que supostamente reforçariam a proteção dessas garantias (VEJA, nº38, 2010:86).

A revista classifica como “bizarras” algumas das medidas que o governo anunciou e supõe que elas servirão apenas para proteger pessoas que o governo tem interesse em preservar, ou seja, elas se constituem numa espécie de “sigilo vip”.

A mais bizarra delas é a criação de diferentes níveis de sigilo para os contribuintes. A idéia, explicou o ministro, é montar uma lista de “pessoas politicamente expostas, que são aquelas mais sensíveis a alguma operação indevida”, e monitorar o acesso aos seus dados “com mais rigor”. Desse modo, se as informações de um político, ou de um parente dele, forem abertas, algum chefe da Receita será imediatamente notificado. É uma espécie de “sigilo vip”, que vai proteger quem o governo (ou, no caso do PT, o partido) escolher (VEJA, nº38, 2010:86).

Os repórteres argumentam, já nas linhas finais, que a norma se contrapõe ao que dispõe o artigo 5º da Constituição, que “consagra a igualdade de todos perante a lei, e também desacata o artigo 150 da Carta, que proíbe ao estado instituir tratamento desigual entre contribuintes” (VEJA, nº38, 2010:86).

7.6 “A imprensa fala de seus direitos para não ter de falar de seus deveres”¹¹

A última edição de Veja no terceiro trimestre (nº 2184 - ano 43 - nº 39) traz a manchete “A liberdade sob ataque” (VEJA, nº39, 2010:1). A linha fina desta primeira página, com uma estrela vermelha fincada ao Capítulo V da Constituição, capítulo que trata justamente da

¹¹. O título desta seção remete ao primeiro capítulo do livro *Sobre Ética e Imprensa* (2000), do professor Eugênio Bucci. Neste trecho, ele analisa a aversão que jornalistas têm sobre discutir, pelo prisma da ética, critérios editoriais.

Comunicação Social, diz: “A revelação de evidências irrefutáveis de corrupção no Palácio do Planalto renova no presidente Lula e no seu partido o ódio à imprensa”.



Figura 90 – Capa Veja de 20/09/2010 – A liberdade sob ataque

A Editoria Brasil reserva duas longas reportagens para o tema, com conexão eleitoral nítida. A primeira aborda a liberdade de imprensa; a segunda, o caso Erenice.

Com a manchete “A imprensa ideal dos petistas” (VEJA, nº39, 2010:74), Fábio Portela trata da reação do presidente Lula à publicação de escândalos e denúncias que envolvem o governo federal. A abertura da matéria está distribuída em duas páginas, 74 e 75. Elas têm um fundo vermelho sobre o qual está um teclado de computador: no lugar de letras, números e símbolos gráficos, estrelas vermelhas estão dispostas sobre cada uma das teclas. Portela indica, na linha fina, que Lula e membros do seu partido recorreram ao autoritarismo para atacar a imprensa.

Desacorçoados com a revelação de evidências irrefutáveis de corrupção no Palácio do Planalto, Lula e seu partido sacam do autoritarismo e atiram na imprensa, que acusam de ser golpista e inventar histórias. Eles querem um jornalismo melhor? Não. Querem jornalismo nenhum (VEJA, nº39, 2010:75).



Figura 91 – Veja – A imprensa ideal dos petistas

De acordo com a matéria, a sucessão de escândalos em gabinetes próximos da Presidência trouxe consequências à candidatura Dilma e roubou-lhe pontos preciosos nas pesquisas eleitorais.

Os reflexos da sucessão de escândalos que fizeram a lama subir até o gabinete mais próximo da Presidência da República e derrubaram até agora sete servidores fizeram-se sentir pela primeira vez nas pesquisas eleitorais divulgadas na semana passada. Segundo o instituto Datafolha, a diferença entre os votos da petista Dilma Rousseff e a soma de seus concorrentes caiu 5 pontos percentuais em sete dias (VEJA, nº39, 2010:75).

Segundo a reportagem, essa queda provocou uma “violenta reação” (VEJA, nº39, 2010:75) do governo, não contra os acusados de corrupção na Casa Civil, mas contra quem os denunciou.

Em uma série de comícios e entrevistas, o presidente Lula dedicou a semana a desferir ataques contra a imprensa com uma virulência inédita. Afirmou que os veículos de comunicação “inventam” coisas e torcem “para o Lula fracassar”. Vociferou contra jornais e revistas que destilariam “ódio” e prometeu “derrotar” aqueles que “se comportam como se fossem um partido político”. (VEJA, nº39, 2010:75)

Veja assegura que o presidente deu um “passo perigoso” (VEJA, nº39, 2010:75). O texto evoca que, em outros países, a liberdade de imprensa não é um tema que se discute (o que estabelece nova ligação entre a postura de Veja nessa defesa à obra *Sobre Ética e Imprensa* (2000), que se aprofunda nessa questão).

Nos países democráticos, a liberdade de imprensa não é um assunto discutível, mas parte, um dado da realidade. E nem eventuais opiniões divergentes, exageros e mesmo erros passíveis de arbitragem e punição cometidos por jornalistas podem pôr em risco o direito de informar, o dever de fiscalizar abusos cometidos por quem está no poder (VEJA, nº39, 2010:75).

Veja garante que Lula está próximo da idéia de censura que se liga ao que há de pior na política da América Latina.

Quando um presidente da República tenta enxovalhar a imprensa que o critica e ameaça “derrotá-la”, significa que acaba de adentrar o temível pântano da censura - e pouca coisa pode ser mais deletéria do que isso para uma democracia. Ao sujar suas botas nesse lodo, Lula se aproxima do que há de pior na política da América Latina. Trilha o caminho dos caudilhos e ombreia-se com tiranetes do porte de Hugo Chávez, o presidente venezuelano que, para não ver suas próprias contradições expostas, solapou jornais, emissoras de rádio e chegou a fechar o principal canal de TV da Venezuela, a RCTV. (VEJA, nº39, 2010:75)

A matéria relata que os ataques de Lula à imprensa levaram o jornal carioca Extra, que pertence às Organizações Globo, a estampar na sua primeira página uma crítica ao presidente. Na sexta-feira, dia 24 de setembro, o jornal circulou com uma charge que remete à carta de um baralho em que Lula aparecia como Rei, acompanhado por duas manchetes: “Lula é bonito’ e ‘Bonito, hein, Lula...’” (VEJA, nº39, 2010:76).



Figura 92 – Veja – Capa Extra de 24/09/2010

Veja explica que a primeira manchete é para quem acha que o papel da imprensa é “bajular os donos do poder e, por isso, deve publicar apenas notícias positivas do governo” (VEJA, nº39, 2010:76). A outra extremidade seria para os que acham que “o dever da imprensa é fiscalizar os atos de qualquer governo, denunciando os desvios e lembrando aos

donos do poder que eles não estão acima do bem e do mal” (VEJA, nº39, 2010:76).

A reportagem afirma que a estratégia de tentar controlar a imprensa está no DNA do PT. Portela cita que, em 2004, o então secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, sugeriu a criação de um Conselho para fiscalizar a mídia. A idéia, insiste o texto ao rotulá-la de tentação totalitária, não deu certo.

A primeira investida em larga escala contra o que o partido chama de “mídia” se deu em 2004. Naquele ano, Luiz Gushiken, então secretário de Comunicação do governo, levou a cabo uma tentativa frustrada de criar o Conselho Federal de Jornalismo - um nome pomposo para esconder uma tentação totalitária. A realizar-se o desejo do PT, o conselho iria “orientar, disciplinar e fiscalizar” os jornalistas. A idéia naufragou assim que foi revelada pela imprensa, mas não morreu nem foi enterrada (VEJA, nº39, 2010:76;77).

Em diversas oportunidades, o PT e o governo, diz Veja, tentaram relançar a proposta de fiscalização, mas “disfarçada” de Conselhos, órgãos que, segundo a revista, seriam formados por uma “sociedade civil” que teria como função, por exemplo, interferir na programação das emissoras de TV. Na penúltima semana de setembro, o PT organizou uma manifestação contra o que chamou de “golpismo midiático” que seriam as denúncias contra a quebra de sigilo de pessoas ligadas ao PSDB e à ex-ministra Erenice Guerra.

Anunciado no site oficial do partido, o ato convocava os filiados a enfrentar “a onda de baixarias que visa forçar a ida de José Serra ao segundo turno”. A “onda de baixarias”, bem entendido, eram as reportagens que revelaram, entre outros descabros, que petistas violaram o sigilo de pessoas próximas ao candidato do PSDB, José Serra, e que a família de Erenice Guerra, ex-ministra da Casa Civil e ex-brço direito de Dilma Rousseff, operava um balcão de negócios na soleira da porta do gabinete presidencial. (VEJA, nº39, 2010:77).

Veja ironiza também a diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que, segundo a revista, teria se oferecido para “abrigar a manifestação petista contra... os jornalistas” (VEJA, nº39, 2010:77). Para Portela, esta talvez tenha sido a forma encontrada por seus diretores para movimentar a sede da entidade, esvaziada por sua “irrelevância e falta de representatividade” (VEJA, nº39, 2010:77;78). Segundo o repórter, entre os “brados contra a conspiração da imprensa”, disparados pelo presidente do PCdoB, Renato Rabelo, e discursos em defesa do controle social da mídia, feitos pela deputada Luiza Erundina, do PSB, concluiu-se que Lula não avançou tanto quanto poderia no controle da imprensa, mas que Dilma, se eleita, deverá fazê-lo. Em contrapartida à investida do governo e do PT, um grupo teria se organizado para “repudiar” os ataques contra a liberdade de imprensa. De acordo com a matéria, houve o número de pessoas reunidas – num clube militar preocupado com a

liberdade de imprensa - chegou a 400.

O grupo incluía, além de representantes históricos da esquerda, como o jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, nomes como o arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e os ex-ministros da Justiça Paulo Brossard, Miguel Reale Júnior, José Carlos Dias e José Gregori. Reunido no centro de São Paulo, no Largo São Francisco, em frente à Faculdade de Direito, o grupo presenciou a leitura de um manifesto em defesa da democracia feita por Hélio Bicudo. Colocado na internet, o manifesto contava com mais de 30.000 adesões até sexta-feira. No Rio de Janeiro, a concentração se deu no Clube Militar, onde 400 pessoas se reuniram para discutir os ataques à imprensa - estiveram lá os colunistas Reinaldo Azevedo, de VEJA, e Merval Pereira, de O Globo (VEJA, nº39, 2010:78;79).

Além do grupo, os principais candidatos à presidência, informa a reportagem, também repudiaram o “cerco” aos veículos de comunicação.

O tucano José Serra, em campanha em Mato Grosso, afirmou: “O que está incomodando esse pessoal é o fato de que a imprensa está apresentando notícias que mostram abusos, desvios de dinheiro, nepotismo, maracutaia com dinheiro público, e essa imprensa incomoda os donos do poder. É somente isso. Não há país democrático no mundo sem imprensa livre”. A senadora Marina Silva, do PV, tratou do assunto em uma entrevista coletiva em São Paulo: “O presidente fez uma crítica à imprensa que é contraditória com toda a sua trajetória. Considero fundamental a cobertura da imprensa”. A petista Dilma Rousseff apresentou-se bem mais comedida do que seus companheiros de partido: “A imprensa pode falar o que bem entender. Eu, o máximo que vou fazer, quando achar que devo, é protestar dizendo: está errado o que disseram por isso, por isso e por isso. Usando uma coisa fundamental, que é o argumento”. Dilma também rechaçou a mais explosiva das propostas do seu partido: “O único controle social da mídia que eu aceito é o controle remoto na mão do telespectador” (VEJA, nº39, 2010:79).

Em seguida, Veja questiona os argumentos de Dilma e volta a considerá-la inexperiente. A revista insiste: num eventual governo dela, o PT insistirá naquilo que a reportagem define como estratégia autoritária.

Se Dilma está sendo sincera em suas afirmações, não se sabe. Mas a ela, que nunca teve a oportunidade de exercer um cargo eletivo, cabe o benefício da dúvida. Já em relação a certos representantes do alto petismo restam apenas certezas, incluindo a de que, em um eventual governo Dilma, o partido insistirá na estratégia autoritária. (VEJA, nº39, 2010:80).

Portela diz que o ministro da Comunicação Social é uma das pessoas que apóia o projeto. Chamado de “ex-sequestrador” e “ex-jornalista”, a revista é categórica ao afirmar que Franklin Martins foi o “mentor” da estratégia de consumir dinheiro público.

O principal defensor desse projeto é Franklin Martins, ex-sequestrador, ex-jornalista e atual ministro da Comunicação Social de Lula. Franklin é o idealizador da estratégia de consumir o dinheiro público na compra do apoio - disfarçado de anúncio publicitário - de pequenos jornais, rádios do interior, revistas e blogs de alcance semelhante. (VEJA, nº39, 2010:80).

Caso Dilma vença, diz Veja, seu próximo projeto será cuidar da reforma que regula o funcionamento das TVs abertas e fechadas, das rádios, dos provedores de internet e das empresas de telecomunicações no Brasil. Martins, de acordo com a lógica apresentada pela cobertura, ficaria responsável por criar uma “superagência” reguladora para todo o setor de comunicação. A matéria informa que a proposta do ministro da Comunicação Social contempla aspectos técnicos, mas teria ascendência sobre conteúdos que a imprensa produz. A reportagem cita uma declaração do próprio ministro sobre essa regulamentação.

Eis o pensamento vivo e franco do ministro a respeito do assunto: “Acham que regulação é um atentado à democracia, mas é o contrário: é parte da garantia de competição, de igualdade de direitos, da capacidade de inovação, da massificação dos serviços e do direito da sociedade à informação”, embaralha (VEJA, nº39, 2010:80).

Portela identifica um contrapeso à corrente de Franklin dentro do partido, num espaço ocupado pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, coordenador da campanha de Dilma. “Em 2002, ele fez parte da campanha de Lula e foi o fiador da estabilidade econômica no governo. Espera-se que, em um eventual novo governo petista, seja também um fiador da estabilidade democrática” (VEJA, nº39, 2010:80).

Nas linhas finais, Veja vale-se da linguagem de editorial para reforçar sua defesa diante de uma suposta ameaça.

Ao contrário do que Lula e seu partido querem fazer crer, a liberdade de imprensa não constitui um fim em si mesmo nem visa a preservar a liberdade de expressão para jornalistas ou proprietários de empresas de comunicação. A liberdade de imprensa vai além disso: é um meio para garantir a perpetuação das sociedades livres e democráticas. E não por outra razão é quase sempre a primeira vítima das tiranias de todas as colorações (VEJA, nº39, 2010:80).

A “reportagem” de Fábio Portela teve dois desdobramentos. No primeiro, “Lula não suporta críticas: atrapalham o seu personagem” (VEJA, nº39, 2010:76), o filósofo Roberto Romano reaparece. Segundo a revista, ele foi “um dos primeiros intelectuais a apontar desvios” (VEJA, nº39, 2010:76) no governo Lula. Na entrevista, o filósofo fala de liberdade de imprensa, PT, autoritarismo e surge como uma fonte bastante adequada ao fazer o que Veja

esperava dela: validar a argumentação editorial que se estabeleceu.



Figura 93 – Veja – Lula não suporta críticas: atrapalham o seu personagem

O segundo desdobramento é uma arte que, na verdade, traz uma cronologia, um passo a passo do governo federal no sentido de cercear (ou tentar cercear?) a liberdade de imprensa. “Não foi uma, não foram duas, não foram três” (VEJA, nº39, 2010:76) reproduz os casos em que, de acordo com Veja, Lula teria investido contra a informação.

NÃO FOI UMA, NÃO FORAM DUAS, NÃO FORAM TRÊS

Desde 2003, o governo Lula tentou cercear a liberdade de imprensa em pelo menos seis ocasiões

- **EXPULSÃO DE LARRY ROHTER (MAIO DE 2004)** O Planalto chegou a anunciar a expulsão do país do jornalista **Larry Rohter**, correspondente do *New York Times*. O motivo foi a reportagem em que ele relatava o fato de o presidente Lula gostar de beber muito. O governo acabou voltando atrás
- **CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO (AGOSTO DE 2004)** A missão do órgão que o governo tentou criar por meio de projeto de lei era “orientar, disciplinar e fiscalizar” jornalistas – ou seja, controlar a imprensa. Diante das reações, o projeto foi engavetado
- **PROJETO MORDAÇA (AGOSTO DE 2008)** Depois de VEJA revelar que o ex-presidente do STF Gilmar Mendes havia sido grampeado ilegalmente pela Abin, o então ministro **Tarso Genro** enviou ao Congresso projeto de lei que prevê quatro anos de prisão para quem divulgar o conteúdo de grampos – ou seja, jornalistas. O projeto ainda tramita na Câmara
- **PNDH-3 (DEZEMBRO DE 2009)** O Programa Nacional de Direitos Humanos-3 veio disfarçado de pacote de providências de apelo humanitário, mas contrabandeava medidas que possibilitavam a cassação de concessões de rádio e TV por comitês compostos de integrantes nomeados pelo governo. Caiu diante da reação da sociedade
- **PROGRAMA DE GOVERNO DO PT (JULHO DE 2010)** No programa de governo do PT, aprovado por Dilma Rousseff, lia-se que o governo poderia interferir na programação, no gerenciamento e na propriedade das emissoras de rádio e TV. A péssima repercussão do documento fez com que o PT o modificasse, mas, mesmo alterado, ele continuou defendendo veladamente o controle da imprensa
- **OS ATAQUES DE LULA (SETEMBRO DE 2010)** Depois que a imprensa trouxe à tona os escândalos da Casa Civil, **Lula fez três discursos em que atacou os jornalistas**. Em Juiz de Fora, disse que os veículos “inventam coisas” contra ele. No dia seguinte, declarou que iria “derrotar jornais e revistas que se comportam como se fossem partido político”. Na terça, voltou à carga: “Liberdade de imprensa não significa que você pode inventar coisas o dia inteiro”. Bonito, hein, Lula...

Figura 94 – Veja – Não foi uma, não foram duas, não foram três

Um dos tópicos, de julho de 2010, tem como título “Programa de governo do PT”. O texto diz que houve modificação no programa aprovado por Dilma Rousseff em função da

péssima repercussão, mas que houve quem continuasse a defendê-lo, veladamente. No trecho que cita os ataques de Lula à imprensa, creditado ao mês de setembro de 2010, a revista reproduz uma boa parte das informações que estavam dispostas no texto, mas se permite uma ironia extra. Ela usa uma declaração do próprio Lula para ironizá-lo, tomando a manchete do Extra emprestada. “Liberdade de imprensa não significa que você pode inventar coisas o dia inteiro’. Bonito, hein, Lula...” (VEJA, nº39, 2010:79).

7.6.1 Novas acusações contra a Casa Civil

A próxima reportagem da Editoria Brasil, “Os segredos do lobista” (VEJA, nº39, 2010:86;87), traz o caso de negociações ilegais que teriam ocorrido dentro da Casa Civil. Desta vez, Diego Escosteguy e Rodrigo Rangel destacam um ex-funcionário dos Correios que, segundo a linha fina, seria o principal personagem da corrupção dentro do Palácio e responsável pelas pesquisas de clientes para as negociações.

Personagem-chave na central de corrupção da Casa Civil, o ex-diretor dos Correios Marco Antônio de Oliveira admite que cabia a ele prospectar clientes para o esquema e que “era tudo uma roubalheira”. Para receber propina, ele indicava contas secretas do genro em Hong Kong (VEJA, nº39, 2010:86).



Figura 95 – Veja –Os segredos do lobista

A matéria descreve o momento da entrevista e reproduz uma frase atribuída ao ex-diretor dos Correios já no primeiro parágrafo.

Olhando nervosamente para os lados, Marco Antônio de Oliveira, ex-diretor dos Correios e discreto lobista do grupo que tomou de assalto a Presidência da República, inclina-se na cadeira, aproxima-se do interlocutor e sentencia a meia voz: “A Casa Civil virou uma roubalheira” (VEJA, nº39, 2010:86).

Em seguida, Veja lembra que Marco Antônio é o tio de Vinícius Castro, o ex-assessor da Casa Civil que, ao encontrar 200 mil reais em propina em sua gaveta na Presidência, exclamou: “Caraca! Que dinheiro é esse?”. O assunto teve grande espaço na edição de 22 de setembro, merecendo capa (nº 2183 - ano 43 - nº 38).

Embora desconhecido do grande público, o tio de Vinícius é influente no governo Lula. De acordo com os repórteres, ele foi diretor da Infraero no primeiro mandato do presidente e teria ocupado a estratégica Diretoria de Operações dos Correios. Em ambos os cargos, Marco Antônio conviveu com acusações, mas a “má fama” (VEJA, nº39, 2010:87) nunca foi um obstáculo para que ele mantivesse proximidade com a cúpula do governo Lula. A relação, para Escosteguy e Rangel, se revelava em conversas freqüentes com pessoas da administração do PT, como o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. A reportagem afirma ainda que também foram recorrentes os encontros dele no apartamento de Erenice Guerra.

A revista sugere que as duas famílias faziam parte de uma associação lucrativa que agia dentro da Casa Civil. “Marco Antônio, o tio, e Vinícius Castro, o sobrinho, integram, numa rentável associação com outra família, a Guerra, a turma que, até recentemente, fazia e acontecia na Casa Civil” (VEJA, nº39, 2010:87). A matéria retoma a discussão da influência de Erenice nas negociações de contratos milionários e as indicações de parentes.

Conforme revelou VEJA em suas duas últimas edições, esse grupo – cujo poder de barganha provinha da força política da agora ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra e de sua ex-chefe, Dilma Rousseff – montou uma central de negócios dentro do Palácio do Planalto, com atuação conhecida nos Correios, no BNDES, na ANAC, na Anatel e na Infraero. Participavam também Israel Guerra, um dos filhos da ex-ministra, familiares dela e Stevan Knezevic, outro assessor da Casa Civil. Todos caíram – ou quase todos. Marcelo Moreto, um soldado-raso da turma, continua com um carguinho na Presidência (VEJA, nº39, 2010:87).

De acordo com a reportagem, em conversas gravadas com os repórteres no Rio de Janeiro e em Brasília, Marco Antônio teria dito: “Essa roubalheira levou minha família à ruína” (VEJA, nº39, 2010:87). Veja opina sobre o “tio de Vinícius”: Marco aparenta ser uma pessoa amargurada, cheia de segredos.

O lobista Marco Antônio, como se nota, é um homem amargurado, disposto, talvez, a usar as informações que dispõe para se vingar das tais pessoas que levaram sua família à ruína. Ele guarda muitos segredos -- alguns já revelados e confirmados pelos fatos,

como a participação da ex-ministra Erenice Guerra e seu filho em achaques a empresários que pretendiam ganhar contratos no governo (VEJA, nº39, 2010:87).

Segundo Escosteguy e Rangel, Antônio é também um “personagem-chave para esclarecer uma grande interrogação” (VEJA, nº39, 2010:87). Os repórteres referem-se à suspeita de que os “dividendos” das “traficâncias” da Casa Civil teriam abastecido o caixa da campanha do PT.

De acordo com a matéria, todos os episódios de lobby teriam tido o ex-diretor dos Correios como um “confesso prospectador de clientes” (VEJA, nº39, 2010:87). O texto destaca ainda que em todos eles surgiram também versões segundo as quais parte do dinheiro captado pela família Guerra e seus sócios serviria “ora para saldar compromissos políticos, ora para a campanha de Dilma Rousseff” (VEJA, nº39, 2010:87).

Veja aponta que essa afirmação foi feita pelo empresário Fábio Baracat à Polícia Federal.

Baracat, em entrevista a VEJA e em depoimento à Polícia Federal na última quinta-feira, contou que pagou propina ao grupo para resolver pendências da MTA Linhas Aéreas junto a ANAC e a Infraero – e também para conseguir mais contratos dessa empresa com os Correios, sempre sob os cuidados da diretoria comandada precisamente por Marco Antônio (VEJA, nº39, 2010:87).

A revista informa que outro empresário, Rubnei Quícoli, também envolvido nas negociações, ainda iria depor. Segundo a reportagem, a história dele traz uma acusação extremamente grave: Quícoli agia em favor da empresa ERDB, que teria contratado o grupo da Casa Civil para obter um financiamento no BNDES. A matéria relata que, em entrevista a Veja, ele voltou a acusar Erenice, seu filho e Marco Antônio de exigirem 5 milhões de reais para a campanha presidencial de Dilma Rousseff e de Hélio Costa, ao governo de Minas. O texto explica que os repórteres investigaram naquela mesma semana as circunstâncias dessas tratativas.

Veja descobriu que elas não se restringiram a um simples, isolado e despretensioso pedido de doação para campanha. Em entrevistas gravadas com os principais personagens desse episódio, a reportagem confirmou que houve reuniões sigilosas entre as partes envolvidas, viagens internacionais para tratar dos acordos e até mesmo trocas de emails com detalhes financeiros da negociata. Ou seja: foram cumpridas todas as etapas comuns a esse tipo de negociata (VEJA, nº39, 2010:88).

Os repórteres descrevem que o caso começa em outubro de 2009 quando o empresário Rubnei Quícoli se aproximou da equipe de Erenice Guerra, em busca de apoio político para assegurar a liberação de um empréstimo no BNDES. Veja afirma que Quícoli disse que, logo

depois dos primeiros encontros, uma fatura já tinha sido emitida para pagar as contas de Dilma.

Após as primeiras conversas, conta Quícoli, surgiu a fatura. As duas famílias exigiam o pagamento de 40.000 mensais, uma taxa de sucesso e, de quebra, o tal bônus antecipado de 5 milhões de reais: “O Marco Antônio disse que tinha que entregar o dinheiro na mão da Erenice, pois ela precisava pagar umas contas da Dilma e também pretendia ajudar o Hélio Costa”. Quícoli afirma que Marco Antonio não precisou que espécie de “contas” Dilma precisaria quitar (VEJA, nº39, 2010:88).

De acordo com a denúncia, naquele momento as negociações emperraram, em razão das divergências quanto ao modo de pagamento dos 5 milhões de reais. Ao final, a quantia teria sido depositada numa conta do genro de Marco Antônio em Hong Kong.

Primeiro, os lobistas queriam receber em dinheiro vivo – ou na conta da empresa Sinergy no Banco do Brasil. A Sinergy é uma das engrenagens financeiras da turma. Está em nome de um primo de Marco Antônio. Temeroso de que um depósito numa pequena firma de consultoria fosse chamar demasiada atenção, Quícoli pediu uma alternativa. Marco Antonio ofereceu uma opção mais discreta: a propina deveria ser depositada diretamente em contas no exterior – e indicou duas em Hong Kong, ambas pertencentes ao empresário Roberto Ribeiro. Dono de uma locadora de carros e de uma fábrica de cigarros, Roberto Ribeiro é genro do lobista Marco Antônio e mora em Miami, nos Estados Unidos (VEJA, nº39, 2010:88).

O empresário Roberto Ribeiro confirmou sua vinda ao Brasil, mas havia uma incoerência nas versões.

Para convencer Quícoli de que a transação era segura, Marco Antônio fez o genro vir ao Brasil. Os três reuniram-se no hotel Intercontinental da Alameda Santos, em São Paulo, na tarde do último dia 12 de junho, um sábado. Em uma hora e meia de negociação, Marco Antônio e o genro acalmaram Quícoli: “Eles tentaram me convencer de que não haveria problema em usar aquelas contas”. Procurado por VEJA, o empresário Roberto Ribeiro confirmou que veio ao Brasil e se encontrou no hotel com o sogro e o lobista Quícoli. Mas apresentou uma versão para lá de estranha: “Quícoli me foi apresentado pelo Marco Antonio. Ele disse que Quícoli possuía dinheiro no exterior e poderia investir nas minhas empresas. Nada se falou sobre dinheiro de campanha” (VEJA, nº39, 2010:88).

Em seguida, os repórteres lançam novas suspeitas: “e por que diabos ele enviara os dados das contas antes mesmo do encontro?” (VEJA, nº39, 2010:88). Segundo Veja, Quícoli teria dito a Roberto que tinha dinheiro em contas na Ásia, e que precisava fazer pagamentos por lá porque as contas pertenciam a seus “parceiros comerciais” (VEJA, nº39, 2010:88). Veja reafirma que neste caso alguém está mentindo.

Ou as contas seriam efetivamente o canal para o pagamento da propina, como acusa o lobista Quícoli, ou serviriam para uma transação sem qualquernexo financeiro. Todas as evidências convergem para a primeira alternativa O pagamento, aparentemente, acabou não sendo feito – e ninguém apresenta explicações razoáveis para isso. Quícoli se limita a afirmar que “não quis pagar propina”, mas assegura: “Marco Antônio disse que era só depositar o dinheiro que tudo daria certo” (VEJA, nº39, 2010:88;90).

A revista elabora a sua conclusão sobre a autonomia que Marco Antônio teria obtido dentro do Planalto.

É inegável, contudo, que o ex-diretor dos Correios detinha estatura política e proximidade com o governo para fazer esse tipo de pedido heterodoxo sem se passar por louco. Além dos importantes cargos que ocupou, Marco Antônio era de tal modo próximo à Presidência que, logo após deixar os Correios, em maio deste ano, foi levado pelo ministro Paulo Bernardo ao Palácio da Alvorada, para conversar com o presidente Lula (VEJA, nº39, 2010:90).

O texto relata que no encontro, segundo Marco Antônio, Lula teria discutido a possibilidade de que ele viesse a ocupar a presidência da Infraero num possível governo Dilma.

Nas linhas finais, os repórteres relembram que Veja revelou, em edições anteriores, que Vinícius Castro, sobrinho de Marco Antônio, teria recebido 200 mil reais de propina, em razão de contratos fechados pelo governo sem licitação com o laboratório Roche, que fabrica o remédio Tamiflu. A matéria descreve que Marco teria dito à revista que o governo teria comprado Tamiflu demais. “Ninguém compra milhões em remédio sem contrapartida. Houve rolo. ‘O Vinícius me contou: Eu vi A recebendo, B recebendo, C recebendo. Ele viu a distribuição, um entregando envelope para o outro’” (VEJA, nº39, 2010:90). O tio de Vinicius, por fim, teria explicado as negociações em plena Casa Civil.

Para quem ainda se assombra com desfaçatez, o ex-diretor dos Correios explica o sentido do ato: “É preciso entender como funciona corrupção em repartição pública. Se o camarada que está perto de você recebe, você tem que receber também. Essa é a regra”. (VEJA, nº39, 2010:90)

Veja aponta que na penúltima semana de setembro, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, indicado pelo PMDB, negou que soubesse de qualquer irregularidade.

7.7 Análise da cobertura no mês de setembro

É muito difícil analisar as cinco edições de Veja publicadas nos 30 dias que antecederam

o primeiro turno das eleições de 2010. A estrutura e a forma de cobertura de assuntos de política nacional neste período renderiam um trabalho minucioso.

A revista do dia 1º de setembro traz a informação da quebra ilegal do sigilo fiscal de cinco tucanos. O candidato do PSDB era “o grande alvo”, mas não o único. A forma para conectar a pauta à temática eleitoral foi: “o cidadão comum passa a correr riscos”, ou “a lei, a moral e os bons costumes têm sido categoricamente afrontados”. É complexo distinguir nas reportagens o que é informação e o que é opinião, já que ambas se sobrepõem.

Veja não hesita em chamar para si, neste mês em especial, o papel de Ministério Público (em boa parte do que se viu até agora, ela já agia assim, embora este expediente tenha se acentuado no período pré-eleitoral). Faz tudo isso com a eficiência que o Leviatã, o símbolo da crise do Estado moderno no trabalho de 1996 da professora Cremilda Medina, não tem. É um processo rápido, em capítulos semanais.

Do lado de lá, ainda no caso da quebra ilegal de sigilo fiscal, estão aqueles que já tinham, em 2006, elaborado um dossiê “fajuto” contra o mesmo José Serra: “a turma barra-pesada do petismo”. Mais uma vez, a cobertura está impregnada por uma toada de extremismo nas pautas. É tudo ou nada. É difícil vincular boa parte do que a Editoria Brasil produziu neste período ao conceito de reportagem como relato.

A quebra do sigilo fiscal dos tucanos é pauta, sempre em tom de denúncia, na polarização da luta do bem contra o mal, em boa parte das edições. Os textos são carregados de adjetivos, juízos de valor, lições de moral com ar de sermão público e ironias. É inegável que o assunto contempla o interesse público. Mas são quatro matérias distintas, em quatro semanas consecutivas, sobre o **mesmo assunto – 1º, 8, 15 e 22 de setembro**. Quatro denúncias repaginadas como novidades.

A gravidade delas pareceu sucumbir à necessidade de buscar, a todo custo, os efeitos eleitorais que pudessem propiciar. Tome-se como exemplo o que Veja fez na edição do dia 8. Ela reedita rigorosamente a mesma pauta sobre a violação dos sigilos com o ângulo do “fraquejar das instituições na Era Lula”. No desdobramento da matéria, a segunda do mês sobre a violação de sigilo, a revista surge com um apelo que rendeu outras três capas, alinhavando a série: O Partido do Polvo, em 8 de setembro; O Polvo no Poder, no dia 15; e A alegria do Polvo – Caraca !!! Que dinheiro é esse?, no dia 22. Aqui, outra curiosidade: as manchetes de capa são **rigorosamente as mesmas** das editadas no miolo, o que comprova a vocação para reafirmar reiteradas vezes o que se publica.



Figura 96 – Capas Veja Polvos - 08/09, 15/09 e 22/09/2010

A criatividade esteve aguçada. A revista falou da “pesca de peixes”, indicando que ela não pode excluir “a caça aos tubarões”, citou também os ratos da Receita, mas eles são coadjuvantes diante do “polvo”, ícone do que Veja se propôs a combater. No primeiro trimestre, a Editoria Brasil apontou que o tesoureiro do PT, supostamente um “bagrinho”, era, na verdade, um “peixão”.

A atuação do polvo capaz de lançar seus tentáculos sobre o Estado é nociva e inusitada. É uma grande metáfora, e nisso não há um quê de ironia. De acordo com o Dicionário Houaiss (UOL HOUAISS, 2010), os tentáculos, na anatomia zoológica, são “apêndices delgados e flexíveis encontrados em diversos invertebrados aquáticos, como cnidários e cefalópodes, usados especialmente na obtenção de alimento” (UOL HOUAISS, 2010). Eis, aí, a primeira mensagem subliminar: o partido do Polvo se alimenta do Estado. Fixa os tentáculos para isso. No sentido figurado, que deve ter sido o que inspirou a marinha criatividade dos repórteres, tentáculo também é sinônimo de “qualquer meio empregado pela esperteza ou cobiça para obter aquilo que se deseja possuir” (UOL HOUAISS, 2010). O fato é que este polvo torna o Estado brasileiro mais vulnerável, enfraquecido. Ele confunde nossa percepção sobre os limites entre o que é o papel do Estado e o que é atribuição de um partido.

O ano de 2010 deixou polvos na lembrança. Quem se esquecerá do visionário Paul¹², aquele que cravava com precisão cirúrgica as seleções que avançariam à próxima fase da Copa da África do Sul? Foi tema de reportagens, inclusive da imprensa internacional. De

¹². O polvo Paul, que ficou famoso por acertar os resultados de oito jogos que "analisou" na Copa do Mundo, morreu na noite de segunda-feira, no oceanário Sea Life, na cidade alemã de Oberhausen. O molusco, que nasceu em 2008, teve morte natural e será cremado (GLOBO ESPORTE. COM, 2010).

dentro de um oceanário, na cidade alemã de Oberhausen, ele se transformou num personagem do espetáculo que permeia a cobertura de uma Copa do Mundo de futebol. Acertou oito resultados. Quando morreu, no fim de outubro, recebeu homenagens que se estenderam pelo mundo, ganhou o direito de ser cremado e a promessa que uma estátua seria feita para reverenciá-lo, visionário que foi.

O segundo polvo que marca 2010 é este, da série de denúncias publicadas por Veja, um símbolo do mal contemporâneo que grassa no aquário de nossas casas. É a figura que traduz o “avanço tentacular dos interesses partidários e ideológicos” sobre o Estado. Os efeitos, por mais incertos que sejam, caem sobre nós.

Em setembro, manteve-se a adoção de dois pesos e duas medidas no tratamento dado à política nacional. A forma como o senador Marconi Perillo¹³ foi citado é um dos espectros dessa disparidade. Se o deputado Sandro Mabel, adversário político dele, blefou na acusação que fez contra Perillo - uma grave acusação -, por que não discutir, no ambiente político e no diálogo com a opinião pública, essa estratégia? Em contrapartida, se o então senador, que é tucano, era mesmo o administrador de uma offshore num paraíso fiscal, qual o motivo pelo qual se sonega uma informação importante do eleitor? Qual é o limite da apuração neste caso? Ou não se aprofunda a cobertura de algumas denúncias? Perillo era candidato e foi eleito governador de Goiás pela terceira vez.

De modo geral, a cobertura no mês de setembro foi marcada por um festival de denúncias. Os assuntos contemplam o interesse do cidadão, do contribuinte brasileiro. Como a cobertura é extremamente adjetivada ou irônica (um exemplo: A elasticidade dos limites éticos do presidente, que a tudo perdoa e com tudo transige...), a discussão de propostas eleitorais e de programas de governo praticamente não existiu. Veja poderia ter trazido para si essa responsabilidade: a de não permitir que a campanha eleitoral se tornasse um rito (de marketing mesmo) em que levaria a melhor o candidato associado à idéia de “bem” pela maioria. A cobrança por propostas, por um direcionamento temático de programas que interferem na vida do brasileiro, pauta óbvia e de imensurável contribuição cívica, não aconteceu, não virou assunto.

A publicação da Editora Abril pareceu obstinadamente interessada em validar a gravidade de suas denúncias à luz do processo eleitoral, da associação com o PT, segmentos

¹³. O senador Marconi Perillo (PSDB) é o novo governador de Goiás. O candidato recebeu 1,5 milhão de votos (53%) e vai ocupar o Palácio das Esmeraldas pela terceira vez. Seu adversário no segundo turno, o ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende (PMDB) teve 1,4 milhão de votos (47%). A vitória de Perillo é mais uma de um período de sucessivos triunfos nas urnas que teve início em 1990, quando foi eleito deputado estadual de Goiás (ULTIMO SEGUNDO IG, 2010).

ou lideranças dele, do que, por exemplo, mostrar os caminhos jurídicos que essas histórias, se institucionalmente desdobradas, poderiam percorrer.

Veja sempre se vale de incontáveis metáforas: “o sistema de segurança do órgão tem tantos furos quanto um queijo suíço. Por esses buracos, funcionários lotados nas unidades do órgão (Receita Federal) em Mauá e em Santo André, ligados ao PT, esgueiraram-se com a ligeireza de ratos...”.

Em síntese: ela reproduz boa parte do radicalismo que condena. Não houve matérias diretamente a favor de José Serra, embora sempre que possível a revista o mostrou como vítima de um episódio que impõe risco institucional ao cidadão brasileiro. O que se viu em setembro foi uma busca frenética por conectar a candidata Dilma Rousseff à inexperiência e, principalmente, à conivência com a corrupção: “distribuição de propina na Anac enquanto Dilma ainda era ministra”. Outro exemplo: “É possível que Dilma seja uma péssima leitora de caráter”. Estes trechos, lembremos, são extraídos de reportagens e não de editoriais, cartas ao leitor ou espaço de colunistas. Há também os velhos preconceitos: “classes mais pobres e menos escolarizadas, que formam o grosso do eleitorado, não declaram imposto de renda nem compreendem um caso tão complexo”.

Na denúncia final, Veja faz apologia à liberdade de imprensa como sinônima de uma radiografia capaz de mostrar que determinada democracia não tem fissuras ou fraturas. Vale-se de nova metáfora, em tom de ameaça, quando fala que o Brasil “corre o risco de adentrar o temível pântano da censura”; evoca que é papel da imprensa denunciar desvios e lembrar aos donos do poder “que eles não estão acima do bem e do mal”. E a imprensa, está acima do bem e do mal? Em nome de um debate pluralista, que reconheça o próximo como parte de um processo, até que ponto é lógico rechaçar a discussão sobre a forma como se trabalha, como se direciona uma pauta, como se buscam fontes que dêem as aspas necessárias para que o relato pré-concebido ganhe forma? Quão real o exercício da reportagem é com todos estes expedientes?

Quando evoca a liberdade de imprensa como mantra, Veja poderia contribuir com a discussão sobre o que a leva a usar apostos como este: “O principal defensor desse projeto é Franklin Martins, ex-sequestrador, ex-jornalista e atual ministro da Comunicação Social de Lula”. Nas entrelinhas, pelo menos uma certeza surge, em meio a tantas dúvidas: toda e qualquer ação voltada a amplificar e pluralizar o espaço público midiático é interpretada como ameaça.

CAPÍTULO VIII - OUTUBRO: SOB O INEBRIANTE EFEITO DO “INDISFARÇÁVEL DÉFICIT DE IDÉIAS”

8.1 A travessia entre o primeiro e o segundo turno

O primeiro turno da eleição presidencial foi realizado num domingo, 3 de outubro. Dilma Rousseff e José Serra asseguraram que a disputa, que já estava bastante polarizada em função da cobertura que a mídia como um todo fez do processo, só seria definida quatro domingos depois, em 31 de outubro.

A falta de propostas mais sólidas e de uma discussão de fato centrada nos desafios e caminhos para o desenvolvimento gerou um efeito na reta final que ficou conhecido como “onda verde”, intensa, sobretudo, nos últimos dias de campanha. Em síntese, houve um crescimento expressivo da candidata do PV, Marina Silva, que colocou em dúvida a até então provável vitória de Dilma já no primeiro turno. O assunto não chegou às páginas de *Veja* na cobertura feita em setembro.

A reta final da campanha ficou marcada por um cansativo e ilimitado debate sobre ética e corrupção. Claro que estes temas são naturalmente relevantes, mas eles não podem ser os únicos eixos de uma campanha. Foi este binômio – ética e corrupção – que pautou a cobertura, restringindo o debate público eleitoral.

De um lado, o PT limitava-se a defender a transformação gerada nestes oito anos de “era Lula”. Sempre que possível, os petistas enalteciam que 30 milhões de brasileiros ascenderam à classe média e que a erradicação da pobreza era um processo em curso até então “nunca visto na história deste País”, parafraseando um clichê do presidente Lula. Do outro, o PSDB impunha a discussão sobre corrupção no governo federal como bandeira central de sua campanha, muito embora o eleitor brasileiro possa ser considerado até certo ponto pragmático, o que não significa credulidade em relação à prática do “rouba, mas faz”. A própria *Veja* bateu na trave desta questão, sem se aprofundar, quando mencionou que determinados casos eram de entendimento “complexo” para a grande maioria da população.

Convém lembrar que *Veja* chega às bancas e aos assinantes nas tardes de sábado. A revista, embora tivesse saído com data de capa de 6 de outubro, uma quarta-feira, começou a circular no dia 2, exatamente um dia antes da realização do primeiro turno. Essa observação é realmente importante e terá peso na explicação das pautas que foram desenvolvidas sobre política nacional na edição de 6 outubro.

Sob este cenário, Veja traz a manchete: “As propostas para o Brasil feitas na campanha presidencial” (VEJA, nº40, 2010: 1). A imagem de capa é a de uma folha em branco, estampada para sugerir ao leitor a idéia de “virar a página”, como mostra um detalhe no canto inferior direito. A linha fina: “A partir da página 88 as questões essenciais das quais os candidatos fugiram” (VEJA, nº40, 2010: 1).



Figura 97 – Capa Veja de 06/10/2010

A Editoria Brasil dedica quatro reportagens a eleições. Com a manchete “Inosso, Insípido e Inodoro” (VEJA, nº40, 2010: 68), Fábio Portela resgata o último debate dos principais candidatos à Presidência. Segundo a linha fina, o programa foi “o retrato fiel da campanha: uma conversa municipal pautada por pesquisas que, em vez de termômetro, se tornaram bússola” (VEJA, nº40, 2010: 68).

Para ilustrar a reportagem, a foto de três candidatos é publicada: José Serra à esquerda, Marina Silva ao centro e Dilma Rousseff à direita. No texto, a revista indica que, além dos que apareciam na imagem, havia mais um candidato presente: Plínio Arruda Sampaio, do PSOL.



INSOSSO, INSÍPIDO E INODORO

O último debate entre os presidenciais foi o retrato fiel da campanha: uma conversa municipal pautada por pesquisas que, em vez de termômetro, se tornaram bússola.

FABIO PORTELA

Nos últimos dois meses, só nas propagandas em rede nacional de TV, Dilma Rousseff, do PT, José Serra, do PSDB, e Marina Silva, do PV, gastaram juntos quase duas horas e 52 minutos para tentar explicar como cada um deles, se eleito presidente da República, pretendia melhorar o país. O resultado nem de longe correspondeu ao esforço. Com base no que se viu na TV e na propaganda eleitoral dos últimos meses, demarcar as diferenças de visão de cada candidato sobre temas sensíveis tornou-se uma tarefa impossível para o eleitor. Com as discussões se-

dando em um patamar equivalente ao de um debate municipal — e em que sobressaíram questões como a abertura de postos de saúde, a construção de casas populares e a contratação de professores —, o encontro de candidatos a presidente organizado pela Rede Globo na quinta-feira passada foi um resumo e um retrato fiel do que foi esta campanha. Apesar do alto grau de interesse do público — segundo a medição do Ibope, o programa começou com quase 30 pontos de audiência e terminou ao redor dos 20 —, o que se viu ali foi um indisturável déficit de idéias. Estavam no palco os três principais candidatos mais o acerrante e humos-

LINGUAGEM CORPORAL Serra e Dilma não encaram câmeras Marina aprovacion e foi à las ta Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, que não desperdiçou uma chance de prestar sua contribuição ao empobrecimento do debate, como quando confundi metrô com hidrovia e PIB com Orçamento. De Dilma Rousseff, pode-se dizer que o único momento memorável foi quando ela, num retumbante ato falho, declarou a respeito do financeiro dentro de sua campanha: “Nós registramos todas as doações — que são oficiais”. A frase provocou gargalhadas e riueta por envolver a noção de que li-

Figura 98 – Veja – Insoosso, insípido e inodoro

Portela começa a reportagem contando como foram as horas que antecederam o debate para Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Nos últimos dois meses, só nas propagandas em rede nacional de TV, a ex-ministra do PT, o candidato tucano e a representante do PV gastaram, juntos, 12 horas e 52 minutos para tentar expor os seus planos. Para a revista, o resultado não correspondeu ao esforço que eles empreenderam.

Com base no que se viu na TV e na propaganda eleitoral dos últimos meses, avalia Portela, tornou-se uma tarefa “impossível” (VEJA, nº40, 2010: 69) para o eleitor demarcar as diferenças de visão e os planos de cada candidato.

A matéria também afirma que as discussões ocorreram em patamar equivalente ao de um debate municipal em que sobressaíram questões como a abertura de postos de saúde, construção de casas populares e contratação de professores. Para a revista, o que se viu foi um “indisturável déficit de idéias” (VEJA, nº40, 2010: 69).

Portela informa que o debate transmitido pela Rede Globo, em 30 de setembro, começou com quase 30 pontos de audiência segundo o Ibope e terminou com cerca de 20. Em seguida, Veja explica (e já ridiculariza) a presença de Plínio. A revista traz a foto do candidato do PSOL sentado, fazendo um sinal de “jóia”, com o dedo polegar da mão direita erguido, o punho ligeiramente cerrado e um largo sorriso. A legenda: “Plínio, bem, uma imagem vale por

mil palavras...” (VEJA, nº40, 2010: 69)

Plínio, bem, uma imagem vale por mil palavras...



Figura 99 – Veja – Plínio no debate da TV Bandeirantes

Portela relaciona alguns momentos que teriam “empobrecido” (VEJA, nº40, 2010: 69) o programa. Ele descreve uma passagem do candidato do PSOL e um “retumbante ato falho” (VEJA, nº40, 2010: 69) de Dilma. Ao explicar por que Plínio participou do debate, entende-se a foto e a legenda editada para ela.

Estavam no palco os três principais candidatos mais o aspirante a humorista Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, que não desperdiçou uma chance de prestar sua contribuição ao empobrecimento do debate, como quando confundiu metrô com hidrovia e PIB com Orçamento. De Dilma Rousseff, pode-se dizer que o único momento memorável foi quando ela, num retumbante ato falho, declarou a respeito do financiamento de sua campanha: “Nós registramos todas as doações - que são oficiais”. A frase provocou gargalhadas da plateia por embutir a noção de que há um conjunto de doações que não é oficial. Em política profissional, o nome disso é “caixa dois” (VEJA, nº40, 2010: 69).

A publicação da Editora Abril diz que quem esperava um confronto direto entre Dilma e Serra se frustrou. Para a revista, imaginava-se que os oponentes tivessem muitas perguntas a

fazer um ao outro, mas o que ocorreu foi justamente o oposto. A publicação parece não entender o motivo pelo qual Serra deixou de argüir sua adversária sobre temas centrais de reportagens – ou melhor, denúncias - publicadas pela própria Veja no mês de setembro.

Ambos evitaram elevar a temperatura política na véspera da eleição. Não se ouviu do tucano uma palavra sobre a quebra do sigilo fiscal de sua filha, Verônica Serra, ou sobre os escândalos da Casa Civil que culminaram com a queda de Erenice Guerra, ex-braço direito de Dilma (VEJA, nº40, 2010: 70).

Portela menciona que Serra evitou estes assuntos em função de uma estratégia eleitoral. O texto relata que, de acordo com a avaliação da equipe de comunicação do ex-governador de São Paulo, se o candidato tocasse em temas “sensíveis” (VEJA, nº40, 2010:70) para a adversária, sairia desgastado com o grupo de eleitores menos informados, que entenderiam que ele estaria “apelando” (VEJA, nº40, 2010: 70). Portela até o compreende, mas afirma que a atitude do candidato do PSDB livrou a ex-ministra de esclarecer fatos não citados no debate.

Compreende-se que o tucano queira jogar para ganhar - e por isso siga as recomendações de sua equipe -, mas também é inegável que, com essa atitude, ele livrou Dilma de ter de se explicar publicamente, sem a ajuda de assessores ou a proteção de Lula, o que seria muito bom para o Brasil (VEJA, nº40, 2010: 70).

A matéria reconhece que a candidata do PV soube ganhar espaço. O texto conta que Marina utilizou a estratégia de se posicionar acima do “lodaçal generalizado” (VEJA, nº40, 2010: 70). Veja, aqui, volta a associá-la, como já havia feito, à ética na política. Mas vai além ao dizer que ela defende bandeiras que são “inatacáveis” e, por isso, chegou à condição de “terceira via”, algo que resultou em crescimento nas pesquisas eleitorais.

Com Serra e Dilma pisando em ovos, a senadora Marina Silva aproveitou para ampliar seu espaço. Com menos amarras que seus adversários e bandeiras inatacáveis - como o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, mais a defesa da ética na política -, posicionou-se como representante de uma terceira via que paira acima do lodaçal generalizado. Foi a mesma estratégia que usou ao longo da campanha e que fez com que crescesse consistentemente nas sondagens eleitorais (VEJA, nº40, 2010: 70).

A revista projeta: se Marina Silva sair das urnas com mais de 15% dos votos, será vista como candidata à Presidência em 2014. Para Veja, o debate da TV Globo refletiu a “indigência” (VEJA, nº40, 2010: 70) de idéias que dominou uma campanha em que os grandes temas do país foram ignorados em detrimento de “discussões de nicho” (VEJA, nº40,

2010: 70) ou tratados com superficialidade e descaso.

Questões como o papel do estado na indução do crescimento econômico, a maneira como se fará a reforma da Previdência no setor público e os rumos da política tributária - assuntos que dizem respeito ao brasileiro que paga impostos e não a uma minoria contemplada porque rende bandeiras politicamente corretas - desapareceram da discussão ou surgiram em breves e insuficientes pinceladas aqui e acolá (VEJA, nº40, 2010: 70).

Nostálgico, o repórter lamenta: “A frase é gasta, mas reflete bem a realidade - já não se fazem mais debates televisivos como antigamente” (VEJA, nº40, 2010: 70). Ainda segundo o texto, “pouco a pouco o campo político foi se impondo sobre as necessidades de surpresas e improvisos que eram um objetivo declarado das emissoras” (VEJA, nº40, 2010: 70).

Para Portela, o resultado disso é um “jogral de atores profissionais com regras de defesa oral de teses acadêmicas, mas com conteúdo ginásial” (VEJA, nº40, 2010: 70).

A matéria insiste: após o término dos debates, as propostas dos candidatos ainda não estavam claras. Portela reivindica a poesia, a estupidez e a genialidade perdidas.

Minutos depois do fim de cada debate presidencial deste ano, já não era possível lembrar o que cada um havia dito de marcante, de extraordinário, de original, ou qual havia sido a tirada mais estúpida ou mais genial. Nada. Traço. Ainda bem que acabou. Vamos dormir (VEJA, nº40, 2010: 70).

A revista resgata a importância de debates televisivos no processo eleitoral. E relembra o encontro entre o democrata John Kennedy e o republicano Richard Nixon na década de 60.

Debates bons são aqueles que o público nunca esquece - e sobre os quais o tempo vai jogando camadas de névoa até que deles só resta a lenda. Foi o que ocorreu com o primeiro e mais famoso debate televisivo entre dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos, o que colocou diante das câmeras o democrata John Kennedy e o republicano Richard Nixon em 1960. As pessoas que se interessam pelo assunto lembram que Nixon tinha a barba por fazer, parecia pálido a ponto de a mãe dele ligar para a emissora perguntando se o filho estava passando mal - enquanto Kennedy, bronzeado e descansado, despejou charme sobre a audiência, deixando uma imagem de jovialidade e energia que o levaria à vitória esmagadora nas urnas (VEJA, nº40, 2010: 70;72).

Segundo Veja, isso ocorreu “apenas em parte” (VEJA, nº40, 2010: 72). De acordo com Fábio Portela, as pesquisas de opinião atribuíram vantagem para Kennedy apenas entre os telespectadores. Quem ouviu o debate pelo rádio...

Ninguém se lembra de que as pesquisas de opinião deram ligeira vantagem para

Kennedy entre os telespectadores. As pesquisas entre quem apenas ouvira o debate pelo rádio deram vitória a Nixon. Antes da votação, os dois se encontrariam ainda em outros três debates televisionados ao vivo. Nixon ganhou todos eles. Não foi massacrado nas urnas. A vitória de Kennedy foi uma das mais apertadas da história dos Estados Unidos – e até hoje há quem conteste a contagem dos votos (VEJA, nº40, 2010: 72).

Nas linhas finais, Veja analisa as campanhas eleitorais e dá a entender que o uso de pesquisa de opinião como um “guia” é um risco porque, segundo a revista, a maioria dos institutos presta serviços para veículos de comunicação e, simultaneamente, para partidos políticos.

A escassez de emoções e idéias que marcou a campanha presidencial brasileira de 2010 teve ainda outro efeito deletério: contribuiu para que vicejasse a percepção de que um candidato era forte e capaz, ou fraco e incapaz, a depender de seu desempenho nas sondagens eleitorais. O uso de pesquisas de opinião como bússola - e não como termômetro - torna-se ainda mais arriscado quando a maioria dos institutos de opinião em atividade presta serviços, concomitantemente, para órgãos de comunicação e um determinado partido (VEJA, nº40, 2010: 72).

Para o repórter, essa relação é “incestuosa” (VEJA, nº40, 2010: 72), um desserviço à transparência que a atividade exige. Portela argumenta ainda que as eleições presidenciais podem não ter um vencedor no domingo (3 de outubro, embora a data de capa seja de 6 de outubro), mas o perdedor já está definido: o eleitor, por ter sido “privado de acompanhar um debate à altura de um país que almeja a civilização” (VEJA, nº40, 2010: 72). Veja anuncia que, enfim, nas próximas reportagens desta edição tentará suprir parte da discussão que não houve nos debates.

8.2 O favoritismo da “apadrinhada”

Os repórteres Felipe Patury e Otávio Cabral assinam a segunda matéria da Editoria Brasil: “Apadrinhada, favorita e cheia de mistérios” (VEJA, nº40, 2010: 74). Eles destacam que “a poucas horas do primeiro turno das eleições, os planos de governo da petista Dilma Rousseff, ungida candidata por um homem só, permanecem uma incógnita para o eleitor” (VEJA, nº40, 2010: 74).

Para ilustrar, Veja publica uma charge de Dilma vestida como petroleira, com uniforme laranja e capacete branco. Em ambos, a logomarca “BR”. A ex-ministra usa brinco de pérolas, sapatos vermelhos e está com as palmas das mãos marcadas por petróleo.

APADRINHADA, FAVORITA E CHEIA DE MISTÉRIOS

A poucas horas do primeiro turno das eleições, os planos de governo da petista Dilma Rousseff, ungiada candidata por um homem só, permanecem uma incógnita para o eleitor

ELIPE PATORY e OTÁVIO CABRAL

Nada deveria ser mais previsível do que os planos de uma candidata que foi escolhida pelo presidente para dar seguimento à sua obra, chefiar dois ministérios do governo e liderar boa parte da corrida eleitoral. No caso da petista Dilma Rousseff, porém, essa lógica não se aplica. Sobre ela — e sobre como conduzirá a administração caso vença nas urnas neste domingo — políticos e empresários colecionam mais dúvidas do que certezas. Tanto é assim que o coordenador da sua campanha, o deputado Antonio Palocci (PT-SP), e o vice de Dilma, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), se desdobram para convencer esses segmentos de que não há motivo para sobressaltos. Dilma, a poucas horas do primeiro turno, continua envolta em névoa. E isso decorre, sobretudo, da forma como ela foi ungiada candidata. De 2003 a 2005, Dilma ganhou holofotes na condução da pasta de Minas e Energia. Substituiu na Casa Civil o então homem-forte do governo, José Dirceu, apesar do pouco pe-

lo escândalo do mensalão. Mostrou lealdade ao presidente e gerenciou programas do governo. Mas não foram só essas virtudes que a alçaram à condição de candidata oficial. O marqueteiro João Santana converteu Lula em 2007 de que sua ministra poderia se beneficiar da onda que havia resultado na ascensão de três mulheres ao poder: Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Angela Merkel na Alemanha. Lula percebeu outra vantagem na escolha. Como Dilma era estreante em eleições, sua eventual vitória seria creditada a ele. Já uma derrota seria debitada na conta da candidata. Lula resumiu o quadro magnificamente: “A Dilma é boa para ganhar e boa para perder”. A escolha palaciana incomodou o PT, porque Dilma, oriunda do PFL, só se filiou ao partido em 2001. Era desconhecida pelos militantes e considerada uma “crisid-ovoa” pelos líderes petistas. Tal como os empresários e políticos, eles sabiam pouco sobre aquela que, por ordem de Lula, deveriam defender na eleição.



ELA FALOU EM... ...PAC, PAC, PAC, PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado nos primeiros dias do segundo governo de Lula com o objetivo de pavimentar a candidatura da então titular da Casa Civil a presidente da República. Concebido com a ajuda do marqueteiro João Santana, o PAC carrega uma marca à ainda desconhecida ministra Dilma Rousseff. Primeiro, ela foi chamada de gestora do PAC. Depois, foi promovida a “mãe” do plano. Só essas três letras, o governo reuniu projetos que, somados, consumiriam 650 bilhões de reais. Apesar de prioritário para o governo, o PAC claudicou. Gastou 70% dos recursos previstos, mas só concluiu 46% das obras. De mau resultado não impediram que o governo lançasse filhotes do PAC para a saúde, para a educação, para a mobilidade e até para a Copa. O PAC pode ter sido dificultado para sair do lugar, mas serviu ao seu propósito: incutir o nome da candidata de Lula.

AS PROPOSTAS DE DILMA PARA OS 10 PRINCIPAIS TEMAS DESTAS ELEIÇÕES

Cotação: ■ boa ■ regular ■ ruim

Filha de um imigrante belga, Dilma nasceu em Belo Horizonte, em 1947, e recebeu uma educação de classe média. Estudou economia e casou-se com um militante de esquerda, por meio de quem ingressou no terrorismo que almejava substituir a ditadura militar por uma ditadura nos moldes bolcheviques. Isso ocorreu em 1969, quando ela ajudou a planejar o roubo do cofre que havia pertencido ao governador paulista Ademar de Barros. Presa e torturada, foi libertada depois de três anos, quando se mudou para Porto Alegre. Lá, uniu-se a Carlos Araújo, com quem foi casada por 25 anos e teve a única filha, Paula. Ligado a Leonel Brizola, Araújo abriu-lhe as portas da política. Fundadora do PDT, Dilma foi secretária de Fazenda de Porto Alegre. Assumiu a Secretaria Estadual de Energia nos governos de Alceu Collares (PDT) e de Otávio Dutra (PT). Deixou o PDT porque a legenda rompeu com Dutra e exigiu que ela deixasse o cargo. No momento em que as eleições chegam à reta final, o programa de Dilma segue nebuloso, apesar da propaganda de que será uma continuação do de Lula. Seus coordenadores de campanha defendem que ela retorne a decisão de manter a política econômica iniciada no governo FHC, baseada em metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. A petista também tem sido orientada a reafirmar seu compromisso com a liberdade de expressão e direitos constitucionais como os sigilos fiscal e bancário. A violação desses dados por sua equipe, durante a campanha eleitoral, mais os escândalos que abalaram a Casa Civil, derrubando aquela que era seu braço direito, Evencio Guerra, acabaram por se tornar uma mancha para a candidata. Se é lamentável que uma questão política surja em meio a uma eleição — a exemplo do que havia ocorrido em 2006 com o episódio dos algaróis —, é saudável que o país aproveite o momento para discutir os aspectos morais e éticos que devem nortear um governo e para reiterar a condenação de práticas como o emprego, o nepotismo, a corrupção e o aparelhamento do estado — vícios com os quais Dilma, se eleita, espera-se, não há de compenetrar.

Figura 100 – Veja – Apadrinhada, favorita e cheia de mistério

A publicação insiste no fato de a candidata do PT ter sido escolhida pelo presidente Lula para dar seguimento “à sua obra”. Segundo Veja, os planos dela deveriam ser previsíveis, mas essa lógica não se aplica à ex-ministra.

Sobre ela e sobre como conduzirá a administração caso vença nas urnas neste domingo — políticos e empresários colecionam mais dúvidas do que certezas. Tanto é assim que o coordenador da sua campanha, o deputado Antonio Palocci (PT-SP), e o vice de Dilma, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), se desdobram para convencer esses segmentos de que não há motivo para sobressaltos. Dilma, a poucas horas do primeiro turno, continua envolta em névoa (VEJA, nº40, 2010: 74).

Os repórteres reafirmam que aquilo que eles definiram como “névoa” decorre, sobretudo, da forma como Dilma foi ungiada candidata. Patory e Cabral contam que, de 2003 a 2005, ela ganhou os holofotes na condução da pasta de Minas e Energia. Em seguida, substituiu, na Casa Civil, o então homem-forte do governo, José Dirceu, e demonstrou lealdade ao presidente no gerenciamento de programas. O texto avalia que não foram apenas essas “virtudes” (VEJA, nº40, 2010: 74) que alçaram Dilma Rousseff à condição de candidata oficial.

A revista abre espaço para citar o marqueteiro João Santana, que convenceu Lula, em 2007, de que sua ministra poderia se beneficiar de uma onda que havia já resultado na ascensão de três mulheres ao poder, duas no continente sul-americano: Michelle Bachelet, no

Chile e Cristina Kirchner, na Argentina. A terceira é a alemã Angela Merkel. De acordo com a matéria, o presidente percebeu também outra vantagem: se Dilma vencesse, o êxito dela – que nunca havia disputado uma eleição - seria creditado (ou associado) a ele. No entanto, em caso de derrota, ela seria “debitada na conta” (VEJA, nº40, 2010: 74) da própria candidata. Sobre essa lógica que teria inspirado a aposta do presidente, Veja pinça um pragmatismo de ocasião na decisão de Lula: “Dilma é boa para ganhar e boa para perder” (VEJA, nº40, 2010: 74).

Os repórteres também explicam que a escolha “palaciana” (VEJA, nº40, 2010: 74) incomodou o PT. Dilma, egressa do PDT, filiou-se ao partido há pouco tempo, em 2001. A candidata, diz Veja, ainda era desconhecida dos militantes e considerada uma “cristã-nova” pelos líderes do PT. Eles pouco sabiam sobre aquela a quem, por ordem de Lula, deveriam defender na eleição. Em seguida, de forma resumida, cita-se a história de Dilma Rousseff desde o seu nascimento até a saída do PDT, passando pelo “ingresso no terrorismo”.

Filha de um imigrante búlgaro, Dilma nasceu em Belo Horizonte, em 1947, e recebeu uma educação de classe média. Estudou economia e casou-se com um militante de esquerda, por meio de quem ingressou no terrorismo que almejava substituir a ditadura militar por uma ditadura nos moldes bolcheviques. Isso ocorreu em 1969, quando ela ajudou a planejar o roubo do cofre que havia pertencido ao governador paulista Adhemar de Barros. Presa e torturada, foi libertada depois de três anos, quando se mudou para Porto Alegre. Lá, uniu-se a Carlos Araújo, com quem foi casada por 25 anos e teve a única filha, Paula. Ligado a Leonel Brizola, Araújo abriu-lhe as portas da política. Fundadora do PDT, Dilma foi secretária de Fazenda de Porto Alegre. Assumiu a Secretaria Estadual de Energia nos governos de Alceu Collares (PDT) e de Olívio Dutra (PT). Deixou o PDT porque a legenda rompeu com Dutra e exigiu que ela deixasse o cargo (VEJA, nº40, 2010: 75).

Os repórteres reafirmam que, no momento em que as eleições chegam à reta final, o programa de Dilma continua “nebuloso” (VEJA, nº40, 2010: 75), apesar de a propaganda apontar que ela representa a continuidade do governo Lula.

A reportagem também informa que os coordenadores da campanha dela defendem que Dilma reitere a decisão de manter a política econômica iniciada no governo FHC, baseada em metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal.

Segundo a matéria, Dilma tem sido orientada a reafirmar seu compromisso com a liberdade de expressão e os direitos constitucionais, como os sigilos fiscal e bancário. O texto destaca que a violação de dados, praticada por sua equipe durante a campanha, além dos escândalos que “abalaram” (VEJA, nº40, 2010: 75) a Casa Civil, tornaram-se uma mancha que acompanha a candidata. Veja então expõe uma opinião sobre “fatos policiais” que surgiram ao longo do processo eleitoral e traça uma perspectiva, em tom de artigo ou

editorial, sobre o eventual governo Dilma.

Se é lamentável que uma questão policial surja em meio a uma eleição — a exemplo do que havia ocorrido em 2006 com o episódio dos aloprados —, é saudável que o país aproveite o momento para discutir os aspectos morais e éticos que devem nortear um governo e para reiterar a condenação de práticas como o empreguismo, o nepotismo, a corrupção e o aparelhamento do estado — vícios com os quais Dilma, se eleita, esperasse, não há de compactuar (VEJA, nº40, 2010: 75).

A reportagem de Patury e Cabral é complementada por um *box* sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, intitulado “Ela falou em... PAC, PAC, PAC, PAC” (VEJA, nº40, 2010: 75).



Figura 101 – Veja –Ela falou em...PAC, PAC, PAC, PAC

Eles contam que o PAC foi criado nos primeiros dias do segundo mandato de Lula com o objetivo de “pavimentar a candidatura da então titular da Casa Civil a presidente da República” (VEJA, nº40, 2010: 75). De acordo com o *box*, o programa foi concebido com a ajuda do marqueteiro João Santana. Segundo os repórteres, o PAC deu uma marca à “ainda desconhecida” (VEJA, nº40, 2010: 75) ministra Dilma Rousseff. Veja explica que Dilma foi, inicialmente, chamada de gestora do PAC e, depois, promovida, tornou-se “mãe” do plano. A revista destaca que, sob essas três letras, o governo reuniu projetos que, somados, consumiriam 650 bilhões de reais, mas argumenta que, apesar de prioritário para o próprio governo, o PAC “claudicou”, ou seja, praticamente não disse a que veio, muito embora tenha servido para ajudar a alavancar a candidata do PT.

O programa gastou 70% dos recursos previstos, mas só concluiu 46% das obras. Os

maus resultados não impediram que o governo lançasse filhotes do PAC para a saúde, para a educação, para a mobilidade e até para a Copa. O PAC pode ter tido dificuldades para sair do lugar, mas serviu ao seu propósito inicial, o de alavancar a candidatura de Lula (VEJA, nº40, 2010: 75).

No rodapé deste *box*, Veja apresenta uma legenda que indica que ela irá apresentar e analisar “As propostas de Dilma para os 10 principais temas destas eleições” (VEJA, nº40, 2010: 75). Não apenas o programa de Dilma, mas também os de Serra e Marina são, enfim, discutidos.

8.3 As propostas de Dilma Rousseff sobre 10 grandes temas

Nesta sequência de reportagens, e convém reiterar novamente que a edição chegou às bancas um dia antes do primeiro turno, a revista pontua que as propostas de Dilma, Serra e Marina serão avaliadas. O critério será indicado por cores: o verde significa que a proposta é boa. A cor amarela indicará que ela é regular, enquanto a vermelha atribui um conceito ruim para aquele item.



Figura 102 – Veja –legenda – As propostas de Dilma para os

Os critérios de avaliação foram, segundo a revista, os mesmos e as áreas analisadas, também. As 10 propostas selecionadas pela Editoria Brasil de Veja estavam numeradas e identificadas na seguinte ordem: 1-Economia, 2-Programas Sociais, 3-Saúde, 4-Educação, 5-Segurança Pública, 6-Impostos, 7-Transportes, 8-Saneamento Básico, 9-Mundo e 10-Liberdade de Imprensa. Não houve, por exemplo, um item que analisasse aquele que a própria Veja apontou com um dos temas centrais da campanha até então: o combate à corrupção. Questões como infraestrutura, meio ambiente e agricultura também foram esquecidas de acordo com os critérios estabelecidos.



Figura 103 – Veja – 10 propostas de Dilma para os 10 principais temas destas eleições

De acordo com Veja, as propostas para Economia da candidata Dilma Rousseff são regulares. Por isso, o item 1 (na arte acima) aparece em amarelo. Segundo a revista, Dilma promete manter o tripé metas da inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. O texto afirma que a ex-ministra disse que irá reduzir os juros “dramaticamente” (VEJA, nº40, 2010: 75), diminuindo a dívida pública em relação ao PIB, que hoje está em 60%.

Em relação aos Programas Sociais, os repórteres avaliam que, de todas as promessas feitas pela ex-ministra, uma das mais fáceis de ser cumprida é a universalização do Bolsa Família. O item 2, assim, aparece em verde, o que indica que a proposta é considerada boa.

O terceiro assunto é Saúde e novamente a revista avalia o programa de Dilma como regular. A candidata do PT prometeu 500 novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), além de policlínicas para atendimento a consultas especializadas no interior e distribuição de remédios para hipertensos e diabéticos. No que se refere à promessa que envolve as UPAs, Veja afirma: “O governo Lula construiu apenas 87 delas. Para tirar o projeto de Dilma do papel, seria necessário investir 1,3 bilhão de reais” (VEJA, nº40, 2010: 76).

A revista considera boa a proposta da candidata do PT para Educação. De acordo com o texto, durante a campanha, Dilma disse que irá construir 6.000 novas creches e pré-escolas. Veja informa que a candidata se comprometeu em criar também o ProMédio, um programa que irá conceder a alunos pobres do ensino médio bolsas de estudo, ação inspirada no ProUni. Segundo a análise, Dilma poderá instalar escolas técnicas em 590 cidades com mais de 50.000 habitantes.

O primeiro item classificado como “ruim” – por isso aparece em vermelho - é Segurança Pública. A revista cita que a candidata do PT se propõe a levar a todo o país as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. Para Veja, a promessa é “inexequível” (VEJA, nº40, 2010: 76) porque demandaria um orçamento seis vezes maior que o da Polícia Federal. Segundo os repórteres, Dilma só falou em combate às drogas “depois que o tema foi tratado por seu adversário, José Serra” (VEJA, nº40, 2010: 76).

Sobre Impostos, item 6, o texto destaca que a ex-ministra pretende eliminar os tributos que incidem sobre investimentos produtivos e substituir as leis estaduais por uma legislação única, nacional, para o ICMS, o que, segundo a análise, poria fim à “guerra” entre os estados. A proposta é considerada apenas regular.

Do item 7 em diante, Veja considerou todas as propostas de Dilma ruins. Os quatro últimos itens aparecem em vermelho.

Sobre Transporte, que é justamente o item 7, a revista indica que o carro-chefe de Dilma será a construção de um trem-bala entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Os repórteres argumentam que será um projeto “faraônico” (VEJA, nº40, 2010: 77) sobre o qual pesam inúmeras interrogações. A principal é a sustentabilidade dele.

Em relação a Saneamento Básico, tópico 8, o texto afirma que a meta do programa é levá-lo a todos os lares até 2014. Para Veja, universalizar o abastecimento de água é uma meta “factível, pois 84,4% das residências já têm acesso à rede de abastecimento” (VEJA, nº40, 2010: 77). Sobre o esgoto sanitário, “a proposta de Dilma não pode ser tomada pelo valor de face” (VEJA, nº40, 2010: 77). Os repórteres explicam que o coeficiente de “domicílios conectados ao sistema de coleta de resíduos aumentou apenas 5,6 pontos percentuais nos oito anos do governo Lula. No ano passado, chegou a cair 0,2 ponto percentual, de acordo com o IBGE” (VEJA, nº40, 2010: 77). Eles avaliam que em função daquilo que ela afirmou sobre o assunto, “pode-se esperar que, caso seja eleita, Dilma obtenha resultados ainda piores. Ela pretende destinar ao setor metade dos recursos gastos por Lula nos últimos 4 anos” (VEJA, nº40, 2010: 77).

O item 9, “Mundo”, também está em vermelho. Dilma emula o “padrinho” Lula no que diz respeito às relações exteriores. Segundo Veja, a candidata defendeu a manutenção de alianças com países como a Venezuela e o Irã. Os repórteres reafirmam que estas são nações que “desrespeitam a democracia” (VEJA, nº40, 2010: 77).

O último tópico, “Liberdade de Imprensa”, foi classificado como ruim por Veja. De acordo com a revista, Dilma Rousseff disse que a censura é “inadmissível” e que o único

controle aceitável sobre os veículos de comunicação é o “controle remoto”. Porém, a revista argumenta que o PT e o governo Lula têm posturas bastante contraditórias em relação ao tema.

Em relação a estes 10 temas, Veja conduziu o seu leitor à seguinte conclusão: Dilma vai bem em Programas Sociais e Educação. Suas propostas para Economia, Saúde e Impostos são apenas regulares. Quando o assunto é Segurança Pública, Transporte, Saneamento Básico, Mundo e Liberdade de Imprensa, o programa dela é ruim. Por isso, ela fica com dois itens em verde, três em amarelo e cinco em vermelho, como explicita um reordenamento da arte com finalidade estritamente ilustrativa.



Figura 104 – Veja –Propostas de Dilma

8.3.1 As propostas de José Serra sobre 10 grandes temas

Nas páginas seguintes, Veja traz a manchete “Para ele, é agora ou nunca mais” (VEJA, nº40, 2010: 78). Assinada a quatro mãos por Fernando Mello e Kalleo Coura, a terceira reportagem da Editoria Brasil também contém uma charge. A imagem de José Serra remete ao personagem do ator Johnny Depp em Edward Mãos de Tesoura, uma comédia bem *american way of life* de 1990. O candidato do PSDB aparece com um suéter azul, uma camisa azul clara e calça preta. No lugar das mãos, tesouras. A analogia com o filme será explicada pelo *box*.



Figura 105 – Veja –Para ele, é agora ou nunca mais

Veja informa que Serra chega à reta final com chance de emplacar um segundo turno e realizar o projeto a que se dedica “desde que era estudante”: (VEJA, nº40, 2010: 78). ser presidente do Brasil. A matéria contém um breve resumo biográfico sobre o candidato do PSDB. Os repórteres relatam que, no início dos anos 60, quando Serra decidiu entrar para o movimento estudantil, sua primeira providência foi pedir a um colega mais velho livros sobre propostas de reforma universitária. De acordo com o texto, “só depois de ler os volumes ele se sentiu pronto para participar das animadas discussões sobre o tema promovidas na Universidade de São Paulo. Um ano mais tarde, deu-se o mais preparado para presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE). A obsessão por conhecer em profundidade as questões com que vai lidar é o traço mais marcante do homem que, pela segunda vez, tenta chegar à Presidência da República. A formação intelectual de Serra, hoje com 68 anos, teve início em um mundo dividido pela Guerra Fria. Apesar do apelo que a esquerda exercia, ele sempre rejeitou as práticas soviéticas por acreditar que solapavam a democracia” (VEJA, nº40, 2010: 78).

Os repórteres destacam: “a obsessão por conhecer em profundidade as questões com que vai lidar é o traço mais marcante do homem que, pela segunda vez, tenta chegar à Presidência da República” (VEJA, nº40, 2010: 78). Veja descreve que a formação intelectual de Serra, hoje (em 2010) com 68 anos, teve início em “um mundo dividido pela Guerra Fria” (VEJA, nº40, 2010: 78), mas que, apesar do apelo que a esquerda exercia, ele rejeitou “as práticas soviéticas por acreditar que elas solapavam a democracia” (VEJA, nº40, 2010: 78). Segundo a matéria, o ex-governador de São Paulo se identificava com os valores da “Ação Popular”, grupo de esquerda que mantinha “laços” (VEJA, nº40, 2010: 78) com a Igreja Católica.

Os repórteres contam que, “em 1964, depois do golpe militar que depôs João Goulart, de quem era próximo politicamente, foi obrigado a se exilar no Chile” (VEJA, nº40, 2010:

78).

Foi naquele país que conheceu a mulher, Sylvia Monica Allende Serra, no período em que começou a estudar economia na Universidade do Chile. O texto relata que o candidato do PSDB continuou os estudos nos Estados Unidos e tornou-se pesquisador ao lado de FHC.

Logo se identificou com autores que defendiam o papel do estado como planejador e indutor do crescimento, como o argentino Radl Prebisch. Com essas idéias na cabeça, chegou aos Estados Unidos em 1973. Fez mestrado e doutorado em economia pela Universidade Cornell e foi pesquisador em Princeton, ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (VEJA, nº40, 2010: 78).

Com a reabertura política, Serra voltou ao Brasil e integrou o governo Franco Montoro, como secretário de Planejamento do Estado de São Paulo. Em 1986, foi eleito deputado e participou da elaboração de uma nova Constituição. Daí em diante, a revista elenca: “Elegeu-se senador, foi ministro, prefeito de São Paulo e governador” (VEJA, nº40, 2010: 79).

Mello e Kalleo afirmam que o PSDB considera uma possível chegada de Serra ao segundo turno um triunfo. A revista reafirma a condição de Dilma como apadrinhada e volta, numa operação casada com a reportagem anterior, a citar que paira uma névoa, agora sobre Lula. Ainda assim, há um heroísmo (hercúleo, diga-se de passagem) na eventual ida de Serra ao segundo turno.

Significará que o ex-ministro teve êxito no desafio hercúleo de enfrentar uma adversária tutelada por um presidente com esmagadores 80% de popularidade, além de uma nunca vista disposição para servir de cabo eleitoral à sua apadrinhada. Como uma névoa, a aprovação de Lula ajudou a dissimular muitos dos vícios e deformidades de seu governo. O mérito de Serra foi ter conseguido jogar luz sobre alguns deles (VEJA, nº40, 2010: 79).

Em relação à eventual vitória de Dilma no primeiro turno, a revista considera que, se ela ocorrer, será “reflexo tanto da briga desigual a que o país assistiu ao longo desses meses de campanha quanto da inércia que se abateu sobre a oposição nos últimos oito anos, durante os quais o presidente Lula reinou praticamente sem antagonistas” (VEJA, nº40, 2010: 79).

Os repórteres editam um *box* que esclarece a analogia com o personagem de Johnny Depp, Edward. O título: “Ele falou em...Cortar para crescer” (VEJA, nº40, 2010: 79).



Figura 106 – Veja –Ele falou em...cortar para crescer

O texto, ostensivamente, insiste que, para José Serra, o setor público deve ser o indutor do crescimento econômico, algo que já havia sido afirmado como ideal dele desde os tempos de estudante. A revista afirma que o candidato do PSDB considera que o governo “gasta em excesso com contracheques e pagamento de fornecedores e economiza em demasia nos investimentos em infraestrutura” (VEJA, nº40, 2010: 79). O *box* menciona que Serra defende o corte de desperdícios, a começar “pelo manancial de cargos de confiança criado pelo governo Lula desde 2003” (VEJA, nº40, 2010: 79), bem como a revisão de contratos em que há flagrante “esbanjamento de dinheiro público” (VEJA, nº40, 2010: 79). Daí surgiu a inspiração poética dos repórteres de Veja que associaram José Serra a Johnny Depp.

Como na reportagem anterior, Veja também avalia as propostas de José Serra em 10 grandes temas, do verde, que representa um bom programa sobre o assunto, ao vermelho, que denota a reprovação sobre o que o candidato propõe.



Figura 107 – Veja – 10 propostas de Serra para os 10 principais temas destas eleições

De acordo com os repórteres, as propostas para Economia do candidato José Serra são boas. Por isso, o item 1 aparece na cor verde. Serra prometeu defender a manutenção do sistema de metas da inflação e reduzir as taxas de juros. O texto informa que o corte de juros desatariaria outros nós, como o cambial. Para os repórteres, com taxas menores, o real poderia se desvalorizar e, com isso, aumentar a competitividade da indústria nacional.

Em relação a Programas Sociais, o candidato do PSDB se propôs a elevar de 12 milhões para 27 milhões o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família e instituir o pagamento do “13º salário” para os beneficiários. Veja considera a idéia regular, pois, para isso, o ex-governador terá de “abrir o cofre” (VEJA, nº40, 2010: 79).

Na área da Saúde, classificada pelos repórteres como carro-chefe do candidato, Serra prometeu retomar os mutirões. A proposta é considerada boa por Veja. De acordo com o texto, “o mutirão desafia a rede pública de hospitais e custa pouco” (VEJA, nº40, 2010: 80).

Quando o tema é Educação, o ex-governador de São Paulo possui planos para ampliar o ensino técnico e prometeu 1 milhão de vagas em cursos profissionalizantes. O candidato pretende criar o Programa de Apoio ao Ensino Técnico (ProTec), que distribuirá bolsas de estudos. Veja considera a idéia apenas regular, pois a execução dela será “caríssima” (VEJA, nº40, 2010: 80).

O item 5, Segurança Pública, aparece em verde. A revista considera boa a proposta de Serra para o assunto e alfineta o governo Lula. O texto cita que “segundo a Constituição, a segurança pública é responsabilidade dos estados. O governo federal pouco faz nessa área.

Serra quer romper essa lógica” (VEJA, nº40, 2010: 80). Para isso, o candidato assumiu o compromisso de implantar a Guarda Nacional, ligada à Polícia Federal.

A única avaliação “ruim” atribuída por Veja a Serra ficou para o item Impostos. Segundo a revista, o candidato do PSDB acena com a possibilidade de reduzir os impostos que incidem sobre áreas específicas, como alimentos, energia, saneamento e medicamento. Serra planeja implantar a Nota Fiscal Brasileira, que devolveria parte dos impostos pagos em compras ao consumidor. Para os repórteres, Serra evitou assumir o compromisso de fazer uma reforma tributária ampla, que desonere a produção e descentralize recursos. De acordo com a revista, na equipe que cuidou do programa de governo dele, “não havia ninguém para tratar de política tributária” (VEJA, nº40, 2010: 80).

Os itens 7 e 8, Transporte e Saneamento Básico respectivamente, aparecem em amarelo. Segundo Veja, são regulares as propostas de José Serra para essas áreas. Sobre Transporte, o texto afirma que, “inspirado pela expansão do metrô paulistano” (VEJA, nº40, 2010: 81), Serra quer construir 400 quilômetros de linhas metroviárias em treze cidades, o dobro da rede atual. Além disso, o candidato pretende criar o Ministério da Logística para administrar as ferrovias, portos, aeroportos e rodovias. A revista considera a proposta regular porque o ex-governador “enfrenta críticas por causa do preço dos pedágios” (VEJA, nº40, 2010: 81).

Em relação a Saneamento Básico, o programa de Serra também foi considerado regular. Os repórteres informam que 49% dos domicílios brasileiros não têm acesso à rede coletora de esgoto. Para minimizar o problema, Veja afirma que Serra quer colocar “em prática a proposta de Lula” (VEJA, nº40, 2010: 81), ou seja, isentar as empresas de saneamento de pagamento do PIS e Cofins. O texto explica que o dinheiro que “deixaria de ser recolhido – 2 bilhões de reais por ano” (VEJA, nº40, 2010: 81) seria investido pelas empresas em obras de saneamento básico. A idéia é regular porque não evitará que o país “continue avançando a passos de tartaruga” (VEJA, nº40, 2010: 81)

Os dois últimos grandes temas – Mundo e Liberdade de Imprensa - agradaram Veja e, por isso, mereceram aprovação. Os planos de Serra sobre os dois assuntos são avaliados como bons. Para os repórteres, demorou, mas “finalmente um político apontou para uma das feridas abertas na América Latina” (VEJA, nº40, 2010: 81). A ferida a que a revista se refere é produção de cocaína na Bolívia. O texto indica que o ex-governador declarou que a Bolívia tem uma política de estado “que protege e estimula a plantação e o refino da cocaína” (VEJA, nº40, 2010: 81). Segundo Veja, o país é responsável por 80% de cocaína que entra no Brasil. Serra propõe que o Brasil use “sua liderança regional” (VEJA, nº40, 2010: 81) para pressionar

a Bolívia e “reprimir cartéis criminosos” (VEJA, nº40, 2010: 81). Sobre Liberdade de imprensa, Veja não expôs uma proposta de Serra, apenas se limitou a reproduzir uma frase atribuída ao candidato: “Não há país democrático no mundo sem imprensa livre. Todos os que lutam pela democracia devem lutar pela liberdade de imprensa” (VEJA, nº40, 2010: 81). O item 10 aparece na cor verde.

Ao reordenar a arte publicada sobre os 10 grandes temas, agora de acordo com as propostas de José Serra, tem-se a dimensão exata da aprovação que Veja dá à candidatura dele. 50% dos itens – Economia, Saúde, Segurança Pública (temas de inegável impacto na decisão do eleitorado), além de Mundo e Liberdade de Imprensa – são avaliados como bons na interpretação que a Editora Brasil faz das propostas tucanas. Em outros quatro temas – Programas Sociais, Educação, Transporte e Saneamento Básico – as propostas de Serra são consideradas regulares. Apenas um item, como já se frisou, foi avaliado como ruim: Impostos. Faltou a Serra pensar numa reforma tributária ampla, como sugeriu Veja.



Figura 108 – Veja –Propostas de Serra

8.3.2 As propostas de Marina Silva sobre 10 grandes temas

Para Marina, Veja reserva a manchete “Verde com coração vermelho” (VEJA, nº40, 2010: 82). É esta a forma a que Malu Gaspar e Ronaldo Soares recorrem para angular a última reportagem da Editora Brasil na revista que começou a circular um dia antes do primeiro turno das eleições.

A publicação da Editora Abril também traz Marina Silva numa charge. A candidata do PV aparece com a pele azulada, orelhas pontudas, cauda, olhos verdes, óculos levemente cor de rosa, brincos aparentemente de pérolas, cabelo com tranças e batom roxo escuro. Marina está descalça, usa algo similar a um tapa-sexo, tem as mãos unidas como se estivesse num rito de fé e é apresentada praticamente como uma personagem do filme Avatar, inclusive com o figurino (além dos traços da charge) que remete à obra. Não é possível afirmar que a proposta tenha sido insinuar que Marina é uma candidata de outro mundo, mas é complexo, à primeira vista e sem a leitura do texto, entender de antemão qual foi o real objetivo da ilustração.

Convém lembrar que a discussão que Marina protagonizou, sobre um modelo de desenvolvimento sustentável para o País, rotulada pela grande imprensa e pelos próprios marqueteiros que trabalharam com ela como “terceira via”, trouxe expressivas contribuições num processo eleitoral, parafraseando a própria Veja, cuja marca foi o “déficit de idéias”.



Figura 109 – Veja - Verde com coração vermelho

No filme Avatar¹⁴(2009), os chamados de “Na’Vi” têm a pele azulada e vivem em paz com a natureza de seu planeta “Pandora” (ADOROCINEMA, 2010).

¹⁴. Filme lançado em 2009, nos Estados Unidos. Ficção Científica dirigida por James Cameron. Avatar conta a história de Jake Sully (Sam Worthington) que ficou paraplégico após um combate na Terra. Ele é selecionado para participar do programa Avatar em substituição ao seu irmão gêmeo, falecido. Jake viaja a Pandora, uma lua extraterrestre, onde encontra diversas e estranhas formas de vida. O local é também o lar dos Na’Vi, seres humanóides que, apesar de primitivos, possuem maior capacidade física que os humanos. Os Na’Vi têm três metros de altura, pele azulada e vivem em paz com a natureza de Pandora. Incapazes de respirar o ar de Pandora e com desejo de explorar a lua para encontrar metais valiosos, os humanos criam seres híbridos chamados de Avatar (ADOROCINEMA, 2010)



Figura 110 – Na'Vi - Avatar

Veja inicia essa reportagem com uma previsão. Já na linha fina, os repórteres indicam que, “impulsionada pelo discurso ambientalista e de defesa da ética, a ex-petista Marina Silva, de 52 anos, sai destas eleições maior do que entrou - e já pensa em 2014” (VEJA, nº40, 2010: 82). A matéria destaca que, há quatro meses, a candidata do PV exibiu uma plataforma “limitada pelo discurso verde” (VEJA, nº40, 2010: 82) e não tinha mais do que 9% das intenções de voto. A revista informa que Marina Silva chegou “à reta final da campanha com 14 pontos nas pesquisas e bastante associada à defesa da ética na política, resultado tanto de uma arguta estratégia de campanha quanto dos escândalos que marcaram a última fase da campanha petista” (VEJA, nº40, 2010: 82). A revista recorre ao cientista político Antonio Lavareda. Ele afirma que a candidata do PV “acabou sendo vista por muitos como uma opção mais palatável à esquerda” (VEJA, nº40, 2010: 82).

Em seguida, a reportagem volta a citar o perfil dos eleitores de Marina. Este assunto já havia sido tema da edição do dia 18 de agosto (2178– ano 43 - nº 33), com aquela jovem estudante de publicidade no Rio de Janeiro, numa foto que tinha o Pão de Açúcar ao fundo. O texto ratifica: “Marina conseguiu formar um eleitorado composto, em grande parte, por brasileiros jovens, escolarizados e ricos das grandes cidades” (VEJA, nº40, 2010: 82).

Segundo Veja, até um ano atrás, quando Marina deixou o PT, nada sugeria que ela pudesse se tornar opositora da legenda. A matéria afirma que o partido de Dilma foi o “berço político” (VEJA, nº40, 2010: 82) da candidata do PV e “sua sigla durante três décadas” (VEJA, nº40, 2010: 82). Neste período, os repórteres contam que Marina se elegeu vereadora, deputada estadual e senadora por duas vezes, além de ser nomeada ministra do

Meio Ambiente do governo Lula, cargo que ocupou por cinco anos.

De acordo com o texto, a defesa da ética, sua “atual principal bandeira” (VEJA, nº40, 2010: 82), não a impediu que permanecesse no partido quando eclodiu o escândalo do mensalão. Marina só veio a deixar Brasília e o PT “à medida que se agravaram as discordâncias entre ela e sua colega de Esplanada Dilma Rousseff” (VEJA, nº40, 2010: 82) então ministra-chefe da Casa Civil. “A grande queda de braço entre as duas se deu em torno da construção de hidrelétricas às quais Marina, inflexível, negou licenças ambientais. No duelo com a sua hoje adversária de campanha, a ex-petista colecionou decepções e derrotas” (VEJA, nº40, 2010: 82).

Como fez com Dilma e Serra, Veja também apresenta, de forma bastante resumida, a história de vida de Marina. A revista associa a biografia da candidata do PV ao marketing feito com a própria história do presidente Lula e assegura que marqueteiros também identificaram uma oportunidade de campanha.

Como Lula, Marina é dona de uma biografia admirável, reveladora de uma extraordinária capacidade de superar adversidades e contornar limitações. E, tal e qual a história de Lula, a dela foi fartamente explorada por marqueteiros. Criada num seringal ao lado de dez irmãos, Marina Silva contraiu cinco malárias, foi contaminada por metais pesados e desenganada três vezes pelos médicos. Alfabetizou-se apenas com 16 anos, para em seguida formar-se em história. Um pouco mais tarde, emergiu como líder sindical no Acre. Lá, ao lado do amigo seringueiro Chico Mendes, assassinado por fazendeiros em 1988, ajudou a fundar, em 1984, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ligada inicialmente às comunidades eclesiais de base, Marina acabou se tomando uma evangélica fervorosa, que condena o aborto e a união entre homossexuais (VEJA, nº40, 2010: 82;83).

Os repórteres também descrevem, com o apoio de uma antítese, a aparência física da candidata do PV. “Seu corpo franzino - 51 quilos em 1,64 metro - e a voz frágil contrastam com o vigor com que ela fala de suas ambições políticas: firmar-se como líder da oposição e disputar um novo pleito presidencial” (VEJA, nº40, 2010:83).

O fato de sair dessas eleições sem mandato, diz Veja, não será um obstáculo para o plano dela. Neste sentido, a revista recorre à avaliação de outro cientista político, Gaudêncio Torquato. Ele diz que “Marina emerge da disputa como uma forte liderança de oposição no país” (VEJA, nº40, 2010:83). Nas linhas finais, Malu Gaspar e Ronaldo Soares já traçam um cenário pós-eleitoral para a candidata do PV.

Caso ela termine em terceiro lugar nestas eleições, o mais provável é que venha a associar-se a uma ONG. Seria uma forma de garantir visibilidade e reforçar a sua presença no debate ambiental. Conseguir administrar o patrimônio político

conquistado neste pleito será decisivo para o futuro de Marina (VEJA, nº40, 2010:83).

Os repórteres ainda dizem que administrar um patrimônio político não é tarefa trivial. Veja menciona alguns exemplos e conclui que a corrida para 2014 pode, para Marina, começar com o resultado do primeiro turno.

O deputado federal Ciro Gomes (PSB) chegou ao final das eleições presidenciais de 1998 com 11 % dos votos. Na largada da disputa seguinte, a de 2002, esse capital político se traduziu no elevado patamar de 20% das intenções de voto. Equívocos políticos e declarações infelizes, porém, contribuíram para fazer com que Ciro acabasse a disputa em quarto lugar, com minguados 12% dos votos. Marina já deixou claro que não pretende dar marcha à ré. E, no que depender dela, tão logo se apure o último voto neste domingo, começará a campanha de 2014 (VEJA, nº40, 2010:83).

Como nas reportagens anteriores, os repórteres editam um *box*, complemento deste texto principal sobre a candidata do PV, intitulado “Ela falou em...Onda Verde” (VEJA, nº40, 2010:83). A revista avalia que a idéia de estimular o desenvolvimento da economia sem ferir o ambiente, a chamada “política do baixo carbono” (VEJA, nº40, 2010: 83), foi o apelo principal de Marina em seus discursos. Segundo o *box*, a candidata, para conseguir este objetivo, propõe-se a oferecer incentivos à iniciativa privada em troca da redução do impacto ambiental de seus negócios.



Figura 111 – Veja – Ela falou em...Onda verde

Os repórteres então iniciam a mesma avaliação, desta vez das propostas de Marina, sobre aqueles 10 grandes temas selecionados por Veja. Os critérios são os mesmos utilizados

nas análises dos programas de Dilma e Serra.

1 ECONOMIA
Marina está de acordo com o tripé sobre o qual se assenta hoje a economia brasileira e que garantiu a sua estabilidade – o sistema de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. Quando se aventura no assunto, porém, limita-se a emitir um discurso óbvio e pouco concreto. Ela fala em enxugar a máquina federal para reduzir gastos e ampliar investimentos. Diz ainda, que pretende restringir o aumento das despesas à metade do crescimento do PIB e condiciona um eventual reajuste do salário mínimo à boa forma das contas públicas. São propostas razoáveis, mas difíceis de ser cumpridas por alguém que, como ela, tem uma base partidária frágil e cuja cobertura verde esconde um coração bem vermelho.

2 PROGRAMAS SOCIAIS
Marina defende a manutenção do Bolsa Família, mas com um diferencial: quer oferecer aos beneficiários um plano para que deixem de depender da ajuda oficial. O projeto incluiria cursos profissionalizantes de acordo com a demanda e as potencialidades de cada lugar. E o estímulo para frequentar tais cursos viria, segundo Marina, de uma orientação personalizada, caso a caso. Do ponto de vista financeiro, o projeto se justifica. Investir em portas de saída para o programa faz mais barato do que sustentar indefinidamente 12,2 milhões de famílias. Falta explicar, no entanto, como prover um serviço tão customizado em tamanha escala.

3 SAÚDE
A candidata afirma que reforçará o atendimento médico à população mais pobre, dobrando o número de profissionais que atuam no Programa Saúde da Família, criado em 1994. Equipes compostas de médicos e enfermeiros se encarregam de vacinar crianças, fazer o pré-natal de gestantes e oferecer exames preventivos em postos de saúde e em domicílio – cuidados considerados essenciais por especialistas para prevenir doenças graves. Embora 100 milhões de brasileiros já sejam atendidos, há uma clara demanda não suprida em grandes cidades. Investir nisso, portanto, faz sentido, e não custa tão caro. Mas, no que diz respeito aos ganhos do Sistema Único de Saúde (SUS) – fluxos de mais de um ano para corrigir, déficit de leitos para internação e falta de médicos qualificados – faltam propostas.

4 EDUCAÇÃO
Um dos pontos-chave de Marina é a expansão do ensino técnico, ainda restrito no Brasil. Num momento em que o país cresce e a demanda por profissionais qualificados aumenta, a proposta é um acerto. As escolas técnicas formam, em tempo curto, um tipo de mão de obra mais sintonizada com as necessidades do mercado – algo que foi decisivo para o impulso de economias como a da Coreia do Sul. O desafio para a saída de aula também é uma preocupação. Marina promete aumentar os investimentos na área de 3% para 7% do PIB. As intencões, no entanto, estão no rumo certo. Mas, de novo, carecem de detalhes e elaboração.

5 SEGURANÇA PÚBLICA
É a área em que Marina se posiciona de maneira mais vaga. Ela se adira à promessa de ajuda financeira do governo federal aos estados para reforçar o policiamento comunitário, quando está previsto que isso, por si só, não reduz a criminalidade. O que é realmente decisivo para diminuir os índices de violência é melhorar a eficiência da polícia de modo que ela faça o básico: prenda os bandidos. O estado de São Paulo, que obtive a maior diminuição na ocorrência de homicídios na última década, é também um dos que mais prendem criminosos, com uma média de 20% presos por 100.000 habitantes. Marina chega a propor reforço no controle das fronteiras, para evitar a entrada de armas e drogas – mas também de forma rebuscada.

6 IMPOSTOS
No entanto, não há nenhuma proposta concreta para a diminuição da carga tributária, apenas vagas promessas. A reforma sugerida refere-se a impostos que prendem mais sobre os salários de renda mais alta, e não é específica em relação ao que aconteceria com o valor real sobre os mais pobres. Não se sabe exatamente o que esperar da esboçada reforma. Numa outra frente, ela defende a simplificação na cobrança de impostos indiretos, como ICMS, PIS e Cofre, a parcerias até óbvias. Mas não é assente a respeito do assunto e, de novo, não explica como se daria essa simplificação.

7 TRANSPORTE
A principal proposta nessa área é ampliar hidrovias e ferrovias, com o objetivo de melhorar o escoamento da produção – a prioridade é a construção de ferrovias como a Norte-Sul, que sai atrasada desde os anos 80. Falta, porém, um projeto que integre essa nova infraestrutura a estradas e portos, de modo a formar os chamados corredores logísticos. Para as grandes cidades, Marina promete destinar mais verbas federais para obras de metrô e corredores de ônibus. O programa não estabelece, seu plano é dar incentivos fiscais às montadoras para que entreguem, a um preço mais baixo, veículos que agilizem menos o ambiente, como carros flex e híbridos.

8 SANEAMENTO BÁSICO
A meta é universalizar nos próximos dez anos a coleta de esgoto – hoje restrita a 51% dos domicílios brasileiros. Ela promete mais do que triplicar o orçamento atual, ou 8 bilhões de reais por ano. Continuaria sendo insuficiente. Cálculos feitos por especialistas indicam que, mesmo com esse volume de investimentos, faltariam 70 bilhões de reais para a execução do plano. O programa não estabelece de onde viria tanto dinheiro, embora aponte a possibilidade de convencer o setor privado a contribuir, por meio de incentivos fiscais.

9 MUNDO
Marina tem se posicionado contra a política externa do governo Lula – sobretudo no que diz respeito ao apoio do Brasil a países que atacam a democracia e os direitos humanos. Ela se refere, especificamente, à aproximação do presidente com seu colega iraniano Mahmoud Ahmadinejad (aquele que nega a ocorrência do Holocausto) e ao desmatamento de Lula em relação ao pedido de ajuda de presos políticos cubanos. Na geopolítica, porém, Marina não vai muito longe. Sua principal preocupação parece ser a África. A ideia de ajudar o Brasil à condição de nação-líder dos “bons opórtimos” é a mesma que permitiu o discurso de Lula. Ambos passam ao largo do fato de o continente africano ser destino de não mais que 5% das exportações brasileiras.

10 LIBERDADE DE IMPRENSA
Marina rejeita qualquer iniciativa de corteamento à liberdade de imprensa. Em seus discursos, ela vem repetidamente com veemência as sucessoras tentativas pedidas de calar veículos de comunicação independentes. Opõe-se a alterações como a criação do Conselho Nacional de Jornalismo, proposto pelo PT, e às medidas do governo para intervir na programação, no gerenciamento e até na propriedade das emissoras de rádio e TV, propostas que ameaçam a óbvia Confederação Nacional de Comunicação (Conferen), em 2009. E defende da autogestão das meios de comunicação, que, para ela, devem exercer seu papel fundamental de fiscalizar o poder.

Figura 112 – Veja – 10 propostas de Marina para os 10 principais temas destas eleições

Veja considera regular a proposta de Marina para a Economia. Segundo o texto, a candidata do PV está de acordo “com o tripé sobre o qual se assenta hoje a economia brasileira e que garantiu a estabilidade” (VEJA, nº40, 2010:83), ou seja, o sistema de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. Os repórteres destacam que Marina fala em enxugar a máquina federal para reduzir gastos e ampliar investimentos. Ela também pretende restringir o aumento das despesas à metade do crescimento do PIB. A revista avalia que estas são propostas “inacreditáveis, mas difíceis de ser cumpridas por alguém que, como ela, tem uma base partidária frágil” (VEJA, nº40, 2010:83).

Sobre Programas Sociais, Marina defende a manutenção do Bolsa Família, mas com o diferencial de oferecer aos beneficiados um plano para que deixem de depender da ajuda oficial. O projeto incluiria cursos profissionalizantes de acordo com as demandas e potencialidades de cada lugar e o estímulo para frequentar os cursos viria de uma orientação mais personalizada. Veja também considera a proposta regular porque Marina não explicou como iria promover “um serviço tão customizado em tamanha escala” (VEJA, nº40, 2010:83).

De acordo com a revista, as propostas da Marina para Saúde também são apenas regulares. O item 3, como os dois primeiros, aparece em amarelo. O texto indica que a candidata do PV afirma que reforçará o atendimento médico à população mais pobre, dobrando o número de profissionais que atuam no Programa Saúde da Família, criado em

1994. Os repórteres afirmam que a idéia “faz sentido” (VEJA, nº40, 2010:84) e não custa caro. Veja a questiona no que diz respeito “aos gargalos do Sistema Único de Saúde (SUS)” (VEJA, nº40, 2010:84). Marina, segundo a revista, não apresentou proposta nenhuma sobre o assunto.

Sobre Educação, a revista considera apenas regular a proposta da candidata. Um dos pontos-chave de Marina Silva para o setor é a expansão do ensino técnico. A candidata promete aumentar os investimentos na área de 5% para 7% do PIB. Segundo Veja, as idéias são regulares porque “carecem de detalhes e elaboração” (VEJA, nº40, 2010:84)

As duas propostas de Marina Silva que a publicação da Editora Abril reprova envolvem Segurança Pública e Impostos. Por isso, os itens 5 e 6 aparecem em vermelho. De acordo com os repórteres, segurança é a “área em que Marina se posiciona de maneira mais vaga” (VEJA, nº40, 2010:84). O texto destaca que a candidata se atém à promessa de ajuda financeira aos estados para reforçar o policiamento comunitário. Para Veja, “está provado que isso, por si só, não reduz a criminalidade” (VEJA, nº40, 2010:84). Malu Gaspar e Ronaldo Soares prescrevem o que é decisivo para resolver o problema: “melhorar a eficiência da polícia” (VEJA, nº40, 2010:84) A revista pontua que Marina propôs reforço também no controle das fronteiras, mas de uma forma “nebulosa” (VEJA, nº40, 2010:84). Sobre Impostos, segundo Veja, não há nenhuma proposta concreta para diminuir a carga tributária. Os repórteres argumentam que “não se sabe exatamente o que esperar da ex-senadora nessa área” (VEJA, nº40, 2010:84).

Em relação a Transporte, Marina pretende ampliar hidrovias e ferrovias, com o objetivo de melhorar o escoamento da produção. O texto indica que a prioridade é a conclusão de ferrovias como a Norte-Sul. Os repórteres afirmam, ao justificar por que consideram a proposta apenas regular, que falta um projeto que integre a nova infraestrutura a estradas e portos, de modo a formar os chamados “corredores logísticos” (VEJA, nº40, 2010:85). Para as grandes cidades, Marina prometeu destinar mais verbas federais para obras de metrô e corredores de ônibus.

Em relação a Saneamento Básico, a revista também avaliou o programa de Marina sobre o tema como regular. O texto afirma que a meta da candidata do PV é universalizar nos próximos dez anos a coleta de esgoto, hoje restrita a 51% das casas brasileiras. Segundo os repórteres, a candidata prometeu “mais do que triplicar” (VEJA, nº40, 2010:85) o orçamento atual, de 6 bilhões de reais por ano para o setor, o que, avalia Veja, seria insuficiente. Para validar a sua argumentação, a revista recorre ao velho expediente da fonte anônima. “Cálculos

de especialistas indicam que, mesmo com esse volume de investimentos, faltariam 70 bilhões de reais para a execução do plano” (VEJA, nº40, 2010:85).

Os repórteres consideraram “regulares” as propostas de Marina Silva para “Mundo”, ou seja, política externa. De acordo com o texto, a candidata tem se posicionado contra o governo Lula, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento com o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. A revista pondera que “na geopolítica, porém, Marina não vai muito longe” (VEJA, nº40, 2010:85). O texto enfatiza que a candidata se preocupa apenas com o continente africano. Neste caso, Veja reduz eventuais preocupações políticas e humanitárias da candidata do PV a uma questão quase estritamente econômica.

Sua preocupação parece ser a África. A idéia de alçar o Brasil à condição de nação-líder dos “povos oprimidos” é a mesma que permeia o discurso de Lula. Ambos passam ao largo do fato de o continente africano ser destino de não mais que 5% das exportações brasileiras (VEJA, nº40, 2010:85).

Veja demarcou como boa apenas uma proposta de Marina, sobre Liberdade de Imprensa. O item 10 foi o único que recebeu uma aprovação sem ressalva por parte da publicação. Segundo os repórteres, a ex-senadora faz qualquer iniciativa de cerceamento à liberdade de imprensa. O texto afirma que em seus discursos, ela repudiou tentativas de membros do PT de “calar veículos de comunicação independentes” (VEJA, nº40, 2010:85). De acordo com a revista, Marina também se opôs à idéia da criação do Conselho Nacional de Jornalismo, “gestado pelo PT” (VEJA, nº40, 2010:85). A candidata é uma defensora da autorregulação dos meios de comunicação. Entre as 10 propostas de Marina Silva, Veja considerou uma boa, sete regulares e duas ruins. Em síntese: a candidata verde com coração vermelho tem propostas amarelas.



Figura 113 – Veja – Propostas de Marina

8.4 Uma breve leitura das urnas


A primeira edição publicada depois do primeiro turno é a que tem data de capa de 13 de

outubro. Antes de analisar as reportagens da Editoria Brasil, agora com a certeza da realização de uma nova eleição no dia 31 daquele mesmo mês, é importante mencionar os resultados que definiram a ida de Dilma e Serra para um novo embate.

Dilma obteve 47.651.434 votos, equivalentes a 46,91% do coeficiente de votos válidos. José Serra ficou com 33.132.283 votos, volume que representou 32,61% do total de votos válidos no primeiro turno. Marina Silva, do PV, protagonista da “onda verde” que ganhou ares de “terceira via”, atingiu o expressivo volume de 19.636.359 votos (19,33%). Plínio de Arruda Sampaio ficou com módicos 886.816 votos (0,87%). O candidato à presidência pelo PSOL teve menos votos em todo o País do que o deputado federal mais votado por São Paulo: o palhaço Tiririca, Francisco Everardo Oliveira Silva (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2010), eleito pelo Partido da República.

Tiririca (PR) foi o candidato a deputado federal mais votado do país, no maior colégio eleitoral brasileiro (São Paulo), confirmando os prognósticos. O palhaço teve 1,350 milhão de votos válidos, ou 6,35% do total, muito mais do que o dobro do segundo mais votado no Estado, o ex-secretário paulista da Educação, Gabriel Chalita, com 559.118 votos (FOLHA.UOL, 2010).

Levy Fidélix, a quem Veja havia dado um imprevisto espaço no mês anterior, obteve módicos 57.960 votos, equivalentes a 0,06% dos votos válidos. O candidato do PRTB ficou atrás de José Maria Eymael (PSDC), que foi o quinto mais votado, e de Zé Maria, do PSTU, o sexto na preferência do eleitorado. O número de brasileiros aptos a votar em 3 de outubro era de 135.804.043, mas o índice de abstenção ficou em 18,12%, o que significa dizer que mais de 24,6 milhões de eleitores não foram às urnas.

apuração 1º turno
 Eleição presidencial

100,00% das seções apuradas

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral








| geral | | norte | nordeste | centro-oeste | sudeste | sul | | |
|--|---|-------|----------|--------------|---------|-----|-----------|------------|
| candidatos | | | | | | | % válidos | votos |
|  | Dilma - 13 2º TURN PT - PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO | | | | | | 46,91% | 47.651.434 |
|  | José Serra - 45 2º TURN PSDB - O Brasil Pode Mais | | | | | | 32,61% | 33.132.283 |
|  | Marina Silva - 43 PV - Partido Verde | | | | | | 19,33% | 19.636.359 |
|  | Plínio - 50 PSOL - Partido Socialismo e Liberdade | | | | | | 0,87% | 886.816 |
|  | Eymael - 27 PSDC - Partido Social Democrata Cristão | | | | | | 0,09% | 89.350 |
|  | Zé Maria - 16 PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado | | | | | | 0,08% | 84.609 |
|  | Levy Fidelix - 28 PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro | | | | | | 0,06% | 57.960 |

Figura 114 – G1 – Apuração Eleição Presidencial 1º turno de 2010

Os institutos de pesquisa tiveram de enfrentar surpresas de última hora nas suas profecias: na região Norte, por exemplo, Dilma venceu em quatro estados – Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins. Nos principais colégios eleitorais daquela região – Amazonas e Pará – a petista realmente venceu como eles previam. Mas ela perdeu para José Serra no Acre, em Rondônia e também em Roraima.

apuração 1º turno

Eleição presidencial


100,00% das seções apuradas

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral



Figura 115 – G1 – Apuração Eleição Presidencial 1º turno de 2010 – Região Norte

No Sudeste, Dilma só não venceu no Estado de São Paulo e Serra teve de amargar um inesperado terceiro lugar no Rio de Janeiro, quase 10 pontos percentuais atrás de Marina Silva, a segunda. A candidata do PV também roubou votos importantes de Serra no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Amazonas e no Amapá. Nestes quatro estados, ela foi a segunda mais votada, atrás apenas de Dilma. O melhor desempenho da candidata do PV ocorreu no Distrito Federal, onde ela venceu a eleição com 41,96% dos votos válidos. Na capital federal, Dilma, na segunda posição, obteve 31,74% do coeficiente de votos válidos e José Serra, em terceiro, 24,30%.

apuração 1º turno
 Eleição presidencial

100,00% das seções apuradas

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral

| geral | norte | nordeste | centro-oeste | sudeste | sul |
|-----------------------------|-------|----------|---------------------|---------|-----|
| Distrito Federal | | | | | |
| 100,00% das seções apuradas | | | | | |
| | | | Marina Silva - PV | 41,96% | |
| | | | Dilma - PT | 31,74% | |
| | | | José Serra - PSDB | 24,30% | |
| Goiás | | | | | |
| 100,00% das seções apuradas | | | | | |
| | | | Dilma - PT | 42,23% | |
| | | | José Serra - PSDB | 39,48% | |
| | | | Marina Silva - PV | 17,18% | |
| Mato Grosso | | | | | |
| 100,00% das seções apuradas | | | | | |
| | | | José Serra - PSDB | 44,16% | |
| | | | Dilma - PT | 42,94% | |
| | | | Marina Silva - PV | 12,00% | |
| Mato Grosso do Sul | | | | | |
| 100,00% das seções apuradas | | | | | |
| | | | José Serra - PSDB | 42,35% | |
| | | | Dilma - PT | 39,86% | |
| | | | Marina Silva - PV | 16,88% | |



 Eleito / 2º Turno (Resultados matematicamente definidos. Fonte: TSE)  atualizado automaticamente

Figura 116 – G1 – Apuração Eleição Presidencial 1º turno de 2010 – Região Centro-Oeste

Estes dados têm a finalidade de ilustrar o ambiente político que vai do legado do primeiro turno aos cenários para o segundo. Com quase 20 milhões de votos embaixo do braço, a busca pelo apoio de Marina seria uma das marcas de uma nova campanha.

8.5 A inspiração que vem do Extra

A edição de 13 de outubro de 2010 (2186– ano 43 - nº 41) coloca, com maior veemência, o tema aborto na pauta eleitoral. Trata-se de um assunto de inegável complexidade e que já fez parte de algumas eleições, inclusive depois da redemocratização. Na campanha eleitoral de 1989, por exemplo, o então candidato Fernando Collor de Mello colocou em seu programa eleitoral no rádio e na televisão Miriam Cordeiro. Ela acusava Lula, um Lula até então muito mais inflexível e verborrágico, de tê-la pressionado a fazer um aborto quando ela ficou grávida da filha Lurian Cordeiro da Silva.

Veja do dia 24 de dezembro de 1989 (1110- ano 22 - nº 50) trouxe como destaque de capa o presidente eleito Fernando Collor de Mello e a manchete “Collor - vitória num país dividido” (VEJA, nº50, 1989:1). Com o chapéu “bastidores”, a revista publica a matéria

“Atrás da Cortina” (VEJA, nº50, 1989:102), curiosamente sem assinatura como já ocorrera em “O Caçador de Marajás”. A reportagem envolve os bastidores da campanha presidencial daquele ano.



Figura 117 – Capa Veja de 24/12/1989 Figura 118 – Veja Atrás da cortina – 1989

Aquela edição afirma que houve, “nos bastidores da eleição, um intrigado jogo de alianças políticas, cotoveladas pessoais, arrecadação de fundos para a campanha. Só lentamente as tramas dos bastidores vieram à tona” (VEJA, nº50, 1989:102).

Entre os casos mencionados pela revista no texto sem assinatura está justamente o uso do depoimento da enfermeira Mirian Cordeiro, ex-namorada de Lula, com quem ele teve uma filha, por Collor na reta final da campanha. De acordo com o texto, “nesse depoimento, Mirian disse que Lula teria lhe oferecido dinheiro para abortar a menina e afirmou que o candidato do PT é racista” (VEJA, nº50, 1989:103). Veja destaca ainda que o depoimento, organizado por Leopoldo Collor – um dos principais assessores de Collor-, “fez com que a jornalista Maria Helena do Amaral, também da assessoria do Collor, denunciasse o pagamento de 20.000 cruzados novos à enfermeira pelo relato” (VEJA, nº50, 1989:103). A matéria afirma que não há provas de que a história de Mirian seja verdadeira e que ela tenha recebido dinheiro, mas o texto indica que, pelo menos para dar entrevistas, a enfermeira chegou a cobrar.

Ela pediu dinheiro para dar declarações pelos menos uma vez. Procurada pelo fotógrafo Antonio Milena, de VEJA, no início da semana passada, Mirian disse que concordaria em posar para fotografias caso recebesse da revista a quantia de 50 000

cruzados novos – e, por esse preço, ainda contaria mais detalhes se sua vida particular com Lula. “Por grana faço qualquer negócio”, disse Mirian. “Até posar nua”, completou. VEJA que não paga a entrevistado algum, recusou a proposta. (VEJA, nº50, 1989:103).

Quase oito anos depois, num ano em que não houve corrida eleitoral presidencial, a revista dedicou, com serenidade, uma edição ao tema. Veja de 17 de setembro de 1997 (1513-ano 22 - nº 37) traz como manchete “Eu fiz aborto” (VEJA, nº37, 1997:1). Na pauta, mulheres conhecidas que recorreram ao aborto e “a polêmica” sobre o assunto. Entre elas, as apresentadoras de televisão Hebe Camargo e Marília Gabriela, as atrizes Cássia Kiss e Cissa Guimarães e a cantora Elba Ramalho.

Sob o chapéu “Brasil”, aquela reportagem recebeu o título “Nós fizemos aborto” (VEJA, nº37,1997:26;27,) assinada a seis mãos pelas repórteres Andréa Barros, Angélica Santa Cruz e Neusa Sanches. A proposta de pauta: o relato de quem fez esta opção, de quem teve a experiência.



Figura 119 – Capa Veja de 17/09/1997 Figura 120 – Nós fizemos aborto Aborto

O texto destaca que VEJA procurou “oito dezenas de mulheres” (VEJA, nº37,1997:27) que decidiram contar como aconteceu o aborto e os motivos que as levaram a realizá-lo. Falaram sobre o assunto, cantoras, atrizes, apresentadora de televisão, estudantes, operárias domésticas e donas de casa.

Aborto é, portanto, um assunto que mexe com valores e crenças num país predominantemente católico, conservador em muitos aspectos. E é este o debate que Veja

propõe na edição com uma capa dividida ao meio pelas cores vermelha, na metade superior, e branca, na parte inferior. Nos dois recortes, a candidata do PT, Dilma Rousseff. A idéia é dar ao leitor a possibilidade de interpretar duas opções, acintosamente antagônicas, de manchetes, comparando declarações feitas pela candidata.

A capa parece inspirada naquela proposta do jornal Extra, citada pela própria Veja, e já apresentada neste trabalho numa das reportagens que mereceu pauta da Editoria Brasil. A parte vermelha traz: “‘Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja’ - Dilma Rousseff, em 4 de outubro de 2007” (VEJA, nº41, 2010:1). Ao virar a revista, Veja traz uma segunda manchete: “‘Eu, pessoalmente sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere um aborto uma violência’- Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2010” (VEJA, nº41, 2010:1).



Figura 121 – Capa Veja de 13/10/2010

Na Editoria Brasil, Veja traz a candidata do PT sob a manchete “Antes e depois” (VEJA, nº41, 2010: 62;63). Dilma aparece em duas fotos de perfil, em páginas separadas por uma estrela vermelha. A ex-ministra está sisuda na foto publicada na folha com fundo preto e sorri na que contém um fundo branco.

Assinada pelos repórteres Leonardo Coutinho, Otávio Cabral e Vinícius Segalla, a matéria repete as declarações de capa sobre aborto. Cada citação é destaque numa página. Na folha com fundo preto, os repórteres trazem “‘Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja’ - 4 de outubro de 2007. Em entrevista à Folha de S.

Paulo” (VEJA, nº41, 2010: 62). A metade da estrela que ficou na página 63 tem o título “O PT sempre defendeu o aborto...” (VEJA, nº41, 2010: 62).

Na parte externa dessa estrela, Veja reproduz um trecho da Resolução do 3º Congresso do PT, de 2 de setembro de 2007.

Defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento a todos os casos no serviço público, evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino (VEJA, nº41, 2010: 62).

Na página com fundo branco, a versão sorridente de Dilma está associada à declaração: “Eu, pessoalmente sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere um aborto uma violência”. (VEJA, nº41, 2010: 63). Os repórteres informam que a candidata fez essa afirmação em 29 de setembro de 2010, num pronunciamento realizado ao lado de lideranças cristãs. Para Veja, Dilma tinha a intenção de conter a perda de votos entre o eleitorado religioso. A parte da estrela que ficou na parte em branco recebeu o título “...agora, por motivos eleitorais, mudou de idéia” (VEJA, nº41, 2010: 63).

Os repórteres também reproduzem uma declaração do presidente do PT, José Eduardo Dutra. “A questão de aborto nunca esteve no programa de governo de Dilma, portanto não faz sentido você dizer que vai retirar uma coisa que não existiu. Ela é pessoalmente contra o aborto e não vai propor nenhuma modificação na legislação relativa a isso” (VEJA, nº41, 2010: 63). A frase, diz Veja, é de 05 de outubro de 2010.



Figura 122 – Veja -Antes - Depois

Após apresentar duas visões e versões de Dilma, Veja intensifica a crítica à contradição na posição da candidata. Na linha fina, a publicação argumenta que a ex-ministra tentou negar o que outrora defendera. “A tentativa de negar seu apoio à descriminalização do aborto embarça Dilma Rousseff e evoca outra questão: quais são, afinal, as suas reais convicções?” (VEJA, nº41, 2010: 64).

Passado o primeiro turno das eleições, o responsável pelo marketing do PT, João Santana, encomendou pesquisas, indicam os jornalistas, para aferir os motivos que levaram os eleitores a “abandonar o barco da petista Dilma Rousseff na reta final das eleições” (VEJA, nº41, 2010: 64). Veja encontra as respostas que Santana tanto buscava com a conexão da perda de votos à posição de Dilma sobre o aborto.

Foi o peso do voto religioso. Grande parte dos eleitores que trocaram Dilma por outro candidato o fez depois de saber que ela havia se declarado favorável à descriminalização do aborto - uma posição compartilhada por apenas 11% dos brasileiros, segundo a última pesquisa do Datafolha sobre o tema. (VEJA, nº41, 2010: 64).

O texto descreve que, de acordo com um levantamento feito em 2008, 14% da população considera que o aborto deveria ser permitido em mais situações, enquanto a maioria absoluta (68% dos brasileiros) se dizia contrária a qualquer mudança na legislação. Os repórteres destacam que a lei prevê punição para a “interrupção artificial” (VEJA, nº41, 2010: 64) da gestação nos casos em que ela não foi resultado de estupro ou não põe em risco a vida da mãe. A revista enaltece que, em relação a essa questão, o eleitorado brasileiro é “conservador (VEJA, nº41, 2010: 64). A matéria destaca que, diante desses dados, a candidata do PT “tentou enrolar” o eleitor. A revista insiste em questionar quem é “de verdade” Dilma.

Confrontada com essa realidade, a presidenciável Dilma Rousseff se enrolou. Ou melhor, tentou enrolar o eleitor. Há três anos, ela defendeu de forma inequívoca a descriminalização do aborto, uma bandeira petista. Reafirmou sua posição em abril de 2009 e, novamente, em maio e agosto deste ano, em documentos e entrevistas a diferentes veículos de comunicação. Durante a campanha eleitoral, porém, Dilma passou a se declarar “pessoalmente contra o aborto”. Seu desdito não só se revelou insuficiente para convencer parte do eleitorado cristão, que descarregou votos nos seus adversários José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), como somou à discussão uma questão que há tempos vem rondando a candidata do presidente Lula. Quem é e o que pensa de verdade Dilma Rousseff? (VEJA, nº41, 2010: 64;65).

O candidato do PSDB e a candidata do PV não são entrevistados nesta reportagem, apenas mencionados como beneficiários por terem recebido o voto do eleitorado cristão. Veja resgata outros casos em que a candidata do PT teria mudado de posição e chega a editar uma

arte exclusivamente dedicada a apontar as contradições de Dilma. Segundo a matéria, é o caso que também ocorreu em relação à sucessora dela na Casa Civil, Erenice Guerra, e ainda sobre liberdade de imprensa. A crítica torna-se bem mais acentuada.

Ora Erenice merece sua “inteira confiança”, ora é apenas “uma ex-assessora” cujo comportamento não lhe diz respeito. Dilma já mostrou que o que ela diz não se escreve em relação ao MST, à liberdade de imprensa, à relevância das questões ambientais e à condução da política monetária. Como um pêndulo, balança para lá e para cá, sempre ao sabor de conveniências - políticas ou eleitorais (VEJA, nº41, 2010: 65).

Comportamentos assim contribuíram para reforçar as muitas “interrogações” sobre Dilma, diz Veja. Essas questões, insinuam os repórteres, tiveram origem na forma como ela se “sagrou candidata” (VEJA, nº41, 2010: 65).

| OS DITOS E DESDITOS DE DILMA | | ANTES | | DEPOIS | |
|---|---|---|---|--|--|
| <p>No início da campanha presidencial, revelou-se que a petista Dilma Rousseff havia inserido em seu currículo oficial duas informações inverídicas: de que teria mestrado e doutorado em economia pela Unicamp. Diante da descoberta, a petista afirmou que se tratava de um mal-entendido. Como se vê, foi apenas o primeiro de uma série</p> | <p>"Ela tem minha confiança até hoje" (11 de setembro de 2010)</p> | <p>À Rádio Jornal, do Recife, Dilma declarou que não considerava "cabível" usar um boné do MST: "Governo é governo, e movimento social é movimento social" (20 de abril de 2010)</p> | <p>Em seu programa de governo entregue à Justiça Eleitoral, propunha o controle da imprensa por meio de conselhos e "observatórios" comandados pelo governo (5 de julho de 2010)</p> | <p>Durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, classificou como "um escândalo" o fato de os países ricos cobrarem contribuições financeiras das nações em desenvolvimento para a constituição de um fundo de preservação ambiental (13 de dezembro de 2009)</p> | <p>Dilma classificou a política de juros do Banco Central, comandado por Henrique Meirelles, de "rudimentar" e afirmou que o BC apenas "enxugava gelo" (9 de novembro de 2005)</p> |
| | <p>Erenice Guerra</p> <p>"Não posso ser julgada com base no que aconteceu com o filho de uma ex-assessora" (no dia seguinte)</p> | <p>MST</p> <p>Não disse nada, mas discursou na convenção do PT em Sergipe com o boné do MST na cabeça (24 de junho de 2010)</p> | <p>Liberdade de imprensa</p> <p>"Sou rigorosamente contrária ao controle do conteúdo. O único controle que existe é o controle remoto" (21 de julho de 2010)</p> | <p>Meio ambiente</p> <p>Desautorizada por Lula, que se dispôs a contribuir com o fundo, Dilma se disse favorável à doação, desdenhando a proposta feita por Marina Silva, que sugeriu que o Brasil doasse 1 bilhão de dólares. "Não faz nem coxinha", disse Dilma (no dia seguinte)</p> | <p>Política monetária</p> <p>"Importantíssima a autonomia operacional que o Banco Central teve no governo do presidente Lula. Sempre tivemos uma relação muito tranquila com o BC" (10 de maio de 2010)</p> |

Figura 123 –Veja- Os ditos e desditos de Dilma

A matéria retoma também uma premissa que acompanha praticamente toda a cobertura de Dilma pela principal revista semanal de informação: a atribuição sistemática de sua inexperiência. “Dilma jamais disputou uma eleição. Sua candidatura é fruto de uma decisão solitária de Lula. Embora tenha sido escolhida pelo presidente no início de 2007, foi sempre resguardada do embate político” (VEJA, nº41, 2010: 65).

O texto volta à temática do aborto para afirmar que “no Brasil, a questão nunca havia tido impacto numa corrida presidencial, como ocorre desde os anos 70 nos países ricos” (VEJA, nº41, 2010: 65).

Já em outros países, como nos Estados Unidos, por exemplo, o tema esteve presente em quase todas as eleições recentes e é motivo de discussão. “Para aprovar neste ano sua reforma do sistema de saúde, o presidente Barack Obama teve de acatar a exigência de grupos conservadores de não permitir o uso de recursos públicos no financiamento do aborto” (VEJA, nº41, 2010: 65). Ainda sobre o assunto, a reportagem afirma que, “no Brasil, a

surpresa não está no fato de o tema ter vindo à tona nestas eleições, e sim no de não ter surgido antes” (VEJA, nº41, 2010: 65). A revista recorre ao antropólogo Roberto DaMatta que reitera a importância de discutir assuntos como estes em tempos eleitorais. Diz ele: “As discussões que envolvem valores morais são fundamentais numa eleição. O debate sobre o aborto já deveria ter ocorrido. Estamos atrasados” (VEJA, nº41, 2010: 65).

Os repórteres informam ainda que o PT discute internamente a descriminalização do aborto desde sua fundação, há 30 anos. Em 2007, a legenda fechou questão em torno da liberação da prática e chegou até a punir quem tivesse posição contrária.

A posição tornou-se tão consolidada na sigla que, dois anos depois, o PT puniu quem pensava diferente. Sua comissão de ética suspendeu os deputados Luiz Bassuma (BA) e Henrique Afonso (AC) depois que eles reafirmaram sua posição contrária ao aborto. A decisão do partido fez com que ambos decidissem migrar para o PV (VEJA, nº41, 2010: 65).

Veja acusa o próprio PT de ter trazido o tema à campanha eleitoral, num debate em que Dilma esteve presente.

Em 18 de agosto, questionada no debate promovido pela associação Folha/UOL se era favorável à legalização do aborto, Dilma Rousseff respondeu que “a legislação deveria entrar em equilíbrio com os interesses das mulheres” e afirmou que a prática tem de ser “tratada como um assunto de saúde pública”, numa clara indicação de que, se eleita, pretendia estendê-la à rede pública. (VEJA, nº41, 2010: 65).

Após o debate, o PT publicou uma resposta de Dilma Rousseff em seu *site* e também no Twitter. A publicação teve efeito contrário àquilo que o partido pretendia. A revista indica que foi criada “uma avalanche de consultas no Google” (VEJA, nº41, 2010: 65) a respeito da posição de Dilma sobre o aborto. Na tentativa de “acalmar os cristãos” (VEJA, nº41, 2010: 65), a campanha da ex-ministra divulgou uma “Carta Aberta ao Povo de Deus” (VEJA, nº41, 2010: 65;66).



Figura 124 – Veja - Como o aborto entrou na campanha eleitoral

De acordo com a matéria, no documento, Dilma transferia ao Congresso a responsabilidade pelas decisões relacionadas ao aborto. Veja descreve que o conteúdo da carta, em vez de apaziguar, atijou os religiosos.

A internet foi inundada de condenações de líderes religiosos à petista. O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, divulgou uma carta condenando o posicionamento de Dilma e de seu partido pregando o voto em José Serra. O presidente da Associação de Pastores Evangélicos da Grande Vitória, Enock de Castro, veio a público para dizer que “não aceita os princípios de Dilma”. “Os rumos do país podem mudar para pior se o PT ganhar a eleição”, disse o padre José Augusto, de Cachoeira Paulista, durante um sermão transmitido pela TV Canção Nova. Lideranças espíritas também se uniram no coro contra o aborto (VEJA, nº41, 2010: 66).

Nas linhas finais, a reportagem afirma que integrantes do PT cogitaram a retirada da descriminalização do aborto do programa partidário. Para Veja, essa atitude seria apenas “pura manobra eleitoral” (VEJA, nº41, 2010: 66). Os repórteres mencionam um trecho do texto de Dora Kramer para falar sobre as mudanças de opinião do partido e de Dilma e questionam, mais uma vez, quais seriam as reais convicções da candidata do PT.

Como escreveu a colunista Dora Kramer, do jornal O Estado de S. Paulo, “se o PT pode retirar o tema do aborto do programa aprovado pelo partido porque atrapalha a campanha, com a mesma facilidade pode repor o assunto na agenda quando achar que não há mais obstáculos”. De partidos e candidatos, esperam-se, muito mais do que estratégia eleitoral, convicções. Quais são as de Dilma, afinal de contas? (VEJA, nº41, 2010: 66).

Nesta mesma época, mais precisamente no dia 16 de outubro, uma das manchetes da Folha de S. Paulo foi: “Monica Serra contou ter feito aborto, diz ex-aluna” (FOLHA UOL, 2010). Assinada pela colunista Monica Bergamo, a reportagem da Folha trazia nova polêmica sobre a conexão do tema à campanha eleitoral, desta vez com foco no candidato tucano.

O discurso do candidato à Presidência José Serra (PSDB) de que é contra o aborto por "valores cristãos", que impedem a interrupção da gravidez em quaisquer circunstâncias, é questionado por ex-alunas de sua mulher, Monica Serra. Num evento no Rio, há um mês, a psicóloga teria dito a um evangélico, segundo a Agência Estado, que a candidata Dilma Rousseff (PT), que já defendeu a descriminalização do aborto, é a favor de "matar criancinhas". Segundo relato feito à **Folha** por ex-alunas de Monica no curso de dança da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), a então professora lhes contou em uma aula, em 1992, que fez um aborto quando estava no exílio com o marido. Depois do golpe militar no Brasil, Serra se mudou para o Chile, onde conheceu a mulher. Em 1973, com o golpe que levou Augusto Pinochet ao poder, o casal se mudou para os Estados Unidos. (FOLHA UOL, 2010)

Monica Bergamo informa, na mesma reportagem, que a Folha “tentou falar com Monica Serra durante dois dias para comentar o relato das ex-alunas, sem sucesso” (FOLHA UOL, 2010).

Veja não deu uma linha sequer para este assunto. Critério editorial? Talvez, por que não? Mas também pode ser que não era só Dilma que tivesse contas a prestar no sentido de “acalmar os cristãos”. A propósito, uma intrigante dúvida: cristão é nervoso?

Coube ao próprio Serra desmentir, de certa forma, a “memória seletiva” de Veja. Em notícia publicada às 14 horas do domingo, 17 de outubro de 2010, a agência espanhola EFE trazia uma posição do candidato tucano negando que a esposa tivesse praticado aborto, mas dizendo que, como Lula, também se sentiu vítima de uma “difamação” com enredo eleitoral.

O candidato da oposição à Presidência, José Serra (PSDB), negou hoje que sua esposa, a chilena Monica Allende, tenha praticado um aborto no passado e comparou a acusação com a "difamação" sofrida pelo atual líder, Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi candidato presidencial em 1989. "Diante de matéria publicada hoje (na imprensa), a campanha de José Serra esclarece: Monica Serra nunca fez um aborto. Essa acusação falsa, que já circulava antes na internet, repete o padrão Miriam Cordeiro, de que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi vítima na eleição de 1989", afirmou o tucano em comunicado.

Nas citadas eleições, o então candidato e posterior vencedor Fernando Collor de Mello pagou a Miriam Cordeiro, uma ex-namorada de Lula, para afirmar que o adversário eleitoral ofereceu dinheiro a ela para abortar a filha dos dois, Lurian. Depois, Miriam e a própria Lurian, hoje jornalista e política filiada ao PT em Santa Catarina, desmentiram a versão de Collor e confirmaram a de Lula, que sempre negou o fato (UOL NOTÍCIAS, 2010).

O trecho acima da notícia da agência de notícias EFE mostra que o tema aborto ganhou dimensão internacional no processo eleitoral brasileiro. E mostra também que, ao contrário do que afirmaram os repórteres de Veja, a questão já fez parte de discussões que mobilizaram a atenção de eleitores brasileiros às vésperas de um pleito.

8.6 Nihilismo à brasileira

Ancorado pela manchete “O fracasso dos profetas” (VEJA, nº41, 2010: 72;73), Fernando Mello responde por outra reportagem desta edição. A segunda matéria relacionada às eleições só aparece 6 páginas após a reportagem de capa, que foi desdobrada em “quando começa a vida”, à página 68, e na proposta de mostrar “o mapa do aborto”, publicado à página 70.

“O fracasso dos profetas” trata do funcionamento dos institutos de pesquisa e dos resultados que eles projetaram para o primeiro turno das eleições.

O mapa à esquerda, predominantemente na cor vermelha, apontava a distribuição de votos nos Estados de acordo com os resultados previstos pelas pesquisas eleitorais. Ele indicava que Dilma, e por isso se usou o vermelho, só não venceria a eleição no Acre. O título: “O Brasil segundo as pesquisas” (VEJA, nº41, 2010:72).

Na página seguinte, “O Brasil que saiu das urnas” (VEJA, nº41, 2010:73) com alguns Estados marcados em azul, cor atribuída a Serra para a edição da arte. Serra foi o mais votado em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Rondônia, no Acre e em Roraima. Ou seja: Serra venceu em sete Estados nos quais os institutos previram sua derrota.



Figura 125 – Veja- O fracasso dos profetas

Veja descreve que, nos últimos dois meses, institutos que se dedicaram a sondar a opção do eleitorado apontaram que Dilma Rousseff seria eleita presidente, já no primeiro turno, e com folga. A revista afirma que até um livro estava para ser publicado com a derrota do candidato do PSDB. Com contundência, o repórter destila certa raiva ao proclamar um segundo “round” e desdenhar das pesquisas eleitorais.

A certeza alardeada era tal que, até dois dias antes do pleito, a possibilidade de haver um segundo *round* era tratada como delírio da oposição. Estatísticos metidos a profetas vaticinaram que o tucano José Serra sairia das urnas humilhado com 20 pontos atrás da adversária. Um deles, com cabeça de brasileiro aparvalhado, chegou a propor a uma grande editora que publicasse, no dia seguinte ao primeiro turno, um livro de sua autoria intitulado “Por que Serra Perdeu no Primeiro Turno” (VEJA, nº41, 2010:73).

Mello, em texto, explica o que a arte mostra: a apuração dos votos revelou um cenário diferente do anunciado pelas pesquisas. O repórter afirma que nenhum instituto detectou com precisão a vontade dos eleitores.

Mesmo o que mais se aproximou do resultado das urnas, o Datafolha, escorregou para além dos limites da “margem de erro”, o campo do equívoco aceitável. O Ibope falhou até mesmo na pesquisa de boca de urna, coisa rara de ver. Como único instituto a fazer levantamento de intenção de voto para presidente em todos os estados, seu desempenho foi o pior (VEJA, nº41, 2010:73).

A matéria assegura que a quantidade de pesquisas feitas e o peso que elas tiveram no processo eleitoral foram altos. Veja recorre a um historiador para validar a argumentação de que os resultados influenciam o eleitorado. A revista estabelece uma analogia entre os levantamentos realizados e um jogo de futebol e apura um clima semelhante, em âmbito nacional.

Só para presidente, fizeram-se 851 levantamentos desde janeiro - mais de três por dia. A divulgação dessa batelada de resultados afeta, sim, o processo eleitoral. Tira de foco as verdadeiras questões que interessam ao país e reveste as eleições de um clima de jogo de futebol. “Quem é apontado como líder passa a ser visto com mais confiança. Quem aparece atrás leva uma ducha de água fria. Dados inflados ou subestimados, portanto, trazem efeitos danosos ao processo eleitoral”, diz o historiador Marco Antonio Villa (VEJA, nº41, 2010:73;74).

Para Fernando Mello, resultados ruins nas pesquisas atrapalham a formação de alianças e prejudicam também a arrecadação de recursos. O repórter afirma que estes fatores se transformam em “ondas de notícias negativas na imprensa” (VEJA, nº41, 2010:74) e chegam a alimentar crises internas. Em seguida, ele traz ao seu relato a opinião de Gaudêncio Torquato sobre os institutos de pesquisa. “As pesquisas se tornaram um instrumento de guerra, usado para influenciar o voto”, afirma o cientista político Gaudêncio Torquato” (VEJA, nº41, 2010:74).

Segundo o texto, os dados divulgados pelos institutos e a imprecisão não prejudicam apenas os candidatos que estão atrás. Veja afirma que Dilma Rousseff também foi vítima do “exagero de seu favoritismo”. (VEJA, nº41, 2010:74).

Semanas antes do primeiro turno, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), procurou os coordenadores de campanha de Dilma para adverti-los que sua equipe havia verificado o crescimento da rejeição a ela em função das declarações da ex-ministra sobre aborto. Segundo a matéria, a rejeição partiu justamente do eleitorado cristão, influenciado por pastores e padres que passaram a pregar contra a candidata por seus discursos a respeito do tema. Outros três candidatos a governador pelo PT fizeram o mesmo. Mello destaca que o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) chegou a avisar que eleitores da Baixada Fluminense, um “reduto evangélico do Rio” (VEJA, nº41, 2010:74), se recusaram a pegar panfletos em que ele aparecia ao lado de Dilma. O texto informa que “ninguém na campanha do PT” (VEJA, nº41, 2010:74) deu importância às manifestações. Veja vale-se então do expediente de usar fontes anônimas para analisar erros dos institutos de pesquisas. Embora anônimas, estas fontes são enaltecidas como “isentas”.

Todas as pesquisas mostravam que Dilma venceria tranquilamente no primeiro turno. Por que os institutos erram tanto? Estatísticos e cientistas sociais isentos ouvidos por VEJA apontam duas hipóteses. A primeira diz respeito à definição dos municípios onde são aplicados os questionários. Teoricamente, essa escolha é feita por sorteio. Especialistas afirmam que um dos problemas desse método é a possibilidade de que, por equívoco ou má-fé, as empresas selecionem cidades que tendem mais para um determinado candidato, enviando o resultado final (VEJA, nº41, 2010:74).

O repórter sugere que o “recomendável” (VEJA, nº41, 2010:74) seria dobrar o número de municípios pesquisados como ocorre em alguns países. Graças a essa prática, na Venezuela por exemplo, as pesquisas anteciparam o resultado das últimas eleições parlamentares: “52% dos votos para a oposição contra 48% para os aliados de Hugo Chávez” (VEJA, nº41, 2010:75;76). De acordo com Alfredo Keller, do instituto venezuelano Keller e Associados, foram ouvidas 1.500 pessoas em pelo menos 20% das cidades. No Brasil, cuja população é seis vezes maior, ouvem-se, em média, 2.000 pessoas em 10% dos municípios. Keller considera esse número pequeno.

O repórter explica que o método usado pelos institutos brasileiros foi testado pela primeira vez por George Gallup, um estatístico dos Estados Unidos. Ele obteve sucesso ao cravar a derrota de Alf Landon, mas fracassou em relação a Harry Truman. Segundo o texto, esta metodologia é utilizada até hoje no Brasil, mesmo depois de abandonada por Gallup.

Em 1936, a revista *Literary Digest* enviou cupons a 10 milhões de pessoas perguntando em quem eles votariam para presidente dos Estados Unidos. A maioria dos 2 milhões que responderam dava a vitória ao republicano Alf Landon. Gallup decidiu que acertaria o resultado consultando apenas 3 000 eleitores que, segundo ele, representariam com exatidão os estratos da sociedade americana. Apostou no resultado inverso ao da revista, acertou e virou celebridade. Doze anos mais tarde, no entanto, sofreu um revés histórico. Anunciou a vitória de Thomas Dewey sobre Harry Truman que, eleito, posou gostosamente segurando um jornal cuja manchete proclamava sua iminente derrota. Diante desse fracasso, Gallup alterou sua metodologia. Abandonou o sistema até hoje seguido no Brasil e passou a fazer entrevistas com pessoas escolhidas por sorteio, o chamado método aleatório (VEJA, nº41, 2010:76).

Veja angula o episódio histórico à brasileira. Os institutos que agiram “a soldo de partidos” (VEJA, nº41, 2010:76) também devem ser analisados para explicar os erros nas últimas pesquisas. A revista lança suspeita ao dizer que “a hipótese ganha peso quando se conhece a relação que a maioria deles mantém com siglas políticas” (VEJA, nº41, 2010:76). Fernando Mello ressalta que o Datafolha é o único que não trabalha para partidos. O repórter diz que todos os outros fazem, simultaneamente, pesquisas para legendas e veículos de comunicação. O texto destaca que o PT, por exemplo, teve seus levantamentos diários feitos

pelo Vox Populi. Mello alfineta: o mesmo instituto que divulgava dados diariamente na internet prevendo uma “onda vermelha” (VEJA, nº41, 2010:76). Nas linhas finais, Veja insiste nesta discussão sobre a veracidade dos dados de institutos que trabalham para partidos políticos e veículos. A matéria ironiza os motivos que levaram o PT a pagar por dados que, “de uma forma ou de outra” (VEJA, nº41, 2010:76), seriam divulgados: “os números apurados nos dois levantamentos são os mesmos? Se são, por que o PT pagaria por uma informação que em breve seria tornada pública?” (VEJA, nº41, 2010:76). Para o repórter...

Nesse caso, um dos resultados é mentiroso. O desempenho dos institutos de opinião neste primeiro turno deixa uma lição. Serve para lembrar que as pesquisas devem ser vistas em sua dimensão devida: são falíveis, quando não manipuláveis. E estão sempre sujeitas àquilo que, na falta de explicação melhor, os institutos agora chamam de imponderável. O imponderável, no caso, é que a cabeça dos brasileiros é melhor do que imaginam os pesquisadores (VEJA, nº41, 2010:76).

8.7 Como nos versos de Dorival Caymmi

Nas páginas seguintes, a reportagem “Por que Marina veio para ficar” (VEJA, nº41, 2010:82) discute a contribuição que a candidata do PV deu ao processo eleitoral. Até agora, uma das marcas da cobertura de Veja sobre a candidata que angariou quase 20 milhões de votos no primeiro turno foi a associação dela à ética na vida pública. Esta reportagem segue o mesmo caminho, mas chega a ir além ao se aprofundar em questões específicas, como o cenário para o segundo turno. Em muitos momentos, como se viu, o espaço dado por Veja à candidata do PV foi bastante exíguo; polarizou-se a cobertura em torno de Dilma e Serra.

Assinada a quatro mãos por Malu Gaspar e Ronaldo Soares - os mesmos repórteres que tinham mostrado Marina como personagem de “Avatar” na edição anterior e que consideraram 70% das propostas dela apenas “regulares”, a matéria confirma o papel que a candidata terá no segundo turno. “Com 20 milhões de votos e um valioso capital político, fincado sobre a bandeira da ética, Marina Silva emerge como uma nova força - e o seu apoio pode ser decisivo para definir as eleições presidenciais” (VEJA, nº41, 2010:82).

POR QUE MARINA VEIO PARA FICAR



Com 20 milhões de votos e um valioso capital político, ligado sobre a bandeira da ética, Marina Silva emerge como uma nova força — e seu apoio pode ser decisivo para definir as eleições presidenciais

MALU GASPAR E RONALDO SOARES

Maior que o PV

As voltas com divergências com o alto escalão do Partido Verde sobre os rumos a tomar no segundo turno da eleição presidencial, Marina Silva diz, em entrevista ao repórter Ronaldo Soares, que sua decisão pode ser diferente da do PV — e avalia o capital político recém-conquistado.

O que exatamente a senhora está pensando para decidir seu posicionamento no segundo turno?

Para mim, a condicional número um é que o candidato esteja de acordo com pontos básicos para o PV. Estamos falando de programa de governo, e não de promessas de cargo, que parecem tanto seduzir alguns. O partido deve compreender que a sociedade anseia por uma

Com quase 20 milhões de votos, o equivalente a 20% do total válido, a candidata do Partido Verde (PV) Marina Silva emerge da corrida presidencial como uma nova força no cenário político brasileiro. Por todo o período democrático, desde 1989, jamais um candidato ocupou a terceira colocação numa eleição para presidente com tão expressiva votação — só os ex-governadores Leonel Brizola (17%) e Anthony Garotinho (18%) chegaram perto de Marina, mas já eram donos de carreiras políticas bem mais consolidadas. Nem os mais otimistas correligionários esperavam tanto. No último domingo, mal a contagem dos votos havia se encerrado, os telefones do comitê central verde, em São Paulo, não paravam de tocar. Entre petistas e tucanos graduados, quem ligavam eram os próprios candidatos Dilma Rousseff e José Serra, ambos em busca de apoio e daqueles votos que, agora, têm caráter decisivo. Sem querer arriscar seu mais valioso capital — a imagem de uma política ética —, Marina

dará a palavra final sobre o assunto no próximo dia 17, num clima de completa desavença com o próprio partido. O PV tende a apoiar Serra, e Marina, a manter-se neutra. “Meu respeito não são os cargos, mas uma afinidade mínima de propostas. Estou refletindo”, ela disse em entrevista à VEJA (veja abaixo).

Marina Silva chegou tão alto com uma combinação rara de encontrar no meio político, uma inabalável aura de integridade e a habilidade de comunicar-se com as mais diferentes plateias. Seu eleitorado, agora em disputa, sobressai pela heterogeneidade. Está claro que ela extrapolou o nicho ambientalista — que não representa mais de 15% de seus votos, segundo estimativas do próprio PV. Na verdade, o maior impulso à sua candidatura veio, de um lado, dos brasileiros desiludidos com o PT e, do outro, de eleitores evangélicos. Na reta final, esses dois grupos foram inflando a medida que vieram à tona esculpidos que envolveram os petistas e as dúvidas sobre a posição de Dilma acerca do aborto (*veja reportagem na página 62*). Por isso mesmo, existe um consenso de que esses eleitores, justamente os que compõem o maior quinhão de Marina, exaltarão mais propensos a

nova postura política. Por tudo isso, não necessariamente minha posição será a mesma do PV.

A que a senhora atribui a expressiva votação que obteve nesta eleição?

Ficou claro que os brasileiros estão em busca de lideranças em que identifiquem uma postura mais comprometida, ética. Sei que atraí votos de gente desiludida com o PT. São pessoas às quais consegui proporcionar algo de bom, certo e encantamento com a política.

A senhora avalia que seu propósito de disseminar no Brasil a causa verde foi atingido? Acho que consegui tirar o assunto do gueto em que estava. Não significa que as pessoas tenham total clareza sobre sua importância, da mesma maneira que não sobre áreas como segurança pública ou saúde —

mas já é um avanço. Alguns apostavam que eu não seria capaz de sensibilizar a sociedade. Eles erraram.

A senhora se espantou com o impulso de sua candidatura na reta final?

Na realidade, os levantamentos do PV já indicavam um crescimento anterior que, infelizmente, os institutos de pesquisa foram incapazes de captar. O lado ruim disso é que acabou inflando no resultado. Sei que muita gente não votou em mim porque achava que eu não teria a mínima chance de avançar. Para mim, não há dúvida de que, com as pesquisas, meu desempenho nas urnas teria sido melhor.

O que a senhora acha do fato de a candidata do PT, Dilma Rousseff, ter mudado de posição em relação à questão do aborto? Prefiro não falar

o mesmo já vivido por lideranças internacionais verdes que, a certa altura, também ganharam relevo político. Todos se viram impingidos a fazer coalizões para manter a questão ambiental em evidência. O caso da Alemanha é emblemático, já que em nenhum outro lugar os verdes chegaram tão longe.

Seu período aereu ali foi no fim dos anos 90, quando o PV alemão conquistou 47 cadeiras no Parlamento, banca da que desequilibrava o jogo de forças. Em 1998, fechou uma aliança com o governo do social-democrata Gerhard Schröder, em troca da adoção de uma agenda ecológica ao país. O programa verde foi de fato absorvido, mas, com o passar dos anos, o partido, restrito à causa ambiental, acabou se tornando uma espécie de apêndice da social-democracia, e acabou. Hoje, é o mais inexpressivo no Parlamento. A experiência alemã sinaliza bem o difícil desafio dos verdes. Observa o cientista político Octaviano Nogueira: “Para ganhar força, está claro que eles não podem ficar recios ao nicho verde e que precisam, sim, fazer alianças, sob o risco de se desfazer”. Mais do que ajudar a definir a atual eleição, a decisão de Marina ser crucial para manter seu recém-conquistado capital político.

especificamente da candidata Dilma, mas de minha própria postura, que sempre foi clara. Nunca fiz um discurso fácil para agradar a quem discorda de minhas posições contrárias ao aborto, à descriminalização das drogas ou ao casamento entre homossexuais. Sei que perdi votos, mas mantive a coerência, um valioso patrimônio.

Como manter esse patrimônio para as próximas eleições presidenciais, em 2014? Tendo, por exemplo, uma atitude semestral agora que todo mundo corre atrás de meu apelo. Estou ciente do tamanho que alcancei, extrapolando as fronteiras do próprio partido que me lançou. E cheguei até aqui sem mudar de estilo. Até o meu coque, que tanta gente critica, está no mesmo lugar.

Figura 126 – Veja - Por que Marina veio para ficar

Com o equivalente a quase 20% do total de votos válidos, a candidata do Partido Verde saiu da corrida presidencial como uma “nova força no cenário político brasileiro” (VEJA, nº41, 2010:82). Os repórteres enfatizam que, desde 1989, jamais um candidato chegou à terceira colocação numa eleição para presidente com tão expressiva votação. O texto cita dois casos em que políticos estiveram próximos do que Marina conseguiu, mas faz uma ressalva. “Só os ex-governadores Leonel Brizola (17%) e Anthony Garotinho (18%) chegaram perto de Marina, mas já eram donos de carreiras políticas bem mais consolidadas” (VEJA, nº41, 2010:82).

Malu Gaspar e Ronaldo Soares contam que, no domingo, dia 3, mal a contagem dos votos havia se encerrado, os telefones do comitê central do PV, em São Paulo, não paravam de tocar. Ligavam militantes petistas e tucanos e principalmente os próprios candidatos que foram para o segundo turno, Dilma Rousseff e José Serra. Ambos estavam em busca de apoio e sabiam que aqueles votos se tornariam decisivos.

A matéria informou que Marina só daria a palavra final sobre o assunto no dia 17. “O PV tende a apoiar Serra, e Marina, a manter-se neutra” (VEJA, nº41, 2010:83). Em seguida, Veja exalta a imagem da candidata e diz que ela conquistou eleitores além do coeficiente de votos dados por ambientalistas.

Marina Silva chegou tão alto com uma combinação rara de encontrar no meio político: uma inabalável aura de integridade e a habilidade de comunicar-se com as mais diferentes plateias. Seu eleitorado, agora em disputa, sobressai pela heterogeneidade. Está claro que ela extrapolou o nicho ambientalista - que não representa mais de 15% de seus votos, segundo estimativas do próprio PV. (VEJA, nº41, 2010:83).

O maior impulso à candidatura da ex-senadora, diz Veja, veio, “de um lado, dos brasileiros desiludidos com o PT” (VEJA, nº41, 2010:83) e, do outro, de eleitores evangélicos. Os dois grupos foram crescendo à medida que vieram à tona escândalos que envolveram membros do partido de Dilma e as dúvidas sobre a posição da ex-ministra em relação ao aborto. Neste sentido, o texto aponta “um consenso” (VEJA, nº41, 2010:83) de que estes eleitores estariam mais propensos a votar em Serra, e isso independeria da posição de Marina. A matéria, no entanto, também indica que “há ainda um grau de incerteza quanto à migração desses votos” (VEJA, nº41, 2010:83).

Para ratificar a argumentação, os repórteres recorrem ao cientista político Antonio Lavareda, quase uma “fonte fixa” que fala exatamente o que eles demandam. Segundo ele, Marina é uma “marca nova na política brasileira, portanto não se sabe ainda quão fiel será seu eleitorado” (VEJA, nº41, 2010:83). Veja diz que Dilma e Serra, para conquistar eleitores de Marina, incluíram em seus programas de governo questões ambientais e religiosas.

Para amealhar os chamados votos ecológicos, a campanha petista decidiu anunciar, nesta semana, a inclusão de metas ambientais (até então ignoradas) no programa de Dilma, como a redução do desmatamento da Amazônia. Serra, por sua vez, veio a público declarar-se ambientalista convicto e tem enfatizado as ações de seu governo na área. Em outra frente, na ferrenha briga pelos votos evangélicos, ambos estão mobilizando lideranças religiosas para que os defendam em suas igrejas (VEJA, nº41, 2010:83).

A matéria cita e publica uma foto em que a candidata do PT, na busca pelos votos de Marina, copiou um gesto da campanha do PV. “Numa busca desesperada por despertar a empatia dos eleitores de Marina, Dilma chegou a ponto de fazer, diante de uma multidão, o gesto de um coração com as mãos - imitação escancarada de marca registrada da campanha do PV” (VEJA, nº41, 2010:83).



Figura 127 – Veja - Dilma Rousseff

Os repórteres veem Marina diante de um dilema. A decisão sobre como e com quem se aliar suscita a mesma dúvida vivida por lideranças internacionais verdes. Como exemplo, o PV alemão, que “encolheu”.

O caso da Alemanha é emblemático, já que em nenhum outro lugar os verdes chegaram tão longe. Seu período áureo ali foi no fim dos anos 90, quando o PV alemão conquistou 47 cadeiras no Parlamento, bancada que desequilibrava o jogo de forças. Em 1998, fechou uma aliança com o governo do social-democrata Gerhard Schroeder, em troca da adoção de uma agenda ecológica no país. O programa verde foi de fato absorvido, mas, com o passar dos anos, o partido, restrito à causa ambiental, acabou se tomando uma espécie de apêndice da social-democracia, e encolheu. Hoje, é o mais inexpressivo no Parlamento (VEJA, nº41, 2010:83).

A experiência alemã, descrevem os repórteres, sinaliza o desafio do partido de Marina. A matéria recorre ao cientista político Octaciano Nogueira que enfatiza a importância de alianças para que o partido não “definhe”. Nogueira afirma que “para ganhar força, está claro que eles não podem ficar reclusos ao nicho verde e que precisam, sim, fazer alianças, sob o risco de definir” (VEJA, nº41, 2010:83). A revista entende que a decisão de Marina será crucial para “manter seu recém-conquistado capital político” (VEJA, nº41, 2010:83).

A matéria é complementada por uma entrevista pingue-pongue, cujo título é “Maior que o PV” (VEJA, nº41, 2010:82;83). Ao repórter Ronaldo Soares, Marina confirma que a sua decisão pode ser diferente da do PV.

Para mim, a condicional número um é que o candidato esteja de acordo com pontos

básicos para o PV. Estamos falando de programa de governo, e não de promessas de cargo, que aparecem tanto seduzir alguns. O partido deve compreender que a sociedade anseia postura política. Por tudo isso, não necessariamente minha posição será a mesma do PV (VEJA, nº41, 2010:82;83).



Figura 128 – Veja - Maior que o PV

8.8 Uma boa história também pode começar atrás das grades

Com a manchete “Faltam 5 milhões” (VEJA, nº41,2010:83), Diego Escosteguy faz a última matéria da Editoria Brasil. A reportagem trata das “suspeitas dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU)” (VEJA, nº41, 2010:84) e de técnicos do Ministério de Minas e Energia, que acusam Cristina de Castro, “ex-companheira de cela e ex-assessora de Dilma” (VEJA, nº41, 2010:84) de desvio de dinheiro público.



Figura 129 – Veja - Faltam 5 milhões

Veja menciona, com o apoio de um belo eufemismo, que os regimes militares no Brasil

e no Uruguai nos anos 70 “adernavam em suas horas mais sombrias” (VEJA, nº41, 2010:84). Os oficiais estavam determinados, diz o texto, a caçar quem lhes fizesse oposição. Foi neste período que a uruguaia Maria Cristina de Castro, “uma jovem sindicalista e simpatizante do Partido Socialista” (VEJA, nº41, 2010:84) conheceu o brasileiro Tarzan de Castro, militante de esquerda exilado em Montevidéu.

A história ganha o contorno dos sonhos editoriais de Veja. Para valer matéria na principal revista semanal de informações, em período eleitoral e a favor de um aliado que se preparou a vida inteira para ser presidente, algo que envolve a esquerda (e o movimento de resistência a regimes que patrocinaram verdadeiros genocídios na América do Sul), claro, tem de ter conexão policial: “‘Nos conhecemos no camburão’, contou Cristina de Castro a VEJA, numa entrevista há duas semanas” (VEJA, nº41, 2010:84).

Escosteguy informa que naquele ano, 1970, Cristina e o companheiro fugiram para o Brasil, mas, pouco tempo depois, foram descobertos pela polícia e acabaram presos. O repórter afirma que foi na cadeia que Maria Cristina conheceu Dilma.

Preso e acusada de atividades subversivas, a uruguaia acabou transferida para o presídio Tiradentes, em São Paulo. Lá, veio a conhecer a companheira de guerrilha que, 30 anos depois, mudaria os destinos de sua vida: Dilma Vana Rousseff, presa por militância no grupo de extrema-esquerda VAR-Palmares. (VEJA, nº41, 2010:85).

Cristina detalhou momentos da convivência à reportagem: “‘Dividíamos um beliche na mesma cela. Partilhávamos tudo, nossa intimidade. Ela se tornou uma grande amiga’. Dilma a apelidou carinhosamente de ‘Tupamara’, referência ao Tupamaros, grupo guerrilheiro que desafiava a ditadura militar uruguaia” (VEJA, nº41, 2010:85). Após “a temporada na cadeia, cada uma seguiu seu caminho” (VEJA, nº41, 2010:85), mas, anos mais tarde, Dilma lembrou-se da colega, deu-lhe um cargo importante e o contribuinte brasileiro, mais uma vez, pagou a conta.

Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência da República, a companheira de cela de Cristina virou ministra de Minas e Energia. Dilma se lembrou da Tupamara, que morava em Goiânia e militava no PT. “Dilma me chamou para trabalhar diretamente com ela”, disse Cristina de Castro, que foi nomeada assessora especial no gabinete da amiga. Não se sabe o que credenciou a uruguaia a ocupar um cargo tão relevante e estratégico quanto esse – a não ser a “grande amizade” com a candidata petista à Presidência. Dilma deixou a pasta de Minas e Energia em 2005 para ocupar a chefia da Casa Civil. Cristina de Castro continua ali até hoje. Já viajou seis vezes ao Uruguai com as despesas custeadas pelos brasileiros que pagam impostos (VEJA, nº41, 2010:85).

A denúncia ganha forma quando Veja destaca que os auditores do Tribunal de Contas da

União (TCU) e os técnicos do Ministério de Minas e Energia acusam Cristina de Castro de “desvio de dinheiro e má conduta” (VEJA, nº41, 2010:85) durante o primeiro mandato de Lula.

As suspeitas dizem respeito a um contrato de 14 milhões de reais, dos quais 5 milhões podem ter sido desviados. O caso remonta ao primeiro ano do governo, quando Dilma baixou uma portaria concedendo “plenos poderes” para que a amiga coordenasse a modernização da área de informática da pasta. O que fez a assessora? Em vez de elaborar um plano, montar um projeto e licitar os serviços e produtos necessários, Cristina de Castro entregou tudo ao CPqD – fundação privada com sede em Campinas, que, até as privatizações dos anos 90, pertencia ao sistema Telebrás. Essa fundação faz pesquisas e presta serviços de informática (VEJA, nº41, 2010:85).

Segundo Diego Escosteguy, o CPqD “recebe milhões de reais por ano de fundos públicos, tem reconhecida competência em muitas áreas de atuação, mas é uma das fundações que mais trabalho dão aos auditores do TCU” (VEJA, nº41, 2010:85). O repórter relata que, em outubro de 2003, a assessora Maria Cristina assinou o contrato de 14 milhões de reais, sem licitação. A reportagem afirma que...

O dinheiro foi pago, mas deu tudo errado – ao menos para o contribuinte. Os serviços não foram inteiramente prestados. O pagamento sim, esse foi integralmente entregue. O TCU apontou um rosário de ilegalidades no contrato. Não se cumpriram os mais elementares requisitos formais. O plano de modernização, que deveria servir de fundamento para uma posterior licitação dos serviços, foi produzido pelo próprio CpqD (VEJA, nº41, 2010:85;86).

Veja reitera que, de acordo com o TCU, a pasta “deveria ter feito licitação” (VEJA, nº41, 2010:86). O texto afirma que “houve um pagamento de 4,8 milhões para a criação de um ‘sistema de acompanhamento’, que nunca entrou no ar” (VEJA, nº41, 2010:86). Em seguida, a revista destaca que os auditores disseram que o “mencionado sistema encontra-se abandonado, sem qualquer serventia” (VEJA, nº41, 2010:86).

Diante disso, em 2005, diz Escosteguy, os técnicos “recomendaram a aplicação de multa à assessora Cristina de Castro” (VEJA, nº41, 2010:86), mas o resultado da sindicância, contudo, “morreu nas gavetas da assessoria jurídica do ministério” (VEJA, nº41, 2010:86). Nas linhas finais, a matéria afirma que “por coincidência ou não, o embaraçoso assunto para a candidata foi resolvido há poucas semanas” (VEJA, nº41, 2010:86). De acordo com o texto, o ministro Raimundo Carreiro, “ex-funcionário do Congresso e indicado para o cargo pelo senador governista José Sarney, decidiu levar o caso a plenário” (VEJA, nº41, 2010:86).

Carreiro “reconheceu as ilegalidades, mas disse que não haveria razão para punir a

Tupamara” (VEJA, nº41, 2010:86). O voto dele foi acolhido pela corte.

Em nome do interesse público, a reportagem de Veja tentou apurar o que já se permitiu concluir. Em época de eleição, a revista - a história corrobora - trabalha assim: primeiro o castigo, depois o julgamento do crime.

Durante uma semana, VEJA pediu ao Ministério de Minas e Energia, sem sucesso, acesso à prestação de contas do contrato. Na última quinta-feira, a reportagem foi à sede do ministério, identificou-se na portaria e se dirigiu à sala onde ficam esses documentos. Pediu acesso e foi prontamente atendida. Enquanto manuseava a papelada, assessores da pasta assomaram ao local e, em ato truculento, expulsaram a reportagem. Disse uma assessora, no rompante típico da mentalidade que confunde público e privado: “Não é qualquer um que chega aqui e pode olhar o processo. Isso aqui não é sua casa” (VEJA, nº41, 2010:86).

8.9 Um herói e algumas mentiras: ficção à mineira

A edição de 20 de outubro (2187– ano 43 - nº 42) traz o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves (eleito senador em 3 de outubro), estampado na capa, com a manchete “O poder de Aécio” (VEJA, nº42, 2010: 1).

A capa é apenas uma peça de um todo de marketing. Sorridente, Aécio aparece de terno e gravata, uma camiseta amarela e o botão verde da tecla “confirma” das urnas eletrônicas no peito. O gesto sugere que a identidade do herói foi revelada: o paletó e camisa embutem os poderes da urna. De acordo com a linha fina, o neto de Tancredo Neves é o “político das viradas eleitorais impossíveis e pode ser um fator decisivo na campanha eleitoral” (VEJA, nº42, 2010: 1).



Figura 130 – Capa Veja de 20/10/2010
Aécio

Esta é a primeira reportagem da Editoria Brasil, assinada por Vinícius Segalla, no miolo da publicação com a manchete “Aécio move a montanha” (VEJA, nº42, 2010: 74;75). O repórter não se contém e entra no clima na linha fina.

Ao fazer seu sucessor no governo de Minas Gerais, o senador eleito Aécio Neves demonstrou sua enorme capacidade de transferir votos. Agora, ele quer repetir o feito em favor de José Serra. O resultado desse esforço poderá definir o futuro presidente da República (VEJA, nº42, 2010: 74).



Figura 131 – Veja -Aécio move a montanha

Veja reserva duas páginas à fotografia que abre a matéria. Nelas estão Serra e Aécio, nos bailes da vida, num ato de campanha. A reportagem realça Aécio Neves num quadro sobre o qual se aplica um efeito que gera maior nitidez da imagem. A legenda: “Ele tem a força – Serra e Aécio, em encontro organizado pelo ex-governador na semana passada que reuniu 450 dos 850 prefeitos mineiros” (VEJA, nº42, 2010: 75).

No lide, Veja persiste em afirmar que o estado de Minas Gerais será determinante no resultado das eleições. A reportagem apresenta uma tríade que respalda o raciocínio.

A eleição presidencial de 2010 será decidida em Minas Gerais. Três razões justificam essa afirmação. A primeira é que Minas, o segundo maior colégio eleitoral do país, concentra a parcela mais expressiva dos 10 milhões de eleitores indecisos, cujo voto será crucial num pleito em que a diferença entre os contendores está cada vez mais estreita. Um levantamento concluído na semana passada mostra que 3 milhões desses indecisos vivem em cidades do interior do Sudeste, sobretudo nos estados de Minas e São Paulo. O segundo motivo é que se encontra em Minas, em disputa aberta, o espólio de 2,3 milhões de votos que a verde Marina Silva recebeu no primeiro turno. Foi a maior votação proporcional que ela teve em um estado. O terceiro motivo responde pelo nome de Aécio Neves. Principal força política de Minas Gerais, o senador eleito declarou que vai por a serviço do candidato tucano, José Serra, todo o seu capital político (VEJA, nº42, 2010: 76).

O texto avalia que o capital do agora senador Aécio Neves é “gigantesco”. (VEJA, nº42, 2010: 76). Como governador, ele nunca teve “menos de 70% de aprovação popular” (VEJA, nº42, 2010: 76). O texto descreve também que Aécio escolheu como candidato à sua sucessão “um técnico desconhecido” (VEJA, nº42, 2010: 76), Antonio Anastasia¹⁵, e o elegeu no primeiro turno com 63% dos votos.

A matéria pontua que o neto de Tancredo Neves “conquistou o Senado para si” (VEJA, nº42, 2010: 80), para o ex-presidente Itamar Franco (PPS) e, com isso, derrotou o PT. Livre dos compromissos do primeiro turno, Aécio assumiu a tarefa de levar Serra à vitória em seu estado. Segundo Veja, se conseguir, ele deixará Serra “na porta do Palácio do Planalto” (VEJA, nº42, 2010: 80). A reportagem indica que, desde 1989, quem saiu vitorioso em Minas venceu a corrida presidencial.

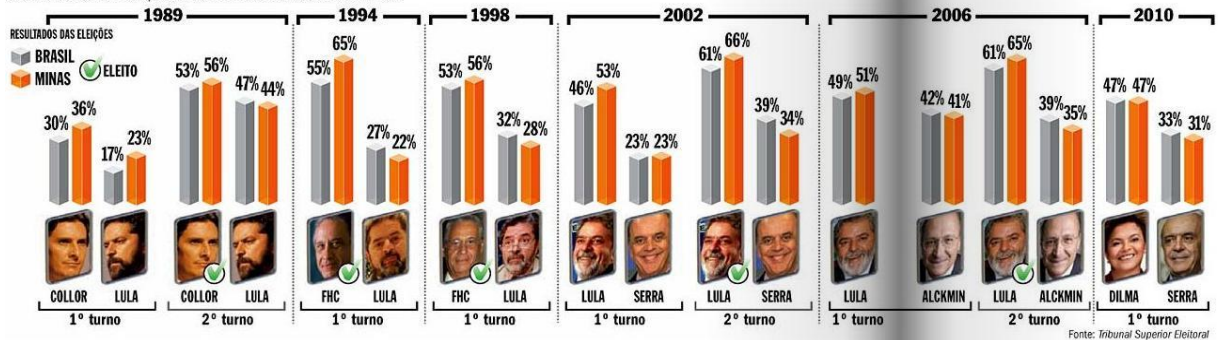
Neste sentido, a matéria, na quarta página de oito reservadas a ela, está acompanhada por uma arte, cujo título é “Para onde Minas vai, vai o Brasil” (VEJA, nº42, 2010: 80)

¹⁵.Clésio Andrade (PR) foi eleito vice-governador em 2002 no primeiro mandato de Aécio Neves (PSDB) como governador de Minas. Antonio Anastasia (PSDB), em 2006, foi eleito vice-governador no segundo mandato de Aécio.

PARA ONDE MINAS VAI, VAI O BRASIL

Desde 1989, a votação em Minas Gerais praticamente espelha o resultado da eleição no país. Segundo especialistas, isso está relacionado ao fato de ele ser um estado central – está no Sudeste, mas faz fronteira com o Nordeste e o Centro-Oeste. Por isso, refletiria melhor a diversidade do Brasil

oposição. Sob essa ótica, Aécio Neves já venceu a eleição de 2010. ■
COM REPORTAGEM DE MARCELO SPERANDIO



O repórter conta que no primeiro turno, o ex-governador conseguiu transferir 6,3 milhões de votos para Anastasia. Para Veja, a lógica é bem simples:

Como Serra teve apenas 3,3 milhões de votos em Minas, em tese, o universo de eleitores de Aécio inclui ainda mais 3 milhões de mineiros – transformados agora em potenciais eleitores daquele a quem o ex-governador emprestar o seu apoio (VEJA, nº42, 2010: 76;79).

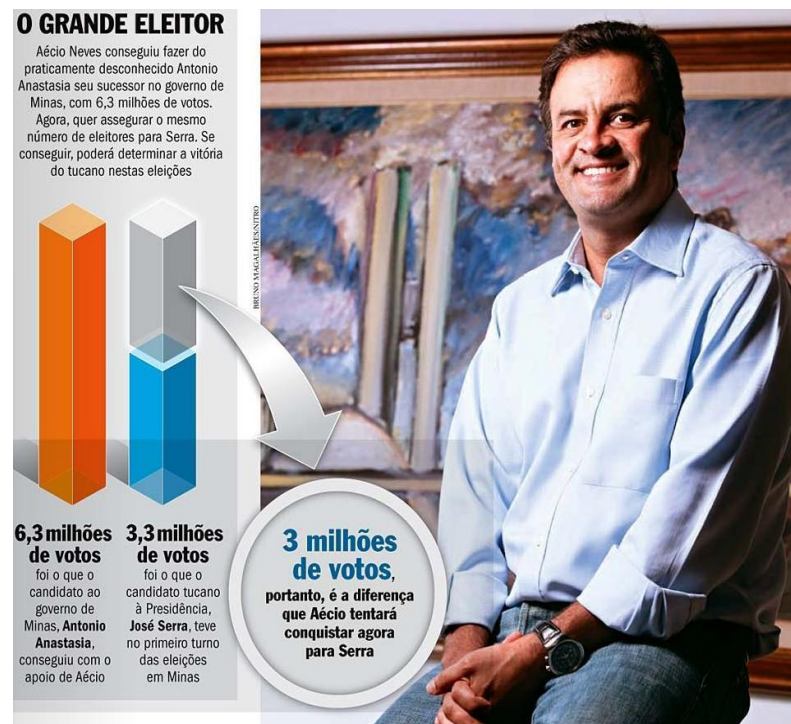


Figura 132 –Veja- O grande eleitor

Ao insistir nesta “teoria” numa das artes e também na legenda de uma foto que é publicada, Segalla reproduz uma imagem na qual Serra tasca um beijo em Aécio Neves. O início da legenda explica tudo.



Figura 133 – Veja- Só o amor

De acordo com o cenário que se constrói com essa argumentação, o número é suficiente para que o candidato do PSDB vença a eleição em Minas, superando Dilma em 1,3 milhão de votos. A reportagem recorre a outro cientista político, que confirma a importância do apoio de Aécio no quebra-cabeça simples montado pela lógica complexa estabelecida na matéria. “A entrada de Aécio na campanha do Serra deve provocar uma virada em Minas. E isso tem grande relevância para o resultado nacional”, diz Cesar Romero Jacob, cientista político da PUC do Rio” (VEJA, nº42, 2010: 79). Segalla traça a biografia de Aécio.

Aos 50 anos, o mineiro tem uma longa tradição política. Seu pai, Aécio Cunha, cumpriu oito mandatos de deputado. Aécio ingressou na carreira pelas mãos do avô Tancredo Neves, de quem foi secretário aos 22 anos. Eleito deputado constituinte em 1986, ajudou a fundar o PSDB e, em 2001, chegou à presidência da Câmara dos Deputados. No ano seguinte, conquistou o primeiro mandato de governador de Minas. Assumiu o estado em total descalabro econômico e administrativo. (VEJA, nº42, 2010: 79).

O repórter ainda destaca a disposição do ex-governador de Minas, que “reforçou as expectativas de vitória dos tucanos e de seus aliados” (VEJA, nº42, 2010: 79). A matéria conta que, ao longo da semana, outras promessas de votos surgiram. Aqui, Veja parece muito mais uma estrategista Tucana que avalia cenários num jogo de xadrez eleitoral.

Em Santa Catarina, o DEM, que acaba de eleger Raimundo Colombo, trabalha para

dar a Serra uma vantagem de 2 milhões de votos. No Paraná, onde o tucano Beto Richa venceu em primeiro turno, a conta chega a 1,5 milhão. No Rio Grande do Sul, a oposição promete anular a dianteira de 400.000 votos obtida por Dilma. Para isso, contaria com a ajuda do PMDB, que deu o vice Michel Temer à presidenciável petista. Serra recebeu promessas de virada também em Goiás e no Pará. Mesmo no Ceará e em Pernambuco, onde ele perdeu por largas margens no primeiro turno, há compromissos de recuperação. Em São Paulo, o recém-eleito governador Geraldo Alckmin tenta ampliar a frente de 800.000 votos obtida por Serra na primeira rodada da eleição (VEJA, nº42, 2010: 79;80).

Segalla, em seguida, diz que, após alguns anos longe dos palanques, Fernando Henrique também reapareceu. E veio para desafiar Lula.

Escanteado das campanhas eleitorais desde 2002, quando deixou o governo, Fernando Henrique Cardoso voltou à cena. Em um discurso incisivo feito na semana passada, desafiou seu sucessor, o presidente Lula, a comparar os avanços econômicos e sociais obtidos nas duas administrações (VEJA, nº42, 2010:80).



Figura 134 –Veja- Fernando Henrique Cardoso

Para Veja, a composição deste “exército desmente uma tese alardeada pelo PT” (VEJA, nº42, 2010:80). Segundo o texto, o partido de Dilma teria dito que “Serra seria esmagado por uma derrota humilhante e a oposição chegaria esfacelada a 2011” (VEJA, nº42, 2010:80). A revista ironiza: “a profecia gorou” (VEJA, nº42, 2010:80). Segalla reconhece e pondera que embora o PSDB, o DEM e seus aliados tenham perdido cadeiras na Câmara e no Senado, a conquista dos governos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Tocantins mostra que está longe “a hegemonia pretendida pelo PT” (VEJA, nº42,

2010:80).

O repórter antevê outras conquistas para o partido de José Serra. “É provável que o PSDB ainda conquiste Goiás, o mais rico estado do Centro-Oeste, e o Pará, que concentra quase metade dos eleitores da Região Norte” (VEJA, nº42, 2010:80). Nas linhas finais, Veja avalia o primeiro turno. A linguagem é de editorial, de análise política, sempre reeditando o duelo do bem contra o mal.

O que o resultado das eleições mostrou até agora é que a oposição - ao contrário do que muitos pensavam, e com razão - não está morta. Isso é bom para o país. Uma oposição forte, combativa, é um dos pilares da democracia. Cabe a ela chamar atenção para os erros da administração, denunciar corrupção, coibir os abusos de quem está no poder e fiscalizar para que os limites da lei não sejam pisoteados. A tentação autoritária é um risco tanto maior para um governo quanto mais débil e apática for a oposição que lhe couber (VEJA, nº42, 2010:80;81).

Tomado pela emoção, o repórter prevê que o Brasil que emergirá das urnas terá uma nova configuração de poder. E Aécio, que ninguém duvide, é um vencedor.

Ele vem cumprindo à risca o destino que traçou para si. Disse que, não sendo candidato a presidente, não seria também a vice. Jurou fazer seu sucessor no governo de Minas, planejou eleger-se senador e agora se propõe a trabalhar para dar a vitória a Serra em Minas. Se o tucano ganhar as eleições, Aécio colherá os frutos de ter sido peça essencial na vitória. Se perder, emergirá como o rosto renovado da oposição. Sob essa ótica, Aécio Neves já venceu a eleição de 2010. (VEJA, nº42, 2010:80).

A reportagem de capa é complementada por um *box* com o título “Daremos a vitória a Serra em Minas” (VEJA, nº42, 2010: 76-79). Na entrevista, Aécio Neves fala da estratégia para convencer eleitores a votar em Serra e como será a sua participação na caminhada do candidato do PSDB.

A eleição presidencial de 2010 será decidida em Minas Gerais. Três razões justificam essa afirmação. A primeira é que Minas, o segundo maior colégio eleitoral do país, concentra a parcela mais expressiva dos 10 milhões de eleitores indecisos, cujo voto será crucial num pleito em que a diferença entre os contendores está cada vez mais estreita. Um levantamento concluído na semana passada mostra que 3 milhões desses indecisos vivem em cidades do interior do Sudeste, sobretudo nos estados de Minas e São Paulo. O segundo motivo é que se encontra em Minas, em disputa aberta, o espólio de 2,3 milhões de votos que a verde Marina Silva recebeu no primeiro turno. Foi a maior votação proporcional que ela teve em um estado. O terceiro motivo responde pelo nome de Aécio Neves.

Principal força política de Minas Gerais, o senador eleito declarou que vai pôr a serviço do candidato tucano, José Serra, todo o seu capital político — e ele é gigantesco. Engano governador, Aécio Neves nunca teve menos de 70% de aprovação popular. Escolheu como candidato à sua sucessão um técnico desconhecido, Antonio Anastasia, e elegeu-o na primeira rodada, com estrondosos 63% dos votos. Além disso, conquistou o Senado para si, para o ex-presidente Lutar Franco (PPS) e infligiu ao PT uma derrota desorientante. Agora, livre dos compromissos do primeiro turno, assumiu a tarefa de levar Serra à vitória no estado. “A maioria dos votos dos mineiros será do PSD. Aqui, Serra ganhará”, avisou. Se conseguir, terá deixado seu correligionário na porta do Palácio do Planalto. Desde 1989, quem saiu vitorioso em Minas venceu a corrida para a Presidência da República — e com números espantosamente parecidos (veja o gráfico na pág. 80).

Na semana passada, Aécio Neves exibiu seus músculos. Para pedir apoio a Serra, reuniu 450 das 850 prefeituras mineiras. No primeiro turno, o ex-governador conseguiu transferir 6,3 milhões de votos para Anastasia. Como Serra teve apenas 3,3 milhões de votos em Minas, em tese, o universo de eleitores de Aécio inclui ainda mais 3 milhões de mineiros — transformados, agora em potenciais eleitores daquele a quem o ex-governador emprestará seu

A GÊNESE DO LÍDER DE MINAS
Aécio Neves, aos 25 anos, ao lado de seu sócio Tancredi Neves (1), de quem foi secretário. Na paróquia da Câmara, onde chegou em 2001 (2). Em 2006, ao comparecer seu segundo mandato como governador de Minas (3). Com Antonio Anastasia (4, ao centro), o quem fez, um socrate e Lutar Franco, que levou para o Senado

O GRANDE ELEITOR
Aécio Neves conseguiu fazer do praticamente desconhecido Antonio Anastasia seu sucessor no governo de Minas, com 6,3 milhões de votos. Agora, quer assegurar o mesmo número de eleitores para Serra. Se conseguir, poderá determinar a vitória do tucano nestas eleições

6,3 milhões de votos
foi o que o candidato ao governo de Minas, Antonio Anastasia, conseguiu com o apoio de Aécio

3,3 milhões de votos
foi o que o candidato tucano à Presidência, José Serra, teve no primeiro turno das eleições em Minas

3 milhões de votos, portanto, é a diferença que Aécio tentará conquistar agora para Serra

“Daremos a vitória a Serra em Minas”
No último dia 14, a principal força política de Minas Gerais, o senador eleito Aécio Neves (PSDB), reuniu 450 prefeituras de seu estado para participar de um ato em prol do presidencial tucano José Serra. Em reunião realizada em seguida, traçou com Serra a estratégia com a qual pretende fazê-lo vitorioso em Minas. No primeiro turno, Serra ficou em segundo lugar no estado. Depois do en-

contro, Aécio recebeu VEJA em sua casa para a seguinte entrevista.

Como o senhor pretende converter a derrota de José Serra em Minas no primeiro turno em vitória no segundo?
Com a mobilização dos prefeitos. Com Antonio Anastasia eleito governador, atrairemos quem não esteve com Serra no primeiro turno. Anastasia e eu estamos conversando com os prefeitos na condição de eleitos. Agora, nossa convocação é, inclusive, nos prefeitos que no primeiro turno estavam com um pé na casa de Serra e outro na de Dilma. Temos o objetivo de dar a vitória a Serra em Minas — e vamos dar.

Como será a sua participação na campanha? Em Minas, teremos

78 | 20 DE OUTUBRO DE 2010 | veja

Figura 135 –Veja- Daremos a vitória a Serra em Minas

8.10 Extorsão na Casa Civil

A segunda reportagem da Editoria Brasil em 20 de outubro também mereceu chamada de capa. É mais uma denúncia na pasta que foi comandada por Dilma Rousseff e Erenice Guerra.

“Fui extorquido na Casa Civil”
Deputado diz que pagou propina a assessor para obter favores do Planalto

“Fui extorquido na Casa Civil”
Deputado diz que pagou propina a assessor para obter favores do Planalto

“Fui extorquido na Casa Civil”
Deputado diz que pagou propina a assessor para obter favores do Planalto

Político das viradas eleitorais impossíveis, o neto de Tancredi Neves pode ser um fator decisivo na campanha presidencial

O PODER DE AÉCIO

78 | 20 DE OUTUBRO DE 2010 | veja

Figura 136 –Sub- Destaque de capa de Veja de 20/10/2010

O sub-destaque de capa tem rigorosamente o mesmo título da matéria publicada no miolo da revista: “Fui extorquido na Casa Civil” (VEJA, nº42, 2010:82). A onze dias da

eleição, Diego Escosteguy traz uma denúncia contra Vladimir Muskatirovic. Segundo a linha fina, um parlamentar revelou que “o assessor de Dilma Rousseff exigiu 100.000 reais de propina para agilizar processo que dependia de autorização do presidente” (VEJA, nº42, 2010:82).

Brasil

“FUI EXTORQUIDO NA CASA CIVIL”

Deputado revela que assessor de Dilma Rousseff exigiu 100.000 reais de propina para agilizar processo que dependia de autorização do presidente Lula

DISSO ESCOSTEGUY

O advogado Vladimir Muskatirovic, conhecido em Brasília como “Vlad”, ocupa a poderosa chefia de gabinete da Casa Civil da Presidência da República. Assim como a ex-ministra Erenice Guerra fez carreira no governo à sombra da candidata petista Dilma Rousseff, Vlad fez carreira no governo à sombra de Erenice Guerra. Ele era subordinado de Erenice quando esta ocupava a chefia da assessoria jurídica do Ministério de Minas e Energia. Quando Dilma assumiu a Casa Civil e Erenice levou sua turma junto, Vlad foi o primeiro a acompanhá-las. Apesar de a ex-ministra ter sido acaçada do Palácio após vir a público a existência de uma central de corrupção na Casa Civil, Vlad permaneceu no cargo. Não é por acaso. Além da amizade com Erenice, Vlad mantém relações fraternas com o senador Gim Argello, figura secundária dos subterrâneos de Brasília, que, sabe-se lá por qual razão, caiu nas boas graças de Dilma nos últimos anos. Nos ambientes em que o senador Gim brilha, Vlad é uma celebridade. VEJA descobriu um dos casos que fazem a fama do chefe de gabinete. Em 2007, Vlad, já como assessor de Dilma

na Casa Civil, cobrou 100.000 reais de propina — e recebeu parte do dinheiro — para resolver uma pendência de um deputado junto à Presidência da República. O deputado chama-se Roberto Rocha, do PSDB do Maranhão. Ele é sócio da TV Cidade, retransmissora da Record no estado, e de duas rádios. O pedágio foi exigido para que a Casa Civil autorizasse uma mudança societária nessa TV. O que a Casa Civil tem a ver com isso? Tudo. A concentração de poder na Presidência da República é de tal ordem que cabe à Casa Civil ratificar qualquer compra ou venda envolvendo rádios e TVs do país, que são concessões públicas. Pode ser coisa grande ou minúscula; tranzitem por lá, esses atos, são assistidos pelo presidente, como se ele fosse chefe de um cartório.



SINAL Roberto Rocha já exigiu que pague 100.000 reais para Vladimir Muskatirovic, da Casa Civil (na foto acima, ao lado da ex-ministra Erenice Guerra)

Diante do fato de que o Ministério das Comunicações analisa previamente todos esses casos, trata-se de um simples cartório. Um cartório, no entanto, que vale ouro: pode custar caro obtê-lo, evita-lo ou agilizar seu uso. Um cartório é moeda legal na eletrocracia federal.

Vlad pode vender tão caro uma facilidade porque o governo havia criado uma enorme dificuldade — uma que parecia não ter solução. A esportista começou em 2003, no início do governo Lula, quando o sócio de Roberto Rocha na TV acabou vendendo a participação dele no negócio. Esse sócio era aliado de José

Samery Rocha e adversário do senador. Fez-se a transação, e a papelada seguiu para o Ministério das Comunicações, de modo que os rituais burocráticos fossem cumpridos. Deveria demorar algumas semanas. Demorou um ano. Demorou em razão do lobby centrário promovido por aliados de Samery. É fácil entender os motivos disso. Samery é dono da retransmissora da Globo no Maranhão. Seu principal aliado, o senador Edison Lobão, controla a retransmissora do SBT no estado. Caso o governo autorizasse o negócio do deputado Rocha, portanto, haveria no Maranhão uma TV não-afiliada com os interesses da família — e uma TV num estado pobre e uma poderosa arma política. No fim de 2003, apesar das pressões contrárias, o então ministro das Comunicações, de-

putado Mito Teixeira, finalmente aprovou a transação e encaminhou o papel para a Casa Civil.

No dia 7 de janeiro de 2004, o *Diário Oficial* publicou a autorização expedida pelo presidente Lula. Tudo parecia resolvido. Mas eis que sobreviu um episódio inédito, daqueles que só explicam pela força irresistível de certos interesses políticos. Houve uma refunção ministerial, e o deputado pernambuco Eunício Oliveira, do mesmo partido de Samery, assumiu a pasta das Comunicações. Temo-se reverter ali, de todos os modos, a tal autorização já assinada por Lula. A pedido de Samery aumentou no dia 11 de março, dois meses depois de publicada a autorização, o *Diário Oficial* trouxe um ato do mesmo presidente Lula revogando a decisão;

82 | 20 DE OUTUBRO DE 2010 | VEJA

VEJA | 20 DE OUTUBRO DE 2010

Figura 137 –Veja -Fui extorquido na casa Civil

Veja afirma que o advogado Vladimir Muskatirovic, conhecido em Brasília como “Vlad”, ocupa a poderosa chefia de gabinete da Casa Civil da Presidência da República” (VEJA, nº42, 2010:82). De acordo com o texto, “assim como a ex-ministra Erenice Guerra fez carreira no governo à sombra da candidata petista Dilma Rousseff, Vlad fez carreira no governo à sombra de Erenice Guerra” (VEJA, nº42, 2010:82).

O texto conta também que Vladimir foi um subordinado de Erenice quando ela ocupava a chefia da assessoria jurídica do Ministério de Minas e Energia. “Quando Dilma assumiu a Casa Civil e Erenice levou sua turma junto, Vlad foi o primeiro a acompanhá-las” (VEJA, nº42, 2010:82). Apesar de a ex-ministra “ter sido apeada do Palácio” (VEJA, nº42, 2010:82) após vir a público a existência “de uma central de corrupção na Casa Civil” (VEJA, nº42, 2010:82), Vladimir permaneceu no cargo. Escosteguy aponta:

Além da amizade com Erenice, Vlad mantém relações fraternas com o senador Gim Argello, figura secundária dos subterrâneos de Brasília, que, sabe-se lá por qual razão, caiu nas boas graças de Dilma nos últimos anos. Nos ambientes em que o senador Gim brilha, Vlad é uma celebridade (VEJA, nº42, 2010:82).

O repórter relata que Veja descobriu que, em 2007, “Vlad”, já como assessor de Dilma na Casa Civil, pediu propina de 100.000 reais para resolver “uma pendência de um deputado junto à Presidência da República” (VEJA, nº42, 2010:82). Segundo a revista, Muskatirovic recebeu apenas parte do dinheiro. A matéria informa que o deputado em questão é Roberto Rocha, do PSDB do Maranhão. A reportagem explica que Rocha é sócio da TV Cidade, a retransmissora da Rede Record no estado, e de duas rádios. O texto afirma que “o pedágio foi exigido para que a Casa Civil autorizasse uma mudança societária nessa TV” (VEJA, nº42, 2010:82). Veja pergunta o que a Casa Civil “teria a ver com isso” (VEJA, nº42, 2010:82). Logo depois, o próprio repórter responde: “tudo” (VEJA, nº42, 2010:82). Escosteguy descreve que “cabe à Casa Civil ratificar qualquer compra ou venda envolvendo rádios e TVs do país, que são concessões públicas” (VEJA, nº42, 2010:82). O jornalista complementa: “depois de tramitarem por lá, esses atos são assinados pelo presidente, como se ele fosse chefe de um cartório” (VEJA, nº42, 2010:82). Escosteguy ironiza novamente e relata que, diante do fato de o Ministério das Comunicações analisar previamente casos assim, “o carimbo vale ouro e pode custar caro tanto para obtê-lo, quanto para evitá-lo ou agilizar seu uso. Um carimbo é moeda líquida na cleptocracia federal” (VEJA, nº42, 2010:83).

Em interpretação sob medida do dito popular que fala em criar dificuldade para vender facilidade, o repórter enaltece que Vlad “pôde vender caro com facilidade porque o governo criou dificuldades” (VEJA, nº42, 2010:83) no início do mandato. Veja salienta que a transação que deveria durar semanas levou um ano em função de um lobby. O deputado tucano é mais uma vez a vítima, e um adversário político dele, da base do governo, o arquiteto da ação.

A epopeia começa em 2003, no início do governo Lula, quando o sócio de Roberto Rocha na TV aceitou vender a participação dele no negócio. Esse sócio era aliado de José Sarney. Rocha é adversário do senador. Fez-se a transação, e a papelada seguiu para o Ministério das Comunicações, de modo que os rituais burocráticos fossem cumpridos. Deveria demorar algumas semanas. Demorou um ano. Demorou em razão do lobby contrário promovido por aliados de Sarney (VEJA, nº42, 2010:83).

Em seguida, a revista explica por que é fácil entender o caso. O texto descreve que Sarney é o dono da retransmissora da Rede Globo no Maranhão e seu principal aliado, o senador Edison Lobão, controla a retransmissora do SBT no estado. Segundo a reportagem, se o governo autorizasse o negócio do deputado Rocha, haveria no Maranhão “uma TV não alinhada com os interesses da família - e uma TV num estado pobre é uma poderosa arma política” (VEJA, nº42, 2010:83).

O caso, na verdade, é bem mais antigo. O repórter conta que, no fim de 2003, apesar das pressões contrárias, o então ministro das Comunicações, deputado Miro Teixeira, “aprovou a transação e encaminhou os papéis para a Casa Civil” (VEJA, nº42, 2010:83). Veja relata que no início de ano seguinte, o *Diário Oficial* publicou a autorização concedida pelo presidente Lula, mas o cenário mudou com a reforma ministerial.

Tudo parecia resolvido. Mais eis que sobreveio um episódio insólito, daqueles que só se explicam pela força irresistível de certos interesses políticos. Houve uma reforma ministerial, e o deputado peemedebista Eunício Oliveira, do mesmo partido de Sarney, assumiu a pasta das Comunicações. Tentou-se reverter ali, de todos os modos, a tal autorização já assinada por Lula. A pressão de Sarney aumentou e, no dia 11 de março, dois meses depois de publicada a autorização, o mesmo *Diário Oficial* trouxe um ato do mesmo presidente Lula revogando a decisão anterior. Sem justificativa, sem o devido processo legal (VEJA, nº42, 2010:83;84).

Segundo Veja, é possível “supor as razões políticas para essa aberração jurídica - e todas elas passam pelos interesses do senador Sarney” (VEJA, nº42, 2010:84). A reportagem descreve que, “inconformado” (VEJA, nº42, 2010:84), o deputado Roberto Rocha contratou advogados, recorreu ao Supremo Tribunal Federal e ingressou com um mandado de segurança, que, “por sua natureza, deveria ser julgado em pouco tempo, mas que acabou morrendo nas gavetas do Supremo” (VEJA, nº42, 2010:84). De acordo com o texto, Rocha não estava sozinho na batalha pelo comando da TV.

Todos os políticos anti-Sarney do Maranhão o ajudaram. O deputado petista Domingos Dutra - que chegou a fazer greve de fome recentemente para impedir que seu partido apoiasse a candidatura de Roseana Sarney ao governo do estado - foi um deles. Diz Dutra: “Falei com as lideranças do PT, falei no governo. Mas eles preferem o Sarney. Rocha chegou a me contar o que aconteceu na Casa Civil da Erenice” (VEJA, nº42, 2010:84).

Veja pondera que é “estranho ver um petista e um tucano atuando harmoniosamente” (VEJA, nº42, 2010:84). A revista ainda destaca que, no Maranhão, os políticos se dividem em dois grupos: “os que são adversários e os que são aliados de Sarney” (VEJA, nº42, 2010:84). Rocha e Dutra pertencem ao primeiro grupo, enfatiza Escosteguy, ao afirmar, em seguida, que em 2007 o deputado esteve com Erenice Guerra, então secretária-executiva, e o assessor Vlad. Ambos confirmaram “a teratologia do ato presidencial e prometeram resolver o assunto” (VEJA, nº42, 2010:84).

Localizado por Veja, “o deputado relutou em admitir o episódio, mas acabou por narrar o que havia acontecido” (VEJA, nº42, 2010:84). O parlamentar tucano deu ao repórter à

seguinte declaração: “Esse assessor Vladimir cobrou para resolver. Fiquei enjoado com tudo aquilo. Ter de pagar a eles para que fizessem o que era certo? Fui extorquido pela Casa Civil” (VEJA, nº42, 2010:84). A reportagem conta que depois de uma reunião, Vlad procurou um funcionário do deputado para acertar o pagamento.

Os dois encontraram-se no restaurante que funciona no 10º andar da Câmara dos Deputados. “Vladimir deu a garantia de que resolveria tudo, desde que pagássemos 100.000 reais”, narra Ivo Icó Filho, o funcionário. “Ele disse que o valor era alto porque envolvia o trabalho de outras pessoas” (VEJA, nº42, 2010:84)

Nas linhas finais, o texto reafirma que o deputado, apesar de “revoltado” (VEJA, nº42, 2010:84), resolveu pagar. ““Autorizei meu assessor a providenciar um sinal: 20.000 reais. E o pior é que não deu certo. Esse Vladimir nunca mais retornou as ligações nem respondeu aos e-mails. Foi um golpe”” (VEJA, nº42, 2010:84). A revista relata que, “procurado por VEJA, Vlad admitiu por meio de nota que frequentava o restaurante da Câmara e mantinha ‘reuniões políticas’ com o senador Gim Argello, mas negou ter pedido ou recebido propina” (VEJA, nº42, 2010:84)

8.11 Qual o cardápio no apagar das luzes da cobertura eleitoral? Denúncias, claro.

A edição de 27 de outubro (2188– ano 43 - nº 43) é a última do mês. Mas não é a última antes do segundo turno. A explicação é a mesma dada em outro trecho deste trabalho: embora a capa tenha a data de 27 de outubro, essa edição começou a circular (nas bancas e para os assinantes) na tarde de sábado, 23 de outubro, 8 dias antes do segundo turno. Da mesma forma, a edição de 3 de novembro, também uma quarta-feira, é aquela que começou a circular no dia 30 de outubro, ou seja, na véspera do segundo turno.

Com a manchete “A verdade sobre os dossiês” (VEJA, nº43, 2010:1), a revista traz na capa a imagem do prédio do Ministério da Justiça em Brasília, com uma espécie de balão que indica um diálogo, em tom de reclamação: “Não aguento mais receber pedidos de Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês. (...) Eu quase fui preso como um dos aloprados” (VEJA, nº43, 2010:1). A legenda no canto esquerdo indica que a conversa é entre Pedro Abramovay, atual secretário nacional de Justiça, e seu antecessor, Romeu Tuma Júnior.

Nesta edição, Veja reserva 13 páginas para cinco diferentes reportagens da Editoria Brasil. A atmosfera avermelhada do ar brasiliense na capa vai ao encontro de um mesmo ponto de partida para todas as matérias publicadas: são denúncias contra o PT, contra Dilma e

contra ministros. Na única reportagem em que José Serra é mencionado, o tom também é de denúncia. No caso, contra a militância petista.



Figura 138 – Capa Veja de 27/10/2010
A verdade sobre os dossiês

A reportagem principal, que mereceu a capa, começa com as duas primeiras páginas em vermelho. Nelas, entre outras, estão ao fundo imagens de Dilma Rousseff e de Gilberto Carvalho.

Quando a situação exige, a Editoria Brasil dá a uma reportagem um título cinematográfico “Intrigas de Estado”¹⁶ (VEJA, nº43, 2010:68;69). O filme americano homônimo e recente (de 2009) tem tudo de que Veja mais gosta: crime, conspiração política e ambição. Há também boas doses de jornalismo investigativo e ficção, assuntos que Veja domina.

A linha fina denuncia “Diálogos entre autoridades revelam que o Ministério da Justiça, o mais antigo e tradicional da República, recebeu e rechaçou pedidos de produção de dossiês contra adversários” (VEJA, nº43, 2010:69). A matéria é assinada por Gustavo Ribeiro.

¹⁶. Intrigas de Estado (2009) - Título original: State of Play - **Diretor:** Kevin Macdonald . O ambicioso congressista americano Stephen Collins é o futuro de seu partido, até que sua assistente morre tragicamente, e segredos começam a ser elucidados. Cal McAffrey, repórter veterano de Washington D.C., tem uma antiga amizade com Collins, mas, seguindo ordens de sua editora, Cameron Lynne, precisa investigar a história. Na medida em que ele e sua parceira novata Della Frye tentam desvendar a identidade do assassino, se deparam com uma conspiração envolvendo algumas das mais promissoras figuras políticas e corporativas dos Estados Unidos (CINEMA UOL, 2011)



Figura 139 –Veja – Intrigas de Estado

À página 69, a revista reproduz novamente, com grande destaque, o trecho de capa da conversa entre Abramovay e Romeu Tuma Júnior sobre a produção de dossiês.



Figura 140 –Veja – Intrigas de Estado - Aspas

A legenda também começa com nome de filme: “Relações Perigosas - As conversas às

quais VEJA teve acesso mostram que o braço direito do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e a candidata à Presidência Dilma Rousseff tentaram usar o Ministério da Justiça para executar ‘tarefas absurdas’” (VEJA, nº43, 2010:69).



Figura 141 –Veja – Intrigas de Estado

Gustavo Ribeiro parecia mesmo inspirado em *Intrigas de Estado*, o filme. Ele começa o texto com a indicação de que faltam poucos dias para o segundo turno e resolve partir para uma aula de jornalismo de gosto duvidoso a um correspondente internacional.

Alguns autores que discutem ética no jornalismo mostram que a imprensa brasileira, e com *Veja* não há diferença, não suporta ser criticada. Toda e qualquer manifestação que reivindique o direito ao diálogo para discutir critérios editoriais da revista ou de um meio de comunicação costuma ser, parafraseando a linha fina dessa reportagem, rechaçada. Em muitos casos, sumariamente rechaçada. A revista age como se seus critérios fossem permanentemente justos e não os coloca como objeto de discussão.

A primeira página de texto da matéria, a página 70, é praticamente gasta com um embate, em tom de sermão, no qual *Veja* justifica sanha editorial em denúncias. O repórter afirma que um correspondente da agência Reuters publicou uma frase que deu a entender que a revista estaria preparando algo para atrapalhar a candidata do PT. Eis o lide:

Estamos a menos de uma semana das eleições e, como escreveu o correspondente Stuart Grudgings, da agência noticiosa Reuters, políticos e jornalistas correrão às bancas mais próximas para ver se será esta a edição de *VEJA* que vai abalar a liderança de Dilma Rousseff nas pesquisas eleitorais (VEJA, nº43, 2010:70).

Irritado com a audácia do correspondente (que resolveu questionar o jornalismo que

Veja pratica pouco antes de uma eleição), o repórter, na continuidade do mesmo primeiro parágrafo, argue Stuart Grudgings sobre o conceito que ele tem de jornalismo e sai em defesa do que a revista publica.

Embora a análise do funcionário da Reuters demonstre um total desconhecimento do que seja jornalismo, atividade em que os fatos fazem as notícias e não o contrário, ele acertou em seu diagnóstico a respeito da ansiedade que as capas de VEJA provocam no meio político (VEJA, nº43, 2010:70).

O repórter prossegue e dá início a uma inesperada defesa prévia daquilo que será publicado nas páginas subsequentes. Ele avisa que o texto vai retomar temas discutidos em outras edições como o aparelhamento do estado. Mas também assume o compromisso de fazê-lo da maneira mais clara possível.

A reportagem que se vai ler a seguir não foge à regra. Ela revela, talvez da maneira mais clara até hoje, o tipo de governo produzido pela mentalidade petista de se apossar do estado, aparelhá-lo e usá-lo em seu benefício partidário. VEJA já havia demonstrado nas reportagens “O polvo no poder” e “A alegria do polvo” como a Casa Civil fora transformada em um balcão de negócios, em que maços de dinheiro vivo apareciam nas gavetas de escritórios a poucos metros da sala do presidente da República. A presente reportagem relata as tentativas ousadas de petistas de alto coturno de conspirar um dos mais antigos e venerandos ministérios da República, o da Justiça (VEJA, nº43, 2010:70).

A revista acredita (convém mais uma vez ressaltar que, em tese, isso é uma reportagem, e de capa) que o PT transformou o Ministério da Justiça em local de serviços a favor do partido, ultrapassou algo que até então não tinha surgido: a fronteira da decência, mandou a ética às favas e ainda tem nos seus quadros um ministro que responde pela pasta da “Supressão da Verdade”.

É conhecido o desprezo que o PT nutre pelas instituições republicanas, mas o que se tentou no Ministério da Justiça, criado em 1822 por dom Pedro I, ultrapassa todas as fronteiras da decência. Em quase 200 anos de história, o ministério foi chefiado por homens da estatura de Rui Barbosa, Tancredo Neves e quatro futuros presidentes da República. O PT viu na tradicional instituição apenas mais um aparelho a serviço de seu projeto de poder. Como ensina Franklin Martins, ministro da Supressão da Verdade, “às favas com a ética” quando ela interfere nos interesses políticos e partidários dos atuais donos do poder (VEJA, nº43, 2010:70).

A denúncia, enfim, tem início, depois de uma página de lídima e irrestrita pregação ideológica. Gustavo Ribeiro relata que Veja teve acesso a conversas entre funcionários do Ministério que ratificaram a “dimensão do desprezo petista pelas instituições” (VEJA, nº43,

2010:70). Segundo o texto, os diálogos mostram autoridades “incomodadas com a natureza dos pedidos” (VEJA, nº43, 2010:70) que vinham recebendo do Palácio do Planalto. O repórter diz: “pelo que é falado, não se pode deduzir que o Ministério da Justiça, ao qual se subordina a Polícia Federal, cedeu integralmente às descabidas investidas palacianas” (VEJA, nº43, 2010:70;71). Em seguida, Ribeiro volta a reproduzir (pela terceira vez) trechos da conversa entre Pedro Abramovay, a quem Veja chama de servidor público exemplar, e Romeu Tuma Júnior.

“Não aguento mais receber pedidos da Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês. (...) Eu quase fui preso como um dos aloprados”, disse Pedro Abramovay, secretário nacional de Justiça, em conversa com seu antecessor, Romeu Tuma Júnior. Abramovay é considerado um servidor público exemplar, um “diamante da República”, como a ele se referiu um ex-ministro (VEJA, nº43, 2010:71).

Aos 30 anos, diz o repórter, Abramovay chegou ao Ministério da Justiça no início do governo Lula pelas mãos do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos. Ribeiro afirma que a boa reputação dele pode ter limitado o servidor a receber pedidos e não os atender. O repórter argumenta que, de toda forma, Abramovay deveria ter denunciado “as ordens impertinentes e nada republicanas de ‘produzir dossiês’” (VEJA, nº43, 2010:71).

Segundo a reportagem, Abramovay ficou assustado com as pressões externas em algumas passagens e pensou até em deixar o governo. “Antes de chegar ao ministério, ele trabalhou no gabinete da ex-prefeita Marta Suplicy, na liderança do PT no Senado e com o senador Aloizio Mercadante” (VEJA, nº43, 2010:71). Para a revista, “vem dessa etapa da carreira a explicação para a frase em que ele disse ‘quase fui preso como um dos aloprados’” (VEJA, nº43, 2010:71).

Veja explica que a frase “nos leva de volta à campanha eleitoral de 2006, quando petistas foram presos em um hotel ao tentar comprar um dossiê falso contra José Serra” (VEJA, nº43, 2010:71). Segundo a matéria, Abramovay admitiu ter participado do episódio “e se arrependido, a ponto de temer pedidos semelhantes vindos agora do Palácio do Planalto” (VEJA, nº43, 2010:71). O servidor público promete não reincidir e aponta irresponsabilidade.

Ele disse que quase foi preso na época do escândalo e que, por isso, teve de se esconder para evitar problemas. “Deu ‘bolo’ a história do dossiê”, comenta. Em pelo menos três ocasiões, Abramovay afirma que não está disposto a novamente agir de forma oficiosa. E justificou: “...os caras são irresponsáveis” (VEJA, nº43, 2010:71).

O repórter destaca que os diálogos aos quais a reportagem teve acesso “foram gravados legalmente e periciados para afastar a hipótese de manipulação” (VEJA, nº43, 2010:71).

Ainda segundo a revista, “as ordens emanam do coração do governo — do chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, e da candidata a presidente, Dilma Rousseff” (VEJA, nº43, 2010:71;72). A conversa mais longa durou cinquenta minutos e aconteceu em janeiro de 2010, no gabinete do então secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior. De acordo com o texto, nela, os interlocutores discutiam a sucessão do ex-ministro Tarso Genro. Ao comentar o próprio futuro, Abramovay revelou um desejo de trabalhar na ONU e afirma, “em tom de desabafo” (VEJA, nº43, 2010:72) que já não conseguia suportar a pressão.

Ribeiro conta que, segundo Abramovay, a situação só poderia piorar com a eventual nomeação para o cargo de “Luiz Paulo Barreto, então secretário executivo, pela falta de força política do novo ministro, funcionário de carreira da pasta” (VEJA, nº43, 2010:72).

Procurado pela reportagem, Abramovay negou ter recebido pedido para fazer dossiês e ter participado do “suposto grupo de inteligência da campanha da candidata Dilma Rousseff” (VEJA, nº43, 2010:72). Gustavo Ribeiro informa que o secretário nacional de Justiça também declarou que nunca precisou se esconder. Mas Romeu Tuma Júnior, seu interlocutor, “confirmou integralmente o teor das conversas” (VEJA, nº43, 2010:72). O texto cita o que Tuma Júnior teria dito.

“O Pedro reclamou várias vezes que estava preocupado com as missões que recebia do Planalto. Ele me disse que recebia pedidos de Dilma e do Gilberto para levantar coisas contra quem atravessava o caminho do governo”. Acrescentou Tuma: “Há um jogo pesado de interesses escusos. Para atingir determinados alvos, lança-se mão, inclusive, de métodos ilegais de investigação. Ou você faz o que lhe é pedido sem questionar, ou passa a ser perseguido. Foi o que aconteceu comigo”, afirma o ex-secretário, que deixou a pasta em junho, depois que vieram a público denúncias de que teria relacionamento com a máfia chinesa. (VEJA, nº43, 2010:71).

Segundo a reportagem, Tuma Júnior “atribui a investigação contra si - arquivada por falta de provas - a uma tentativa de intimidação por parte de pessoas que tiveram seus interesses contrariados” (VEJA, nº43, 2010:72). Veja conta que em determinado momento (das conversas), “o clima de desconfiança no Ministério da Justiça contaminou até o mais alto escalão” (VEJA, nº43, 2010:72). A denúncia ganha uma dimensão maior, agora com suspeitas internas.

A certa altura das conversas, o chefe da pasta, Luiz Paulo Barreto, manifesta suspeita de que seu subordinado Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da Polícia Federal, o espione. Em inúmeras ocasiões, Barreto revelou a seus assessores não ter ascendência sobre Corrêa. O ministro chega a expressar em voz alta sua desconfiança de que o diretor da PF tem tanto poder que se dá ao luxo de decidir sobre inquéritos envolvendo pessoas da antessala do presidente da República. Um desses casos é relatado por

Barreto em conversa no seu próprio gabinete, ocorrida em meados de maio. À sua chefe de gabinete, Gláucia de Paula, Barreto fala sobre o possível indiciamento de Gilberto Carvalho, braço direito do presidente Lula. Em 2008, a PF interceptou telefonemas em que o chefe de gabinete da Presidência conversava com o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, um dos investigados na Operação Satiagraha, que prendeu o banqueiro Daniel Dantas (VEJA, nº43, 2010:73).

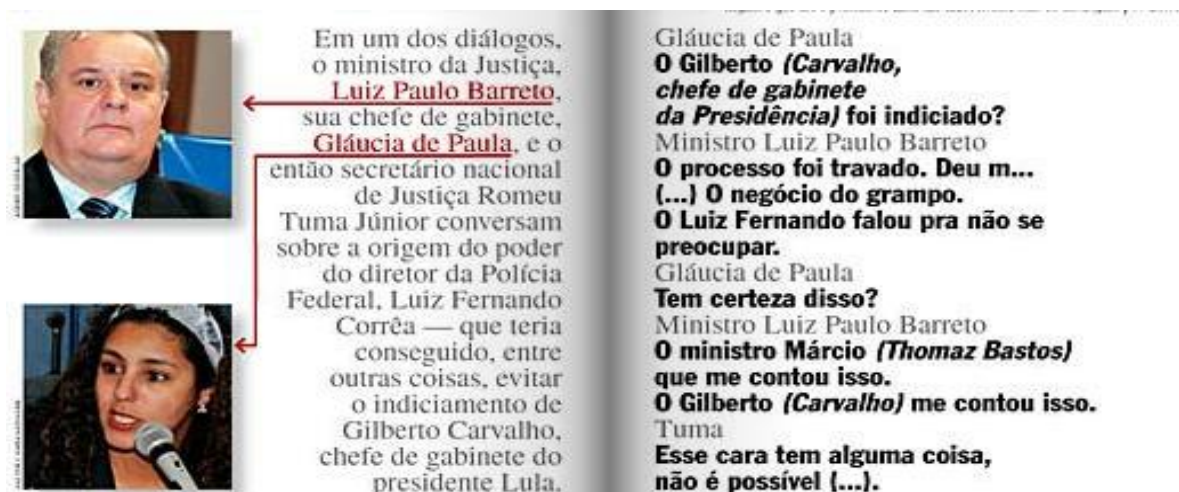


Figura 142 –Veja – Luiz Paulo Barreto e Gláucia de Paula

Ribeiro descreve que Luiz Paulo Barreto, que disse ter tido conhecimento do indiciamento pelo próprio Carvalho, “revela que o diretor da PF promoveu uma encenação para iludi-lo, numa manobra para mostrar que seu poder emanava de fora da hierarquia do Ministério da Justiça” (VEJA, nº43, 2010:73). A reportagem indica que a conversa tomou um rumo inesperado.

Um dos interlocutores fica curioso para saber a fonte real de poder de Luiz Fernando, que lhe dá cobertura até para desafiar seu próprio chefe sem temor de represálias. “Ele deve ter alguma coisa...”, afirma. Procurado, Luiz Paulo Barreto informou que não comentaria nada antes de ter acesso ao áudio da conversa. Gilberto Carvalho negou que já tenha feito algum pedido a Pedro Abramovay, a mesma resposta de Dilma Rousseff. (VEJA, nº43, 2010:73).

A vinda das conversas a público, diz o repórter, funcionou como o “poder de limpeza da luz do sol sobre os porões. Elas são reveladoras da triste realidade vivida por instituições respeitadas quando passam a ser aparelhadas por integrantes de um projeto de poder” (VEJA, nº43, 2010:73). Para reafirmar seus argumentos, a revista apresenta um caso recente que envolve o presidente, Dilma e aquele a quem Ribeiro se refere como “o ex-jornalista” Amaury Ribeiro Jr. O repórter ironiza, chama Lula de “militante petista” que ocupa a presidência, fala

de pernicioso simbiose, de patifaria, de feitiçaria e até de fantasmas que voam sem controle...

Outra demonstração disso surgiu na semana passada, quando a Polícia Federal forneceu a mais recente prova de quanto pode ser pernicioso a simbiose entre partido e governo. Na quarta-feira, depois de revelado que o ex-jornalista Amaury Ribeiro Jr., integrante do “grupo de inteligência” da campanha de Dilma, foi o responsável pela violação do sigilo fiscal de Eduardo Jorge e de outros integrantes do PSDB, o militante petista Lula, atualmente ocupando a Presidência da República, anunciou ao país que a PF faria revelações sobre o caso — antegozando o fato de que um delegado, devidamente brifado sobre o que deveria dizer, jogaria suspeitas das patifarias de Amaury Ribeiro sobre os ombros do PSDB. Mais uma vez, a feitiçaria dos petistas resultou em um tiro no próprio pé. Nunca aprendem que, uma vez aberta a caixa de Pandora, os fantasmas escapam e voam sem controle (VEJA, nº43, 2010:73).

Nas linhas finais, a reportagem, que prometera jogar luz, da maneira mais clara possível, sobre “o tipo de governo produzido pela mentalidade petista de se apossar do estado” (VEJA, nº43, 2010:70) retoma a quebra de sigilo de pessoas ligadas ao PSDB, tema discutido em boa parte da cobertura que a revista fez do processo eleitoral. Poucos parágrafos depois, o repórter refaz uma afirmação sobre o militante petista que ora ocupa...

Em junho passado, VEJA revelou que o comitê de campanha de Dilma Rousseff arremontou um grupo de arapongas para espionar o candidato José Serra, seus familiares e amigos. A tropa começou os trabalhos com o que considerava um grande trunfo, um dossiê intitulado “Operação Caribe”, produzido por Amaury e que narrava supostas transações financeiras de pessoas ligadas ao PSDB. As únicas peças do dossiê fajuto que não podiam ser lidas no Google haviam sido obtidas de forma preguiçosa e venal, compradas de bandidos com acesso a funcionários da Receita Federal — e pagas com dinheiro vivo. Os dados fiscais violados serviram de subsídio para o tal relatório que circulou no comitê de campanha. Como “previu” o militante petista que ora ocupa a Presidência da República, horas depois de sua entrevista apareceram as tais “novidades”. Um delegado anunciou que, com a identificação de Amaury, o caso estava encerrado, já que o ex-jornalista, ao violar o sigilo, ainda era funcionário do jornal *O Estado de Minas*, portanto não haveria nenhuma ligação com a campanha do PT. O delegado Alessandro Moretti foi o escolhido apenas para comunicar à nação as graves revelações obtidas pelo trabalho policial — formalmente ele não participou do inquérito. A lealdade no caso era mais vital do que o profissionalismo policial. Número dois na diretoria de Inteligência da PF, Moretti é produto direto do aparelhamento na Polícia Federal (VEJA, nº43, 2010:73;74).

8.12 A fúria dos “ensandecidos sem limites”

Com a manchete “Pau na Democracia” (VEJA, nº43, 2010:76) e a linha fina “Militantes ensandecidos, agressão física contra José Serra e, por fim, o destempero de Lula. Na base ou no topo, o PT não conhece limites” (VEJA, nº43, 2010:76), Fábio Portela assina a segunda



Brasil

PAU NA DEMOCRACIA

Militantes ensandecidos, agressão física contra José Serra e, por fim, o destempero de Lula. Na base ou no topo, o PT não conhece limites.

FÁBIO PORTELA Injúrias diversos e até especialistas em áudio e vídeo foram consultados para opinar sobre a questão. Por fim, a Rede Globo, recorrendo às normas do bom jornalismo, repôs a verdade que o mau jornalismo do SBT surrupiara ao colocar no ar cenas do ocorrido flagrante e maliciosamente editadas. Eis a verdade: durante a caminhada que tentou fazer com a sua comitiva de campanha em um calçadão de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, Serra foi atingido duas vezes na cabeça: a primeira por uma bola de papel amassado; quinze minutos depois, por um rolo de fita adesiva. Com o segundo ataque, chegou a sentir-se “grugue”, segundo relatou o deputado federal Fernando Gabeira, que estava ao lado do candidato e ouviu-o comentar o mal-estar. Serra, então, entrou na van da campanha, recebeu uma bolsa de gelo para diminuir o galo que havia surgido no lugar da pancada e, em seguida, procurou um médico para examiná-lo. Concluindo o tucano foi atingido, sim, a ponto de sentir-se tolo, e o objeto que provocou o seu mal-estar foi um rolo de fita adesiva, e não uma bolinha de papel.

Para além da agressão física ao candidato do PSDB, o que chama atenção no episódio de Campo Grande é o fato de que dezenas de pessoas, vestindo camisetas do PT e empunhando bandeiras do partido, sentaram — aos gritos, empurrões e ameaças de quebra-quebra — impedir um adversário de fazer campanha. Trata-se de algo absolutamente inaceitável numa sociedade democrática. Também é espantoso como a candidata petista Dilma Rousseff e o presidente da República reagiram ao ocorrido. Eles não só negaram a agressão sofrida por Serra, como ainda tentaram criminalizar a vítima — e continuam a fazê-lo, apesar de todas as evidências em contrário, na esperança de que uma mentira dita 1000 vezes ganhe as listas de verdade.

Era de esperar que o supremo mandatário da nação fosse o primeiro a condenar o ocorrido. No entanto, em vez de solidi-

ficar-se com Serra e indignar-se com a atitude de seus correligionários, o presidente da República vacilou contra o tucano, acusando-o de ter simulado o ataque. Baseado na reportagem desonesto do SBT, comparou o candidato à sua sucessão ao político chileno Roberto Rojas, que, em 1989, fingiu ter sido atingido por um rojão durante um jogo no Maracanã. A levandade presidencial não parou aí. Disse Lula: “A mentira que foi produzida ontem pela equipe de publicidade do candidato José Serra é uma coisa vergonhosa. Oremi deveria ser denominada o dia da farsa, o dia da mentira”.

O episódio de Campo Grande não foi a primeira demonstração da fúria petista. Em 2000, um ano antes de sua morte, o então governador Mário Covas foi atacado no ABC Paulista por um homem ligado ao sindicato dos professores, controlado pelo PT. Levou uma

bandeirada na cabeça. Duas semanas depois, no centro de São Paulo, enfrentou dezenas de professores e sindicalistas que atiraram sobre ele cadeiras de plástico, pedras, latas, garrafas e laranjas. Atingido, Covas sofreu um corte no nariz. Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Mello (que hoje apóia Dilma) foi atacado a pedradas por um grupo de militantes de esquerda no Rio — até hoje há discussões se eram brizolistas ou lulistas.

Da mesma forma que é inútil esperar dos esquadões petistas civilidade, parece igualmente vão cobrar do presidente a compostura que seu cargo exige. Desta vez, no entanto, é diferente. O presidente acusa Serra de ter protagonizado uma farsa e foi desmentido minutos depois por imagens gravadas e inquestionáveis. Deve desculpá-los não só ao candidato adversário, mas a todos os brasileiros.

Figura 143 –Veja – Pau na democracia

Portela explica que Serra foi atingido por um objeto nas ruas do Rio de Janeiro. O episódio levantou uma “discussão bizarra que tomou conta do Brasil” (VEJA, nº43, 2010:76). Afinal, o que, efetivamente, acertou a cabeça do candidato do PSDB?

Teria sido uma bolinha de papel ou um rolo de fita adesiva o objeto que atingiu a cabeça do candidato tucano à Presidência, José Serra, durante uma caminhada eleitoral no Rio? O debate movimentou a internet, imagens do episódio foram exibidas e reexibidas na TV por ângulos diversos e até especialistas em áudio e vídeo foram consultados para opinar sobre a questão. (VEJA, nº43, 2010:76)

A matéria também afirma que a resposta para as questões que surgiram foram respondidas pela Rede Globo. Desta vez, a aula de jornalismo de Veja tem outro endereço, o SBT.

A Rede Globo, recorrendo às normas do bom jornalismo, repôs a verdade que o mau jornalismo do SBT surrupiara ao colocar no ar cenas do ocorrido flagrante e maliciosamente editadas. Eis a verdade: durante a caminhada que tentou fazer com a sua comitiva de campanha em um calçadão de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, Serra foi atingido duas vezes na cabeça: a primeira por uma bola de papel amassado;

quinze minutos depois, por um rolo de fita adesiva (VEJA, nº43, 2010:76).

O texto indica que o segundo ataque deixou Serra “grogue” (VEJA, nº43, 2010:76). De acordo com o repórter, o deputado federal Fernando Gabeira estava ao lado do candidato e “ouviu-o comentar o mal-estar” (VEJA, nº43, 2010:76). A reportagem relata que, em seguida, o tucano entrou na van da campanha, recebeu uma bolsa de gelo e, logo depois, procurou um médico para examiná-lo. Veja sentença: “Conclusão: o tucano foi atingido, sim, a ponto de sentir-se tonto, e o objeto que provocou o seu mal-estar foi um rolo de fita adesiva, e não uma bolinha de papel” (VEJA, nº43, 2010:76).

Veja responsabiliza simpatizantes do partido do presidente pela agressão. E diz que a candidata do PT e o próprio Lula negaram a agressão. A revista associa a reação de ambos a uma das marcas da propaganda nazista¹⁷

Para além da agressão física ao candidato do PSDB, o que chama atenção no episódio de Campo Grande é o fato de que dezenas de pessoas, vestindo camisetas do PT e empunhando bandeiras do partido, tentaram aos gritos, empurrões e ameaças de quebra-quebra impedir um adversário de fazer campanha. Trata-se de algo absolutamente inaceitável numa sociedade democrática. Também é espantoso como a candidata petista Dilma Rousseff e o presidente da República reagiram ao ocorrido. Eles não só negaram a agressão sofrida por Serra, como ainda tentaram criminalizar a vítima - e continuam a fazê-lo, apesar de todas as evidências em contrário, na esperança de que uma mentira dita 1000 vezes ganhe as tintas de verdade (VEJA, nº43, 2010:77).

Para a revista, “era de esperar que o supremo mandatário da nação fosse o primeiro a condenar o ocorrido” (VEJA, nº43, 2010:77). No entanto, diz o texto, “em vez de solidarizar-se com Serra e indignar-se com a atitude de seus correligionários, o presidente da República vociferou contra o tucano, acusando-o de ter simulado o ataque” (VEJA, nº43, 2010:77).

De acordo com Portela, baseado na “reportagem desonesta do SBT” (VEJA, nº43, 2010:77), o presidente comparou Serra ao goleiro chileno Rojas, que, em 1989, “fingiu ter sido atingido por um rojão durante um jogo no Maracanã” (VEJA, nº43, 2010:77). Veja sobre o tom: “a leviandade presidencial não parou aí. Disse Lula: ‘A mentira que foi produzida ontem pela equipe de publicidade do candidato José Serra é uma coisa vergonhosa. Ontem deveria ser denominado o dia da farsa, o dia da mentira’” (VEJA, nº43, 2010:77). O repórter reage: “o episódio de Campo Grande não foi a primeira demonstração da fúria petista”

¹⁷. O nazista Joseph Goebbels, famigerado ministro da Propaganda de Hitler, entrou para a História, entre muitas outras coisas, como tendo dito que "a mentira repetida diversas vezes se torna uma verdade". (SUPERINTERESSANTE, 1988).

(VEJA, nº43, 2010:77). O texto conta que, em 2000, “um ano antes de sua morte” (VEJA, nº43, 2010:77), o então governador Mário Covas foi atacado no ABC Paulista “por um homem ligado ao sindicato dos professores, controlado pelo PT” (VEJA, nº43, 2010:77). Portela diz que Covas...

Levou uma bandeirada na cabeça. Duas semanas depois, no centro de São Paulo, enfrentou dezenas de professores e sindicalistas que atiraram sobre ele cadeiras de plástico, pedras, latas, garrafas e laranjas. Atingido, Covas sofreu um corte no rosto. Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Mello (que hoje apóia Dilma) foi atacado a pedradas por um grupo de militantes de esquerda no Rio - até hoje há discussões se eram brizolistas ou lulistas (VEJA, nº43, 2010:77).



CHICO FERREIRA/FOLHAPRESS

A AGRESSÃO COMO BANDEIRA Serra é amparado após ter sido atingido na cabeça durante tumulto protagonizado por militantes petistas no Rio. Acima, Collor mostra o punho depois que sua comitiva foi alvo de pedradas. À direita, Mário Covas se protege de cadeiras arremessadas por sindicalistas ligados ao PT



INACIO TENEIRACOPPER PHOTO

Figura 144 –Veja – Agressão como bandeira

A foto que abre a matéria, com o candidato do PSDB curvado, está diretamente ligada a outros episódios que o repórter resgatou. A legenda:

A agressão como bandeira – Serra é amparado após ter sido atingido na cabeça durante tumulto protagonizado por militantes petistas no Rio. Acima, Collor mostra o punho depois que sua comitiva foi alvo de pedradas. À direita, Mário Covas se protege de cadeiras arremessadas por sindicalistas ligados ao PT. (VEJA, nº43, 2010:77)

Nas linhas finais, Veja retoma sua opinião em relação à postura do Partido dos Trabalhadores, sugere que Lula peça desculpas aos brasileiros, mas se mostra incrédula.

Da mesma forma que é inútil esperar dos esquadrões petistas civilidade, parece igualmente vão cobrar do presidente a compostura que seu cargo exige. Desta vez, no entanto, é diferente. O presidente acusou Serra de ter protagonizado uma farsa e foi desmentido minutos depois por imagens gravadas e inequívocas. Deve desculpas não só ao candidato adversário, mas a todos os brasileiros (VEJA, nº43, 2010:77).

8.13 Um dos homens da candidata a presidente

Fernando Mello e Igor Paulin assinam a terceira reportagem da Editoria Brasil em 27 de outubro: “Luz para todos e dinheiro para eles” (VEJA, nº43, 2010:78). A matéria denuncia irregularidades no “Luz para Todos”, sob a responsabilidade da Eletrobras. A linha fina insinua que o programa beneficiou muitas pessoas, inclusive o seu administrador. “O programa do governo Lula ajudou a encher os bolsos da família de Valter Cardeal, diretor da Eletrobras e homem de confiança de Dilma Rousseff” (VEJA, nº43, 2010:78).

Veja explica que o programa Luz para Todos é a “versão petista do Luz no Campo, criado no governo FHC” (VEJA, nº43, 2010:78). Desde 2003, informa o texto, o programa

levou energia elétrica a 2,5 milhões de famílias que dependiam de lâmpadas ou geradores. Os repórteres entendem que essa seria uma boa notícia se não fosse o fato de o “Luz para Todos estar, desde o início, imerso em sombras - ao menos quando o assunto é a administração de suas verbas” (VEJA, nº43, 2010:78).

Os repórteres recorrem a uma metáfora, agora elétrica, para a denúncia que farão: “VEJA descobriu mais um fio desencapado no programa sob responsabilidade da Eletrobras” (VEJA, nº43, 2010:78). A matéria enfatiza que a direção do setor de engenharia da empresa é ocupada por uma pessoa de confiança da candidata do PT.

Seu diretor de engenharia é o já bastante enrolado Valter Cardeal, homem de confiança da ex-ministra e candidata à Presidência da República Dilma Rousseff. Como um dos principais responsáveis pelo Luz para Todos, ele tem poder para liberar pagamentos e cancelar os contratos feitos com as empresas que executam o programa (VEJA, nº43, 2010:78).

Segundo a reportagem, Cardeal achou que, “se a luz era para todos, poderia também ajudar a energizar os negócios de sua família no Rio Grande do Sul” (VEJA, nº43, 2010:78). Veja afirma que, com a ajuda da AES Sul, a Eletrobras contratou uma empresa para desenvolver projetos. De acordo com os repórteres, Cardeal conseguiu arrecadar uma bolada de 2,7 milhões de reais.

Por intermédio da AES Sul — concessionária de energia que atua no estado —, a Eletrobras contratou para trabalhar no programa uma firma chamada... Cardeal Engenharia! É isso mesmo que você leu. Fundada por Valter Cardeal, em 1999 ela passou a ser tocada por dois de seus irmãos, Edgar e Fernando José. O contrato da Cardeal Engenharia com o Luz para Todos, que terminou no ano passado, não envolvia a execução de obras físicas, apenas o “desenvolvimento de projetos”. Por eles, os Cardeal embolsaram 50.000 reais por mês, ao longo de 54 meses, totalizando uma bolada de 2,7 milhões de reais (VEJA, nº43, 2010:78).

A matéria relata que Valter Cardeal foi nomeado diretor da Companhia Estadual de Energia Elétrica do governo gaúcho em 1999, ano em que se afastou da Cardeal Engenharia. O governador do estado era Olívio Dutra e a secretária de Energia, Dilma Rousseff. Ambos já se conheciam por terem atuado juntos no PDT, dizem os repórteres.

Veja descreve que Dutra e Dilma passaram a trabalhar próximos um do outro e assinaram suas fichas de filiação ao PT em 2001, período em que a empresa dos Cardeal “patinava” (VEJA, nº43, 2010:78). Mas, segundo a revista, com o início do governo Lula em 2003, a vida dos Cardeal mudou.

Valter Cardeal havia conquistado a afeição de Dilma e, quando ela assumiu a Pasta de Minas e Energia, foi um dos primeiros técnicos que a nova ministra convidou para ingressar no governo. Ganhou a vaga na Eletrobras, a maior holding de energia da América Latina — e, no ano seguinte, a Cardeal Engenharia já era uma das prestadoras de serviços de um dos principais programas da empresa (VEJA, nº43, 2010:78;79).

Fernando Mello e Igor Paulin explicam que, “procurada por VEJA, a AES Sul garantiu que o contrato firmado com a Cardeal Engenharia foi legal e se deu por meio de concorrência privada” (VEJA, nº43, 2010:79). De acordo com os repórteres, esse tipo de concorrência “não segue os parâmetros da Lei de Licitações, que regula o setor público” (VEJA, nº43, 2010:79). Eles citam que, “embora o processo esteja sujeito a auditorias internas, é a própria companhia que o controla” (VEJA, nº43, 2010:79). Veja esclarece que não é a primeira vez que a relação de Valter Cardeal com o Luz para Todos resulta em “curto-circuito” (VEJA, nº43, 2010:79). Os repórteres citam um caso mais recente, agora no Piauí, e usam até uma gíria – “chapa” - para falar de ligações políticas célebres.

Em 2008, ele foi denunciado pelo Ministério Público por participar de fraudes milionárias envolvendo o programa, cometidas no estado do Piauí. Segundo a acusação, Cardeal, entre outras improbidades, autorizava aditivos irregulares que multiplicavam o valor dos repasses da Eletrobras para obras de instalação de luz. A denúncia cita um caso que dá a medida do descalabro: um dos contratos recebeu um aditivo de 235.000 reais para incluir um único consumidor na rede elétrica. Uma das empresas que se beneficiavam da fraude era a Gautama, do empresário Zuleido Veras, que chegou a ser preso pela Polícia Federal e a passar treze dias na cadeia, apesar das amizades célebres (era chapa da família Sarney e até emprestou sua lancha de 3 milhões de reais para um passeio do governador baiano Jaques Wagner e da então ministra Dilma Rousseff) (VEJA, nº43, 2010:79).

Depois do escândalo no Piauí, a Procuradoria-Geral da República “recomendou que Valter Cardeal fosse afastado do serviço público” (VEJA, nº43, 2010:79). A Eletrobras ainda o ajudou a se defender.

A Eletrobras, porém, se recusou a puni-lo, e ainda contratou - com dinheiro do contribuinte e sem licitação - o advogado carioca Nélio Machado para defendê-lo, ao preço de 1 milhão de reais. Mais recentemente, descobriu-se que, depois que o governo decidiu investir na geração de energia eólica no Rio Grande do Sul, a família Cardeal passou a tentar emplacar inúmeros projetos nessa área. Edgar Cardeal oferecia "serviços" para facilitar a entrada de empresários nesse mercado, mediante o pagamento de uma “taxa de sucesso” (VEJA, nº43, 2010:79).

Nas linhas finais, Veja identifica semelhanças no roteiro das histórias de Cardeal e Erenice Guerra.

Funcionário da confiança de Dilma Rousseff, por ela nomeado, Valter Cardeal vale-se do poder do cargo para beneficiar parentes diretos — que, além de ganhar cargos ou contratos públicos, oferecem a empresas privadas intermediações em negócios com o governo mediante pagamento de propina. O presidente Lula vive elogiando a “firmeza” da candidata petista. Pelo jeito, a ex-ministra tem mesmo é um coração mole... (VEJA, nº43, 2010:78).

8.14 O estelionatário do cotidiano

Em “Um estelionato por dia” (VEJA, nº43, 2010:80), Laura Diniz traz a penúltima reportagem da edição. Trata-se de uma denúncia judicial contra João Vaccari Neto. Segundo a linha fina, o tesoureiro do PT foi denunciado “por enganar 3495 famílias na fraude da Bancoop” (VEJA, nº43, 2010:80).

Brasil

UM ESTELIONATO POR DIA

O tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, é denunciado à Justiça por enganar 3.495 famílias na fraude da Bancoop

Parece ser a sina dos tesoureiros do PT. Desta vez, é João Vaccari Neto, o atual guardião das finanças do Partido dos Trabalhadores, quem está prestes a se sentar no banco dos réus. Na semana passada, ele foi denunciado à Justiça por formação de quadrilha, falsidade ideológica, estelionato e lavagem de dinheiro. Os crimes referem-se ao golpe que, segundo o Ministério Público (MP), ele aplicou juntamente com outros dirigentes da Bancoop, a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo. Desde a sua fundação, em 1996, a Bancoop é dirigida por sindicalistas ligados ao PT. De 2004 a 2010, ela foi presidida por Vaccari. O trambique comandado pelo tesoureiro petista funcionava da seguinte maneira: a Bancoop lançava empreendimentos imobiliários a preços muito baixos. Com isso, atraía milhares de cooperados — pessoas que se cotizavam para financiar a construção de imóveis por meio da entidade. Só que, em vez de aplicar o dinheiro para erguer apartamentos, a Bancoop de Vaccari des-

viava parte dos valores para contas bancárias de seus diretores e para o caixa (dois, é claro) de campanhas eleitorais do PT. O desfalque chegou a 100 milhões de reais, entre 2001 e 2008, segundo o MP. Vaccari foi formalmente acusado de ter cometido estelionato contra 1.133 famílias. São pessoas que pagaram mensalidades à Bancoop, muitas vezes com sacrifício e ao longo de anos, e que agora não têm onde morar. Outras 2.362 vítimas conseguiram receber seus apartamentos, mas para isso tiveram de gastar muito mais do que

havia sido combinado inicialmente. Como eram cooperados, tiveram de cobrir o rombo financeiro provocado por Vaccari e sua turma — se não fizessem isso, seus prédios não ficariam prontos. Ao todo, é como se o tesoureiro do PT tivesse passado a perna em uma pessoa por dia, ao longo de oito anos.

Na última terça-feira, o caso foi discutido na Assembleia Legislativa de São Paulo, que abriu uma CPI para acompanhar o assunto. O deputado estadual Vanderlei Siqueira, do PT (que acaba de ganhar uma vaga no Congresso na carona do palhaço Tiririca), saiu em defesa de Vaccari e acusou o promotor do caso, José Carlos Blat, de apresentar uma denúncia “com tintas tucanas”. Blat reagiu: “São tintas da Justiça”. As duas centenas de vítimas da Bancoop que estavam na plateia e acompanhavam a audiência concordaram com o promotor.

Se a denúncia for aceita e os culpados pelo desfalque forem condenados, as vítimas terão o alento de saber que se fez justiça — mas dificilmente serão ressarcidas. Dado que uma cooperativa é como se fosse uma empresa cujos sócios são os cooperados, quando ela tem prejuízo, são os próprios “sócios” que têm de arcar com ele. Para os que confiaram em suas promessas, Vaccari e sua turma mandam lembranças. E uma conta de 50 milhões de reais em dívidas.

LAURA DINIZ



VACCARI
Segundo o MP, sua quadrilha usava o dinheiro dos cooperados para bancar a eleição de petistas

O GOLPE DA BANCOOP

- ★ Ligada ao Sindicato dos Bancários — por sua vez, ligado ao PT — a Bancoop, criada em 1996, oferecia aos seus cooperados apartamentos a preços 40% abaixo dos do mercado
- ★ A partir de 2001, o dinheiro dos cooperados passou a ser desviado, entre outras coisas, para abastecer o caixa de campanhas eleitorais petistas
- ★ O desvio causou um rombo nas contas da cooperativa: dos 55 empreendimentos lançados desde 1996, apenas 23 foram entregues
- ★ Para cobrirem o estouro, os petistas da Bancoop passaram a exigir pagamentos mais altos dos cooperados. Quem não conseguia pagar perdia o dinheiro investido. Hoje, 1.133 famílias brigam na Justiça para ter onde morar

Figura 146 – Veja – Um estelionato por dia

Já no lide, Veja informa que Vaccari fará parte de uma relação de tesoureiros do partido de Lula que se tornou réu. O texto indica que ele é acusado de cometer uma série de crimes pelo MP.

Parece ser a sina dos tesoureiros do PT. Desta vez, é João Vaccari Neto, o atual guardião do Partido dos Trabalhadores, quem está prestes a se sentar no banco dos

réus. Na semana passada, ele foi denunciado à Justiça por formação de quadrilha, falsidade ideológica, estelionato e lavagem de dinheiro. Os crimes referem-se ao golpe que, segundo o Ministério público (MP), ele aplicou juntamente com outros dirigentes do Bancoop, a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo. (VEJA, nº43, 2010:80).

A matéria relata que, desde a sua fundação, em 1996, a Bancoop “é dirigida por sindicalistas ligados ao PT. De 2004 a 2010, ela foi presidida por Vaccari” (VEJA, nº43, 2010:80). Em seguida, a revista descreve como ocorriam os desvios, algo que ela decide chamar de “trambique”.

O trambique comandado pelo tesoureiro petista funcionava da seguinte maneira: a Bancoop lançava empreendimentos imobiliários a preços muito baixos. Com isso, atraía milhares de cooperados — pessoas que se cotizavam para financiar a construção de imóveis por meio da entidade. Só que, em vez de aplicar o dinheiro para erguer apartamentos, a Bancoop de Vaccari desviava parte dos valores para contas bancárias de seus diretores e para o caixa (dois, é claro) de campanhas eleitorais do PT. O desfalque chegou a 100 milhões de reais, entre 2001 e 2008, segundo o MP (VEJA, nº43, 2010:80).

Laura Diniz destaca: ele foi “formalmente acusado de ter cometido estelionato contra 1133 famílias” (VEJA, nº43, 2010:80). De acordo com a repórter, são pessoas que pagaram mensalidades à Bancoop, “muitas vezes com sacrifício e ao longo de anos, e que agora não têm onde morar” (VEJA, nº43, 2010:80). A matéria explica que, além dessas pessoas, “outras 2362 vítimas conseguiram receber seus apartamentos, mas para isso tiveram de gastar muito mais do que havia sido combinado inicialmente” (VEJA, nº43, 2010:80). O texto informa que, como eram cooperados, eles tiveram de cobrir o “rombo financeiro” (VEJA, nº43, 2010:80) provocado pelo tesoureiro e sua “turma” (VEJA, nº43, 2010:80). No dia 19 de outubro, diz Laura, o caso foi discutido na Assembleia Legislativa de São Paulo e, logo depois, uma CPI foi aberta para acompanhar o assunto. Segundo o texto, um deputado, ao defender Vaccari, acusou o promotor que está no caso de fazer denúncias com “tintas tucanas” (VEJA, nº43, 2010:80). A repórter reage.

O deputado estadual Vanderlei Siraque, do PT (que acabou de ganhar uma vaga no Congresso na carona do palhaço Tiririca), saiu em defesa de Vaccari e acusou o promotor do caso, José Carlos Blat, de apresentar uma denúncia “com tintas tucanas”. Blat reagiu: “São tintas da Justiça”. As duas centenas de vítimas da Bancoop que estavam na plateia e acompanhavam a audiência concordaram com o promotor (VEJA, nº43, 2010:80).

Nas linhas finais, Veja analisa a decisão da Justiça. E com a ironia de sempre...

Se a denúncia for aceita e os culpados pelo desfalque forem condenados, as vítimas terão o alento de saber que se fez justiça — mas dificilmente serão ressarcidas. Dado que uma cooperativa é como se fosse uma empresa cujos sócios são os cooperados, quando ela tem prejuízo, são os próprios “sócios” que têm de arcar com ele. Para os que confiaram em suas promessas, Vaccari e sua turma mandam lembranças. E uma conta de 90 milhões de reais em dívidas (VEJA, nº43, 2010:80).

A matéria traz no rodapé uma pequena arte com “O golpe da Bancoop” (VEJA, nº43, 2010:80). É uma cronologia das negociações da cooperativa desde a sua fundação até a briga das famílias que entraram na Justiça para recuperar investimentos. A arte também afirma que o desvio de dinheiro servia “para abastecer o caixa dois de campanhas eleitorais petistas” (VEJA, nº43, 2010:80). São quatro as fotos que acompanham a cronologia: um prédio inacabado, um maço de dinheiro no bolso de uma calça masculina, um cofre vazio e mais maços de dinheiro, agora empilhados.



Figura 147 –Veja – O golpe da Bancoop

8.15 Ministro da Supressão da Verdade ou Capitão do Mato?

Franklin Martins é uma espécie de “inimigo fixo”. Em alguns momentos, a revista da Editora Abril referiu-se a ele como “ex-sequestrador”. Na reportagem apócrifa que será debatida, ele, que também já foi chamado de Ministro da Supressão da Verdade, ganhará novas qualificações. A cobertura de Veja sobre o que se faz na pasta de Comunicação Social reserva ao titular dela o aposto “capitão do mato da caça aos veículos que não se subordinam aos interesses petistas”. Veja, como faz em reportagens que mais se assemelham a editoriais ou artigos, na publicação de textos sem assinatura, traz “Embrião autoritário” (VEJA, nº43, 2010:81). O texto, oferecido ao leitor em tese como uma reportagem, trata de liberdade de imprensa, assunto que esteve na “auditoria programática” que os repórteres fizeram das

propostas dos três principais candidatos à presidência. A linha fina indica que “no Ceará, o PT tenta fazer o seu laboratório de censura à imprensa e a emissoras de rádio e TV” (VEJA, nº43, 2010:81).



Figura 148 –Veja – Embrião autoritário

A revista descreve que, no encerramento de um evento, militantes do Partido dos Trabalhadores garantiram dar continuidade a um projeto de Lula que envolve o controle das mídias. Como não está assinado, o texto começa com uma crítica acintosa que muito raramente se lê na abertura de uma reportagem. “No fim daquele convescote de liberticidas chamado Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, diretórios do PT prometeram ao Planalto levar adiante a orientação do governo Lula de manietar a imprensa” (VEJA, nº43, 2010:81). Enfatiza-se que o projeto da deputada estadual do Ceará, Rachel Marques, está sendo colocado em prática. De acordo com a matéria, “agora, começaram a levar a cabo a operação inconstitucional” (VEJA, nº43, 2010:81). Segundo a reportagem, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou a criação de um “Conselho Estadual de Comunicação Social (Cecs)” (VEJA, nº43, 2010:81).

Veja relata que o projeto de Rachel Marques “revela com despudor a intenção de estabelecer mecanismos de controle de jornais e emissoras” (VEJA, nº43, 2010:81). A revista cita parte do que está escrito no documento da deputada e, em seguida, interpreta o conteúdo.

O texto indica que o Cecs servirá para evitar que notícias negativas sobre o PT estejam na imprensa.

Seu texto diz que o Cecs monitorará “abusos e arbitrariedades dos meios de comunicação”. Leia-se: notícias que prejudiquem as ambições petistas. O projeto avoca para o conselho estadual a fiscalização das licenças de rádios e TVs, concessões federais. Prevê que as verbas oficiais destinadas à publicidade deixarão de ser aplicadas em conformidade com critérios técnicos. Para garantir o controle do Cecs pelo PT, estabelece que seja composto na maioria de representantes de “movimentos sociais”, a massa de manobra do partido (VEJA, nº43, 2010:81).

Veja supõe o motivo pelo qual a iniciativa “prosperou no Ceará” (VEJA, nº43, 2010:81). O texto conta que o governador Cid Gomes (PSB) “chefia uma aliança hegemônica do estado” (VEJA, nº43, 2010:81) e que a família dele, diz a reportagem apócrifa, também não reage bem a críticas.

Cid reage mal a notícias como a que VEJA publicou em setembro, sobre um esquema de corrupção que desviou 300 milhões de reais das prefeituras cearenses e que, conforme documentos apreendidos pela Polícia Federal, contou com a participação de Cid e seu irmão, o deputado Ciro Gomes. Os Gomes proibiram uma emissora de citar a reportagem e, com a elegância que lhes veio de berço, xingaram VEJA nos meios de comunicação que controlam. Para entrar em vigor, a censura no Ceará só precisa do aval de Cid (VEJA, nº43, 2010:81).

Informado sobre o projeto, “o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, presidente do PSB, cobrou de Cid o veto à medida” (VEJA, nº43, 2010:81). A revista afirma que, na Assembleia paulista, o PT quer aprovar proposta com o mesmo teor, “semelhante ao programa do candidato a governador petista Aloizio Mercadante” (VEJA, nº43, 2010:81). Em seguida, Veja explica que, “por trás dessas iniciativas está o ministro da Supressão da Verdade, Franklin Martins, o capitão do mato da caça aos veículos que não se subordinam aos interesses petistas” (VEJA, nº43, 2010:81). Segundo o texto, ele próprio tenta “converter as deliberações da Confecom em lei federal”. (VEJA, nº43, 2010:81). Veja argumenta, já nas linhas finais, que, “cabe ao Supremo Tribunal Federal evitar que essas tentativas antidemocráticas e inconstitucionais vinguem” (VEJA, nº43, 2010:81). A matéria vem acompanhada por uma pequena arte. Intitulada “Os filhos da Confecom” (VEJA, nº43, 2010:81), ela relaciona integrantes do PT que apresentaram projetos de controle para a imprensa e “se esforçam para disseminá-los” (VEJA, nº43, 2010:81). A foto publicada em destaque é de Franklin Martins com a seguinte legenda: “Ministro da Supressão da Verdade –

Agora, ele quer seqüestrar as liberdades” (VEJA, nº43, 2010:81).



Figura 149 –Veja – Os filhotes da Confecom

8.16 Análise da cobertura no mês de outubro

Tudo começou com aquilo que o repórter Fábio Portela, na matéria sobre o último debate antes do primeiro turno, definiu como “um jogral de atores profissionais com regras de defesa oral de teses acadêmicas, mas com conteúdo ginásial”. Essa forma encontrada por Veja para pontuar o apelo central da primeira edição de outubro, o “déficit de idéias” na campanha presidencial, expôs alguns dos valores que norteiam a cobertura política dela.

A precariedade gerada por um debate raso sobre o Brasil ficou evidente e pode ter trazido certo desestímulo à tentativa de aproximar o eleitor das campanhas. Os atores prescindiam de maior conteúdo; a mídia pouco fez para reivindicar este papel. Foram mesmo tempos insossos, insípidos e inodoros, presumivelmente acompanhados por uma dose de melancolia de quem esperava mais. O que funcionou com o efeito que o vapor e a eletricidade tiveram na revolução industrial foi a locomotiva das denúncias que levou à produção delas em série.

Foi na primeira edição de outubro que o leitor teve acesso àquilo que a revista apresentou como uma espécie de auditoria das propostas dos três principais candidatos. Veja estava inspirada. Serra, tomando a pele de Johnny Depp emprestada - e só Veja é capaz disso-, virou Edward Mãos de Tesoura por uma edição. Marina ganhou status de personagem de ficção

com a associação ao filme Avatar. Dilma apareceu como a “apadrinhada” do presidente mais popular, aquela que estará, se eleita, diante do desafio de conter os radicais, etc... Mas eles também são (ou foram) bem mais do que isso. Serra é, nas palavras daqueles que o cobriram, o candidato cuja “obsessão por conhecer em profundidade as questões com que vai lidar é o traço mais marcante” (VEJA, nº40, 2010: 78). Marina, verde, com coração vermelho e propostas amarelas, tornou-se uma “opção mais palatável à esquerda” (VEJA, nº40, 2010: 82). Neste caso, a impressão não é dos repórteres, mas de uma fonte “quase fixa” da revista quando se precisa de alguém que forneça as aspas que eles demandam: o cientista político Antonio Lavareda. É dele essa “leitura palatável” de Marina, reproduzida nas páginas de Veja. Gaudêncio Torquato é outra fonte que Veja procurou bastante, nas matérias sobre Marina Silva e “o fracasso dos profetas”, por exemplo. Claro que num mês em que a usina de denúncias funcionou no limite de sua produção, fontes anônimas também apareceram, assim como matérias ácidas e curiosamente apócrifas.

Em relação às propostas dos candidatos, assuntos como agricultura, infraestrutura e meio ambiente foram esquecidos (ou descartados?). A revista ateve-se a 10 temas já explicados. Não é difícil imaginar que alguém que reúna a obsessão por conhecer em profundidade os temas com os quais lida seja o melhor para o País.

Sobre Economia, primeiro item avaliado na edição de 6 de outubro (aquela que começou a circular na véspera do primeiro turno), as propostas de Dilma e Marina são apenas regulares, enquanto a de Serra é boa. Em Programas Sociais, o segundo tópico, Dilma tem a melhor proposta. Sobre Saúde, Serra é novamente o melhor. Quando o assunto é Educação, e aqui a cobertura reserva ao leitor uma surpresa, a candidata do PT prevalece. Em Segurança Pública ocorre a primeira “reprovação dupla”. As propostas de Dilma e Marina são consideradas ruins; as de Serra, boas. Em Impostos, outra “reprovação dupla”: agora para Serra e Marina. A proposta de Dilma, apenas regular, entre as três é a “*menos pior*”.

A pequena vantagem que Serra tinha aberto até agora ganha feição de goleada. Dilma é reprovada por Veja nos quatro itens restantes: Transporte, Saneamento Básico, Mundo e Liberdade de Imprensa. As propostas de Serra para Transporte e Saneamento Básico são apenas regulares, enquanto para Mundo e Liberdade de Imprensa são boas. Marina tem propostas regulares para Transporte, Saneamento Básico e Mundo. E boa para Liberdade de Imprensa.

Aqui, uma constatação: a maior revista semanal de informação identificou e apurou que não houve uma discussão viável sobre Impostos, Transporte e Saneamento Básico. Nenhum

dos três candidatos teve sua proposta para o assunto considerada boa. Não seria papel da imprensa cobrá-los por isso?

Serra é o melhor para o País em cinco itens. Em um deles, Liberdade de Imprensa, aparece “empatado” com Marina. Dilma leva a melhor em dois. Ele também teve a menor quantidade de temas nos quais foi “reprovado”.

Dilma é o pior para o País. Ela teve cinco itens em vermelho, nos quais apresentou propostas ruins. Marina teve sete de suas propostas avaliadas como regulares e apenas uma boa. A leitura visual da arte permite concluir que o semáforo está verde para Serra, amarelo para Marina e vermelho para Dilma.



Figura 150 –Veja – As propostas de Dilma, Serra e Marina

8.16.1 O aborto, os pesquisadores...

Na edição seguinte, a do dia 13, Veja se preocupa em explorar ao máximo a posição de Dilma a respeito do aborto. A revista fala do eleitorado “conservador” (VEJA, nº41, 2010: 64) e do voto cristão. Diz também, num lapso histórico que as próprias páginas e o arquivo dela desmentem, que o aborto até então pouco tinha feito parte das discussões eleitorais brasileiras, até que a candidata do PT “foi confrontada com a realidade” (VEJA, nº41, 2010: 64), “se enrolou” (VEJA, nº41, 2010: 64) e, por fim, “tentou enrolar o eleitor” (VEJA, nº41, 2010: 64). O tema, de grande complexidade, não é objeto de um debate, mas de um julgamento.

A matéria abre espaço para um apelo que pretende, recorrentemente, lançar dúvidas sobre Dilma, objetivo prioritário da pauta. Os repórteres insistem: “A tentativa de negar seu apoio à descriminalização do aborto embaraça Dilma Rousseff e evoca outra questão: quais são, afinal, as suas reais convicções?” (VEJA, nº41, 2010: 64). Na mesma “reportagem”, bem na linha do “mais do mesmo”, outro trecho: “Seu desdito não só se revelou insuficiente para convencer parte do eleitorado cristão (...) como somou à discussão uma questão que há tempos vem rondando a candidata (...). Quem é e o que pensa de verdade Dilma Rousseff? (VEJA, nº41, 2010: 64;65). Para arrematar: “Como um pêndulo, (Dilma) balança para lá e para cá, sempre ao sabor de conveniências - políticas ou eleitorais (VEJA, nº41, 2010: 65). Ao encerrar a reportagem: “De partidos e candidatos, esperam-se, muito mais do que estratégia eleitoral, convicções. Quais são as de Dilma, afinal de contas?” (VEJA, nº41, 2010: 66)

Tomem-se como base alguns dos verbos, que normalmente não têm finalidade qualificadora, usados nos trechos selecionados da reportagem: confrontada, se enrolou, tentou enrolar, embaraça, evoca, revelou, rondando, balança...

A matéria principal, cujo tema é aborto, também cita “os ditos e desditos de Dilma”, inclusive numa arte editada com este fim. O texto passa pela inexperiência dela, o “caso Erenice” e por aí vai... Numa segunda arte, “como o aborto entrou na campanha eleitoral.

Na reportagem sobre “o fracasso dos profetas” (VEJA, nº41, 2010:73), Veja traça um mapa da imprecisão das pesquisas eleitorais. Todas “escorregaram” para além da margem de erro, informa a matéria. O texto também lança suspeitas: os institutos de pesquisa “são falíveis, quando não manipuláveis”. Mas os objetivos aqui eram mais nobres. Veja não contém a sua alegria diante da ida de José Serra para o segundo turno: “A cabeça dos brasileiros é melhor do que imaginam os pesquisadores” (VEJA, nº41, 2010:76). Como a revista sabe, estava em jogo algo maior, por isso, ela considera a ida de Serra para o segundo

turno, um “*segundo round*”. Eleição, para eles – a história mostra -, é boxe, é vale-tudo...

Curiosamente não se leu, nas páginas de Veja, nos dias que abriram o caminho entre o primeiro e o segundo turno, nenhuma suspeita sobre Serra. Este pareceu um tema proibido, descolado de boa parte do resto da grande imprensa. Um certo Paulo Vieira Souza, conhecido como Paulo Preto, tema de uma denúncia da IstoÉ (ver tópico 8.16.4), não existiu na cobertura de Veja. Foi um critério editorial?

Veja também abre espaço para mostrar que Marina trouxe uma grande contribuição ao debate eleitoral. “Marina veio para ficar”, ela “é maior do que o PV”... Mas a revista identificou que o maior impulso à candidatura da ex-senadora veio, “de um lado, dos brasileiros desiludidos com o PT” (VEJA, nº41, 2010:83). Do outro lado, estavam os evangélicos, que puxaram o crescimento de Marina (não foi bem este o perfil do eleitor de Marina que a revista traçara pouco tempo antes). Os dois grupos foram crescendo à medida que vieram “à tona escândalos que envolveram os petistas e as dúvidas sobre a posição de Dilma acerca do aborto” (VEJA, nº41, 2010:83).

A última reportagem da edição de 13 de outubro, nova denúncia, informa que “sumiram 5 milhões de reais” do Ministério de Minas e Energia. Dilma era a titular da pasta e deu “plenos poderes” para que uma pessoa nomeada por ela conduzisse a “modernização da área de informática”. O que a reportagem chama de suspeita no início do texto ganha dimensão de certeza no decorrer dele.

A história brasileira da uruguaia Maria Cristina Castro, a quem Veja atribui inúmeros apostos, começa num camburão em tempos sombrios. Na cadeia, ela conheceu e dividiu a intimidade com Dilma.

Em nome da sobreposição de denúncia sobre denúncia, Veja mostrou, mais uma vez, como é uma forte aliada da opinião pública, do contribuinte brasileiro, a quem a revista se refere com frequência. “Durante uma semana, VEJA pediu ao Ministério de Minas e Energia, sem sucesso, acesso à prestação de contas do contrato” (VEJA, nº41, 2010:86). Imbuída do mais genuíno ideal jornalístico – monitorar o poder e prover informação que leve à cidadania – “na última quinta-feira, a reportagem foi à sede do ministério, identificou-se na portaria e se dirigiu à sala onde ficam esses documentos. Pediu acesso e foi prontamente atendida” (VEJA, nº41, 2010:86). Mas nem tudo saiu como os sonhos de uma noite de verão deste jornalismo unilateralmente combativo desejavam: “Enquanto manuseava a papelada, assessores da pasta assomaram ao local e (...) expulsaram a reportagem. Disse uma assessora: (...) ‘Não é qualquer um que chega aqui e pode olhar o processo. Isso aqui não é sua casa’” (VEJA, nº41,

2010:86).

8.16.2 Heroísmo de mentira

Logo na abertura da matéria em que Aécio Neves é apresentado como “super herói”, o repórter afirma que são três os motivos pelos quais a definição do segundo turno passa pelos mineiros. Diz ele: “O segundo motivo é que se encontra em Minas, em disputa aberta, o espólio de 2,3 milhões de votos que a verde Marina Silva recebeu no primeiro turno. **Foi a maior votação proporcional que ela teve em um estado** (VEJA, nº42, 2010: 76). Não foi e também não foi se levada em conta apenas a região sudeste.

Os dados abaixo, que têm como fonte o Tribunal Superior Eleitoral, confirmam o “equivoco”, aparentemente culposos do profissional. Curiosamente, este “lapso” ocorreu justamente no lide da reportagem de capa, sobre política, da edição publicada 11 dias antes do segundo turno pela principal revista semanal de informação. Erro crasso.

A dificuldade matemática do repórter, tomado pela emoção Tucana que contaminou o seu olhar, não o fez perceber que a candidata do Partido Verde, nos estados da região sudeste, teve justamente em Minas Gerais o terceiro pior desempenho num universo de quatro estados. Talvez ele estivesse entorpecido por sua manchete, que substituiu a “a fé” por “Aécio move a montanha”. É preciso compreendê-lo: Aécio, para ele, é uma questão de fé.

No Rio de Janeiro, bastante associada ao candidato verde derrotado para o governo do Estado, o deputado Fernando Gabeira, ela foi a segunda mais votada, à frente de Serra, com 31,52% dos votos válidos. Marina teve 2.693.130 votos.

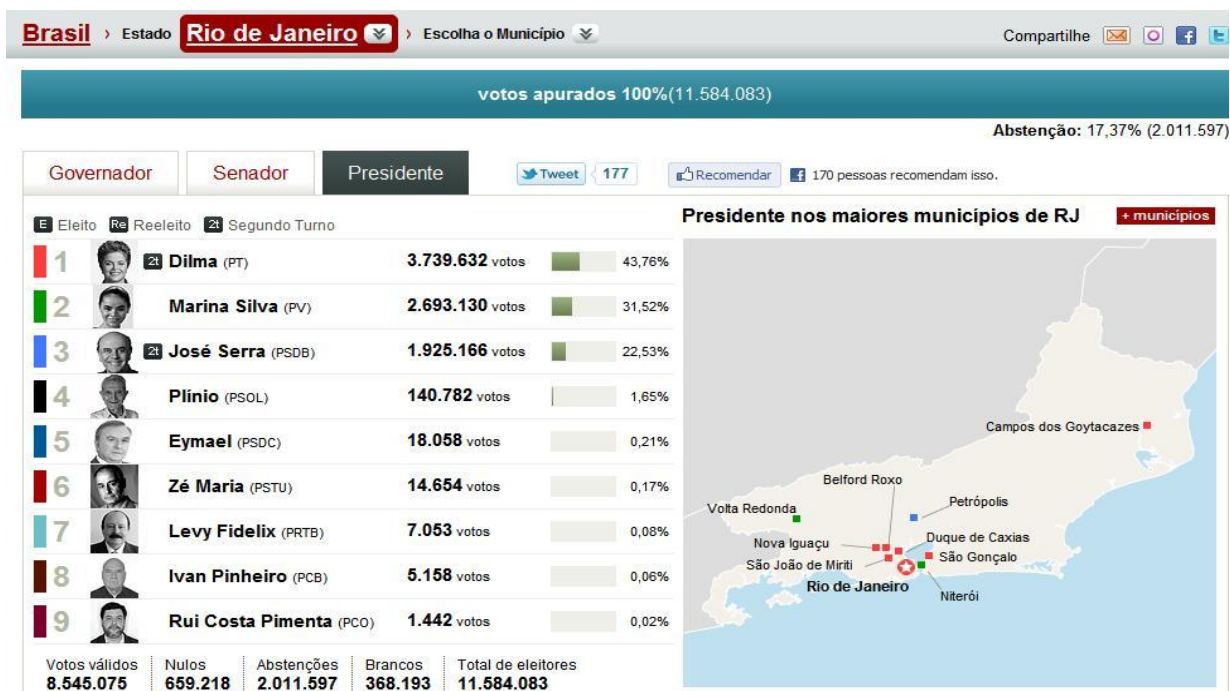


Figura 151 – Placar Eleições UOL –Presidente - Rio de Janeiro

No Espírito Santo, menor colégio eleitoral da região Sudeste, embora na terceira posição, ela teve 26,26% dos votos válidos.



Figura 152 – Placar Eleições UOL –Presidente - Espírito Santo

Em Minas, num desempenho bastante próximo do aferido em São Paulo, ela obteve

21,25% contra 20,77% no domicílio eleitoral de Serra. Em números absolutos, Marina teve 2.291.502 votos no estado de Minas Gerais, que equivalem aos 21,25% mencionados.



Figura 153 – Placar Eleições UOL –Presidente - Minas Gerais

Em São Paulo, Marina teve, em números absolutos, 4.865.828 votos. Ou seja: no Rio e em São Paulo ela teve mais votos, em ambos os estados, do que em Minas.

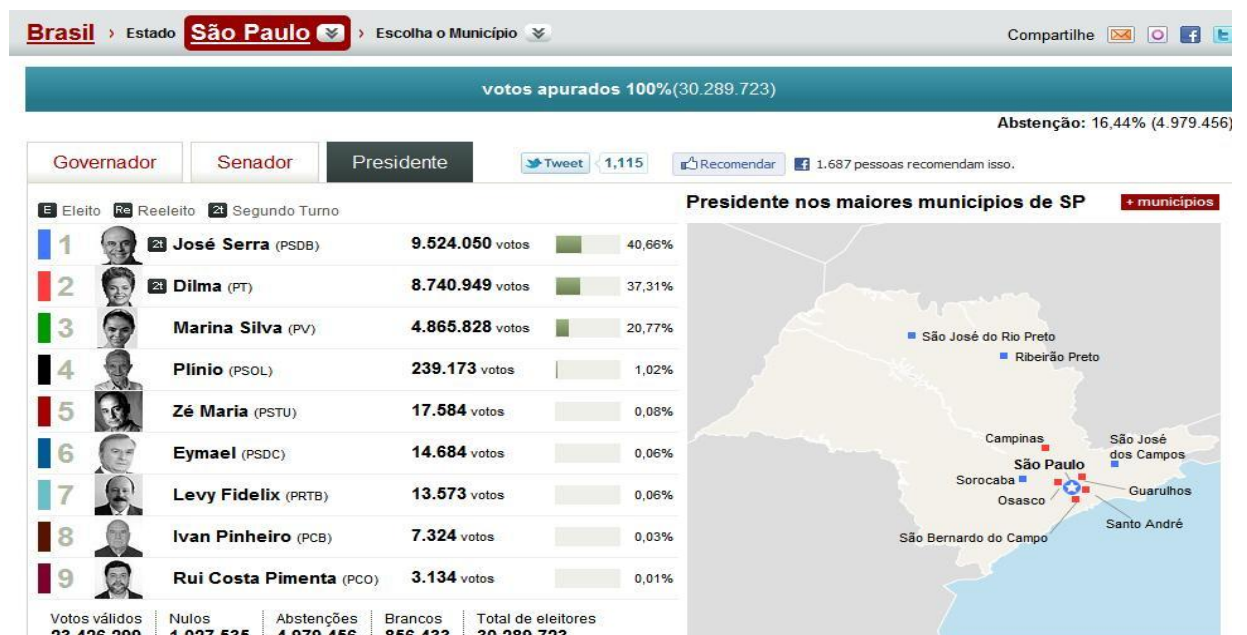


Figura 154 – Placar Eleições UOL –Presidente - São Paulo

Em determinado momento, ainda na matéria sobre Aécio Neves, o repórter apura uma espécie de movimento de recuperação nacional para José Serra. “Mesmo no Ceará e em Pernambuco, onde ele perdeu por largas margens no primeiro turno, há compromissos de recuperação” (VEJA, nº42, 2010: 79;80). Outra ficção.

Dilma abriu quase dois milhões de votos sobre Serra no primeiro turno no estado em que nasceu Lula. Marina foi a segunda; Serra, o terceiro.



Figura 155 – Placar Eleições UOL –Presidente nos maiores municípios - Pernambuco

No segundo turno, a candidata do PT teve mais de 75% dos votos válidos. Três em cada quatro pernambucanos que foram às urnas e votaram num dos candidatos escolheram Dilma. Com isso, ela ampliou para mais de 2,3 milhões a diferença de votos sobre Serra, numa das mais acachapantes derrotas dos tucanos em nível nacional.



Fonte: TSE

Figura 156 – Placar Eleições UOL –Presidente Dilma e Serra - Pernambuco

Alguns dos cenários que o repórter traça na matéria, como a possibilidade de Serra ampliar a vantagem no Sul do País e no Estado de São Paulo, eram, de acordo com os analistas políticos, bastante possíveis, mas praticamente não houve quem tivesse ouvido falar em recuperação dos tucanos em Pernambuco. O governador do Estado, Eduardo Campos (PPS), foi reeleito no primeiro turno com 82,84% dos votos e sagrou-se uma espécie de campeão nacional entre os governadores reeleitos, tendo aberto uma vantagem de quase 3 milhões de votos sobre o segundo colocado, aliado de Serra. Campos, e a própria Veja mostrou isso citando-o na reportagem sobre aborto, foi uma das mais expressivas lideranças regionais ligadas à campanha petista.

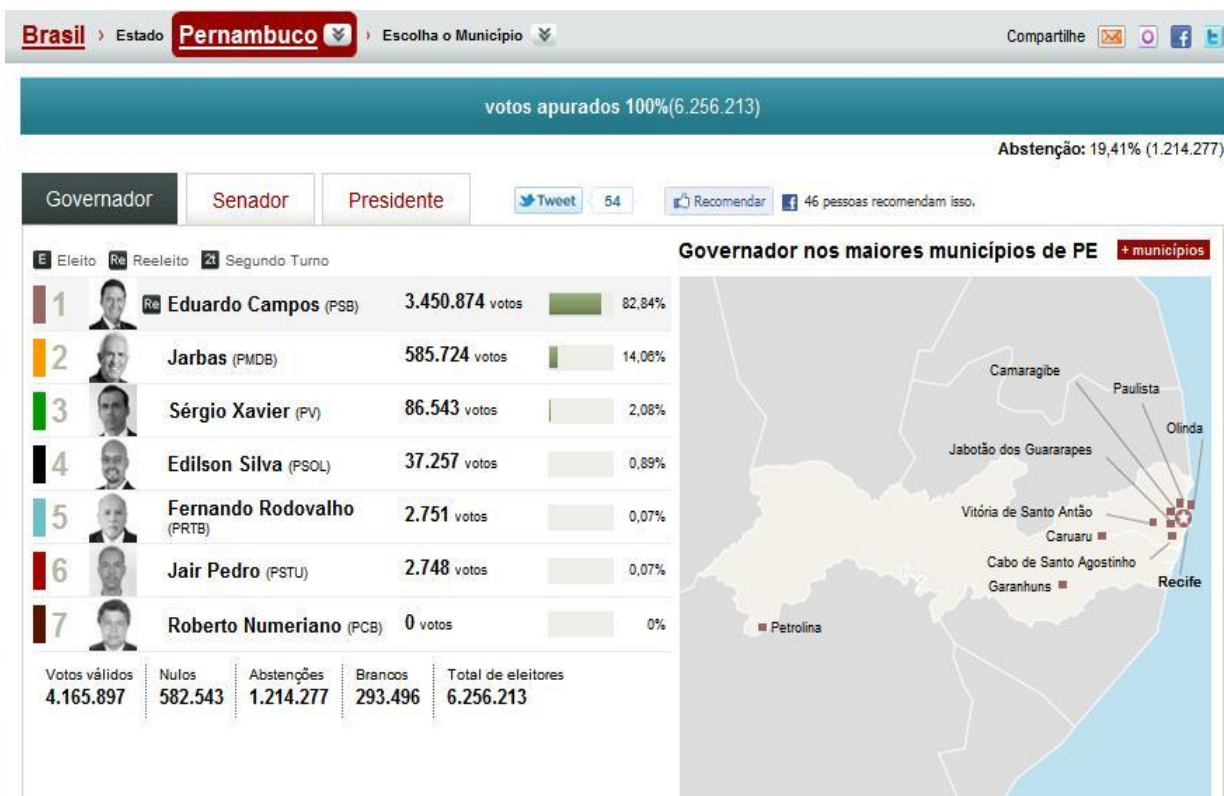


Figura 157 – Placar Eleições UOL –Governador - Pernambuco

Nesta matéria, a dificuldade do repórter em interpretar números ficou patente. Alguns aspectos históricos curiosos da arte que acompanha o texto foram, digamos, esquecidos.

O repórter informa que, desde 1989, quem vence a eleição no estado de Minas Gerais se elege presidente. A arte mostra que foi assim com Collor naquele ano. O “caçador de marajás” saltou de 36% dos votos no primeiro turno para 56% no segundo. Collor cresceu 20 pontos entre o primeiro e o segundo turno e foi eleito. Lula saltou de 23% no primeiro turno para 44% no segundo, ou seja, cresceu um ponto a mais do que Collor, mas perdeu a eleição.

Em 94, Fernando Henrique elegeu-se no primeiro turno e obteve expressiva vitória em Minas, com 65% dos votos. Em 98, também no primeiro turno, a reeleição de FHC, novamente com um comportamento de Minas muito próximo do resultado final da eleição, ou seja, do comportamento do eleitor brasileiro.

Em 2002, Lula e Serra, este egresso até então do Ministério da Saúde de um governo que tinha conseguido dois mandatos e vangloriava-se infinitamente de ter estabilizado a moeda e levado iogurte e frango à mesa do brasileiro, enfrentaram-se. No primeiro turno, Lula teve 53% dos votos, volume que saltou para 66% no segundo (superando o resultado de FHC em 94, com 65%). Serra foi de 23% para 34% na ponte entre o primeiro e o segundo turno naquele pleito. Lula, no resultado final, havia crescido 13 pontos; Serra, 11.

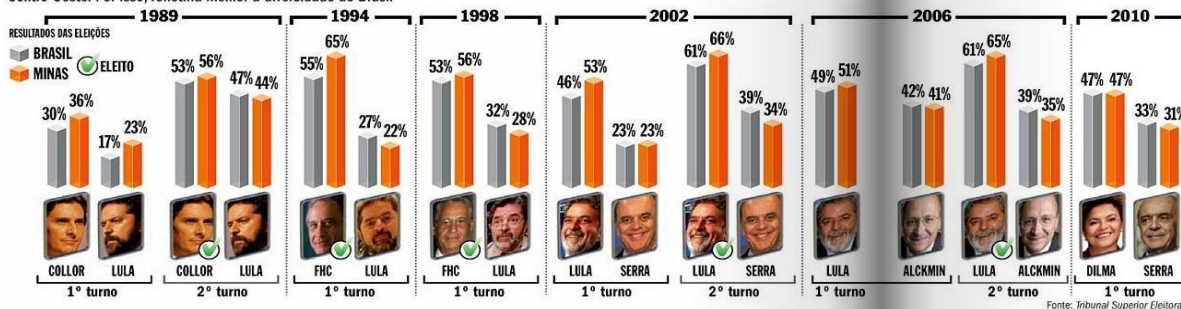
Em 2006, ocorreu uma das situações mais inusitadas da vida política nacional, e Minas, apesar de o repórter ter se esquecido, foi um bom termômetro deste fenômeno. Lula venceu Alckmin por 51% a 41% no primeiro turno. No segundo turno, enquanto Lula, ao reeleger-se, foi para 65% dos votos na preferência do eleitorado mineiro, Alckmin despencou para 35%. A diferença entre ambos foi de 10 pontos no primeiro turno e de 30 pontos no segundo. Ou seja, entre o primeiro e o segundo turno – com Aécio como cabo eleitoral e membro do mesmo partido– Alckmin despertou um sentimento de arrependimento em 6% dos eleitores daquele estado; ele perdeu até para si mesmo em relação ao primeiro turno. Convém salientar que ao assegurar presença no segundo turno, aquela figura simpática e risonha em que Alckmin se convertera subiu demais o tom. O eleitorado, assustado, estranhou. E o arrependimento dos mineiros explica este processo.

Um sintoma de que o processo poderia se repetir com Serra estava no desempenho dos dois candidatos no primeiro turno, ao alcance dos olhos de Veja. Dilma teve em Minas o mesmo coeficiente de votos que teve em todo o País: 47%. Serra, na terra do Super Aécio, obteve 2% a menos de votos do que a média que ele atingiu em todo o País. O repórter não viu nada disso ou, talvez, não tenha participado da elaboração da arte para a sua matéria.

PARA ONDE MINAS VAI, VAI O BRASIL

Desde 1989, a votação em Minas Gerais praticamente espelha o resultado da eleição no país. Segundo especialistas, isso está relacionado ao fato de ele ser um estado central – está no Sudeste, mas faz fronteira com o Nordeste e o Centro-Oeste. Por isso, refletiria melhor a diversidade do Brasil

oposição. Sob essa ótica, Aécio Neves já venceu a eleição de 2010.
COM REPORTAGEM DE MARCELO SPERANDIO



A matéria sobre Aécio é “complementada” por nova uma denúncia (inclusive com chamada de capa) de extorsão na Casa Civil, tema recorrente e obsessão editorial da pauta de Veja em cobertura de período eleitoral.

A reportagem em questão tem o deputado federal Roberto Rocha, do PSDB do Maranhão, como personagem central, responsável pela acusação contra a Casa Civil. O texto dá voz e corpo a uma denúncia grave de um parlamentar da oposição, 10 dias antes da realização do segundo turno.

Os critérios editoriais também reúnem idiossincrasias. A primeira delas é que a denúncia,

curiosamente, parte de um parlamentar tucano, aliado de José Serra na disputa, e que assume o pagamento de propina para, depois, considerar-se vítima de extorsão.

O fato de o deputado pertencer ao PSDB não o descredencia, até em função do teor da denúncia que ele formula. Mas há pontos que o texto deveria se propor a responder e simplesmente não esclarece. São lacunas nas pilastras da própria acusação, e que deixam muitas dúvidas. O caso, como a própria Veja enfatiza, ocorreu em 2007, portanto há mais de 3 anos do momento em que veio a público (a revista cita que a primeira guinada começou com a reforma ministerial do início de 2004, o que o torna ainda mais distante da conotação factual que se dá ao tema). A denúncia ficou guardada a sete chaves à espera do período eleitoral por 3 anos? O que motivou o nobre parlamentar tucano a fazê-la agora, no tom que a revista adotou – de “cleptocracia federal” – na reta final da campanha presidencial de 2010? Por que Veja relutou em dizer no título, na linha fina ou nas primeiras linhas do texto que a acusação partia de um parlamentar do PSDB, o partido de oposição, de um aliado de Serra? O repórter retarda o quanto pode a menção de que a denúncia parte de um deputado do PSDB, informação que aparece apenas no segundo parágrafo. Por quê?

Outro ponto pitoresco: a denúncia é de cobrança de 100.000 reais de propina. O deputado que acusa a Casa Civil de tê-lo extorquido confirma, na declaração dada à própria revista, o pagamento de “um sinal de 20.000 reais”. A informação está no texto e na legenda de uma das fotos. Quem paga propina não incorre na prática do crime de corrupção? Outro ponto: qual o motivo para pagar a tal propina se os trâmites institucionais tinham sido rigorosamente respeitados pelo denunciante?

O que mais chama a atenção é algo simples: qual a aderência que uma denúncia como esta tem para o eleitor? Ela envolve, convém destacar, a mudança de estrutura societária na concessão pública de uma emissora de televisão. Será que este é um tema de grande interesse público às vésperas do segundo turno e com a conotação que se deu, blindando o pagador de propina que é apresentado como mera vítima?

8.16.3 Vícios de uma cobertura

A Editoria Brasil, no mês de outubro, funcionou como uma usina de denúncias. Em todas as edições do mês, Veja recorreu à fórmula de lançar denúncia sobre denúncia, continuamente. Em muitos dos casos, a revista “esquenta” algo de cinco, sete ou oito anos com ar de novidade, com “ganho factual”, numa busca desenfreada por encontrar algo que

pudesse ser reangulado em tom efetivamente político.

Foi assim, entre outros exemplos, na reportagem que mereceu chamada de capa com “A verdade sobre os dossiês” e manchete de miolo com o nome de um bom filme em que o jornalismo é parte de um contexto político de relativa complexidade, “Intrigas de Estado”.

Com os nervos à flor da pele, em especial por ter sido confrontada, Veja também deu, em outubro, duas “aulas” de jornalismo: a primeira, ao correspondente da Reuters; a segunda, ao SBT, que, segundo a revista, editou uma “reportagem desonesta”. Coube à Rede Globo, por que será?, recorrer “às normas do bom jornalismo” (reprodução *ipsis litteris* do que foi publicado à página 76, na reportagem com o sublime título “Pau na Democracia”). Foi também a Globo, no episódio que envolveu a cobertura da agressão a José Serra no Rio de Janeiro, que “repôs a verdade que o mau jornalismo do SBT surrupiara”.

A forma desrespeitosa como a revista se manifesta quando o assunto envolve qualquer presságio ou indício de pluralismo jornalístico ecoa se levarmos em conta a última reportagem do mês, a respeito do Ministro da Supressão da Verdade, do capitão do mato...

8.16.4 Ameaças no ninho – O que Veja não viu

Coube à revista IstoÉ e ao jornal Folha de S. Paulo (citada pela própria IstoÉ, no texto e numa arte reproduzidas abaixo) denunciar aquilo que Veja optou por acobertar, tomada pelas necessidades de sua fé cega, na maioria das vezes contaminada por preconceitos elitistas ou por proteção daqueles a quem defende).

A edição 2136 da IstoÉ, com data de 20 de outubro de 2010, fez outra coisa que a própria Veja não suporta: satirizou uma capa recente da revista, no caso, da semana anterior.



Figura 158 – Capa Istoé de 20/10/2010

O título da Editora Três contribuiu com o processo político ao mostrar que havia, sim, uma denúncia sobre a qual se exigia esclarecimento ou uma posição do candidato José Serra, algo que não chegou às páginas de *Veja*, revista que se presta a dar aula de jornalismo para a Reuters e para o SBT.

Aqui, uma explicação necessária: em nenhum momento existe neste trabalho predisposição para cultuar o “quanto pior, melhor” ou para mostrar que os homens públicos são todos iguais. A história política do País é suficientemente farta para deixar claras diferenças, em especial se for tomado como exemplo o período de 1964 a 1985. Não dá para colocar no mesmo balaio o gaúcho de Bagé, Emílio Garrastazu Médici, (EDUCAÇÃO UOL, 2011) e o carioca João Baptista de Oliveira Figueiredo (EDUCAÇÃO UOL, 2011). Os dois foram generais, presidiram o país e têm histórias diferentes ligadas à repressão.

Também não se busca – e isso é realmente relevante – igualar uma denúncia à outra, nivelá-las. Vocês, do PT, devem explicações sobre Erenice Guerra, sobre dossiês, sobre a quebra ilegal de sigilos, sobre o Luz para Todos, sobre a Bancoop... Vocês, do PSDB, devem explicações à opinião pública sobre Paulo Preto, sobre os vínculos nunca esclarecidos de dona Lu Alckmin com a Daslu, sobre a força governista na Assembleia Legislativa do Estado, que barra um a um os pedidos de CPI contra os próprios tucanos, sobre pedágios, privatizações de rodovias... Este comportamento é um indício da adolescência tardia que vive a democracia brasileira com a sua maioria consolidada pelo pleito de 2010.

A reportagem de capa de *IstoÉ*, que é parte de um fato do processo político nacional

em 2010, se chama “O poderoso Paulo Preto – Parte 1” (ISTOÉ.COM, 2010). Ela é assinada pelos repórteres Sérgio Pardellas e Claudio Dantas Sequeira que publicam a seguinte linha fina: “Acusado pelo PSDB de dar sumiço em R\$ 4 milhões da campanha tucana, ele faz ameaças e passa a ser defendido por Serra” (ISTOÉ.COM, 2010).

Este foi um assunto da campanha eleitoral que Veja, com a visão dilatada pela miopia da paixão, fez questão de não ver. E foi tema de debates na imprensa, de reportagens em jornais, em portais e em revista. Às 8h10 da manhã do dia 17 de outubro, este assunto era destaque no portal R7, da Rede Record.

Terça-feira, 25 de janeiro de 2011

Você está em: Eleições 2010/Notícias

Notícias

publicidade

publicado em 17/10/2010, às 08h10:

Revista mostra contradições de Serra sobre “homem-bomba do PSDB”

IstoÉ traz em sua capa duas declarações diferentes feitas pelo tucano em 24 horas

Do R7

Em apenas 24 horas, o candidato tucano à Presidência da República, José Serra, fez nesta semana duas afirmações contraditórias quando foi questionado sobre suas relações com o engenheiro Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto e apelidado de “homem-bomba do PSDB”.

Em sua edição desta semana, a revista IstoÉ chama a atenção justamente para a atitude repentina de Serra, que parece ter mudado de ideia de um dia para o outro.

No dia 11, segunda-feira, ao ser questionado sobre o assunto, o candidato do PSDB disse não conhecer Paulo Preto. Na terça (12), porém, não apenas admitiu saber de seu trabalho, mas saiu em defesa do engenheiro.

Confira Também

- Serra contratou filha de “homem-bomba”
- Igreja Católica faz panfletos contra Dilma
- OAB: Distribuição a fiéis é crime eleitoral

NOTÍCIAS
ENTRETENIMENTO
ESPORTES
VÍDEOS
TUDO DO R7
JORNAIS
Correio do Povo

Figura 159 – Página R7 – Eleições 2010

Veja não deu sequer uma linha sobre o assunto nas reportagens da Editoria Brasil. Até o jornal O Globo, que pertence às Organizações Globo, cujo jornalismo Veja fez questão de elogiar, tratou o assunto. E o cobriu no ambiente das eleições de 2010:

O GLOBO PAÍS

BUSCAR Notícias Na web OK

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO BLOGS COLUNISTAS EU-REPÓRTER OPINIÃO MULTIMÍDIA GUIAS E SERVIÇOS

PAÍS RIO CIDADES ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA RIOSHOW EDUCAÇÃO SAÚDE

Publicada em 17/10/2010 às 20h15m

Eleições 2010

Capa Os Candidatos Promessômetro

PT quer instalar CPI para investigar Paulo Preto, o "homem bomba" do PSDB

Wagner Gomes

DÊ SEU VOTO

 MÉDIA: 2,7

SÃO PAULO - O PT de São Paulo quer instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis desvios de recursos do ex-diretor de engenharia da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A) Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, para a campanha eleitoral do PSDB, e as relações do engenheiro com o José Serra, candidato tucano a presidência, no período em que ele governou o Estado de São Paulo. O deputado Antônio Mentor (PT) disse que há uma relação promíscua de Souza com o governo tucano. Segundo matéria da revista "Isto É", o ex-diretor do Dersa, que foi exonerado do cargo quando Alberto Goldman assumiu o governo, teria desviado R\$ 4 milhões supostamente destinados ao caixa 2 da campanha tucana à presidência.

Figura 160 – Página O Globo– Eleições 2010

A notícia assinada por dois repórteres da IstoÉ traz o seguinte lide (reprodução na íntegra do primeiro parágrafo) para um dos fatos centrais da campanha no segundo turno:

Como candidato à Presidência da República, José Serra deve explicações mais detalhadas à sociedade brasileira. Elas se referem a um nome umbilicalmente ligado à cúpula do PSDB, mas de pouca exposição pública até dois meses atrás: Paulo Vieira de Souza, conhecido dentro das hostes tucanas como Paulo Preto. Desde que a candidata do PT, Dilma Rousseff, pronunciou o nome de Paulo Preto no debate realizado pela Rede Bandeirantes no domingo 10, Serra se viu envolvido em um enredo de contradições e mistério do qual vinha se esquivando desde agosto passado, quando ISTOÉ publicou denúncia segundo a qual o engenheiro Paulo Souza, ex-diretor da estatal Dersa na gestão tucana em São Paulo, era acusado por líderes do seu próprio partido de desaparecer com pelo menos R\$ 4 milhões arrecadados de forma ilegal para a campanha eleitoral do PSDB. Na época, a reportagem baseou-se em entrevistas, várias delas gravadas, com 13 dos principais dirigentes tucanos, que apontavam o dedo na direção de Souza para explicar a minguada arrecadação que a candidatura de Serra obtivera até então. Depois de publicada a denúncia, o engenheiro disparou telefonemas para vários líderes, dois deles com cargos no comando da campanha presidencial, e, apesar da gravidade das acusações, os tucanos não se manifestaram, numa clara opção por abafar o assunto. O próprio presidenciável Serra optou pelo silêncio. Então, mesmo com problemas de caixa e reclamações de falta de recursos se espalhando pelos diretórios regionais, o PSDB preferiu jogar o assunto

para debaixo do tapete (ISTOÉ.COM, 2010).

Os repórteres explicam que, num primeiro momento, o candidato tucano insistiu em dizer que não conhecia Paulo Preto.

No debate da Rede Bandeirantes, Serra mais uma vez silenciou. Instado por Dilma a falar sobre o envolvimento de Paulo Preto no escândalo do sumiço da dinheirama, não respondeu. Mas o pavio de um tema explosivo estava aceso e Serra passou a ser questionado pela imprensa em cada evento que participou. E, quando ele falou, se contradisse, apresentando versões diametralmente diferentes em um período de 24 horas. Na segunda-feira 11, em Goiânia (GO), em sua primeira manifestação sobre o caso, o candidato do PSDB negou conhecer o engenheiro. “Não sei quem é o Paulo Preto. Nunca ouvi falar. Ele foi um factóide criado para que vocês (jornalistas) fiquem perguntando.” A declaração provocou uma reação imediata. Na terça-feira 12, a “Folha de S.Paulo” publicou uma entrevista em que o engenheiro, oficialmente um desconhecido para Serra, fazia ameaças ao candidato tucano. “Ele (Serra) me conhece muito bem. Até por uma questão de satisfação ao País, ele tem que responder. Não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada. Não cometam este erro”, disparou Paulo Preto (ISTOÉ.COM, 2010).

Em seguida, a revista informa que o candidato tucano, acuado, recuara. A leitura da IstoÉ se contrapõe àquilo que Veja fizera. Enquanto Veja perguntava em “qual Dilma acreditar”, a publicação da Editora Três questiona em “qual Serra acreditar”.

Serra demonstrou ter acusado o golpe. Horas depois da publicação da entrevista, em evento em Aparecida (SP), o candidato recuou. Com memória renovada, saiu em defesa do ex-diretor do Dersa. Como se jamais tivesse tratado deste assunto antes, Serra afirmou: “Evidente que eu sabia do trabalho do Paulo Souza, que é considerado uma pessoa muito competente e ganhou até o prêmio de engenheiro do ano. A acusação contra ele é injusta. Ele é totalmente inocente. Nunca recebi nenhuma acusação a respeito dele durante sua atuação no governo”. Aos eleitores, restou uma dúvida: em qual Serra o eleitor deve acreditar? Naquele que diz não conhecer o engenheiro ou naquele que elogia o profissional acusado pelo próprio PSDB de desviar R\$ 4 milhões da campanha? As idas e vindas de Serra suscitam outras questões relevantes às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais: por que o tema lhe causou tanto constrangimento? O que Serra teria a temer para, em menos de 24 horas, se expor publicamente emitindo opiniões tão distintas sobre o mesmo tema? (ISTOÉ.COM, 2010).

A matéria também contém uma arte que explica o teor da denúncia e mostra que a Folha de S. Paulo publicaria, 11 meses depois, um e-mail do então vice-governador Alberto Goldman a José Serra “reclamando” de Paulo Vieira de Souza.



Figura 161 – IstoÉ- Oline - Para onde Minas vai o Brasil

A revista ainda informa que os tucanos fizeram “contorcionismo verbal” quando se viram ameaçados.

A movimentação do engenheiro nas horas que sucederam o debate da Rede Bandeirantes mostra claramente como ele é influente, poderoso e temido nas hostes tucanas. Conforme apurou ISTOÉ, logo depois do programa, Paulo Preto, bastante irritado por não ter sido defendido pelo candidato do PSDB, começou a telefonar para integrantes do partido. Um deles, seu padrinho político, o ex-chefe da Casa Civil de São Paulo, senador eleito Aloysio Nunes Ferreira, que deixou o debate logo que o nome do engenheiro foi mencionado. Outras duas chamadas, ainda de madrugada, foram para as residências de um secretário do governo paulista e de um dos coordenadores da campanha de Serra em São Paulo. Nas conversas, Paulo Preto disse que não ia admitir ser abandonado pelo partido. E que iria “abrir o verbo”, caso continuasse apanhando sozinho. Com a defesa de Serra, alcançou o que queria. Para os dirigentes do partido restou o enorme desconforto de passarem o resto da semana promovendo contorcionismos verbais para defender as ações de um personagem que acusavam dois meses antes. Em agosto, o PSDB vivia outro momento político, vários líderes tucanos reclamavam do estilo “centralizador e arrogante” de Serra, tinham dificuldades para arrecadar recursos e vislumbravam uma iminente derrota nas urnas. Agora, disputando o segundo turno e sob a ameaça de Paulo Preto, promovem uma ação orquestrada para procurar desqualificar as denúncias que eles próprios fizeram (ISTOÉ.COM, 2010).

8.16.5 Um breve apêndice da história recente

Outro ponto sequer tem ligação com a proposta deste trabalho, de análise da cobertura da eleição presidencial em 2010. Em 2006, o avião da Gol que vinha de Manaus para o Rio de Janeiro caiu no dia 29 de setembro, uma sexta-feira, antevéspera do primeiro turno. “O número total de mortos foi de 154” (VEJA, nº39, 2006:80). Eram 148 passageiros e 6 tripulantes. A revista já estava pronta, “fechada” no jargão jornalístico. Dois dias depois, os brasileiros foram às urnas num cenário em que se tinha a mesma incerteza da verificada no pleito deste ano, ou seja, dúvida em relação a um eventual segundo turno. A edição imediatamente seguinte à queda de um Boeing que se constituía até então no maior acidente aéreo da história aviação civil brasileira preferiu não reservar a capa para o assunto, transformando-o apenas em sub-destaque. Será que se o adversário de Lula em 2006 fosse, por exemplo, Marina Silva, ela teria merecido este mesmo espaço, com um close como este e chamadas textuais que falam por si



Figura 162 – Capa de Veja de 29/09/2006

CAPÍTULO IX - DESPEDIDA DE LULA; VITÓRIA DE DILMA

9.1 A edição 2 em 1

A edição 2189 de Veja é dupla. São duas revistas: a primeira tem data de 3 de novembro, uma quarta-feira, mas começou a circular na tarde do sábado, 30 de outubro, véspera de eleição, com uma charge de Lula na capa. A segunda, também 2189, é uma edição extra, sem data na capa ou no miolo da publicação. Ela foi publicada logo depois de confirmada a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno e já estava nas bancas e disponível para os assinantes no dia 2 de novembro.

A edição que saiu no dia 30 de outubro com data de 3 de novembro traz uma pergunta na manchete: “Ele sairá da presidência, mas a presidência sairá dele?” (VEJA, nº44, 2010: 1) e a charge de Lula. O presidente aparece de boné branco com aba vermelha, sem camisa, com a faixa presidencial sobre o peito, uma barriga avantajada, um bermudão de praia azul marinho, com uma estampa que lembra um trevo de quatro folhas verde, chinelos de dedo verdes com tiras azuis. Lula, sorridente, segura um coco verde.



Figura 163 – Capa de Veja de 3/11/2010
Charge Lula

A primeira matéria da Editoria Brasil tem a manchete “Lula e o futuro do Lulismo”

(VEJA, nº44, 2010: 72;73), assinada a seis mãos por Laura Diniz, Sandra Brasil e Otávio Cabral. Segundo a linha fina, “o Presidente da República já chora em público a despedida do poder, cria instituto nos moldes do de Fernando Henrique Cardoso para disseminar as idéias do seu governo e influenciar o destino do país – e, quem sabe, voltar em 2014” (VEJA, nº44, 2010: 72). Veja usa duas páginas para escrever “Lula”. O presidente aparece de costas, com a faixa presidencial, de cabeça baixa. A imagem sugere que Lula vai embora triste. Essa fotografia forma a segunda letra “l” do nome Lula na forma como a revista diagramou a manchete.



Figura 164 –Veja- Lula e o futuro do lulismo

Veja descreve: “desde que se tornou uma figura pública, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu mostras de ser um homem emotivo e afeito a arroubos de franqueza, algumas vezes desconcertantes” (VEJA, nº44, 2010: 72). A revista relata que, na festa pelo seu 65º aniversário, comemorado no dia 27, no Palácio do Planalto, ele “provou que continua o mesmo” (VEJA, nº44, 2010: 72). Segundo os repórteres, Lula, referindo-se ao fato de aquele ser o último aniversário que “celebraria” (VEJA, nº44, 2010: 72) antes de passar a faixa presidencial adiante, afirmou: “Com toda a sinceridade, preferia que este dia não tivesse chegado” (VEJA, nº44, 2010: 72).



Figura 165 –Veja- Ao lado da mulher, Marisa o presidente Lula comemora 65 anos

A matéria informa que o presidente, na última semana, “chorou quatro vezes em público” (VEJA, nº44, 2010: 73). O texto indica que Lula entregará o cargo ao seu sucessor em 1º de janeiro. “Para o Brasil, será o fim de uma era. Para ele, uma mudança pessoal tão brusca quanto a que enfrentou quando subiu pela primeira vez a rampa do palácio, oito anos atrás” (VEJA, nº44, 2010: 73;74).

Os repórteres também afirmam que a rotina diária dele sofrerá mudanças a partir de 2 de janeiro. “Ao acordar, por exemplo, Lula não terá tido a visita noturna do funcionário destacado para dirigir-se ao quarto do presidente nas madrugadas com a função de verificar se o mandatário da nação repousa tranquilo” (VEJA, nº44, 2010: 74). A reportagem destaca que Lula levou um susto na primeira noite que passou no Palácio da Alvorada. ““Estava dormindo e, de repente, vi aquele sujeito no meu quarto. Só depois descobri que ele estava passando para ver se estava tudo bem”” (VEJA, nº44, 2010: 74). O texto relata que, hoje, “ele se sente tão à vontade no palácio que, ao convidar assessores e amigos para visitá-lo, costuma dizer apenas: ‘Passa lá em casa’” (VEJA, nº44, 2010: 74).

Os jornalistas explicam que “das regalias funcionais que fazem parte do poder, e que se vão quando ele termina, Lula deverá sentir especial saudade do Airbus da Presidência, o Aerolula, que recebeu em 2005” (VEJA, nº44, 2010: 74). E completam: “Ele não apenas gosta de viajar no jato como costuma se gabar do fato de tê-lo adquirido” (VEJA, nº44, 2010: 74). Em janeiro de 2011, o presidente deixará de contar com alguns serviços, mas está disposto a viver essa nova fase, concluem os repórteres.

Como o funcionário encarregado de checar sua respiração nas madrugadas, outros em breve deixarão de servir-lhe para ocupar-se de seu sucessor, como o médico das Forças Armadas que acompanha os exercícios matinais do presidente e as duas funcionárias encarregadas de assegurar que sua roupa esteja sempre lavada, passada e com os botões em dia. Tudo isso acabará em janeiro. (VEJA, nº44, 2010: 74).



Figura 166 –Veja- Momentos para lembrar

Segundo Veja, Lula tem novas aspirações políticas. “Embora negue em público, o presidente cultivou planos de comandar algum órgão relevante da política internacional, como a ONU, o Banco Mundial ou a FAO, agência da ONU para agricultura e alimentação” (VEJA, nº44, 2010: 74). De acordo com o texto, os projetos não vingaram porque “colidiram com a realidade” (VEJA, nº44, 2010: 74) e Lula não conseguiu apoio. Os repórteres citam que o presidente chegou a se reunir com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para expor sua pretensão, mas ouviu que ela era inviável, porque esses cargos “costumam ser ocupados por diplomatas de carreira” (VEJA, nº44, 2010: 75). Entretanto, a revista identificou outro motivo que teria feito o presidente ficar sem sustentação para o que almejava. “O alinhamento do Brasil com governos totalitários como os de Cuba, Irã e Venezuela enfraqueceu o presidente junto à comunidade internacional que define quem vai para onde” (VEJA, nº44, 2010: 75).

A matéria conta que Ban Ki-moon “chegou a oferecer a Lula o comando de uma ação que a ONU desenvolverá para combater o aquecimento global, ao lado da alemã Angela Merkel, mas a proposta não animou o presidente” (VEJA, nº44, 2010: 75). Ainda assim, Lula teria insistido.

A negativa de Ban Ki-moon não foi suficiente para que Lula desistisse do seu pleito. Meses mais tarde, ele teve uma conversa com o comandante do Acnur (agência da ONU para refugiados), o ex-primeiro-ministro de Portugal António Guterres, mas o

resultado foi igualmente desanimador (VEJA, nº44, 2010: 75).

Veja diz que Lula partiu para um “plano B” (VEJA, nº44, 2010: 75). Segundo a reportagem, o presidente abrirá um instituto que levará seu nome, nos moldes do que fez FHC, a quem, sempre que possível, se exalta.

O tucano seguiu o exemplo do ex-presidente americano Jimmy Carter, ganhador do Nobel da Paz de 2002 e até hoje cultuado como o melhor ex- presidente dos Estados Unidos. Bill Clinton, depois de deixar o cargo, em 2001, também criou um instituto de finalidades humanitárias. O de Lula cuidará do acervo de sua passagem pela Presidência e das obras do Instituto Cidadania, ligado ao PT e que já foi presidido por ele (VEJA, nº44, 2010: 76).

A revista prossegue ao mostrar que a causa de Lula é mais pessoal. E diz que o instituto a ser criado terá luxo e o apoio de empreiteiras.

Sua equipe se instalará na capital paulista em endereço de cartão-postal: uma confortável casa de três andares, com vista para o Parque do Ibirapuera. O imóvel já foi comprado e teve a reforma iniciada. O pecuarista José Carlos Bumlai, fornecedor da carne dos churrascos do Palácio da Alvorada, foi destacado para fiscalizar as obras, que incluem a construção de um memorial da Presidência, salas para reunião e arquivo e espaço para os presentes que ele recebeu. O instituto contará com duas suítes para Lula e pessoas de sua intimidade. Os amigos do atual presidente já escalaram mantenedores para a instituição. Entre eles estão as empreiteiras Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez e o grupo JBS (VEJA, nº44, 2010: 76).

O presidente, dizem os repórteres, só pretende viajar após se acomodar em seu novo escritório. O texto afirma que Lula vai percorrer o mundo para firmar convênios com governos de países pobres.

Lula promete voltar a pôr o pé na estrada. Quer viajar pelo interior do país para ver os resultados do seu governo. O plano é reeditar a Caravana da Cidadania, que ele organizou para se preparar para a eleição presidencial de 1994. Sua principal ação, porém, não será no Brasil. Lula ambiciona fazer do instituto um meio para exportar a tecnologia de combate à fome que acredita ter desenvolvido em seus oito anos na Presidência. Quer viajar o mundo em palestras e firmar convênios com governos de países pobres, principalmente na África e na América Central, para ações de combate à fome, agricultura familiar e desenvolvimento do etanol (VEJA, nº44, 2010: 76).

A revista assegura que “este parece ser o futuro imediato do futuro ex-presidente. Já no longo prazo, restam incógnitas. A primeira delas diz respeito ao destino que ele dará à sua maior criação, o lulismo” (VEJA, nº44, 2010: 76). Veja volta a recorrer ao uso de fonte anônima para traçar um cenário e afirmar que o destino de Lula dependerá de sua atuação de

agora em diante. “Os cientistas políticos acreditam que a resposta para essa pergunta independe de quem será seu sucessor. Ela está vinculada unicamente à posição que o presidente assumir daqui para a frente” (VEJA, nº44, 2010: 76). Os repórteres prevêm que, “se ele de fato se afastar da política, como chegou a prometer, o lulismo tenderá a esmaecer” (VEJA, nº44, 2010: 76). A revista completa, com certo reducionismo histórico: “como o getulismo, vai se resumir a uma referência histórica - um quadro na parede” (VEJA, nº44, 2010: 76).

Pouco adiante, os repórteres arriscam um prognóstico caso ele resolva se manter na política. “Se, no entanto, Lula trocar os dias de descanso em seu sítio pela militância política em qualquer esfera, vai assombrar quem quer que ocupe a cadeira que foi sua - como oposição ou influência, não necessariamente solicitada” (VEJA, nº44, 2010: 78). Veja aponta que há outra questão que pode demorar a ser respondida: “concorrerá Lula à Presidência em 2014?” Segundo o texto, são muitos os indícios, a começar pelo fato de “onze entre dez interlocutores do presidente apostarem na tese” (VEJA, nº44, 2010: 78). A revista cita que Lula já deu a entender que tinha interesse em exercer outro mandato em várias ocasiões e se vale da opinião do cientista político Paulo Fábio Dantas, da Universidade Federal da Bahia, para quem “nenhum animal político do peso de Lula veste o pijama aos 65 anos” (VEJA, nº44, 2010: 78). Veja então diz que o presidente resistiu à idéia de terceiro mandato.

É verdade que Lula resistiu à tentação do terceiro mandato, mas também é fato que cogitou dele. Tanto assim que, em discurso recente, expressou arrependimento pelo abandono da idéia. No fim de agosto, durante a cerimônia de sanção da lei complementar que criou o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, brincou, dirigindo-se ao ministro da Defesa, Nelson Jobim: “Você poderia, junto dessa emenda complementar, ter mandado uma emendinha para mais uns anos de mandato” (VEJA, nº44, 2010: 78).

A matéria também descreve que, desde a redemocratização, a maioria dos presidentes que deixaram o cargo não saiu da vida política.

Mesmo quando os eleitores os abandonaram, José Sarney teve de mudar seu domicílio eleitoral para o Amapá para se eleger senador. Fernando Collor, após ter sido apeado do poder, perdeu uma eleição até se eleger senador por Alagoas. Itamar Franco tentou, sem sucesso, voltar à Presidência e se contentou em eleger-se governador e senador (VEJA, nº44, 2010: 78).

Nas linhas finais, Veja afirma que Lula “deixa a Presidência com uma popularidade recorde e alguns feitos notáveis” (VEJA, nº44, 2010: 78). Os repórteres declaram ainda que

Lula “deixa também a mancha dos escândalos que marcaram o seu governo, sendo o mensalão a mais indelével delas. Esses registros pertencem ao passado e são imutáveis” (VEJA, nº44, 2010: 78).

A revista traz como complemento desta matéria uma arte com o título inspirado no caso Watergate, “Todos os homens do ex-presidente”¹⁸ (VEJA, nº44, 2010: 74). O texto também menciona que Lula vai criar o instituto que levará o seu nome. De acordo com os repórteres, ele poderá contar “com alguns velhos companheiros” (VEJA, nº44, 2010: 74). Veja cita oito deles: o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o ex-ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan; o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto; o tradutor Sérgio Xavier Ferreira, o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia; e o pecuarista José Carlos Bumlai.

A matéria resgata críticas sistemáticas que acompanharam a cobertura de Veja sobre alguns deles. Na arte, as mais duras menções estão reservadas a Paulo Vannuchi e Marco Aurélio Garcia. A Vannuchi, os repórteres se referem da seguinte forma: “ex-militante de um grupo terrorista foi o responsável no governo pelo Programa Nacional de Direitos Humanos-3, que sugeria, entre outras coisas, liberar o aborto, extinguir o direito à propriedade e manietar a imprensa”. (VEJA, nº44, 2010: 75)

Em relação a Marco Aurélio Garcia, a íntegra do texto é a seguinte:

Imortalizado em 2007 por fazer gestos obscenos ao assistir ao noticiário sobre o acidente da TAM no qual morreram 199 pessoas em São Paulo, Top Top Garcia quer integrar o governo Dilma. Se não for possível será incluído na equipe de assessores do instituto (VEJA, nº44, 2010: 75).

¹⁸.Título original: *All the President's Men* - *Todos os Homens do Presidente* é o nome do filme e do livro que conta a história de Bob Woodward e de Carl Bernstein, repórteres do *Washington Post* que conduziram um processo de investigação que levou à renúncia o presidente republicano Richard Nixon.



Figura 167 –Veja- Todos os homens do ex-presidente

9.2 Um erro técnico na edição de Veja

A reportagem acima, sobre o futuro de Lula, começa na 72 e vai até a página 78 da edição 2189 com data de 3 de novembro. Em seguida, a própria edição de Veja contém um erro raro. Há 16 páginas sem nenhuma numeração entre a 78 e a 80. Nelas estão um anúncio publicitário da Vivo na primeira página subsequente ao término da matéria a respeito de Lula, um anúncio de página dupla da Volkswagen, uma entrevista pingue-pongue (com crédito para a Editoria Brasil) de quatro páginas com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, outro anúncio de página dupla – da indústria de produtos de limpeza Ypê, um anúncio, também de página dupla, do Grupo Camargo Corrêa, uma outra matéria de quatro páginas sobre Lula com o título “O Grande Imitador”, e mais dois anúncios, um da Sundown, marca de bronzeadores da Johnson & Johnson, e outro dos aparelhos de barbear Prestobarba 3 e Mach 3, ambos do Gillette. Esta página, com o anúncio da Gillette, é a 79. Na sequência dela, à página 80, está outra reportagem com o título “Conheço-me, e não sou eu”.

9.2.1 O insuspeito Mario Sabino está de volta. Com ele, FHC

O repórter Mario Sabino assina a reportagem “Um ex de bem com a vida” (VEJA, nº44, 2010:?) de quatro páginas, um pingue-pongue com FHC.

A foto que abre a matéria traz Fernando Henrique sentado numa cadeira de couro preto. O ex-presidente usa um terno azul, camisa branca e uma gravata mostarda. Ao fundo, uma

estante de livros, naquela que pode ser a biblioteca do instituto que leva o seu nome, já que o repórter informa, no lide, que a entrevista foi feita neste local. Quando o assunto é FHC, Veja não se contém. A tietagem editorial começa logo na primeira linha do texto.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 79 anos, é um homem realizado. Na Presidência, derrotou a inflação, por meio do Plano Real, lançado quando era ministro da Fazenda de Itamar Franco, e promoveu privatizações bem-sucedidas, que desoneraram os contribuintes, possibilitaram o surgimento de empresas fortes e globais, como a Vale, e universalizaram o sistema de telefonia. Fora da Presidência, ele assumiu, dentro dos limites brasileiros, o papel de um ex que chama os políticos às falas quando a democracia está em perigo (VEJA, nº44, 2010: ?).

Brasil

UM EX DE BEM COM A VIDA

MARCO BARRO

... um passeio maravilhoso em todos os aspectos, mas principalmente pelo fato de não gozar desses confortos de convivência, segurança e repórteres. Recuarei, então, minha privacidade. Em Paris, também dispensei os serviços que a embaixada queria me prestar e voltamos a andar de metrô, como sempre fizemos. Uma delícia — e com um efeito muito estudioso. Fugue uma coisa: o Planalto, outra é a planície. Na planície, você é promovido a peão.

O senhor gosta de Brasília? Sempre gostei de Brasília.

Trata-se de um gesto um tanto peculiar, ao menos para a maioria dos políticos paulistas e cariocas, pelo menos. Pô, é, mas o gesto do horizonte amplo que a cidade proporciona. Tudo bem que, na Presidência, eu não morava em Brasília, mas no Palácio, que fica meio agarrado da cidade... O fato é que, quando você é presidente, se torna um prisioneiro — prisioneiro de fato, mas prisioneiro. Você não é dono da sua vida. Só volta a ser livre depois. A liberdade é ótima, mas requer adaptação. Não é mesmo? Se você tem outros interesses na vida, ela é mais rápida.

Hoje, o senhor pode ser visto andando a pé pelas ruas de São Paulo, em São Paulo, entrando em livrarias e em restaurantes, sem que ninguém reconheça. O povo brasileiro é extremamente apático desse ponto de vista. Nunca recebeu uma única agitação, e certamente sem muita gente que me reconheça. Nem agora, por causa da campanha eleitoral, ninguém lotou o fundo do campo. Já os que se posicionam do seu lado, esses, sim, se manifestam. Você tem um a cada dez que todo mundo gosta de você. O que mais surpreende é a receptividade dos jovens. Muitos eram crianças durante o meu governo e, ainda assim, me abordam para conversar, tirar fotografias... O convívio no Brasil é, em geral, muito bom, cordial.

Muito de assalto, o senhor não tem? Apesar de vez por outra escorrerem assuntos nas imediações do meu perfil, não é uma preocupação para mim. Voltando

Quando passei a faixa a Lula, em 2003, fiquei emocionado, até porque ele disse que eu deixava lá, no Planalto, um amigo — o que talvez, naquele momento, fosse verdadeiro.

O senhor não sente falta de nada? Senti falta de certos coisas, é lógico. Da praticidade do Palácio da Alvorada, por exemplo, que é magnífica e na qual eu dava umas brechadas para combater a dor nas costas. Também gostava muito de ter cinema em casa, muito conveniente. E do heli-cóptero, uma enorme facilidade. Senti

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 79 anos, é um homem realizado. Na Presidência, derrotou a inflação, por meio do Plano Real, lançado quando era ministro da Fazenda de Itamar Franco, e promoveu privatizações bem-sucedidas, que desoneraram os contribuintes, possibilitaram o surgimento de empresas fortes e globais, como a Vale, e universalizaram o sistema de telefonia. Fora da Presidência, ele assumiu, dentro dos limites brasileiros, o papel de um ex que chama os políticos às falas quando a democracia está em perigo (VEJA, nº44, 2010: ?).

O que o senhor sentiu no exato instante em que deixou de ser presidente da República, ao passar a faixa para Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003? Fiquei emocionado, é claro, até porque o Lula disse que eu deixava lá, no Palácio do Planalto, um amigo — o que, naquele momento, talvez fosse verdadeiro. Mas a minha emoção também se deve ao fato de eu sentir que vivia um momento histórico que ultrapassava em magnitude outras passagens da faixa presidencial.

Por qual motivo, durante os meus mandatos, com o consenso da sociedade, havíamos conseguido mudar o Brasil para melhor? Eu entreguei a Lula um país que, a despeito de todas as crises econômicas mundiais que marcaram aqueles anos, estava muito melhor do ponto de vista da economia. Com o Plano Real, incluído no governo de Itamar Franco, e a autonomia do Banco Central, vencemos a inflação. Com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, deixamos um dos maiores níveis de dinheiro público. Com as privatizações, alcançamos a universalização do sistema de telefonia. Além disso, havíamos superado os traumas políticos causados pelo regime militar, as acusações de reatuação e o impeachment de Fernando Collor de Mello. Tudo isso me

FHC: "Uma coisa é o Planalto, outra é a planície. Na planície, você é promovido a peão"

18 DE NOVEMBRO DE 2010 | **Veja**

Figura 168–Veja- Um ex de bem com a vida

Entre as declarações à Veja que começou a circular um dia antes do segundo turno da eleição presidencial, o ex-presidente afirmou ter ficado emocionado ao passar a faixa para Lula.



Figura 169 –Veja- Olho a matéria “Um ex de bem com a vida”

Durante a entrevista, marcada por perguntas como “e o que o senhor fez diante dessa responsabilidade?” (VEJA, nº44, 2010: ?), “o senhor não sentiu falta de nada?” (VEJA, nº44, 2010: ?), o repórter Mário Sabino argumenta que “aos olhos de muitos brasileiros” (VEJA, nº44, 2010: ?), FHC e o presidente Lula parecem “nutrir uma rivalidade que ultrapassa o campo político e adentra o das personalidades” (VEJA, nº44, 2010: ?). O repórter prossegue e diz que a rivalidade seria “algo semelhante à dos personagens daquele conto do escritor inglês Joseph Conrad, *Os Duelistas*, que se batiam em armas sempre que se encontravam, sem razão objetiva para tanto” (VEJA, nº44, 2010: ?). Em seguida, Mario Sabino pergunta ao ex-presidente se essa é uma percepção correta. Numa “entrevista” em que não se estabelece diálogo com a fonte e em que se vê um rito promocionalmente arquitetado, a resposta também se torna previsível.

Da minha parte, garanto que não. Da do Lula, parece que existe tal rivalidade. Não sei por que ele insiste tanto em comparar-se a mim. Nessa última campanha, por exemplo, falaram o diabo do meu governo, embora eu não fosse candidato. E eu não tenho direito de defesa, veja só! O Lula não precisava de nada disso. Para mostrar o que fez, ele não tem necessidade de desfazer as conquistas do outro. Até porque ele deu continuidade a políticas do meu governo e acrescentou aspectos positivos a elas. O Lula, por exemplo, manejou bem o timão durante a última crise econômica, mas não foi ele quem estabilizou o país. Ele também não criou os programas sociais, mas os expandiu. Fez a sua parte? Fez. Então, por que tentar cancelar o passado e dizer que o Brasil nasceu no seu governo? O Lula não necessita disso como político. O que me

leva a pensar que, de fato, ele tem um problema de ordem psicológica em relação a mim. Quando o Lula solta a frase “nunca antes neste país”, eu até brinco que ele poderia dizer que “nunca antes neste país viveram tantos brasileiros (VEJA, nº44, 2010: ?).

Mario Sabino “pergunta” a Fernando Henrique Cardoso, que conselho ele daria a Lula. Ao se comparar com Lula, FHC se define como “Gandhi”.

Para ter humildade. O Lula foi tomado por uma apoteose mental. Ele realmente passou a acreditar no que diz a propaganda do seu governo e nos elogios dos seus áulicos. O curioso é que ele sempre me acusou de ser um sujeito demasiado vaidoso, arrogante, narcisista. Mas é o contrário. Comparado a ele, sou Gandhi (VEJA, nº44, 2010: ?).

Nas linhas finais, Sabino pergunta ao Gandhi brasileiro: “qual seria a frase com a qual o senhor gostaria de passar à história?” (VEJA, nº44, 2010: ?). O ex-presidente, na resposta curta, fala de si mesmo na terceira pessoa: “Fernando Henrique Cardoso foi um democrata que teve a coragem de fazer o que deveria ser feito. Trata-se de uma frase, enfim, que deveria definir todos os ex-presidentes brasileiros daqui por diante” (VEJA, nº44, 2010: ?).

9.2.2 Alter ego?

Ainda nas páginas sem numeração, e agora também sem assinatura – algo que só ocorre quando Veja sobe bastante o volume das críticas – está publicada a reportagem da Editoria Brasil “O grande imitador” (VEJA, nº44, 2010:?).

A revista reproduz duas fotos que ocupam uma página inteira. Na metade superior, Fidel Castro; na inferior, Lula. Ambos, com ternos pretos, usam óculos escuros e seguram as hastes com as duas mãos. Na página ao lado, há mais duas fotos de Lula repetindo outro gesto de Fidel. Enquanto Fidel segura, também com as duas mãos, uma câmera fotográfica Nikon, Lula segura uma Canon. Ambos usam o olho esquerdo para “acertar” o foco. A linha fina da “reportagem” apócrifa: “Como se sabe, a forma mais sincera de elogio é a imitação. Uma pesquisa fotográfica mostra que, por esse prisma, Lula é um elogio itinerante ao ditador Fidel Castro, sucessor do ditador Fulgencio Batista em Cuba” (VEJA, nº44, 2010:?).



Figura 170 –Veja- O grande imitador –nº44, 2010

O “lide” começa com a classificação de pessoas na concepção de um diretor de cinema, sem deixar muito claro – apesar de carregado de antíteses - o objetivo textual daquilo que se lê.

Homem ou mulher, branquelo nórdico ou negro africano retinto, alto ou baixo, burro ou inteligente, gordo ou magro... O diretor de cinema Otto Preminger (1905-1986), americano nascido na Áustria, achava as classificações das pessoas listadas acima imperfeitas e incompletas. Para ele, no fundo, só existem pessoas de dois tipos: as que nasceram para estar diante das câmeras e as destinadas a ficar atrás delas. Lula e Fidel Castro são, sem dúvida, seres humanos do primeiro tipo na estrita divisão feita por Otto Preminger (VEJA, nº44, 2010:?).

Veja também destaca que o diretor de *Laura*, *Anatomia de um Crime* e *O Cardeal* “prezava igualmente outra maneira de classificar os atores talentosos” (VEJA, nº44, 2010:?). Novamente, Castro e Lula são alvos da inspiração anônima.

Há os que lapidam suas qualidades inatas por meio da imitação de outros melhores do que eles e os que escorregam pela vida e pela carreira impulsionados apenas pelos dons trazidos do berço. Lula e Fidel figuram também na primeira categoria de atores da tabela Preminger (VEJA, nº44, 2010:?).

Ainda de acordo com a reportagem, “a imitação dos mestres é um método conhecido e

aprovado para abrir um atalho na caminhada evolutiva em qualquer carreira” (VEJA, nº44, 2010:?). Para esclarecer melhor os argumentos, a revista recorre a dois mestres romanos da oratória.

Cícero e Quintiliano, mestres romanos da oratória clássica, discordavam sobre muitos aspectos da retórica, mas estavam de acordo no aconselhamento a seus discípulos sobre a importância de começar pela imitação, deixando para desenvolver estilo próprio mais tarde, depois de firmada sua reputação. Deveria copiar-se principalmente o *actio*, ou seja, a entonação, o gestual, as expressões faciais, a linguagem corporal. Eles, muito mais do que as palavras, são, na visão dos mestres, os verdadeiros elementos da persuasão. Atores e políticos devem abusar deles para magnetizar as plateias (VEJA, nº44, 2010:?)

A matéria informa que a Universidade Roma Três vai oferecer, nos próximos dias (10 de novembro), uma aula magna sobre “elementos do discurso político” (VEJA, nº44, 2010:?). Segundo a revista, o programa discutirá o papel dos gestos na comunicação e na persuasão. Veja ironiza: “o professor não será Fidel Castro. Mas poderia ser” (VEJA, nº44, 2010:?). O texto afirma que a universidade italiana se junta a dezenas de outras na Europa e nos Estados Unidos que buscam descobrir “se certas posturas corporais, gestos e expressões faciais específicas são comprovadamente eficientes no convencimento das audiências” (VEJA, nº44, 2010:?). Nas linhas seguintes, Veja apresenta um cenário com incertezas sobre o poder do discurso político e do gestual.

Será possível provar cientificamente que determinadas entonações de voz ou trejeitos são inerentes aos oradores que pretendem não apenas argumentar mas convencer seus ouvintes? Será que o apelo à emoção e o gestual dramático superam sempre outras formas de expressão oral mais racionais e contidas? Pode-se aprender a ser carismático em um palanque ou no palco apenas repetindo gestos de oradores comprovadamente carismáticos? Esses estudos estão apenas no começo, mas são fascinantes. Talvez os estudiosos possam chegar um dia a uma gramática corporal e facial que permita mesmo aos mais desajeitados oradores tornar-se perfeitos senhores do palco? (VEJA, nº44, 2010:?).

Sobre essa coleção de dúvidas, a revista conclui: “se a pessoa já tiver nascido para, na classificação de Preminger, viver diante das câmeras, é bastante provável que a resposta seja sim. O melhor caminho, desde os romanos, é a imitação de um ídolo” (VEJA, nº44, 2010:?). A matéria liga Lula a Fidel Castro e diz que o cubano é um dos ídolos do presidente brasileiro, que pegou seu estilo.

Foram tantas as visitas do brasileiro a Cuba, antes e depois de se tornar presidente, que ele deve ter mais horas de assistência de discursos de Fidel (os curtos são de três horas e os longos podem passar de dez) do que de qualquer outro político brasileiro ou

internacional. Consciente ou inconscientemente, Lula assimilou o estilo de Fidel Castro. O mestre é mais culto e mais carismático do que o pupilo brasileiro — mas Lula já ganha de Hugo Chávez, outro notório imitador do cubano (VEJA, nº44, 2010:?).

Veja explica que as páginas da reportagem “foram ilustradas com gestos de Lula claramente copiados de Fidel Castro. Alguns deles não são privativos do mestre cubano e do aluno brasileiro. É o caso do gesto de apontar o indicador para um chefe de estado estrangeiro” (VEJA, nº44, 2010:?).



MAGISTER OPTIMUS

Castro antes e Lula depois.

Enfatizar a fala com um dos indicadores em riste é natural. Usar os dois requer um modelo, e um certo treino

Figura 171 –Veja- Magister Optimus



GUIA ILUMINADO
O mandamento corporal de Fidel: diante de um mandatário estrangeiro, aponte-lhe o dedo. As fotos vão mostrá-lo no comando da situação. Castro em 1998 e Lula em 2007

Figura 172 –Veja- Guia iluminado

A revista interpreta as imagens e entende que “nas fotos, porém, o gesto dá a impressão de que quem aponta o dedo é o ‘mandatário alfa’, aquele que está no comando da situação, indicando caminhos a um colega desorientado ou sem muita convicção” (VEJA, nº44, 2010:?). Segundo o texto, Lula também recorre a truques, como se ele dominasse idiomas.

Monoglota, Lula se beneficia bastante de um truque de Fidel Castro — o de falar sempre mais do que o interlocutor, de forma que nas fotos ele pareça estar ensinando ao colega alguma coisa. No caso de Lula, a mágica da “boca aberta, pois a foto não tem som”, é ainda mais eficiente. Com frequência Lula aparece nas fotos oficiais falando com a maior tranqüilidade a interlocutores russos, alemães, árabes, israelenses, africanos, como se dominasse o idioma deles. Fidel Castro fez desse um jogo de cena clássico de seu arsenal, pois, mesmo dependendo vitalmente das doações anuais bilionárias dos soviéticos para sua ilha não soçobrar, aparecia nas fotos como se ensinasse alguma coisa aos velinhos dos Kremlin (VEJA, nº44, 2010: ?).

Nas linhas finais das quatro páginas consumidas pelo tema, Veja faz uma reflexão: “a fronteira entre a eficiência e o grotesco é tênue nas traquinagens de Fidel aprendidas por Lula” (VEJA, nº44, 2010: ?). A revista afirma que “o patrono desse teatralismo de palanque é Adolf Hitler, que, por sua vez, aprendeu tudo com um comediante de Munique, Ferdl Weiss. Os cubanos chamam Castro de ‘El comediante en jefe’” (VEJA, nº44, 2010: ?). Insiste-se na idéia também na legenda da foto que fecha a “reportagem”



Figura 173 –Veja- Começou como comédia –nº44, 2010

9.3 Dilma e Serra em cinco debates

Uma das reportagens mais inusitadas de toda a cobertura do processo eleitoral também foi publicada na edição de 3 de novembro. “Conheço-me, e não sou eu” (VEJA, nº44, 2010: 80;81) é a manchete do texto assinado por Rafael Corrêa e Susana Camargo. A linha fina, com inspiração literária, é a seguinte: “Se assistissem aos vídeos dos debates, Dilma e Serra não reconheceriam a si próprios. Vejo-me e estou sem mim, poderiam dizer, parafraseando o poeta Fernando Pessoa” (VEJA, nº44, 2010: 80).

A proposta de pauta é analisar os discursos (ou seriam estratégias persuasivas?) de Dilma Rousseff e José Serra nos debates: dois no primeiro turno e três no segundo. Curiosamente, o texto, embora escrito a quatro mãos, restringe-se a apenas um parágrafo. Há

também um *box*, com cinco parágrafos (bem maior do que a reportagem em si), cujo título é “De olho no eleitor” (VEJA, nº44, 2010: 81), assinado por Dad Squarisi.

Brasil

CONHEÇO-ME, E NÃO SOU EU

Se assistíssemos aos vídeos dos debates, Dilma e Serra não reconheceriam a si próprios. Vejo-me e estou sem mim, poderiam dizer, parafraseando o poeta Fernando Pessoa

OS "NÓS" DE DILMA ROUSSEFF
A candidata de Lula disse "nós" 287 vezes nos cinco debates estatísticos por VEJA. Serra usou a mesma palavra 91 vezes. O "eu" de Dilma não usa o apóstrofo, pois evitava com classe sua dupla condição: a de candidata e a de ex-ministra do governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja continuação ela pretende encerrar

ADOS DOIS FALTOU QV
O equívoco intelectual, e uma medida do raciocínio. QV mede o "visionarismo", a capacidade de projetar uma visão vívida e otimista do país. O conceito deriva dos trabalhos da psicóloga Cynthia French, que demonstrou a relação positiva entre "visionarismo e grandiosidade" nos presidentes americanos. Segunde ela, as palavras "corajoso" e "ambicioso" denotam alta QV — as questões de "deixar" e "planejamento". Para Cynthia, "se, em vez do eterno 'I have a dream' (Eu tenho um sonho), Martin Luther King tivesse dito 'Eu tenho uma visão', estaria requerido".

As palavras de Serra

As palavras de Dilma

BRASIL

EU NÃO

EU NÃO

De olho no eleitor

O vocabulário de Dilma e Serra nos debates é "de olho no eleitor". É lógico. Eles precisam atingir os 135 milhões de eleitores. São pessoas com variados graus de escolaridade — de analfabetos a doutores. Entre os estudantes, existe uma gama de homens e mulheres que dominam pouco, mais ou menos ou muito a língua nos seus trabalhos diários. Luchar entre os sujeitos grupos? É isso preciso aos candidatos. O voto de todos tem o mesmo peso. Ninguém pode ser deixado de lado.

Ser adequado é a regra. A língua se ajusta a um ambiente com milhares de peças. Que roupa escolher? Depende da situação. A piscina exige biquini. O baile de gala, longo ou smoking. O cinema do fim da tarde, traje esporte. O debate enfrenta o mesmo desafio. Se quer se comunicar com a classe de 4 anos, usa uma língua. Se com os colegas de trabalho, outra. Se com os participantes da sala de bate-papo da internet, mais uma.

O candidato não foge à regra. Para atingir cabeças e corações, dispõem de 400.000 palavras. Quais selecionar? As adequadas ao veículo, à situação, ao público e ao objetivo principal — a persuasão. O brasileiro médio usa 2.000 vocábulos. Eles têm de selecionar o discurso com o maior número de interseções. Como? Evitam linguagem técnica. De jargões econômicos, políticos ou jurídicos não têm vez. Equivocam palavras difíceis, complexas ou politicamente recortadas.

Para que todos entendam o que fazem e, sobretudo, compreendam a linha apresentada, circulam no vocabulário médio da população. Respetem. Respetem. A redundância desnecessária pode impedi-los. De um lado, faz a ideia. De outro, priva os interseccionados que vivem ao longo da programação. Querem promover o diálogo com o público, o principal, o vencedor o eleitor.

Nem sempre acertam. São tentados, têm escolhas. No debate da Rede Bandeirantes, Dilma contestava cada resposta do adversário com "eu não". A redundância desnecessária sobre o significado do verbo. No dia Record, ela não hesitou. Prefere "sentar". Mas teve outra questão. Em vez de perguntar, "fiz uma formulação", Serra foi direto. Em lugar de "planejador", os olhos dele "estão colados há muito tempo". Público adora falar bonito.

DAD SQUARISI

EU NÃO

EU NÃO

30 **42**

80 | 12 DE NOVEMBRO DE 2010 | VEJA

1811 | 12 DE NOVEMBRO DE 2010 | 81

Figura 174 – Veja- Conheça-me e não sou eu

O estudo das transcrições na íntegra de cinco debates da campanha, diz o texto, “demonstra que o formato rígido dos encontros liofilizou a expressão oral de Dilma Rousseff e de José Serra” (VEJA, nº44, 2010: 80). Segundo a revista, “a obrigação de passar um recado telegráfico e a de não desobedecer às orientações dos marqueteiros não deixaram que o ‘eu profundo’ dos candidatos se manifestasse” (VEJA, nº44, 2010: 80). Os repórteres informam que a análise foi feita com base num programa de computador. Em seguida, eles apresentam suas conclusões.

Um software que conta o número de vezes que cada palavra foi usada, entre outras revelações menos significativas, mostra a predominância do “não”. O “eu não” só perde para o campeão óbvio dos debates: “eu vou”. A novidade é o “eu não” ter sido dito 42 vezes por Serra e trinta vezes por Dilma (VEJA, nº44, 2010: 80).

De acordo com o texto, o uso recorrente do “eu não” também pode ser compreendido. “A explicação mais rica de significados dá conta de que o ‘eu não’ é reflexo de um país cujos eleitores estão, basicamente, satisfeitos com sua vida e esperam que um novo presidente não faça mudanças radicais” (VEJA, nº44, 2010: 80).

Um breve destaque no alto da primeira página das duas reservadas à matéria tem o título

“Os ‘nós’ de Dilma Rousseff” (VEJA, nº44, 2010: 80). Veja vale-se de suas ambiguidades para substituir o uso do pronome “nós” pelo substantivo “nós”, ao apontar que a candidata de Lula disse “‘nós’ 267 vezes nos debates estudados por VEJA. Serra usou a mesma palavra 91 vezes” (VEJA, nº44, 2010: 80). A revista conclui: “os ‘nós’ de Dilma são mais apertados, pois revelam com clareza sua dupla condição: a de candidata e a de ex-ministra” (VEJA, nº44, 2010: 80).

Sobre a imagem com as expressões mais usadas por José Serra, há outra legenda “Aos dois faltou QV” (VEJA, nº44, 2010: 81). Os repórteres explicam que o “QV mede ‘visionarismo’, a capacidade de projetar uma visão viável e otimista do país” (VEJA, nº44, 2010: 81). Rafael e Susana citam que o conceito de QV deriva “dos trabalhos da psicóloga Cynthia Emrich, que demonstrou a relação mais próxima entre ‘visionarismo e grandeza nos presidentes americanos” (VEJA, nº44, 2010: 81). De acordo com ambos, Cynthia mostrou como “as palavras ‘coração’ e ‘sonho’ denotam alto QV – ao contrário de ‘idéia’ e ‘planejamento’” (VEJA, nº44, 2010: 81). Eles mencionam que, para ela, “se em vez do eterno ‘I have a dream’ (‘Eu tenho um sonho’, Martin Luther King tivesse dito ‘Eu tenho uma idéia’, estaria esquecido” (VEJA, nº44, 2010: 81).

Como complemento, Veja publica o *box* “De olho no eleitor” (VEJA, nº44, 2010: 81). O texto trata dos vocabulários de Dilma e Serra - que a revista avalia como adequados para atingir os eleitores. Ao falar de linguagem, a matéria brinda o leitor com uma simplicidade a toda prova.

Ser adequado é a regra. A língua se assemelha a um armário com milhares de peças. Que roupa escolher? Depende da situação. A piscina exige biquíni. O baile de gala, longo ou smoking. O cineminha do fim da tarde, traje esporte. O falante enfrenta o mesmo desafio. Se quer se comunicar com a criança de 4 anos, usa uma língua. Se com os colegas de trabalho, outra. Se com os participantes da sala de bate-papo da internet, mais uma. Os candidatos não fogem à regra. Para atingirem cabeças e corações, dispõem de 400 000 palavras. Quais selecionar? As adequadas ao veículo, à situação, ao público e ao objetivo principal - a persuasão. (VEJA, nº44, 2010: 81).

Dad Squarisi identifica que uma das preocupações precípuas de um candidato ao longo de uma campanha recai sobre a fórmula como ele estabelece diálogo com o eleitor. Fixar aquilo que apresenta como proposta é fundamental.

Para que todos entendam o que falam e, sobretudo, comprem a tese apresentada, circulam no vocabulário médio da população. Repetem. Repetem. Repetem. A redundância desempenha papel importante. De um lado, fixa a idéia. De outro, pesca os telespectadores que zapeiam ao longo da programação. Querem promover interação com o público e, principalmente, convencer o eleitor (VEJA, nº44, 2010: 81).

Ele também afirma que “nem sempre os políticos acertam. Sob tensão, têm recaídas” (VEJA, nº44, 2010: 81). Para reafirmar os argumentos e conectá-los à linha adotada por Veja à cobertura das eleições de 2010, era preciso de um exemplo.

No debate da Rede Bandeirantes, Dilma contestava cada resposta do adversário com “está tergiversando”. O Twitter se entupiu de perguntas sobre o significado do verbo. No da Record, ela não tergiversou. Preferiu “enrolar”. Mas teve outra queda. Em vez de perguntar, “fez uma formulação”. Serra foi atrás. Em lugar de “planejadas”, as obras dele “estão colocadas há muito tempo”. Político adora falar bonito (VEJA, nº44, 2010: 81).

9.4 Decisões político-partidárias na mais alta corte do País

Otávio Cabral e Daniel Pereira respondem pela reportagem “Procura-se um ministro” (VEJA, nº44, 2010: 82). A linha fina dimensiona o objetivo da pauta ao informar que, “depois de emplacar um ex-advogado do PT, o governo busca outro nome afinado com as idéias dominantes para a última vaga a ser preenchida na era Lula” (VEJA, nº44, 2010: 82).



Figura 175 –Veja- Procura-se um ministro

Veja destaca que, desde que o ministro Eros Grau se aposentou em agosto, o Supremo Tribunal Federal está “desfalcado” (VEJA, nº44, 2010:82) e funcionando com “apenas dez

magistrados” (VEJA, nº44, 2010:82). A revista argumenta que a escolha de um substituto deveria ser simples, mas não é. Para demonstrar a dimensão do desafio de indicar um representante à mais alta corte da Justiça, os repórteres estabelecem uma analogia com uma das anedotas do grego Diógenes¹⁹.

Em tese, deveria ser simples escolher um substituto para Eros Grau. Pela Constituição, o candidato deve exibir reputação sem máculas e ostentar sólido saber jurídico. São atributos rígidos. Tomados ao pé da letra, igualariam o desafio do STF ao do grego Diógenes, o Cínico, que vagou pela vida com uma lanterna na mão na busca vã por um homem honesto (VEJA, nº44, 2010:82).

Cabral e Pereira apontam que a indicação é “prerrogativa” (VEJA, nº44, 2010:82) de Lula. De acordo com o texto, cabe ao Senado “chancelar” (VEJA, nº44, 2010:82) a escolha. Segundo a reportagem, Lula procura alguém que, “preenchidas as exigências de praxe, tenha ainda fidelidade irrestrita ao PT e disposição para votar contra a Lei da Ficha Limpa” (VEJA, nº44, 2010:82). Em seguida, Veja completa, com a sagacidade habitual de suas metáforas: “pelo menos enquanto ela flutuar como uma lâmina sobre o pescoço de seus aliados” (VEJA, nº44, 2010:82).

A arte que divide as duas páginas reservadas ao texto de Otávio Cabral e Daniel Pereira traz como destaque os atributos que o novo integrante da corte deve ter. Intitulada “Toga à moda da casa” (VEJA, nº44, 2010:82;83), a edição é acompanhada por três fotos. Jader Barbalho com a legenda “contrário à aplicação imediata da Lei da Ficha Limpa” (VEJA, nº44, 2010:82), e José Dirceu e João Paulo Cunha, que dividem o status de “Simpático à causa dos mensaleiros” (VEJA, nº44, 2010:83).

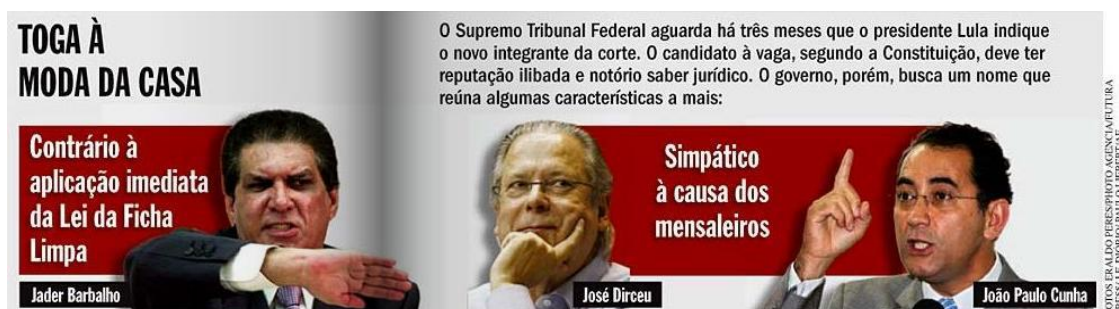


Figura 176 –Veja- Toga à moda da casa –nº44, 2010:83

¹⁹. Filho de um banqueiro de Sínope, onde nasceu Diógenes, O Cínico viveu a maior parte da vida em Atenas e Corinto. Conhecemos Diógenes muito mais pelas suas anedotas do que pelos seus escritos. Dessas anedotas, a mais difundida entre os filósofos conta que Diógenes, segurando uma lanterna acesa em plena luz do dia, andava pelas ruas de Atenas à procura de um homem “verdadeiramente justo”, sem jamais tê-lo encontrado. (CHAUÍ, 1994:323;324)

A matéria conta que até a nomeação do ex-advogado do PT, José Antonio Toffoli, o presidente havia “pautado” (VEJA, nº44, 2010:82) suas indicações por “prioridades mais calcadas em princípios e visão de mundo do que na necessidade de obter determinados resultados nos julgamentos da corte” (VEJA, nº44, 2010:82). A revista formula sua opinião sobre a escolha de José Antonio para o cargo e garante que o próximo indicado também deverá ser leal aos interesses do governo.

A escolha de Toffoli, homem de reputação imaculada e comprovado saber jurídico, foi um tanto tisonada por sua muito recente atuação partidária. Mas, reconheça-se, ele tem se havido no plenário como um fiel demiurgo das disposições legais emanadas da Constituição Brasileira. O próximo e derradeiro nome indicado por Lula tende a ser, pelos sinais captados no mundo jurídico, mais abertamente leal aos interesses imediatos do governo. (VEJA, nº44, 2010:82)

Os repórteres indicam que a ausência do 11º ministro impõe uma dificuldade “a mais para uma corte já assoberbada de trabalho” (VEJA, nº44, 2010:82;83). De acordo com o texto, “cada ministro tem a seu cargo uma montanha de 15.000 processos – um número que, quando revelado a seus pares no exterior, provoca susto e incredulidade” (VEJA, nº44, 2010:82). Segundo o relato dos jornalistas, com uma pessoa a menos no Supremo Tribunal Federal os dez ministros estariam se sentindo “injustamente sobrecarregados” (VEJA, nº44, 2010:83). A situação, prosseguem, evidencia alguns problemas que ocorrem no STF. Cabral e Pereira dão a entender que o Supremo Tribunal Federal tornou-se, nos últimos tempos, um local dividido e as decisões têm sido tomadas por “margem mínima de votos” (VEJA, nº44, 2010:83).

A vacância agrava também tensões que vicejam na corte. Nos últimos anos, o STF tornou-se um tribunal cindido por frequentes entrechoques de vaidade e inconciliáveis visões jurídicas. A composição heterogênea leva o tribunal a tomar decisões por margem mínima de votos. (VEJA, nº44, 2010:83).

Argumenta-se que este problema se aproximou do “paroxismo no mês passado, quando os ministros tiveram de julgar a validade da Lei da Ficha Limpa” (VEJA, nº44, 2010:83). A revista descreve que o caso envolvia a candidatura ao governo do Distrito Federal de Joaquim Roriz, que, segundo a matéria, foi “barrada em decorrência da nova lei” (VEJA, nº44, 2010:83). A reportagem indica que estavam “em jogo ali não apenas a legalidade da candidatura de Roriz mas também a de outras muitas que poderiam receber votações de milhões de brasileiros” (VEJA, nº44, 2010:83). Veja cita que “convocados a dissolver” (VEJA, nº44, 2010:83) a questão, “os ministros ficaram no empate” (VEJA, nº44, 2010:83).

Os repórteres avaliam que, “para complicar, o presidente da corte, ministro Cezar Peluso, não só abdicou da prerrogativa de desempatar o julgamento como atribuiu o fiasco ao presidente Lula: ‘Nós todos sabemos quem é o culpado por essa situação’” (VEJA, nº44, 2010:83).

A matéria ainda relata que, no final de outubro, a Ficha Limpa voltou a ser tema de discussão pelos ministros do STF. “Desta vez, apesar de trocarem os costumeiros sopapos intelectuais, eles resolveram que, por enquanto, vale o que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu” (VEJA, nº44, 2010:83). Veja é mais clara: “Ou seja, é ficha-suja o político que já renunciou ao mandato para não ser cassado. Encaixou-se nessa categoria o peemedebista Jader Barbalho, eleito senador pelo povo do Pará” (VEJA, nº44, 2010:83).

Nas linhas finais, Veja traça um cenário em relação à escolha do 11º ministro e já prescreve a solução (e o risco) com o apoio de uma fonte.

Fosse há alguns anos, os dois principais candidatos à 11ª vaga no Supremo teriam poucas chances. São eles: Cesar Asfor Rocha, ministro do Superior Tribunal de Justiça, amigo dos políticos do PMDB, e o advogado Arnaldo Malheiros Filho, que já defendeu Maluf e os mensaleiros Delúbio Soares e Silvio Pereira. Diz o professor e juiz aposentado Luiz Flávio Gomes: “A escolha de um ministro do STF deve fugir de influências políticas e priorizar os critérios jurídicos. Especialmente agora, quando estão em jogo temas essenciais para a própria democracia brasileira” (VEJA, nº44, 2010:83).

9.5 Ghostbusters

A última reportagem da Editoria Brasil na revista que começou a circular na véspera do segundo turno é de Gustavo Ribeiro e tem a manchete “Se os fantasmas falassem...” (VEJA, nº44, 2010:84) A linha fina, com três adjetivos, já indica o que será lido. “A indiligente Erenice, o ferido Tuma e o trapalhão Amaury dominaram a campanha eleitoral. O que eles ainda podem falar assombrará muita gente por muito tempo” (VEJA, nº44, 2010:84)



Figura 177 –Veja- Se os fantasmas falassem.

Ribeiro requenta a edição anterior nas linhas iniciais: “a edição de VEJA da semana passada revelou como o ministério mais tradicional da República, o da Justiça, foi reduzido a um aparelho partidário a serviço dos interesses eleitorais do PT” (VEJA, nº44, 2010:84). Com base em conversas gravadas legalmente, o repórter informa que foi possível descobrir que o secretário nacional de Justiça, Pedro Abramovay, “sofria pressões para confeccionar dossiês contra adversários do governo a pedido da ex-ministra Dilma Rousseff, a candidata do PT à Presidência, e de Gilberto Carvalho, o chefe de gabinete do presidente Lula. Os diálogos mostraram também que o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, não se sentia à vontade diante de seu principal sub-

O repórter relata que os diálogos mostraram que o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, “não se sentia à vontade diante de seu principal subordinado, o diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa” (VEJA, nº44, 2010:84). De acordo com o texto, Barreto, além de “reclamar do fato de o subordinado desrespeitar a hierarquia, despachando direto no Palácio do Planalto” (VEJA, nº44, 2010:84), declarou que suspeitava ser alvo de espionagem da Polícia Federal. Perguntado sobre o assunto, Luiz Paulo preferiu não comentá-lo. Além dele, a revista afirma que o presidente Lula não leu a reportagem e Dilma Rousseff “negava terminantemente esse tipo de conversa na véspera da eleição” (VEJA, nº44, 2010:84).

Segundo o repórter, o caso só não foi dado como encerrado, “como reza o script oficial para situações assim, porque um dos interlocutores das conversas comprometedoras, o ex-

secretário nacional de Justiça Romeu Tuma Junior, confirmou o teor dos diálogos” (VEJA, nº44, 2010:84).

Ribeiro relata que Tuma Júnior reafirmou ter ouvido “mais de uma vez da boca do próprio Pedro Abramovay reclamações sobre os constantes pedidos de dossiês e investigações contra adversários do governo” (VEJA, nº44, 2010:84;85). Em seguida, a revista reproduz a declaração do ex-secretário nacional de Justiça sobre o atual: “Ele parecia muito preocupado e falava em tom de desabafo. Foi assim, nessa circunstância, que ele (Abramovay) comentou que quase chegou a ser preso como um dos aloprados no escândalo de 2006” (VEJA, nº44, 2010:85).

O jornalista explica que o PPS entrou com representação, assinada pelo deputado Raul Jungmann, na Procuradoria-Geral da República para que o caso fosse investigado. E reproduz um trecho dela: “Além de deplorável a prática, por si só, agrava a situação o fato consubstanciado na utilização da estrutura estatal em proveito de interesses particulares ilegítimos, interesses partidários de manutenção de Poder” (VEJA, nº44, 2010:85). Nas linhas seguintes, Ribeiro fala que Tuma Júnior foi poupado e questiona o motivo.

Na reação oficial às revelações de VEJA, chama atenção um detalhe. Em casos assim, a cartilha petista de defesa recomenda que os envolvidos e seus porta-vozes desqualifiquem a testemunha na tentativa de, assim, desqualificar a própria informação. Por que Romeu Tuma Júnior foi poupado é um enigma - apenas parcial, mas ainda um enigma (VEJA, nº44, 2010:85).

Veja salienta que Tuma Júnior deixou a secretaria nacional de Justiça em junho de 2010, depois de denúncias segundo as quais ele teria “relações impróprias com os chefes de máfia chinesa especializada em contrabando” (VEJA, nº44, 2010:85). Segundo a reportagem, as denúncias foram arquivadas pela PF, por falta de provas. O repórter, no entanto, destaca que Tuma Júnior declarou à revista possuir os arquivos documentados. “Fui defenestrado porque contrariei interesses escusos de pessoas poderosas. Mas tenho tudo bem documentado”, disse Tuma” (VEJA, nº44, 2010:85). Argumenta-se então que é “assustadora a hipótese de que ele tenha sido poupado dos sempre tão bem coordenados ataques petistas por ter provas do que afirmou acima” (VEJA, nº44, 2010:85). E o repórter transforma a própria reportagem numa espécie de pauta:

Que “interesses escusos” são esses que foram contrariados? E por que razão os patronos desses “interesses escusos” teriam tido força para desalojar do cargo um secretário nacional de Justiça? O desenrolar do episódio promete produzir capítulos interessantes. (VEJA, nº44, 2010:85).

Ribeiro aponta outro assunto, o caso Erenice Guerra, cujos esclarecimentos ficaram pendentes.

Também está longe de se encerrar o caso Erenice Guerra, a ex-escudeira de Dilma Rousseff, sobre quem repórteres de VEJA descobriram evidências desabonadoras fortes o suficiente para afastá-la do cargo e levá-la a se explicar à polícia. A ex-ministra foi demitida da Casa Civil depois que uma reportagem de VEJA revelou que ela tinha deixado sua repartição se transformar em um balcão de negócios para atender a interesses pecuniários de sua família e do PT. (VEJA, nº44, 2010:85).

A reportagem conta que, num primeiro momento, Erenice “negou ter participado de qualquer irregularidade” (VEJA, nº44, 2010:85). Mas o jornalista afirma que, na última semana de outubro, “confrontada com os fatos, a ex-ministra recuou, e confirmou à Polícia Federal ter tido encontros com empresários interessados em fazer negócios com o governo, todos arregimentados pelos seus filhos em troca de milionárias ‘taxas de sucesso’” (VEJA, nº44, 2010:85). De acordo com a matéria, os depoimentos de Erenice à PF “ficaram aquém de admitir que os encontros visavam a vender facilidades para os empresários que deles participaram” (VEJA, nº44, 2010:85). Ribeiro conclui: “Ficaram, portanto, aquém de revelar detalhes de fatos cujos resultados são notórios e que só poderiam ter sido produzidos caso os encontros fossem pelo menos em parte conduzidos em um clima nada republicano” (VEJA, nº44, 2010:85).

Nas linhas finais, Gustavo Ribeiro introduz o terceiro personagem de sua “matéria”, a quem distribui uma coleção de adjetivos e substantivos.

Aos fantasmas Tuma Júnior e Erenice se junta outro abantesma, o enfatuado ex-jornalista Amaury Ribeiro Jr., o espião trapalhão que contratou serviços ilegais de compra de dados sigilosos da Receita Federal, pagando com dinheiro vivo. Contratado pela campanha petista para bisbilhotar a vida de familiares e amigos do tucano José Serra, Amaury foi indiciado pela Polícia Federal por quebra de sigilo fiscal, corrupção ativa, falsidade ideológica e suborno de testemunha. O aprendiz de araponga deu dinheiro ao despachante que contratara em troca do silêncio do vigarista a respeito do trabalho encomendado. (VEJA, nº44, 2010:85).

Veja argumenta que Amaury ainda pode revelar de quem recebeu “dinheiro vivo para financiar suas aventuras amadorísticas no submundo do crime. Fala, Amaury! Fala, Erenice! Fala, Tuma” (VEJA, nº44, 2010:85).

9.6 Dilma é eleita; a edição extra, “comemorativa”

Em 31 de outubro de 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff²⁰, aos 63 anos, foi eleita presidente da República. Com mais de 12 milhões de votos de vantagem, Dilma teve aproximadamente 56% dos votos válidos, contra 44% do seu oponente. Foi a primeira vitória de uma mulher numa eleição presidencial brasileira, um fato histórico.

Menos de 48 horas depois, chegava às bancas e aos assinantes uma “Edição Extra”, sem data, classificada apenas como “Especial” (nº 2189 - ano 43 – Especial) e contendo 84 páginas. Como o exemplar também recebe o número 2189, o mesmo da edição com data de capa de 3 de novembro, entende-se que esta edição é um complemento da publicação que teve a charge com Lula na capa.

A revista traz Dilma na primeira página, com uma roupa vermelha, colar e brincos de pérolas, a faixa presidencial e usa como manchete uma declaração da agora presidente eleita. “Meu compromisso com o país: valorizar a democracia em toda a sua dimensão” (VEJA, Especial, 2010: 1).

A linha fina, que mais parece uma legenda de capa, confirma que é a primeira vez na história política do Brasil que uma mulher vai comandar o país. “Dilma Rousseff, depois de eleita a primeira mulher presidente do Brasil” (VEJA, Especial, 2010: 1)



Figura 178 –Capa Veja Especial de 03/11/2010

²⁰. Na primeira vez que disputou uma eleição, Dilma obteve 55.725.529 votos (56%). O candidato do PSDB ao Palácio do Planalto, José Serra, teve 43.711.388 votos (44%). A vitória foi constatada por volta das 20h do domingo, quando, com 92,53% das urnas apuradas, a candidata ungida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a 55,43% dos votos e Serra, a 44,57%. A ex-ministra da Casa Civil tornou-se a mulher mais votada em todas as eleições já realizadas no país (VEJA ONLINE, 2010)

Na Carta ao Leitor, que não é objeto deste trabalho por pertencer ao gênero opinativo, Veja traz o título “Uma vitória de todos os brasileiros” (VEJA, Especial, 2010: 8). E exalta-se o conceito de “edição comemorativa”. A revista indica que “esta Edição Extra de VEJA comemora a eleição de Dilma Rousseff, narra sua trajetória de vida, suas aventuras e desventuras na política, discorre sobre os perigos e desafios da poltrona em que ela vai se sentar a partir de 1º de janeiro de 2011 (VEJA, Especial, 2010: 8).

ESPECIAL veja

UMA VITÓRIA DE TODOS OS BRASILEIROS

Esta Edição Extra de VEJA comemora a eleição de Dilma Rousseff, narra sua trajetória de vida, suas aventuras e desventuras na política, discorre sobre os perigos e desafios da poltrona em que ela vai se sentar a partir de 1º de janeiro de 2011.

Sem nunca ter se candidatado antes a qualquer cargo eletivo, sendo quase desconhecida dos brasileiros até ser nomeada ministra da Casa Civil por Lula em 2005, Dilma Rousseff elegeu-se, no domingo passado, presidente da República do Brasil com 55,7 milhões de votos — 12 milhões a mais do que seu concorrente, José Serra. Dilma tornou-se a primeira mulher eleita para ocupar o mais alto posto da hierarquia política do país.

Foi uma vitória de Dilma. Foi uma vitória do presidente Lula, que, com a força de sua popularidade, abriu caminho para uma candidata cujo desempenho nas urnas foi, no começo, uma incógnita até mesmo para os mais fervorosos partidários. Foi uma vitória de todos os brasileiros, dos candidatos e suas campanhas, que levaram a eleição a ser disputada em dois turnos, fazendo ressurgir a oposição no cenário do país e dando legitimidade ao processo político. Foi um triunfo do “fator bem-estar”, a atmosfera de orgulho, alívio financeiro e esperança criada pelos acertos econômicos e sociais de FHC e Lula, e que favoreceu o voto na continuidade.

Esta edição traz também os principais trechos do primeiro discurso de Dilma Rousseff depois de eleita. O pronunciamento, feito na noite de domingo em Brasília, mostrou uma presidente eleita senhora do lugar que agora ocupa e com plena consciência das prioridades políticas, econômicas e sociais do país. Mas, principalmente, salientou sua fé no papel presidencial de zelar pela Constituição e, conseqüentemente, pelo respeito aos direitos ali assegurados. Dilma reafirmou o respeito irrestrito à liberdade de expressão e seu reconhecimento de que “as críticas do jornalismo livre ajudam o país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contradiatório”. Um grande começo.

ÍNDICE

| | | | |
|-------------------------------|----|-----------------------------|----|
| DILMA, PRESIDENTE DO BRASIL | 12 | MEIO A MEIO | 62 |
| A HISTÓRIA DESDE O BERÇO | 16 | MULHERES NO PODER | 70 |
| A CONSTRUÇÃO DA CANDIDATA | 24 | O BRASIL LEGADO POR LULA... | 76 |
| ACENDEU A LUZ VERMELHA | 50 | ...E O MUNDO QUE | 80 |
| TODOS OS HOMENS DA PRESIDENTE | 58 | RECEBERÁ DILMA | 82 |
| SERRA SAI MAIOR DO QUE ENTROU | 60 | FRASES | 82 |

Figura 79 –Veja- Uma vitórias os brasileiros

Mesmo assim, a proposta de uma edição histórica e comemorativa sucumbe à necessidade de afirmar mais uma vez aquilo que já tinha sido dito quase semanalmente. O texto retoma a questão da inexperiência de Dilma Rousseff e indica que, mesmo sem nunca ter concorrido a um cargo eletivo, a então presidente eleita conseguiu 12 milhões de votos a mais que Serra.

Sem nunca ter se candidatado antes a qualquer cargo eletivo, sendo quase desconhecida dos brasileiros até ser nomeada ministra da Casa Civil por Lula em 2005, Dilma Rousseff elegeu-se, no domingo passado, presidente da República do Brasil com 55,7 milhões de votos — 12 milhões a mais do que seu concorrente, José Serra (VEJA, Especial, 2010: 8).

A revista avalia que o resultado das urnas representa também uma vitória de Lula. O texto indica que, graças à sua popularidade, as dúvidas que surgiram em relação à candidata no começo do processo eleitoral desapareceram no segundo turno. Em seguida, Veja analisa a eleição e destaca os acertos econômicos dos presidentes que ocuparam o Palácio do Planalto nos últimos 16 anos: Lula e, claro, FHC.

Foi uma vitória de todos os brasileiros, dos candidatos e suas campanhas, que levaram a eleição a ser disputada em dois turnos, fazendo ressurgir a oposição no cenário do país e dando legitimidade ao processo político. Foi um triunfo do “fator bem-estar”, a atmosfera de orgulho, alívio financeiro e esperança criada pelos acertos econômicos e sociais de FHC e Lula, e que favoreceu o voto na continuidade (VEJA, Especial, 2010: 8).

O texto informa que a edição vai mostrar trechos do primeiro discurso de Dilma Rousseff depois de eleita. Para a revista, “o pronunciamento, feito na noite de domingo em Brasília, mostrou uma presidente eleita senhora do lugar que agora ocupa e com plena consciência das prioridades políticas, econômicas e sociais do país” (VEJA, Especial, 2010: 8). Veja enaltece que a ex-ministra “salientou sua fé no papel presidencial de zelar pela Constituição e, conseqüentemente, pelo respeito aos direitos ali assegurados” (VEJA, Especial, 2010: 8).

Nas linhas finais, a revista relata que Dilma reafirmou o respeito irrestrito à liberdade de expressão e seu reconhecimento de que “as críticas do jornalismo livre ajudam o país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório”. Um grande começo” (VEJA, Especial, 2010: 8).

No rodapé da mesma página, Veja apresenta o índice das matérias que compõem a tal edição comemorativa. São nove reportagens, bastante ilustradas, sobre Dilma Rousseff e um espaço, na última página, para a reprodução de frases dela. As nove reportagens sobre a nova chefe de estado estão distribuídas na seguinte ordem: “Dilma, presidente do Brasil” (2 páginas e apenas um parágrafo de texto); “Liberdade e erradicação da pobreza” (2 páginas, com uma análise do discurso dela depois de eleita organizada em tópicos); “A história desde o berço” (8 páginas); “A construção da candidata” (20 páginas, sendo 9 dedicadas a fotografias de páginas inteiras e em outras 9 apenas a coluna da direita contendo texto); “Acendeu a luz vermelha” (8 páginas); “Todos os homens da presidente” (2 páginas, embora o texto não ocupe mais de uma coluna); “Meio a meio” (7 páginas com uma oitava que é uma suíte intitulada “À Sombra de todos os governos); “Mulheres no poder” (6 páginas); “O Brasil legado por Lula” (4 páginas); “...e o mundo que receberá Dilma” (2 páginas). Há uma seleção de frases da

presidente eleita que ocupa uma página. A revista traz ainda na edição comemorativa uma reportagem sobre José Serra.” Serra sai maior do que entrou”. São duas páginas dedicadas ao candidato tucano derrotado.

9.6.1. O que a vitória de Dilma representa

O primeiro texto, “Dilma, presidente do Brasil” (VEJA, Especial, 2010: 12;13), é bastante curto – restrito a apenas um parágrafo - e está acompanhado por uma foto de página dupla na qual a presidente eleita cumprimenta correligionários, militantes e simpatizantes. É uma reportagem pequena, sem assinatura.

Um ponto que merece atenção é que a revista não usa o chapéu habitual para os assuntos de política nacional, (Editoria) Brasil, mas “Edição comemorativa”. Tem-se no alto da página 12, à esquerda portanto, um pequeno ícone com a imagem de Dilma com a faixa presidencial, mesma foto usada na edição da capa da revista.



Figura 180 –Veja- Dilma, presidente do Brasil –Especial

A revista descreve de forma muito resumida a trajetória de Dilma, cita que ela foi ministra e venceu um adversário experiente em disputas eleitorais. Algumas marcas da

cobertura ao longo de todo o processo eleitoral reaparecem.

Dilma Vana Rousseff, 63 anos, mineira radicada no Rio Grande do Sul, será depois de 33 homens, a primeira presidente da República do Brasil, Dilma foi guerrilheira marxista, presa, torturada, cumpriu pena no regime militar, emergindo na volta à democracia como secretária de Energia e Minas no governo gaúcho. Encantou Lula e tornou-se sua ministra da Casa Civil. Ela chega à vitória com apoio de 56% da população do país e o mérito de ter derrotado um veterano da política, o tucano José Serra. (VEJA, Especial, 2010: 12;13)

Em seguida, Veja levanta questões sobre o futuro governo. O texto retoma a discussão sobre os radicais do partido e especula também sobre a relação com o vice.

No dia 1º de janeiro, receberá do presidente Lula a faixa presidencial. Até lá terá tempo de responder com atos às indagações atuais sobre se sua administração terá identidade e estilo próprios. Como escapar da órbita de Lula? Como disciplinar o PT radical, que relutou em adotar sua candidatura? Como controlar o PMDB, partido de Michel Temer, seu vice, que anseia por expandir seu já gordo espaço do governo federal? O discurso que fez logo depois da contagem dos votos mostrou-se um bom mapa do caminho que ela seguirá (VEJA, Especial, 2010:13)

A reprodução destas duas citações constitui a “íntegra” da matéria que abre a “edição comemorativa”. Ela foi “quebrada” em função da necessidade de atribuir o “mérito” de Dilma ter derrotado Serra e também pela seqüência de três perguntas feitas no trecho final do único parágrafo deste texto.

Na página seguinte, num desdobramento em tópicos, a revista traz “Liberdade e erradicação da pobreza” (VEJA, Especial, 2010: 14;15). É uma matéria, também pequena, que levanta os temas citados no discurso de Dilma após a certeza de que tinha vencido o pleito.



LIBERDADE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O primeiro discurso de Dilma Rousseff como presidente eleita do Brasil, feito na noite de domingo passado, em Brasília, honra a liturgia do cargo pela grandeza de propósitos e pela sobriedade de estilo. Tomado como resumo de seu programa de governo, é uma tábua de compromissos que reverbera as conquistas sociais e democráticas do Brasil, hierarquizando corretamente os desafios econômicos a ser enfrentados. Os principais trechos:

LULA

"Agradeço muito especialmente ao presidente Lula. Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guardam para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha vitória se mistura com a emoção da sua despedida."

MULHERES

"Registro aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda a nossa sociedade."

DEMOCRACIA

"Registro outro compromisso. Valorizar a democracia em toda a sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais da alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social."

"Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa. Zelarei pela mais ampla liberdade religiosa e de culto. Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados em nossa Constituição."

EM MEU COMPROMISSO
Dilma Rousseff, ao lado de Antonio Palocci, no discurso da vitória: compromisso com a democracia e a estabilidade econômica



Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, o dever maior da Presidência da República."

ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA

"Reforço aqui meu compromisso fundamental: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos."

"[...] é um chamado à nação, aos empresários, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem. Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida."

ECONOMIA

"Quero realinhar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas estabelecidas."

"No curto prazo, não contaremos com a punição das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso se tornam ainda mais

importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas."

FINANÇAS

"É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que alimentam a volatilidade dos capitais e das moedas. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável."

Faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e alienação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos."

MÉRITO

"Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público. Zelarei pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo, Valorizarei o Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliaremos os limites do Superemprego."

AUTONOMIA DAS AGÊNCIAS

"As agências reguladoras terão todo o respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade dos setores regulados. Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. Trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades."

RECURSOS E GASTOS

"O Fundo Social é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e as futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusimos para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas."

"Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao povo só migalhas. Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança."

OPOSIÇÃO

"Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiverem conosco nesta caminhada. Estenderei minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou conpatrio."

"A partir de minha posse serei presidente de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política."

FISCALIZAÇÃO

"Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos."

Figura 181 –Veja- Liberdade erradicação da pobreza –Especial

Veja, pela primeira vez em toda a cobertura eleitoral, muda o tom. O discurso de Dilma, pondera a revista, “honra a liturgia do cargo pela grandeza de propósitos e pela sobriedade de estilo” (VEJA, Especial, 2010: 14). Nas próximas linhas, a revista destaca que o programa de governo dela “é uma tábua de compromissos que reverbera as conquistas sociais e democráticas do Brasil, hierarquizando corretamente os desafios econômicos a ser enfrentados” (VEJA, Especial, 2010: 14).

Em seguida, Veja elenca 11 temas citados por Dilma no discurso. Eles aparecem na seguinte ordem: Lula, Mulheres, Democracia, Erradicação da Miséria, Economia, Finanças, Mérito, Autonomia das agências, Recursos e gastos, Oposição e Fiscalização.

São frações do discurso que foram pinçadas. A título de exemplificação, Dilma, no discurso após a vitória, deu a seguinte declaração que Veja encaixou no tópico “Democracia”: “Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa. Zelarei pela mais ampla liberdade religiosa e de culto. Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados em nossa Constituição” (VEJA, Especial, 2010: 14).

No item Oposição, o penúltimo do texto novamente não assinado, a revista selecionou o seguinte trecho do discurso da presidente eleita:

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio. A partir da minha posse serei presidente de todos os brasileiros, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. (VEJA, Especial, 2010: 15)

9.6.2. Biográficas

A reportagem seguinte, também apócrifa, tem o título “A história desde o berço” (VEJA, Especial, 2010: 16;17). Uma foto de Dilma Rousseff aos 3 anos ocupa toda a página 16.



Figura 182 –Veja- A história desde o berço –Especial

O texto conta que Pétrar Russév, pai da presidente eleita, trocou de nome ao chegar ao Brasil. De acordo com a revista, Russév trouxe consigo a especialidade em engenharia e escolheu o estado “das montanhas de ferro” para viver.

Com breve passagem pela Argentina, Pétrar Russév veio da Bulgária para ser Pedro Rousseff no Brasil. Trouxe na bagagem intelectual o gosto pela poesia e uma especialidade de engenharia rara, muito valorizada, a construção e a manutenção de fornos siderúrgicos. Seu destino natural foi Minas Gerais, o estado das montanhas de ferro. Empregou-se na siderurgia alemã Mannesmann e se casou com a professora Dilma Jane Silva (VEJA, Especial, 2010:17).

Pouco tempo depois, Pétar abriu uma empresa prestadora de serviços e passou a ganhar mais do que o salário pago a um engenheiro. O pai de Dilma, então, investiu em imóveis. “Quando a segunda filha do casal, Dilma Vana Rousseff, nasceu, em dezembro de 1947, a família estava solidamente estabelecida em Belo Horizonte” (VEJA, Especial, 2010:17). De acordo com o texto, “como se dizia naquele tempo, Dilma teve berço de ouro e uma infância alegre, protegida por pais carinhosos” (VEJA, Especial, 2010:17). O texto conta que a morte do pai impediu Dilma “de fazer uma festa de *début*” (VEJA, Especial, 2010:17). Veja explica que Dilma vivia sem sobressaltos.

A reportagem ganha dimensão política, sempre acompanhada das metáforas sombrias a que Veja recorre quando há qualquer indício ideológico mais à esquerda no ar.

Assim foi até que ela se viu engolfada pela força arrasadora da história, cujas correntes violentas e imprevisíveis haviam lançado Pétar em busca de paragens menos agitadas na América. A polarização entre o capitalismo e o comunismo atingiu todos os cantos do planeta em enfrentamentos violentos (VEJA, Especial, 2010:17).

Veja diz que a Guerra Fria “o foi só no nome” (VEJA, Especial, 2010:17). A revista interpreta o período da 2ª Guerra, quando o Ocidente capitalista e o Leste Europeu socialista investiram maciçamente em armamentos. Nos Estados Unidos, nunca é demais lembrar, a caça às bruxas foi marcada também pelo macarthismo²¹, bem retratado no drama *Boa Noite, e Boa Sorte*²² (2005), que conta uma história de resistência a pressões políticas na CBS. Daí em diante, Veja toma-se pela necessidade visceral de interpretar a história. “Por seu proselitismo religioso, rebeldia aventureira e promessa das utopias coletivista e da igualdade, o comunismo era uma poderosa força de atração. (VEJA, Especial, 2010:17).

O texto afirma que “Dilma encantou-se com a saga dos revolucionários, apaixonou-se por um deles, radicalizou-se a ponto de aderir a um grupo armado. Foi presa, torturada,

²¹.No período da Guerra Fria, pós-45, quando se intensificou a disputa entre a URSS e os EUA pela hegemonia mundial, surgiu neste país o fantasma do comunismo. O então senador dos Estados Unidos por Wisconsin, Joseph McCarthy (1908-1957) criou um movimento que se caracterizou pela perseguição a pessoas suspeitas de serem simpatizantes do Partido Comunista. Conhecido como “caça às bruxas”, o macarthismo atingiu, principalmente, os meios intelectuais e artísticos. Milhares de americanos foram vítimas do macarthismo. Do lado anticomunista, John Wayne, Walt Disney e Ronald Reagan foram colaboradores ilustres da comissão (FOLHA UOL, 2001).

²². Boa noite, e boa sorte – Título original: *Good Night, and Good Luck*. Dirigido por George Clooney, é um drama que conta a história do âncora de TV Edward R. Morrow (David Strathairn). Edward, em plena era do macarthismo, luta para mostrar em seu jornal os dois lados da questão política. Ele desvenda as táticas e mentiras usadas pelo senador Joseph McCarthy em sua caça a supostos comunistas. O senador, por sua vez, prefere intimidar Morrow em vez de usar o direito de resposta por ele oferecido em seu jornal, iniciando um grande confronto público que trará consequências à recém-implantada TV nos Estados Unidos (ADORO CINEMA, 2011)

condenada, cumpriu pena e foi solta” (VEJA, Especial, 2010:17). A matéria descreve ainda que, “enquanto isso, as malhas do determinismo histórico iam se afrouxando. Os radicais aplacaram suas fúrias. Aos poucos a razão tomou pulso. O comunismo morreu O capitalismo se humanizou” (VEJA, Especial, 2010:17).

Nas linhas finais, Veja assegura que Dilma Rousseff “é sobrevivente de um século sangrento – e vitoriosa resultante dos estratagemas da história” (VEJA, Especial, 2010:17).

Nas seis páginas subseqüentes, a revista apresenta uma cronologia. Veja resgata acontecimentos históricos no Brasil e no mundo de 1962 a 1976. Foi em 1976 que Dilma foi presa e torturada. A cronologia reúne diversas fotos. A História do Brasil em 1970, contada pela reportagem de Veja, é assim:

A conquista do tricampeonato de futebol, o milagre econômico, com crescimento de 10% ao ano, fizeram a alegria dos brasileiros. Os militares eram populares a ponto de o presidente Médici ser aplaudido no Maracanã. Longe dos olhos do público, eles tentavam reprimir os grupos radicais comunistas que optaram pela luta armada em seu afã de instalar no Brasil um regime semelhante ao soviético. Dilma pertenceu a um deles. (VEJA, Especial, 2010:20)

Ao traçar um paralelo com o mundo, Veja brinda o seu leitor com uma anedota sobre a política no Chile. Repare no curioso argumento que a revista usa para tornar ilegítima a vitória de Salvador Allende. Ela raciocina pela soma dos votos do candidato de direita com os votos do candidato de centro-direita para concluir que o resultado da eleição não expressou o desejo popular da maioria. E crava, com precisão que a história mantém sob uma névoa, o suicídio de Allende.

Com apenas 36,3% dos votos em eleição de turno único (seu oponente principal, de direita, teve 34,9% e o terceiro colocado, de centro-direita, 27,8%), o esquerdista Salvador Allende assumiu a Presidência do Chile depois de confirmado indiretamente pelo Congresso. Mesmo contra a vontade expressa nas urnas pela maioria dos chilenos, pôs em ação seu programa de “cubanização” do país. Em pouco tempo, o Chile se tornou mais um palco secundário da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Por um lado, a CIA incentiva os grupos que queriam destituir Allende. De outro, a KGB e Cuba financiavam e apoiavam o governo. O clima de guerra civil se instalou no Chile e os militares em 1973, depuseram Allende, que resistiu ao golpe e se suicidou no palácio presidencial. (VEJA, Especial, 2010:20)



Figura 183 –Veja- A história desde o berço –Especial

9.6.3. Começou em tom de brincadeira...

Com a manchete “A construção da candidata” (VEJA, Especial, 2010:24), Otávio Cabral é o responsável pela primeira reportagem assinada da edição especial. Mais uma foto de Dilma está estampada, ocupando duas páginas da revista. A presidente eleita aparece com expressão e gesto de quem comemorava.



Figura 184–Veja- A construção da candidata –Especial, 2010:24;25

A reportagem relata que “Dilma soltou uma deliciosa gargalhada quando ouviu falar, pela primeira vez, da possibilidade de ser a candidata do PT à Presidência da República”. (VEJA, Especial, 2010:24). Segundo o texto, a ex-ministra achou que fosse brincadeira porque era 1º de janeiro de 2007, o primeiro dia do segundo mandato de Lula. Cabral conta que Dilma deixava a cerimônia de posse quando o advogado Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça, lhe pediu uma carona. De acordo com o texto, foi neste momento que a ex-ministra soube dos planos do presidente para ela.

No caminho de poucos metros que separa o Congresso Nacional do Palácio do Planalto, onde eram esperados para um coquetel, Márcio fez uma revelação que começaria a mudar definitivamente o destino de Dilma Rousseff e, por tabela, o de milhões de brasileiros: “O homem tem projetos ambiciosos para você. Ele quer que você seja a candidata dele à Presidência”. Dilma reagiu como se o ministro tivesse contando uma piada. Ele falava a sério (VEJA, Especial, 2010:24).

A revista informa que a conversa teve de ser interrompida com a chegada do carro oficial à garagem do Planalto. O texto cita que Bastos, amigo e confidente de Lula, é conhecido pelo bom humor, mas reitera, poucas linhas depois, que ele “falava a sério” (VEJA, Especial, 2010:27). Otávio Cabral descreve que dias antes, na festa de fim de ano do primeiro escalão, Bastos ouviu da boca do próprio presidente a escolha por Dilma. O texto é marcado por uma dose comedida na insinuação etílica.

Entre um drinque e outro, Lula deixou de lado os convidados e o chamou para uma conversa reservada na ala presidencial do Palácio da Alvorada. Confidenciou, em tom solene, que um dilema estava lhe tirando o sono. Embora acabasse de ser reeleito com uma votação expressiva e angariasse amplo apoio popular, Lula estava preocupado com o fato de não ter um candidato natural à sua sucessão (VEJA, Especial, 2010:27).

Segundo o repórter, Lula explicou o motivo da preocupação. “José Dirceu e Antonio Palocci, os dois postulantes à função, haviam sido ceifados em escândalos de corrupção” (VEJA, Especial, 2010:27). O presidente esclareceu que tinha pressa em decidir seu sucessor para não deixar “o vácuo sucessório contaminar seu segundo mandato e evitar que seus companheiros se engalfinhassem numa disputa interna que poderia criar sérios danos ao governo” (VEJA, Especial, 2010:27). De acordo com o texto, “Lula disse que estava disposto a investir sua autoridade em uma solução incomum: ele mesmo escolheria seu candidato a sucessor. E ele já tinha um nome em mente – a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff” (VEJA, Especial, 2010:27). Em seguida, Veja relata como o presidente anunciou seus planos a Dilma.

A bem-sucedida estratégia de Lula para fazer seu sucessor começou a deixar o

universo das conjecturas no início de março de 2008, quando o presidente chamou Dilma ao Palácio da Alvorada. Em uma conversa que durou pouco mais de uma hora, testemunhada apenas pelo chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, e pelo marqueteiro João Santana, Lula revelou à ministra, sem muito rodeio, seus planos sucessórios. “Dilma, vou começar a testar você como candidata à Presidência. Prepare-se, que tem tudo para dar certo”, avisou. A ministra ouviu em silêncio (VEJA, Especial, 2010:29).

De acordo com o texto, o presidente já tinha uma estratégia na cabeça. Cabral descreve que Lula disse para Dilma “que ela começaria a acompanhá-lo em viagens e inaugurações pelo Brasil, que deveria iniciar um treinamento intensivo com o marqueteiro João Santana e passar por modificações estéticas” (VEJA, Especial, 2010:29).

O repórter narra que a ex-ministra argumentou que jamais disputaria uma eleição, “que tinha dificuldades na articulação política e um medo muito grande de enfrentar multidões ‘Deixe isso com a gente, Dilma’, disse Lula” (VEJA, Especial, 2010:29). Segundo o texto, o presidente também teria dito que “se a gente trabalhar direitinho, o João consegue te eleger” (VEJA, Especial, 2010:29).

A reportagem conta que a viabilização da candidatura de Dilma teria um lastro: “a popularidade crescente do presidente e de seu governo” (VEJA, Especial, 2010:29;31). O texto afirma que a estratégia para elegê-la estaria na manutenção dos resultados, da avaliação do governo Lula.

Naquele março de 2008, Lula atingia 55% de avaliação positiva, seu melhor desempenho até então. Com escândalos do mensalão e aloprados e a aliança político com setores conservadores e fisiológicos, perdera o apoio da classe média tradicionalmente simpática ao PT. Em compensação, conseguira a adesão das classes mais baixas, graças a um tripé de medidas que pôs a roda do consumo popular a girar intensamente: Bolsa Família, o crédito consignado e a elevação substancial do salário mínimo. A equação para eleger Dilma era de uma simplicidade absurda: bastava ao governo manter a economia funcionando bem. A popularidade que o presidente alcançaria se encarregaria do resto. E assim foi (VEJA, Especial, 2010:31).

Otávio Cabral entende que “catalisado por um festival de bons números na economia, em algumas regiões mais carentes do país Lula se tornou praticamente uma unanimidade” (VEJA, Especial, 2010:31). Veja aponta que, no governo Lula, “o salário mínimo mais do que dobrou, o desemprego caiu pela metade, a compra de carros e imóveis disparou e o número de beneficiários dos programas sociais quadruplicou” (VEJA, Especial, 2010:31). Para isso, a revista publica a seguinte arte, intitulada “O efeito bem-estar” (VEJA, Especial, 2010:42;43). Ela ocupa a décima nona e a vigésima página desta reportagem, a maior da edição comemorativa.

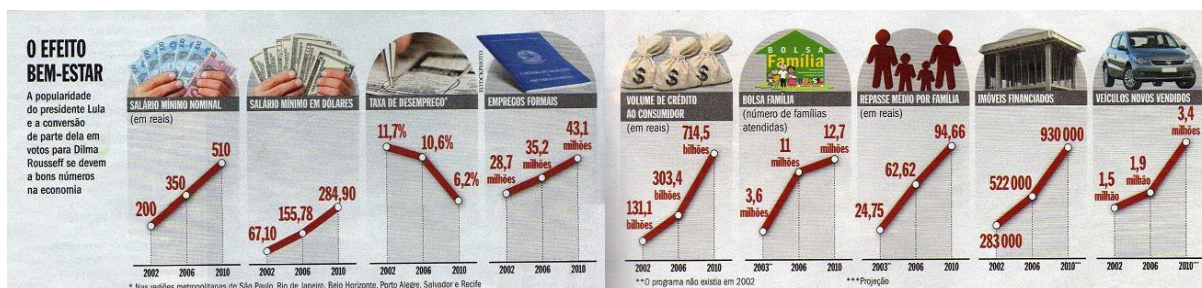


Figura 185 –Veja- O efeito bem-estar –Especial

O primeiro quadro à esquerda indica que o salário mínimo saltou de 200 reais em 2002 para 510 reais em 2010, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. O mínimo valia US\$ 67,10 em 2002 e vale US\$ 284,90 em 2010, no segundo quadro da esquerda para a direita. A taxa de desemprego caiu de 11,7% (em 2002) para 6,2% (em 2010). Neste mesmo período, os empregos formais saltaram de 28,7 milhões para 43,1 milhões, o que significa dizer que foram gerados quase 15 milhões de empregos com carteira assinada.

Na página 43, o primeiro indicador analisado é o volume de crédito ao consumidor. Nestes oito anos, saltou-se de um montante de 131,1 bilhões de reais para 714,5 bilhões de reais. O Bolsa Família, que atendia 3,6 milhões de famílias em 2003 (primeiro ano do governo Lula, quando foi criado – a própria Veja menciona que o programa não existia em 2002), passou a ser um benefício de 12,7 milhões de famílias brasileiras. Em reais, o repasse médio por família foi de R\$ 24,75 em 2003 para R\$ 94,66 em 2010. O universo de imóveis financiados também dimensiona o bom resultado da economia brasileira no período: eram 283 mil unidades em 2002. Oito anos depois, chegou-se a 930 mil. O número de veículos novos vendidos foi de 1,5 milhão em 2002 para 3,4 milhões em 2010 (a revista menciona que estes dois últimos dados foram feitos com base em projeções, uma vez que o ano de 2010 não havia terminado).

Passada uma semana da conversa com Dilma, Lula passou “a testar na prática sua teoria” (VEJA, Especial, 2010:33). A ministra o acompanhou em eventos do governo. Segundo a reportagem, o primeiro deles foi um lançamento de obras do PAC na Favela da Rocinha. Cabral relata que, no palanque, Dilma “foi chamada de ‘mãe do PAC’ (já uma invenção do marqueteiro João Santana)” (VEJA, Especial, 2010:33).

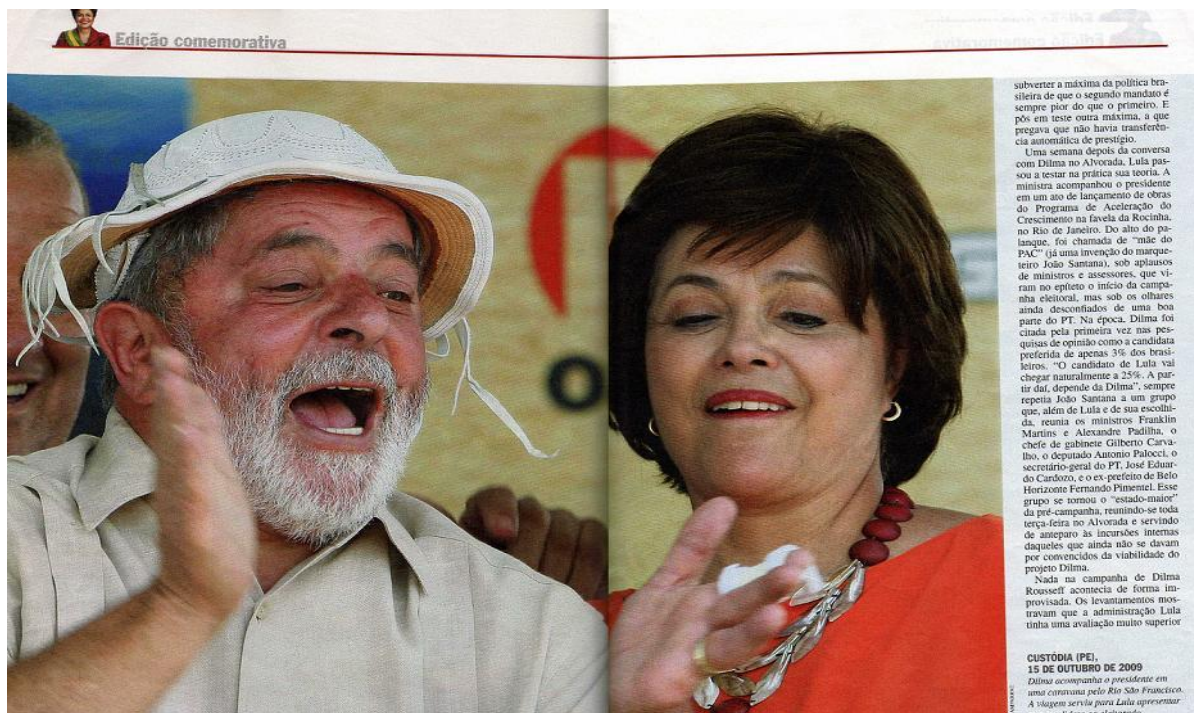


Figura 186 –Veja- Lula e Dilma –Especial

Informa-se também que foram feitas “incurções internas” (VEJA, Especial, 2010:33) para avaliar a “viabilidade do projeto Dilma” (VEJA, Especial, 2010:33). Nos bastidores, havia quem não se dava por convencido. Segundo o repórter, “nada na campanha de Dilma Rousseff acontecia de forma improvisada. Os levantamentos mostravam que a administração Lula tinha uma avaliação muito superior à de Fernando Henrique” (VEJA, Especial, 2010:33).

Para o grande público, diz a revista, a certeza de que Dilma se preparava para disputar as eleições só surge no início de 2009, quando a ex- ministra retornou de um período de férias. Dilma Rousseff apareceu com outra aparência. “Ela estava 10 quilos mais magra e os óculos haviam sido substituídos por lentes de contato. O cabelo foi tingido de ruivo e ganhou um corte repicado, mais jovial. O guarda-roupa também passou por uma reforma” (VEJA, Especial, 2010:35).

O anúncio de que Dilma sofria de um câncer linfático e que já retirara um nódulo da axila esquerda foi o mais desafiador obstáculo à sua candidatura, avalia Cabral. O texto descreve que, “além da comoção, trouxe uma preocupação objetiva: Dilma teria condições físicas de disputar a eleição presidencial? Lula sempre apostou que sim” (VEJA, Especial, 2010:37). Segundo Veja, a candidata se afastou do trabalho e da campanha durante dois meses

para fazer um tratamento quimioterápico.

No segundo semestre de 2009, a Casa Civil foi entregue a Erenice Guerra. A revista conclui que “governo e eleições se fundiram num único organismo” (VEJA, Especial, 2010:37). Cabral insiste e reafirma que em eventos oficiais era possível confundir campanha e gestão. Assim, o repórter mostra que os índices de popularidade da candidata, medidos pela equipe de marketing, começaram a subir. “Dilma cresceu nas pesquisas, conquistou o PT, fechou alianças com outros partidos, mas ainda não estava pronta” (VEJA, Especial, 2010:37).



Figura 187 –Veja- Marisa, Dilma e Lula em Diadema

Segundo ele, 2010 foi “um ano de treinamento intensivo” (VEJA, Especial, 2010:39) para Dilma. João Santana e equipe foram os responsáveis pela adequação da candidata aos “usos e costumes de uma campanha” (VEJA, Especial, 2010:39). Cabral descreve:

Expressões como ‘minha filha’ e ‘meu santo’ que eram característicos da ministra enérgica e autoritária, mas incompatíveis com a candidata simpática, foram substituídas por ‘caro’, ‘caríssimo’ e um sorriso muitas vezes artificial mesmo quando pressionada. Dilma foi mudando aos poucos, ao menos em público, apresentando-se mais segura e confiante. Poucas vezes perdia a calma. A aparente tranqüilidade era mesmo só em público. No início da campanha oficial, contrariada com os erros de leitura, Dilma arremessou longe o roteiro de um programa escrito por Santana (VEJA,

Especial, 2010:39).

Para a revista, a estratégia de usar Lula como “garoto-propaganda” (VEJA, Especial, 2010:39) surtiu efeito. Segundo a reportagem, até um mês antes do primeiro turno, nem se cogitava a hipótese de segundo turno.



Figura 188 –Veja- O efeito bem estar

Otávio Cabral conta que Dilma acompanhou a apuração do primeiro turno de Lula. Apesar de atingir 47% dos votos válidos, Dilma revelou que não iria agüentar mais um mês.

Dilma chorou copiosamente. “Eu não vou agüentar mais um mês. Estou exausta, não agüento mais essa campanha”, desabafou a petista. Anunciado o resultado, apesar dos impressionantes 47,6 milhões de votos, a candidata fez um pronunciamento melancólico, rodeada por aliados apopléticos, revelando o clima de frustração geral (VEJA, Especial, 2010:43).

O texto aponta que João Santana foi cobrado “por não conseguir antever a fuga dos votos de religiosos na reta final” (VEJA, Especial, 2010:43). Segundo Veja, Dilma foi criticada por seu desempenho nos debates do primeiro turno. A reportagem destaca que no segundo turno algumas mudanças ocorreram.

A mudança mais substancial no segundo turno foi a postura da candidata - agressiva -, associada ao empenho absoluto de um Lula mais cabo eleitoral do que presidente. Passado o susto, Dilma Rousseff pode finalmente comemorar seu triunfo (VEJA, Especial, 2010:43).

9.6.4. A classe operária vai ao paraíso?

A próxima reportagem, assinada por Paulo Celso Pereira, é uma síntese da cobertura que Veja fez ao longo de todo o processo eleitoral. Ela se torna um grande resumo de tudo que foi falado, e principalmente da forma como se disse algo. “Acendeu a luz vermelha” (VEJA, Especial, 2010:50) tem a seguinte linha fina: “Em 2002, a eleição de Lula levou o PT ao governo. Agora, a vitória de Dilma levará o partido finalmente ao poder - essa é a expectativa alimentada pelas alas radicais do petismo” (VEJA, Especial, 2010:50).



Figura 189 –Veja- Acendeu a luz vermelha –Especial

No primeiro parágrafo, descreve-se que “avançava a noite no dia 13 de setembro de 2010, e com ela a força retórica das palavras arengadas por José Dirceu Oliveira e Silva aos bons fiéis de Salvador, mesmerizados mais e mais a cada frase de efeito proferida pelo profeta do partido” (VEJA, Especial, 2010:51). Em seguida, o repórter cita os atributos permanentes que Veja usa para Dirceu: “ex-guerrilheiro, ex-ministro, deputado cassado, processado no Supremo Tribunal Federal como cabeça do mensalão, lobista de luxo e eterno comissário-mor

do PT” (VEJA, Especial, 2010:51).

Um parêntese: a legenda da foto que trazia da esquerda para a direita o vice-presidente José Alencar, bem ao canto esquerdo, Dilma, Lula, Marisa e o presidente do PT também parece ter sido escolhida com os requintes editoriais vistos e revistos na cobertura: “Unidos pelo poder – O congresso do PT que oficializou a candidatura de Dilma também aprovou salvo-conduto para os sem-terra, revisão da Lei de Anistia e controle da imprensa (VEJA, Especial, 2010:50). Na imagem, todos aparecem de mãos dadas e erguidas.

José Dirceu, assegura Paulo Celso, não foi ao estado da Bahia a negócios. Pereira indica que o deputado, sem poder se candidatar, esteve em Salvador para um encontro com membros do partido e “chegou nas sombras” (VEJA, Especial, 2010:51). O repórter prossegue: “Nestas eleições, o grão-vizir do petismo não podia ser candidato a nada - graças ao Congresso, que cassou seus direitos políticos por oito anos. Dirceu, porém, estava ali em campanha. Tinha um encontro eleitoral com os companheiros petistas da cidade” (VEJA, Especial, 2010:51).

Veja relata que “no auditório dos petroleiros do estado” (VEJA, Especial, 2010:51) havia cartazes da campanha presidencial de Dilma Rousseff. “Na ausência de uma túnica, o líder petista trajava camisa social azul-clara e blazer escuro” (VEJA, Especial, 2010:51) Segundo o repórter, José Dirceu mostrou no discurso que a vitória de Dilma representaria não a ex-ministra no comando do país, mas o partido no poder. O jornalista ironiza:

Do alto do púlpito, Dirceu empunhou o microfone e, observando os fiéis de cima, pôs-se a iluminar a (pequena) massa: “A eleição de Dilma é mais importante do que a eleição do Lula, porque é a eleição do projeto político (do PT). A Dilma é a expressão do projeto político” (VEJA, Especial, 2010:52).

Pouco depois, Pereira cita outro trecho do discurso do deputado e sugere que, em eventos como estes, é possível perceber intenções autoritárias.

O escolhido continuou: “Temos que nos transformar em maioria (...), temos que repensar o socialismo”. Os aplausos prosseguiram por quase duas horas. Dirceu deu à platéia o que ela queria, e de volta recebeu o que queria ouvir. Perorou com franqueza os planos para agigantar o PT, de modo que o partido venha a reunir força política suficiente para controlar a imprensa, manter dóceis os movimentos sociais, os sindicatos e conduzir finalmente o país ao “socialismo” – não se sabe exatamente no que consistiria de fato esse regime, além da associação siamesa entre partido e governo. O lapso do comissário, que falou aos companheiros sem saber que havia repórteres no local, produziu um serviço ao Brasil. É por meio de ocasiões como essa que se conhecem algumas das intenções autoritárias que o PT, em razão de questões estratégicas, prefere esconder do público (VEJA, Especial, 2010:52).

De acordo com a reportagem, o mesmo lapso ocorreu no registro do primeiro programa

de governo de Dilma Rousseff na Justiça Eleitoral. Segundo o texto, “nele, pregava-se a criação de mecanismos de controle da imprensa e da cultura” (VEJA, Especial, 2010:52). Para Veja, havia sinais de autoritarismo que “transpareciam na complacência com as atividades muitas vezes criminosas de movimentos sociais, como o MST, e no silêncio obsequioso sobre a tirania de regimes ditatoriais, como Cuba e Irã (VEJA, Especial, 2010:52). A edição comemorativa formula questões – aparentes incógnitas – sobre o governo Dilma.

É esse PT que prevalecerá no governo Dilma Rousseff? Será a eleição da petista a senha para o temerário projeto político turma José Dirceu? Ainda é muito cedo para saber – embora episódios como o discurso do comissário em Salvador sejam recorrentes quando não há câmeras nem gravadores por perto. (VEJA, Especial, 2010:52;54).

Para perguntas em tom de dúvida, Veja, em especial quando o assunto envolve o PT e os segmentos radicais do partido, sempre tem respostas.

Nos bastidores, existem evidências preocupantes. É comum ver algumas lideranças petistas comemorando as perspectivas de poder mandar mais no governo Dilma. Essa avaliação decorre do tamanho político da nova presidente. Ela é bem menor do que Lula – e neófito no PT, no qual entrou em 2001. Logo, pensam alguns líderes petistas, Dilma não terá forças para resistir às vontades do partido (VEJA, Especial, 2010:52;54).

Em seguida, Veja descreve que “seria injusto, contudo, avaliar a presença do PT no governo Dilma somente pelo que a turma de Dirceu gostaria de aprontar” (VEJA, Especial, 2010:54). A revista aponta a vitória de Dilma como um sinal de que os eleitores estão satisfeitos com o governo PT. E argumenta que a expectativa do brasileiro é a de que ela mantenha as conquistas de Lula. Ainda assim, num trecho em que faz uma leitura social do período de oito anos, o repórter recorre a um eufemismo para ironizar a relação com o Congresso, em nova alusão ao mensalão.

O povo brasileiro escolheu novamente o PT porque nele enxergou méritos. Dilma e o PT venceram porque foram competentes. Competentes ao manter a estabilidade de uma política econômica responsável sem lances de prestidigitação orçamentária. Competentes também ao aprofundar o alcance e a eficiência de programas de bem-estar social, como o Bolsa Família e o Luz para Todos – projetos que, ao contrário do programa de distribuição de renda pública no Congresso, constavam dos compromissos do PT. Espera-se que essas conquistas sejam mantidas e ampliadas, como Lula e Dilma prometeram exaustivamente (VEJA, Especial, 2010:54;56).

A dúvida maior reside em algo que Veja citou exaustivamente na cobertura da eleição

presidencial de 2010: “na capacidade política de Dilma de corrigir erros pregressos e evitar empulhações autoritárias. E erros do PT não faltaram” (VEJA, Especial, 2010:56). Segundo Pereira, Lula, nos oito anos, “delegou a política de reforma agrária do governo à ala mais radical do partido” (VEJA, Especial, 2010:56). Veja avalia esse gesto como “ruinoso” (VEJA, Especial, 2010:56). E...

Além de não conseguirem administrar os generosos recursos públicos para promover a reforma agrária, os sem-terra interpretaram a proximidade com o governo como autorização para barbarizar. Em vez de cuidarem dos interesses dos camponeses miseráveis, o MST e seus filhotes mais radicais, como o MLST, cujos integrantes chegaram até mesmo a quebrar o Congresso, passaram a atuar como facções criminosas, invadindo e depredando fazendas produtivas (VEJA, Especial, 2010:56)



Figura 190 –Veja- Democracia em pedaços

Para a revista, o presidente Lula e sua sucessora Dilma contribuíram com isso, ao manter uma relação ambígua com esses movimentos.

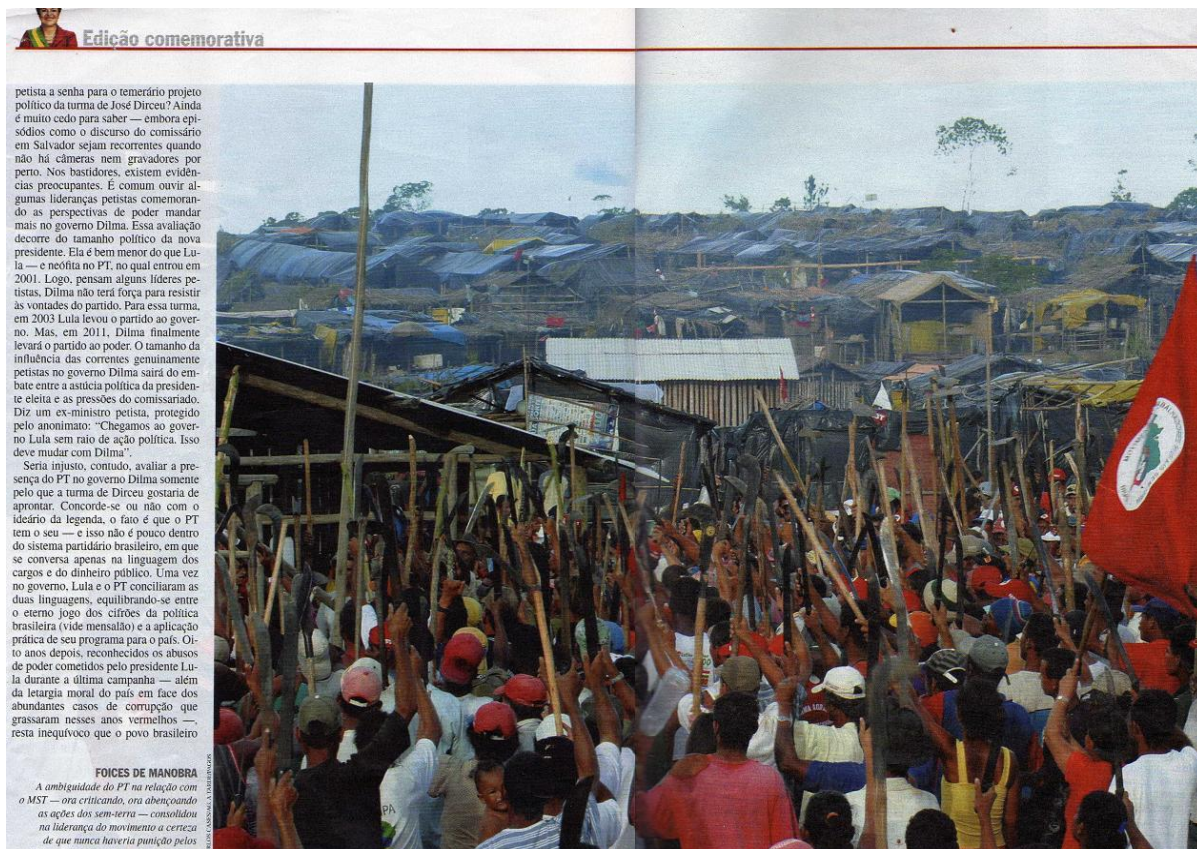


Figura 191 –Veja- Foices de manobra, Especial

A matéria destaca que os erros mais frequentes do PT ocorreram “na esfera da liberdade de expressão” (VEJA, Especial, 2010:52;56). Para trazer à superfície sua afirmação, o repórter vale-se de um caso de 2004 que envolveu o presidente e o correspondente Larry Rother, do *New York Times*.

Desde 2004, quando Lula tentou expulsar do Brasil um repórter do *New York Times* que escrevera sobre seus hábitos éticos, a relação dele e do partido com a imprensa livre deteriorou-se. Sobrevieram tentativas de calar os jornalistas, como a idéia de criar conselhos de controle do jornalismo (VEJA, Especial, 2010:56)

Nas linhas finais, mais uma prova de quão fiel é o texto de Paulo Celso Pereira à linha de cobertura que Veja empreendeu do processo político nacional no ano de 2010. É um misto de reportagem, com artigo, com análise, com editorial, com ensaio, com exercício de futurologia...

Na lista de propostas absurdas, há idéias como amordaçar o Ministério Público, amenizar a Lei da Ficha Limpa e autorizar o famoso troca-troca partidário. Creia: eles querem até anistiar Dirceu. Reservadamente, grão-petistas explicam que esses projetos serão postos à prova conforme surja na vida política algo qualificado como “amadurecimento da sociedade”. Esse conceito é perigosíssimo e revela que persiste

as pessoas que a cercam” (VEJA, Especial, 2010:58).

O lide aparece em forma de três perguntas, uma delas com uma metáfora embutida: “O governo Dilma Rousseff será uma simples continuidade da gestão Lula? Haverá mudanças no rumo da política econômica? O Brasil vai continuar se comportando como uma biruta de aeroporto nas relações internacionais?” (VEJA, Especial, 2010:58). Segundo a matéria, a campanha da ex-ministra “foi uma das mais longas de todos os tempos - durou mais de dois anos - nem por isso foi capaz de responder com clareza a qualquer uma dessas questões” (VEJA, Especial, 2010:58).

O texto afirma que a única “conclusão que se mostra possível, por enquanto, é que o novo governo terá uma participação grande de quadros que serviram ao presidente Lula (VEJA, Especial, 2010:58). O repórter avalia e enfatiza que “os planos, os projetos, as idéias de Dilma continuam sendo uma incógnita” (VEJA, Especial, 2010:58).

Cabral indica “que a própria Dilma, que pouca gente conhecia em 2002, coordenou a equipe de transição da área de energia do futuro governo Lula” (VEJA, Especial, 2010:58). Nas linhas finais, a revista faz uma alerta: “é bom prestar atenção nas pessoas que estiveram ao lado da presidente durante a campanha” (VEJA, Especial, 2010:58).

9.6.6. Canção da América

Nas duas páginas seguintes, Fábio Portela dá espaço ao candidato que foi derrotado no segundo turno. “Serra sai maior do que entrou” (VEJA, Especial, 2010:60;61) é o título da reportagem sobre o ex-governador de São Paulo.

Na linha fina, começa o velho rito: “vencido, o tucano termina a disputa com 10 milhões de votos a mais do que no primeiro turno, consagra-se como o nome mais votado na história do PSDB e dá enorme contribuição à democracia brasileira” (VEJA, Especial, 2010:60).



Figura 193 –Veja- Serra sai maior do que entrou- Especial

Veja destaca no lide que “com 44% dos votos, 12 pontos atrás de Dilma Rousseff, José Serra saiu vencido da sua segunda tentativa de chegar à Presidência da República” (VEJA, Especial, 2010:60). Para a revista, “da perspectiva histórica e institucional, Serra deixa a disputa maior do que entrou” (VEJA, Especial, 2010:60). Em seguida, o repórter sugere o peso de uma máquina usada com “despudor”.

Serra não enfrentou apenas a candidata criada e apoiada pelo presidente com maior índice de popularidade da história recente do Brasil. Teve também contra si a força gigantesca de uma máquina estatal aparelhada pelo PT, usada com um despudor jamais visto neste país e à revelia da Justiça (VEJA, Especial, 2010:60).

O texto descreve que “ainda assim, contra todas as expectativas e pesquisas de opinião, Serra, graças à sua própria resiliência e à votação da verde Marina Silva, chegou ao segundo turno” (VEJA, Especial, 2010:60). O repórter dá a informação de que o fechamento editorial ocorreu mesmo na segunda-feira depois do segundo turno: “e (Serra) o fez com 33,1 milhões de votos - acrescidos ontem, de outros 10,6 milhões. Dilma por sua vez, agregou 8 milhões ao capital do primeiro turno” (VEJA, Especial, 2010:60).

Segundo a matéria, nunca um candidato do PSDB recebeu uma votação “tão alta em

termos absolutos” (VEJA, Especial, 2010:60). O texto relata que “Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, nas duas vezes em que se elegeu presidente, não teve mais do que 36 milhões de votos” (VEJA, Especial, 2010:60). Para Veja, o resultado das eleições presidenciais de 2010 “consagra Serra” (VEJA, Especial, 2010:60) como o nome mais votado de seu partido. Em seguida, o repórter vai do próprio sonho ao pesadelo, passando, claro, pelo ressentimento.

Para além da estatura política da biografia impecável e da grande experiência administrativa do tucano, cada um dos milhões de brasileiros que nele votaram o fez também em desaprovação ao estilo e às práticas petistas. Ou seja, não houvessem o PSDB e os demais partidos de oposição dormido em berço esplêndido durante os últimos oito anos de corrupção e desmandos, é provável que Serra tivesse conquistado a Presidência. Não houvessem o PSDB e os demais partidos de oposição renunciado à imensa parte que lhes cabe na estabilização econômica e na implementação dos programas sociais, talvez o PT não tivesse conseguido colocar uma desconhecida no Palácio do Planalto (VEJA, Especial, 2010:60;61)

A desilusão de Portela ganha corpo, dimensão e pregação política. A dor é tamanha que ele até se justifica.

O chamado recado das urnas, para usar um clichê, é muito claro, portanto, assim para os opositoristas como para o governo petista. À oposição, quase metade dos brasileiros disse que um presidente extremamente popular não significa que os que a ele se opõem devem anular-se ou fazer vista grossa aos escândalos. Ao governo do PT, reafirmou que existe, sim, uma opinião independente no Brasil – que não dá cheques em branco em que flerta com as negociatas, o caudilhismo e o totalitarismo. (VEJA, Especial, 2010: 61)

O repórter prescreve que uma campanha eleitoral para presidente da República “é o momento em que o país passa a sua história a limpo. Destrincha seus problemas, põe em xeque seus projetos, expõe suas feridas – em outras palavras, amadurece” (VEJA, Especial, 2010:61). Segundo ele, “nesse sentido, a contribuição de Serra não poderia ser mais valiosa” (VEJA, Especial, 2010:61).

O texto relata que o ex-governador “ao expor as contradições do governo Lula chamou a atenção para questões que corriam o risco de ser soterradas pelo trator da suposta unanimidade” (VEJA, Especial, 2010:61). Para Veja, Serra “ajudou a fortalecer a democracia ao despertar a oposição e dar vazão ao descontentamento dos cidadãos” (VEJA, Especial, 2010:61). Segundo a revista, no discurso que fez depois de confirmada a vitória de Dilma, ele disse, dirigindo-se aos eleitores: “vocês alcançaram uma vitória estratégica no Brasil. Cavaram uma trincheira. Consolidaram um campo político de defesa da liberdade e da

democracia no Brasil” (VEJA, Especial, 2010:61). Sensibilizado, o repórter, textualmente emocionado, conclui: “Não são apenas as vitórias que engrandecem” (VEJA, Especial, 2010:61).

9.6.7. A fatia do PMDB

Daniel Pereira inicia uma longa reportagem (8 páginas, incluindo um *box*) com a manchete “Meio a meio” (VEJA, Especial, 2010:62;63). A linha fina indica que o partido do vice Michel Temer quer voltar a ser um dos mais fortes do país nos próximos anos.

O PMDB sonha em voltar a ocupar o posto de partido mais poderoso do Brasil. Além de dividir o governo com o PT, a legenda, que agora tem o vice-presidente, quer acabar com a fama de ser um reduto de políticos fisiológicos — já pensando nas eleições de 2014 (VEJA, Especial, 2010:62)



Figura 194 –Veja- Meio a meio- Especial

A idéia de sugerir que o partido quase é uma barriga de aluguel da política brasileira avança.

Se José Serra tivesse vencido as eleições, o PMDB estaria no governo. Se a vencedora fosse Marina Silva, a candidata do PV, o PMDB estaria no governo. O PMDB estaria no governo com Eymael, o democrata-cristão, com o PSTU, com o Partido Comunista... Enfim, ao lado de qualquer agremiação que chegasse ao poder (VEJA,

Especial, 2010:62).

De acordo com a revista, para o PMDB, a eleição de Dilma Rousseff tem um “significado especial” (VEJA, Especial, 2010:62). Pereira afirma que o partido considera a vitória de Dilma diferente porque ele “não estará simplesmente em mais um governo. Ele será governo - e já tem planos bem definidos para exercer esse papel” (VEJA, Especial, 2010:62).

O repórter informa que, desde o fim do governo Sarney, em março de 1990, o partido não “vislumbrava” (VEJA, Especial, 2010:62) uma perspectiva de poder como a que se apresenta. Nos últimos 16 anos, o PMDB esteve ao lado de Fernando Henrique Cardoso e Lula, mas “sempre no papel de mero coadjuvante” (VEJA, Especial, 2010:62).

A matéria também conta que, em troca de cargos e verbas, o PMDB disponibilizou a sua “imensa” (VEJA, Especial, 2010:62) bancada de deputados e senadores para suprir interesses de governantes. Para Pereira, era um “modo simples e lucrativo de exercer o poder de maneira lateral” (VEJA, Especial, 2010:62). O partido de Temer, diz o repórter, aceitou apoiar a candidatura de Dilma mediante a divisão com o PT de metade dos principais cargos da máquina pública.

Maior partido do Brasil, o PMDB planeja mudar essa situação. Prova disso é que as urnas do primeiro turno nem haviam sido fechadas ainda e o partido já tinha pronta uma agressiva estratégia de ação: o PMDB não pretende abrir mão de dividir com o PT - meio a meio - os principais cargos da máquina pública, como recompensa pelo apoio decisivo dispensado na campanha presidencial (VEJA, Especial, 2010:62: 64).

A matéria traça até um cenário bem preliminar para a sucessão de Dilma e chega a afirmar que o partido de Temer pretende indicar alguém para sucedê-la. Novamente, fala-se em estratégia definida e menciona-se o posicionamento a ser adotado sem recorrer a uma fonte.

Aparentemente desconsiderando que o PT deve se colocar como o principal comandante do processo político a partir de janeiro, o PMDB já pensa em criar condições para que a sigla eleja o sucessor de Dilma Rousseff, desalojando os “aliados” petistas da Presidência da República. E a estratégia para isso também já foi definida: posicionar o partido como um contraponto ao esperado avanço do radicalismo do PT na gestão Dilma. O PMDB planeja se apresentar como interlocutor preferencial da sociedade, capaz de impedir voluntarismos, como a tentativa de controle da imprensa ou uma guinada estatizante na economia (VEJA, Especial, 2010: 64).

Para Veja, essas são “propostas que figuram no cartel petista” (VEJA, Especial, 2010: 64). Daniel Pereira supõe que, se o PMDB não mudar de idéia, o governo Dilma poderá ser

tenso.

Se um cargo, um ministério ou uma verba a mais não fizerem os dirigentes peemedebistas mudar de idéia, o que não seria nenhuma novidade, os planos de poder da sigla soam como prenúncio de tensão imediata em um governo que vai se iniciar apenas em 2011 (VEJA, Especial, 2010: 64).

A reportagem informa que o plano do PMDB para a retomada da faixa presidencial, perdida desde o fim do mandato de José Sarney em 1990, começou a ser montado em 2009, quando o partido negociava com Lula o apoio à candidatura Dilma. “Desde então, (o plano) é capitaneado pelo deputado Michel Temer, agora vice-presidente da República eleito” (VEJA, Especial, 2010: 64;66). O cientista político Paulo Kramer, professor da UnB, fala da importância que o partido de Temer terá no governo Dilma. “Diz o cientista político Paulo Kramer, professor da Universidade de Brasília: ‘O PMDB será um fator importante de equilíbrio para fazer contraponto ao petismo sobre Dilma’” (VEJA, Especial, 2010: 66). O repórter insiste em afirmar que, num encontro com representantes dos meios de comunicação, do setor financeiro e do setor produtivo, Temer assegurou que o PMDB atuará em parceria com a sociedade “a fim de impedir que o PT enquadre Dilma, impondo a ela a agenda do partido” (VEJA, Especial, 2010: 66). De acordo com a matéria, essa será a estratégia que Michel Temer adotará para “dar fôlego à ambiciosa caminhada da legenda rumo ao Planalto” (VEJA, Especial, 2010: 66). Segundo o jornalista, a primeira “tacada” (VEJA, Especial, 2010: 66) do partido nessa direção ocorreu uma semana antes da eleição. Por sugestão de seus líderes, a presidente eleita assinou uma carta de treze pontos, uma espécie de compromisso em defesa da democracia e da liberdade de expressão - temas em que o PT evitava se aprofundar durante a campanha (VEJA, Especial, 2010: 66).

Veja garante que o partido de Dilma tem projetos distintos dos apresentados da legenda do vice.

Como o PT tem planos diametralmente opostos aos do PMDB, não é exagero afirmar que somente a habilidade política da presidente eleita será capaz de evitar um previsível conflito de interesses entre as duas legendas que dividirão a Esplanada dos Ministérios a partir do ano que vem (VEJA, Especial, 2010: 66).

O repórter chega a duvidar da possibilidade de o PMDB ter alguma autonomia no governo Dilma. Daniel Pereira afirma que, nos últimos vinte anos, o partido de Temer virou um “porto seguro” (VEJA, Especial, 2010: 66) para governos e passou a sobreviver à base de troca de apoios aos governos. Ele narra o que define como um processo de “deformação moral”.

É um exercício mental desafiador imaginar o PMDB mirando uma proposta legítima de poder. Nos últimos vinte anos, o partido passou por um intenso processo de deformação moral, a ponto de ofuscar a parte mais nobre de sua história - a resistência à ditadura militar. A legenda, que já abrigou intelectuais e figuras de proa do pensamento nacional, foi com o tempo se transformando numa espécie de porto seguro para personagens do submundo da política. A estratégia dos líderes de dividir o poder sem precisar disputá-lo diretamente desenvolveu um vício de sobrevivência. Em troca de apoio aos governos, o PMDB ocupa cargos e se abastece de verbas públicas (VEJA, Especial, 2010: 66).

Segundo a reportagem, para o vice-presidente eleito, “essa cultura dominante é, de fato, um sólido obstáculo para levar à frente um projeto mais ambicioso de poder” (VEJA, Especial, 2010: 66;67). De acordo com o texto, filiados e líderes do PMDB estão satisfeitos com a posição de Temer. Veja conclui o motivo.

Boa parte dos peemedebistas, sobretudo os de médio e baixo escalão, gosta da confortável situação de não ter o presidente da República, mas apenas apoiá-lo. Por quê? Porque o partido desfruta fatias do poder e de orçamentos bilionários sem o ônus de responder pela máquina pública. Em última instância, um erro de um ministro do PMDB até arranha a imagem do partido, mas quebra mesmo a vidraça do presidente da República. Hoje, por exemplo, cabe a Lula e a Dilma prestar esclarecimentos sobre irregularidades nos Correios, nicho histórico de corrupção comandado por parlamentares do PMDB (VEJA, Especial, 2010:67).

Para a revista, a melhor maneira de vencer essa barreira de interesses seria transpor “um segundo obstáculo não menos hercúleo: abandonar ou pelo menos reduzir de forma drástica o fisiologismo, a marca mais fiel e desgastante do partido” (VEJA, Especial, 2010:67). O repórter apóia-se na declaração do líder do partido na Câmara, o deputado Henrique Eduardo Alves. ““O PMDB fez por onde para receber a fama de fisiológico. Fez muito por onde. Disputávamos quem podia mais, quem tinha mais poder, quem tinha mais cargos’, lembra Henrique Eduardo Alves” (VEJA, Especial, 2010:67).

A matéria destaca que “desnorteado diante do fracasso retumbante do governo Sarney, o PMDB começou a flertar com a política do balcão de negócios no início da década de 90” (VEJA, Especial, 2010:67). Uma parcela do partido, diz Pereira, tentou apoiar o então presidente Fernando Collor, que recusou a parceria, mas o impeachment de Collor e a posse de Itamar Franco trouxeram o PMDB de volta ao Palácio do Planalto. Em seguida, Itamar pensou que conseguiria construir uma candidatura que devolvesse ao partido, em 1995, a faixa presidencial, mas a revista explica por que isso não aconteceu. “O projeto, no entanto, foi desbancado pelo sucesso do Plano Real e pela conseqüente candidatura do tucano Fernando Henrique Cardoso” (VEJA, Especial, 2010:67;68).

Nas linhas finais, Veja avalia que “os planos de poder do PMDB, como se vê, já miram muito além do governo que ainda nem começou” (VEJA, Especial, 2010:68). O *box* “À sombra de todos os governos” (VEJA, Especial, 2010:68) retoma, de forma ilustrada, a questão de o PMDB ter se tornando um partido de apoio. Pereira traça uma cronologia que se inicia em 1985, ano da redemocratização. No texto, entre outros fatos históricos, menciona-se que o mesmo Michel Temer, eleito agora vice-presidente, foi presidente da Câmara no primeiro mandato de FHC.

Edição comemorativa

do tucano Fernando Henrique Cardoso. “Bon para o Brasil seria que o PMDB tivesse programa, brio, e fosse digno de sua história em defesa da democracia e da liberdade”, afirma o senador peemedebista Pedro Simon. “Desde o governo FHC, o partido fez uma opção pela adesão ao governo em troca de cargos. Ajuda a governabilidade? Ajuda. Mas podia fazer isso a um custo bem menor para o país”, acrescenta.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito com o apoio do PFL, atual DEM. Os peemedebistas aderiram ao tucano logo no primeiro mandato. Seus deputados e senadores foram fundamentais, por exemplo, para impedir a instauração de uma CPI destinada a investigar denúncias de compra de votos para a emenda da reeleição. Como retribuição a esse e a outros serviços prestados, ganharam apoio para comandar postos-chave no Congresso e no Executivo. Ocuparam posições de destaque no governo tucano, entre outros, Michel Temer, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Godofredo Vieira Lima — todos, logo depois, com-vertidos em personagens da linha de frente do governo Lula. Nos, não por coincidência, agora também companheiros da presidente eleita Dilma Rousseff. O PMDB é assim. Em 1999, o ex-governador Moreira Franco, uma estrela do partido, era dono de uma sala no 4º andar do Palácio do Planalto. Numa rotina que se estendeu até o fim do segundo mandato de Fernando Henrique, ele passava o dia recebendo parlamentares e bolando estratégias para ocupar os espaços que ainda restavam no governo tucano, mas, principalmente, já de olho no governo que estava por vir. Na gestão Lula, ele foi contemplado com uma diretoria da Caixa Econômica Federal. Durante a campanha de Dilma, Moreira Franco foi coordenador do programa de governo petista, com direito a sala no comitê central da campanha. O plano de governo nunca foi apresentado. Mas os planos de poder do PMDB, como se vê, já miram muito além do governo que ainda nem começou.

68 | NOVEMBRO 2010 | VEJA ESPECIAL

À SOMBRA DE TODOS OS GOVERNOS

Desde a redemocratização, em 1985, o PMDB só esteve distante do poder no governo do ex-presidente Fernando Collor — que durou menos de três anos. Criado em março de 1966 com o nome de Movimento Democrático Brasileiro, o partido trocou o papel de oposição consentida ao regime militar pela adesão incondicional aos governos eleitos

- 1** Em 1985, o colégio eleitoral dá ao PMDB, em votação indireta, o direito de governar o país. Escolhido presidente, Tancredino Neves morre em abril daquele ano, e o vice, José Sarney, já filiado ao partido, assume a Presidência da República
- 2** Na eleição presidencial de 1989, o PMDB lança Ulysses Guimarães na chapa. Abandonado por parte do partido e entropido pelos altos índices de inflação, Ulysses recebe cerca de 5% dos votos. Fernando Collor de Mello é eleito e fecha as portas do governo aos peemedebistas
- 3** Em 1992, o PMDB defende o pedido de impeachment do Collor. Indica, inclusive, o relator do caso no Senado. Collor é cassado, e o vice, Itamar Franco, assume a Presidência com o apoio do partido
- 4** Em 1994, o PMDB lança Orestes Quercia ao Planalto. Ele é derrotado por Fernando Henrique Cardoso, um ex-peemedebista migrado para as fileiras do PSDB. O PMDB dá início à prática de trocar apoio no Congresso por cargos e pelo comando de organismos bilaterais da máquina pública
- 5** No primeiro mandato de FHC, o PMDB elege Michel Temer para presidente da Câmara. São a promessa de ajustarem na “governabilidade”, deputados e senadores do partido conseguem empurrar ministros no governo
- 6** No segundo mandato de FHC, a lógica de trocar apoio por cargos e benesses continua. Com crédito por ter ajudado a abafar investigações no Congresso, o PMDB ganha mais espaço com figuras controversas como Renan Calheiros e Jader Barbalho — eleito presidente do Senado
- 7** Em 2002, o PMDB decide apoiar formalmente o candidato tucano à Presidência, José Serra, indicando a deputada Rita Camata para o posto de vice. Mantendo a tradição, o partido ataca em todas as frentes. O senador José Sarney, por exemplo, declara apoio a Lula, o que lhe garantiria prestígio na gestão do petista
- 8** O PMDB do Senado é tratado como aliado preferencial no primeiro mandato de Lula. José Sarney é eleito presidente da Casa e Romero Jucá, nomeado ministro da Previdência Social. O grupo de deputados do partido é mandado afastado do governo — com as exceções de praxe
- 9** No segundo mandato de Lula, os deputados peemedebistas aderem ao governo. Michel Temer é eleito presidente da Câmara e depois escolhido como vice na chapa presidencial de ex-embrista Dilma Rousseff. O PMDB passa a controlar seis ministérios e várias empresas estatais

Figura 195 –Veja- À sombra de todos os governos- Especial

9.6.8. Guerra dos Sexos

À primeira vista, quem foi ao índice, na página 8 da edição comemorativa sobre a vitória de Dilma Rousseff, e viu a chamada “Mulheres no Poder”, talvez tenha ficado surpreso. As impressões iniciais que a reportagem desperta, em especial quando se folheia despreziosamente a revista, são promissoras. Há uma coletânea de fotos de mulheres que brilharam ou protagonizaram momentos históricos relevantes que contam um pouco do tempo de cada uma delas, um pouco do nosso tempo. A vitória de Dilma Rousseff é o recorte da pauta, que poderia ser publicada num título como Aventuras na História, da mesma Editora Abril.

A coletânea de fotos sobre líderes do “sexo frágil” – a revista em nenhum momento usa

essa expressão tão politicamente incorreta – vai da Princesa Isabel e de Isabelita Perón a nomes como Golda Meir, Michele Bachelet, Margaret Thatcher, Indira Gandhi, Benazir Bhutto e Angela Merkel. O recorte histórico atrai, incita a leitura.

A reportagem é assinada por Gustavo Ribeiro, que destaca, já na linha fina, que a presidente eleita do Brasil fará parte de uma relação de mulheres que estiveram no comando e “que mostraram que governar bem ou mal independe do gênero” (VEJA, Especial, 2010:70).



Figura 196 –Veja- Mulher no poder- Especial

O lide, cansativo por ter sido lido exaustivas vezes na cobertura, repete que Dilma “há apenas cinco anos não passava de um quadro secundário da constelação do PT” (VEJA, Especial, 2010:70). Mas pouco depois, a ambientação histórica ganha corpo e passa a ditar o tom daquela que talvez tenha sido a reportagem com mais informação (e menos opinião) em toda essa edição especial. Um exemplo:

Hoje, menos de 8% dos governantes do planeta são mulheres. Em números absolutos são dezoito, contando com Dilma. Escolhida para comandar a maior economia do Hemisfério Sul e um dos países com as mais altas taxas de crescimento do mundo, Dilma agora pertence a uma elite feminina, ao lado da chanceler alemã Angela Merkel e da presidente argentina Cristina Kirchner. O resultado da eleição de domingo é histórico não só pelo fato de que o Brasil elegeu para o cargo mais importante da nossa democracia uma mulher, mas também porque se trata da maior vitória feminina

em um sistema político ainda amplamente dominado pelos homens. (VEJA, Especial, 2010:70)

A forma como o texto é escrito torna esta uma reportagem ligeiramente diferenciada de um todo bastante conhecido e que se procurou mostrar até aqui. Por que “ligeiramente”? Porque muitos dos vícios – e sequer há segurança sobre o uso dessa palavra como um termo adequado – reaparecem. O repórter diz que “a expectativa natural que a presença de uma mulher no Palácio do Planalto provoca na população é de um governo mais sensível às demandas sociais” (VEJA, Especial, 2010:71). Veja ouviu a diretora do “Centro Feminista de Estudos e Assessoria” (VEJA, Especial, 2010:71), Fernanda Feitosa. De acordo com a declaração dela, “o eleitorado percebe a mulher, de maneira geral, como mais atenta a políticas de saúde, educação e às questões da família” (VEJA, Especial, 2010:71).

Gustavo Ribeiro avança e parte de seu alicerce histórico começa a ruir. “À exceção do título de ‘mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o discurso de Dilma Rousseff durante a corrida eleitoral não deu nenhuma indicação de que seu governo será marcado por uma gestão mais “feminina” (VEJA, Especial, 2010:71;72). Segundo o repórter, a marca da candidata foi explorar o máximo que pôde a ligação com o governo Lula.

O texto descreve como Michele Bachelet conseguiu elevar a participação feminina no mercado de trabalho chileno. Essa política rendeu “a Bachelet a nomeação para a chefia da ONU Mulheres, entidade criada para acelerar o processo de autonomia das mulheres em todo o mundo” (VEJA, Especial, 2010:72). É citada a socióloga Fátima Pachecho Jordão, que avalia a presença de Dilma no contexto dessa discussão: “Seria tolo, porém, esperar de Dilma a mesma agenda. Sua campanha foi centrada em temas como macroeconomia e manutenção da estabilidade” (VEJA, Especial, 2010:72).

O texto ainda percorre os dilemas que Angela Merkel enfrenta na Alemanha, país que tem a maior economia da Europa e a menor taxa de natalidade de todo o continente. O repórter cita, em tom elogioso, a frase de Reagan sobre a inglesa Margaret Thatcher. “Apelidada pelo ex-presidente americano Ronald Reagan de ‘melhor homem da Inglaterra’, conduziu seu país de forma inflexível entre 1979 e 1990” (VEJA, Especial, 2010:72).

Entre um e outro trecho mais escorregadio, Ribeiro prossegue e conta que, no Brasil, “a bancada feminina na Câmara aumenta numa média de quatro deputadas por eleição. A continuar nesse ritmo, ela só vai se equiparar à masculina em duzentos anos” (VEJA, Especial, 2010:72).

Eis que chegam os períodos finais de um texto bem construído e com mais informação

do que pregação ideológica, algo escasso em Veja. O repórter cita a dubiedade de Dilma a respeito do aborto. Mas o epíteto de sua matéria, sobre **mulheres**, ainda estava por vir. Angela Merkel? Cristina Kirchner? Golda Meir? Dilma? Questão de gênero...

Nas eleições que terminaram neste domingo, ironicamente, foi o único homem entre os três candidatos mais competitivos na disputa pela sucessão de Lula, o tucano José Serra, quem levou à campanha temas sensíveis às mulheres, como creches, câncer de mama, entre outros (VEJA, Especial, 2010:74;75).

9.6.9 Um novo papel para o Brasil

A penúltima reportagem da edição comemorativa é “O Brasil legado por Lula...” (VEJA, Especial, 2010:76). É também o primeiro texto assinado a quatro mãos (Marcelo Sakate e Luís Guilherme Barrucho). A matéria se propõe a discutir os avanços da economia brasileira desde o Plano Real até o fim do governo Lula. “Dilma receberá uma economia estável, sem nenhuma crise à vista e pronta para crescer. Seu erro será insistir em um capitalismo de estado que agigante ainda mais o setor público” (VEJA, Especial, 2010:76), salientam os repórteres na linha fina.



Figura 197 –Veja- O Brasil legado por Lula...- Especial

Como a reportagem anterior, sobre mulheres no poder, essa também começa com uma

ambientação histórica bem pensada. Os jornalistas descrevem como o Parlamento passou a controlar as contas públicas na Inglaterra e o que mudou com essa atribuição.

Inglaterra, 1688. A Revolução Gloriosa²³ deu fim ao absolutismo e destronou o rei James II²⁴. O Parlamento ganhou atribuições de controlar as contas públicas. A irresponsabilidade na administração do orçamento ficou para trás, e as dívidas voltaram a ser honradas. Rapidamente, os juros pagos pelo governo inglês aos seus credores caíram de 10% para 3% ao ano. Estava sedimentado o alicerce institucional sobre o qual se desenvolveria a Revolução Industrial, elevando a Inglaterra ao trono de maior potência do planeta. (VEJA, Especial, 2010:76).

Imediatamente após este primeiro parágrafo sobre a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, os repórteres estabelecem um paralelo com o Plano Real. E não hesitam em dar-lhe glórias.

Brasil, em 1994, o Plano Real restituiu a credibilidade que os brasileiros conferiam a sua própria moeda. Beneficiando-se das reformas que já haviam sido postas em curso nos anos anteriores e aprimorando-se por ajustes que vieram nos anos seguintes, o programa de estabilização monetária recuperou o bom-senso macroeconômico no país. A economia foi aberta à concorrência internacional. Estatais ineficientes foram vendidas. Assim como na Revolução Gloriosa, os governantes brasileiros perderam o primado de imprimir dinheiro e o direito de gastá-lo como julgassem conveniente, sem respeitar nenhum limite. Dezesseis anos depois, o país é recompensado com uma de suas fases mais prósperas. A taxa de juros recuou, permitindo o desenvolvimento do crédito para os investimentos e para o consumo (VEJA, Especial, 2010:76).

Veja avalia que, “pela primeira vez em pelo menos uma geração, os brasileiros voltaram a acreditar que seus filhos viverão em um país melhor que o de seus pais” (VEJA, Especial, 2010:76). Os repórteres outorgam-se o direito a uma análise político-econômica: “O Brasil é um atestado vivo de que perseguir o pragmatismo e o bom-senso dá resultados evidentes e duradouros” (VEJA, Especial, 2010:76).

O texto relata que Lula, ao assumir a Presidência em 2003, herdou uma economia “castigada” (VEJA, Especial, 2010: 78) pela crise financeira. Segundo os repórteres, uma crise provocada pelo medo de que o PT viesse a assumir o poder e, com isso, cumprir alguns

²³. Revolução Gloriosa é o nome do movimento ocorrido na Inglaterra entre 1688 e 1689 no qual o rei James II foi destituído do trono britânico. É chamada também de “Revolução sem sangue“, pela forma pacífica como ocorreu (INFOESCOLA, 2011).

²⁴. Em 1642, começou na Inglaterra a Revolução Puritana, que provocaria sete anos depois a queda da Monarquia e a proclamação de uma República dirigida por Oliver Cromwell – um calvinista implacável, muito mais anticatólico do que os anteriores reis anglicanos. Após a morte de Cromwell, a Monarquia foi restaurada na Inglaterra, com a volta da Dinastia Stuart, deposta em 1649. Mas em 1688, o rei James II Stuart, católico e com tendências absolutistas, foi destronado pela Revolução Gloriosa. Apoiado por Luís XIV da França, James II desembarcou na Irlanda em 1690 e liderou uma revolta dos irlandeses contra a dominação inglesa. No ano seguinte, porém, suas forças foram inapelavelmente batidas pelo novo rei da Inglaterra, o holandês Guilherme III de Orange (CURSO OBJETIVO, 2011).

de seus antigos projetos.

Crise essa causada pelo temor de que o PT, no poder, cumpriria seus antigos projetos de calote da dívida pública e expropriação da propriedade privada. O país havia pedido socorro ao Fundo Monetário Internacional em agosto de 2002, no valor de 30 bilhões de dólares. A inflação tinha disparado para mais de 12%, muito acima da meta oficial do governo, e o Banco Central promovera um “choque de juros” ao elevá-los para 25% ao ano, a fim de estancar o aumento dos preços (VEJA, Especial, 2010:76;78).

De acordo com a reportagem, a nomeação da equipe econômica, “com Antonio Palocci Filho na Fazenda e Henrique Meirelles no Banco Central, ajudou a dirimir a desconfiança de que haveria uma guinada que cedesse aos anseios da ala radical do PT” (VEJA, Especial, 2010: 78).

Veja cita que o prometido “espetáculo do crescimento” (VEJA, Especial, 2010: 78) de Lula, demorou a vir. “O país chegou a entrar em recessão no primeiro semestre de 2003 e cresceu só 1,15% nesse ano. Foi graças à manutenção do tripé formado por câmbio flexível, equilíbrio fiscal e metas de inflação que o Brasil sobreviveu à travessia (VEJA, Especial, 2010: 78).

Os repórteres indicam que o primeiro mandato de Lula também “ensinou que fazer reformas pontuais - como a criação do empréstimo consignado, a nova Lei de Falências e os novos instrumentos de crédito imobiliário - traz ganhos expressivos” (VEJA, Especial, 2010: 78). Já em seguida, Veja ressalta que os avanços mencionados foram essenciais para fomentar áreas que estão entre as que mais crescem atualmente. Os repórteres destacam que a presidente Dilma vai receber uma economia sem crise.

Assim como FHC legou um Brasil melhor a Lula, Lula legará um Brasil melhor a Dilma. O país deverá encerrar 2010 com um crescimento do PIB ao redor de 7%, o melhor momento desde o milagre econômico dos anos 70. A petista, ao contrário de seus antecessores recentes, deverá iniciar o seu mandato sem nenhuma crise no horizonte. O país quitou o que devia ao FMI (VEJA, Especial, 2010: 78).

O texto afirma que a dívida externa “deixou de ser uma ameaça” (VEJA, Especial, 2010: 78). A reportagem também enfatiza que, “em termos líquidos, isto é, considerando-se as reservas internacionais, o Brasil é hoje na verdade credor externo, e não devedor” (VEJA, Especial, 2010: 78). Marcelo Sakate e Luís Guilherme Barrucho informam que Dilma, no entanto, terá de liderar “um estado mais inchado, uma herança que ela, como ministra, ajudou a patrocinar” (VEJA, Especial, 2010: 78). Os repórteres descrevem o grupo político a que

Dilma pertenceu nos meandros do poder.

Primeiro na Pasta de Minas e Energia e depois na Casa Civil, a presidente eleita aliou-se à ala mais conservadora e retrógrada do governo, comandada pelo então ministro José Dirceu, opondo-se ao bloco reformista e liberal, capitaneado pelo ex- ministro da Fazenda Antonio Palocci (VEJA, Especial, 2010: 78).

Os repórteres acusam Dilma de ter feito “articulações para enfraquecer as agências reguladoras (VEJA, Especial, 2010: 78). O efeito teria sido a perda de atribuições para o Executivo e o crescimento de estatais. No Planalto, dizem os jornalistas, Dilma comandará “930.000 servidores trabalhando diretamente no Poder Executivo, 120.000 a mais do que havia na estrutura deixada por FHC a Lula” (VEJA, Especial, 2010: 78).

O texto indica que com os “petistas foi criada uma dezena de estatais” (VEJA, Especial, 2010: 78). De acordo com a revista, o BNDES, entre 2002 e 2010, liberou mais empréstimos, o que trouxe resultados positivos e negativos para as empresas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumentou em 255% a liberação de empréstimos entre 2002 e 2010. O banco público tornou-se o pivô da estratégia desenvolvimentista da atual equipe econômica para financiar a formação de conglomerados empresariais. Ótimo para os felizardos que desfrutam o privilégio de ser os escolhidos do rei e contar com os juros subsidiados. Ruim para a maior parte das empresas brasileiras, sobretudo as pequenas, que pagam juros três vezes maiores que os cobrados pelo BNDES (VEJA, Especial, 2010: 78;79)

Neste contexto, a reportagem afirma que “solapando a Lei de Responsabilidade Fiscal, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e sua equipe criaram um orçamento paralelo para injetar mais e mais recursos no banco estatal” (VEJA, Especial, 2010:79). Veja condena, com o apoio de um economista entrevistado pelos repórteres.

Tais iniciativas são exemplos de um voluntarismo segundo o qual a caneta do mandatário tudo pode, sem conseqüências adversas. Afirma Sérgio Vale, economista da consultoria MB Associados: “Resgatar a credibilidade fiscal deveria ser uma prioridade. Depende-se cada vez mais de mágicas para cumprir o superávit. Uma política fiscal equilibrada é essencial para o crescimento a longo prazo e evita a necessidade de aumento da carga tributária” (VEJA, Especial, 2010:79).

A revista apresenta o cenário que pode estimular investimentos e levar à criação de mais empregos. “Racionalizar as despesas públicas significa dar alívio a uma demanda que já anda aquecida, abrindo espaço para taxas de juros menores e um real menos valorizado. Assim, seriam estimulados os investimentos privados” (VEJA, Especial, 2010:79). Os repórteres declaram que adotar uma política parecida com a defendida pelo general Ernesto Geisel seria

distanciar o país de nações mais avançadas.

Os ventos sopram a favor do Brasil. Desperdiçá-los com políticas antiquadas inspiradas no capitalismo de estado defendido pelo general Ernesto Geisel, que presidiu o Brasil de 1974 a 1979, seria dilapidar a oportunidade de que o país dispõe para diminuir o atraso que o separa das nações avançadas (VEJA, Especial, 2010:79).

Para Veja, não faltarão interessados em investir na economia brasileira nos próximos anos. A matéria indica que “o país receberá o estímulo adicional dos bilhões de dólares que serão gastos com a exploração do petróleo do pré-sal e com as obras de infraestrutura preparatórias para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada do Rio, em 2016” (VEJA, Especial, 2010:79). Sakate e Barrucho ponderam que a durabilidade do avanço dependerá da preservação da estabilidade econômica e da continuidade das reformas estruturais.

Nas linhas finais, os repórteres citam a declaração de um economista do Arizona que acredita na evolução do Brasil. “O Brasil entrará no rol dos países industrializados e será uma nação rica”, afirmou a Veja o Nobel de Economia Edward Prescott, da Universidade Estadual do Arizona “(VEJA, Especial, 2010:79). No último parágrafo, no entanto, eles voltam a recorrer ao legado histórico para patinar no campo da pregação ideológica, em tom de ameaça velada.

Desde o Iluminismo britânico, a história já registrou diversas nações que emergiram da pobreza depois de ter abraçado instituições políticas e econômicas sensatas, respeitando o império da lei e capacitando os seus cidadãos intelectualmente. Foram nações que almejavam o bem-estar comum, e a não a riqueza da corte palaciana. O Brasil, em velocidade ainda lenta, ingressou nesse caminho. Regredir seria uma mácula que Dilma não deveria nem sonhar em ostentar naquele que será o mais importante capítulo de sua biografia (VEJA, Especial, 2010:79).

9.6.10. O cenário geopolítico internacional

A última reportagem da edição comemorativa recebeu o título “...E o mundo que receberá Dilma” (VEJA, Especial, 2010:80). Ela não está assinada, mas é um desdobramento da análise macroeconômica interna da matéria anterior, agora num contexto internacional. São apenas duas páginas que abrigam um texto pequeno, sem maior aprofundamento. Na linha fina, Veja diz: “Nos próximos quatro anos, os países emergentes vão liderar o crescimento mundial e superar o PIB das nações ricas. A nova presidente deverá lidar com um globo cujo eixo se deslocará para a Ásia” (VEJA, Especial, 2010:80).



Figura 198 –Veja-E que receberá Dilma- Especial

A matéria destaca que, por cinco séculos, europeus e, na sequência, norte-americanos lideraram o crescimento mundial e “continuam sendo a face mais rica e desenvolvida do planeta” (VEJA, Especial, 2010:80). Para Veja, o século XXI marca o início de uma “reorganização profunda das forças globais” (VEJA, Especial, 2010:80). Sugere-se que o mandato da presidente eleita pressuponha atenção a essa percepção. Para a revista, o PIB dos países emergentes vai superar o dos mais desenvolvidos.

Durante o governo Dilma, o mundo será o palco de uma mudança notável. Puxado pelo avanço da China e também da Índia, o PIB dos países emergentes vai superar, daqui a quatro anos, o PIB dos países avançados. Em outras palavras, isso significa que a maior parte dos investimentos e do consumo feitos na economia mundial ocorrerá em cidades como Xangai, Mumbai e São Paulo (VEJA, Especial, 2010:80).

O cenário externo nos primeiros anos do governo Dilma será “desafiador” (VEJA, Especial, 2010:80). A reportagem cita a avaliação do historiador Kenneth Maxwell, da Universidade Harvard. “O mundo estará polarizado entre a capacidade dos emergentes em manter um crescimento sustentável e a velocidade com que os Estados Unidos e a Europa se recuperarão da crise” (VEJA, Especial, 2010:80).

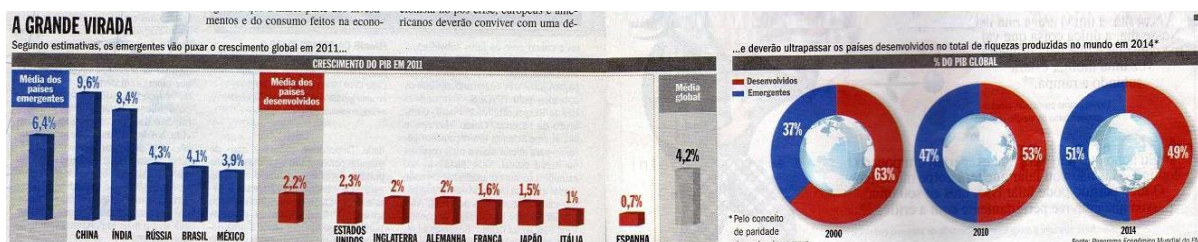
Veja traça o cenário das ações de governos nos países mais desenvolvidos. E indica um cenário ainda negativo às nações européias.

Nos países ricos, os governantes deverão empregar planos de austeridade para arrecadar mais impostos e enxugar gastos. Correm o risco de passar por uma nova onda recessiva. Tais ajustes, sempre dolorosos ao bolso dos eleitores, já sofrem resistência organizada. Enredados no endividamento público sufocante e num estado que emergiu mais intervencionista no pós-crise, europeus e americanos deverão conviver com uma década perdida, com uma economia estagnada e o desemprego elevado. (VEJA, Especial, 2010:80;81).

A matéria volta a afirmar que o “dinamismo mundial dependerá essencialmente dos gigantes asiáticos” (VEJA, Especial, 2010:81). Descreve-se, com o apoio de uma metáfora, que “a geopolítica nesse novo mapa-múndi, com a China no centro do planisfério, será um jogo inédito e incerto. Para sustentarem o seu crescimento avassalador, os chineses importam grandes quantidades de matérias-primas” (VEJA, Especial, 2010:81).

Nas linhas finais, o texto alude qual será o papel do Brasil nesse contexto e indica que, “em primeiro lugar, o país deveria abrir-se mais e aprofundar sua integração com a economia global, um processo ainda incipiente” (VEJA, Especial, 2010:81). Veja relata que, em 1980, o Brasil ocupava um “acanhado 1% de participação no comércio mundial” (VEJA, Especial, 2010:81), percentual similar ao da China naquele período. Mas três décadas depois, a economia brasileira segue “estagnada no mesmo patamar, ao passo que a chinesa ocupa 10% das vendas internacionais” (VEJA, Especial, 2010:81).

A matéria recorre à análise de Ernesto Lozardo, professor de economia internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para Lozardo, “o Brasil ficou à margem do benefício da globalização pelo baixo nível de investimento público, pela mão de obra desqualificada e por uma estrutura tributária extremamente complicada” (VEJA, Especial, 2010:81). Nas últimas linhas, Veja prescreve, em tom de desafio econômico que incide sobre nós. “São desequilíbrios que deveriam ser mitigados no próximo governo. Caso contrário, não sairemos do 1% de participação no comércio mundial - e dificilmente encontraremos uma posição proeminente no redesenho da cartografia geopolítica” (VEJA, Especial, 2010:81).



9.6.11. Análise da cobertura em novembro

Chama a atenção em Veja de 3 de novembro o erro com 16 páginas praticamente encartadas no meio da cobertura eleitoral sem numeração. Ele se torna intrigante se considerarmos que neste hiato se abrigam apenas duas reportagens: o pingue-pongue de Mário Sabino, um titular da revista na arte de exaltar FHC e o governo tucano, e a matéria que compara Lula a Fidel Castro.

Nesta segunda reportagem, a forma como a menção segundo a qual “Lula é um elogio itinerante ao ditador Fidel Castro” (VEJA, nº44, 2010:?) também pode ser observada, em especial pelo apoio das imagens, mas está principalmente na condução narrativa do texto, que associa um a outro.

Os preconceitos históricos sempre acompanham as coberturas políticas que Veja empreende. A forma de associar a esquerda ao atraso vem, desta vez, com um culto nada elegante à obsolescência. “Fidel Castro fez desse um jogo de cena clássico de seu arsenal, pois, mesmo dependendo vitalmente das doações anuais bilionárias dos soviéticos para sua ilha não soçobrar, aparecia nas fotos como se ensinasse alguma coisa aos velhinhos do Kremlin” (VEJA, nº44, 2010:?). Em outros trecho, o texto anônimo prega: “No caso de Lula, a mágica da ‘boca aberta, pois a foto não tem som’, é ainda mais eficiente. Com frequência Lula aparece nas fotos oficiais falando com a maior tranquilidade a interlocutores russos, alemães, árabes, israelenses, africanos, como se dominasse o idioma deles” (VEJA, nº44, 2010:?). Qual outro nome senão preconceito se dá a essa necessidade da crítica sistemática? A reportagem se permite avançar a períodos como “monoglota, Lula se beneficia bastante de um truque de Fidel Castro — o de falar sempre mais do que o interlocutor, de forma que nas fotos ele pareça estar ensinando ao colega alguma coisa” (VEJA, nº44, 2010:?). O texto conclui-se, convém ressaltar, na tentativa de comparar não mais Lula a Fidel, mas Fidel a Hitler. “O patrono desse teatralismo de palanque é Adolf Hitler, que, por sua vez, aprendeu tudo com um comediante de Munique, Ferdl Weiss. Os cubanos chamam Castro de *'El comediante en jefe'*” (VEJA, nº44, 2010: ?).

As páginas sem numeração também reúnem o pingue-pongue com FHC. Mário Sabino – e por isso ele é chamado de “insuspeito” no título da seção 9.2.1 - já é um velho conhecido dos leitores de Veja quando o assunto é o ex-presidente. O autor de “Um ex de bem com a vida” em 2010 é também o responsável por “FHC explica FHC e o Brasil” e “A arte de ser FHC”, “reportagem” de capa e com grande espaço interno ao ex-presidente quatro anos antes, curiosamente um ano eleitoral.



Quando o assunto envolve a relação do Executivo brasileiro com o Judiciário, tema recorrente na cobertura eleitoral pelo prisma ou do desrespeito às leis ou da pressão sobre a Justiça, Veja insinua num primeiro instante e enfatiza a insinuação logo em seguida que o presidente Lula havia “pautado” (VEJA, nº44, 2010:82) suas indicações ao STF por “prioridades mais calcadas em princípios e visão de mundo do que na necessidade de obter determinados resultados nos julgamentos da corte” (VEJA, nº44, 2010:82). O desafio que se imputa à mais alta corte jurídica do País, na leitura de Veja, é similar àquele que Diógenes se impôs. Triste sina de quem vagou pela vida com uma lanterna na mão na busca vã por um homem honesto.

Também esteve longe de se encerrar, ainda mais no apagar das luzes da edição que chegaria às bancas horas antes do segundo turno, o caso Erenice Guerra, a “ex-escudeira” de Dilma sobre quem “repórteres de VEJA descobriram evidências desabonadoras fortes o suficiente para afastá-la do cargo e levá-la a se explicar à polícia” (VEJA, nº44, 2010:85). A cobertura exalta os méritos editoriais da revista a serviço de interesse público. “A ex-ministra foi demitida da Casa Civil depois que uma reportagem de VEJA revelou que ela tinha deixado sua repartição se transformar em um balcão de negócios para atender a interesses pecuniários de sua família e do PT”. (VEJA, nº44, 2010:85). Na matéria seguinte, que fala em fantasmas, abantesmas e congêneres, o “enfatuado ex-jornalista” Amaury Ribeiro Jr. também é alvo. Nada do que foi publicado tinha em tom de denúncia tinha o status de novidade.

Na edição especial, “comemorativa”, Veja, na Carta ao Leitor, exalta a vitória de Dilma como uma vitória de todos os brasileiros, fala-se em fator bem-estar e nos avanços do País. Depois de uma campanha sistemática, que pode ter contribuído sobremaneira na construção

do cenário que levou ao segundo turno, quão verídica é essa análise? Ou se trata de marketing editorial diante de um fato histórico.

Na edição 2152, de 17 de fevereiro de 2010, o repórter Fábio Portela, em outra reportagem que exaltava o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (“A tempestade FHC”), afirmou que “FHC deveria se confrontar apenas com Lula, que ocupa o cargo que já foi dele um dia – e não com Dilma, figura comparativamente menor, que jamais recebeu um voto na vida”. Era, e o processo eleitoral sequer estava em curso, uma maneira de prescrever com quem se deve debater e com quem não se deve, algo ludicamente autoritário. No mesmo mês de fevereiro, Augusto Nunes, que já dirigiu a redação do jornal O Estado de S. Paulo e conduziu o processo para que ele voltasse a circular às segundas-feiras no início da década de 90, referiu-se a Dilma, também nas páginas de Veja, como “bichinha palanqueira”. Agora, na tal edição comemorativa como interpretar essa metamorfose editorial ambulante em que Veja se transformara? A idéia de um triunfo de todos os brasileiros tem coerência com o que se leu ao longo de 2010?

É verdade, no entanto, que o tom da edição comemorativa é mais ameno. Veja parece desabituada de praticar um jornalismo sem discurso partidário, sem pregação. Na edição comemorativa, ele aparece em quantidade menor.

Ainda assim, vêem-se incongruências históricas. Talvez incongruência não seja o termo correto. Sobre aquilo que Veja afirmou a respeito do ex-presidente chileno Salvador Allende, uma repórter da própria Editora Abril publicou uma matéria intitulada “AK-47: Fuzil da discórdia”. Ela faz o seguinte relato:

Qual seria o fuzil empunhado por Allende, afinal? Após a morte do presidente, o general Javier Palacios Ruhmann, então chefe de inteligência do Exército, exibiu um AK-47 de metal negro, com correia porta-fuzil negra e uma lâmina pregada à arma com a dedicatória “A Salvador, de seu companheiro de armas, Fidel Castro”, com que Allende teria se suicidado. Também escuro e de culatra preta é o fuzil em uma foto feita no dia de sua morte. Mas outras fontes citam armas diferentes. No livro *El Día Decisivo: 11 de Septiembre de 1973*, escrito por Augusto Pinochet, uma foto mostra um fuzil com correia branca e culatra de madeira – um soldado exhibe essa mesma arma, em que se distingue o nome “Allende” e a rubrica de Castro, numa imagem feita dias depois do golpe. Contudo, em 2003, um militar disse à revista *El Periodista* ter encontrado uma arma alemã da marca Rheinmetall, que não fabrica fuzil, perto do corpo do líder chileno. E, em relato ao jornal *La Tercera*, o então subinspetor da Brigada de Homicídios, Julio Navarro, que examinara o corpo, afirmou: “Na culatra estava a placa com a dedicatória de Castro e o número da arma: 1651”. Só para confundir ainda mais, na foto cedida pelo Exército chileno e publicada na mesma reportagem, um oficial mostra a culatra sem placa e com o registro 4173 junto ao nome de Allende. O fogo cruzado de informações começou e não tem hora para acabar... (AVENTURAS NA HISTÓRIA.COM, 2011)

A dúvida nas páginas de Aventuras na História é certeza nas páginas de Veja. Ambas pertencem a um mesmo grupo editorial que as produz. Para Veja, talvez, interesse essa certeza do suicídio de Allende. Para Aventuras na História, cuja redação fica no mesmo prédio da de Veja, uma névoa histórica sobre todos nós, que o nosso tempo não se permitiu elucidar, não se dissipou a ponto de esclarecer o fato. Não é estranho que duas publicações que pertençam a uma mesma matriz organizacional façam leituras tão distintas de processos históricos? Que futuro Aventuras na História reserva a Dilma? O de Veja, do Brasil cujos militares “tentavam reprimir grupos radicais comunistas” (belíssimo eufemismo para tortura, um dos mais melífluos que se poderia conceber em toda a cobertura) ou o de Aventuras na História, que resiste, em nome da história que se propõe a cobrir, a tentações ideológicas? Quem venderá indulgências a quem? José Serra foi parar na reportagem – Veja arrumou um jeito de encaixá-lo no contexto - sobre as mulheres que fizeram história.

As matérias “O Brasil legado por Lula” e “...E o mundo que receberá Dilma” estão entre as que mais reuniram dados numa edição em que quatro textos não vieram assinados e outras sete reportagens tinham a informação sobre quem as escreveu. Destas 11 matérias, duas foram desenvolvidas com apenas um parágrafo de texto.

Também é curiosa a interpretação que Fábio Portela faz naquela “reportagem” sobre “o vencido que não perdeu”. Portela diz categoricamente que nunca um candidato do PSDB recebeu uma votação “tão alta em termos absolutos” (VEJA, Especial, 2010:60). A necessidade de se abrandar a dor em assuntos tucanos – e nesta edição a sanha radical do petismo foi menos citada – chama a atenção. Serra foi o político do PSDB mais votado porque a base do eleitorado aumentou.

Quando Collor foi eleito, em 1989, eram 76 milhões de eleitores. Em 1994, eram 95 milhões os brasileiros aptos a votar e FHC teve mais de 34,3 milhões de votos. Quatro anos depois, quando FHC foi reeleito, e o Brasil já tinha cerca de 106 milhões de eleitores. Em 2002, eram 115 milhões e, quatro anos mais tarde, na reeleição de Lula, 126 milhões de eleitores (R7, 2010). Para que a matemática do repórter se confirmasse, Serra precisaria ter tido em 2010 quase um 1,5 milhão de votos a mais. Com pouco mais de 45 milhões de votos (o ex-governador de São Paulo teve 43,7 milhões), Serra superaria o resultado proporcional de FHC em 94. A análise deve observar quanto determinada fração representa diante de uma base que se alterou.

CAPÍTULO X - PELO RESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO – A RELAÇÃO MÍDIA E POLÍTICA: UM UNIVERSO DE DÚVIDAS

Como avaliar as reportagens que Veja produziu na cobertura do processo eleitoral de 2010? O que elas mostram? Quais os valores que embutem? E o que escondem? A denúncia sobre Erenice Guerra e os escândalos na Casa Civil levaram a um ambiente que resultou no segundo turno? Se sim, este enredo transformou-se em contribuição à democracia? E as mazelas antigas, aquelas que foram requentadas e vendidas como novidades? Foi adequado indicar à exaustão a inexperiência de Dilma? E dizer, muitas vezes em tom promocional, que Serra se preparou a vida toda para “este momento”, para ser presidente? Qual é, tecnicamente, o critério pelo qual se chega à conclusão que ele é o mais preparado? Por que não defender, abertamente, em editorial, o voto em Serra, algo que estava mais do que claro nas linhas e entrelinhas das reportagens? Se Marina Silva trouxe uma contribuição ética tão expressiva, como a revista fez questão de recorrentemente lembrar, por que reservar a ela o espaço de coadjuvante? E por que Serra era o melhor e Dilma o que há de pior para o País?

A suspeita vira denúncia que vira certeza que vira ofensa (na maioria dos casos, pessoal – em especial quando a matéria é apócrifa) que vira pregação ideológica num modelo que alimenta uma ciclotimia editorial? Se não há como chegar a todas essas conclusões, às respostas que se busca – e outras tantas dúvidas ficaram no ar -, qual o legado que Veja deixa na cobertura política da eleição presidencial? É um legado mesmo? Ou, por outra perspectiva, um espólio? Quão contrastante é o rigor que se tem contra alopados, mensaleiros e radicais com as vistas grossas feitas para Paulo Vieira, o Paulo Preto, aquele que disse, também em tom de ameaça, que não se “larga um líder ferido na estrada a troco de nada”? Foi um lapso culposo ou doloso? Eis um tema da campanha, no caminho entre o primeiro e o segundo turno, que não chegou às páginas de Veja. Por quê? Critério editorial?

De Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi, dois colunistas que representam de forma mais transparente os predicados editoriais de Veja, sabe-se, sempre, e bem, o que vem. Por isso, o recorte deste trabalho não os envolveu. E jamais os envolveria, pela repetição de um discurso elitista e preconceituoso. Mas e os repórteres? Por que alinhá-los a tudo isso? Por que transformar uma cobertura de política, que no fundo é uma cobertura da história do presente, da história do País e de cada um de nós, num rito doutrinário de pregação? O radicalismo dos outros – ainda mais se eles forem adversários não assumidos – é o único a ser combatido? Radicalismo com radicalismo se paga? É cobertura política ou é vingança sectária? Ou é

contribuição à democracia nos moldes da democracia que eles tomaram como parâmetro e que deve ser modelo para quem os seguir? Estamos em *O Povo contra Larry Flynt* (1996) quando evocamos a liberdade de expressão como um direito de uma sociedade pluralista ou estamos em *A Montanha dos Sete Abutres* (1951) quando o que há de pior na prática do ofício emerge?

Em *Mídia Teoria e Política* (2001), o sociólogo e jornalista Venício Artur de Lima entende que não é “surpreendente que a mídia tenha se transformado em palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder” (LIMA, 2003:176).

O autor de *Sobre ética e imprensa* (2000), Eugênio Bucci garante que, em época de eleições, nos “editoriais de jornais ou em capas de revistas, as opiniões partidárias que prevalecem são as opiniões da empresa ou do dono” (BUCCI, 2000:115). Bucci explica que, às vezes, a opinião aparece em veículos como se fosse uma “mera constatação de fatos” (BUCCI, 2000:113). O autor exemplifica com base no que ocorreu na edição 567 da revista Exame, que também pertence à Editora Abril, de 28 de setembro de 1994, às vésperas de um pleito.

O Brasil vivia a campanha eleitoral pela Presidência da República. Assumindo o apoio a um dos candidatos, Exame trouxe a seguinte chamada de capa: “Por que Fernando Henrique é melhor”. Ao se dirigir ao texto no interior da revista, o leitor encontrava o título: “Nunca foi tão fácil fazer a opção certa” (BUCCI, 2000:113).



Figura 200 –Capa Exame 28/09/1994

Sobre todas estas questões, sobre as quais pairam incertezas contínuas, o jornalista

Hamilton Octavio Souza, no prefácio de *Padrões de manipulação na grande imprensa - um ensaio inédito de Perseu Abramo* (2003), destaca que durante os dois mandatos de FHC, a imprensa substituiu a representação parlamentar. “Os veículos foram transformados em reprodutores e retransmissores do discurso oficial e, até mesmo das manipulações forjadas nos palácios de Brasília” (SOUZA, 2003:18). O que se vê, na cobertura de Veja sobre o que ela chama de “era Lula” é o contrário: uma busca por desmentir o discurso oficial, associando-o continuamente à fraude, à corrupção, à usurpação do Estado, da Justiça e de instituições “republicanas”...

Lima (2003) argumenta que, “além de substituir os partidos políticos na função de principais mediadores entre candidatos e eleitores nas campanhas eleitorais, a mídia tem desempenhado funções que, tradicionalmente, eram atribuídas aos partidos políticos” (LIMA, 2003:191). Entre elas, “gerar e transmitir informações políticas e exercer a crítica das políticas públicas” (LIMA, 2003:191). Mas será que tudo isso não é também papel da imprensa?

Os jornalistas formam a tribo da apologia à falta de vínculos. O bom jornalista é, e quantas não são as vezes que se ouve isso numa sala de aula na faculdade de jornalismo ou nas redações, aquele que não tem religião, não tem simpatia política, não tem clube de futebol. Será que esta não é uma pregação tão equivocada quanto outras que foram vistas na cobertura de Veja? A seita dos “sem vínculo” – pela nobre causa da liberdade de tudo e de todos – não deixa de ser uma seita. Nós, jornalistas, não deveríamos olhar mais para as nossas fraquezas e vulnerabilidades antes de, com o dedo em riste, mostrar (e às vezes espezinhar sobre) as dos outros? São tênues as linhas.

O professor Perseu Abramo (2003) discorre sobre algumas das ambigüidades no papel da mídia. Abramo declara que, “como a empresa de comunicação não foi criada nem organizada para exercer diretamente o poder, ela procura transformar-se em partido político” (ABRAMO, 2003:44). Ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, ele vislumbrou: “os órgãos de imprensa deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política” (ABRAMO, 2003:46). Quem ousa contestá-lo?

Aparentemente no sentido contrário ao de Lima (2003), para Abramo (2003), a imprensa não funciona apenas como um instrumento de disputa, mas principalmente de sustentação do poder. “A grande mídia constitui hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições - uma coluna de sustentação do poder” (ABRAMO, 2003:08).

Edward Herman e Noam Chomsky (2003) em *A Manipulação do Público – Política e*

poder econômico no uso da mídia, afirmam que esse poder da mídia ocorre quando os meios de comunicação defendem os pontos de vista do “*establishment*” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:20). Estamos diante do risco de ver florescer uma imprensa que acalenta reivindicações sociais, como fez a Globo na cobertura das Diretas Já, como fez a própria Veja na desmedida promoção de Fernandes, Collor e Henrique?

De acordo com os autores, “os proprietários e os gerentes, em busca de anúncios, decidem aquilo que será oferecido, e o público deve escolher entre isso” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:20). Esta, talvez, seja apenas uma das vertentes econômicas da dimensão política de todas as questões até aqui levantadas. Chomsky não é, e não é muito difícil compreender por que, um dos autores a que Veja se refere com, digamos, alguma polidez ou serenidade mínima. Ele deve estar no grupo da família de Ciro Gomes, que pouco berço teve, como já se mostrou.

Flávio Porcello (2008) indica outra variação do problema: “a informação midiática, hoje, circula com tamanha rapidez que muitas vezes ela é consumida, instantaneamente, pelas pessoas, que sequer questionam o que estão vendo” (PORCELLO, 2008:70). A argumentação de Porcello (2008) parece estar muito mais conectada à importância do rádio e da televisão na vida e nos hábitos dos brasileiros.

A revista, até pela sua interface “enciclopédica”, talvez ainda seja vista também como um passatempo, uma fonte de lazer e prazer, mas não deixa de abrigar e reunir informações. Historicamente, ela surgiu com a prerrogativa de ser uma mediatrix entre o jornal e um livro, apontou Marília Scalzo, em *Jornalismo de Revista* (2003).

Ao longo do século XIX, a revista ganhou espaço, virou e ditou moda. Principalmente na Europa e também nos Estados Unidos. Com o aumento dos índices de escolarização, havia uma população alfabetizada que queria ler e se instruir, mas não se interessava pela profundidade dos livros, ainda mais vistos como instrumentos da elite e pouco acessíveis. Com o avanço técnico das gráficas, as revistas tornaram-se o meio ideal, reunindo vários assuntos num só lugar e trazendo belas imagens para ilustrá-los. Era uma forma de fazer circular, concentradas, diferentes informações sobre os novos tempos, a nova ciência e as possibilidades que se abriam para uma população que começava a ter acesso ao saber. A revista ocupou assim um espaço entre o livro (objeto sacralizado) e o jornal (que só trazia o noticiário ligeiro) (SCALZO, 2003: 20).

Herman e Chomsky (2003) dialogam com Kovach e Rosenstiel (2003), sobre o efeito da conglomeração das empresas de mídia. Dominique Wolton (2004) apontou a vitória econômica da informação com a conglomeração, mas mostrou que ela é uma ameaça à independência. Mas Herman e Chomsky enfatizam que “as empresas de mídia dominantes

são negócios muito grandes; são controladas por pessoas ricas ou por administradores que estão sujeitos a fortes restrições por parte dos proprietários e de forças orientadas para o lucro e pelo mercado” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:72). Eles também afirmam que “é muito difícil tachar de mentirosas as autoridades de quem se depende para notícias diárias, mesmo que elas estejam contando inverdades exageradas” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:81). Neste sentido, e ao fazê-lo com tanta facilidade, e semanalmente, será que Veja está um patamar acima, resgatando um jornalismo bélico e intransigente com soldados inimigos? Veja estabelece-se como veículo capaz de reverter o que Perseu Abramo (2003) chamou de oficialismo?

Lima (2003) comenta que autores de perspectivas teóricas diversas têm insistido em pesquisas sobre como “a presença da mídia altera o caráter da política nas sociedades contemporâneas” (LIMA, 2001:219). O sociólogo cita o exemplo de um estudo realizado por pesquisadores americanos sobre o comportamento eleitoral nos Estados Unidos, nas décadas de 1940 e 1950. Segundo ele, o levantamento revelou que o conteúdo (da imprensa) não se limitava a transmitir apenas o que os candidatos afirmavam. Aquilo que era discutido há mais de meio século chega a ter relação estreita com o que se viu na cobertura de Veja.

Não só durante as campanhas, mas também nos intervalos entre elas, a mídia fornece perspectivas, modela as imagens dos candidatos e dos partidos, ajuda a promover os temas sobre os quais versará a campanha e cria a atmosfera específica e as áreas de relevância que definem qualquer campanha eleitoral (LIMA,2001:220).

Segundo Herman e Chomsky (2003), “a mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:77). Abramo (2003) declara que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação” (ABRAMO, 2003:23). Para Perseu Abramo (2003), “o principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade (ABRAMO, 2003:23).

A importância que a mídia exerce nos processos políticos pode ser um atalho para desvendar de que forma os meios de comunicação tentam influenciar a opinião pública. Veja, líder absoluta de mercado, tem uma tiragem média sempre acima de 1 milhão de exemplares semanais. A edição de 3 de novembro, com a charge de Lula na capa por exemplo, teve 1.202.938 exemplares impressos (a informação está na própria Veja, à página 18).



Se somadas as tiragens mais recentes de suas três concorrentes – Época, IstoÉ e Carta Capital – não se atinge 75% da circulação de Veja. A circulação média de Veja de janeiro a junho de 2010 foi de 1.083.742, pouco abaixo do 1.097.481 apurado no primeiro semestre de 2009 (ANER, 2010).

◆ IVC - maiores semanais

| RK | Título | Editora | Circulação Média Jan a jun/10 | Título | Editora | Circulação Média Jan a jun/09 |
|--------------|--------------------|-----------------|-------------------------------|--------------------|-----------------|-------------------------------|
| 1 | Veja | Abril | 1.083.742 | Veja | Abril | 1.097.481 |
| 2 | Época | Globo | 409.028 | Época | Globo | 418.414 |
| 3 | Istoé | Três | 341.929 | Istoé | Três | 338.549 |
| 4 | Caras | Caras | 338.337 | Caras | Caras | 312.056 |
| 5 | Viva Mais | Abril | 244.747 | Ana Maria | Abril | 218.537 |
| 6 | Ana Maria | Abril | 232.039 | Viva Mais | Abril | 213.618 |
| 7 | Tititi | Abril | 173.413 | Contigo | Abril | 147.476 |
| 8 | Contigo | Abril | 153.030 | Tititi | Abril | 139.394 |
| 9 | Malu | Alto Astral | 137.621 | Recreio | Abril | 124.076 |
| 10 | Minha Novela | Abril | 133.397 | Malu | Alto Astral | 120.762 |
| 11 | Quem | Globo | 109.847 | Minha Novela | Abril | 114.705 |
| 12 | Recreio | Abril | 102.324 | Quem | Globo | 90.277 |
| 13 | TV Novelas | Escala | 84.711 | TV Novelas | Escala | 69.116 |
| 14 | Sou + Eu | Abril | 83.760 | Istoé Dinheiro | Três | 64.696 |
| 15 | Istoé Gente | Três | 68.270 | Sou + Eu | Abril | 58.972 |
| 16 | Istoé Dinheiro | Três | 67.648 | Istoé Gente | Três | 57.669 |
| 17 | TV Brasil | Escala | 62.669 | TV Brasil | Escala | 52.106 |
| 18 | Guia da TV | Alto Astral | 46.966 | Guia da TV | Alto Astral | 45.592 |
| 19 | Sete Dias com Você | Escala | 38.155 | Revista da Semana | Abril | 41.883 |
| 20 | Conta Mais | Escala | 33.894 | Sete Dias com Você | Escala | 36.246 |
| 21 | CartaCapital | Confiança | 30.207 | CartaCapital | Confiança | 33.010 |
| 22 | SuperNovelas | IBC | 23.147 | Conta Mais | Escala | 31.683 |
| 23 | Meio & Mensagem | Meio & Mensagem | 5.863 | Gênios | Alto Astral | 6.865 |
| 24 | | | | Meio & Mensagem | Meio & Mensagem | 6.812 |
| 25 | | | | Chiques e Famosos | Símbolo Sucesso | 4.103 |
| Total | | | 4.004.742 | Total | | 3.844.096 |

Fonte : IVC – Instituto Verificador de Circulação – Revistas Pagas- Total da Circulação

Figura 201 –IVC – Circulação – ANER

A revista Época também viu sua circulação encolher no primeiro semestre de 2010 ante o mesmo período de 2009: recuou de 418.414 exemplares na média dos seis primeiros meses

de 2009 para 409.028 no ano eleitoral (ANER, 2010). IstoÉ recuperou 1% do terreno perdido nos últimos anos: tinha 338.549 exemplares na média do primeiro semestre de 2009 e foi para 341.929. Enquanto isso, Carta Capital saiu de 33.010 para 30.207 (ANER, 2010).

Em síntese: se somada as médias da circulação de Época, IstoÉ e Carta Capital, no primeiro semestre de 2010, têm-se 781.164 exemplares, contra 1.083.742 só de Veja. Sobram 300 mil exemplares de Veja semanalmente em relação à média dela diante das concorrentes.

José Arbex Jr., na apresentação de *Padrões de manipulação na grande imprensa - um ensaio inédito de Perseu Abramo* (2003), afirma que os veículos de comunicação criam um cenário que leva a população a acreditar que o que eles divulgam representa consensos.

A “grande mídia” constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ARBEX Jr., 2003:08).

Flávio Porcello vai além: “a mídia não só elege os governos, mas faz parte dos governos que elege” (PORCELLO, 2008: 48), ou seja, essa relação de dependência entre ambos é capaz de empobrecer a cobertura correta dos fatos e diminuir o espaço democrático.

De acordo com Abramo (2003), “a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade” (ABRAMO, 2003:23). Ou seja: “a manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (ABRAMO, 2003:24).

Neste sentido, Bucci (2000) contribui com a idéia de se demarcar fronteiras para os gêneros jornalísticos: “separar aos olhos do público o que são artigos opinativos (que expressam visões subjetivas) do que são as reportagens (que têm a pretensão da objetividade)” (BUCCI, 2000:103).

Herman e Chomsky (2003) argumentam que, apesar da mídia afirmar ser uma distribuidora “objetiva” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:77) de notícias, esse discurso não passa de uma estratégia. Os autores, na linha da professora Cremilda Medina, afirmam que os veículos buscam fontes específicas e documentos que possam validar informações a divulgar.

Com o objetivo de manter a imagem da objetividade, mas também para se proteger de críticas quanto a tendenciosidades e ameaças de ações cíveis, a mídia precisa de material que possa ser descrito como presumivelmente preciso “(HERMAN; CHOMSKY, 2003:78).

Segundo Eugênio Bucci (2000), editoriais e artigos assinados são “claramente postos à parte dos textos informativos” (BUCCI, 2000: 108). Bucci aponta, no entanto, que “nas revistas semanais e mensais não existe uma linha visível isolando opinião de informação” (BUCCI, 2000: 109). O autor destaca que não é raro que julgamentos subjetivos do editor sejam incorporados ao texto como se fossem dados objetivos (BUCCI, 2000: 109). Será que este não é um ponto de partida para a compreensão do jornalismo que Veja pratica nas coberturas políticas? Mas e os efeitos que ele provoca?

O próprio Bucci avalia que, muitas vezes, o texto até traz informações factuais, mas, ao mesmo tempo, as qualifica. “Não é por acaso que os títulos das reportagens exprimem muito frequentemente um julgamento, como se fossem pequenas sínteses da moral da historinha, ou apelidos para personagens conhecidos, ou piadas qualificativas” (BUCCI, 2000:110). Um exemplo está na edição de Veja de 9 de agosto de 2006 – coincidentemente ano de eleição presidencial. Foram reservadas três páginas para o “perfil” do escritor paquistanês Tariq Ali. O título? “O perfeito idiota paquistanês” (VEJA, nº 31, 2006:78), texto assinado pelo “repórter” Jerônimo Teixeira.



Figura 202 –Veja- O perfeito idiota paquistanês

Essa reportagem tinha um ponto de partida: Tariq Ali vinha à Flip – a Feira Literária Internacional da Paraty – para lançar dois livros. As obras, sem que se tenha a garantia de que

o repórter as leu, também são sumariamente ridicularizadas. O texto permite observar como a revista classifica os autores Noam Chomsky e o próprio Tariq Ali, de quem se pretendia traçar um perfil. Embora a matéria seja sobre o paquistanês, Veja, logo no lide, desqualifica Chomsky.

No mercado internacional de idéias, o antiamericanismo vende bem. Não requer originalidade nem brilho – apenas uma cantilena contra George W. Bush e o imperialismo. Há intelectuais que ganham a vida explorando esse filão. O mais notório é o americano Noam Chomsky, mas o paquistanês Tariq Ali (que presta verdadeira idolatria a Chomsky) vem logo atrás. (VEJA, nº 31, 2006:78)

Antes mesmo dessas poucas linhas introdutórias, Tariq Ali fora chamado de “idiota” no título. Numa “reportagem” que não é sobre política, e que a princípio envolve cultura com a proposta de traçar um perfil dele, como explicar essa menção, o uso deste adjetivo? Ou será que a cobertura política contamina as diretrizes editoriais de outras seções? À luz da teoria, do jornalismo como meio para o estabelecimento do diálogo com a opinião pública, qual é o conceito pelo qual se avalia o direito de chamar quem quer que seja de idiota no título de uma reportagem? Não satisfeito, o repórter reitera a ofensa, e assegura que Tariq Ali é mesmo parvo.

Não importa qual seja a posição defendida pelos Estados Unidos no plano internacional, Ali, de 62 anos, estará no campo oposto. O espantoso é que, para manter a linha reta e burra da rejeição ao “império”, o autor sacrifica qualquer bandeira – até a democracia e os direitos humanos. Ali já inventou desculpas para o genocida sérvio Slobodan Milosevic e dá ao terrorismo que explode mesquitas e mata inocentes no Iraque o heróico título de “resistência”. Ele apóia os caudilhos Fidel Castro e Hugo Chávez, num arremedo paquistanês do “perfeito idiota latino-americano”. (VEJA, nº 31, 2006:78)

A matéria relata o lançamento dos livros. Veja, sem se conter, chama as obras de medíocres. E ironiza o autor, o livro, a esquerda...

Arroz-de-festa de eventos de esquerda como o Fórum Social Mundial, Ali visita o Brasil nesta semana. Está lançando dois livros: *Um Sultão em Palermo* (Record), quarto e medíocre romance de um planejado quinteto sobre a história islâmica, e *A Nova Face do Império* (Ediouro), coletânea de discursos e entrevistas. Na sexta-feira, ele participa da Festa Literária Internacional de Paraty falando sobre “literatura e política”. Ganhará um periquito venezuelano quem adivinhar o tom de sua palestra. (VEJA, nº 31, 2006:78)

Eugênio Bucci explica que o único critério de classificação que permite que um veículo apresente julgamentos é o “critério da própria revista. Como regra, a opinião do editor se espalha por todas as páginas” (BUCCI, 2000:111). Até o relato biográfico de Tariq Ali foi

perdido. Sobram adjetivos, ironias e até um pejorativo diminutivo.

Nascido em Lahore, no Paquistão, Ali – como ele mesmo relata no livro *Confronto de Fundamentalismos* – vem de uma família rica e cheia de conexões políticas. Seus pais, porém, eram comunistas. No início dos anos 60, sua militância estudantil chamou a atenção das autoridades. Um tio seu, chefe do serviço de inteligência paquistanês, aconselhou Tariquinho a buscar o exílio antes que o regime o prendesse. Em vez de lapidar seu esquerdismo num país pobre, o destemido agitador fugiu para a Universidade de Oxford, na Inglaterra. A vocação para o radicalismo chique seria recompensada em jantares com Marlon Brando e entrevista com John Lennon. Uma vez estabelecido confortavelmente em Londres, Ali nunca voltou a morar em seu país natal. Hoje ele vive no bairro artístico de Hampstead, onde recebe os amigos se dedicando ao hobby de cozinhar pratos paquistaneses. (VEJA, nº 31, 2006:78)

Bucci (2003) também salienta que “as revistas não pretendem nem dizem pretender retratar o mundo e a vida como eles são, mas pretendem fazer uma leitura do mundo, uma interpretação da realidade” (BUCCI, 2000:111). Este texto, pelo que se viu, é um perfil? Como se lapida o esquerdismo num país pobre, seguindo a sugestão do repórter? A frase “Ali nunca voltou a morar em seu país natal” (VEJA, nº 31, 2006:78), de quebra, embute um pleonasma. O “seu país”, obviamente, é o “país natal dele”.

No trecho seguinte, Veja retrata o que os autores Herman e Chomsky (2003) disseram em relação à busca de fontes para validar o conteúdo, sempre sob o manto de perseguir a pretensa objetividade. A revista localiza uma fonte que dá a declaração que ela demanda para validar um cenário. Escolhe-se a dedo alguém a quem Ali “expurgou num golpe”. Agora se ofende também a mulher do “perfeito idiota”.

A principal tribuna de Ali é a revista de esquerda *New Left Review*, atualmente dirigida por sua mulher, Susan Watkins. O próprio Ali comandou a publicação nos anos 90, depois de uma mudança qualificada como “golpe capitalista” por alguns colaboradores veteranos que se viram forçados a sair da revista. No tal golpe, o intelectual marxista Perry Anderson fez valer seus direitos de acionista e deu fim a uma tradição de gestão colegiada da revista ao indicar novos chefes. “Tariq Ali foi o instrumento de Anderson nesse processo”, diz Christopher Bertram, professor de filosofia da Universidade de Bristol, que esteve entre os expurgados. Sob nova direção, a revista alterou sua linha em algumas áreas sensíveis. Ignorando as catástrofes humanitárias das guerras da Bósnia e do Kosovo, opôs-se à intervenção da Otan nesses conflitos – e até recusou o texto de um colaborador que foi ver a guerra de perto (e Ali gosta de acusar a “autocensura” da imprensa americana). Depois da Guerra do Iraque, os artigos de Ali e Susan na *NLR* passaram a defender uma certa “resistência” contra a “recolonização” anglo-americana. Como a insurgência ativa no Iraque está na mão de terroristas da Al Qaeda e de remanescentes do Partido Baath, de Saddam Hussein, pode-se supor que esses são os heróis do casal. (VEJA, nº 31, 2006:78;80)

Edward Herman e Noam Chomsky (2003) pontuam que “a mídia não apenas suspende o zelo investigativo, mas compete para encontrar formas de colocar a verdade recém-

estabelecida sob uma ótica apoiadora” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:93). Foi o que se viu na avalanche de denúncias na cobertura dos meses de setembro, com aquela série sobre o polvo no poder, e em outubro, em especial sobre o “herói Aécio”. A argumentação de Bucci (2000), de que a opinião do editor “se espraia” por outras páginas e seções passa a fazer sentido, ganhar dimensão editorial real, tornando-se uma bússola para explicar as coberturas de Veja.

Perseu Abramo pondera que a indução tem a ver com “os processos de planejamento, produção e edição do material jornalístico” (ABRAMO, 2003:35). O autor afirma que esse processo de indução “abarca os planos de produção jornalística como parte da indústria cultural e do empreendimento empresarial-capitalista” (ABRAMO, 2003:35).

Segundo Edward Herman e Noam Chomsky (2003), o público é “gerenciado e mobilizado por meio das mensagens altamente seletivas e das evasões da mídia” (HERMAN; CHOMSKY, 2003:365). Os autores citam observações do analista de mídia W. Lance Bennet.

Para Bennet, o público é exposto a poderosas mensagens persuasivas vindas de cima. (...) Líderes têm usurpado enormes quantidades de poder político e reduzido o controle popular sobre o sistema político por meio do uso da mídia para gerar apoio, cumprimento e a simples confusão entre o público (HERMAN; CHOMSKY, 2003:365).

Abramo (2003), além de convergir com os argumentos de Bennet, os ratifica, com exemplos bem brasileiros.

O Jornal Nacional faz plim-plim e milhões de brasileiros salivam no ato. A Folha de S. Paulo, o Estado de S. Paulo, o Jornal do Brasil, a Veja dizem alguma coisa e centenas de brasileiros abanam o rabo em sinal de assentimento e obediência (ABRAMO, 2003:47).

Em *Discurso Político* (2005), Patrick Charaudeau destaca que as mídias recorrem a certas técnicas para descrever os acontecimentos, comentá-los e colocá-los em debate. Ele também colabora para uma reflexão editorial sobre a forma como as reportagens da Editoria Brasil são conduzidas, em especial ao falar do antagonismo entre a antipatia que se deve ter por uns, diametralmente oposta à simpatia a se nutrir pelos salvadores.

As mídias reportam os fatos de acordo com os cenários dramáticos de combate a fim de suscitar movimentos emocionais diversos: antipatia em relação aos agressores. Simpatia para os com os salvadores, compaixão pelas vítimas. Comentam esses mesmos acontecimentos ao reduzi-los na maior parte do tempo a esquemas de explicação mais ou menos estereotipados, sem perspectiva histórica, mas com aparência de evidência (CHARAUDEAU, 2005:284)

Um exemplo está na matéria “Pau na Democracia” (VEJA, nº43, 2010:76), assinada por Fábio Portela, na edição de 27 de outubro (2188– ano 43 - nº 43) e apresentada no oitavo capítulo.



Ao narrar que o candidato do PSDB José Serra foi atingido por um objeto no calçadão de Campo Grande, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a revista levanta a questão do que realmente teria atingido a cabeça de Serra. Para isso, Veja - além de destacar que “o debate movimentou a internet, imagens do episódio foram exibidas e reexibidas na TV por ângulos diversos e até especialistas em áudio e vídeo foram consultados para opinar sobre a questão” (VEJA, nº43, 2010:76) - afirma também que o “ataque deixou Serra grogue” (VEJA, nº43, 2010:76).

Fábio Portela reproduz o cenário citado por Patrick Charaudeau (2005), ou seja, Veja se reporta ao fato de forma dramática. Será que o fez pela dimensão política do que estava em jogo? Pela inaceitável idéia de que um candidato, seja ele da corrente política que for, sofra intimidação num ambiente de fato pluralista? Ou o teria feito porque lhe convinha? Ou porque era um fato a mais para se gerar em nome do “mais do mesmo”? Como, num exercício inexistente, teria sido a cobertura se a agressão tivesse ocorrido contra Marina Silva? E se fosse contra o nanico José Maria Eymael, que se define como “um democrata cristão”, e

ostenta a “família” como uma das principais bandeiras de suas campanhas? Teria sido pouco bíblica? O texto descreve que, após ser atingido, José Serra entrou no carro da comitiva de campanha, recebeu uma bolsa de gelo e, logo depois, procurou um médico. Em seguida, o repórter valida: “o tucano foi atingido, sim, a ponto de sentir-se tonto, e o objeto que provocou o seu mal-estar foi um rolo de fita adesiva, e não uma bolinha de papel” (VEJA, nº43, 2010:76). No mesmo texto, Veja responsabiliza militantes petistas pela agressão.

O *Le Monde Diplomatique Brasil*, de 08 de agosto de 2007, também permite entender um pouco mais a postura refratária de Veja a Noam Chomsky. Durante uma entrevista, ele afirma que a imprensa tenta passar uma imagem generosa, que trabalha a favor da verdade e do público, mas, na realidade, utiliza esses argumentos para justificar seu poder.

Não esqueçamos de como uma ideologia se afirma. Para dominar, a violência não basta. É preciso uma justificativa de outra natureza. Assim, quando uma pessoa exerce poder sobre outra, seja um ditador, um colonizador, um burocrata, um patrão ou um marido, ele precisa de uma ideologia justificadora, que sempre redunde na mesma coisa: a dominação é exercida para “o bem” do dominado. Em outras palavras, o poder se apresenta sempre como altruísta, desinteressado, generoso (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2007).

Charaudeau (2005) acredita que os debates nas mídias surgem, aparentemente, como meio de confrontar as opiniões para, depois, apresentar ao público a verdade. Porém, o autor argumenta que os veículos transformam o caso em espetáculo para, no final, converter opinião em julgamento.

Os debates que supostamente alimentam o espaço da discussão, confrontando opiniões diferentes e contrárias com o intuito de esclarecer o público, são apresentados como torneios oratórios, na verdade, espetáculos retóricos, que ao final das contas, convertem as opiniões em julgamentos passionais. (CHARAUDEAU, 2005:284)

A questão do debate e do confronto de opiniões remete a outra reportagem de Veja. A edição (2186– ano 43 - nº 41) do dia 13 de outubro, aquela que traz o tema aborto na capa. A idéia, no entanto, é mostrar que a metamorfose ambulante em que Dilma se convertera sobre o complexo tema era uma farsa que o próprio programa do PT desmentira.



Logo na capa, *Veja* retrata o que Charaudeau (2005) chama de “espetáculo oratório”. A edição traz duas declarações distintas, acentuadamente antagônicas, de Dilma sobre aborto. São o debate e o embate? Qual é o prato principal: a discussão ou o conflito? Essas características evidenciam que as mídias “constroem uma visão do mundo” (CHARAUDEAU, 2005:284). O autor declara ainda que “os acontecimentos apresentados nesse espaço dependem sempre da infelicidade como um sintoma da desordem social que permite colocar em cena as vítimas e os dramas vividos por elas” (CHARAUDEAU, 2005:285).

Na mesma entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil* (2007), Noam Chomsky declara que a influência da mídia ocorre em maior parte em pessoas com escolaridade. Para Chomsky, há uma parcela da população que depende menos dos discursos divulgados pelas mídias. “As poucas pesquisas detalhadas sugerem que a influência das mídias é mais expressiva na parcela da população com maior escolaridade. A massa da opinião pública parece menos dependente do discurso dos meios de comunicação” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2007). Sob outro prisma, a interpretação do que declarou Chomsky ao *Le Monde Diplomatique Brasil* (2007) pode sugerir também que a imprensa influencia mais quem forma opinião, quem tem mais acesso à informação. O acesso à cidadania também estará ameaçado? A propagação do som desta influência das pessoas com maior escolaridade será uma nova ameaça?

Há um universo de dúvidas sobre as escolhas, os critérios editoriais e a dinâmica da imprensa.

10.1 É possível entender a postura refratária ao debate sobre ética na imprensa?

Não se deve generalizar, mas as redações costumam ser refratárias a discussões que envolvam os critérios editoriais que elas adotam. Essa resistência ganha corpo num momento em que parece cair a confiabilidade no trabalho da imprensa e na atuação dos próprios jornalistas.

No lugar de prestar um serviço público relevante, o jornalismo na verdade estava prejudicando esse nobre propósito. Ao mesmo tempo, o público desconfiava mais e mais dos jornalistas, chegando até a odiá-los. E a coisa ficaria ainda pior. Por volta de 1999, somente 21 por cento dos americanos achavam que a imprensa de fato estava preocupada com as pessoas, contra 41 por cento em 1985. Só 58 por cento respeitavam o papel de vigilância da imprensa, contra 67 por cento em 1985. Menos da metade, 45 por cento, acreditava que a imprensa protegia a democracia. Esse número era dez pontos percentuais mais alto em 1985. (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003: 19).

Uma das marcas do comportamento da imprensa, na recusa de aceitar o debate sobre a ética, é descartar – em boa parte das vezes, com certa rispidez – o diálogo também sobre métodos, sobre as opções de fontes e sobre seus critérios de noticiabilidade, quase sempre cercados por uma atmosfera de subjetividade. Como se viu no primeiro capítulo, o professor Eugênio Bucci (2000) tenta explicar, até por um prisma cultural, a aversão que os jornalistas têm de debater suas escolhas. Ele define este comportamento como “a síndrome da autossuficiência ética” e o avalia como algo que acoberta arrogância. A imprensa fala dos seus direitos para não falar dos seus deveres, enfatiza Bucci. Qualquer iniciativa no sentido de repensar essa lógica é vista com desconfiança.

Como compreender então a sistemática recusa dos veículos em discutir as escolhas que fazem? Será uma proteção à linha editorial deles e à coerência que se exige dela? Ou será também, talvez principalmente, uma pretensa forma de, ao se esquivar do debate, evitar desgastes que emergiriam com a natural necessidade de se explicar? Rever as próprias posturas e flexibilizá-las significa transformar-se em metamorfose ambulante sobre a qual pairam contínuas dúvidas sobre coerência? Aparentemente, os jornalistas que atuam na apuração e na reportagem, as duas primeiras estruturas da tríade que compõe o processo editorial, formam apenas uma face de um cenário cuja dimensão parece ser sistêmica.

Os desvios éticos da imprensa brasileira não se resumem, portanto, às falhas dos jornalistas – que, evidentemente, devem ser analisadas em público, para o bem da melhoria da qualidade de informação; eles se estendem às empresas e à sociedade. O

problema ético é um problema estrutural e sistêmico (BUCCI, 2000:35)

A professora de filosofia da Universidade de São Paulo, Marilena Chauí (1998), entende que a ética pressupõe duas dimensões: uma no indivíduo; outra, na sociedade. Ela enfatiza que a primeira tem ligação com o caráter e com a deontologia profissional, enquanto a segunda versa sobre a crítica coletiva dos valores e normas que regem interações sociais. Em *Ética, Jornalismo e Nova Mídia* (2009), Caio Túlio Costa destaca que “a ética de Kant diz respeito a problemas da ação correta ou justa” (COSTA, 2009:95). O autor distingue aspectos deontológicos de cognitivistas.

A deontologia é o estudo dos princípios, fundamentos e sistemas da moral. Ou então, por exemplo, o conjunto de deveres de uma determinada categoria profissional como se entende hoje. Cognitivista é relativo ao conhecimento, à capacidade de adquirir conhecimento (COSTA, 2009:95).

Caio Túlio (2009) descreve também que o filósofo Jurgen Habermas preconizou que “a busca da correção normativa, do agir corretamente e com validade moral é uma pretensão de validade igual à pretensão da verdade” (COSTA, 2009:95). Costa afirma que, por essa razão, Habermas associa Kant a uma ética cognitivista. O autor aponta que essa cognição surge de maneira “imperativa” (COSTA, 2009: 95), como um “princípio de justificação da ação” (COSTA, 2009:95). Diz ele: “O imperativo categórico nomeia o conceito e a lei sob os quais a autonomia da vontade se encontra, e será ela, a autonomia, que possibilitará cumprir as exigências do imperativo categórico” (COSTA, 2009:95).

Ao longo da cobertura eleitoral de 2010, *Veja* adotou um tom prescritivo, que aparentemente se pode associar à idéia de imperativo categórico. Só que *Veja*, em alguns casos, foi além e se permitiu também interpretar determinada informação pelo prisma não da ética, não do imperativo que se discute neste âmbito, não pela cognição, mas pelo enfoque do preconceito doutrinário e da autonomia que editorialmente ela se outorga para este fim. A reportagem “Meu reino (e as leis) por minha sucessora” (VEJA, nº29, 2010: 66), assinada por Otávio Cabral, traçou um panorama que abriga uma interpretação visceral da discussão proposta por Kant, adaptada à realidade brasileira.

Emmanuel Kant e Luiz Inácio Lula da Silva não deveriam ser citados numa mesma frase. Mas o princípio universal básico do filósofo alemão morto em 1804 é de tal forma adequado aos tempos em que vivemos no Brasil que isso se torna justificável. Escreveu Kant em *Metafísicas da Ética*: “Aja sempre de acordo com regras que você gostaria de ver todas as pessoas racionais seguindo como se fossem leis universais” (VEJA, nº29, 2010: 67).

Veja se refere a Lula como o presidente que “que mais desafiou leis impunemente no exercício do mandato” (VEJA, nº29, 2010: 67). Em outras reportagens, tentou-se mostrar a “dupla jornada” dele. Ou partiu-se para validar os riscos que uma das instituições mais importantes da República, o Ministério da Justiça, corria.

10.2 O foco na ética como harmonia

Nem toda ética é normativa, ou seja, se traduz em leis. Epicuro não pressupõe ética como regra (ou imperativo) de conduta válida para todos. Ela tem a finalidade de propiciar harmonia. “Felicidade é o tema de Epicuro” (COSTA, 2009:66). Segundo ele, essa felicidade “representa a ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma” (EPICURO, 1997: 43). Caio Túlio (2009) narra que foi por isso que o filósofo criou um espaço, “um jardim, ou uma escola” (COSTA, 2009:66) para receber pessoas que gostariam de se distanciar dos problemas das cidades. Caio (2009) explica que, para Epicuro, a maioria “dos homens estavam doentes” (COSTA, 2009:66) e que “a cura era o próprio *logos* filosófico” (COSTA, 2009:66).

Neste contexto, reitera o autor de *Ética, Jornalismo e Nova Mídia* (2009), foi Kant quem substituiu o conceito de ética não normativa - como a de Epicuro - por uma ética com o “princípio norteador da ação moral pela ação calcada na razão e na verdade” (COSTA, 2009: 95). O autor destaca que um dos temas mais recorrentes na obra de Kant é a “a veracidade como mandamento sagrado da razão” (COSTA, 2009:100). Indica ainda que o “dever da veracidade de Kant seria um dever incondicional mesmo se tratando de um tema político” (COSTA, 2009:100). Segundo Costa (2009), o filósofo acreditava que a política precisava adequar-se ao direito, mas “o sistema moral esteve sempre em conflito com a política” (COSTA, 2009:100) por mais estruturada que fosse, enfatiza ele, a defesa de Kant.

Bucci (2000) retoma a discussão sobre veracidade, agora com foco sobre a estrutura interna dos veículos. Para o autor, “se uma empresa de comunicação não se submete na prática às exigências de busca da verdade e do equilíbrio, o esforço de diálogo vira proselitismo vazio. E inútil. No máximo, um colóquio de etiqueta” (BUCCI, 2000:31). Eugênio Bucci (2000) acredita que “procurar a verdade dos fatos é um imperativo ético - e é também, o objetivo de toda a técnica jornalística” (BUCCI, 2000:50).

A cobertura do processo eleitoral de 2010 por *Veja* mostra também quão atual é a reflexão proposta pelo escritor francês Guy Debord (2003). “No mundo realmente

reinventado, o verdadeiro é um momento falso” (DEBORD, 2003:12). A obra de Debord permite estabelecer certa analogia com essa verdade construída pelas mídias. Em artigo no Observatório da Imprensa, o jornalista Washington Araújo (2010) repudia o que chama de “pior tipo de jornalismo”. Diz ele:

O pior tipo de jornalismo é aquele que sufoca e que considera normal – normalíssimo, até – falsear os fatos. E que assim age de forma deliberada, pensada. É aquele jornalismo que, longe de informar, deseja atuar como luz da consciência alheia, apresentando a notícia apenas pelo ângulo que lhe apetece ou que vem confirmar sua sapiência do assunto. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010).

A obra de Caio Túlio (2009) dialoga com a crítica de Araújo (2010) ao citar o filósofo Michel de Montaigne. Segundo o jornalista, Montaigne, ao definir a “‘covardia como mãe da crueldade’, estava se referindo à pusilanimidade dos que usam de sua força para subjugar o adversário e dos que usam requintes de crueldade como sintoma maior da própria fraqueza”. Caio (2009) traz a questão para a atualidade.

A Covardia contemporânea incrustada na mídia se revela sobretudo na ignorância de quem seria o inimigo e, muitas vezes na definição errônea do mesmo. Uma única câmera de televisão escondida e manipulada sem que a vítima o saiba pode provocar estragos irreparáveis junto a inocentes demonizados pela mídia e cuja inocência, se comprovada, jamais irá aparecer com a ênfase idêntica à da denúncia, mesmo depois de inocentado pela justiça tradicional (COSTA, 2009: 71)

Para Washington Araújo (2010), é “o elevado grau de independência editorial que mora em suas contradições, que desnuda suas fragilidades e fraquezas” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010). Ele destaca que “toda publicação carrega consigo o viés ideológico que se manifesta através de suas principais linhas editoriais” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010). O autor do artigo publicado no Observatório da Imprensa declara que “com Veja não poderia ser diferente” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010). Neste sentido, Caio Túlio Costa (2009), destaca que “no dia-a-dia do jornalismo, o tratamento do que se considera verdade implica decisões muitas vezes irreversíveis” (COSTA, 2009:25). Voltamos ao vídeo em que Roberto Civita se disse “embasbacado” com Collor e assumiu a decisão de promovê-lo e de interferir prescritivamente no curso da história política do País. O presidente da Editora Abril é claro.

A gente não foi verificar o resto – minha culpa, nossa culpa – mas, mas ele *tava* fazendo o que disse. Então a gente publicou aquilo. Collor foi embora a partir daquele momento, ou seja, Veja deu, sem querer, sem pensar, sem refletir bem, mas parecia a coisa certa naquele momento alguém que *tava* combatendo a inflação e o inchaço

governamental, e os cargos desnecessários, os salários ridículos... A gente publicou. Aí, ele foi embora. Foi embora... (YOUTUBE, 2007).

Washington Araújo (2010) aponta que a revista de Civita, em nome de sua linha editorial, ignora alguns fatos e até ridiculariza tudo que possa representar entrave aos seus interesses.

A revista carro-chefe da Editora Abril – como parece ser de conhecimento geral – é de matriz conservadora, defende vigorosamente o neoliberalismo, a livre iniciativa do mercado, a defesa do mais amplo direito à propriedade e tudo aquilo que possa ser abarcado pelo conceito-ônibus do que se convencionou designar como “Estado mínimo”. Para levar avante esta “agenda editorial” parece considerar de bom tom ignorar, ridicularizar, ou simplesmente atacar o que possa ser considerado obstáculo à disseminação de seus ideais ou à consolidação dos mesmos junto à sociedade (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010)

Araújo (2010) avalia ainda que “sob o manto da neutralidade, de resto impossível, a revista Veja apresenta-se como guardiã da democracia, do Estado de direito, da liberdade de expressão” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010). Na edição “Especial” (nº 2189 - ano 43 – Especial), teoricamente dedicada à vitória de Dilma, a revista traz no corpo da reportagem “Serra sai maior do que entrou” (VEJA, Especial, 2010:60;61) uma declaração que ilustra os argumentos de Washington (2010). No texto, Fábio Portela, autor da matéria, associa o PT, como ator de uma estrutura política pluralista, a um todo a ser combatido “Ao governo do PT, (a oposição) reafirmou que existe, sim, uma opinião independente no Brasil – que não dá cheques em branco em que flerta com as negociatas, o caudilhismo e o totalitarismo” (VEJA, Especial, 2010: 61)

No apagar das luzes de 2010, Roberto Civita reaparece. Ele assina uma “Carta do Editor” cujo título é “Mudanças por quê?”. Alguns trechos distanciam-se da cobertura que Veja fez do processo eleitoral. “Apesar de todos os discursos e debates da campanha presidencial, não houve – em nenhum momento – uma exposição clara ou discussão séria sobre os objetivos e metas do Brasil a médio e longo prazo” (Veja, edição 2197, ano 43 – no. 52: 270). Um pouco à frente, ele desenvolve sua argumentação. “Na prática, entretanto, ninguém explicitou e ninguém conhece a verdadeira plataforma dos vencedores das eleições de outubro” (Veja, edição 2197, ano 43 – no. 52: 270).

No parágrafo seguinte, o empresário avalia, no já conhecido tom prescritivo. “A propósito, está mais do que na hora de melhorar a qualidade de gestão do governo federal – e a presidente eleita tem todos os conhecimentos e a competência necessária para fazê-lo” (Veja, edição 2197, ano 43 – no. 52: 270).

A reflexão de Civita levanta questões. Se não houve, em nenhum momento, uma exposição clara dos objetivos e das metas do País no processo eleitoral, não seria papel de Veja, como revista de elevada tiragem e diferenciada repercussão, empreendê-la? O que leva Veja a desperdiçar uma oportunidade assim, a abrir mão de chamar para si essa responsabilidade? Uma discussão sobre os rumos do Brasil não agregaria mais ao leitor do que a cobertura baseada na excelência daquele que “se preparou a vida toda para ser presidente”, “resgatou a autoestima tucana”, “alçou vôos mais altos”...? Quem acredita, agora, depois de tudo isso (e da forma como as reportagens são construídas) que Dilma tem conhecimento e competência para melhorar a gestão federal se ela foi tachada de inexperiente, de “bichinha palanqueira”, de criatura criada por Lula? Em uma das edições, Dilma é mencionada como alguém que não havia passado pelo crivo de uma eleição de condomínio... A idéia do presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril e Editor de Veja, como ele se define no rodapé do texto que assina, era fazer um mea culpa? Ou se convencer um pouco mais, com algum cinismo – embora em um tom propositivo raro - da certeza da arrogância aristocrática dos preconceitos que ele tão bem representa? Como acreditar no que ele escreve a essa altura? A reflexão que prega força e determinação, mas não admite as próprias fraquezas é mesmo uma reflexão?

10.3 Breve conexão entre mídia e intersubjetividade

Para Eugênio Bucci (2000), “a melhor objetividade no jornalismo é a justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade (BUCCI, 2000:93). Na definição do Houaiss (2011), intersubjetividade é “a comunicação das consciências individuais, umas com as outras, realizada com base na reciprocidade” (UOL DICIONÁRIO HOUAISS, 2010). A definição remete à análise do professor Dimas Kunsch (2008) sobre a compreensão no campo da comunicação. Kunsch (2008) pondera, no artigo Teoria Compreensiva da Comunicação, publicado no livro Comunicação – Saber, Arte ou Ciência (2008) que “compreender evoca originalmente o sentido de juntar, abraçar, integrar” (KUNSCH, 2008:173). Segundo ele, “na dimensão intersubjetiva, a idéia de compreensão remete a um conjunto de atitudes práticas muito caras ao tema da comunicação” (KUNSCH, 2008:174). Ele recorre ao filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626) que assegura que as pessoas almejam mais do que compreender. “No entendimento de Bacon, todo saber precisa ser fecundo e trazer resultados práticos para a vida e o progresso do homem” (KUNSCH, 2008:176). Charaudeau complementa:

A finalidade do homem ao falar, não é recortar, descrever, estruturar o mundo; ele fala, em princípio, para se colocar em relação com o outro, porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada de consciência da existência do outro, pela assimilação do outro e ao mesmo tempo pela diferenciação com relação ao outro. A linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade (CHARAUDEAU, 2009: 42).

Bucci (2000) entende que “quando um jornalista busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico” (BUCCI,2000:93), ou seja, a interação entre “os sujeitos que produzem o fato, os que observam e o reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato (BUCCI,2000:93;94).

Em *Comunicação e sociedade do espetáculo* (2006), Cláudio Novaes Pinto Coelho e Valdir José de Castro explicam que compreender o papel da mídia pressupõe entender o contexto em que ela está inserida na própria sociedade.

A compreensão do papel desempenhado pelos meios de comunicação depende de uma investigação sobre as características da sociedade enquanto uma totalidade articulada internamente: o ponto de partida para o entendimento dessa totalidade são as relações sociais de produção (COELHO, 2006:15)

Lage (1985) demonstra certo ceticismo sobre a possibilidade de compreensão. Ele argumenta que o que mídia transmite não oferece um entendimento mais abrangente.

O noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por trás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam (LAGE, 1985:23).

Em entrevista para Terra Magazine, a revista eletrônica do portal Terra, em abril de 2010, Laurindo (Lalo) Leal Filho, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), avalia que, quando se trata de informações divulgadas em períodos eleitorais, o eleitor brasileiro não está preparado para fazer uma leitura crítica do que a imprensa divulga.

Temos no Brasil um processo de concentração da mídia que impede ao leitor, ao telespectador, ao ouvinte estabelecer comparações, alternativas. Temos uma mídia praticamente homogênea. Então, isso dificulta muito o que chamamos de leitura crítica da comunicação (TERRA MAGAZINE, 2010).

Bucci (2000) reitera: “a objetividade no jornalismo, que é intersubjetividade, não pede isenção total - pede equilíbrio (BUCCI,2000:95). Mas Lalo aponta que a imprensa, quase

sempre, não encontra esse equilíbrio em épocas de eleições.

A mídia, de uma maneira geral, não só no Brasil, mas em todos os países mais desenvolvidos, sempre assume uma posição, principalmente, nos pleitos majoritários, como é o caso de uma eleição para presidente da República. É praticamente impossível a isenção total. Os meios de comunicação, na maioria dos países, não têm nenhuma preocupação com isso. A diferença entre quase todos os meios de comunicação do Brasil e os do exterior é que, no exterior, eles assumem, publicamente, o candidato ou o partido que estão apoiando. Isso não quer dizer que vão fazer uma cobertura distorcida do pleito. Eles não escondem que têm preferência por esse ou aquele candidato. Isso, na França, na Inglaterra, é muito comum (TERRA MAGAZINE, 2010).

Mais crítico na leitura deste processo, Nilson Lage (1985) acredita que “o universo das notícias é o das aparências do mundo” (LAGE, 1985:23). Para Lalo (2010), o veículo que não assume sua posição em época de eleições acaba enganando as pessoas com a falsa sensação de imparcialidade. Já naquele momento, ele traçava um cenário sobre este comportamento homogêneo da imprensa nacional.

É o caminho mais honesto. Do contrário, você acaba enganando o leitor com a suposta imparcialidade que, na verdade, não existe. Basta ver o que os jornais já estão fazendo hoje nesta eleição, com posições claramente a favor do candidato da oposição. Os três grandes jornais brasileiros, Globo, Folha (de São Paulo) e Estado (de São Paulo) estão nitidamente se colocando a favor do candidato da oposição. E as revistas semanais, com exceção da Carta Capital, também. Especialmente, a Veja. Claramente, estão fazendo uma cobertura da cena política brasileira muito favorável à oposição (TERRA MAGAZINE, 2010).

Felipe Pena, em *Teoria do Jornalismo* (2006), salienta que a discussão sobre objetividade surge porque há “percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias” (PENA, 2006:50) O caminho para o jornalismo talvez seja mesmo o de reconhecer a impossibilidade de isenção e de fixar publicamente sua escolha, fazendo-se claro – e não pretensamente imparcial – numa cobertura. De acordo com Eduardo Meditsch²⁵ (2001) “o discurso não se torna objetivo pela postura de seu autor, torna-se objetivo quando é exteriorizado por este autor e assim passa a fazer parte de uma realidade concreta exterior a ele” (MEDITSCH, 2001:6). Ele ainda argumenta que, sob este ponto de vista, a objetividade pode não ter uma relação com a

²⁵. Doutor pela UNL/Portugal, Professor da UFSC, Coordenador do Grupo de Jornalismo da Alaic. Esta publicação foi originalmente apresentada ao Grupo de Estudos em Jornalismo no X Congresso da Compós, em 2001, em Brasília.

verdade. “Uma obra de ficção e uma mentira intencionada poderiam se tornar tão objetivas quanto uma notícia produzida com rigor e mesmo uma obra científica (MEDITSCH, 2001:6).

Na discussão sobre gêneros, percebe-se que *Veja* pratica uma reportagem que está no híbrido do gênero informativo e opinativo, com predomínio deste segundo. O conceito de reportagem como relato fora praticamente abandonado na cobertura política de 2010, e poucos foram os exemplos contrários. Vê-se ainda que, quando é necessário subir o tom da crítica, transformando-a na maioria das vezes numa ofensa que alimenta certa xenofobia ideológica, as “reportagens” aparecem apócrifas. Um texto sem assinatura na Editoria Brasil guia-se por um binômio: ou é promocional - convém lembrar a “reportagem” sobre Fernando Collor um ano e meio antes da eleição de 1989 – ou é um artigo em que sobra opinião e falta informação (ou ela praticamente não existe, tão “editorializada” que chega a ser a linguagem).

10.4 Uma breve conexão entre a cobertura política e o espetáculo

A economia e as relações sociais parecem, cada vez mais, sedimentadas pelo espetáculo de marketing sugerido no apelo, também de marketing, presente em um mundo “TIM”, cujo mote publicitário é a idéia de “viver sem fronteiras”. Se o jornalismo se outorga o direito de iludir a opinião pública, a falta com a sociedade é grave, em especial por contribuir com o processo de criação de uma falsa consciência, ou seja, manipulação. Para Cláudio Novaes Pinto Coelho e Valdir José de Castro (2006), “o mundo inteiramente dominado pela economia é o mundo espetacularizado: a representação da realidade aparece como realidade separada” (COELHO, 2006: 16). Guy Debord (2003) destaca que esse modelo “reafirma o consumo de divertimentos, assim como a publicidade”. Ele, diz o autor, adiciona uma decoração ao mundo real, dimensionando a irrealidade da sociedade real.

A contemplação do espetáculo também esteve nas páginas de *Veja* no processo eleitoral de 2010. Serra tornou-se o homem que se preparou a vida toda para ser presidente. Aécio virou o “Super Aécio”, aquele capaz de “viradas impossíveis” que foram impossíveis mesmo. Outros exemplos afloram.

Até que ponto se provoca, com isso, alienação e perda de identidade? Os repórteres passaram a se imputar a responsabilidade de criar uma relação “mágica” de projeção e identificação com os heróis/personagens buscados para o “happy end”? Quando a vida passa a ser vista como produto, o espetáculo vira uma espécie de capital dele mesmo, transformado em imagem, de acordo com Debord (2003).

Para Charaudeau (2009), “as exigências de visibilidade e de espetacularização da

máquina midiática tendem a construir uma visão obsessiva e dramatizante do espaço público, a ponto de não se saber mais se estamos diante de um mundo real ou de ficção” (CHARAUDEAU, 2009: 259). O espetáculo representa a hierarquia social, tornando a realidade individual dependente desse poderio.

Abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação da opinião pública – ainda que sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por construírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação (CHARAUDEAU, 2009: 17).

A argumentação de Patrick Charaudeau aproxima-se da de Cremilda Medina quando ele fala das escolhas feitas no ambiente editorial, a serviço do discurso.

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2009: 39).

Aliado da audiência ou do lucro a qualquer custo, o “show” cria um jornalismo perverso - bem distante de sua função precípua. A “espetacularização” do noticiário ou a exaltação biográfica dos personagens escolhidos – como fez Veja quase o tempo todo na forma de cobrir José Serra - colabora para a perda do senso de coletividade, da percepção de cidadania.

É esse um dos pontos fortes do discurso de legitimação produzido pelas mídias, o da informação apresentada como uma conquista contra as forças mentirosas do poder. Daí, um “dever de informar” que se transforma em “informar custe o que custar”, pois dizer seria melhor do que não dizer, como se não dizer fosse “esconder” (CHARAUDEAU, 2009: 267).

Se nós, jornalistas, devemos combater todas as formas de corrupção e se aceitamos, muitas vezes por exigências impostas pelo mercado, o híbrido de informação com show e com opinião também, até que ponto não violamos esse próprio preceito? Até que ponto essa não é uma “pequena” corrupção a que somos submetidos e partícipes? Temos instrumentos para nos esquivarmos?

Debord (2003) aponta que este é um processo político, econômico e, principalmente,

cultural. Convém lembrar que existe um alinhamento ideológico bastante acentuado entre a imprensa brasileira e a norte-americana. Aqui, por exemplo, pouco se questionou a operação militar dos Estados Unidos no Iraque. Comprova-se a idéia de que a guerra preventiva de George W. Bush, em nome da qual se preservaria a integridade do Ocidente, era necessária. Cadê as armas de destruição em massa que o regime de Saddam Hussein tinha e que justificaram a guerra no quintal do País dos outros?

(...) os procedimentos midiáticos permitem cada vez mais criar a ilusão do factual, do autêntico, da prova da realidade dos fatos, pela investigação do provado, do íntimo, do testemunho, persuadindo-nos de que “isso realmente aconteceu assim.” É o que pode ser chamado de verossímil, ou de “verdadeiro verossímil”, o que faz com que se fundam os dados da ficção com a ilusão do autêntico, que dá um suporte de realidade tangível às figuras de identificação da ficção (CHARAUDEAU, 2009: 273).

Aquietar a opinião pública como fez a Globo ao protelar sua entrada na cobertura das Diretas Já ou promover Fernando Collor, Fernando Henrique, Aécio Neves, José Serra, como tem feito Veja, são falsas revoluções? Foi para isso que tanto se lutou? É essa a nossa missão? Será esse o nosso papel?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da imprensa numa época em que o receptor de informação não dá conta de administrar o bombardeio a que é submetido, e talvez isso se acentue ininterruptamente, poderia ser um alicerce no apagar das luzes deste trabalho. Mas não é. Apesar do tom, muitas vezes fruto apenas do desconforto que o inconformismo pode causar, não quero reproduzir aqui os preconceitos que condeno como leitor de Veja há mais de 25 anos. Por mais subjetivos que sejamos, o propósito de equilíbrio no curso de uma cobertura qualquer, inclusive de temas ligados à política, deve preponderar, deve ser um norte a se perseguir permanentemente – ainda que complexo, difícil de atingir. Essa busca, como valor, contribuiria com a prática de um jornalismo menos doutrinário. E seria um sinal, um aceno mesmo, no sentido de repensar uma predisposição mais legítima para o diálogo.

Quero ter a chance final de dialogar e explicar por que me sinto ofendido como leitor quando não conheço Tariq Ali, e a revista Veja o chama de idiota no título de uma “reportagem”, tirando-me a chance de conhecê-lo pelas suas linhas. Situações como esta, ou opostas, como a promoção sistemática de um grupo, motivaram-me muito a fazer este trabalho. Sinto-me agredido também quando, ao relatar a amizade entre Gabriel García Márquez e Fidel Castro, Veja cita o “estranho fascínio que ditadores de esquerda exercem sobre os intelectuais”. Além da generalização, quão real é a interpretação? Uma reportagem publicada em 2010 ostentou o título de Cem Anos de Adulação, num trocadilho de gosto duvidoso com Cem Anos de Solidão.



CEM ANOS DE ADULAÇÃO

Os bastidores da amizade entre Fidel Castro e Gabriel García Márquez ajudam a explicar de onde vem o fascínio de intelectuais pelo autoritarismo de esquerda

— Uma vida, do inglês Gerald Martin, que a Editora lançou em março no Brasil. Como o próprio Martin e amigo do biografado e dele obtive a autorização para escrever o livro, não se poderia esperar mais do que uma narrativa acrílica e branda sobre o vínculo entre o escritor e o ditador. Uma versão mais honesta dessa relação é apresentada pelo espanhol Angel Esteban e pela belga Stéphanie Panichelli no livro *Gabriel García Márquez e Fidel Castro — O Sérvulo de uma Amizade*, recém-lançado nos Estados Unidos e publicado em Portugal pela editora Anebar. Trata-se de uma obra biográfica não só pela riqueza de informações, toda sustentada

... por entrevistas, e documentos, mas por abordar uma discussão pertinente sobre o que seria intelectuais estrangeiros a apoiar um regime sanguinário como o cubano, que já matou mais de 7000 pessoas e costuma reprimir qualquer opinião divergente ou crítica em seu país. Esteban e Panichelli, ambos professores universitários de literatura e letras, buscam a resposta a essa questão com o inconformismo de fim de século que descobriam a face íntima de seu ídolo. “Considero García Márquez um dos maiores escritores do século XX, mas, como pessoa pública, ele precisava ser desmascarado”, diz Esteban.

... Mais de cinco décadas de repressão política e fracasso econômico, impostos aos cubanos pelo regime comunista, não foram o suficiente para privar Fidel do apoio de escritores e artistas experientes, entre os quais brasileiros como o cantor Chico Buarque e o arquiteto Oscar Niemeyer. “Há uma tradição entre parte dos intelectuais latino-americanos de falar em nome dos outros, de se considerar a voz dos que não falam. É uma visão autoritária que, como não poderia deixar de ser, produz fascínio pela trama de espionagem”, afirma o historiador Marco Antonio Villa. Mas ninguém busca discrição com tanta convicção quanto García Márquez. Ele possui mais de quinze anos tentando se aproximar do ditador. Para isso, escreve artigos, chegam a cerca de 1000, e faz propaganda do regime cubano em entrevistas e aparições. Se para não se envolver em política que pudesse

degradar a Fidel. Em 1971, quando os principais escritores de sua geração protestaram contra a prisão do poeta cubano Heberto Padilla, García Márquez foi o único que ficou em silêncio. A partir de 1973, ele começou a visitar Cuba com frequência, em busca de amizades que pudessem lhe dar acesso ao círculo de poder em Havana. Fidel, no entanto, só começou a se interessar pela causa de *Cem Anos de Solidão* em 1977. Ele fez de García Márquez um embaixador informal de sua imagem no exterior e, em troca, deu ao escritor uma plataforma política para estabelecer contatos com outros governantes esquerdistas, como François Mitterrand, da França. García Márquez usou essas amizades para fazer campanha pelo Pérez Soto de Estreita, conquistado por ele em 1982.

O prêmio inaugurou uma nova fase na amizade entre o escritor e o ditador. No mesmo ano, Fidel ordenou que fossem dados a García Márquez uma mansão em um bairro nobre de Havana e um automóvel Mercedes-Benz para que ele pudesse desfrutar melhor suas temporadas em Cuba, onde a escritura, posteriormente, ajudou a fundar uma escola de cinema. García Márquez também se acostumou a submeter os seus manuscritos ao ditador, para que ele fizesse observações ao estilo “censura vir”. Esteban e Panichelli apresentam boas provas desse fato, incluindo o depoimento de três amigos de García Márquez. Segundo eles, o romance *O General em Solitário*, de 1989, é uma homenagem a Fidel. No livro, o colombiano descreve Simón Bolívar (1783-1830), herói da independência dos países andinos, exatamente em os qualidades que ele costumava atribuir, em entrevistas, a Fidel. Quando Bolívar fez sua contribuição com a violação de direitos humanos em Cuba, García Márquez explicou que, usa sua influência para convencer Fidel a libertar opositores e a deixá-los fugir para o exílio. O escritor fez, assim, esta comprando sua própria absolvição na história por desfrutar as benesses de um tirano. Em 1973, ele disse, em uma entrevista: “O único que posso fazer com minha fama? Vou gatilhar em política”. Mas o momento foi um péssimo investimento.

QUEM COZINHA O RABO ESPINHA
García Márquez e Fidel invocam cordão de um em Havana, em 2002. Em seu momento sobre Simón Bolívar, e escritor homenageado o ditador cubano

DIODO SCHULZ
visitar Cuba sem tê-lo por perto. Por três dias contínuos, locais de menagem difíceis. Fidel aproveitou-se do prestigio literário do colombiano para fazer propaganda do regime autoritário que personifica e tenta preservar sua imagem no exterior. García Márquez vale-se da intimidade com o ditador para exercer sua obsessão pelo poder e desfrutar vantagens materiais. Alguns aspectos dessa amizade são descritos na biografia *Gabriel García Márquez*

92 | 03 DE FEVEREIRO DE 2011 | VEJA

Figura 206 –Veja- Cem anos de adulação

O escritor criou a cidade de Macondo, terra que abriga o mais conhecido romance da literatura colombiana, obra de 1967 que o projetou a ponto de conquistar um Prêmio Nobel de Literatura, 15 anos depois da primeira edição do livro, em 1982. Veja, com o trocadilho - inusitado e preconceituoso na mesma proporção - o reduz a pó pelo atalho de uma metáfora.

Este rigor interpretativo, capaz de encher de rótulos qualquer variável mais à esquerda do tabuleiro ideológico, também aparece com frequência na cobertura de questões estritamente políticas na esfera internacional. Uma prova:



Figura 207 –Capa de Veja de 27/2/2008

Curioso não é apenas o tom da manchete principal, fruto de desmedida ciclotimia editorial, mas o alinhamento ideológico àquilo que fez, por exemplo, uma das principais revistas norte-americanas, a Newsweek, com a manchete “After Fidel”, em sintonia semelhante. Veja vale-se da evaporação da fumaça do charuto cubano para tirar Fidel de cena; Newsweek quase “antecipa” a morte de Fidel, criando até uma imagem que poderia ser interpretada como a lápide de um imaginário túmulo. As duas reportagens – de Veja e Newsweek - sobre a possível morte de Fidel são do início de 2008. Em ambas, lê-se a pregação política, mas se vê, principalmente, um culto à inflexibilidade.

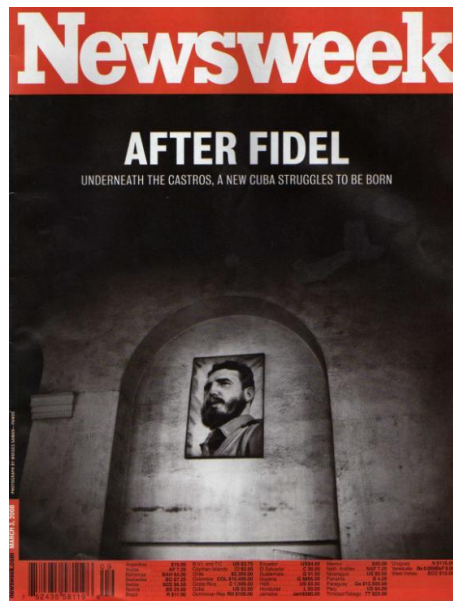


Figura 208 –Capa de Newsweek 2008

Também não quero aqui, por não me julgar em condições de fazê-lo (e por achar que qualquer tom prescritivo embute certo autoritarismo), buscar fórmulas, como a própria Veja faz, quando vem com capas como “10 idéias para...”, “20 mandamentos da Cartilha do Coração”... Há algo de podre no Reino da Dinamarca quando o jornalismo de serviço prioriza o próprio serviço e não a importância que a informação tem às pessoas para as quais se dirige. A opção mercadológica de falar prioritariamente para a elite aristocrática, política e econômica do País, gente que, em nome de um bairrismo suspeito, encheu as redes sociais de piadas xenófobas sobre a onda de violência no Rio de Janeiro na segunda dezena de novembro passado, poderia ser repensada, agora sob o mantra do diálogo, do respeito ao próximo, do reconhecimento da grandeza política dele. É fundamental repensar o restabelecimento do diálogo também como algo que faça parte da esfera pública em que todos estamos. Somos partes de um todo e o reconhecimento do próximo nesta dimensão traria um universo de debates a um jornalismo sobre o qual pairam, hoje, mais suspeitas do que certezas.

Sinto falta de um toque de poesia no jornalismo. Não daquela poesia capaz de nos sensibilizar diretamente, nada que tenha um tom respaldado pela lógica da criação simples e barata de comoção, mas de versos propositivos, de narrativas ensaísticas ou reflexivas que não nos tornassem míopes para a realidade, que não nos impingissem à desfaçatez factual. Há espaço para sensibilidade editorial em meio à tirania do instante, parafraseando novamente Dominique Wolton. É preciso persegui-la com uma disposição que se renove, que se

retroalimente, como sugere Michael Kunckzik ao apontar o papel precípua da imprensa.

A reportagem, por mais utópico que pareça, não pode ser refém de *business*. A grande reportagem sempre requer investimento. E o maior patrimônio de uma empresa jornalística é (e acho que sempre será) a sua credibilidade. Pleiteia-se informação para formarmos nossas visões de mundo. Mas temos recebido de Veja formação doutrinária com rótulos, jeitos e aparências de informação.

O caminho para um jornalismo que se permita refletir sobre as próprias idiossincrasias perpassa pela percepção da ética como sinônimo de harmonia. Esta ética pode ser um elemento pelo qual os laços dialógicos sejam simplesmente amplificados, restabelecidos, de fato repensados. É a trilha da compreensão e do entendimento do próximo não como concorrente, não como alguém a quem se deseja eliminar da esfera pública, da participação no debate político, alijando-o da cidadania, cooptando-o a um gueto que não abriga difusas tendências políticas.

Clamamos por um jornalismo mais cidadão. A inegável importância histórica de Veja pode vir a ser, com menos preconceitos e pregações, um bálsamo para aquilo que realmente mais inquieta: a queda acentuadíssima no grau de confiabilidade da imprensa pela opinião pública, fenômeno que se repete aqui e nos Estados Unidos, de onde importamos boa parte de nossos credos editoriais, inclusive os mais preconceituosos.

A reflexão central pode ter como ponto de partida trabalhos como o de Eliane Brum, discussões como a de Edvaldo Pereira Lima, legados como aquele que John Hersey nos deixou em Hiroshima. Precisamos nos inclinar mais ao papel de contadores de história, inclusive da história do nosso próprio tempo, que nada mais é do que a nossa própria história, incorruptível...

É possível, neste cenário, exercer a crítica, reafirmar o papel de vigilância que transforma a imprensa num fórum público, numa ágora de nossos tempos. Mas isso não deve ser feito pelo prisma da exaltação de uns em contrapartida ao ódio – revertido de críticas sistemáticas e ofensivas - que se sente por outros.

A cobertura da eleição presidencial de 2010 pela Veja foi uma grande oportunidade perdida neste sentido. Não é nada além disso que este trabalho espera ter mostrado, com a esperança de que olhar para a nossa subjetividade seja um processo que até possa impor certo dor, mas que também nos aproximará da poesia que esvaece pela imposição de um jornalismo meramente pragmático. Amanhã, prometia Chico, vai ser outro dia. Será?

RÊFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu; BIONDI, Aloysio. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. Posfácio. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORO CINEMA. *Filme Avatar* 2010. Disponível em:<
<http://www.adorocinema.com/filmes/avatar/>> Acesso em 18 de outubro de 2010.

ADORO CINEMA. *Boa noite, e boa sorte*, 2001. Disponível em:<
<http://www.adorocinema.com/filmes/good-night-and-good-luck/>> Acesso em 11 de janeiro de 2011.

ANER. Associação Nacional de Editores de revista. *Circulação. IVC. Maiores semanais*, 2010. Disponível em:<<http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>> Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

ARBEX Jr., José. *Apresentação in*: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

AVENTURAS NA HISTÓRIA.COM. *A4-47. Fuzil da discórdia*, 2011. Disponível em:<<http://historia.abril.com.br/fatos/ak-47-fuzil-discordia-435818.shtml>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

BIONDI, Aloysio. *Mentira e caradurismo (ou a imprensa no reinado FHC)*. In: Anuário de Jornalismo Cásper Líbero, nº1:19-27, 1999.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São. Paulo: Ática, 2007

COSTA, Caio Túlio. *Jornalismo, Ética e Nova Mídia*. RJ: Zahar, 2009

CARTA MAIOR. *Debate Aberto. A campanha eleitoral de 2010 está no ar*, 2009. Laurindo Lalo Leal Filho. Disponível em:<http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=4147> Acesso em 09 de fevereiro de 2011.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2007

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 2005

CINEMA UOL. *Filme Intrigas de Estado*, 2011. Disponível em:<
<http://cinema.uol.com.br/filmes/intrigas-de-estado-2009.jhtm>> Acesso em 15 de janeiro de 2011.

- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de Castro (orgs.). *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2006
- CURSO OBJETIVO. *A Revolução Gloriosa*, 2011. Disponível em: http://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro_estudos/questao_irlanda.aspx> Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- CHOMSKY, Noam. *Para Entender O Poder* – o melhor de Noam Chomsky. Org. Schoeffel, John e Mitchell, Peter R: Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo. Contraponto: 1997.
- DICIONÁRIO MPB – Cravo Albin da música popular brasileira. *Samba do crioulo doido*. Disponível em:< <http://www.dicionariompb.com.br/>> cesso m 5 de março de 2010.
- DICIONÁRIO MICHAELIS UOL. *in pectore*. Disponível em:<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?typePag=apendice&languageText=portugues-portugues> Acesso em 07 de janeiro de 2011
- EDUCAÇÃO UOL. *Emílio Garrastazu Médici*, 2010. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/>> Acesso em 20 de janeiro de 2011.
- EDUCAÇÃO UOL. *João Baptista de Oliveira Figueiredo*, 2010. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/>> Acesso em 20 de janeiro de 2011.
- EPICURO. *Pensamentos: texto integral*. – São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção a obra-prima de cada autor)
- EXAME. *Capa. Por que Fernando Henrique Cardoso é melhor*. São Paulo: Editora Abril, edição nº 567: 1994
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, 2006
- FOLHA DE S.PAULO. Brasil. *Governador sai com 55% de ótimo/bom*. Da Reportagem local. A4. São Paulo, 2010.
- FOLHA ONLINE. *Almanaque da Folha. Dinheiro. Cronologia*, 2009. Disponível em:<<http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm>> Acesso em 28 de dezembro de 2009.
- FOLHA UOL. *Mônica contou ter feito aborto, diz ex-aluna*, 2010. Monica Bergamo. Disponível em: < <http://www.folha.uol.com.br/>> Acesso em 17 de outubro de 2010.
- FOLHA.UOL. Poder. *Tiririca foi o campeão de votos em São Paulo para deputado*

federal, 2010. Disponível :<http://www1.folha.uol.com.br/poder/809101-tiririca-foi-o-campeao-de-votos-em-sp-para-deputado-federal-veja-os-dez-mais-votados.shtml> > Acesso em 10 de outubro de 2010.

FOLHA UOL. *Resumão/Atualidades - Os EUA e o novo macarthismo*, 2001. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u6829.shtml> > Acesso em 10 de janeiro de 2011.

G1. *Apuração Eleição Presidencial 1º turno – Geral*, 2010. Disponível < <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/>> Acesso em 10 de outubro de 2010.

G1. *Apuração Eleição Presidencial 1º turno – Centro-oeste*, 2010. Disponível < <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/>> Acesso em 10 de outubro de 2010.

G1. *Apuração Eleição Presidencial 1º turno – Norte*, 2010. Disponível < <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/#>> Acesso em 10 de outubro de 2010.

GLOBO ESPORTE. *‘Profeta’ da Copa, polvo Paul morre na Alemanha e ganhará estátua*, 2010. Disponível em:< <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2010/10/polvo-paul-morre-na-alemanha.html> > Acesso em 26 de outubro de 2010

GLOBO. *Jornal Nacional: A notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. *Manipulação do Público – Política e poder econômico no uso da mídia*. 2003

IMPrensa – *S.excia., nosso companheiro presidente*. São Paulo: Editora Abril, – ano V – nº 61, 1992.

INFOESCOLA. *Revolução Gloriosa*, 2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/revolucao-gloriosa/>> Acesso 15 de janeiro de 2011.

ISTOÉ.COM. *Capa. Não sei quem é Paulo Preto*, 2010. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/106182_O+PODEROSO+PAULO+PRETO+PARTE+1?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage> Acesso em 19 de janeiro de 2011.

ISTOE.COM. *O poderoso Paulo Preto*, 2010. Disponível em:http://www.istoe.com.br/reportagens/106182_O+PODEROSO+PAULO+PRETO+PARTE+1?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage > Acesso em 19 de janeiro de 2011.

JORNAL DA GLOBO. *O dia dos candidatos à presidência República*, 2010.

Disponível em:<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/08/o-dia-dos-candidatos-presidencia-da-republica.html>> Acesso em 24 de agosto de 2010.

JORNAL DA TARDE, *Primeira Página*, 1984

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*; Norte e Sul - manual de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

KÜNSCH, Dimas A. *Teoria compreensiva da comunicação*. In: KÜNSCH, Dimas A.; BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). Comunicação: saber, arte ou ciência? Questões da teoria epistemologia. São Paulo: Plêiade, 2008

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo, Ática, 1985

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. *América Rebelde - Uma entrevista com Noam Chomsky*, 2007 . Disponível em:<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=2&PHPSESSID=7344ed5e82e51d5534f731688bd39468> Acesso em 0 de fevereiro de 2011-02-13

LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Com-Arte: EDUSP, 1980

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas*. São Paulo: Manole, 2009

LIMA, Venício A. de. (Org) *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

LIMA, Venício *A mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A Saga dos Cães Perdidos*. 2ª Edição, São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARQUES DE MELO, José. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. 1.ed. Petrópolis : Editora Vozes, 1985

MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005

MASTER EM JORNALISMO. *Jornalismo – Franquezas que comprometem*, 2010. Carlos Aberto Di Franco. Disponível em:<
<http://www.masteremjornalismo.org.br/artigos/137-jornalismo-fraquezas-que-comprometem>> Acesso em 04 de agosto de 2010.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo*. São Paulo: Média, 1973.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista - o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, São Paulo: Summus, 1988

MEDITSCH, Eduardo. *Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo*, 2001 in: Comunicação ao Compós 2001 - GT Estudos de Jornalismo

MIRA, M. C. *Cultura e segmentação: um olhar através das revistas*. In: Miguel Chaia; Ana Amélia da Silva. (Org.). *Ensaio crítico: sociedade, cultura e política*. 01 ed. São Paulo: Educ, 2003, v. , p. 247-259.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Cobertura Política. *Entre a imparcialidade e o comprometimento*, 2008. Venício A. de Lima. Disponível em:<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=490IMQ002>> Acesso em 09 de fevereiro de 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Eleições 2010. Os escândalos políticos midiáticos 2010. Venício A. de Lima**. Disponível em:<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=607JDB002>> Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Isenção, essa desvalida*. Washington Araújo, 2010. Disponível em:<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=622IMQ003>> Acesso em 5 de fevereiro de 2011.

O GLOBO. *PT quer instalar CPI para investigar Paulo Preto o “homem bomba” do PSDB*, 2010. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/10/17/pt-quer-instalar-cpi-para-investigar-paulo-preto-homem-bomba-do-psdb-922806324.asp>> Acesso em 19 de outubro de 2010.

PLACAR UOL. Brasil. *Eleições 2010. Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em:<<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/rj/>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PLACAR UOL. Brasil. *Eleições 2010. Espírito Santo*, 2010 Disponível em:<<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/es/>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PLACAR UOL. Brasil. *Eleições 2010. Minas Gerais*, 2010. Disponível em:<<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/mg/>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PLACAR UOL. Brasil. *Eleições 2010. São Paulo*, 2010. Disponível em:<

<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/sp/>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PLACAR UOL. Brasil. *Eleições 2010. Pernambuco*, 2010. Disponível em:<
<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/pe/>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PLACAR UOL. Brasil. *Eleições 2010. Governador. Pernambuco*, 2010. Disponível em:<
<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/pe/>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. Contexto, 2006.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo. Editora Contexto. 2005.

PORTELO, Flávio. In: VIZEU, Alfredo. *A sociedade do telejornalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

R7. *Revista mostra contradições de Serra sobre “homem-bomba do PSDB”*, 2010. Disponível em: <
<http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/revista-mostra-contradicoes-de-serra-sobre-homem-bomba-do-psdb-20101017.html>>

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Com a colaboração de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Codecri, 1987.

RETROTV. *O Vira-Lata será lançado no Brasil*, 2008. Disponível em:<
<http://retrotv.uol.com.br/noticias/2008/0725.html>> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas de redação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

SODRÉ, Muniz ; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas de reportagem* - notas sobre a narrativa jornalística, S. Paulo, Summus. 1986,

SUPERINTERESSANTE. *Comportamento. Tudo mentira, 1988*. Disponível em:<
<http://super.abril.com.br/cotidiano/tudo-mentira-438556.shtml>> Acesso em 17 de janeiro de 2011.

TERRA MAGAZINE. *A mídia esconde sua posição política, diz especialista*, 2010. Disponível em:<
<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4393602-El6578,00A+mídia+esconde+sua+posicao+politica+diz+especialista.html>> Acesso em 09 de fevereiro de 2011.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo* – Porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2004

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE. *Eleições. Estatísticas de resultados*, 2010.

Disponível em:< http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/est_resultados.html>
Acesso em: 10 de outubro de 2010.

ULTIMO SEGUNDO IG. **Marconi Perillo é eleito governador de Goiás pela terceira vez**, 2010. Disponível em:<
<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/marconi+perillo+e+eleito+governador+de+goias+pe+a+terceira+vez/n1237816241181.html>> Acesso em 1º de novembro de 2010

UOL ECONOMIA. **Apesar de queda do PIB, Brasil mantém posição no ranking de economias**, 2010. BBC Brasil. Disponível em:<<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2010/03/11/apesar-de-queda-do-pib-brasil-mantem-posicao-no-ranking-de-economias.jhtm>> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

UOL EDUCAÇÃO. **Diretas Já. Campanha deu impulso à redemocratização do país**, 2009. Disponível em:<<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/diretas-ja.jhtm>> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

UOL, Educação. **História do Brasil**. Campanha deu impulso à redemocratização do país. Da Página 3 Pedagogia & Comunicação. 2009. Disponível em :<
<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/diretas-ja.jhtm>> Acesso em 20 de dez. 2009

UOL EDUCAÇÃO. **Político mato-grossense. Dante Martins Oliveira**, 2009. Disponível em:<<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u729.jhtm>> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

UOL DICIONÁRIO MICHAELIS. **Reportagem**. Disponível em:<
<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=reportagem&group=0>>
> Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

UOL DICIONÁRIO HOUAISS. **Intersubjetividade**, 2010. Disponível em:<
<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=Intersubjetividade&group=0&dict=acesso>> Acesso em 08 de fevereiro de fevereiro 2011.

UOL DICIONÁRIO HOUAISS. **Tentáculos**, 2010. Disponível em:<
<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=tent%E1culos&group=0&x=34&y=8>> Acesso em 15 de outubro de 2010.

UOL NOTÍCIAS. **Serra nega aborto da esposa e compara “difamação” com a sofrida por Lula**, 2010. EFE. Disponível m:< <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2010/10/17/serra-nega-aborto-da-esposa-e-compara-difamacao-com-a-sofrida-por-lula.jhtm>> Acesso em 17 de outubro de 2010

VEJA. **Brasil.Coisa de maluco**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2147– ano 43 – nº 2, 2010

VEJA. **Brasil. Eles têm outros planos**. Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2148 – ano 43 – nº 3, 2010

VEJA.**Brasil. Isso é apenas o começo**. Otávio Cabral e Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora

Abril, edição nº 2149 – ano 43 – nº 4, 2010

VEJA. **Brasil. *Box. A política do requeijão.*** Otávio Cabral e Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2149 – ano 43 – nº 4, 2010

VEJA. **Brasil. *Bolsa-Cabresco.*** Laura Diniz São Paulo: Editora Abril, edição nº 2149 – ano 43 – nº 4, 2010

VEJA **Brasil. *Sob pressão.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2150 – ano 43 – nº 5, 2010

VEJA **Brasil. *Suor, sufoco e susto.*** Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2150 – ano 43 – nº 5, 2010

VEJA **Brasil. *Às favas o Tribunal de Contas.*** Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2150 – ano 43 – nº 5, 2010

VEJA. **Brasil. *Omelete sem ovos.*** Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2151 – ano 43 – nº 6, 2010

VEJA. **Brasil. *A tempestade FHC.*** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2152 – ano 43 – nº 7, 2010

VEJA. **Capa *“A realidade mudou, e nós com ela”.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2153 – ano 43 – nº 8, 2010

VEJA. **Brasil. *A candidata conquista o ninho.*** Otávio Cabral e Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2153 – ano 43 – nº 8, 2010

VEJA. **Brasil. *10 perguntas para Dilma Rousseff.*** Otávio Cabral e Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2153 – ano 43 – nº 8, 2010

VEJA. **Brasil. *Os dois figurinos de Dilma.*** Vinícius Segalla e Benedito Sverberi. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2153 – ano 43 – nº 8, 2010

VEJA. **Brasil. *De bico fechado.*** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2153 – ano 43 – nº 8, 2010

VEJA. **Brasil. *À espera do voo Tucano.*** Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2155 – ano 43 – nº 10, 2010

VEJA. **Capa. *12% A CONEXÃO BANCOOP/MENSALÃO*** – Ele cobra 12% de comissão para o partido. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2156 – ano 43 – nº 11, 2010

VEJA. **Brasil. *O pedágio do PT.*** Alexandre Oltramari e Diego Escosteguy. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2156 – ano 43 – nº 11, 2010

VEJA. **Brasil. *O PT continua dando de ombros...*** Diego Escosteguy. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2157 – ano 43 – nº 12, 2010

VEJA. **Brasil. *Candidato confesso.*** Felipe Patury e Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril,

edição nº 2157– ano 43 – nº 12, 2010

VEJA. **Brasil. *O Kit da candidata é um luxo.*** Diego Escosteguy. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2158– ano 43 – nº 13, 2010

VEJA. **Brasil. *O tucano alça voo.*** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2159– ano 43 – nº 14, 2010

VEJA. **Brasil. *Prateleira Eleitoral.*** Daniel Pereira. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2159– ano 43 – nº 14, 2010

VEJA. **Brasil. *A candidata petista falou “Dilmais.*** Otávio Cabral e Daniel Pereira. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2160– ano 43 – nº 15, 2010

VEJA. **Brasil. Capa. *Serra e o Brasil pós-Lula.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2161– ano 43 – nº 16, 2010

VEJA. **Brasil. *Com a casa em ordem, Serra vai à luta.*** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2161– ano 43 – nº 16, 2010

VEJA. **Brasil. *Como recuperar a capacidade de investir.*** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2161– ano 43 – nº 16, 2010

VEJA. **Brasil. *“Eu me preparei a vida inteira para ser presidente”.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2161– ano 43 – nº 16, 2010

VEJA. **Sub-destaque de capa. *A gangorra dos números.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2162– ano 43 – nº 17, 2010

VEJA. **Brasil. *A gangorra dos números.*** São Paulo. Otávio Cabral e Alexandre Oltramari. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2162– ano 43 – nº 17, 2010

VEJA. **Brasil. *Nas Barbas da Justiça.*** São Paulo. Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2165– ano 43 – nº 20, 2010

VEJA. **Brasil. *Ordem na casa do Lago Sul.*** Policarpo Junior e Daniel Pereira. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2167– ano 43 – nº 22, 2010

VEJA. **Internacional. *José Serra vai direto ao ponto.*** Duda Teixeira e Fernando Mello. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2167– ano 43 – nº 22, 2010

VEJA. **Brasil. *O craque de 2010...*** Diego Escosteguy. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2168– ano 43 – nº 23, 2010

VEJA. **Brasil. *Ao contribuinte, a conta.*** Kalleo Coura. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2168– ano 43 – nº 23, 2010

VEJA. **Capa. *Para sair do empate.*** São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2169– ano 43 – nº 24, 2010

VEJA. **Brasil. Empatados –um junho como nunca se viu** . Fábio Portela. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2169– ano 43 – nº 24, 2010

VEJA. **Brasil. Uma escolha pragmática** . Fábio Portela. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2171– ano 43 – nº 26, 2010

VEJA. **Brasil. Presidente apenas em horário comercial**. Otávio Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2172– ano 43 – nº 27, 2010

VEJA. **Brasil. A chapa do índio tucano**. Fábio Portela. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2172– ano 43 – nº 27, 2010

VEJA. **Capa. O monstro do radicalismo**. Fábio Portela. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2173– ano 43 – nº 28, 2010

VEJA. **Brasil. A criatura contra-ataca**. Otávio Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2173– ano 43 – nº 28, 2010

VEJA. **Brasil. A força moral derrota a bajulação**. Ana Claudia Fonseca. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2173– ano 43 – nº 28, 2010

VEJA. **Brasil. Um comunista de bom-senso**. Gabriela Carelli. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2173– ano 43 – nº 28, 2010

VEJA. **Brasil. Bem mais do que marketing**. Fábio Portela. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2173– ano 43 – nº 28, 2010

VEJA. **Brasil. Ataque ao vice verde**. Gabriela Carelli. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2173– ano 43 – nº 28, 2010

VEJA. **Brasil. Meu reino (e as leis) por minha sucessora**. Otávio Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2174– ano 43 – nº 29, 2010

VEJA. **Brasil. O homem que se diz uma bomba**. Daniel Pereira. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2174– ano 43 – nº 29, 2010

VEJA. **Brasil. Índio acertou o alvo**. Duda Teixeira. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2175– ano 43 – nº 30, 2010

VEJA. **Sub-destaque de capa. Índio Costa –o vice de José Serra é bom de briga**. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2175– ano 43 – nº 30, 2010

VEJA. **Brasil. Um vice do barulho**. Fábio Portela. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2175– ano 43 – nº 30, 2010

VEJA. **Brasil. A resposta está com o planalto**. Daniel Pereira. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2175– ano 43 – nº 30, 2010

VEJA. **Brasil. Agendas montadas sob medida**. Otávio Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2176– ano 43 – nº 31, 2010

VEJA. **Brasil. O pai do “Trem da Dilma”**. Fábio Portela e Laura Diniz. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2176– ano 43 – nº 31, 2010

VEJA. **Brasil. Uma confissão desconcertante**. Otávio Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2177– ano 43 – nº 32, 2010

VEJA. **Brasil. Dá para fazer rápido, sim**. Carolina Romanini, Filipe Vilicic e Carolina Melo. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2177– ano 43 – nº 32, 2010

VEJA. **Capa. A pesca dos indecisos**. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2178– ano 43 – nº 33, 2010

VEJA. **Brasil. Hora de Fisgar os INDECISOS**. Fábio Portela, Daniel Pereira e Sandra Brasil. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2178– ano 43 – nº 33, 2010

VEJA. **Brasil. O ministro das imagem de Lula**. Daniel Pereira. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2178– ano 43 – nº 33, 2010

VEJA. **Brasil. O homem positivo**. Sandra Brasil. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2178– ano 43 – nº 33, 2010

VEJA. **Brasil. Da TV para a realidade**. Laura Diniz e Gabriele Jimenez . São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2179– ano 43 – nº 34, 2010

VEJA. **Brasil. A primeira quebra de braço entre Lula e Dilma**. Rodrigo Rangel e Gustavo Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2179– ano 43 – nº 34, 2010

VEJA. **Brasil. Ele era o alvo**. Fernando Mello e Rodrigo Rangel. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2180– ano 43 – nº 35, 2010

VEJA. **Capa. O Partido do Polvo**. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2181– ano 43 – nº 36, 2010

VEJA. **Brasil. O Estado a serviço do partido**. Daniel Pereira e Otávio Cabral. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2181– ano 43 – nº 36, 2010

VEJA. **Brasil. O partido do polvo**. Fernando Mello. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2181– ano 43 – nº 36, 2010

VEJA. **Brasil. Os 40 cargos mais cobiçados do governo**. Fernando Mello. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2181– ano 43 – nº 36, 2010

VEJA. **Capa. Exclusivo – O Polvo no Poder**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2182– ano 43 – nº 37, 2010

VEJA. **Brasil. Polvo no Poder**. Diego Escosteguy. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2182– ano 43 – nº 37, 2010

VEJA. **Brasil. Os ratos da Receita**. Fernando Mello e Lauta Diniz. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2182– ano 43 – nº 37, 2010

VEJA. **Capa. A alegria do Polvo.** Fernando. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2183– ano 43 – nº 38, 2010

VEJA. **Brasil. “Caraça! Que dinheiro é esse?”.** Diego Escosteguy e Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2183– ano 43 – nº 38, 2010

VEJA. **Brasil. Oligarquia estatal.** Diego Escosteguy e Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2183– ano 43 – nº 38, 2010

VEJA. **Brasil. “Idéias são mais letais que armas”.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2183– ano 43 – nº 38, 2010

VEJA. **Brasil. Como varrer escândalos para debaixo do tapete.** Fernando Mello e Laura Diniz. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2183– ano 43 – nº 38, 2010

VEJA. **Capa. Liberdade sob ataque.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2184– ano 43 – nº 39, 2010

VEJA. **Brasil. A imprensa ideal dos petistas.** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2184– ano 43 – nº 39, 2010

VEJA. **Brasil. Lula não suporta críticas: atrapalham o seu personagem.** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2184– ano 43 – nº 39, 2010

VEJA. **Brasil. Box. Não foi uma, não foram duas, não foram três.** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2184– ano 43 – nº 39, 2010

VEJA. **Brasil. Os segredos dos lobistas.** Diego Escosteguy e Fernando Rangel. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2184– ano 43 – nº 39, 2010

VEJA. **Capa. As grandes propostas para o Brasil na campanha presidencial.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2185– ano 43 – nº 40, 2010

VEJA. **Brasil. Inosso, insípido e inodoro.** Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2185– ano 43 – nº 40, 2010

VEJA. **Brasil. Apadrinhada, favorita e cheia de mistérios.** Felipe Patury e Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2185– ano 43 – nº 40, 2010

VEJA. **Brasil. Para ele, é agora ou nunca mais.** Fernando Mello e Kalleo Couro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2185– ano 43 – nº 40, 2010

VEJA. **Brasil. Verde com coração vermelho.** Malu Gaspar e Ronaldo Soares. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2185– ano 43 – nº 40, 2010

VEJA. **Capa. “Eu, pessoalmente, sou contra. Não acredito que haja mulher que não considere o aborto uma violência.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. Antes - Depois.** Leonardo Coutinho, Otávio Cabral e Vinícius Segalla. São

Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. *Os ditos e os desditos de Dilma***. Fernando Mello. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. *O fracasso dos profetas***. Leonardo Coutinho, Otávio Cabral e Vinícius Segalla. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. *Por que Marina veio para ficar***. Malu Gaspar e Ronaldo Soares. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. *Maior que o PV***. Malu Gaspar e Ronaldo Soares. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. *Faltam 5 milhões***. Diego Escosteguy. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2186– ano 43 – nº 41, 2010

VEJA. **Brasil. Capa. *O poder de Aécio***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2187– ano 43 – nº 42, 2010

VEJA. **Brasil. *Aécio move a montanha***. Vinícius Segalla. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2187– ano 43 – nº 42, 2010

VEJA. **Brasil. *“Daremos a vitória a Serra em Minas”***. Vinícius Segalla. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2187– ano 43 – nº 42, 2010

VEJA. **Brasil. *“Fui extorquido na Casa Civil”***. Diego Escosteguy. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2187– ano 43 – nº 42, 2010

VEJA. **Capa. *A verdade sobre os dossiês***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2188– ano 43 – nº 43, 2010

VEJA. **Brasil. *Intrigas de Estado***. Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2188– ano 43 – nº 43, 2010

VEJA. **Brasil. *Pau na democracia***. Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2188– ano 43 – nº 43, 2010

VEJA. **Brasil. *Luz para todos e dinheiro para eles***. Fernando Mello e Igor Paulin. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2188– ano 43 – nº 43, 2010

VEJA. **Brasil. *Luz Um estelionato por dia***. Laura Diniz. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2188– ano 43 – nº 43, 2010

VEJA. **Brasil. *Embrião Autoritário***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2188– ano 43 – nº 43, 2010

VEJA. **Capa. *Ele sairá da presidência, mas a presidência sairá dele?***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. **Brasil. *Lula e o futuro do lulismo***. Laura Diniz, Sandra Brasil e Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. **Brasil. *Entrevista -Um ex- de bem com a vida***. Mario Sabino. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. **Brasil. *O grande imitador***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. **Brasil. *Conheço-me, e não sou eu***. Rafael Correa e Susana Camargo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. **Brasil. *Se os fantasmas falassem...*** Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. ***Procura-se um ministro***. Otávio Cabral e Daniel Pereira. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – nº 44, 2010

VEJA. **Capa. Edição Extra. “*Meu compromisso com o país: valorizar a democracia em toda a sua dimensão*”**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Carta ao leitor. *Uma vitória de todos os brasileiros***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Dilma, presidente do Brasil***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Liberdade e erradicação da pobreza***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *A história desde o berço***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Construção da candidata***. Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *O efeito bem-estar***. Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Ascende a luz vermelha***. Paulo Celso Pereira. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Todos os homens da presidente***. Otávio Cabral. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Serra sai maior do que entrou***. Fábio Portela. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Meio a meio. Daniel Pereira***. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *A sombra de todos os governos.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Mulher no poder.*** Gustavo Ribeiro. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *O Brasil legado por Lula...*** Marcelo Sakate e Luis Guilherme Barrucho. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *E o mundo que receberá Dilma.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Edição Comemorativa. *Frases.*** Júlio Cesar. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2189– ano 43 – Especial, 2010

VEJA. **Capa. *Já vai tarde. Fidel Castro.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2049 – ano 41– nº 08, 2008

VEJA. ***Um país de muito passado agora tem algum futuro.*** Diego Schelp. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2049 – ano 41– nº 08, 2008

VEJA. **Capa. *O desafiante.*** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1977– ano 39 – nº39, 2006.

VEJA. Brasil. **-Brasil -A Arte de ser FHC. Mario Sabino.** São Paulo: Editora Abril, – ano 39– nº 11, 2006

VEJA. Brasil. **-Brasil. A aposta tucana.** Fábio Portela e Camila Pereira. São Paulo: Editora Abril, – ano 39– nº 11, 2006

VEJA. Brasil. **-Capa. Exclusivo. FHC explica FHC e o Brasil .** São Paulo: Editora Abril, – ano 39– nº 11, 2006

VEJA. Brasil. **-Carta ao leitor.** São Paulo: Editora Abril, – ano 39– nº 11, 2006

VEJA. Brasil. **-Especial Entrevista. “Me considero de esquerda”.** São Paulo: Editora Abril, – ano 39– nº 11, 2006

VEJA. **Perfil. O Perfeito idiota paquistanês. Jerônimo Teixeira.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1968 – ano 39 – nº 31, 2006.

VEJA. **Capa. Tentáculos das Farc no Brasil.** São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1896 – ano 38 – nº 11, 2005

VEJA. **Brasil. A resposta está com o planalto.** Daniel Pereira. São Paulo. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1896 – ano 38 – nº 11, 2005

VEJA. **Capa. Fiz aborto.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1513– ano 22 – nº 37, 1997

VEJA. **Brasil. “Nós fizemos aborto”.** Andréa Barros, Angélica Santa Cruz e Neuza Sanches.

São Paulo: Editora Abril, edição nº 1513– ano 22 – nº 37, 1997

VEJA. *Esta criança ainda vai presidente*. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1283 – ano 17 – nº 33, 1994

VEJA. **Capa. Collor- vitória num país dividido**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1110– ano 22 – nº 50, 1989

VEJA. **Bastidores. Atrás da Cortina**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1110– ano 22 – nº 50, 1989

VEJA. **Brasil. - O Astro da largada**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1079 – ano 22 – nº 19, 1989

VEJA. **Brasil. - Capa. Collor de Mello. O Caçador de Marajás**. São Paulo: Editora Abril, – ano 20 – nº 12, 1988

VEJA. **Brasil. - A Guerra ao turbante**. São Paulo: Editora Abril, – ano 20 – nº 12, 1988

VEJA ONLINE. *Uma mulher no Planalto: Dilma é eleita presidente*, 2010. Disponível <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/uma-mulher-no-planalto-dilma-e-eleita-presidente>> Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

WOLTON, Dominique. “*As contradições do espaço público mediatizado*” in *Comunicação e Política*, Revista de Comunicação e Linguagens, n.ºs 21-22, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

YOUTUBE. *Conheça o Grupo Abril*, 2009. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?v=1Fy--2sZ6sk>> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

YOUTUBE. *Veja pontocom*. Roberto Civita X Collor, 2007. Disponível em:< http://www.youtube.com/watch?v=dJvY0_XPeaM> Acesso em 23 de dezembro de 2009.